UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ANTONIO ROBERTO ESPINOSA

A SOMBRA DOS LEVIATÃS

Um estudo crítico dos desencontros entre as faces amistosa e crispada do Estado sob as globalizações e as guerras do século XXI.

SÃO PAULO
2011

ANTONIO ROBERTO ESPINOSA

A SOMBRA DOS LEVIATÃS

Um estudo crítico dos desencontros entre as faces amistosa e crispada do Estado sob as globalizações e as guerras do século XXI.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Departamento de Ciência Política, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Leonel Itaussu de Almeida Mello

SÃO PAULO
2011

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Espinosa, Antonio Roberto

A sombra dos leviatãs: um estudo crítico sobre os desencontros entre as faces amistosa e crispada do estado sob as globalizações e as guerras do século XXI / Antonio Roberto Espinosa ; orientador Leonel Itaussu Almeida Mello. – São Paulo, 2011.
466 f. ; il.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Ciência Política. Área de concentração: Ciência Política.

1. Soberania política. 2. Globalização. 3. Estratégia política. 4. Estado. 5. Relações internacionais.
I. Título. II. Mello, Leonel Itaussu Almeida.

CDD 320.15

ESPINOSA, A. R. ***A sombra dos Leviatões*** - *Um estudo crítico dos desencontros entre as faces amistosa e crispada do Estado sob as globalizações e as guerras do século XXI*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Por razões diferentes: uma ajudou e a outra não atrapalhou.

Às
minhas duas filhas:

Julia Monteiro Espinosa
Luíse Monteiro Espinosa

Agradecimentos

Ao concluir este trabalho, externo meu agradecimento público às seguintes pessoas e instituições:

Professor Doutor Fernando de Magalhães Papaterra Limongi, Chefe do Departamento de Ciência Política (DCP). Em seu nome simbolizo também meus agradecimentos aos professores que compartilharam generosamente comigo e meus colegas seus conhecimentos desde o ano de 2006.

Professor Doutor Rogério Bastos Arantes, Coordenador da Comissão de Pós-Graduação do DCP, e também seu antecessor no cargo, Eduardo Marques, pelo compromisso com a pesquisa e a liberdade acadêmica.

Professora Doutora Vera Lúcia do Amaral Ferlini, Presidente, e à Comissão de Pós-Graduação (CPG) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), que me concedeu prorrogação de cem dias para a conclusão deste trabalho.

Márcia Regina Gomes Staaks, Secretaria do DCP, e Maria Raimunda dos Santos, Vasne dos Santos (Programa de Pós-Graduação), Ana Maria Capel e Leonardo Novaes (Graduação), sempre atenciosos e fundamentais no oferecimento de condições de trabalho aos pesquisadores.

Patricia Carvalho, revisora. Como se sabe, o autor só é capaz de ler as próprias intenções, não o que de fato escreveu. Ela contribuiu para que eu deixasse de cometer um número maior de erros do que os que sobreviveram à sua paciente e dedicada leitura.

Agradecimentos Especiais

Agradeço especialmente a:

Maria Dea Conti Nunes, Miguel Nakamura e Walter Paixão, amigos pessoais, que faço questão de nomear, representando inúmeros outros que evito citar aqui para não cometer injustiças. Eles estiveram sempre disponíveis para ouvir e sugerir ideias que, de alguma forma, acabei aproveitando ao longo deste trabalho. Além das ideias, eles me ofereceram conforto emocional e o imprescindível estímulo.

e

Leonel Itaussu Almeida Mello, mais do que orientador competente: um amigo e companheiro leal. Ele esteve sempre presente nos últimos anos. Embora licenciado do trabalho por doença, e apesar das fortes dores físicas, jamais negou conselhos, estímulo e confiança, muitas vezes sacrificando horas do próprio sono. Debateu cada uma das propostas conceituais feitas, sugeriu correções e abordagens, propôs soluções. Emprestou-me suas vastas cultura, experiência e inteligência. Considero-o parceiro indispensável dos aspectos positivos desta tese, pois as falhas e erros devem-se exclusivamente à minha teimosia e limitações.

“Não existe estrada real para a ciência;
só poderá alcançar seus cumes luminosos quem
não receie fatigar-se em
escalar suas veredas escarpadas”.

Karl Marx, em carta de 1872 a Maurice La Châtre

Resumo

ESPINOSA, A. R. **A sombra dos Leviatãs - Um estudo crítico dos desencontros entre as as faces amistosa e crispada do Estado sob as globalizações e as guerras do século XXI.** 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Um conjunto de reflexões teóricas sobre as incompatibilidades entre a Ordem Internacional pós-Guerra Fria e as categorias estruturantes dos paradigmas analíticos dominantes, esta tese procura também apontar dados empíricos e listar questões a serem compreendidas por um novo modo de produção de conhecimentos em relações internacionais. Ela critica tanto os paradigmas unidimensionais, principalmente os de corte liberal e leno-stalinistas, quanto os bidimensionais, de inspiração realista e racionalista, indicando que ambos formam redes conceituais baseadas numa dialética dicotômica, que reduz a complexidade do internacional e do estrangeiro a um olhar e interesse nacionais. Sugere que o sistema internacional e os subsistemas regionais, como objetos de estudo, não se reduzem a suas unidades, constituindo uma terceira dimensão, ou zona cinzenta, cuja conformação, para ser compreendida depende da análise integrada dos fenômenos da guerra, das globalizações e do fortalecimento do Estado. Completando as sugestões para o debate e a formulação de conceitos interpretativos mais abrangentes, além de alguns neologismos, esta tese constrói algumas tipologias compreensivas. O autor adverte, contudo, que essas formulações têm o propósito de ilustrar a análise, não de fechar a discussão com um modelo acabado.

Palavras-chave: Soberania. Globalizações. Estratégia. Potência. Estado. Paradigmas. Zona cinzenta. Sistema unibimultipolar. Subsistemas regionais. Análise tridimensional.

Abstract

ESPINOSA, A. R. **The shadow of leviathans – A critical study about the failures between the friendly and withdrawn faces of the State in Twenty-First Century Globalizations and Wars.** 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

A set of theoretical reflections on the contradictions between the post-Cold War international order and the structuring categories of the prevailing analytical paradigms, this thesis also tries to point to empirical data and list questions to be understood by a new way of producing knowledge in international relations. It criticizes both one-dimensional paradigms, mainly those in the liberal and Lenin-Stalinist model, and two-dimensional paradigms of realistic and rational inspiration, showing that both of them build conceptual networks based on the dialectics of dichotomy, which reduces the complexity of being international and foreign to a national vision and interest. The work also suggests that the international system and the regional subsystems, as objects of study, are not limited to their units, making up a third dimension, or grey zone, whose configuration can only be understood through an integrated analysis of the war phenomena, globalization and the strengthening of the State. By making suggestions for the debate and formulation of more comprehensive interpretation concepts, in addition to some neologisms, this thesis builds some broad typologies. However, the author warns that these formulations have the purpose of illustrating the analysis, not closing the debate on a finished model.

Keywords: Sovereignty. Globalizations. Strategy. Power. State. Paradigms. Grey zone; Uni-bi-multi-polar system. Regional subsystems. Three-dimensional analysis.

Lista de Siglas

ADM:	Armas de Destruição em Massa
AIEA:	Agência Internacional de Energia Atômica
Aladi:	Associação Latino-americana de Integração
Alca:	Associação de Livre Comércio das Américas
Apec:	Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico
Asean:	Associação das Nações do Sudeste Asiático
Brics:	Brasil, Rússia, Índia e China
CAN:	Comunidade Andina de Nações, ex-Pacto Andino
Caricom:	Mercado Comum e Comunidade do Caribe
CEI:	Comunidade de Estados Independentes
CIA:	Agência Central de Inteligência
Comecon:	<i>Council for Mutual Economic Assistance</i> (Conselho para Assistência Econômica Mútua)
CS:	Conselho de Segurança
DPG:	<i>Defense Planning Guidance</i>
Ecowas:	Comunidade Econômica dos Estados da África Oriental
EUA:	Estados Unidos da América
FED:	Reserva Federal dos EUA
FIP:	Forças Interamericanas de Paz
FMI:	Fundo Monetário Internacional
FNUAP:	Fundo de Populações da ONU
G-8:	Grupo dos 7 países mais ricos, mais a Federação Russa
G-20:	Grupo dos 20 países mais desenvolvidos
IBGE:	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH:	Indicador de Desenvolvimento Humano
IISS:	The International Institute for Strategic Studies
IME:	Indústria Maquiladora de Exportação
KMDB:	Karkhiv Morozov
MCCA:	Mercado Comum Centro-Americano
MCE:	Mercado Comum Europeu
Mercosul:	Mercado Comum do Sul

Nafta: Acordo de Livre Comércio da América do Norte
OEA: Organização dos Estados Americanos
OIT: Organização Internacional do Trabalho
OMC: Organização Mundial do Comércio
ONG: Organização Não Governamental
ONU: Organização das Nações Unidas
Opep: Organização dos Países Exportadores de Petróleo
Otan: Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA: Organização de Unidade Africana
PC: Partido Comunista
PIB: Produto Interno Bruto
PMB: Produto Mundial Bruto
PNAC: Projeto do Novo Século Americano
PNB: Produto Nacional Bruto
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAD: *Rebuilding America's Defense*
SADC: Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento
TNP: Tratado de Não-Proliferação Nuclear
UE: União Europeia
Unasul: União de Nações Sul-Americanas
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
Usaf: *US Air Force*
WTC: *World Trade Center*

Lista de Figuras

Figura 1. Guerra e imperialismo	56
Figura 2: Geometria dos paradigmas liberal e realista	63
Figura 3: Teste empírico da explicação liberal	66
Figura 4: Teste empírico da explicação realista	68
Figura 5: Comparação gráfica entre as três noções de estrutura	136
Figura 6: Representação das nuances da zona cinzenta	162
Figura 7: As visões globais de Moscou e Washington	301
Figura 8: Teatro de guerra – a superioridade da defesa	321
Figura 9: Mapa das Zonas Politectônicas Primordiais	348
Figura 10: Mapa das Zonas Politectônicas Insulares ou Periféricas	350
Figura 11: Mapa das Zonas Politectônicas Marginais	351
Figura 12: Mapa unibimultipolar	354

Lista de Quadros

Quadro 1: A) Estratégia geral (global)	325
Quadro 2: B) Estratégias setoriais dos EUA	325
Quadro 3: C) Estratégias regionais dos EUA	326
Quadro 4: Sistema unimultipolar pós-Guerra Fria	343
Quadro 5: Perfil dos subsistemas regionais do sistema unibimultipolar	355
Quadro 6: Classificação dos países nos subsistemas regionais da Ordem pós- Guerra Fria	383

Lista de Tabelas

Tabela 1: Principais contingentes navais e aéreos	309
Tabela 2: Principais gastos militares de 2009 e contingentes totais	323
Tabela 3: Perfil geoeconômico do sistema unibimultipolar.....	360
Tabela 4: Perfil geomilitar do sistema unibimultipolar	362
Tabela 5: Poder perceptível na América do Sul	376

Sumário

Considerações prévias Um mundo mal explicado.....	18
Capítulo 1 Paradigmas em crise	30
Teoria, prática e paradigmas	41
Paradigmas são ângulos de observação	46
Recuperação da ideia de hegemonia... ..	54
... A noção de interdependência complexa... ..	62
... O descarte da norma do medo... ..	70
... E de um não-paradigma internacional	76
Cada paradigma, uma crise	80
Um paradigma para pensar a transição.....	89
Capítulo 2 O buraco negro das teorias de Leviatã.....	97
... A esfera da boa vida e a via do meio.....	108
A inclusão de um terceiro ator para a paz	116
A admissão de uma terceira dimensão para a análise	124
Zona cinzenta entre o interno e o externo	131
... A dominação das instâncias determinadas.....	145
A elasticidade da tridimensionalidade.....	160
Capítulo 3 Globalizações e soberania.....	165
O Estado, pequeno ou grande demais, e a sociedade internacional	169
Fragmentação do Trabalho e flexibilização do Capital	179
Regionalização e reinserção.....	189
Desindustrialização e o mito do imperial overstretch	200
Desterritorialização e reterritorialização	218
Da aldeia ao segredo dos segredos de Estado	228
Falidos e frustrados das globalizações	244
Capítulo 4 Guerra e globalização	251
A noção de “guerra preventiva”	257
A guerra como empresa racional.....	272
Grande estratégia e aproximação indireta	287
Os espaços da guerra.....	294
Estratégias e táticas	318
Globalização, assimetria, ofensiva e defensiva	322
Capítulo 5 Satisfação e desesperança na nova ordem	331
Os tabuleiros da análise	337
Um sistema unimultipolar?.....	341
A relevância do regionalismo globalizado.....	356
Conjeturas sobre subsistemas críticos para o sistema	370
Uma régua única para medir potências?	374

Aposentadoria e desespero na ordem internacional.....	380
Transição, pré-transição, emergências.....	388
À guisa de conclusão.....	393
Referências	396
Apêndices	433

Considerações prévias

Um mundo mal explicado

*“É certo: a concisão é
a alma do espírito”.*

William Shakespeare
(*Hamlet*)

Foi para onde quis, independentemente dos *policy makers*. Escapou dos cenários internacionais desenhados pelos especialistas, das previsões dos adivinhos e da imaginação dos futurologistas. Driblou as invasões estrangeiras e os ataques terroristas, as conveniências econômicas, o *soft*, o *hard* e o *smart power*. Transformada em espetáculo global, a busca de sentido para o mundo caiu sob um acachapante espanto cognitivo. Esta a impressão de descontrole deixada pela política internacional ao menos nos últimos anos do século XX e nos inaugurais do XXI, como se tivesse se tornado uma esfera da ação humana inacessível ao pensamento, um ramo da vida que não se deixa mais domesticar como objeto do saber. Nenhum dos modelos teóricos de sucesso durante o século passado para explicar os eventos internacionais – o marxismo-leninismo, o liberalismo ou o realismo e suas variantes – resistiu aos testes da globalização econômica, política, cultural, civilizacional e comunicacional, bem como do fim da competição bipolar da Guerra Fria. Passamos a navegar sem bússola, sem um diagnóstico preciso das origens da desordem atual e, portanto, também sem pistas do futuro, submetidos a uma sucessão de eventos e resultados surpreendentes.

Milhares de páginas foram escritas, entre livros, ensaios, teses acadêmicas, artigos, matérias de jornais. Dezenas de milhares de conferências e palestras foram ministradas, centenas de cursos universitários e disciplinas criadas, Organizações Não-Governamentais e institutos especializados foram fundados, revistas, sites e blogs lançados. Entretanto não surgiu um consenso sequer acerca das palavras empregadas no debate ou no que respeita ao entendimento da ordem internacional vigente. O mundo, de fato, está mal explicado. Enquanto os debates circunscreviam-

se ao aspecto político, dadas as emoções despertadas pelo dismantelamento de um império e a desagregação da segunda maior potência mundial, enfatizando o estabelecimento da unipolaridade ou do retorno à multipolaridade e sobre o fim ou o desdobramento da história, a realidade, sorrateira, pelos caminhos e descaminhos da economia, das revoluções comunicacionais ou das guerras aparentemente sem propósitos, tornava-se mais complexa. Ressentimentos ainda se cruzam com festejos rancorosos. Embora o período da Guerra Fria tenha encerrado seu ciclo há duas décadas, seus cânones ideológicos continuam a dominar as análises das conjunturas internacionais. A discussão não conseguiu desvencilhar-se das apologias apresadas e descer para o plano da paciente pesquisa e da objetividade. Ainda não foram forjados instrumentos teóricos para ver e interpretar as novas conjunturas internacionais e análises anacrônicas continuam a embasar as ações dos tomadores de decisão em política externa. Os desenganos políticos estão associados aos enganos teóricos.

A sensação de descontrole como ramo da ação e como esfera da preocupação científica decorre tanto dos acalorados embates acadêmicos quanto dos insucessos dos projetos das grandes potências, sobretudo Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Um dos contendores sequer sobreviveu ao fim do confronto bipolar para fazer um balanço de seu “internacionalismo proletário” e das teorias de seus ideólogos. O outro, embora remanescente como única superpotência mundial, não conseguiu levar a bom termo qualquer dos conflitos bélicos em que se envolveu, sobretudo na problemática região do Oriente Médio-Ásia Central, não foi capaz de estabelecer uma nova ordem mundial, de reformar as instituições superestatais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), e revela crescentes dificuldades até para conservar sua soberania interna face a velocidade dos fluxos financeiros e informacionais dentro de seu próprio território. Se o mundo parece estar à deriva é porque algo de muito grave ocorre com as teorias que procuram explicá-lo. Nenhuma delas consegue dar conta das novas complexidades produzidas pelas globalizações.

Se o edifício político-social da URSS desabou pelo menos em parte em decorrência dos seus desacertos externos, os EUA, apesar de persistirem como a maior potência da história da humanidade – graças à estabilidade de suas

instituições, ao poderio de suas forças armadas, o tamanho de sua economia e a sua incontestável superioridade tecnológica – também vêm passando por sucessivos vexames no exterior. E por alguns em casa, como o descontrole financeiro decorrente da crise dos *subprime* e os sucessivos vazamentos de seus arquivos secretos pelo site Wikileaks. Cada novo embate gera um novo espanto, como se o mundo tivesse se viciado na droga de raios em céus azuis. O último, que se desenvolveu na fase em que este texto estava sendo concluído, foi a onda de movimentos populares, mobilizados pela Internet e as redes sociais, na África do Norte e em parte dos países árabes do Oriente Médio, pegando os regimes vizinhos e todos os grandes atores internacionais de surpresa. Se a decadência da URSS foi acelerada pela desastrada intervenção militar no Afeganistão, é preciso dizer também que o mesmo Afeganistão, juntamente com o Paquistão, o Iraque e as crescentes dificuldades para equacionar os problemas do antigamente chamado terceiro mundo vêm sendo a prova de fogo das pretensões unipolares americanas.

A superação da ordem bipolar não representou imediatamente o ingresso numa ordem unipolar, embora o momento tenha sido sentido dessa maneira por boa parte da *intelligentzia* “vencedora”. Ao invés disso, o fim do confronto entre os dois sistemas mundiais permitiu que outras questões ganhassem relevância, como os embates civilizacionais – como o alertado por Bernard Lewis¹ e Samuel Huntington² -, as lutas étnicas, as disputas nacionais e nacionalistas, e deram relevância às lutas pelos direitos das mulheres, das minorias, pelos direitos humanos e o meio ambiente. Numa tal velocidade, devida aos modernos meios de comunicação, e numa tal dimensão e complexidade, devidas às energias impulsionadoras da globalização econômica, que a força da hiperpotência, suficiente para suplantear a concorrente da Guerra Fria, logo se revelou insuficiente para avaliar e controlar os novos turbilhões.

Os paradigmas teóricos herdados da Guerra Fria não conseguem mais dar conta das questões relativas à transição na ordem internacional ou da emergência de novas realidades com base na esfera econômica e nas afinidades culturais ou religiosas. Ainda digladiando entre si, realismo e liberalismo são assaltados pelas

¹ Ver *O que deu de errado no Oriente Médio?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

² Ver *O choque de civilizações – E a recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Edição Objetiva, 1997.

anomalias, as constatações factuais que escapam aos modelos teóricos, e pelos paradoxos, ou seja, as previsões que são contrariadas pelo teste empírico. O crescimento do volume de anomalias e paradoxos sugere o alargamento do fosso entre as dimensões da realidade e da sua compreensão. Aparentemente a régua que serve para medir a força tornou-se ridiculamente precária para dimensionar as energias liberadas pelo seu emprego. As grandes potências não conseguem avaliar as consequências de seus atos e pequenos atores não sabem como identificar os riscos à sua sobrevivência. O mundo tornou-se um lugar mais arriscado e decididamente mais imprevisível.

O primeiro desafio a qualquer teoria é o da sua própria lógica interna. Aquelas que não resistem ao teste da harmonia entre seus conceitos, ou seja, que não conseguem, ou deixam de conseguir, passar pelo teste da coerência da sua própria lógica interna, perdem a razão de existência. Derivam da ciência para a fé e a teimosia. O segundo desafio é o da correspondência entre seus enunciados e os fatos que pretendem explicar. Quando estes se tornam mais complexos, ou adquirem uma velocidade superior, inacessível a seus conceitos-chave, as teorias entram em crise. O primeiro critério de aferição das teorias, portanto, é imanente, a sua lógica interna, o segundo é empírico, e aquelas que deixam de se autochecar e de se renovar para solucionar as incoerências, anomalias e paradoxos, tornam-se paradigmas inválidos ou ultrapassados, parciais e ideológicos.

Não é apenas a capacidade de oferecer alternativas para a ordem mundial, entretanto, que está em crise, mas também o mérito, ou a capacidade explicativa, das teorias, o que sugere uma coincidência geográfica entre os centros de produção de conhecimento e os centros do poder mundial, entre as concepções de política internacional e política externa, entre os métodos interpretativos e o patamar de observação do mundo, como se o poder para ditar a ordem e os paradigmas para compreendê-lo representassem duas faces distintas da mesma moeda, embora às vezes dissonantes e assimétricas. Uma de nossas hipóteses é que os antigos postos de observação, apesar de sua sofisticação tecnológica e aparato de quadros preparados, talvez já não sejam adequados para o entendimento das novas realidades e que eles não permitam compreender as modernas transições e a emergência de novas potências como possivelmente China, Índia, África do Sul e Brasil ou a rápida reemergência da Rússia. Para perceber as novas realidades

significativas, é possível que os debates do antigamente chamado Primeiro Mundo já não sejam efetivos e que, apesar dos recursos e da qualificação de suas academias de elite, elas tenham se tornado centros de difusão de autoilusões. Ao invés de dar sentido aos eventos mundiais, é possível que os centros de produção de conhecimento os confundam. E pode acontecer também que as antigas ferramentas de organização do pensamento e do mundo, ou seja, os conceitos que funcionavam, tenham passado a ser entraves ao conhecimento das novas e emergentes realidades. Com isso pode-se antecipar a probabilidade de que outros ângulos de observação sejam mais eficientes, capazes de focar tanto os velhos como os novos problemas, e possam produzir conceitos que permitam avançar um passo na explicação daquilo que começa a fugir (ou já escapou) do entendimento estabelecido como verdadeiro.

Esta tese tem, portanto, um objetivo teórico. Visa discutir o alcance e a operacionalidade teórica dos três principais paradigmas das relações internacionais: o *historicismo dialético*, que denominamos também como leno-stalinismo, o *realismo*, juntamente com a teoria de segurança da escola inglesa de relações internacionais, que operam com a concepção hobbesiana de anarquia, e o *liberalismo* de inspiração lockeana e kantiana, que define a política como uma das esferas da divisão do trabalho, a partir da natureza compreensiva e cooperativa do homem. Eles constituem o patrimônio intelectual comum e sintetizam o conhecimento acumulado sobre a política internacional, e são, por isso, um ponto de partida indispensável. Mas podem constituir também um entrave à interpretação das informações oriundas da realidade e à organização do pensamento, por forçarem o emprego de enfoques tornados inadequados pela história. Se os paradigmas teóricos constituem atalhos ou são um elemento simplificador para a interpretação da realidade, eles também refletem os interesses dominantes no mundo e implicam em deformações, que se agravam, transformando-se em barreiras ao exercício da inteligência.

Embora esta tese tenha uma pretensão teórica, ela não sintetiza a proposição de um novo paradigma interpretativo, pois seu objetivo é apenas o de fornecer subsídio crítico e elementos para a sua produção. O trabalho que desenvolvemos a seguir é produto da pesquisa e reflexão sobre quatro hipóteses centrais:

- 1ª) Os paradigmas, ainda que de uma forma não explícita e em última instância, têm uma base geográfica e uma determinação histórico-cultural, representando formas de organização das informações sobre o mundo do ponto de vista dos interesses de uma potência dominante ou com pretensões de dominação. Nesse sentido, além de buscar diagnósticos, pretendem também produzir prognósticos e, em alguns casos, estratégias, projetando para o plano internacional os interesses de um Estado ou coalizão de Estados;
- 2ª) Os paradigmas são, também, construções teóricas, com lógicas próprias, que definem de maneira distinta o fenômeno internacional e representam, cada um, um modo específico de produção de conhecimentos, ou seja, cada um define um objeto teórico e um método particular de investigação, embora todos tenham pressupostos explícitos diferentes e implícitos comuns. Suas crises, portanto, não são iguais ou expressivas umas das outras;
- 3ª) Dentre os pressupostos implícitos comuns a todos os paradigmas, um deles é que todos visam a conservação (o que, às vezes, também exige a ampliação) de um Estado ou do seu poder sobre os demais. Todos, mesmo o realista, apesar de suas críticas às prescrições, são também normativos. Os paradigmas, mesmo o leno-stalinista, vinculado ao Estado Soviético, são, portanto, conservadores, o que dificulta a análise de dois fenômenos internacionais centrais: a emergência de novos atores e a transição nas ordens internacionais. Eles são úteis, cada um à sua maneira, para explicar o funcionamento interno das ordens, mas não para compreender suas mudanças estruturais;
- 4ª) Os paradigmas atuais não conseguem dar conta do fenômeno, atual e possivelmente nomeado de forma imprópria, das emergências, bem como das transições no interior das e entre as ordens internacionais.

Por conta de seu enrijecimento em corpos conceituais cada vez mais divorciados da realidade empírica, as teorias estão em crise, sobretudo as que procuram compreender os fenômenos internacionais, relativos às interações entre diversas soberanias. Eles basicamente se dividem em dois grupos interpretativos: um afirma que o moderno Estado territorial, impropriamente chamado Estado-nação, estaria sendo desbastado pela globalização e fadado ao desaparecimento; o outro garante que a globalização seria apenas um evento econômico, sem influência decisiva sobre a política e que, portanto, no limite, ela perderia impacto para a força,

na medida em que o Estado conserva o monopólio da violência e tem como reagir a seu assédio. Ao invés disso, a empiria revela que a globalização é um fenômeno progressivo, a novidade de nossa época, que avança de forma inexorável, mas que o Estado, ao invés de fadado a desaparecer, tem se fortalecido de forma inédita, embora mudando a natureza de suas funções soberanas. Enquanto os paradigmas e modelos interpretativos produzem uma visão em uma única dimensão dos fenômenos ou em duas, são unidimensionais (construídos de dentro para fora) ou bidimensionais (admitem as diferenças, mas constroem o diferente a partir do próprio ponto de vista), a realidade da globalização contemporânea aparentemente exige um enfoque tridimensional para a sua compreensão.

A crise dos paradigmas está associada, portanto, à crise da ordem internacional. Não somente os modelos interpretativos perderam capacidade de compreensão, mas também as grandes potências, inclusive a hiperpotência, perderam eficácia para dobrar a vontade dos demais atores, mesmo Estados falidos e atores não-estatais da periferia. Logo, para que o mundo volte a fazer sentido, ou seja, para que as relações internacionais voltem a ser objeto de análises objetivas e para que se complete a transição da Ordem da Guerra Fria para a do século XXI, é importante a criação de um novo modo de produção de conhecimentos das realidades internacionais. O objetivo desta tese, porém, limita-se à constatação da necessidade e possibilidade de um novo paradigma, capaz de refletir sobre as mudanças ocorridas, dos fluxos que percorrem e atravessam os Estados e de dar conta das transições e emergências. Não nos anima, como dito nos parágrafos anteriores, a pretensão de criar esse paradigma, mas somente a aspiração de apontar para alguns de seus delineamentos gerais, de elencar questões a que ele precisa responder e de sugerir alguns fenômenos a serem explicados. Embora, nas presentes condições dos embates teóricos, só seja possível a crítica aos modos de produção de conhecimento dominantes, a construção de um novo paradigma depende de uma pesquisa exaustiva e do somatório de esforços de muitos estudiosos.

Para realizar esse diálogo no grau de abstração necessário ao rigor, nas páginas seguintes evitaremos deliberadamente os particularismos, sejam as análises de casos isolados, sejam as inúmeras propostas de adaptação dos modelos teóricos ou da combinação de influências diversas. Isso porque, no grau proposto de abstra-

ção, a busca do detalhe ou da variante induz à diluição das determinações teóricas mais abstratas. É preciso repensar o internacional como objeto teórico e de articulações lógicas. Ou seja, impõe-se a própria definição do internacional e da política internacional enquanto objetos de reflexão. Interessam-nos, por isso, única e tão somente os traços mais gerais, “as abstrações mais tênues”, de que falava Marx na Introdução de 1857³, a visão geral da floresta, não a da sombra de uma árvore em particular, que pode encher os olhos mas certamente embaralha a inteligência e embaça a compreensão do todo. Se “a prolixidade” constitui as “flores exteriores” da erudição, “a concisão é a alma do espírito”, como diz Shakespeare em Hamlet, no texto que serve de epígrafe a estas considerações. “É certo: a concisão é a alma do espírito, como a prolixidade os seus suportes e flores exteriores”.

Esta tese obedece ao seguinte percurso: passa da caracterização do problema (a crise dos paradigmas) a uma investigação epistemológica e filosófica; e desta a um esforço de definição das globalizações, com base na economia e na geografia; a seguir faz uma reflexão sobre a guerra; e culmina avançando algumas proposições analíticas. No debate com os paradigmas dominantes, realizados no primeiro capítulo, abstraímos as minúcias e variantes, em busca das suas determinações mais gerais, aquilo que Max Weber chamava de “tipos ideais”, buscando também seus pressupostos, ou seja, “o tipo ideal” leno-stalinista, não as exceções e flores exteriores desse modo de produção de conhecimentos. No caso do liberalismo, procuramos suas determinações gerais e conceitualmente articuladoras, abrindo duas únicas variantes importantes para a compreensão de alguns debates atuais, uma para o neoliberalismo, outra para o rawlsianismo. Irmãos-inimigos, filhos do iluminismo, liberalismo e leno-stalinismo são prescritivos e o que denominamos paradigmas unidimensionais, que constituem o estrangeiro a partir do que filosoficamente se poderia denominar como a falsa consciência de si próprios. Em relação a eles, o realismo se ergueu como um paradigma bidimensional, capaz de reconhecer as diferenças culturais e políticas e conviver com elas com base nas relações de força. Por essa razão, dedicamos a ele um número maior de reflexões ao longo do capítulo 2, por um lado, para descartar suas variantes normativas e, por outro, para justificar porque, no nos-

³ Ver *Para a crítica da economia política*, 1974, p. 120. Logo depois, na página 123, falando sobre o estatuto dessas categorias mais simples, Marx diria que “a categoria mais simples” na “sociedade mais desenvolvida aparece como a relação mais simples de um organismo mais desenvolvido”. Ou seja, antecede a elevação do abstrato ao concreto. Tem o real concreto como pressuposto, mas compõe o processo do pensamento.

so entendimento, esse paradigma pode constituir a base para uma renovação paradigmática, articulando aspectos rejeitados pela tradição leno-stalinista do marxismo ou do liberalismo wilsoniano.

Caracterizados os “tipos ideais” dos modos de produção de conhecimentos sobre o internacional, no desdobramento do capítulo 2, procuramos entender como os três compartilham uma mesma maneira de definir seus objetos e métodos de estudo, a mesma concepção teleológica da história, comungando de um mesmo modo de construção conceitual, baseados nas dicotomias excludentes do racionalismo iluminista. A filosofia da história e a concepção de ciência que lhes são subjacentes, do nosso ponto de vista, estão na raiz de suas limitações epistemológicas e do fato de não conseguirem submeter a exame o que chamamos de terceira dimensão, o conjunto de fenômenos que caracteriza o internacional. Para pensá-la seria preciso uma forma de construção conceitual capaz de lidar com um número maior de determinações. Para caracterizar melhor essa dimensão, a partir do capítulo 3, procuramos relacionar o fenômeno das globalizações com o Estado e com a guerra, para tentar entender porque a evolução das interdependências não leva ao fim do Estado territorial, mas o fortalece, e porque, a guerra, apesar das condenações que suscita, continua presente não apenas nas relações estatais, mas também de alguns Estados contra organizações infraestatais de outros.

No debate para a caracterização das globalizações, como ponto de partida, apoiamo-nos nos pensadores econômicos que procuram desvendar os processos produtivos, financeiros e tecnológicos que marcaram a segunda metade do século XX, de extração liberal, como Richard Rosecrance, ou marxista, como François Chesnais, e nas reflexões de sociólogos e geógrafos, como Octavio Ianni, Milton Santos e Ferdinand Braudel, sobre as reconfigurações sociais e espaciais decorrentes da modernização das relações de produção, empregando conceitos como os de desterritorialização e reterritorialização, para procurar entender as novas realidades do Estado e da noção de soberania. Dialogamos também com MacLuhan e os pensadores da comunicação, uma vez que a preservação do monopólio legítimo da força passou a conviver com a emergência de opiniões públicas internas e a formação de correntes de opinião internacionais. A reflexão sobre as transformações do papel do Estado e a emergência de novas dimensões internacionais, como a comunicacional, ao lado do surgimento de novos atores,

como os atores supra e infraestatais, e temas, como os ambientais e os direitos humanos, completaram o quadro explicativo das causas pelas quais o Estado, ao tempo em que perde algumas de suas funções tradicionais relativas à segurança, adquire novas, de indutor do progresso e da construção da unidade interna.

Procuramos relacionar a função definidora do Estado de promover em caráter exclusivo a guerra com suas novas funções e a globalização no capítulo 4. Para isso, examinamos as guerras do século XXI à luz das teorias clássicas da guerra e vice-versa, estudamos as teorias levando em conta os eventos bélicos recentes, opondo sem sucesso a maior potência militar de todos os tempos a Estados falidos do terceiro mundo. A preocupação original era identificar se essas guerras foram conduzidas de forma errada ou se as teorias da primeira metade do século XIX estariam superadas. Convocamos para essa reflexão, além dos teóricos da guerra no mar, Mahan e Corbett, no ar, Giulio Douhet, de geopolíticos como Mackinder e Spykman, e os pensadores da guerra, Clausewitz e Liddel Hart. Também essas considerações só poderiam ser feitas num grau elevado de abstração, ou seja, de conceitos gerais, para a construção de uma argumentação lógica. Ao longo do caminho, como se poderá ver, demos exemplos empíricos, para identificar e debater as anomalias e paradoxos das teorias políticas internacionais, não para, a partir deles, confirmar ou invalidar paradigmas, mas somente como recursos para a clareza de exposição das propostas conceituais.

Como apoios empíricos a esse esforço de juntar elementos para um debate consistente com os conceitos teóricos, tivemos que propor algumas ideias acerca do sistema internacional e dos subsistemas regionais que o compõem. Para isso tivemos que fazer um criterioso levantamento de dados econômicos, sociais e militares das treze regiões em que dividimos o sistema internacional e de cada uma das 194 Potências e Estados que as compõem. Embora tenhamos usado uma parte dessas informações nas análises, evitamos subordinar a construção conceitual a elas. Entretanto, essa base de dados está publicada no final desta tese, como Apêndice, uma vez que poderá contribuir para as pesquisas e análises de outros estudiosos.

Somente num dos capítulos, o 5, e de maneira muito prudente, ou seja, evitando ser taxativo ou conclusivo, procuramos dar um passo mais ousado no processo “de elevação do abstrato ao concreto”. Nele propomos duas coisas: a

divisão do sistema mundial em subsistemas que procuram combinar as determinações geológicas, políticas, econômicas e culturais, e seu agrupamento em regiões sob o ônus da divisão ou o benefício da solidariedade, bem como a distinção das soberanias em Potências e Estados, conforme sua influência sistêmica ou subsistêmica, avançando a sugestão da construção de uma tipologia com oito gradações de Estados. Embora essa tipologia procure conjugar fatores demográficos, econômico-sociais e político-militares, trata-se somente de uma sugestão, agora submetida à análise, formulada com o propósito de alimentar o debate e contribuir para a construção de um paradigma mais abrangente. Como se poderá ver, ela procura, a partir das condições concretas, tipificar os projetos nacionais com categorias descritivas de suas virtuais aspirações: potências satisfeitas ou preocupadas, insatisfeitas ou solitárias, Estados arranjados, incomodados, aposentados e desesperados. Embora essas sugestões tenham somente o objetivo de provocar a reflexão e o debate, seu propósito último é contribuir para a definição de um paradigma capaz de identificar a natureza da presente ordem internacional, os processos que regem as transições e a emergência de novas potências. Estamos conscientes, como já fazemos questão de confessar, que a construção desse paradigma é um trabalho que ainda depende do concurso de outros pesquisadores e formuladores para ser construído.

A necessidade teórica de um paradigma mais abrangente, capaz de tornar os fenômenos atuais mais inteligíveis, não significa desconsideração para com as abordagens desenvolvidas ao longo do período da Guerra Fria. Pelo contrário: elas são nosso ponto de partida e contribuem, da mesma forma que a Física newtoniana para a einsteiniana, para a elaboração teórica tridimensional em política internacional. Embora não anule a validade dos debates anteriores para o entendimento das ordens internacionais, o novo paradigma provavelmente relativizará os anteriores e certamente poderá contribuir para uma maior precisão do entendimento da história, pela mesma razão que o passado é cada vez mais bem compreendido pelas gerações sucessivas de historiadores.

Temos, ainda, a pretensão de imaginar que essas reflexões possam vir a ser consideradas excessivamente ousadas e venham a incomodar, gerando até aversões, nem todas, contudo, de natureza teórica, que de resto seriam bem-vindas, pois alimentariam o debate, mas muitas delas decorrentes somente de um certo

comodismo pessoal ou profissional, acadêmico e/ou psicológico. Afinal, se não é possível produzir modos de pensamento a qualquer momento, pois isso depende de fatores objetivos como a complexificação da própria realidade, o acúmulo de exigências práticas de natureza econômica, política e mental, na forma de paradoxos e anomalias, enfim de um momento da história e da cultura, além de competência intelectual, os alertas para os vícios e distorções consagrados também desestabilizam formas de ganhar a vida e rotinas estabelecidas. Para amenizar as razões não-acadêmicas das virtuais aversões, antecipamos que esta tese, assim como não principia por uma introdução formal, não termina com uma conclusão também formal. Isso porque, se um embate como este, de natureza teórica, jamais se encerra, não comportando conclusões, é recomendável que uma tese que só tem o propósito de provocar um debate observe formalmente a obrigação de se declarar somente como um convite e uma abertura de diálogo.

Capítulo 1

Paradigmas em crise

“Todas as minhas idéias se entrelaçam, mas não posso expô-las ao mesmo tempo”.

Jean-Jacques Rousseau
(*Do contrato social*)

As duas superpotências concorrentes da Guerra Fria combinaram ações de sedução e coerção para conservar e consolidar a unidade de seus blocos de influência. Nenhuma delas hesitou em usar a força nos territórios de aliados, indiferentes aos virtuais prejuízos à imagem de domínio benigno que procuravam construir. No caso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o desgaste decorrente de duas intervenções militares – uma aparentemente bem sucedida na Hungria, em 1956⁴, e a outra, mal recebida no mundo, contra a onda reformista da Tchecoslováquia, em 1968⁵ – não chegou a abalar o controle do aparato interno do Partido Comunista (PC) sobre as instituições e o conjunto da sociedade. Mas a prolongada intervenção militar de nove anos na guerra civil do Afeganistão (1979-1989)⁶ acarretou um custo, social e financeiro, maior do que a sociedade soviética tinha meios para bancar, levando o Estado dos soviets a afrouxar os laços econômicos e a enrijecer os mecanismos de controle de movimentação da população na Europa Oriental, o que agravou ainda mais sua instabilidade. A queda do Muro de Berlim, em 1989, foi o sintoma mais eloquente da irreversível tendência à corrosão do bloco socialista, cujos Estados foram caindo um a um, culminando com a própria desagregação da URSS dois anos depois, em dezembro de 1991, 74 anos depois da Revolução de Outubro de 1917.

⁴ Levada a cabo, surpreendentemente, sob a direção de Nikita Kruchev (no poder entre 1953 e 1964), logo depois da denúncia dos chamados crimes de Stálin, por ocasião do 20º Congresso do Partido Comunista.

⁵ No quarto ano no poder do secretário-geral Leonid Brejnev (1964-1982). Sob sua direção começou a se tornar evidente a burocratização da URSS e sua crescente incapacidade de manter o ritmo de desenvolvimento do período anterior à Segunda Guerra.

⁶ Iniciada sob Brejnev e encerrada quatro anos depois da posse de Mikhail Gorbachev (1985-1991), o último secretário-geral do PC soviético.

No caso dos Estados Unidos (EUA), a retirada do Vietnã, em 1975, ao fim de doze anos de intervenção (1963-1975), com um total de 2,3 milhões de homens mobilizados, 46.370 mortos e 300 mil feridos, não provocou alterações significativas no comportamento externo da potência-líder – nem na sua forma de ver o mundo –⁷, ao contrário das intervenções pós-ataques de 11 de setembro, desde outubro de 2001, no Afeganistão, com 707 baixas até julho de 2009, e desde março de 2003 no Iraque, com 4.321 baixas⁸. Uma potência que toma a iniciativa mas perde o controle de uma guerra e se revela incapaz de terminá-la deve ser considerada politicamente superada, segundo o mais clausewitziano dos modernos pensadores da guerra, Liddel Hart, pois quem não consegue produzir um acordo satisfatório e durável para a cessação da violência se desgasta ao ponto de comprometer seu próprio futuro.

É essencial conduzir a guerra considerando-se a paz que se deseja. Esta é a verdade fundamental da definição de guerra de Clausewitz: 'é uma continuação da política por outros meios', o desdobramento da mesma política através da guerra deve ser realizado sob o pensamento de que sua finalidade é a paz subsequente. Um Estado que consome suas forças até o desgaste quebra sua própria política e seu futuro. (LIDDEL HART, 1973, p. 377)⁹

Embora as perdas em vidas humanas no Iraque e Afeganistão sejam inferiores às ocorridas no Vietnã, a segunda intervenção no Golfo Pérsico, doze anos depois da primeira, tornou-se insustentável, apontando para a primeira grande derrota dos EUA no século XXI, sob o açoite implacável da opinião pública mundial e americana, denunciando as mentiras a respeito dos motivos da invasão -, os crimes nos campos de batalha – a exemplo da prática de torturas contra prisioneiros em espaços militares como o quartel de Abu Ghraib –, e as prisões extraterritoriais à margem da legalidade mantidas pelo Departamento de Defesa e a Agência Central de Inteligência (CIA) ao redor do mundo – como a de Guantânamo. A segurança dos

⁷ Dados da Military Power Review. O governo do Vietnã do Sul contava com um efetivo total de 1,048 milhão de homens e sofreu 184 mil baixas. Os vitoriosos República Democrática do Vietnã (do Norte) e Vietcong, com cerca de 2 milhões de combatentes, perderam em torno de 900 mil. Dados disponíveis em <http://www.militarypower.com.br/frame4-warVietna.htm>.

⁸ Segundo o i.casualities, ocorreram, até julho de 2009, 4.639 mortes de combatentes estrangeiros no Iraque, 4.321 deles americanos. Os feridos chegam a 21.156. Dados disponíveis em: <http://icasualities.org/iraq/index.rsp>. Segundo o Iraq Body Count, o número de civis iraquianos mortos oscila entre o mínimo de 92.485 e um máximo de 100.964. <http://iraqbodycount.org/>. No Afeganistão, desde 2001, as baixas aliadas somam 1.204, 707 das quais americanas. Dados em: <http://icasualities.org/oef>.

⁹ Tradução do autor desta, do espanhol para o português. A partir deste, todos os textos em língua estrangeira serão traduzidos pelo autor que, assim, é o responsável por eles.

interesses americanos no Oriente Médio tornou-se mais precária após os dois ataques, pois gerou, em ambos os países, Estados frágeis, incapazes de controlar a crescente violência interna; no caso do Iraque, ao deslocar o controle das minorias sunitas para representantes da maioria xiita, os EUA, com suas próprias mãos, ampliaram a influência de seu maior adversário na região, o Irã. O ápice desse quadro de derrota estratégica, apesar das incontáveis vitórias operacionais, foi a eleição para a Presidência americana de um negro democrata, Barack Obama, fato impensável fora do quadro de derrota e humilhação no plano internacional, a partir de quando se iniciaram os esforços extremamente complicados e contraditórios de alteração da política externa dos EUA, sobretudo para a Ásia Central e o Oriente Médio.

Os responsáveis pelas políticas externas das duas superpotências formularam políticas malsucedidas, evidentemente mais equivocadas no caso soviético. A desagregação da URSS e o desfecho da Guerra Fria, em 1989-1991, pegaram de surpresa os especialistas dos dois lados das linhas ideológicas. Não foram previstos pelos pesquisadores nem figuravam entre os cenários desenhados pelos estrategistas. Apesar da crise sem precedentes, que desde a metade da década de 1970 provocava convulsões na estrutura da Europa de economia planificada, nenhum estrategista ou acadêmico de qualquer dos blocos ousou diagnosticar que se tratava de uma crise terminal.

O domínio, em regime de monopólio, do marxismo pelos especialistas da Academia de Ciências soviética e do Partido Comunista da URSS não os levou a intuir que a crise prolongada não decorria apenas de desacertos na área econômica ou da subjetividade de suas lideranças. Eles não foram capazes sequer de suspeitar que era o próprio modelo daquele tipo de sociedade que estava agonizante. A rigor foram impedidos de entender os sinais emitidos pela realidade pela própria teoria, no caso, a sua versão do marxismo. O paradigma conforme o qual organizavam suas informações sobre a conjuntura, a rigor, os cegava para a realidade. Mesmo a esquerda marxista da Europa Ocidental, cujo discurso moderno e democratizante perdia credibilidade face ao dirigismo autoritário soviético, jamais conseguiu ir além da crítica de um ponto de vista democrático. Desavisado do risco da marcha a ré da história e do retorno ao capitalismo, o marxismo ocidental também não formulou uma análise propriamente política do Estado leno-stalinista, ou seja, não submeteu à

crítica a própria natureza das instituições soviéticas, limitando-se a classificá-las como resultados de um desvio ou deformação em relação ao comunismo, o qual, no fundamental, preservaria intacta a sua validade.

As críticas à experiência soviética podem ser organizadas em três vertentes marxistas principais: o economicismo, o historicismo e o ideologismo. As três têm em comum o determinismo econômico e o privilégio heurístico da luta de classes para a busca do sentido para as anomalias que, aparentemente, colocavam a URSS na contramão doutrinária. Exemplo de uma das formas mais engenhosas de crítica economicista, Charles Bettelheim atribuiu os “desvios” soviéticos à permanência de antigas e à formação de novas classes dominantes, o que teria feito com que o carro da evolução histórica reenveredasse pelas desigualdades sociais. Sua tentativa de entendimento dos “desvios” teria o objetivo de “evitar que outras revoluções proletárias sigam a mesma via e cheguem, não ao socialismo, mas a uma forma específica de capitalismo tão opressiva e agressiva quanto suas formas clássicas” (BETTELHEIM, 1976, p. 26). Rudolf Bahro e Milovan Djilas, historicistas, buscaram as raízes do autoritarismo e da burocratização soviéticos no passado, o modo de produção asiático, ou despotismo oriental, o qual teria permanecido incrustado na nova formação social e explicaria o surgimento de uma nova classe social de burocratas privilegiados, conhecida como *Nomenklatura*¹⁰. A crítica ideologista foi realizada sobretudo por intelectuais italianos inspirados em Antonio Gramsci, como Maria-Antonietta Macchiocchi¹¹, com conceitos como o de hegemonia e bloco histórico, em que um novo bloco, ou nova fase efetiva da história, seria produto da ascensão de uma outra maneira de interpretar o mundo, construída pela classe ascendente – no passado, a burguesia, no momento, o proletariado – que, dessa forma, se proporia não apenas a dominar as demais classes sociais (impondo-lhes uma ditadura, como a do proletariado, na proposta de Lênin), mas ofereceria a elas uma direção (moral e intelectual, edificada com base num novo consenso).

Independentemente da sagacidade e sedução das três modalidades de crítica de esquerda ao regime soviético, nenhuma delas conseguiu abordar a questão propriamente política e, menos ainda, a questão da política internacional leninista, não gerando, em consequência, um entendimento claro da natureza dos processos

¹⁰ Ver Rudolph Bahro, *A alternativa – Para uma crítica do socialismo real* [1977]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, e Milovan Djilas, *A nova classe* [1956]. 2. ed. São Paulo: Agir, 1958.

¹¹ Ver Maria-Antonietta Macchiocchi, *A favor de Gramsci* [1974]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

que corroíam a União Soviética. Enquanto Bettelheim afirmava a existência de luta de classes após quase três quartos de século da vitória bolchevique na URSS e definia que a pátria do socialismo só teria uma saída revolucionária, Bahro, Djilas e Macchiocchi não foram além do relato de seu desencanto e das queixas contra o oficialismo comunista. Nenhum deles, da mesma forma que os teóricos oficiais do leno-stalinismo, chegou a diagnosticar a crise soviética como do próprio sistema. E nenhum deles também suspeitou que a desagregação da URSS seria acompanhada pela perda de importância dos partidos comunistas ao redor do mundo e pela onda crítica mais efetiva à própria teoria marxista.

Do lado da ciência política ocidental, entre os pensadores lastreados nos paradigmas liberal e realista, também não houve quem desnudasse a lógica interna dos regimes sob o monopólio de partidos comunistas e previsse o esboroamento do chamado bloco socialista e da URSS, pondo fim ao período traumático da ordem da Guerra Fria. Embora um pensador geopolítico, Zbigniew Brzezinski¹², tenha diagnosticado a inconveniência de uma guerra direta do ponto de vista dos dois contendores, em virtude da capacidade de ambos em aniquilar o oponente, o que chamou de “empate estratégico”, e recomendado a paciência, pois o tempo trabalharia em favor da potência multidimensional, os EUA, contra a unidimensional, a URSS, levando a primeira a prevalecer estrategicamente, ele também não fez uma análise abrangente do esgotamento do ciclo soviético.

Dado que uma vitória no sentido tradicional se tornou anacrônica pelo surgimento da era nuclear, e dado que é irreal pensar-se numa acomodação compreensiva, os Estados Unidos deveriam seguir a meta de prevalecer historicamente sobre Moscou. (BRZEZINSKI, 1989, p. 285)

Vista com a perspectiva dos eventos da queda do Muro de Berlim e da posterior desintegração da União Soviética, a política de contenção nuclear, a *detén-te*, política implantada por Henry Kissinger durante a presidência de Richard Nixon (1969-1974) e aprofundada quando Brzezinski era conselheiro de Segurança Nacional durante o governo Jimmy Carter (1977-1981), parece uma antecipação genial da tendência histórica, mas não chegou a se converter em doutrina da política externa americana, tendo sido abandonada no início do governo seguinte, de Ronald

¹² Ver, por exemplo, *O grande desafio: EUA X URSS*.

Reagan (1981-1989). Nenhum dos Estados a Oeste da chamada Cortina de Ferro operou efetivamente, e de forma continuada, portanto, com a probabilidade desse cenário. Todos foram surpreendidos pela derrubada do Muro de Berlim e, mais ainda, pelo desfecho da vaga que percorreu a Europa Oriental, fechando o cerco em torno da URSS e levando o partido comunista à perda de controle interno.

Um lado acabou derrotado sem consciência de que estava sendo superado e sem saber por quê perdia a corrida pelo poder mundial. E o outro venceu sem se dar conta de que prevalecia graças ao desmoronamento do rival, sem saber, portanto, como e por quê adquiria uma supremacia singularizada. Em decorrência disso, não foi capaz de dimensionar os riscos, os eventuais benefícios, os custos e as tarefas da nova preponderância. O fato de o conflito sistêmico da Guerra Fria ter terminado friamente, tanto do ponto de vista bélico, pois não foi encerrado pela imposição de um *modus vivendi* ao outro, quanto do jurídico, já que não foi sacramentado por tratados internacionais, e teórico, dado que não foi entendido, em grande parte explica os paradoxos que se seguiram, decorrentes da sobrevivência simultânea de apenas uma superpotência ao lado de uma ordem jurídica internacional de caráter multilateral.

Apesar de emergirem unilateralmente como campeões da disputa bipolar de quase meio século, com os maiores arsenais nucleares, mas sem jamais os terem empregado contra o oponente direto, os EUA não chegaram a propor novas instituições internacionais ou a reforma das existentes. Devido a uma decisão estratégica, ou o seu contrário, devido à ausência de uma decisão clara, as organizações superestatais criadas ao final da Segunda Guerra Mundial foram mantidas e, no Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU), a URSS foi automaticamente substituída pela Federação Russa como membro permanente e com poder de veto. Como a extinta ordenação bipolar havia funcionado perfeitamente bem sob as duas capas de multipolaridade – a Assembleia Geral e o CS, com os outros três membros com poder de veto e estoques nucleares interagindo como amortecedores-legitimadores da correlação de forças determinante –, a superpotência remanescente continuou a agir, no fundamental, conforme o figurino, ou seja, acatando, mesmo sem as levar completamente a sério, as instituições e práticas superestatais. Passou a comportar-se como se sua assimetria em relação às demais potências fosse evidente por si só, um fator

imediatamente dissuasor, que lhe garantiria o direito de escolher as normas internacionais a que se subordinaria, o momento e a forma de fazê-lo, tal qual herdeira privilegiada das instituições das estruturas formalmente multilaterais da Guerra Fria. Sua ação mais ousada de coação passou a ser o atraso de repasses financeiros à ONU, uma maneira dissimulada de expressar seu desagrado com as medidas excessivamente multilateralistas.

A ordem bipolar da Guerra Fria terminou, mas os vencedores não arrecadaram os frutos políticos da sua supremacia, pois não houve a transição para uma *Pax Americana*. Na melhor das hipóteses, conforme a leitura de Samuel Huntington, houve um breve período de unipolaridade, no ano de 1991, no qual, aparentemente, só restara uma superpotência e havia uma concordância generalizada a respeito disso, a ponto de a própria União Soviética sob Mikhail Gorbatchev (1985-1991) ter apoiado a aliança militar dirigida pelos EUA para desalojar o Iraque do Kuwait, durante a Primeira Guerra do Golfo. Neste momento, caso os EUA desafiassem o mandato da ONU, mantendo a rápida marcha e as manobras de cerco a Bagdá, teria sido possível derrubar o governo de Saddam Hussein, pondo fim ao regime do Partido Baath, prorrogando a fase internacional unipolar. O fim desse curto período unipolar pode ser simbolizado pela interrupção das operações por terra no Iraque¹³, quando o presidente George Bush (1989-1993) acatou a aceitação pela ONU da rendição de Saddam, conferindo legitimidade às instituições multilaterais.

A política global abandonou o sistema bipolar da Guerra Fria, passou por um momento unipolar – cujo ápice foi a Guerra do Golfo – e agora entrou em uma ou duas décadas unimultipolares antes de se tornar um sistema verdadeiramente multipolar no século XXI. (HUNTINGTON, 1988, p. 24)

Não há consenso acerca da ordem internacional vigente, pois a descrição historicista “ordem pós-Guerra Fria” é negativa, informa o que ela deixou de ser, mas não aquilo em que se transformou. Embora alguns autores e *policy makers* acreditem que a bipolaridade foi substituída pela multipolaridade, Huntington descreveu um sistema unimultipolar (unipolar no plano militar e, simultaneamente, multipolar no plano econômico), enquanto outros continuavam empenhados, pelo menos até o final do governo George Walker Bush (2001-2009), na instituição de

¹³ Ver “A superpotência solitária”, publicado pela Foreign Affairs, edição brasileira, n. 30. São Paulo: Gazeta Mercantil, 12/3/1988, p. 23-27.

uma ordem unipolar descrita como benevolente, mas, na prática, coercitiva. Ao longo desse período de ordem não-consensual ou contraditória – simultaneamente uni e multipolar – teria havido alterações na orientação da política externa americana, mas mais de estilo (ou forma) do que de conteúdo. Em síntese, seus aliados preferenciais desde 1991 continuaram os mesmos – Inglaterra na Europa, Israel no Oriente Médio, Paquistão no Sudoeste da Ásia, e Japão no Extremo Oriente –, assim como seu *modus operandi* – no fundamental uma combinação de pressões e estímulos econômicos com ameaças e uso efetivo da força para remover obstáculos. A relação de subordinação e independência, mediante o contorno da ONU, foi mantida mesmo nos anos seguintes, quando o multilateralismo de fato voltou a ganhar força, em virtude de a União Europeia (UE) caminhar para sua unificação política e seu Produto Interno Bruto (PIB) ter ultrapassado o dos Estados Unidos, em que a China começou a se firmar como a virtual grande concorrente do século¹⁴ e a própria Rússia, superados os traumas da fase pós-soviética, ter voltado a pressionar pela retomada de sua influência no denominado “estrangeiro próximo”.

Em virtude do quase meio século de previsibilidade do período da Guerra Fria e do surgimento de uma burocracia estável para a produção de respostas externas, as oscilações da política americana passaram a ser mais de discursos do que de práticas, em função da alternância no poder entre os partidos republicano e democrata. As grandes estratégias continuaram sendo formuladas fundamentalmente por um corpo profissional não-partidário, constituído por quadros de carreira e burocratas “anônimos” e estáveis – sobretudo nos setores encarregados pelas Forças Armadas (Departamento de Defesa), serviços diplomáticos (Departamento de Estado) e os diversos setores de inteligência e controle da segurança interna –, que adquiriu considerável autonomia em relação aos virtuais ocupantes da Casa Branca e o primeiro escalão. Dentre os formuladores estratégicos, devem-se destacar os intelectuais-militantes da Academia americana, notadamente nas áreas de Política Internacional e Segurança, afinados com os dois principais partidos e que fornecem quadros a *think tanks* e a máquina estatal. Assim, as mudanças de intenções declaradas não se fazem mais acompanhar por mudanças práticas de orientação. Por isso novi-

¹⁴ O PIB americano de 2009, de US\$ 14,256 trilhões, representaria 24,42% do Produto Mundial Bruto (PMB), contra 33,46% das Europas somadas e 29,58% da Ásia.

dades radicais são raras na política externa dos EUA, uma vez que ela segue no fundamental semelhante, apesar da alternância dos ocupantes da Casa Branca.

Comparada à gestão de George Bush, a de Bill Clinton (1993-2001) continuou a priorizar a reforma do núcleo incandescente do Oriente Médio e a contenção do crescimento do desafio chinês. Não organizou novas e desastradas aventuras aéreas como durante a administração democrata de Jimmy Carter (1977-1981), para desestabilizar o Conselho Supremo da Revolução e derrubar os aiatolás Ruhollah Khomeini e Ali Khamenei, mas manteve a condenação ideológica ao regime iraniano e o isolamento político e econômico de Teerã. Não preparou uma nova investida por terra no Golfo, ao contrário do republicano Bush, mas manteve o bloqueio econômico e os bombardeios aéreos periódicos contra o Iraque, para intimidar e constranger o regime baathista. Dessa forma, ao chegarem ao poder com George Walker Bush em 2001, capitaneados pelo vice-presidente Dick Cheney e o secretário de Defesa Donald Rumsfeld, com projetos de reforma ou superação da ONU e a imposição de uma ordem unipolar, supostamente autorizada pela vitória na Guerra Fria, os neo-conservadores já encontraram planos elaborados de intervenção por terra no Iraque. Só precisavam de um pretexto para isso, e este veio com os ataques de 11 de setembro de 2001, que justificaram também a operação de retaliação a Al Qaeda e ao Talebã no Afeganistão, o que proporcionaria a reestruturação do tabuleiro de poder na decisiva Ásia Central¹⁵.

As guerras contra o Iraque e no Afeganistão, aproveitando a comoção pós-11 de setembro e a larga faixa de compreensão para as políticas coercitivas americanas, revelavam, de início, o propósito de implantar uma liberal-democracia modelo no coração do Oriente Médio e a pretensão de dissuasão aos Estados mais multilateralistas da Europa, sobretudo França e Alemanha, visando a obtenção de consentimento para a reforma da ONU. Tratou-se de uma estratégia enviesada, ou espelhada, de atacar num ponto para atingir outro, via sua repercussão, para a imposição de uma ordem unipolar. A este propósito, interessa sublinhar que a investida foi amadurecida e levada à prática mais de uma década depois do prevalecimento histórico sobre a URSS e exatos doze anos depois da interrupção da marcha rumo a Bagdá da Primeira Guerra do Golfo. Tratou-se, portanto, de uma estratégia extempo-

¹⁵ A elaboração autônoma das políticas externas por setores conservadores instalados na burocracia contribuem também para entender os limites do governo Obama para dar o pretendido *reset* nas relações com o Oriente Médio, o Centro-Sul da Ásia e a Federação Russa.

rânea, mas nem por isso prudente, pois desprezou a capacidade de entendimento da Europa, as novas relações entre nações e seus Estados, decorrentes da internacionalização da economia, e a capacidade de manter os conflitos ativos pelas insurgências, em função da globalização comunicacional¹⁶.

No intervalo de dezoito meses entre a campanha do Afeganistão e a invasão do Iraque, o sentimento de compaixão decorrente do 11 de setembro já se diluíra e tanto os governos quanto os partidos políticos, mesmo os conservadores, sobretudo da Alemanha e França, passaram a perceber que o alvo efetivo das guerras no triângulo Ásia Central-Oriente Médio-Sul da Ásia não eram os pequenos países invadidos, mas a própria ordem mundial. A estratégia enviesada, portanto, provocou a perda (ou, no mínimo, o esfriamento do apoio) de aliados tradicionais. Além disso, em virtude da própria globalização econômica e midiática, das novas formas de inserção regional, da retomada de antigas identidades culturais, da ascensão de uma nova opinião interna bem informada e do desenvolvimento de formas armadas agudas de resistência, as novas guerras já não podiam ser vencidas como as da primeira metade do século XX, mediante a rendição dos governantes, a tomada da capital e da sede do Estado ou a destruição do exército inimigo¹⁷.

As campanhas extemporâneas e imprudentes, por conseguinte, acabariam derrotadas, não militarmente, é evidente, mas politicamente. Do ponto de vista armado, é impossível derrotar os EUA, pois nenhum Estado ou movimento insurgente dispõe de armamentos ou recursos para enfrentar o maior poder tecnológico de destruição da história da humanidade; isoladamente os EUA respondem por 46,35% dos gastos militares globais¹⁸. A derrota já configurada no Iraque e em configuração no Afeganistão, portanto, é sobretudo política, uma vez que a superioridade militar basta para iniciar e vencer os conflitos armados, mas não para encerrá-los, pois, para isso, é preciso prevalecer politicamente. Ou seja, é necessário convencer também o outro lado à cessação das hostilidades, e isso depende de negociações, de concessões, do afastamento do jogo de soma zero como estratégia e da preservação do outro lado minimamente organizado e com representatividade. A vitória, no

¹⁶ Defendi essa interpretação em *O ônus da prova neoconservadora*, monografia apresentada à Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, em 2005.

¹⁷ A situação-limite que Clausewitz denominava “desarmar o inimigo”, ou “[...] se, mediante um ato de guerra, queremos forçar o nosso inimigo a executar a nossa vontade, é necessário desarmá-lo realmente [para que ele perca o poder de nos ameaçar] ou colocá-lo em tais condições que ele se sinta ameaçado por essa possibilidade” (CLAUSEWITZ, 2003, p. 10).

¹⁸ Dados do World Fact Book para 2008.

sentido de encerramento efetivo das hostilidades e de construção de um pós-guerra pacífico, depende de negociações sentidas como honrosas pelos inimigos e de termos considerados satisfatórios por todos os envolvidos. Em termos simples: quem não consegue ganhar perde. Hoje se pode sair derrotado politicamente de um conflito pelo emprego de força excessiva. E é isto que está acontecendo na região de confluência dos mares interiores com o Mediterrâneo, o Golfo Pérsico e o Pacífico, e de encontro dos três continentes da Eurásia, deixando os EUA com a imagem de vilão da política mundial e de superpotência em decadência, sem condições de bancar a ordem unipolar que animava o projeto neoconservador.

A brusca mudança de imagem da superpotência é um fato cuja explicação não depende de novas teorias, pois, a rigor, poderia ser antecipada por uma abordagem da guerra desenvolvida na primeira metade do século XIX – a confusão entre guerra externa e guerra civil, ou guerra absoluta, para destruir não o Exército, mas o Estado rival. Com efeito, sem objetivos claros na Segunda Guerra do Golfo, os EUA viram-se envolvidos numa confrontação bélica a que não podiam dar um desfecho e que, por isso, assumiu o caráter de guerra ilimitada derivando para guerra absoluta. Se o objetivo da guerra é dobrar a vontade do Estado inimigo, ou a sua estratégia, mais do que desarmá-lo, na definição de Liddell Hart¹⁹, os EUA foram superados no Iraque exatamente pela ênfase em destruir o exército iraquiano e substituir o Estado baathista por uma democracia-liberal.

Ainda que a guerra seja contrária à razão, mas considerando que é um meio de buscar resultados pela força quando a discussão fracassa em consegui-lo pelo mútuo acordo, a condução da guerra deve ser controlada pela razão, caso se pretenda que seu objetivo seja realizado. (LIDDELL HART, 1974, p. 381)

O fracasso da estratégia externa evidenciou não apenas a redução do papel do poder militar, como constatado, dentre outros, por Joseph Nye, mas também a emergência do que ele chamou das “populações socialmente mobilizadas”:

¹⁹ A respeito do conceito de grande estratégia, ver Liddell Hart, cap. Basil, *Estratégia de aproximación indirecta*. Buenos Aires: Editorial Rioplatense, 1974, parte IV, “Fundamentos da estratégia e da grande estratégia” (p. 377-384) e os apêndices I e II, “As estratégias de aproximação indireta nas campanhas da África do Norte, 1940/1942, pelo general Eric Dorman Smith” e “Uma análise estratégica da guerra árabe-israelense, pelo general Yigael Yadin” (p. 385-414).

A utilidade limitada da força convencional para o controle de populações socialmente mobilizadas foi demonstrada tanto pelo fracasso dos Estados Unidos no Vietnã como pelo rápido declínio do colonialismo na África. Além disso, o emprego da força em um campo, contra um Estado independente com o qual se mantém variadas relações, significa romper relações mutuamente proveitosas em outros campos. (NYE; KEOHANE, 1988, p. 46)

A redução da importância do uso de tropas militares na política internacional pós-globalização econômica e midiática provocou a deterioração de um dos critérios decisivos de mensuração das correlações de força, pois não existe mais um critério consistente para a classificação das potências. Face a isto, ainda se pode falar de ordem internacional? O que significa o fato de o Exército mais poderoso da história não ser mais capaz de derrotar resistências internas amadoras, insuficientemente armadas e mal treinadas? Se a força das insurgências não deriva da sua capacidade de dobrar a vontade do oponente, qual a sua origem e fundamento? Como dimensioná-la e lidar com ela? A crise de domínio, contudo, representa apenas uma das facetas exauridas pela nova realidade mundial. A outra faceta diz respeito à perda de eficácia das teorias manipuladas pelas respectivas academias, pois os próprios paradigmas teóricos perderam capacidade explicativa e de previsão.

Ocorreu, portanto, a superação das velhas formas de ver e pensar o mundo – e de agir sobre ele. Isso não significa, entretanto, que as formas de ver e agir superadas tenham sido rendidas por outras. O mundo está em aberto – e isso constitui um desafio tanto para os estadistas, quanto para os estudiosos. A seguir, ainda que em linhas weberianamente gerais, procuraremos discutir os limites dos pontos de vista consagrados para o entendimento e interpretação das relações internacionais e investigaremos a possibilidade de existência de outros ângulos para ver o mundo e de conceitos mais abrangentes e compreensivos para pensá-lo.

Teoria, prática e paradigmas

Como o próprio mundo não fala nem admite ventríloquos, os debates em torno dele só podem ser conceituais, dependendo, por conseguinte, dos paradigmas com que se organizam as informações a seu respeito. Estes dizem respeito mais aos modos de produção de conhecimentos do que à própria realidade, mais à lógica

do pensamento que a uma presumida lógica dos fatos. Grosso modo pode-se falar de três abordagens internacionais, das quais duas são normativas e a terceira se proclama descritiva ou científica.

As duas abordagens normativas são herdeiras em linha direta do Iluminismo, irmãs gêmeas inimigas: a individualista-liberal e a dialético-histórica. Ambas se pretendem revolucionárias e visam a mudança das estruturas internas dos Estados adversários para promover a paz no mundo, confundindo numa única noção os conceitos de guerra externa (interestatal) e guerra civil (intraestatal). Para uma delas, a paz nas relações entre os Estados só seria possível numa situação em que todos os atores internacionais adotassem internamente o princípio da solução pacífica dos conflitos, ou a regra da lei pactuada pelos governados. Ou seja, a paz seria produto da República e da constituição de uma Federação de Repúblicas, dispensando o recurso à violência para a solução dos conflitos e superando a anarquia internacional. Para a outra, a paz interna só seria alcançada por meio da extinção das desigualdades sociais entre os homens, assim como a paz entre os países decorreria da necessária extinção das classes sociais internamente e no plano internacional. Isto quer dizer que o mundo só entraria numa era pacífica após a vitória internacional da revolução proletária, que extingiria o Estado e a própria política, entendida como luta pelo poder, substituídos, na fase do comunismo, por coordenações coletivas.

A terceira forma de abordagem, que abrange ao menos dois ramos, o realista clássico e o racionalista, pretende desnormalizar a análise teórica, politizando-a com as correlações de força, o que constituiria o campo de uma abordagem descritiva objetiva, de natureza científica. Para ela, a violência ou a busca da superioridade física pelos Estados constitui a ambiência insuperável das relações interestatais. Se as duas primeiras se justificam com um princípio moral, a transformação do mundo, e se caracterizam como teorias da mudança do ordenamento, a última transforma a prudência, ou seja, o respeito à correlação de forças, em norma, o que afasta a reflexão sobre a mudança nas relações internacionais do seu campo de investigações.

Como a própria realidade é uma espécie de astro sem luz própria, os paradigmas funcionam como estrelas, suas fontes de iluminação, que clareiam suas tramas ocultas, segundo princípios desejáveis (a igualdade ou a liberdade, como

fontes da justiça) ou a prudência (que pode significar tanto a observação criteriosa quanto a moderação em face da força). Como decorrem de princípios contraditórios, as três principais linhas paradigmáticas são incompatíveis entre si, tanto nas suas virtudes e deficiências quanto na própria definição do que seja teoria e seu papel papel prático na intervenção sobre a realidade internacional. Embora tenham um objeto genérico em comum, a relação entre estrangeiros, cada um deles constrói um objeto de investigação diferente. Cada paradigma, cada um à sua maneira, reclama para si a interpretação mais apropriada da política internacional, embora, pela sua própria natureza, enfatize somente um ou um conjunto dos fatores que a constituem. Um paradigma ilumina certos aspectos da realidade, mas, para fazer isso, deixa outros aspectos no escuro ou no lusco-fusco, como o Sol que, para iluminar completamente uma face da Terra, mergulha a outra na penumbra da noite.

Certamente é possível abordar as teorias políticas internacionais a partir de qualquer dos seus muitos conceitos comuns, embora elas sejam fundamentalmente distintas umas das outras, o que exige considerar o conjunto dos pressupostos de cada uma. Todas partem da separação ontológica entre as esferas interna e externa da política, admitindo que uma se processa sob um princípio de sujeição, dos súditos ao soberano e de ambos à lei, independentemente da natureza desta, conforme Norberto Bobbio²⁰, enquanto a outra ocorre sob um princípio de igualdade, de soberanias rivais em competição, num ambiente anárquico. Disso deriva que têm em comum, por exemplo, o objetivo de compreender as dinâmicas que envolvem as relações entre os povos, ressaltando as interações entre atores estatais e/ou jogadores econômicos e agentes culturais, sobre a mesma base fisicamente permanente e politicamente moldável dos territórios, num jogo que envolve as relações de distância e tempo, por sobre as fronteiras, confrontando soberanias e normas internas distintas e concorrentes.

Além dos aspectos explicitamente comuns entre as abordagens concorrentes, há dois que ousaríamos antecipar como pressupostos implícitos genéricos, apesar dos discursos em contrário: o primeiro deles, a confusão entre teoria e prática, configurado pela mistura das pretensões de objetividade com a de aconselhamento aos estadistas, o que faz com que a suposta neutralidade científica derive para posturas nacionalistas ou particularistas; o segundo aspecto comum é a confusão

²⁰ Ver, por exemplo, "Democracia e Sistema Internacional", em *Três ensaios sobre a democracia e Estado Governo Sociedade*.

conceitual entre as noções de política internacional e política externa, o que obscurece a distinção entre os dois campos autônomos, mas inter-relacionados, da política.

Os estadistas, premidos pelos desafios concretos das conjunturas políticas, até por dever de ofício e a exigência de respostas rápidas, subordinam a análise objetiva dos fenômenos internacionais às preferências subjetivas de seu Estado, grupo ou corrente partidária, isto é, à preservação (ou construção) dos mecanismos internos de controle sobre o aparato estatal e a sociedade como um todo. São forçados a privilegiar a prática em detrimento da teoria. Por conseguinte, reduzem a complexidade das dinâmicas e interações internacionais à política externa de um de seus atores, um procedimento necessariamente particularista, que subordina a sua compreensão do sistema internacional à ótica de um Estado ou grupo hegemônico no interior dele. A interpretação da realidade internacional pelos corpos técnicos estatais e os estadistas, em consequência, é pragmática, no sentido de fornecer informações rápidas e claras, que possam fornecer guias para a ação concreta. Muitas vezes, além disso, as decisões sobre a forma de inserção no quadro interestatal decorre menos dos desafios e oportunidades do ambiente e mais das necessidades de diferenciação em relação aos contendores internos. A política externa dos Estados, por isso, insere-se no âmbito da política interna, dependendo dos mecanismos de tomada de decisão e de formação de consensos ou maiorias no interior das máquinas burocráticas. Nem mesmo o somatório das políticas externas de todos os Estados constitui o sistema internacional, pois este tem uma lógica interna irreduzível a qualquer de suas partes ou mesmo ao conjunto delas, pois compõe uma estrutura própria, que abarca, além das suas unidades (os atores) em interação, seus princípios ordenadores, um fator delta, estrutural. Por isso, a política internacional constitui um objeto autônomo de estudos, que escapa à compreensão dos estadistas, e deveria constituir o objeto de pesquisa e reflexão dos cientistas e especialistas. A ênfase atribuída por Kenneth Waltz à autonomia da estrutura em relação a suas partes, talvez seja sua maior contribuição à compreensão dos fenômenos internacionais como manifestações no interior de um sistema.

Numa teoria sistêmica, alguma das explicações dos comportamentos e resultantes encontra-se na estrutura do sistema. Uma estrutura política é aparentada a um campo de forças em física: interações dentro de um campo têm propriedades diferentes do que teriam se

ocorressem fora dele, e, assim como o campo afeta os objetos, também os objetos afetam o campo. (WALTZ, 2002, p. 205).

Os Estados, ainda que cada um de modo distinto e com fundamentação diferente, confundem a interpretação da realidade do mundo com a sua forma particular de inserção nela ou de intervenção sobre ela.

Do mesmo modo, no campo das ideias, análises e justificativas, os paradigmas teóricos dominantes não se desdobram de abordagens neutras, independentes e portadoras de uma lógica descritiva superior, ainda que se descrevam e se justifiquem dessa maneira, mas decorrem do seu ponto de observação dos conflitos. Sistematizam um conjunto de conceitos, desenvolvem modelos interpretativos e criam ferramentas de análise, formando um corpo teórico racional, mas servem a uma interpretação particular dos conflitos internacionais e das aspirações dos demais Estados. Ou seja, os paradigmas oferecem também os elementos para a defesa de uma certa ordem mundial e para a formulação da política externa de um determinado Estado no interior do sistema. Em última análise são capas objetivas e universais para a afirmação de particularismos. Ainda que isso seja operacionalizado em nome da objetividade e represente, na medida do possível, um padrão de racionalidade, os paradigmas são, portanto, subjetivos, expressam uma ideologia; dessa forma, ainda que desprezando essa sua característica definidora, os paradigmas teóricos têm uma base geográfica, pois incidem no mesmo comportamento das práticas dos estadistas de confundir a face interna com a externa do Estado e, portanto, tomam a parte pelo todo, a sua política externa como se fosse a política internacional, a sua posição no mapa pelo próprio mapa.

O chamado paradigma dialético-histórico, por exemplo, reduziu a interpretação marxista da história à defesa da política externa do Estado Soviético, subordinando a este interesse o movimento operário mundial. O paradigma liberal, igualmente, colocou sua interpretação internacional a serviço da expansão mundial das instituições republicanas do Ocidente iluminista. Da mesma maneira, o paradigma realista²¹, em última análise, suspende a capacidade de análise nos limites da conservação do *status quo* mundial, ao privilegiar a correlação de forças,

²¹ Paradigma que merecerá um volume bem maior de comentários neste trabalho mais por causa de suas virtudes e a maneira racional com que descreve o objeto da política internacional. Ver capítulo 2.

em respeito à prudência e à tolerância, o que, apesar da sua inegável maior objetividade, o torna súdito dela, inábil para compreender as emergências e transições de hegemonia.

Paradigmas são ângulos de observação

Embora se proclamem abordagens universais, com conceitos heurísticamente válidos para a análise internacional com base na realidade de qualquer país, independentemente de suas peculiaridades históricas ou culturais, e com preceitos aplicáveis para a definição da política externa de qualquer Estado, os paradigmas dialético-histórico e liberal sequer procuram ocultar seu ponto de observação e as instituições-modelo que propõem ao restante do mundo: a União Soviética e as repúblicas anglo-saxãs. O realismo, por sua vez e ao contrário, ao menos na vertente dos seus clássicos como Hans Morgenthau e Raymond Aron, proclama-se a expressão de um espírito científico, de um método empírico objetivo. Em princípio, não pregaria a intervenção ou mudanças na realidade social ou política dos Estados concorrentes, mas a tolerância aos valores diferentes e a convivência com eles, desenhando a esfera internacional como um espaço extremamente perigoso para a sobrevivência dos Estados, em virtude da ambiência da guerra. Sua base geográfica, ou o ângulo a partir do qual observa o mundo, ao contrário do proclamado, acaba sendo exatamente o da ordem mundial vigente e o da principal potência interessada na sua manutenção, no caso, os Estados Unidos da América. Dele derivam, não por acaso, as principais definições da Estratégia de Segurança Nacional e as políticas de contenção ao comunismo e ao *heartland*, adotadas pela burocracia dos Departamentos de Estado e Defesa desde o final da Segunda Guerra Mundial, preservadas ao longo dos 46 anos de Guerra Fria e mantidas no período subsequente.

O marxismo, sobretudo a partir de outubro de 1917 e da vitória da Revolução Russa, passou a ser associado a um partido, o bolchevique (comunista), descrito como a vanguarda, e a um Estado, o soviético, identificado como a retaguarda da revolução proletária mundial, com um modelo teórico oficial, que denominamos aqui

leno-stalinismo²² e uma doutrina para as relações internacionais, a teoria do imperialismo. Segundo esta, a política externa seria um desdobramento das lutas de classes internas e o Estado, uma espécie de agência das classes dominantes, destacamento avançado e unitário das frações e interesses econômicos comuns das classes dominantes locais na arena externa. Se, no plano interno, o modo de produção capitalista, com a troca de equivalentes em mercadorias, só pode se estabelecer graças a uma fase prévia de acumulação primitiva de capitais e separação dos trabalhadores em relação a seus meios de subsistência, o plano externo é descrito pela teoria do imperialismo como um espaço de acumulação primitiva permanente, ou seja, de obtenção de excedentes sem a oferta de equivalentes, ou, ainda, como um terreno de rapina ou de enriquecimento fácil pelas nações. A luta de classes, determinada pela posição ocupada pelas classes sociais no processo produtivo, teria, portanto, além do seu caráter interno, uma dimensão internacional, envolvendo, por meio dos Estados, as classes dirigentes, muitas vezes com interesses conflitantes com as classes dominantes estrangeiras e os Estados que as representam.

As guerras, por conseguinte, seriam empreendimentos de expropriação de riquezas naturais ou mercados alheios através da violência física, numa relação de natureza imperialista. Todas as guerras, por conseguinte, seriam conflitos de conquista ou de resistência aos conquistadores (imperialistas ou anti-imperialistas). Nesse quadro, o Estado soviético era pensado como a sede da resistência anti-imperialista, como o primeiro a representar os interesses das maiorias proletárias de todo o mundo, fruto da primeira revolução do gênero vitoriosa e, ao mesmo tempo, como a trincheira mais avançada, o ponto de fuga e a sede da direção do proletariado mundial. A defesa da revolução, e dos avanços da revolução, mais especificamente, a defesa do primeiro estado socialista da história, o soviético, desse modo, passou a ser a tarefa prioritária do proletariado em escala mundial. E o PC da URSS passou a se valer e a dirigir os movimentos sociais estrangeiros em favor da consolidação de seu próprio Estado. Se isso contribui para a compreensão

²² Acompanhamos, nessa descrição, Norberto Bobbio em “Relações Internacionais e Marxismo” (in: *Nem com Marx, nem contra Marx*, 2006, p. 221-242), embora chamando de leno-stalinismo aquilo que Bobbio chama genericamente de marxismo, por desconsiderar as diferenças entre os marxismos, o que pode ser objeto de um outro estudo, a ser realizado em outro lugar. Voltaremos a usar esse mesmo texto mais à frente.

das adaptações sofridas pelo marxismo após o sucesso da primeira revolução feita em seu nome, também pode ser ponto de partida para a crítica desse paradigma.

O liberalismo, reagindo ao marxismo e às conjunturas de sucessivas guerras na Europa, constituiu-se no plano internacional como uma doutrina de busca da paz perpétua, sobretudo depois da Primeira Guerra Mundial (1914-18). Conforme Woodrow Wilson, um dos principais criadores da noção “internacionalismo liberal”, em oposição ao “internacionalismo proletário”, a paz mundial seria uma decorrência da superação dos governos subjetivos de homens por governos objetivos das leis, da autocracia pela república, ou da instituição de uma Federação de Repúblicas, aglutinando, se não todos, ao menos a maior parte dos países. Para ele, portanto, a paz externa seria decorrente da generalização das formas pacíficas internas de solução de controvérsias, pela figura do juiz. Se havia instituições nacionais a serem mudadas, para que o mundo ingressasse numa era pacífica, certamente estas não seriam as dos Estados vencedores da Primeira Guerra Mundial, mas as de seus oponentes. O ponto de observação do mundo e a referência para a reforma do mundo, portanto, seriam as repúblicas anglo-saxãs, estruturadas com base na lei, na objetividade do Estado e nas liberdades individuais.

Os dois lados, leno-stalinismo e liberalismo republicano, olvidaram uma das três consignas da Revolução Francesa, a fraternidade, e racharam entre si as outras duas: uma passou a justificar sua política externa em nome da igualdade, e a outra passou a se proclamar campeã da liberdade. Ambas assumiram funções normativas, de reforma do mundo como condição para a vida pacífica em comum. Em julho de 1989, quase quatro meses antes da queda do Muro de Berlim²³, com base no desmantelamento do bloco socialista da Europa Oriental, Francis Fukuyama registraria que o liberalismo já teria triunfado sobre o competidor, não pelo seu maior desenvolvimento econômico, mas por ser um sistema de ideias sobre as instituições políticas simultaneamente universal e homogêneo²⁴; homogêneo por abolir as diferenças internas entre os cidadãos, ao transformar em imperativo prático a igualdade de todos perante a lei; e universal por representar uma forma de governo

²³ No artigo “Será o fim da história?”, publicado no verão (julho de 1989) e reproduzido no Brasil com o título “Humanidade chega ao fim da História”, pelo jornal O Estado de São Paulo, em 29 de outubro do mesmo ano. Em 9 de novembro moradores das duas Alemanhas derrubariam o muro. A antecipação dos acontecimentos explica, em grande parte, a enorme repercussão do texto, comentada pelo autor no artigo “O debate sobre será o fim da história”, publicado pela National Interest n. 18, no verão de 1990, e reproduzido a seguir no Brasil pela revista Diálogo.

²⁴ Ver Francis Fukuyama, *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

válida e superior, aplicável a qualquer região e país, independentemente de sua identidade cultural ou religiosa, devido a sua racionalidade superior, ou absoluta. No artigo, depois transformado em livro, interpretado como profético, que lhe rendeu fama imediata, ele descreve o fim da história exatamente a partir das ideias de universalidade e homogeneidade, dizendo que:

O Estado que surge no fim da história é liberal na medida em que reconhece e protege, através do sistema de leis, o direito universal do homem à liberdade. E ele é democrático na medida em que só existe com o consentimento dos governados. Este Estado [...] é 'universal e homogêneo'. (FUKUYAMA, 1989, p. 12A)

O desfecho histórico entre dois modelos de organização do Estado, segundo Fukuyama, significou também a decisão de um embate filosófico de 150 anos, no qual o *idealismo* (hegeliano) teria comprovado sua superioridade epistemológica e moral sobre o *materialismo* (marxista). A superioridade do liberalismo viria de sua racionalidade enquanto sistema de ideias, autoevidente e, portanto, válido e aplicável aos povos de qualquer cultura, embora realizado basicamente ainda apenas na região do Atlântico Norte, a parte do mundo que já ingressara na “pós-história”, o que autorizaria moralmente e obrigaria politicamente os Estados e povos que já usufruíam dessa condição a exportá-la aos países e povos ainda às voltas com os conflitos e problemas da história.

Enquanto Fukuyama identifica o liberalismo com uma noção temporal, a pós-história, e outra geográfica, o Atlântico Norte, o também liberal John Rawls é muito mais preciso, ao dividir diretamente os povos, e não seus Estados, em duas grandes categorias segundo as instituições que regulam a vida em comum e harmonizam a liberdade individual com a vida pública: “povos bem-ordenados” e povos “que não são bem-ordenados”. Os primeiros são aptos a integrar uma Sociedade dos Povos, capaz de viver em paz, resolvendo seus conflitos pela regra da lei, uma vez que “seguem os ideais e os princípios do Direito dos Povos nas suas relações mútuas” (RAWLS, 2004, p. 3). Aqueles que não são bem-ordenados não dispõem de instituições harmônicas, não se pautam pelo respeito às liberdades e os direitos humanos e vivem formas variadas de instabilidade interna, o que pode levá-los a desafiar o Direito dos Povos e a comportamentos externos agressivos e, também de diversos modos, não padronizados, representando ameaças aos bem-ordenados ou

dependendo do apoio destes para evitar graves problemas internos. Com o conceito de sociedades bem-ordenadas, Rawls procura compreender dois tipos de subcategorias: os povos liberais razoáveis (que abarcam o chamado Atlântico Norte de Fukuyama, sobretudo as democracias-liberais anglo-saxãs) e os povos decentes, que “podem ser democráticos, liberais e constitucionais ou [até] governos não-liberais mas decentes [porque levam seus cidadãos a honrar um Direito razoavelmente justo para a Sociedade dos Povos]” (2004, p. 4). Sob essa classificação aparentemente jurídica, mas com fundamento moral, Rawls define o objetivo de estabelecer o que chama uma “utopia realista”, ou seja, algo próximo da Federação de Repúblicas kantiana, mas levando em conta as diferenças entre as instituições estatais. Sob a categoria de sociedades que não seriam bem-ordenadas e podem representar desafios ou riscos para a Sociedade dos Povos, ele criou três subcategorias: a dos absolutismos benevolentes, a das sociedades sob o ônus de condições desfavoráveis e, finalmente, a dos Estados fora da lei, único grupo descrito como Estado, e não como povo ou sociedade.

Proponho considerar cinco tipos de sociedades nacionais. A primeira são os *povos liberais razoáveis*, a segunda, *povos decentes* [...]. Em terceiro lugar, há os *Estados fora-da-lei* e, em quarto, *sociedades sob o ônus de condições desfavoráveis*. Finalmente, em quinto, temos sociedades que são *absolutismos benevolentes*: honram os direitos humanos mas, porque é negado aos seus membros um papel significativo nas decisões políticas, não são bem-ordenadas. (RAWLS, 2004, p. 4-5)

Os absolutismos benevolentes, na esfera internacional, são aliados naturais dos povos bem-ordenados (liberais razoáveis e decentes). As sociedades sob condições desfavoráveis, econômicas ou institucionais, podem ser objetos da ação das democracias-liberais, para a solução de graves problemas de exclusão econômica ou social ou para seu aperfeiçoamento institucional. Os Estados fora da lei, entretanto, são os inimigos da Sociedade dos Povos, correspondentes às autocracias conforme a classificação kantiana, forma de organização institucional incompatível com o Direito dos Povos, cuja existência justificaria a noção de guerra justa e seu emprego nas relações interestatais. A classificação rawlsiana dos povos e sociedades, desse modo, também representa um ângulo de observação das

relações internacionais e privilegia um tipo de organização nacional a ser preservada e que serve como modelo de organização às demais: a dos povos liberais razoáveis.

Apesar das suas diferenças ideológicas, econômicas e políticas, marxismo e liberalismo comungam de uma mesma concepção acerca da relação entre teoria e prática: ambos são normativos, estipulando mandamentos de natureza econômica ou moral para domar a natureza agressiva dos Estados fundados na exploração do homem pelo homem (capitalismo) ou na força física, baseados na imposição vertical de regulamentos e formas de comportamentos (autocracias). Se o leno-stalinismo expressa o determinismo econômico, ou da infraestrutura, sobre a política (e todas as instâncias superestruturais), e legitima a reprodução em escala mundial de estados do tipo soviético, o liberalismo enfatiza as preferências de natureza moral, estatuidando uma primazia ética sobre a política ao admitir a difusão de ideias e regimes projetados pelos principais Estados democráticos (ocidentais) para o resto do planeta (em grande parte ainda mergulhado na história, conforme Fukuyama, ou sociedades ainda não bem-ordenadas, de acordo com Rawls). A concepção leno-stalinista combina economia e política. A liberal se estrutura a partir da articulação do Direito com a política. Conforme os dois paradigmas, o externo desdobra-se do interno, ou dissolve-se nele, como uma linha contínua de exportação dos regimes preferidos (a generalização dos regimes socialistas ou republicanos). Tanto do ponto de vista teórico quanto do prático, portanto, eles são voluntaristas, confundindo desejo com realidade, a subjetividade (das próprias instituições e da própria cultura) com a objetividade (a estrutura da realidade internacional).

A confusão entre interno e externo, portanto, é patente e, em ambos, a natureza política das relações interestatais se esvai nas determinações econômicas ou nos imperativos morais. Como neles as relações internacionais não têm uma densidade própria, nenhum deles permite definir conceitualmente o objeto da política internacional, ao contrário do realismo, que procura descartar radicalmente a análise e a prática voluntaristas, substituindo-as pela prudente consideração das relações de forças. Disputando diretamente com as abordagens liberais a compreensão do fenômeno internacional e a primazia para a formulação da política externa americana da Guerra Fria, Hans Morgenthau classificaria os adversários teóricos como utópicos e imprudentes, por confundir os campos interno e internacional e proporem uma militância externa estribada em valores morais. Na mesma linha da

crítica do “utopismo liberal” feita no entre-guerras por Edward Hallett Carr, ele proporia a interpretação do internacional com o conceito de anarquia, no qual todos os Estados seriam entes da mesma natureza em luta pela supremacia (as grandes potências) ou pela sobrevivência (as menores, buscando a proteção virtualmente oferecida pelas grandes). Como Janus, o Estado, para os realistas, teria duas faces distintas, uma amistosa, a outra crispada, a primeira de principal agente da paz (interna), a segunda, de agente da violência, de ator-autor da guerra (externa). Duas faces sem culpa pelo comportamento da outra, como na parábola segundo a qual a mão direita não vê o que faz a esquerda (no exterior) e vice-versa, as guerras externas não provocam consequências internas. Nas palavras de Morgenthau:

O realismo político recusa-se a identificar as aspirações morais de uma determinada nação com as leis morais que governam o universo [e] O realismo político sustenta que os princípios morais universais não podem ser aplicados às ações dos Estados em sua formulação universal abstrata, mas que devem ser filtrados por meio das circunstâncias concretas de tempo e lugar [...] Não pode haver moralidade política sem prudência, isto é, sem a devida consideração das consequências políticas da ação puramente moral. (MORGENTHAU, 2003, p. 21 e 20)

Essa abordagem privilegia a empiria às considerações de ordem normativa, leva em conta os dados da realidade concreta para suas elaborações e confere maior isenção e rigor à análise. As escolhas internas de cada Estado para a forma de sua organização institucional seriam, portanto, de natureza subjetiva, e diriam respeito somente aos atores internos e à sua cultura comum. A análise internacional, por conseguinte, circunscreveria seu objeto ao estudo das relações entre estes atores internamente subjetivos, mas, no plano externo, soberanos autônomos, necessariamente objetivos, pois seriam obrigados a considerar única e exclusivamente suas relações de força, disso derivando a conclusão de que a guerra faz parte das relações normais entre os Estados e é um recurso legítimo. Diferentemente das abordagens normativas, a realista define um campo para suas interpretações dos pleitos e da ordem internacional, as correlações de forças. A principal referência desta tese, para pensar a política interestatal, portanto, será o realismo. Mas isto não significa aceitar seus pressupostos espaciais e compromissos, ou todas as suas variantes, pois, ainda que em última instância, a crise dos paradigmas é sobretudo a crise do paradigma explicativo realista.

Os eventos internacionais do período posterior ao final da Guerra Fria fariam com que se multiplicassem também as anomalias do paradigma realista, uma vez que ele também não consegue ser mais que um ângulo de observação. Talvez situado num ponto privilegiado, que proporciona um horizonte mais amplo ao observador, mas que, se explica bem uma faceta da realidade, mantém outras na penumbra, capaz de compreender melhor a ordem internacional anterior do que a atual e com uma capacidade de previsão reduzida. Ele consegue descrever com grande precisão os interesses das grandes potências e seu comportamento externo, mas perdeu eficiência para compreender o comportamento dos Estados que se consideram inferiorizados na sua soberania, além de não dar conta dos temas trazidos à tona pela interdependência global, como os referentes ao meio ambiente, os direitos humanos e os decorrentes da instantaneidade, e os eventos protagonizados por atores não-estatais, sobretudo as sociedades altamente mobilizáveis e os grupos infraestatais armados. Trata-se de um paradigma útil para entender a ordem existente e pragmático para sua conservação, do ponto de vista das potências dominantes, mas limitado para dar conta tanto das pequenas mudanças cumulativas quanto das grandes alterações de rumo da história. Em outros termos, é mais eficaz para compreender as sincronias, mas limitado para dar conta das diacronias. As relações internacionais, porém, são o campo por excelência das diacronias, das mudanças e das transições, não pensáveis segundo a objetividade realista. Esta a razão pela qual, neste estudo, o tomamos como um ponto de partida, mas não necessariamente como o ponto de chegada. Para a construção de conceitos capazes de entender, para além das relações de continuidade, também as emergências de novas potências e a transição nas ordens internacionais, suspeitamos ser necessário combinar, sobre uma plataforma realista, mas liberada do normativismo neorrealista, aspectos da teoria liberal, sobretudo no que diz respeito aos direitos humanos e às questões ambientais, e vertentes da tradição marxista abandonados pelo leno-stalinismo, principalmente a teoria da hegemonia gramsciana²⁵. As próximas três partes deste capítulo serão dedicadas a

²⁵ No próximo capítulo, o 2, vamos aprofundar as considerações sobre a superioridade epistemológica do realismo, que propõe uma interpretação bidimensional em lugar das unidimensionais do leno-stalinismo e do liberalismo. Naquele capítulo vamos também sugerir elementos para o enriquecimento do realismo, na construção de uma abordagem tridimensional.

explicitar o que talvez seja preciso resgatar dos paradigmas superados e descartar dentre as abordagens realistas.

Recuperação da ideia de hegemonia...

Em diversos de seus escritos, sobretudo no ensaio “Relações Internacionais e marxismo”²⁶, Norberto Bobbio procura demonstrar que o marxismo se constitui como um reducionismo da complexidade dos fenômenos sociais à instância econômica ou, mais precisamente, que haveria uma determinação da infraestrutura econômica sobre as superestruturas ideológicas, jurídicas e políticas, de modo que estas não seriam mais que epifenômenos daquela, sem vida própria. E isso impediria essa filosofia de constituir uma teoria da guerra e uma teoria geral da política, sem as quais é impossível definir uma teoria das relações internacionais. Apesar da doutrina do internacionalismo proletário, o marxismo não conseguiria refletir objetivamente sobre essa faceta da realidade. Para Marx, com efeito, o espírito de cada época resultaria da forma pela qual nela ganha a vida, isto é, como ela se estrutura para produzir e garantir a sobrevivência tanto da sociedade quanto da primazia das suas classes dominantes. De acordo com a leitura bobbiana do marxismo, a realidade – e portanto também a teoria marxista - teria duas dimensões: uma essencial, a outra meramente fenomênica, a primeira seria representativa da verdadeira existência, enquanto a segunda seria constituída somente por reflexos da dimensão real. O objeto efetivo de estudo, portanto, seria a dimensão econômica e o método de investigação corresponderia ao movimento interno do próprio objeto, a dialética. O curso da história, no fundamental, se resumiria à interação entre a evolução das forças produtivas e as relações sociais de produção, em última análise, à sucessão dos modos de produção, ou às lutas de classes entre proprietários dos meios de produção e grupos espoliados, pulverizando a densidade própria das esferas superestruturais, o que teria levado o marxismo a deixar de lado a reflexão bimilenar sobre as formas de Estado e sobre a complexidade da guerra, transformando o Estado em agência geral de gestão coletiva dos interesses econômicos das classes dominantes e pensando a segunda somente como guerra civil, imaginada como

²⁶ Ver: *Nem com Marx, Nem contra Marx*, 2006.

parteira do novo a partir do velho, obediente a uma concepção da história linear e finalista, como sucessão dos modos de produção.

O marxismo, segundo Bobbio, seria um paradigma de viés economicista, na melhor das hipóteses somente uma teoria econômica, mais especificamente uma teoria da economia capitalista, derivando para uma teoria da sua superação e das formas de luta necessárias para isso, ou seja, da guerra civil a ser travada pelo proletariado. Nele não se encontrariam vestígios das reflexões sobre as formas de Estado e os tipos de governo, que marcam as teorias políticas desde Platão, Aristóteles, Maquiavel e Montesquieu, ou das teorias sobre a guerra – esta entendida como um evento interestatal, diferente portanto da guerra civil – desenvolvidas desde Carl Von Clausewitz. Essa articulação conceitual teria impedido epistemologicamente o marxismo de desenvolver uma teoria da política internacional. O marxismo, para Bobbio, repousa sobre um equívoco conceitual elementar, o de não trabalhar com a autonomia das duas faces do Estado. Ele não operaria com a “distinção entre soberania interna e soberania externa [que] é por assim dizer o *abc* da Teoria do Estado” (2004, p. 221), o que o impede de refletir sobre a questão da violência propriamente dita ou sobre a política no sentido maquiavélico, de arte da conquista ou conservação do poder. Sacrificando a face interna, estruturada segundo o princípio de sujeição, no altar da luta de classes, o marxismo arremessaria na penumbra as dicotomias guerra-paz, dirigismo-autonomismo, nomia-anomia e ditadura-democracia.

Na dimensão internacional ou anárquica da política, a cujos constrangimentos sistêmicos o Estado é obrigado a responder, segundo Bobbio, o marxismo desconsidera a natureza complexa do uso da força, para dobrar as vontades opostas renitentes, simplificando-a com a noção de guerra imperialista ou balizando o papel de agência comum das frações das classes dominantes com o propósito de ampliar a produção de mais-valia, reduzindo as guerras somente à conquista de fontes de riquezas naturais ou de mercados. Reproduzindo a moção final do congresso de 1907 da Segunda Internacional, Bobbio enfatiza que, para a teoria leninista, a guerra é um evento inerente à lógica do capitalismo e que, portanto, todas as guerras seriam imperialistas, eventos de conquista econômica, ou anti-imperialistas, em reação contra o assédio estrangeiro, guerras legítimas de defesa

contra a espoliação ou de libertação nacional contra a ocupação e o domínio colonialista.

As guerras pertencem à essência do capitalismo e somente deixarão de existir quando for suprimido o sistema capitalista. (BOBBIO, 2006, p. 225)

Confrontando os conceitos com a realidade empírica, Bobbio informa que a guerra está presente em toda a história humana, inclusive nas sociedades pré-capitalistas e mesmo nas sociedades pretensamente pós-capitalistas, exemplificando com eventos como a invasão do Camboja pelo Vietnã e deste pela China Popular, embora pudesse ter citado também a competição crescente entre URSS e China e as tensões fronteiriças entre os dois Estados. Com isso e citando também as formas de imperialismo não belicosas, ele procurou reduzir a ambição da teoria do imperialismo em constituir uma teoria geral da guerra a somente um modelo explicativo de uma parte das guerras, as imperialistas ou anti-imperialistas.

Em resumo, se é verdade que nem todas as guerras são (ou foram) imperialistas, nem todas as formas de imperialismo estão necessariamente ligadas ao fenômeno da guerra, então a relação entre imperialismo e guerra pode ser representada por dois círculos que se interpenetram, nos quais o espaço ocupado pelos dois círculos que se superpõem é o das guerras imperialistas e os outros dois são o das formas de imperialismo pacífico (onde o 'pacífico' significa penetração prevalentemente econômica) e o das guerras não-imperialistas. (BOBBIO, 2006, p. 234)²⁷

²⁷ Nesta e nas próximas metáforas geométricas que possam apresentar alguma dificuldade de compreensão, tomaremos a liberdade de ilustrá-las em notas de rodapé, procurando evitar um didatismo desnecessário e enrijecedor. A ideia bobbiana de que nem todas as guerras seriam imperialistas e nem todas as formas de imperialismo seriam belicistas poderia ser representada assim:

Figura 1. Guerra e imperialismo

Como a teoria do imperialismo é capaz de compreender somente uma das formas de imperialismo, a guerreira, não as demais, mesmo como teoria econômica internacional, ela deixa a desejar. Para Bobbio, ainda, o marxismo também desempenhou um papel de criador de sombras à compreensão do Estado, por reduzi-lo ao papel de agência comum dos interesses conjuntos de classe da burguesia, limitando sua função ao domínio na luta de classes, o que impediria uma reflexão sobre as questões clássicas da teoria política, como as que dizem respeito, por exemplo, à dicotomia entre ditadura e democracia. Em *Estado e revolução*, para formular a noção de ditadura do proletariado, Lênin usou o argumento central de que todos os Estados corporificariam indistintamente a privatização do uso da violência pela classe dominante, deixando de levar em conta diferenças essenciais entre as formas de governo autocráticas e as republicanas, a função das leis e as diferenças entre os pactos sociais impostos e pelos governantes e os acordados entre os governados. Todas essas questões seriam inerentes à ditadura das classes dominantes ou meras formas assumidas por ela. Se todas as formas de Estado são ditatoriais, isso tornaria irrelevante o estudo das suas diferenças e justificaria o jogo de palavras segundo o qual a ditadura proletária seria a mais democrática das ditaduras. Isso justificaria o tipo de instituições construídas após a revolução bolchevique de outubro de 1917 e ocultaria a sobrevivência da luta de classes (e/ou o surgimento de novas classes exploradoras sob os estados socialistas).

Algo de semelhante ocorreu com a teoria marxista do Estado como instrumento de domínio de classe ou como ditadura permanente quando se ficou diante da realidade dos Estados socialistas, que são ditaduras permanentes em um sentido bem mais forte do que as democracias representativas e que não são propriamente instrumentos de domínio de classe, salvo se se inventar uma 'nova classe', que seria a detentora e a usurpadora do imenso poder do novo Estado mas que nada teria a ver com a classe no sentido marxista da palavra. (BOBBIO, 2006, p. 237)

A teoria marxista não seria capaz, portanto, de entender e analisar a própria realidade dos Estados socialistas, pois se aplicaria somente ao modo de produção capitalista, não a seus sucessores, um metro que não mediria as experiências produzidas à sua sombra. Não contém os elementos para a compreensão da política ou do Estado, assim como não consegue uma explicação eficiente para a maioria dos eventos bélicos ao longo da história, anteriores ou supostamente posteriores ao

capitalismo, o marxismo não seria uma teoria geral da política nem uma teoria da guerra. Sem compreender o Estado e a guerra, ao marxismo escaparia a compreensão do campo das relações internacionais. Se a crítica de Bobbio é eficiente para descartar as teorias leno-stalinistas do imperialismo e da ditadura do proletariado, ela não basta para lançar no mesmo cesto das inconsistências e reducionismos teóricos outros textos de lavra marxista, como *O 18 Brumário de Luís Napoleão Bonaparte*²⁸ do próprio Marx, *A revolução russa*²⁹, de Rosa Luxemburgo e, principalmente, a teoria da hegemonia contida nos *Cadernos do cárcere*, de Antonio Gramsci (2006). Nenhum deles faz tabula rasa da luta de classes, mas em nenhum deles verifica-se o reducionismo à instância econômica. N' *O Dezoito Brumário* e n' *A revolução russa*, pelo contrário, as conjunturas políticas, o golpe de Estado de Luís Napoleão III e o fechamento da Assembleia Constituinte, em 6 de janeiro de 1918, são submetidos a uma análise com categorias políticas autônomas, no sentido maquiavélico. Luxemburgo e Leon Trotsky³⁰ insurgiram-se não apenas contra a noção leninista de ditadura do proletariado, mas contra a “ditadura” teórica da instância econômica sobre as instâncias superestruturais:

Sem eleições gerais, irrestritas liberdades de imprensa e de reunião, sem o livre enfrentamento de opiniões, a vida se extingue, em todas as instituições políticas, torna-se uma mera aparência de vida, e só a burocracia permanecerá ativa. (LUXEMBURGO, [1918])

[...] no fundo, trata-se do domínio de uma camarilha, de uma ditadura, porém, para ficar claro, não da ditadura do proletariado, mas da ditadura de um punhado de políticos, ou seja, uma ditadura no sentido burguês do termo, no sentido do domínio jacobino [...]. E mais ainda: tal situação faz amadurecer inevitavelmente um processo de brutalização da vida pública: atentados, fuzilamentos de reféns etc. (TROTSKY, [1904])

Nos seis volumes da edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere*, em nenhum momento Gramsci trata de economia. Embora consciente de que as classes sociais compõem uma espécie de massa subconsciente da história, ele desenvolve um

²⁸ Texto de 1852. Ver em *Pensadores*, volume XXV, p. 329-410. São Paulo: Abril Cultural, julho de 1974.

²⁹ Ver principalmente o capítulo 6, “The problem of dictatorship”, em Rosa Luxemburgo, *The russian revolution* [1918]. Disponível na Internet em www.marxists.org/archive/luxemburg/russian-revolution/index.htm.

³⁰ Ver *Nossas tarefas políticas* [1904], em resposta ao famoso *O que fazer?* [1903], de Vladimir Ulianóv Lênin. Disponível na Internet em www.marxists.org/trotsky/1904/tasks/index.htm. Acesso em: 2010.

corpo conceitual inédito dentro do campo marxista, definindo noções como bloco histórico, consenso e hegemonia (esta em contraposição a ditadura, inclusive do proletariado). Refletindo sobre uma realidade europeia, de tradições políticas laicas e iluministas, com uma sociedade civil consolidada, denunciou, da mesma forma que Luxemburgo, que a ditadura do proletariado poderia ser um caminho mais curto para a conquista do poder, como acontecera na Rússia, mas muito arriscado para conservá-lo posteriormente. Ao invés disso, propôs a construção de uma hegemonia, como liderança moral e intelectual e, assim, Gramsci desenvolveu um tipo de abordagem que pode ser empregada com grande eficiência também para a interpretação da realidade internacional, conforme a advertência de autores de esquerda como Robert Cox³¹, Andrew Linklater³² e Fred Halliday³³, além de Oliveiros S. Ferreira³⁴.

Caso se utilize o método de Bobbio para classificar as teorias, identificando seus conceitos-motrizes e classificando-as em grupos e subgrupos, não haverá dificuldade para constatar que, sob uma rubrica muito geral, *marxismo*, Bobbio também praticou reducionismo ao enfiar um conjunto de abordagens diferentes no mesmo saco para atirá-las no lixo das ideologias. Com efeito, ele diz que “para ser marxista certamente não basta afirmar o primado do econômico. Mas basta negar o primado do econômico para não ser marxista” (BOBBIO, 2006, p. 230). Certamente existem outras abordagens que afirmam o primado do econômico sem serem marxistas, como o liberalismo econômico, ou liberismo. Entre as teorias que reclamam a herança marxista, porém, há abordagens, que variam também na definição da importância atribuída ao econômico ou na forma pela qual ele influencia as demais instâncias. O problema da classificação de Bobbio começa com a expressão “primado”, uma palavra imprecisa e teoricamente limitada, uma expressão genérica, não um conceito estruturante. Afinal, o que significa primado? Influência, sugestão ou dominação total? Ao não esclarecer isso, Bobbio também não explica as diferenças entre marxistas e liberistas, pois, se ambos aceitam a primazia do econômico, em que consiste a diferença entre eles? E não se dá conta da

³¹ Ver *Approaches to world order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

³² Ver “Marxism” (cap. 5) in: Andrew Linklater. *Theories of international relations*. Londres: MacMillan Press, 1996.

³³ Ver *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

³⁴ Ver *Os 45 cavaleiros húngaros – Uma leitura dos Cadernos de Gramsci*. Brasília/SP: Editora Hucitec/UnB, 1986.

necessidade de abordar os marxismos, no plural, e não no singular, reduzindo todas as suas formas e variantes a apenas uma delas, a leno-stalinista. Mesmo utilizando outra palavra menos vaga, como “determinação”, por exemplo, seria preciso distinguir o paradigma que se estrutura sob a noção de que a economia é determinante direta, ou mecânica, daquele segundo o qual ela é determinante em última instância, criando como que uma espécie de campo geral, com influência sobre as demais instâncias, mas sem negar a autonomia das demais, o que permite deslocamentos de importância no interior da estrutura.

Para completar a análise das teorias cujo conceito-motriz é o primado da economia, segundo o rigoroso método bobbiano, seria preciso distinguir aquelas que definem a economia sobretudo como cooperação, como é o caso do liberismo ou do liberalismo econômico, que também se colocam contra o Estado, mas para liberar a ação do Capital, daquelas que a descrevem como competição. Dentre estas, seria necessário discernir as correntes que privilegiam a noção de desenvolvimento das forças produtivas, como o reformismo bernsteiniano³⁵, para as quais o aperfeiçoamento técnico dos meios de produção implicaria a redução e, no limite, o desaparecimento das desigualdades, daquelas que atribuem autonomia e principalidade às relações sociais de produção, ou à questão da propriedade dos meios de produção; estas privilegiam a noção de luta de classes. Dentre estas últimas, ainda, é preciso distinguir as que imaginam a propriedade como apropriação sistemática do trabalho alheio, o que legitimaria a resistência à exploração, a tomada pela violência do Estado e o estabelecimento de uma nova forma de domínio (ditadura, como é o caso do leno-stalinismo), das que definem a permanência histórica como decorrente de um consenso entre grupos dominantes e subalternos, inclusive no que toca ao exercício da força pelos primeiros, que se processa também no campo da cultura e das alianças políticas (hegemonia, caso de Rosa Luxemburgo e Gramsci). Uma se desdobraria numa noção que, modernamente, no plano das relações internacionais, seria aparentada da noção de *hard power*, ou domínio físico, a outra passaria pela sedução, ou *soft power*, envolvendo tanto o aspecto “benigno” do poder econômico quanto a capacidade de convencimento e estabelecimento de pactos. Ao englobar num mesmo campo tanto as noções que seriam abarcadas pelos conceitos de imposição quanto de convencimento, reduzindo o marxismo à

³⁵ Ver Eduard Bernstein, *Socialismo evolucionário*. [1899].

explicação da força como resultante direta da economia, Bobbio, inadvertidamente, expurgou, ele também, as abordagens expurgadas pelo stalinismo como não-marxistas.

O apelo excessivo à análise fundada em dicotomias impede a interpretação correta de situações não-dicotômicas, os casos que não podem ser resolvidos pela exclusão simples na base do isto-ou-aquilo, mas que exigem a admissão de terceiras partes, a consideração de nuances e, mesmo, a interação, ainda que contraditória, dos polos opostos. Se a economia não explica inteiramente a política, a política isoladamente também não explica a economia, pois as duas esferas são, ao mesmo tempo, autônomas e complementares. Interdeterminam-se, pois a economia depende dos mecanismos de controle político do Estado, da mesma maneira que viabiliza a existência do Estado e cria situações de confronto que exigem a intervenção do Estado. Assim como a mão bruta do Estado não é onicompreensiva, também a mão invisível do mercado não é onisciente. As duas esferas interagem numa totalidade complexa e a primazia, agora sim usada num sentido menos vago, ora pertence a uma, ora à outra, dependendo das circunstâncias conjunturais, pois jamais é absoluta. A luta de classes não esgota a compreensão da política, é evidente, mas também esta também não pode ser compreendida independentemente da maneira pela qual as sociedades ganham a vida, custeiam o conjunto de suas relações ou disputam os meios de sobrevivência num ambiente de persistente escassez relativa. Descartar a luta de classes como uma questão de princípio metodológico para a análise das conjunturas, como o faz Bobbio, pode ser tão danoso para a clareza quanto absolutizá-la, como o faz a teoria do imperialismo. Para a análise dos embates internos das classes sociais, Gramsci atribuía um papel importante ao partido político, como representante relativamente autônomo das classes em pugna, e operava com conceitos como consenso (de que as classes hegemônicas precisam para sua legitimação e mesmo para o emprego da violência) em cima dos valores políticos e morais e bloco histórico (coalizão de forças e valores), estrutura de poder, riqueza, saber e de valores que caracterizam a formação social, o que torna os embates, sobretudo, em lutas para a obtenção da liderança moral e intelectual sobre o conjunto da sociedade, ou hegemonia. Nisto o conceito de hegemonia difere substancialmente do de simples domínio e Gramsci contrapunha a hegemonia proletária à ditadura do proletariado.

É no campo da cultura, portanto, que se encontra resposta para a questão da subordinação do grande número e para o problema do que é o interesse (impulso transformado em necessidade) dos simples. (FERREIRA, O., 1986, p. 38)

Para Oliveiros Ferreira, a cultura em Gramsci adquire um papel central, pois os enfrentamentos de classes ocorrem primeiro no âmbito da sociedade civil, onde se concentram os embates em torno das “quatro posses essenciais”: “das almas”, “dos corpos”, “do excedente econômico” e “do poder”. A transição na esfera da sociedade civil equivale à transição de um consenso para outro, mediante o deslocamento das opiniões e preferências “do grande número”.

Uma vez que existiam essas condições preliminares, já racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo de base territorial) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política belíssima) e conseguindo centrar toda a vida do país sobre a produção. A hegemonia nasce da fábrica e não necessita para exercitar-se senão de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia. (GRAMSCI, Caderno 22, cit. por FERREIRA, O., 1986, p. 62)

A teoria da hegemonia e conceitos como o de consenso e bloco histórico seriam, portanto, importantes para a interpretação não apenas da política interna, mas também da internacional, como o salientado por Cox e Halliday³⁶. Ao contrário de Bobbio, que descartou, junto com o leno-stalinismo, outras vertentes do marxismo, penso que sobretudo a teoria da hegemonia de Gramsci deve ser resgatada e combinada sobre uma plataforma realista para a interpretação das relações internacionais do mundo pós-Guerra Fria.

... A noção de interdependência complexa...

O questionamento de Bobbio ao marxismo (a rigor, ao leno-stalinismo) a respeito da sua capacidade explicativa dos eventos internacionais, considerando o fato de não ser uma teoria geral do Estado e uma teoria da guerra, foi respondido

³⁶ Ver Robert Cox, 1996, e Fred Halliday, 1999.

negativamente. O mesmo questionamento pode também ser levantado face ao paradigma liberal, ao realista e ao próprio método de Bobbio. Algum deles contém simultaneamente uma teoria geral do Estado e uma teoria da guerra e explica todas as ordens internacionais, resistindo ao teste empírico? Ou seja, qual deles passa pela prova dupla do autoteste da coerência interna e da confrontação empírica com as situações concretas e constitui, por conseguinte, uma teoria satisfatória das relações internacionais?

Da mesma forma que Bobbio representou os fenômenos da guerra e do imperialismo em dois círculos distintos, que só se sobrepõem parcialmente, resultando disso que as guerras imperialistas não esgotam a questão da guerra e do imperialismo, ou da economia internacional, também se poderia representar graficamente a guerra para compará-la com os fenômenos da autocracia e da correlação de forças, para investigar se o liberalismo ou, alternativamente, o realismo é capaz de explicar todos os casos de violência interestatal. Para isso seria preciso rascunhar dois grupos de quatro círculos cada um, um grupo para cada paradigma, com o objetivo de avaliar se cobrem, efetivamente, o conjunto dos fenômenos empíricos que pretendem explicar. No primeiro grupo, para mensurar a eficácia do ferramental teórico liberal, as representações geométricas deveriam ser, acompanhando as duas dicotomias fundamentais, república-autocracia e paz-guerra, para verificar se, de fato, o círculo das democracias coincide com o círculo da paz e se o círculo das autocracias coincide com o das guerras, no sentido em que todas as guerras envolvem pelo menos uma autocracia³⁷. No segundo grupo, os outros quatro círculos representariam as outras duas dicotomias, a saber equilíbrio-ruptura do equilíbrio de forças e paz-guerra, para apurar se não há guerras durante

37

Figura 2: Geometria dos paradigmas liberal e realista

os períodos de estabilidade das ordens internacionais e se as mudanças de ordenamento só acontecem mediante confrontos armados.

Segundo o paradigma liberal clássico, de matriz kantiana³⁸, a dicotomia entre paz e guerra se associaria a uma outra, república e autocracia. Como só existem dois tipos ideais de Estado, fundados no consenso entre os governados ou na autoridade do príncipe, um definiria a sua legalidade pelo consenso dos governados, o outro, pela autoridade do governante, o primeiro se caracterizaria como um governo das leis, enquanto o segundo seria tipificável como governo de homens. Internamente as repúblicas teriam instituído mecanismos pacíficos de solução das controvérsias entre os súditos e destes com o Estado, limitando o poder decisório dos governantes. As autocracias, por seu turno, representariam um tipo de legalidade mais primitiva e rudimentar, estatais e expressivas da vontade nacional, mas fundadas nas diferenças entre os nacionais, algo mais próximo da lei do mais forte ou da permanente imposição hierárquica de uma vontade superior, com limites bem mais amplos para os soberanos. Um dos regimes, o republicano, seria naturalmente pacífico, e tenderia a expandir essa característica interna para as relações com outros Estados, valorizando o direito internacional, enquanto o outro, o autocrático, seria naturalmente belicoso, colocando sempre em primeiro plano a própria soberania. A guerra, portanto, seria um fenômeno associado às autocracias e a paz às repúblicas, do qual derivam três princípios: 1) As repúblicas, expressão que, no século XX, foi traduzida para democracias, não guerreiam entre si, pelo fato de preferirem resolver suas diferenças por meios pacíficos; 2) As autocracias, ao contrário, guerreiam entre si e também iniciam guerras contra as repúblicas (ou democracias); 3) As repúblicas (ou democracias) só fazem guerras de defesa contra ataques autocráticos. Neste caso, conforme a geometria bobbiana, os liberais fariam com que o círculo da paz coincidisse plenamente com o das repúblicas e o círculo da guerra se sobrepusesse completamente ao das autocracias.

Os defensores da perspectiva moderada de inspiração kantiana advogam que a história tem demonstrado de forma convincente a inexistência de guerras entre democracias. (CARDIM, 1999, p. 2)

A confrontação com a empiria histórica, contudo, não confirma qualquer dos três princípios liberais, pois: 1) A iniciativa pelas guerras nem sempre é das

³⁸ Ver *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 2003.

autocracias. O caso clássico é o da Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.), como narrada por Tucídides, que deixa evidente que a iniciativa, sob a alegação da prevenção, partiu da Atenas democrática e não da Esparta autocrática. Caso se considerem a corrida armamentista e as políticas de contenção da Guerra Fria como evento bélico ou pré-bélico, as iniciativas contencionistas sempre foram adotadas pelos EUA e respondidas, com largo atraso, pela URSS. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), por exemplo, foi criada em 1949, enquanto o Pacto de Varsóvia só foi constituído seis anos depois, em 1955; 2) A maior e mais longeva autocracia de todos os tempos, o império chinês, para não citar outras, como a hindu, jamais entrou em guerras externas ou adotou políticas expansionistas agressivas; 3) Dois regimes republicanos guerreiam, sim, entre si, e isto foi demonstrado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), em que se confrontaram os Estados de Direito da Alemanha, França, Reino Unido e Estados Unidos; 4) Contemporaneamente, ao longo da segunda metade do século XX e início do XXI, o liberal e democrático Estado de Israel tomou todas as iniciativas bélicas no Oriente Médio, tanto contra vizinhos autocráticos quanto contra governos democraticamente eleitos, como os do Líbano, em 2006, da Faixa de Gaza (contra o Hamas), em 2008, e contra a Autoridade Nacional Palestina (e a Organização para a Libertação da Palestina, em 2004). Desde 1968 as colinas de Golã e a Cisjordânia continuam sob ocupação do republicano Estado de Israel. As anomalias do paradigma liberal são tão numerosas e flagrantes que é preciso dissociar os círculos da autocracia e da guerra, assim como os círculos da democracia e da paz, evidenciando que há autocracias belicosas, mas também existem do tipo pacífico, e há democracias pacíficas, como as nórdicas, mas também há regimes liberal-democráticos belicosos e agressivos. Praticando uma geometria bobbiana, portanto, somos forçados a dizer que o círculo da paz parcialmente se sobrepõe tanto a partes do círculo democrático quanto do autocrático, e que o das guerras coincide parcialmente com o das democracias e o das repúblicas. Pode até acontecer que a tendência geral kantiana seja provável, mas ela não contém uma explicação final para a paz e para a guerra. A partir disso se pode concluir que, da mesma forma que a teoria do imperialismo, o paradigma liberal também não é capaz de produzir uma resposta cabal para as causas da guerra, ou seja, não constitui uma teoria da guerra resistente aos casos concretos de guerra. Ele encerra, porém, uma teoria política e uma teoria do Estado

(em torno das dicotomias derivadas da contraposição entre democracia e ditadura), mas somente para sua face interna, não constituindo uma teoria das relações internacionais³⁹.

Apesar disso, o liberalismo, da mesma forma que o marxismo pelo viés do econômico, porém definindo essa instância não pela ótica da competição (da luta de classes), mas pela da cooperação (decorrente da divisão social internacional do trabalho) e pelas relações de interdependência complexa, apontou para uma outra questão relevante: a perda de certas funções tradicionais da soberania estatal. Em meio a fluxos extraordinariamente rápidos, como os financeiros e os comunicacionais, que escapam ao controle dos Estados, esse paradigma conseguiu perceber a emergência de temas importantes para uma teoria das relações internacionais, como a simultaneidade provocada pela globalização comunicacional e as cada vez mais relevantes questões do meio ambiente e dos direitos humanos, fundamentais para a sobrevivência da própria espécie.

É preciso, agora, submeter ao mesmo exame o paradigma realista, ou a chamada teoria da política de potência, para aferir se ele resiste à prova conceitual bobbiana, em que foram reprovados o leno-stalinismo, por operar com a ideia-motriz da luta de classes, o que o impediu de desenvolver teorias políticas sobre o Estado e a guerra, e o liberalismo, por associar o fenômeno da guerra exclusivamente ao Estado de tipo autocrático, apesar de conter uma teoria política. De chofre, é preciso constatar que os pensadores realistas da política internacional não se preocupam com a temática que caracteriza a teoria política desde a Antiguidade. Para eles, as

39

Figura 3: Teste empírico da explicação liberal

dicotomias república-autocracia, democracia-ditadura, democracia-tiranía, participação-exclusão são intraestatais, embora possam ser relevantes internamente, são irrelevantes para a compreensão das relações internacionais, pois estas são interestatais e realizadas sempre sob o signo da guerra ou à sua sombra. Se o realismo compreende uma teoria da guerra, ele não contém uma teoria geral do Estado, ao contrário do liberalismo, uma vez que toma como ponto de partida o conceito weberiano do Estado como monopólio legítimo da violência, mas não se preocupa em definir a constituição dessa legitimidade ou em buscar as explicações da sua continuidade, satisfazendo-se com o domínio físico. Esse paradigma constitui, por conseguinte, uma teoria da guerra, mas recusa-se, por definição, a elaborar uma teoria da paz, por entendê-la sempre como provisória, uma exceção à regra, enfim, somente um armistício, situação que seria por definição contrária ao tipo de relação estabelecida entre si pelos grupos sociais organizados, em busca sempre da segurança pelo prevalecimento físico.

O próprio Bobbio afirma que o paradigma da política de potência é um “recipiente grande demais” para enquadrar todos os eventos bélicos e, por isso mesmo, inespecífico, pois insuficiente para compreender as várias qualificações da guerra e explicar suas causas profundas. Ao definir que a guerra é produzida pelas dúvidas dos desafiantes a respeito da capacidade do Estado-líder de manter a ordem ou pelo desequilíbrio de forças, mas suspensa quando um novo equilíbrio é constituído, este paradigma não dá conta de algumas situações: 1ª) As guerras imperialistas ou anti-imperialistas, que não decorrem do desequilíbrio de forças, mas das ambições de alguns Estados ou do temor ou do ressentimento de outros; 2ª) As guerras preventivas, iniciadas por uma grande potência que se sente ameaçada pela emergência de uma pequena ou, até mesmo, pelo colapso de suas instituições em controlar seus súditos; 3ª) As guerras vencidas operacional e taticamente por uma potência, mas politicamente por outra, como a dos EUA frente ao Vietnã do Norte e o Vietcong, em 1975, e da URSS frente ao Talebã, no Afeganistão, em 1989; 4ª) As transições de ordem internacional sem guerra, como a substituição da hegemonia britânica pela americana na primeira metade do século XX, sem que uma resistisse ao assédio pelas armas e sem que a potência ascendente tivesse que fazer guerra contra a antiga para forçar o advento do novo *status quo*; 5ª) A incapacidade da grande potência militar, econômica e tecnológica de levar a bom termo as guerras

preventivas contra o terrorismo do pós-Guerra Fria, em que novamente vence todas as batalhas, mas não sabe como vencer as guerras contra as insurgências iraquianas e afegãs. São casos que escapam da avaliação dos riscos à correlação de forças e em que a superioridade militar não se revelou suficiente para a obtenção de resultados satisfatórios. Nessas situações, ou o envolvimento militar não decorreu da racionalidade da correlação de forças, mas de motivos ideológicos não razoáveis, ou aconteceram grosseiros erros de cálculo, por se levar excessivamente em conta os aspectos militares. No caso do Vietnã, apesar da derrota política, o domínio americano não foi abalado nos anos seguintes e os EUA não se viram na defensiva contra movimentos insurrecionais orquestrados por Moscou, como era previsto; pelo contrário, fortaleceram-se posteriormente apesar da perda localizada. Os casos do Iraque e do Afeganistão parecem evidenciar que o papel da guerra se alterou em função da complexificação da realidade mundial, hoje um tecido globalizado entrecortado por laços de interdependência econômica e conectado informacionalmente. Já não se vencem guerras como antigamente, mas, como diz Liddel Hart, em raciocínio sobre a lógica da guerra válido para os complexos conflitos do século XXI, que vencer é prevalecer e quem não vence perde.

Essas situações concretas indicam que os círculos do equilíbrio e do desequilíbrio de forças não coincidem completa e respectivamente com os referentes às situações de guerra e paz. Ou seja, muitas guerras não decorrem do desequilíbrio de poder, mas exatamente do contrário, para mantê-lo⁴⁰. Da mesma forma, situações de desequilíbrio de poder não levaram à guerra, como a superação

40

Figura 4: Teste empírico da explicação realista

econômica, industrial e militar do Reino Unido pelos Estados Unidos a partir do final do século XIX. Se a maior parte das ordens mundiais resultou de uma guerra e a paz subsequente foi garantida pela nova correlação de forças, como explicar, além da ascensão da América do Norte sobre a Europa, a transição para a ordem da pós-Guerra Fria, caso não se considere a Guerra Fria como uma longa guerra de 46 anos? E como explicar que a Europa, que prossegue sendo um “anão político”, sessenta anos após o final da Segunda Guerra, tenha voltado a ter um papel protagonístico, ao lado do Japão, e figure como competidor da superpotência, ainda que por enquanto basicamente no plano econômico?

As guerras, embora em sua maioria dependam sempre do monopólio da força exercido pelos Estados e se realizem sob o propósito de dobrar a resistência de Estados renitentes, em certos casos, são empreendidas por Estados que não pretendem dobrar a vontade do oponente ou envolvem atores não-estatais conscientes de sua incapacidade de obter maiores concessões dos seus alvos, como os confrontos do final do século XX e início do XXI, principalmente no nevrálgico Oriente Médio e Ásia Central. Nesta região, alguns Estados árabes sabidamente menos bem armados e sabedores de sua inferioridade tecnológica, como o Egito, a Síria e a Jordânia, insistiram em confrontações fadadas à derrota contra Israel. Se o Estado está associado à ideia de racionalidade e do cálculo das oportunidades e riscos, como explicar a insistência? Caso se aleguem razões de natureza religiosa ou cultural, se estará abdicando da explicação racional da correlação de forças. Além disso, também nessa região, organizações infraestatais, como o Hamas e o Hezbollah, vêm conseguindo desestabilizar de maneira contínua o Estado israelense, da mesma forma que, a partir do Oriente Médio e Ásia Central, proliferam grupos fundamentalistas animados por um propósito moral, contudo sem um projeto político claro, mas com capacidade para surpreender pela violência, mantendo a maior potência de todos os tempos em sobressalto. Trata-se de casos não explicados pela racionalidade realista.

Retornando pela última vez à geometria bobbiana dos círculos. Talvez seja mais prudente não reduzir a apenas uma as causas da guerra – a luta econômica de classes, o enfrentamento entre princípios de organização estatal ou o equilíbrio de forças - mas ampliá-las para inúmeras outras, como também as geográficas (pressões e contrapressões entre potências insulares e territoriais), por recursos

energéticos (água e petróleo, por exemplo) e ambientais (ameaças à vida e ao futuro da humanidade, em virtude de abusos e ambições ecológicos), traçando um número correspondente de círculos com lógicas próprias, cujas interseções podem levar à guerra e/ou à cooperação e, assim, enfim, começar a pensar uma teoria contemporânea das relações internacionais, capaz de tornar inteligíveis os eventos políticos do século XXI sobre um pano de fundo cada dia mais intrincado.

Apesar da perda de algumas funções soberanas num tecido mundial cada vez mais interligado, a instituição Estado continua desempenhando papel único de controle sobre o conjunto dos fluxos globais, inclusive aqueles tipificados pela legislação interna como criminosos ou lesivos ao bem comum e à ordem internacional. A emergência de eventos de magnitude e velocidade globais não retirou, contudo, a centralidade do Estado, daí a relevância teórica do paradigma realista para, mediante a expansão de sua rede conceitual, recuperar a capacidade de entender o mundo e agir sobre ele.

... O descarte da norma do medo...

Se o realismo constitui o paradigma que pode ser tomado como base e atualizado para a construção de uma teoria capaz de compreender a política internacional do século XXI, é preciso estar atento para as limitações do neorrealismo, de Kenneth Waltz, que, apesar de ser a abordagem que com maior propriedade, como assinalado acima, alerta para a diferença ontológica entre sistema (ou estrutura) internacional e sistema interno, também acaba sucumbindo à tentação de reduzir a complexidade do geral ao particular, e de simplificar a totalidade tomando-a por alguns de seus elementos, enfim, a política internacional pela política externa americana. Mais do que sucumbir, ele agrava esse compromisso, sob a égide do medo sistêmico, que transforma em norma da ação política e das estratégias de segurança nacional dos EUA.

A seguir, vamos procurar demonstrar os dois passos do neorrealismo: primeiro, o teoricamente virtuoso, a busca da autonomia da noção de sistema internacional; segundo, o prescritivo, sua definição do sistema internacional como de “autoajuda”, o que o faz operar com a noção de medo sistêmico, que deveria ser a

inspiração da política externa. Para ele, “não é possível compreender a política mundial simplesmente olhando para dentro dos Estados” (WALTZ, 2002, p. 94), pois

Os agentes e as agências atuam; os sistemas, como um todo, não. Mas as ações dos agentes e das agências são afetadas pela estrutura do sistema. Em si mesma, a estrutura não leva diretamente a uma resultante e não a outra. A estrutura afeta o comportamento dentro do sistema, mas fá-lo indiretamente. Os efeitos são produzidos de duas formas: através da socialização dos atores e através da competição entre eles. (WALTZ, 2002, p. 107)

O todo (ou o sistema ou a estrutura) para Waltz comporta não apenas as suas unidades, mas também os seus princípios ordenadores, ou estruturantes, que definem padrões de comportamento, permitindo e forçando cada uma delas a se inserir, ou se adaptar, mediante suas respostas aos efeitos sistêmicos. Estes comportam constrangimentos e oportunidades. “Um sistema é composto de uma estrutura e das partes que interagem” (2002, p. 115). O sistema, portanto, além de oferecer oportunidades para uma inserção mais vantajosa ou segura, também projeta constrangimentos, ou seja, força as suas unidades a seguirem determinados padrões de comportamento para não serem absorvidas por outras unidades. “A ameaça recorrente da violência e o uso recorrente da força distinguem os assuntos internacionais dos nacionais”, diz ele. “Nenhuma ordem humana é à prova de violência” (WALTZ, 2002, p. 145). Mais do que se realizarem “à sombra da guerra”, como o achado de Raymond Aron, portanto, para ele, as relações entre os Estados se desenvolvem sob a ideia de que cada um pode ser extinto por seus concorrentes, disso derivando que os assuntos prioritários para todos dizem respeito à sua segurança, o que define o campo da *high policy* como de busca da supremacia pelos fortes e da sobrevivência pelos fracos.

O sistema internacional é definido por Waltz como de autoajuda, no sentido de que cada parte tem sua soberania ameaçada constantemente pelas demais, e deve “tomar conta de si mesma”, ou seja, é obrigada a se defender e prevenir, a cuidar de sua própria segurança, para poder sobreviver. A questão, portanto, transforma-se imediatamente em uma outra: saber como se realiza na prática de cada um dos Estados o princípio “toma conta de ti mesmo”, o que o faz derivar da “violência sistêmica” para o medo sistêmico como imperativo moral da ação externa dos Estados Unidos.

Se o sistema internacional forma uma estrutura de natureza anárquica (mas não caótica) de Estados competindo entre si, ameaçando-se e representando um risco para os demais, cada Estado, em particular, ao contrário, é constituído por uma estrutura interna, esta não-anárquica, mas hierarquizada, que “delibera” autonomamente e faz com que os Estados se comportem como indivíduos ao interagir na estrutura internacional. Desse modo, a política externa, que sofre os efeitos sistêmicos da política internacional, é deliberada no interior de cada parte, conforme seus procedimentos institucionais, daí que “um sistema político interno não é um sistema de auto-ajuda. O internacional é” (WALTZ, 2002, p. 145). A política externa, portanto, faz parte da interna e versa sobre as formas pelas quais a unidade (neste caso, o Estado, mas, em outros casos, a empresa ou a associação) responde aos constrangimentos externos, isto é, busca sua forma particular de inserção no sistema internacional.

Os Estados têm naturezas distintas, até discrepantes entre si. Podem ser bem ou mal estruturados, sólidos ou vulneráveis, enfrentando riscos maiores ou menores de desagregação, regidos de forma presidencialista ou monárquica, democrática ou ditatorial, republicana ou autocrática. Podem ser democráticos, pacíficos e estáveis internamente, mas, ainda assim, serem constrangidos a ter um comportamento externo agressivo, decorrente do medo neles introjetado pelo sistema internacional, por natureza hostil, na medida em que cada unidade é induzida a enfrentar permanentemente os riscos reais, potenciais e até imaginários decorrentes da possibilidade de ser extinta pelos Estados concorrentes – possibilidade que, assim, se torna uma inevitabilidade.

A localização da política externa na esfera de competência interna é fundamental para a compreensão da noção de sistema internacional em Waltz. Ela permitiria explicar as razões pelas quais os Estados e as sociedades são distintos uns dos outros, mas como interagem no espaço anárquico comum, abrindo a possibilidade de decifrar a lógica que os rege. Aparentemente ela definiria o objeto de estudo da política internacional e proporcionaria ao estudioso um ponto de observação acima das parcialidades nacionais, ou locais, de onde ele poderia contemplar de forma isenta as interações.

Auto-ajuda é, necessariamente, o princípio de ação numa ordem anárquica. Uma situação de auto-ajuda é uma situação de alto risco

– risco de falência no domínio econômico, e de guerra, num mundo de Estados livres. (WALTZ, 2002, p. 155)

Waltz diz ainda que dentro do sistema as partes são iguais no que se refere às suas funções, mas podem distinguir-se umas das outras no que diz respeito às suas capacidades. Estas podem ser militares ou econômicas, ou ambas, razão pela qual o neorrealismo não considera como atores internacionais somente os Estados, mas também outros agentes, sobretudo as grandes empresas multinacionais. A diferenciação segundo as capacidades reserva papéis distintos às potências no que diz respeito às ordens mundiais, pois algumas têm um papel central na definição dos balanços de poder e, por conseguinte, transformam-se também nos principais garantidores da paz ou do *status quo* internacional.

Esse passo explica o deslocamento do neorrealismo que, oriundo do esforço descritivo “frio” e “tolerante” do realismo clássico, adquire um tom decididamente normativo, ditado pelo medo, o risco de ataque e desintegração por outro Estado e, a partir daí, passa a interagir num mesmo chão teórico que outras perspectivas normativas, como o liberalismo e o leno-stalinismo historicista. O deslocamento da descrição para a normatização faz com que as estratégias de longo prazo, do equilíbrio de poder e visando ao progresso econômico, sejam subordinadas às de curto prazo, de natureza militar, para a segurança e a defesa do Estado ou da sua sobrevivência. A moderação do realismo clássico, que priorizava o equilíbrio de poder, constituindo estratégias defensivas para a preservação da ordem mundial, cede assim lugar a estratégias ofensivas e preventivas, para atacar o inimigo antes que ele o faça, dominar antes de ser dominado, iniciando a guerra no momento mais propício. Esta leitura do neorrealismo, proposta por Stephen Brooks no artigo “Duelo de realismos”, decorre de uma comparação conceitual entre o realismo clássico (de Hans Morgenthau, Raymond Aron e outros) com o neorrealismo (de Waltz e John Mearsheimer) e o realismo pós-clássico (entre outros, de Robert Gilpin)⁴¹.

Em suma, quanto mais competitivo o sistema internacional, mais um Estado racional desconsidera o futuro. Eles [os *Estados*] vêem o sistema internacional como um sistema de implacável competição pela segurança, no qual todos os Estados adotam a perspectiva possibilística mais pessimista dos pressupostos neorrealistas a respeito das taxas de risco. Dada esta visão, um Estado racional

⁴¹ Ver Stephen G. Brooks, Dwelling Realisms (Realism in International Relations), *International Organization*, v. 51, n. 3, summer 1997. Disponível em <http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/brooks.htm>.

sempre priorizará a maximização da sua segurança no curto prazo frente aos potenciais rivais, ainda que isso tenha repercussões negativas de longo prazo para as outras prioridades estatais. (BROOKS, 1997)

O neorrealismo, segundo Brooks, opera com um quadro teórico de feição completamente pessimista e trabalha com a ideia de que a possibilidade da agressão pelo inimigo representa, na verdade, a iminência do ataque, e não uma mera probabilidade representável por cenários probabilísticos alternativos que, dependendo das escolhas, poderia ser adiado e até mesmo evitado (conforme os realistas pós-clássicos). A perspectiva possibilística negativista, assim, substitui a ideia central da competição e agressividade dos Estados em ambiente anárquico (o que possibilitaria a contenção de cada um por acertos fundados no equilíbrio de forças) pelo medo do ataque iminente, provocando reações antecipadas dos Estados, orientadas pelo medo fundado dos riscos.

Esse deslocamento cognitivo, ou mudança da forma de organizar as informações a respeito da política mundial, constrói políticas externas que podem ensejar estratégias de segurança nacional agressivas, ou fundadas na noção de guerra preventiva. Ou seja, trata-se de uma maneira de entender e interpretar o mundo que leva a políticas extremamente defensivistas ou a estratégias de atacar as próprias virtuais ameaças antes que elas se transformem em riscos reais, como profecias que se autorrealizam, induzindo aos jogos de soma zero não recomendados por Liddel Hart. Com isso, o neorrealismo waltziano, que principiara buscando um entendimento do sistema internacional como um objeto autônomo de estudo, acaba também ele confundindo a avaliação do quadro geral com os interesses (e temores) de um Estado em particular, os Estados Unidos, o que mais teria a perder (o papel de principal força mundial, supostamente capaz de garantir a paz), confundindo, ele também, portanto, política internacional e política externa (ou seja, a política interna dos EUA), que o leva à estratégia da guerra preventiva.

Se o ponto de observação do liberalismo é um Estado estruturado sobre a norma das liberdades individuais, da competição e da cooperação, sobretudo o direito à propriedade, a igualdade de oportunidades entre seus membros e garante um padrão de vida diferenciado e a possibilidade de paz mundial, o do neorrealismo é o de uma potência que se distinguiu e diferenciou por suas capacidades, o que inspira o risco de ataque pelas potências invejosas ou insatisfeitas (contra-hegemônicas ou ressentidas) e, possivelmente, sorrateiras. As expressões

“potências invejosas” e “práticas sorrateiras” não são facilmente encontráveis em Waltz e Mearsheimer, mas elas correspondem à identificação com um Estado que se sente ameaçado pelos demais, ainda que de maneira virtual, e se vê obrigado, portanto, a se defender antes mesmo que a ameaça potencial se concretize. Apesar da sugestão de caráter psicológico, essas expressões acrescentam elementos de natureza cultural aos conceitos usados para organizar uma visão sistemática de mundo. Desse modo, o princípio realista de constatação da força como princípio estruturante da realidade internacional transforma-se em princípio normativo: empregar a força antes que o inimigo o faça, surpreender para não ser surpreendido e, assim, garantir a correlação de forças vantajosa. Embora a maneira de ver o mundo possa não ser determinante do comportamento externo dos Estados, conforme afirmam os construtivistas como Alexander Wendt⁴², certamente ela tem um peso na elaboração das estratégias.

Em virtude desse chão teórico normativo, comum ao liberalismo e ao neorrealismo e oposto ao normativismo do internacionalismo proletário ou da ameaça cultural do fundamentalismo islâmico, impõe-se a identificação de pegadas do neorrealismo sobre o neoconservadorismo, corrente acadêmica que participava do terceiro escalão do governo George Bush e chegou ao primeiro com George Walker Bush. Seus formuladores, como Paul Wolfowitz e Michael Ignatieff, combinam sobre a plataforma teórica do normativismo liberal clássico (a respeito da superioridade moral e do suposto caráter pacífico das repúblicas, que eles chamam de “democracias”) o medo sistêmico waltziano, disso resultando os fundamentos da ideia de guerra preventiva, que eleva à condição de atores internacionais organizações infraestatais armadas e preconiza agir sobre as ameaças de ataque, imobilizando o inimigo antes que ele se transforme em uma ameaça efetiva. Trata-se de uma teoria decorrente e expressiva de um ângulo muito determinado de observação do mundo. A este propósito é importante ressaltar mais dois aspectos: primeiro, a estratégia extemporânea e malsucedida nas esferas diplomática e da opinião pública externa e interna, da invasão do Iraque para a realização de um projeto unipolar com doze anos de atraso e da derrota política apesar das incontáveis vitórias militares, decorre também da crescente complexidade das relações interestatais e interpovos produzida pelas globalizações econômica,

⁴² Ver o artigo de Alexander Wendt, *Anarchy is what States make of it: the social construction of power politics*, in: *International Organization* 46, Cambridge: International Organization Foundation, 1992.

financeira e comunicacional; segundo, a trama mais complexa do tecido do mundo reflete-se na incapacidade das potências contra-hegemônicas (União Europeia, China e mesmo a Federação Russa) de formular alternativas estratégicas à desordem mundial, tema que, decorrente da perda de chão histórico pelos paradigmas, deverá ser aprofundado neste texto⁴³.

... E de um não-paradigma internacional

Organizações coletivas não são indivíduos, não têm sentimentos e não se comportam como os humanos. Têm o ânimo da imortalidade e, de fato, duram bem mais que os indivíduos sujeitos a elas ou investidos em posições de comando, encarregados das decisões estratégicas. Impessoais, elas não agem por piedade, solidariedade, lealdade ou vingança, mas reagem a constrangimentos e oportunidades, conforme padrões de comportamento racional em ambiente ameaçador, transformando os tomadores de decisão em portadores e intérpretes subjetivos dessa lógica objetiva. Isto vale para os Estados, porém não apenas para eles, mas também para quaisquer outros tipos de entidades coletivas, principalmente as que são também atores internacionais: organizações super e infraestatais, empresas, partidos, clubes e organizações não-governamentais. As decisões, em todo caso, mesmo em política externa, são tomadas em última análise por homens e executadas por outros homens e este é o pressuposto das abordagens cognitivistas. Também conhecidos como behavioristas ou comportamentalistas, autores como Charles Hermann, Margareth Hermann, Arthur A. Stein, Joe Hagan e Jerel Rosati⁴⁴ priorizam a maneira pela qual as decisões estratégicas são adotadas, compartilhadas pelos decisores e pela equipe de governo, para avaliar a sua eficácia. Eles procuram analisar, enfim, as políticas externas americanas, mediante a abertura da caixa preta da tomada de decisões e a reflexão sobre o processo de transformação das estratégias e ordens em comportamentos estatais. Trata-se de

⁴³ Principalmente no capítulo 2, dedicado ao aprofundamento da constatação da bidimensionalidade da abordagem realista e do esforço para a indicação da necessidade de uma abordagem tridimensional.

⁴⁴ Ver respectivamente “Mudanças em curso: quando os governos decidem redirecionar a política externa” [2001], “Como as decisões unificam a política externa: Uma estrutura teórica [2001], “Os limites da escolha estratégica: Racionalidades constrangidas e explanação incompleta” [1999], “Explanações de política doméstica na análise da política externa” [1999] e “Uma abordagem cognitiva para o estudo das relações externas” [1999].

um enfoque que contribui para o entendimento da inserção da hiperpotência nos assuntos mundiais, mas insuficiente para dar conta da análise das conjunturas internacionais.

Os dois aspectos centrais para a compreensão do comportamento externo de qualquer Estado, para esses autores, são a tomada de decisões, entendendo por isso também a natureza das decisões, e a sua implementação. Há uma grande distância entre as decisões estratégicas e as milhares de medidas práticas delas decorrentes adotadas diariamente por um Estado com interesses múltiplos em todos os rincões do planeta, como os EUA, entendendo por isso uma gama de variáveis entre duas situações extremas: as decisões estratégicas que nunca chegam a ser implementadas e as inúmeras medidas práticas que são adotadas no dia a dia, independentemente das políticas definidas e do conhecimento das autoridades responsáveis, dos secretários e do Presidente; a maioria das ações levadas à prática, por outro lado, decorre das linhas estratégicas mais gerais, mas são implementadas a partir da interpretação de burocratas anônimos, cujas decisões nem sempre traduzem o espírito das decisões estratégicas. Apesar disso, os Estados estrangeiros são sensíveis tanto às estratégias, declarações de intenções dos estadistas, decisões das comissões parlamentares e discursos de parlamentares, quanto às medidas tomadas por burocratas anônimos nos consulados, como a concessão ou não de vistos, e na alfândega, que podem representar endurecimento ou amenização na fiscalização de entrada de mercadorias e turistas. As orientações definidas pelo Presidente ou seu gabinete, mesmo as estratégicas, costumam ser gerais, com as linhas centrais de ação. Para serem implantadas, as estratégias precisam ser transformadas em táticas, definidas em terceiro escalão e, estas, em medidas operacionais, baixadas pelo quarto escalão, que serão utilizadas como referência para as decisões práticas tomadas na ponta da linha, às vezes por executores isolados. Em não poucos casos, as medidas práticas podem afetar a conjuntura como um todo, contrariando as estratégias e surpreendendo os decisores.

O Presidente e seus secretários, evidentemente, selecionam os assuntos aos quais dedicam mais ou menos tempo, maior atenção ou delegam a outras instâncias. Jerel Rosati (1987), citando os ensaios de Graham Allison e Morton Halperin a propósito das diferenças de encaminhamento das negociações para a

limitação de armas estratégicas com a URSS (SALT-1) entre os governos Johnson e Nixon, listou os três modelos de decisão que coexistem em qualquer administração, em conformidade com a instância hierárquica que controla o processo: o presidencial, o burocrático e o local. O primeiro implica o que ele chamou de “alto envolvimento presidencial”, significando com isso as preferências e prioridades do chefe do Executivo e do pequeno círculo de seus auxiliares diretos, “os secretários da Defesa, de Estado, do Tesouro, o diretor da CIA, a Junta de Chefes dos Estados-maiores e, desde 1961, o assessor especial para os negócios estrangeiros” (ROSATI, 1981, p. 237). O “modelo político burocrático”, em que é tomada a maior parte das decisões estratégicas, envolve um número elevado de indivíduos e agências; nele o resultado final decorre de jogos de barganha e compromissos para a composição de maiorias. As decisões tidas como menos importantes, as mais numerosas, são tomadas conforme “o modelo com dominância local”, por poucos indivíduos em cada caso, em geral responsáveis por serviços, comandos de batalhões ou chefes de unidades, com base nas normas, regras e rotinas burocráticas.

Quando o envolvimento do presidente é alto, diz Rosati, ele prepondera sobre os demais na escolha das opções estratégicas; quando o envolvimento da burocracia é alto e o do presidente, baixo, ocorrem decisões predominantemente burocráticas. Como, no governo de Lyndon Johnson, a prioridade era a Guerra do Vietnã, a negociação para a limitação de armas estratégicas teve uma condução mais burocrática e avançou pouco, ao contrário do governo de Richard Nixon, em que o empenho pessoal do Presidente e as viagens e acompanhamento pessoal do conselheiro de Segurança Nacional Henry Kissinger foram fundamentais para a conquista de avanços significativos, aumentando a segurança nuclear dos EUA. “A Casa Branca envolveu-se fortemente nas negociações sobre limitação de armas” (ROSATI, 1981, p. 242-245).

As decisões estratégicas, de acordo com Rosati, podem ainda ser classificadas como consistentes ou dissonantes, por contar ou não com o consenso dos envolvidos no processo decisório. Por isso, para ele, a ênfase da análise deve se deslocar para “a importância de examinar os indivíduos envolvidos no processo de decisão” (1999, p. 50), comparando casos estudados por outros autores, como os “obstáculos psicológicos para a paz” entre israelenses e árabes, de Daniel

Heradstveit, a ausência de conhecimento específico sobre a situação do Sudeste Asiático, que contribuiu para os erros nos casos das guerras da Coreia e do Vietnã, num artigo em que Yuen Foong Khong faz um estudo comparativo entre a Coreia, Munique e Dien-bien-Phu, e sobre as bases psicológicas das origens da política de contenção, de Débora Larson. Ele compara as dissonâncias da Administração Harry Truman, no início da Guerra Fria, decorrente da frequente mudança dos sistemas de crenças dos secretários W. Averell Harryman, James F. Byrnes, John Foster Dulles, Dean Acheson e do próprio Presidente, constatada por Larson, com a consistência, ou seja, a afinidade entre as ideias de Henry Kissinger, o presidente Richard Nixon e seus secretários de Defesa e Estado em questões basilares como o Vietnã e a limitação de armas estratégicas, e com as mudanças dos sistemas de convicções no interior da Administração Jimmy Carter, especialmente entre Cyrus Vance (Defesa), Zbigniew Brzezinski (Segurança Nacional) e o próprio Carter. A partir da constatação de dissonância no governo Carter no primeiro e no último ano de governo (1977 e 1980) e de “extrema consistência” no período intermediário (1978-1979), falando sobre si próprio na terceira pessoa, ele diz que

Rosati descobriu que, quanto maior o consenso das crenças entre os tomadores individuais de decisões, maior a possibilidade de que o comportamento da administração Carter em política externa fosse congruente com essas crenças. (ROSATI, 1981, p. 59)

Para Rosati, se a forma da tomada de decisões influi sobre a coerência das estratégias, este é apenas o primeiro passo, pois, depois da decisão, importa ver como ela será levada à prática, o que torna os executores co-formuladores.

Uma vez tomada a decisão, o processo de decisão não chegou ao fim; a decisão precisa ainda ser implementada ('a menos, é claro, que ela seja uma decisão *negativa*'). Devido ao hiato entre a decisão e o controle centrais, consideráveis desvios podem ocorrer entre a formulação e a implementação de uma decisão. (ROSATI, 1981, p. 238).

O comportamento externo dos Estados, portanto, embora determinado pelos tomadores de decisão e da forma de tomada de decisões, acaba sendo determinado também pelos burocratas encarregados de implementá-las. Embora essa abordagem contenha elementos originais para a compreensão da deliberação das

políticas externas, ela não é suficiente para explicar completamente as instituições e mecanismos de tomada de decisões externas dos Estados Unidos, uma vez que passa ao largo do debate sobre a natureza das instituições, dos partidos políticos, do equilíbrio de poder, das relações entre governos e empresas e do sistema eleitoral, bem como entre governos e tendências da opinião pública.

Embora a análise cognitivista possa contribuir pontualmente para a análise internista ou comparada das equipes de governo, ela não constitui uma interpretação alternativa para a definição da política externa e não constitui, absolutamente, um novo paradigma das relações internacionais. Isso porque os Estados e mesmo as grandes empresas e organizações super e infraestatais não são humanos e sua racionalidade não é captável por conceitos de natureza psicológica. Por isso, elas representam uma forma de não reflexão sobre os fenômenos internacionais, cuja complexidade, como estamos estabelecendo, lhes escapa. Se a complexidade dos assuntos internacionais é assustadora, os esforços dessas correntes acadêmicas de buscarem conforto em outras formas de reducionismo ou na pura e simples mudança de assunto são compreensivelmente humanos. Mas elas, se podem contribuir, é para a compreensão de alguns aspectos da política interna, os relacionados com a tomada de decisões externas, não para as interações entre Estados num ambiente anárquico. Da mesma forma que o normatismo do medo da abordagem neorrealista, que dissolve a complexidade dos fenômenos internacionais na política externa americana, o behaviorismo também não dá conta das tessituras voláteis da realidade internacional.

Cada paradigma, uma crise

A ineficácia dos vários tipos de estratégia adotados pelas potências e o embotamento da crítica acadêmica podem não explicar totalmente, mas, com certeza, combinam-se com a crise dos paradigmas da política internacional. Outra das hipóteses deste trabalho é que, embora os três principais paradigmas – leninista, liberal e realista, cada um expressivo do ponto de vista de um conglomerado dominante ou candidato à dominação – tenham perdido força explicativa, a crise de cada um é diferente, terminal para os dois primeiros e possivelmente uma crise que demanda a renovação do terceiro. Com maior rigor,

por isso, se deveria falar não em crise mas em crises teóricas, no plural, pois cada um dos paradigmas define o internacional como um objeto diferente e pensa uma relação específica entre objeto e método de estudo, bem como entre teoria e ação prática.

A crise do paradigma liberal remonta à Paz de Versalhes, em 1919, momento de seu maior prestígio, quando foi constituída a Liga das Nações, sob a inspiração wilsoniana imaginada como uma federação kantiana de repúblicas, e do início da perda de sua eficácia prática e autoridade heurística, pois a Alemanha, considerada culpada pela Primeira Guerra Mundial, foi humilhada como pária do sistema internacional e submetida a proibições insuportáveis e multas impagáveis, que a forçariam a retomar a guerra. No entreguerras o liberalismo foi classificado como utópico, imprudente e danoso à causa paz, cedendo espaço na academia às abordagens realistas. Após a Segunda Guerra, porém, ele voltou a ganhar força, mas agora enfatizando a questão econômica mais do que o Direito Internacional, sob a forma de liberalismo econômico, no quadro da Ordem Econômica de Bretton Woods. Richard Rosecrance, por exemplo, retomou a oposição entre guerra e paz, associando a segunda ao comércio. “Quem comercia não guerreia”, escreveu ele, para enfatizar a ideia de que a interdependência gerada pelo sistema internacional de trocas poderia suprimir a guerra. Graças a ele e a outros autores, como Stanley Hoffmann, o liberalismo recuperou seu prestígio como teoria das relações internacionais, mas entraria em crise novamente no final dos anos 60, juntamente com os outros tipos de abordagem.

A principal coincidência entre as crises dos três paradigmas diz respeito ao momento histórico em que se tornaram mais perceptíveis, o final da década de 60 do século XX, a partir de quando as *anomalias* relativas a cada um tornaram-se mais numerosas e teoricamente desafiadoras. Com a ocupação de Praga por tropas do Pacto de Varsóvia, em 1968, desmanchando as expectativas de renovação política e, até, teóricas abertas pelo relatório lido em 1956 perante o XX Congresso do PC da URSS pelo secretário-geral Nikita Kruchev, avolumaram-se os casos anômalos relativos ao leno-stalinismo. De acordo com esse paradigma, a guerra seria um fenômeno protagonizado pelos Estados, mas determinado pela instância econômica, ou seja, pela competição capitalista extrema da fase do imperialismo. O socialismo, ao contrário, estaria associado à paz e só participaria de guerras de defesa anti-

imperialistas. A campanha militar soviética contra a Primavera de Praga, por isso, representou uma grave anomalia à teoria do imperialismo. Se todas as guerras são imperialistas ou de resistência ao imperialismo, como explicar uma intervenção armada para deter pela força as reformas em curso num país soberano? Depois disso, como justificar a intervenção de nove anos no Afeganistão, país que sequer pertencia ao bloco socialista, as tensões na fronteira e a quase guerra com a China Popular? Não existe outra hipótese explicativa para essas políticas do que as duas seguintes: ou a URSS tinha um comportamento também de tipo imperialista no seu bloco de influência ou nem todas as guerras são imperialistas e a teoria do imperialismo, portanto, não daria conta dos fenômenos que envolviam a pátria-mãe do socialismo.

Na década de 70, ainda, sob o governo do republicano Richard Nixon (1969-1974) e seu sucessor, o vice-presidente Gerald Ford (1974-1977), em dois episódios diferentes, a suspensão unilateral da conversibilidade dólar-ouro e a retirada atabalhoada do Vietnã, os EUA evidenciaram a perda de capacidade explicativa tanto do paradigma liberista quanto do realista. Para se defender da crise do petróleo e dos ataques especulativos contra sua moeda e equilíbrio financeiro, em 1973, o governo da superpotência ocidental suspendeu unilateralmente a conversibilidade dólar-ouro, pondo fim à era de Bretton Woods. Conforme o receituário liberal, os Estados devem deixar que os negócios econômicos fluam livremente, sob o efeito apenas das leis da oferta e da procura. O Estado americano, com a medida suspensiva, contrariou um tratado com seus parceiros e interferiu não apenas sobre a economia interna, mas, principalmente, sobre a internacional; graças a isso, o dólar, que continuou adotado como moeda internacional de contas, adquiriu a possibilidade de repassar ao resto do mundo a inflação americana. O paradigma realista, por sua vez, foi afrontado duplamente pela emblemática derrota americana no Vietnã. Segundo ele, a política externa é ditada somente pela correlação de forças e autônoma da política interna; ou seja, as grandes potências devem agir no exterior levando em conta as correlações militares e desconsiderando a opinião pública interna ou a coerência com os princípios internos. Os EUA, de um lado, foram forçados à retirada do Vietnã em 1975 pelas pressões na retaguarda da sua opinião pública e, com isso, acabaram derrotados por um adversário muito mais frágil do ponto de vista militar.

As sucessivas incongruências posteriores das políticas externas das duas potências são ilustrativas da perda de capacidade compreensiva dos paradigmas que norteavam a análise de seus cientistas e embasavam as decisões de seus estadistas, como as aventuras soviéticas e americanas na Ásia Central e, as últimas, também no Oriente Médio.

A perda de controle sobre o conjunto de suas iniciativas pelas grandes potências talvez seja mais revelador sobre a crise dos paradigmas do que a própria queda do Muro de Berlim, em 1989, e a desagregação da URSS, em 1991, na medida em que ela perpassa todas as grandes potências, e constitui a explicação mais plausível para o conjunto dos eventos mencionados. Para não poucos intérpretes da sucessão de anomalias dos últimos anos do século XX e primeiros do XXI, se o fracasso da URSS no Afeganistão (1979-1989) evidenciou a superação das teorias leno-stalinistas, a derrota dos EUA na Segunda Guerra do Golfo (2003-2010) representou a prova dos novos fatos não apenas do neoconservadorismo belicista, mas também do liberalismo e do neorrealismo. A consequência interna mais notável da derrota no Iraque foi a eleição de um negro liberal, Barack Obama, candidato do partido democrata, para a presidência em 2008.

O fracasso das estratégias estatais pode ser explicado como produto da imprudência (ou imperícia) dos responsáveis, o que levaria a uma reflexão sobre as causas da afoiteza, ou da redução do efeito da dimensão *virtuosa* da ação política (a incompatibilidade entre os resultados e os prognósticos) em detrimento da *fortuna*, o que levaria a uma reflexão sobre o desajuste entre os diagnósticos da realidade e a própria realidade. Neste caso, seria imperioso constatar a perda da capacidade explicativa dos paradigmas, com a prodigiosa multiplicação dos casos de anomalias, o que coloca em questão os modos de produção de conhecimento e as próprias academias.

As evidências empíricas da crise dos paradigmas ainda em moda nas academias não se limitam às teorias da política internacional, mas se estendem a outras esferas das ciências humanas, principalmente as teorias econômicas. A crise financeira que eclodiu em 2008, por exemplo, revelou ser de um novo tipo, não previsto pelos modelos econômicos, resistindo a todos os remédios a ela

administrados durante os dois anos seguintes⁴⁵, às assombrosas injeções de capitais nos sistemas de seguro habitacional, financeiro e até de grandes conglomerados automobilísticos, tomadas a contragosto pelos liberais tradicionalistas – pois isso equivaleria à admissão de falha estrutural do seu receituário básico – e recomendadas com vigor pelos neokeynesianos – que acreditam na eficiência dos enxertos para impedir um quadro de depressão.

A rigor, nenhum dos modos de produção científica do Hemisfério Norte, apesar de sua importância para o progresso do pensamento, saiu incólume dos testes do final do século XX e começo do XXI, pois os mitos da imparcialidade e do rigor científico ruíram com menos estardalhaço, é certo, mas de forma tão devastadora quanto os modernos exércitos tecnológicos e seus mísseis inteligentes frente aos mulás do Iraque, Afeganistão, Irã e os homens e mulheres-bomba do Líbano, Cisjordânia e Faixa de Gaza. Se a teoria do imperialismo ao longo do século XX já não conseguia explicar os fenômenos políticos do nacionalismo e das lutas étnicas, no início do XXI não consegue mais dar conta sequer da instância econômica, em virtude da interdependência e das interações complexas da reprodução ampliada dos capitais financeiros em nível global. Trata-se de um paradigma superado, entretanto alguns de seus aspectos, da matriz marxiana do século XIX, ainda podem contribuir para a compreensão dos eventos internacionais, pois ela foi a primeira a descortinar a lógica interna da globalização. Além disso, embora as classes sociais do final do século XX não sejam mais as do seu início, a noção de luta de classes ainda pode ter relevância para a compreensão de parte significativa dos fatos, considerando-se a aceleração dos fluxos migratórios e a interdependência das cadeias produtivas globais. Embora a norma republicana, ou das liberdades individuais com um sistema de leis pactuado, tenha perdido seu poder explicativo sobre os eventos internacionais, os direitos humanos e a necessidade de preservação do meio ambiente comum ainda constituem um aspecto normativo inquestionável para o sentido da política internacional. Dificilmente qualquer paradigma contemporâneo se revelaria indiferente ao respeito

⁴⁵ Em entrevista, “Ser o queridinho dos mercados financeiros é uma coisa perigosa”, ao jornal O Estado de S.Paulo, de 3 de setembro de 2010, o Nobel de Economia Paul Krugman analisa que a infusão de 800 bilhões de dólares em empresas quebradas contribuiu para evitar a depressão, mas que a economia norte-americana segue claudicante, com desemprego crescente. Para recolocar o carro nos trilhos, ele recomenda um pacote de estímulos fiscais da ordem de mais 900 bilhões de dólares.

à igualdade fundamental entre todos os seres humanos ou favorável à destruição das condições para a preservação da vida no planeta ou contrariamente ao direito de existência das próximas gerações. Apesar de a norma do respeito às correlações de força impedir a compreensão das transformações nas relações entre os povos, ela continua uma ferramenta para a análise das situações conjunturais.

Apesar de sua superioridade cognitiva, o critério das correlações de força explica melhor o passado, e, no limite, até o presente, do que permite fazer previsões (ou projeções? ou cenários?) sobre o futuro. Trata-se de um paradigma com dificuldade de entender as transições em geral e, no particular, a transição no interior da conjuntura internacional posterior à Guerra Fria. A crise de um paradigma pode ser menor ou maior, temporária ou definitiva, técnica ou explicativa, somente de um modelo operacional ou dos seus conceitos basilares. Dependendo da quantidade dos casos não explicados e da qualidade das anomalias constatadas, um paradigma pode ser superado pela complexificação da realidade ou apresentar avarias que, mediante reforma e/ou renovação conceitual, ainda pode recuperar sua força heurística. Com base na hipótese de que as crises paradigmáticas são internas a cada forma de pensamento, em que cada conjunto de conceitos deixa de ser harmônico e eficiente para conferir sentido às informações concretas sobre a realidade e que a crise de alguns pode ser terminal, como as do leno-stalinismo e a do liberalismo, e outras somente momentâneas, procuraremos desenvolver, neste trabalho, um diálogo mais intenso com o realismo, pois ele aparentemente depende de uma profunda reforma conceitual, talvez aproveitando aspectos dos paradigmas superados, para voltar a dar conta, na medida do possível, dos dados da realidade.

No artigo “Declínio ou renovação? – Resposta a Paul Kennedy”⁴⁶, em que polemiza com *Ascensão e queda das grandes potências*, Samuel Huntington estabelece uma diferença entre as ideias de declínio e simples crise. Entende que declínio seria equivalente a decadência, descrevendo uma situação de irreversível perda de relevância. Já uma crise de outro tipo, embora grave, pode ser objeto de renovação, caso em que a entidade em crise ressurgiria com uma força ainda maior que a anterior. Ele estabelece essa distinção para concluir que os EUA, apesar de estarem em crise, conservariam sua força e capacidade de inovação, ou seja, que atravessariam um momento de renovação, ao contrário do suposto pelo historiador

⁴⁶ Publicado pela revista *Foreign Affairs* e reproduzido em 1990 no Brasil pela *Diálogo*, n. 1, v. 23, p. 38-47.

de origem britânica. Fazendo um paralelo com o que dissemos acima, acerca da crise das teorias, poderíamos dizer que um deles já passou pela fase de declínio e perdeu relevância, a teoria do imperialismo, o que não significa dizer o mesmo em relação às noções marxistas de luta de classes e hegemonia. O paradigma liberal conserva uma impressionante força ideológica, embora não mais seu poder explicativo. O realista, por sua vez, atravessa uma crise, embora alguns de seus pressupostos continuem indispensáveis para pensar a política no plano internacional.

Apesar das crises que afetam de formas diferenciadas os paradigmas, as teorias constituem o único meio possível de explicar o caos em movimento do devir histórico, do ponto de vista unânime das diferentes linhagens de pensamento. Se existe um consenso entre as diversas posturas teóricas, ele diz respeito à necessidade e ao papel da teoria. Por isso, neste trabalho, além de procurar as causas das anomalias, se buscará analisar os paradigmas do ponto de vista da sua lógica interna, submetendo-as a uma crítica epistemológica. Se refugamos uma abordagem, total ou parcialmente, a expectativa é encontrar uma outra com maior capacidade explicativa. Por mais que isso possa revoltar os ingênuos, estamos condenados aos procedimentos teóricos da abstração e da generalização. Pela sua própria natureza de produtos do conhecimento, as teorias não dão conta, e seria grosseira a pretensão de que dessem, de toda a complexidade da realidade em movimento, determinada simultaneamente por inumeráveis eventos, em interações e ritmos muito superiores aos que os sentidos ou a intuição conseguem captar. Qualquer teoria pretende ser apenas a reconstituição no plano do pensamento das características mais gerais e essenciais da realidade, a partir de alguns tipos de fatos e dados, tidos como definidores, que elas ordenam de forma lógica e comunicável. Representam, portanto, uma simplificação da realidade, ou a reconstrução da realidade pelo pensamento, embora algumas possam ser mais completas e abrangentes do que outras, em virtude da evolução dos modos de produção de conhecimento. Por isso as teorias refletem também um momento cultural, uma fase do desenvolvimento da lógica do raciocínio. Constituem, por conseguinte, estruturas cognitivas e ensejam dialéticas contraditórias entre o sujeito e o objeto do conhecimento, entre os diversos componentes da cultura e entre a cultura e sua época. Em algumas áreas do conhecimento, sobretudo a das Ciências

Humanas, notadamente nas teorias da política internacional, a nota marcante entre as abordagens não é o consenso, mas o dissenso, o que causa a estruturação de paradigmas concorrentes, linhagens teóricas distintas, assentados sobre pressupostos diferentes a respeito da natureza humana e da sociedade.

Embora as linhagens teóricas se distingam até na constituição do seu objeto e na definição do que é conceito, a respeito da hierarquia entre os conceitos e tipos de relação entre eles, idealismo, empirismo realista e materialismo dialético têm em comum a atribuição de um papel às teorias como formas abstratas de “racionalização” ou de atribuição de sentido às experiências e às representações empíricas. Conforme os neoliberais Joseph Nye e Robert Keohane, por exemplo, todas as teorias são “tipos ideais”, a expressão weberiana para representar que são estruturas conceituais, procedimentos abstratos para organizar as informações sobre o mundo. Nesse sentido, realismo e liberalismo seriam dois tipos ideais distintos. Eles escreveram em *Poder e interdependência – La política en transición* que

Os pressupostos realistas sobre a política mundial podem ser considerados como a definição de um conjunto de condições ou tipo ideal. Também podem ser imaginadas condições muito diferentes [...] Constituiremos outro tipo ideal, oposto ao realismo. O chamaremos interdependência complexa. (NYE; KEOHANE, 1988, p. 39)

Com um sentido equivalente, quase 120 anos antes, e de forma assustadoramente chocante para os historicistas mecanicistas, Marx, na *Introdução de 1857*, definira o materialismo dialético como uma forma de produção de conhecimentos que consiste na reconstrução da realidade, que é a determinante em última instância das formas de representação do mundo, pelo processo do pensamento, mediante a elevação do abstrato ao concreto, cuja prova da verdade não estaria, portanto, na adequação dos conceitos pensados (ou concreto pensado) à realidade (ou concreto real), mas seria inerente ao próprio processo do pensamento.

O concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida da intuição e da representação. No primeiro modo, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do

pensamento [...] Nessa medida, o curso do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo corresponde ao processo histórico efetivo. (MARX, 1974, p. 122-123 e p. 124)

Da mesma forma que aqueles autores, o realista Hans Morgenthau asseverou que uma teoria é uma abstração da realidade e que precisa atender a dois requisitos para a aferição de sua validade: os testes empírico – do confronto com a própria realidade – e o lógico – da coerência interna de seus conceitos uns com os outros.

Em outras palavras, essa teoria deve ser testada, não em função de algum princípio abstrato preconcebido ou determinado conceito desligado da realidade, mas sim pelo seu propósito: trazer ordem e sentido para uma massa de fenômenos que, sem ela, permaneceriam desconexos e incompreensíveis. Ela deve ser submetida a dois testes, um empírico e outro teórico, qual seja: será que os fatos, tais como se apresentam hoje, prestam-se realmente à interpretação que a teoria propõe para os mesmos? Será que as conclusões a que chega decorrem, sob o prisma da lógica, necessariamente de suas premissas? Em resumo, será que a teoria é coerente com os fatos e com seus próprios elementos constitutivos? (MORGENTHAU, 2003, p.3)

Nesse sentido, as teorias (ou seus conceitos) jamais são cópias do “real em si”, mas (re)construções ou reproduções da realidade do único modo possível, pela inteligência. São, portanto, no limite, fatos culturais, referenciados a paradigmas, cada um deles com um ciclo vital, ou seja, início, apogeu, decadência e decrepitude. Da mesma forma que outros fenômenos culturais, eles são como que “seres orgânicos”, com uma eficiência heurística relativa a sua época, ou, em outras palavras, têm uma “vida útil” determinada pela relação dialética entre corpo conceitual, método investigativo e objeto do conhecimento. Os conceitos e paradigmas, portanto, nascem, crescem, podem ficar sofisticados, entrar em decadência, perdendo abrangência e compreensividade, ou até declinar e desaparecer, em função de transformações na própria realidade factual de seus objetos de estudo ou de uma transformação cultural, a mudança dos padrões de racionalidade.

Embora os paradigmas tradicionais da política internacional não sejam mais suficientes para explicar os fatos dos últimos anos da Guerra Fria e do início do século XXI, os procedimentos da elevação do abstrato ao concreto continuam sendo a única forma de reagir racionalmente aos estímulos oriundos dos fenômenos. Não

há outra saída além da busca por explicações lógicas, a recuperação da previsibilidade e da transmissibilidade do conhecimento, isto é, dos “concretos pensados”. Apesar das crises que as atravessam atualmente, as teorias continuam necessárias para ordenar as informações provocadas e produzidas pela realidade internacional. A superação da crise epistemológica não passa pelo abandono da prática teórica, mas pelo seu reexame crítico, pela qualificação da esterilidade relativa a cada paradigma. Esta tese, por isso, tem por tema a teoria, mais especificamente as teorias das relações internacionais. Embora seja necessário levar em conta as contribuições das várias tradições, devido ao referido anteriormente, ela se deterá mais pormenorizadamente sobre o realismo.

Um paradigma para pensar a transição

A crítica aos paradigmas passa pela ideia de que todos partem de um ponto privilegiado de observação que, não por acaso, na maior parte dos casos, é sempre o interesse da grande potência mundial, que busca a hegemonia oferecendo uma explicação ordenada sobre a hierarquia entre os Estados; em outras situações, o ponto de observação das teorias é o das potências contra-hegemônicas ou em luta por maior relevância e projeção internacionais. Para ser completa, essa crítica precisa re-invocar a noção de aparelhos ideológicos do Estado e passar também, portanto, pela reflexão sobre a natureza das instituições de pesquisa científica, enfim, sobre um modo de produção de conhecimentos da política internacional, num caso o Partido Comunista e os falidos institutos de estudos marxistas-leninistas, no outro, os centros de pesquisa e as academias científicas universitárias, às quais é necessário adicionar as miríades de usinas de ideias (*think tanks*) disseminadas e enraizadas por todas as grandes cidades americanas, caracterizando uma espécie de intelectual orgânico, um modo de aglutinação das opiniões públicas internas ao que se poderia chamar de instância pensante e difusora do bloco histórico hegemônico. Como as academias leninistas desapareceram junto com o Estado que as apoiava, nesta parte refletiremos mais sobre as últimas.

Para além das diferenças paradigmáticas, existe uma espécie de comunidade de pensamento na Ciência Política americana, ou naquilo que se chama Academia. Este fato é evidenciado pela convivência harmoniosa das diferentes escolas de pen-

samento dentro da Universidade, pelo rígido controle sobre a liberdade de pensamento e pesquisa, por meio de um sistema de aprovação/reprovação, concessão ou não de bolsas de estudo, estímulos e divulgação às pesquisas, critérios de promoção⁴⁷ e, principalmente, pelo caráter anfíbio da produção intelectual dos acadêmicos mais renomados, que alternam estágios entre as bancas universitárias e os assentos nos Departamentos de Estado e de Defesa. A crítica dessa anfíbidade não é feita de um ponto de vista moralista, pois, neste caso, incidiria ela também num normativismo ingênuo. Mas privilegia o ponto de vista epistemológico, pois a confusão dos papéis de produtor de saber e assessor do príncipe coloca um limite à objetividade na produção de conhecimento e esclarece, ainda mais, porque as abordagens costumam iluminar certos aspectos da realidade internacional, mas obscurecem outros. Nas conjunturas recentes, a propósito, dentre outros, cabe destacar alguns elementos comuns a liberais, neoliberais, realistas e neorrealistas da academia americana, que ilustram seus compromissos geográficos ou pactos de convivência com as ações do seu Estado:

- A quase unanimidade acadêmica e da mídia em relação à intervenção militar no Iraque, pois as críticas partiram somente de setores isolados da esquerda, como Noam Chomski, Immanuel Wallerstein e alguns jornalistas orientados pela teoria da conspiração; os realistas, a exemplo do próprio secretário de Estado Collin Powell, limitaram-se a observações quanto à quantidade de tropas (reivindicavam mais) e dosagem da intervenção (recomendavam uma menor);
- O silêncio da mídia e dos intelectuais americanos face as denúncias de torturas a prisioneiros em Abu Ghraib, o emprego de prisões extraterritoriais para os chamados combatentes ilegais (como a base naval de Guantânamo), caracterizando cumplicidade intelectual com ações moralmente condenáveis do Estado, e após a descoberta da falsidade dos motivos alegados para a invasão, como a produção de armas nucleares e químicas pelo Iraque;
- As teses de neoconservadores como Robert Kagan, Paul Wolfowitz e Michael Ignatieff sobre o papel da força e da guerra nas relações entre os Estados, amparadas em argumentos também ultrarrealistas, ou realistas coercitivos (neorrealistas);

⁴⁷ Isso seria um tema de pesquisa sociológica sobre a produção de conhecimento nos países avançados, o que, obviamente, não é o objeto deste trabalho.

- Num plano teórico mais abstrato, os argumentos dos neoconservadores que alegavam operar com os princípios de Hans Morgenthau acerca da separação metodológica entre axiomas morais e realismo político, entre direito internacional e correlação de forças, opinião pública e estratégia e, finalmente, a separação entre política interna e externa para a formulação da estratégia externa e a definição das políticas de alianças.

As derrotas no Iraque⁴⁸ e em configuração no Afeganistão⁴⁹ são apenas os dois pontos mais sensíveis, ou as partes aparentes de um imenso *iceberg*, de um momento da política mundial marcado por incertezas práticas e esterilidade teórica, em que os antigos paradigmas, com sede geográfica principalmente na grande potência mundial, deixaram de funcionar. Dentre as evidências práticas desse momento de marcha no escuro ressaltem-se a incapacidade de equacionar a questão dos dois Estados, judeu e palestino, na veia inflamada do Oriente Médio; a radicalização da repressão israelense na Faixa de Gaza e sua impotência para controlar o Hezbolah no Líbano; o refortalecimento da Síria; o agravamento das tensões no Sul da Ásia, entre os nuclearizados Índia e Paquistão; as crescentes instabilidade e perda de controle da Ásia Central (Afeganistão, Paquistão e a ameaça nuclear do Irã); o retorno do protagonismo russo no “estrangeiro próximo” da Europa do Leste; a mudança da correlação econômica no extremo oriente da Ásia, com a China ultrapassando o Japão; as ameaças crescentes ao regime de monopólio do clube do Conselho de Segurança - CS da ONU sobre armas atômicas pela Coreia do Norte; assim como a crescente valorização das questões ambientais e insatisfação com a ineficácia dos Estados para controlar os fluxos de drogas, de armas, o contrabando e a própria crise financeira.

Uma abordagem mais compreensiva das relações internacionais do início do século XXI deverá explicar também porque os paradigmas que ainda fazem sucesso nas academias já não permitem abordagens sistemáticas sobre continentes inteiros,

⁴⁸ Onde a retirada foi iniciada ainda durante o governo Bush, mas, com Barack Obama, ganhou um cronograma definido, acelerada com a redução das forças a cerca de 50 mil soldados não-combatentes a partir de 30 de agosto de 2010, e a ser concluída em 2011, oito anos após a invasão.

⁴⁹ Apesar do discurso de posse de Hilary Clinton no Departamento de Estado, de que o novo governo utilizaria o princípio do *smart power*, de Joseph Nye, nas relações externas, e dos discursos de mãos estendidas e de novo *reset* sobretudo na Ásia Central e no Oriente Médio, estão aumentando sua intervenção militar no Afeganistão, presumivelmente com resultados semelhantes aos da Segunda Guerra do Golfo.

como a América Latina e a África Subsaariana; nesta proliferam a fome e pandemias, como a de Aids, problemas que repercutirão com maior intensidade em futuro próximo, inclusive sobre a estabilidade interna das grandes potências econômicas, devido à globalização populacional. No que se refere à América Latina, seus principais Estados hoje se rebelam contra a influência americana, não mais correspondida por políticas e atenção específicas, buscando relações alternativas com a Europa e a Ásia (nesta sobretudo a China) ou formando coalizões de emergentes, como os Brics (Brasil, Rússia, Índia e China). Do ponto de vista dos modelos teóricos, pensados a partir do conceito de distribuição de capacidades, essas áreas do planeta são consideradas menos relevantes. Entretanto, num mundo cada dia mais interdependente economicamente, cortado por correntes migratórias, e globalizado pela mídia, ou seja, conectado e instantâneo, em que surgem articulações como a que impulsionou o Grupo dos 20 (G-20), em oposição ao G-8 (grupo das sete economias desenvolvidas mais a Rússia) talvez seja temerário ignorar continentes inteiros e teoricamente sintomático operar com conceitos que deixam largas áreas do planeta nas sombras.

Paralelamente ao insucesso da política externa das potências dominantes para controlar os múltiplos fluxos locais – nas regiões em que interferem militarmente -, as novidades produzidas nas áreas em que deixam de atuar – por ausência de recursos para manter uma presença mais efetiva - e os fluxos globais, que interrelacionam o planeta numa velocidade e intensidade superiores aos mecanismos de controle de suas instituições estatais, os paradigmas dominantes em suas academias sucumbem aos casos anômalos, que se tornam mais numerosos que os bem explicados. O mundo tornou-se menor, muito mais veloz e bem mais complexo do que conseguem dar conta os conceitos operados pela *intelligentzia* do primeiro mundo. Esta não consegue mais ir além de externar sua perplexidade com as emergências, as novas estruturas econômicas mundiais, os desafios das populações socialmente mobilizáveis e, enfim, de conviver com as transições contemporâneas. Afinal, se saímos de uma ordem bipolar, como definir efetivamente a atual ordem mundial e entender as tendências de sua transformação?

Considerando somente os dados da economia globalizada, o continente europeu superou o norte-americano e o asiático já ultrapassou os Estados Unidos. Se-

gundo as estimativas do World Fact Book⁵⁰ para 2010, processando também informações do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e outros organismos do sistema ONU, além de responder por um volume três vezes maior do comércio mundial, a Europa tem um PIB somado de 21,337 trilhões de dólares (35,22% do Produto Mundial Bruto, PMB), contra 16,691 da América do Norte (27,55% do PMB); considerados isoladamente, os EUA respondem por 23,44% do PMB (com um PIB de 14,204 trilhões). A economia asiática chegou a um PIB somado de 16,503 trilhões (27,24% do PMB, de US\$ 60,587 trilhões), puxada pela República Popular da China, considerada o motor da economia mundial, com um PIB de 4,326 trilhões de dólares, 7,14% do PMB.

Se os dados econômicos mostram que o mundo transitou da bipolaridade para a multipolaridade, os indicadores militares convencionais mostram que ele evoluiu da bipolaridade da Guerra Fria para uma ordem unipolar, uma vez que, em 2008, os gastos militares dos EUA foram de 607 bilhões de dólares, 41,5% dos gastos militares mundiais (da ordem de US\$ 1,464 trilhão). Este gasto equivale ao das catorze maiores potências seguintes, a saber, China (5,8%), França (4,5%), Reino Unido (4,5%), Federação Russa (4%), Alemanha e Japão (3,2% cada), Itália (2,8%), Arábia Saudita (2,6%), Índia (2,1%), Coreia do Sul, Turquia, Brasil e Austrália (2% cada) e Canadá (1%), cuja participação nos gastos militares mundiais chegou a 41,7%⁵¹. A disparidade dos gastos militares é acentuada pelos fatos de que os aliados incondicionais dos EUA desde o final da Segunda Guerra Mundial (Reino Unido, Japão, Coreia do Sul, Itália, Turquia, Arábia Saudita, Austrália e Canadá) tiveram um gasto somado de 61,6% das despesas militares do planeta e de o domínio americano pela força ser acentuado pelo controle isolado de 31% do mercado mundial de armas (38% em conjunto com Reino Unido e Israel, esta a sexta maior exportadora do mundo, com 3% do total), e da sua política de “caixa preta”, ou seja, de reservar as patentes e os segredos industriais de peças de reposição essenciais, mantendo o controle do uso dos equipamentos militares pelos seus clientes. Sob o ponto de vista atômico, porém, a ordem internacional continua bipolar, pois Estados Unidos e Federação Russa ainda concentram 95% dos arsenais nucleares.

⁵⁰ A enciclopédia da americana produzida pela CIA (Agência Central de Inteligência).

⁵¹ Dados referentes a 2007 publicados também pelo jornal Folha de S.Paulo, edição de 10/7/2008, p. A 12.

Na visão hierárquica realista, o controle de quase metade dos meios que definem a *high policy* (alta política) faz com que a ordem atual seja unipolar, embora a Federação Russa ainda possa considerá-la bipolar. O compartilhamento da *low policy* (baixa política) com a Europa e a Ásia rascunha uma ordem multipolar em ascensão que, porém, não compromete a capacidade de coação da superpotência, porque esses dois continentes, para agravar a debilidade de sua capacidade de coação, são fragmentados respectivamente em 49 e 45 soberanias. Essa abordagem, contudo, não leva em conta que tal disparidade nos gastos militares tem sido mantida graças a déficits orçamentários e um balanço de pagamentos negativo, com crescente endividamento externo e que, ainda que em última instância, o domínio unilateral tem um custo, que só pode ser pago por uma pujante participação na economia globalizada.

Numa acepção neoliberal, que valoriza a interdependência complexa, em que uma parte da economia, a capaz de coagir Estados por meio do embargo econômico, faz parte do *hard power*, teria ocorrido um retorno à multilateralidade anterior à Segunda Guerra, com algumas mudanças de atores, como a inclusão no condomínio de poder da União Europeia, China, Japão e, possivelmente, Índia e Federação Russa; nesta ordem, os EUA ainda manteriam sua proeminência graças ao *soft power*, por sua capacidade de sedução e de funcionarem como modelos de instituições desejáveis, o que possibilita ao país ser o único com a possibilidade de exercer o *smart power* (a combinação adequada de *hard* e *soft power*).

Nenhuma dessas abordagens, entretanto, fornece conceitos eficientes para a compreensão da transição na nova ordem mundial ou do fenômeno recente das emergências. Até por conta de todas essas contradições e novidades, a Organização das Nações Unidas (ONU), criada sob a medida dos resultados da Segunda Guerra, para dar expressão jurídica e diplomática à Ordem da Guerra Fria, sobreviveu a ela. Dois consensos inconciliáveis entre si paralisam a ordem jurídica internacional: o da necessidade de reforma do Conselho de Segurança (CS) da ONU, para adaptá-lo à nova situação mundial; o da impossibilidade de convergência no que diz respeito ao conteúdo da reforma. As reivindicações de assento permanente no CS da ONU pelas potências derrotadas na Segunda Guerra, mas que se transformaram em gigantes econômicos (Japão e Alemanha), e as potências emergentes (Brasil, Índia e África do Sul, para não se mencionar também o Egito e a Nigéria, além das potências

européias insatisfeitas, como a Itália) embasam as quatro linhas básicas das propostas de reforma do CS: 1) A *unipolar*, de feição realista e neorrealista, que reservaria aos EUA uma hegemonia singular, mediante a cassação do poder de veto das outras quatro potências; 2) A *unipolar disfarçada*, que admitiria somente dois novos membros com poder de veto: Japão e Índia; neste caso, os membros permanentes passariam a sete (dois além dos cinco atuais, mas em princípio alinhados aos EUA); 3) A *multipolar*, de feição liberal europeia e neoliberal, que incluiria a União Europeia e a República Popular da China no rol das superpotências, abrindo assentos permanentes no Conselho para Alemanha, Japão, Índia e Brasil, num condomínio de poder semelhante ao da ordem westephaliana (1648), com um número limitado de grandes potências, mas alto: nove com poder de veto; e 4) A *multipolar ampliada*, lastreada na globalização e na emergência de várias economias regionais ao papel de *players* globais, que exigem um papel protagônico, com a abertura de assentos permanentes para um número de doze a treze Estados: além dos anteriores, Egito, Turquia e Irã, um condomínio de poder que se aproximaria do de organismos como o Grupo dos 20 (G-20). Se existe um consenso a respeito da necessidade de reforma do CS, existe um outro a respeito da inaceitabilidade de quaisquer das propostas sugeridas, pois algumas reforçam sua centralização, outras sua descentralização. O repúdio às propostas vem tanto das potências que se sentiriam prejudicadas, como do enorme plantel de Estados que se sentiriam ameaçados por uma ampliação que os deixasse de fora, como Argentina, México, na América Latina; Itália, na Europa; Israel e Arábia Saudita, no Oriente Médio; e Nigéria, na África.

Nesse quadro de indefinições, paralisado pela impossibilidade de contemplar alternativas antagônicas, as pretensões unipolaristas dos EUA e multipolaristas europeias têm sido desafiadas pelo renascimento do fundamentalismo, sobretudo o islâmico, que tem impedido o sucesso político das estratégias de segurança nacional baseadas na ideia de guerra preventiva. A iniciativa militar dos EUA, em alguns casos, como no Afeganistão, secundada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), tem desestabilizado Estados e sociedades civis, mas não tem bastado para encerrar os conflitos contra insurgências cuja natureza profunda e causas de sua pertinácia são ignoradas pelas teorias das relações internacionais. Por isso cresce também o número de Estados sob falência induzida. Ao lado disso, sobre o tecido de uma economia cada vez mais interconectada e interdependente, que abre

espaços para a sobrevivência de regiões especializadas em determinados produtos, multiplicam-se os chamados paraísos fiscais e os Estados com economias baseadas em produtos ilícitos, como a cultura ou o tráfico de drogas e entorpecentes.

Os velhos paradigmas, como procuramos demonstrar até aqui, já não dão conta das novas realidades. Esgotaram sua capacidade de compreensão. As anomalias, casos que fogem à sua explicação, se avolumam. Decorrem de seus pontos cegos, ou seja, os aspectos da realidade que as teorias não permitem pensar. Também se tornam mais numerosos os paradoxos, ou seja, análises e previsões inconsistentes, que não resistem ao exame interno da coerência de suas formulações. Os fatos, cada vez mais complexos, deixaram de coincidir com os objetos de estudo e as teorias perderam sua referência empírica. As teorias ainda em moda tornam-se, assim, cada vez mais, ilhas ideológicas cercadas por “buracos negros” da realidade, fenômenos teóricos que engolem e impedem a análise objetiva. Como já dissemos, a força anterior dos paradigmas e sua obsolescência decorrem de seu ponto de observação dos fenômenos mundiais. Se esse ponto permitia entender uma realidade ascendente do passado, hoje não permite diagnosticar seu descenso ou a elevação de novos concorrentes. Disso decorre a hipótese que anima esta tese: *a necessidade de novos conceitos, de um novo paradigma ou a reforma* de algum deles, para que as realidades e interesses dos países com economias emergentes e com progressiva importância internacional, tornem-se objeto de estudos compreensivos. Um novo paradigma, para ter validade, ainda que temporária, precisará explicar não apenas as anomalias e dar conta dos novos aspectos da realidade, mas também compreender melhor as ordens internacionais anteriores. Dos novos modos de produção de conhecimentos, finalmente, também dependem os países emergentes, para definir, entender e continuar sua marcha ascensional.

Capítulo 2

O buraco negro das teorias de Leviatã

*“Quando indivíduos têm aversão
a Bismarck por causa do
seu realismo, o que realmente
lhes desagrada é a realidade”.*

Martin Wight
(*A política de poder*)

O pressuposto central das teorias realistas em política internacional é a separação ontológica, ou estrutural, entre as dimensões voltadas para dentro e para fora do domínio territorial do Estado, o que projeta dois entes políticos, ou duas realidades distintas, a interna e a externa. Embora a política se condense na definição maquiavélica de arte da conquista ou conservação do poder, sujeita às tensões entre a *virtú* e a fortuna, o seu exercício em cada uma das dimensões compreende procedimentos diferentes e até mesmo noções distintas acerca do próprio homem e do nacional, sujeito às mesmas leis, e o estrangeiro, submetido a outras soberanias. Trata-se, a rigor, de duas estruturas antagônicas de prática da violência entre os homens, num caso, artificial e civilizada, monopolizada pelo Estado e, no outro, natural, compartilhada pelo conjunto de Estados ou pelos sucessivos condomínios de grandes potências, na dicotomia paz e guerra, ambos tendo como ator principal o mesmo sujeito. Apesar de comportar diversas versões e correntes de pensamento, o realismo tem, por conseguinte, dois traços distintivos: é estadocêntrico e bidimensionalista político. Basta não atribuir papel central ao Estado e/ou não operar com a noção de distinção entre política interna e internacional para ter outra filiação paradigmática. Se o Estado, para os realistas, é imaginado como garantidor da vida de seus súditos, oferecendo-lhes a segurança necessária para produzir e se reproduzir, ele o faz em troca da sua liberdade individual, mas acaba cobrando de volta a segurança proporcionada aos súditos,

levando-os à guerra, arriscando a existência individual em favor da coletiva. Ele é um agente simultâneo da paz e da guerra, um ator coerente e racional mas com duas faces, uma amistosa, a outra crispada. Numa das suas dimensões, exerce o monopólio legítimo da força, sobre um tecido hierárquico. Ou seja, ele encontra seu fundamento na expropriação da liberdade dos súditos, centralizando os meios e o direito ao uso da força, num processo simultâneo de concentração e legitimação do poder, que criaria uma hierarquia aceitável e aceita pelos desapropriados. Na outra dimensão, graças ao assentimento dos governados, o Estado se relaciona com seus congêneres num ambiente de soberanias com funções iguais, embora com capacidades diferentes, igualmente sob o sentimento de ameaça à sua sobrevivência e de busca de formas de ampliação do próprio poder, em que a ameaça nunca é abolida e ele jamais deixa de ser ameaçador para os demais; neste ambiente, anárquico, a paz é entendida em termos negativos, como ausência de guerra, e planejada somente como temporária (armistício). A propósito, o primeiro subtítulo do verbete “Relações internacionais”, de Sergio Pistone, no *Dicionário de Política*, por isso, é “A dicotomia ‘soberania estatal-anarquia internacional’ como fundamento das relações internas e relações internacionais”.

O conceito fundamental de onde se há de partir é que, se a soberania, ou monopólio interno da força, é o poder de garantir, em última instância, a eficácia de um ordenamento jurídico, sendo por isso a garantia de relações pacíficas dentro do Estado, ela é também, por outro lado, a causa da guerra nas relações entre os Estados (Kant). No contexto internacional, a soberania do Estado significa, por outras palavras, a existência de uma situação anárquica. (In: BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 1089)

Para o Norberto Bobbio de *Estado Governo Sociedade – Para uma teoria geral da política* [1985], que raciocina em cadeias de dicotomias principais e derivadas, a “grande dicotomia” é a que opõe as noções de público e privado. Trata-se de uma dialética constituída por exclusões recíprocas, em que uma se constitui em oposição à outra, como totalidades exteriores e simétricas, plenas de sentidos opostos, uma vez que uma é a negação da outra e, por conseguinte, o sentido de uma só se estrutura como o contrário do da sua antípoda.

Pode-se dizer que os dois termos de uma dicotomia condicionam-se reciprocamente, no sentido de que se reclamam continuamente um ao outro; na linguagem jurídica, a escritura pública remete

imediatamente por contraste à escritura privada e vice-versa. (BOBBIO, 2007, p. 14).

As demais dicotomias derivam dessa primeira, como Estado de Natureza-Estado civil, Guerra-Paz, Autocracia-Democracia, Heteronomia-Autonomia, Comunidade-Sociedade, Lei do mais forte-Lei civil. São todas dicotomias excludentes, pois se constituem em referência a sua negação. O Estado, nessa rede conceitual, só pode ser pensado como o domínio por excelência do público, tanto do ponto de vista histórico, pois ele emerge do privado e da anarquia, em que havia hierarquias provisórias, impostas pela força, quanto do ponto de vista de seus fundamentos, pois ele tem por norte a supremacia do coletivo sobre o particular, como desapropriação do direito à violência particular e sua concentração no público, que age por força da vontade comum ou da vontade do soberano. A transição da violência privada ao monopólio público e legítimo da violência acentua a dicotomia principal, entre o público e o privado, pois aquele concentra em si a única possibilidade de vida pacífica para os particulares, subtraindo-lhes a liberdade, mas, ao cabo, para se defender ou ampliar seus domínios territoriais, usa a força autorizada da convocação para levar os súditos à guerra e, assim, depois de subtrair-lhes a liberdade natural, os expropria também da segurança artificial à sua vida oferecida pelo Estado. Na sua objeção ao Abade de Saint Pierre (transcrita por Raymon Aron, em *Os últimos anos do século* [1982]), Jean-Jacques Rousseau diz que a constituição do Estado, no plano interno, reduziu os indivíduos à condição de cidadãos, e a manutenção da guerra entre os Estados, no plano externo, os reteve como soldados nacionais. Isso deixou o homem com o pior dos aspectos de cada um dos mundos, o da paz e o da guerra, por ter sido expropriado, no primeiro, da liberdade, e, no segundo, da segurança vital.

Como homens vivemos no Estado civil, sujeitos às leis; enquanto povos, cada qual desfruta da liberdade natural; isto torna a nossa situação pior do que se essas distinções fossem desconhecidas. Pois vivendo simultaneamente na ordem social e no estado de natureza, estamos sujeitos aos inconvenientes de ambos, sem encontrar segurança em nenhum dos dois [...] Na condição mista em que nos encontramos, qualquer desses dois sistemas a que se dê preferência, fazendo de mais ou de menos, não fizemos nada e estamos no pior estado possível. (ROUSSEAU, in: ARON, 1987, p. 18-19)

A separação entre os dois mundos não é apenas epistemológica, mas também ontológica e, em Hans Morgenthau, axiológica. O pesquisador deve colocar entre parênteses suas preferências pessoais, as características culturais de seu povo e a sua forma preferida de organização institucional para analisar com objetividade os fenômenos da correlação de forças ou da capacidade de cada lado de infringir danos ao outro. Essa postura não tem somente raízes metodológicas, mas deriva da própria natureza do objeto de estudo, cuja complexidade caracteriza uma estrutura ontológica diferenciada e autônoma. Ao estudioso das relações internacionais, Morgenthau recorda as lições de Maquiavel, segundo quem, para pensar a política, é necessário separá-la da moral, discernindo também aquilo que os poderosos fazem daquilo que dizem, para dar voz ao sentido de suas ações e recuperar a lógica dos empreendimentos voltados à conquista e conservação do poder. N'A *política entre as nações – A luta pelo poder e pela paz*, Morgenthau aponta a centralidade do “conceito de interesse definido em termos de poder”, no caso das relações internacionais o interesse em termos de poder do Estado.

Uma teoria da política, de âmbito internacional ou nacional, seria inteiramente impossível, uma vez que, sem o mesmo [o conceito de interesse definido em termos de poder], não poderíamos distinguir entre fatos políticos e não-políticos, nem poderíamos trazer sequer um mínimo de ordem sistêmica para a esfera política. (MORGENTHAU, 2003, p. 6-7)

O interesse em termos de poder compreende sempre o projeto de sobrevivência do próprio Estado e, sempre que possível, a ampliação de seu território ou da sua influência sobre outros Estados. A sobrevivência implica capacidade de coação sobre os atores ameaçadores à sua soberania ou capacidade de articulação para a busca de proteção contra Estados mais poderosos. Ambas sintetizam-se no jogo entre a arregimentação de força física de dissuasão e gestões diplomáticas e, para elas, é preciso a clareza necessária para definir seus interesses e a determinação para impor seus projetos. É o casamento de interesses que permite edificar alianças sólidas, a construção de coalizões duráveis, necessários tanto para a estabilidade das instituições internas quanto para a longevidade das ordens internacionais.

As forças armadas são o instrumento de política externa e não o seu mestre. Não pode haver uma política externa com êxito sem a obediência a esta regra. País algum poderá exercer uma política de conciliação caso os meios e os fins de sua política exterior sejam definidos pelos militares. (MORGENTHAU, 2003, p. 1.016)

A noção de interesse faz parte realmente da essência da política, motivo por que não se vê afetada pelas circunstâncias de tempo e lugar. A afirmação de Tucídides, fortalecida pelas experiências da Grécia antiga, de que 'a identidade de interesse é o mais seguro dos vínculos, seja entre Estados, seja entre indivíduos', foi retomada no século XIX pela observação de Lord Salisbury, segundo a qual 'o único vínculo de união que permanece' entre as nações é a 'ausência de quaisquer interesses em conflito' [...] A mesma idéia foi repetida e amplificada no século XX pela observação de Max Weber: 'São os interesses (materiais e ideais), e não as idéias, que dominam de modo direto as ações dos homens'. (MORGENTHAU, 2003, p. 16-18)

O conhecimento político (ou a ciência política) resulta da identificação de interesses, os próprios e os de terceiros, para apontar e dimensionar as afinidades e discrepâncias, as possibilidades e ameaças, definir as noções de amigo e inimigo, aliado, leque de alianças e objetivos das coalizões. Este tipo de conhecimento afasta os equívocos produzidos pelas preferências subjetivas ou culturais, induz à objetividade e tem, portanto, um caráter atemporal e universal. Ou seja, pela força de sua lógica interna ele vale para qualquer momento e pode ser empregado por qualquer Estado.

Assentado sobre a base sólida do reconhecimento do interesse definido em termos de poder, esse conjunto de conceitos é chave para a compreensão dos eventos de qualquer momento histórico e pode ser mobilizado, conforme Morgenthau, tanto por um grande quanto por um pequeno Estado, com conclusões evidentemente diversas, para definir acertadamente suas estratégias externas. Como objeto da ciência ou como móvel da ação prática, a política é diferente da moral. O estadista não pensa em termos de moral universal ou da prática da bondade ou mesmo da verdade, mas em termos da moral particular do seu Estado, da eficácia da sua ação para realizar seus interesses definidos em termos de poder. O que o move não são os valores abstratos, mas a permanência, e se possível a ampliação, da sua soberania. Da mesma forma, o cientista discerne a política da moral, para precisar o objeto de estudo daquela, assim como a separa da religião.

A preocupação com os desígnios divinos está afeta ao campo da teologia ou à atuação do clérigo, enquanto o político, de acordo com Morgenthau, deve preocupar-se com a adequação entre os fins e os meios de sua ação e o estudioso da política com a lógica das relações de força, com a análise objetiva dos procedimentos definidos como virtuosos do ponto de vista da realização dos projetos. O cientista político deve discernir o seu objeto de estudo, ainda, de outros campos, como a economia e o direito internacionais. Se o economista está preocupado com as dinâmicas que produzem o acúmulo ou a perda de riquezas⁵² e o advogado com a conformidade das ações dos Estados às normas e tratados internacionais⁵³, o cientista político tem por objeto explicar as questões relativas ao poder, as relações de mando e obediência, identificando a maneira pela qual alguns se sobrepõem aos outros e as razões que levam os últimos a se subordinar aos primeiros. Ele se preocupa com o balanço de poder e o equilíbrio de forças, que pode ser favorável, desfavorável ou estar indefinido. A questão central da política internacional diz respeito, portanto e permanentemente, à guerra, não do ponto de vista moral sobre o emprego da violência na relação entre os homens ou jurídico no que diz respeito aos tratados e costumes que deveriam reger as relações interestatais, mas como um expediente a que os Estados soberanos recorrem para resolver a seu favor situações desfavoráveis ou indefinidas. É por isso que Morgenthau nivela as abordagens religiosa e liberal como igualmente imoderadas e imprudentes, presumivelmente danosas ao interesse comum. Ele deprecia as preocupações com a legalidade internacional, a opinião pública interna e a valorização de questões como os direitos humanos no cenário internacional como “enfoque moralista-jurídico” e classifica essas abordagens ora como “futilidades”, ora como produtos da “banalidade” acadêmica.

O realismo sustenta que os princípios morais universais não podem ser aplicados às ações dos Estados em sua formulação universal abstrata, mas que devem ser filtrados por meio das circunstâncias concretas de tempo e lugar [...] Não pode haver moralidade política sem prudência, isto é, sem a devida consideração política da ação aparentemente moral. (MORGENTHAU, 2003, p. 20)

⁵² O economista procura responder a uma questão: “De que modo esta política pode afetar a riqueza da sociedade, ou de um segmento dela?”. (MORGENTHAU, 2003, p. 22).

⁵³ “O advogado quer saber: ‘estará esta política de acordo com as normas da lei?’” (MORGENTHAU, 2003, p. 22).

Os pressupostos teóricos do realismo, expostos até com certa rudeza por Morgenthau, representam uma mudança paradigmática face aos do chamado utopismo liberal que nortearam a Paz de Versalhes e a Liga das Nações. A recuperação da noção de anarquia, inspirada no Estado de natureza hobbesiano, correspondeu à ascensão a um outro patamar para a observação do mundo e a sua organização conceitual. A análise da realidade internacional segundo o critério kantiano das formas de governo se baseava num *ranking* moral dos Estados, em que as formas não-republicanas eram descritas como inferiores, incivilizadas ou bárbaras, fundamentadas na figura da autoridade e não na supremacia da lei. Sua variante hegeliana, ou historicista finalista, descrevia os Estados ainda autocráticos como transitórios, fadados à superação no devir histórico por instituições republicanas, moralmente superiores e perfeitas, historicamente acabadas. De uma forma ou de outra, kantiana ou hegeliana, a abordagem liberal representava uma forma de organização mental do mundo eurocêntrica, que o imaginava em meio a uma caminhada para a estação terminal republicana, o que justificava a intolerância contra o atraso e a barbárie, e o esforço necessário para sua introdução, ainda que induzida, num período de paz eterna, tomando mais especificamente o Reino Unido e suas instituições como ponto de observação e julgamento do mundo, pois a filosofia alemã teria pensado a experiência histórica liberal ocidental.

A mudança para o paradigma realista significou simultaneamente, portanto, duas coisas: a concessão de um estatuto de existência plena, ou seja, não como inferior ou incompleta, à dimensão externa, e a definição da esfera das relações interestatais como um lugar extremamente perigoso, pois sujeito às incertezas da guerra, a qual passa a ser pensada como carregada de riscos para todos os envolvidos e para a vida de seus súditos. Ela correspondeu, ainda, à transição de uma ordem multipolar a uma ordem bipolar e para uma maneira de organização mental do mundo segundo os interesses definidos dos Estados Unidos, numa fase da história sob o risco do confronto nuclear, em que passara a ser menos importante avaliar as diferenças institucionais, econômicas ou ideológicas e vital dimensionar os riscos representados pelo contendor em função de sua capacidade de destruição, independentemente de seu sistema de valores. Nesse quadro, o principal dos seis princípios definidos por Morgenthau, o do “interesse definido em termos de poder”,

diz respeito, por uma questão de racionalidade, ao Estado como monopólio legítimo da violência, não à opinião pública; aos estadistas, não aos seus súditos.

O governo é o líder da opinião pública e não o seu escravo. Os responsáveis pela condução da política externa só conseguirão satisfazer os princípios da diplomacia [...] se mantiverem sempre em mente o princípio acima. Como já foi apontado acima, com maiores detalhes, os pré-requisitos racionais de uma boa política exterior não podem de saída contar com o apoio de uma opinião pública cujas preferências sejam de natureza mais emocional que racional. (MORGENTHAU, 2003, p. 1.019)

Há, portanto, uma distinção entre a esfera interna e a externa. A primeira é sujeita tanto a normas legais quanto a emoções passageiras e subjetivas, às oscilações da opinião pública, enquanto a segunda é o produto objetivo das correlações de forças e exige uma ação racional dos Estados. Embora concebido numa fase em que era imperioso evitar a guerra quente na fase da guerra fria, os conceitos do paradigma realista revelaram-se eficazes para explicar também o passado das relações internacionais, aí incluídas as fases compreendidas pelo paradigma liberal, pois a noção de correlação de forças deu origem, também, ao conceito de ordem internacional, o que permitiu pensar a história internacional como sucessão das alternâncias de condomínios mundiais controlados pelas grandes potências.

O paradigma realista só é normativo na acepção de Morgenthau, que é muito diferente da de Kenneth Waltz⁵⁴, quando prega a tolerância nas relações externas e, ao contrário do paradigma liberal, defende a convivência (e até uma certa cumplicidade) com Estados com instituições diferentes, inclusive autocráticas, desde que integrem a mesma coalizão mundial. As preferências racionais externas, portanto, não guardariam relações com afinidades ideológicas, econômicas ou institucionais, mas de segurança, ou seja, de defesa, e teriam a ver com o contexto das políticas de contenção da Guerra Fria. Ele define, desse modo, o divórcio não apenas epistemológico, mas ontológico, entre as dimensões externa e interna da política, e este é simultaneamente axiológico, pois significa também a tolerância e, em alguns casos, o endosso e até mesmo a promoção de regimes políticos autocráticos em outras partes do mundo, desde que eles se insiram nos planos de

⁵⁴ A propósito, ver capítulo 1.

defesa do Estado americano e de sua forma liberal-democrática⁵⁵. Uma política externa de compromissos com ditaduras militares na África e América Latina seria compatível com a defesa do “mundo livre” durante o período do confronto bipolar nuclearizado. Apesar de justificado como atemporal e não-espacial, ou seja, como uma ciência neutra, por Morgenthau, o paradigma realista traz impregnadas suas marcas de origem: a fase inicial da Guerra Fria e o objetivo de interpretar o mundo para a formulação da estratégia de segurança nacional dos EUA. Trata-se, portanto, de assertivas eficientes para a interpretação das novas realidades e capazes de explicar os eventos passados, do ponto de vista da grande potência vitoriosa da Segunda Guerra Mundial, mas insuficientes para dar conta da mesma realidade de outros pontos de vista, como o das potências derrotadas ou das subordinadas, e mesmo dos interesses do mesmo ator em outras conjunturas, como os EUA no mundo globalizado e do pós-Guerra Fria, em que o exercício da hegemonia aparentemente mudou de caráter.

Mesmo em 1948, ano em que Morgenthau publicou a primeira edição d’*A política entre as nações*, o pressuposto da separação entre as políticas externa e interna tinha validade explicativa quase inquestionável somente para os EUA, pois isto justificava tanto a aliança com os comunistas soviéticos durante a Segunda Guerra quanto as políticas econômicas de reconstrução dos ex-inimigos Japão e Alemanha. O enunciado segundo o qual as dimensões externa e interna são estanques, contudo, não contribui para explicar as derrotas, pois tanto o Estado alemão quanto o japonês se desestruturaram internamente exatamente porque foram derrotados na Segunda Guerra. Ou seja, para eles, ao contrário do pressuposto do paradigma, a ação externa repercutiu, sim, sobre a dimensão interna. E de maneira decisiva. Da mesma forma, o Estado soviético se desagregaria em 1991 por não ter conseguido pagar os custos da campanha no Afeganistão e da corrida armamentista. Se as vitórias podem ter nenhuma ou pequena influência para a alteração das instituições internas, as derrotas podem desempenhar um papel letal. O paradigma realista, portanto, explica bem as vitórias, ou o exercício da supremacia, mas deixa a desejar para compreender as derrotas. Mesmo no interior de um mesmo bloco, o ocidental durante a Guerra Fria, por exemplo, numerosos

⁵⁵ Esta é a base contraditória da variante neorrealista, de Waltz, como comentado no capítulo 1, que definiu o sistema internacional como de autoajuda e instituiu a norma do medo como guia da definição das políticas externas americanas.

países insubordinaram-se contra seu estatuto de inferioridade no cenário internacional. O movimento dos não-alinhados, durante a Guerra Fria, proclamava e o dos países emergentes, no Pós-Guerra Fria, proclama que a subordinação política seria a causa de seu subdesenvolvimento e da sua estagnação econômica, aproximando-os, em certos discursos, da teoria do imperialismo.

De qualquer forma, ainda que não no topo da pirâmide, nos 48 anos da Guerra Fria e nas duas décadas seguintes, aconteceram alterações na hierarquia das potências; algumas submergiram, como a Rússia, a Alemanha Oriental e o Reino Unido; outras emergiram como China e Índia, ou reemergiram, como Alemanha e Japão. Além disso, a Guerra Fria foi marcada por sucessivas instabilidades não suficientemente explicadas pelo paradigma realista, como na região do Oriente Médio, porque não produzidas apenas por desequilíbrios na correlação de forças, mas pelas novas dinâmicas da globalização econômica e financeira, que escapavam a sua abordagem. Ao invés de explicar todos os fatos, pelo contrário, o paradigma realista impede o entendimento de algumas evidências empíricas, sobretudo as oriundas da esfera da economia, exatamente devido a seu enfoque privilegiado sobre os interesses “imperiais”.

A novidade da abordagem realista, e o alargamento da eficiência heurística de seus conceitos, na emergência da ordem bipolar, decorreu da descoberta da densidade própria da instância política e da sua irreducibilidade à econômica, apontando a importância das correlações de forças, sobretudo para a compreensão dos fenômenos internacionais. Contribuiu mais ainda ao despir o peso da violência de conotações morais para procurar entender a constituição e funcionamento das ordens internacionais, principalmente graças ao aporte teórico de Raymond Aron, para quem não apenas a guerra é a continuação da política por outros meios, mas também a diplomacia é a política desenvolvida à sombra da guerra. Graças a ele e a Max Weber, a cultura política redescobriu a pertinência da contribuição intelectual de Carl Von Clausewitz e dos teóricos da guerra.

Apesar disso, o realismo exorbitou na atribuição de autonomia à instância política, tornando-a absoluta, e no divórcio factual (ou ontológico) tanto entre política externa e interna, quanto entre política e economia, e entre política e cultura, como se fossem dimensões sem qualquer relação entre si. O apoio da opinião pública, ou seja, a participação ou o apoio dos atores internos, muitas vezes, é decisivo para o

sucesso dos empreendimentos externos, como já asseverava o próprio Clausewitz na década de 30 do século XIX, ao descrever a trindade paradoxal decisiva dos conflitos bélicos, constituída pelo povo (o elemento paixão), o comandante e suas tropas (que agem sobre as circunstâncias aleatórias) e o governo (o elemento racional, que organiza os demais, responsável pela estratégia)⁵⁶.

A guerra, então, não é apenas um verdadeiro camaleão, que modifica um pouco a sua natureza em cada caso concreto, mas é também, como fenômeno de conjunto e relativamente às tendências que nela predominam, uma surpreendente trindade em que se encontra, antes de mais nada, a violência original do seu elemento, o ódio e a animosidade, que é preciso considerar como um cego impulso natural, depois, o jogo das probabilidades e do acaso, que fazem dela uma livre atividade da alma, e finalmente a sua natureza subordinada de instrumento da política por via da qual ela pertence à razão pura. [...] O primeiro desses três aspectos interessa particularmente ao povo, o segundo, ao comandante e ao seu exército, e o terceiro importa sobretudo ao governo. (CLAUSEWITZ, 2003, p. 30)

As alterações realizadas por Morgenthau nas sucessivas reedições de *Política entre as nações* constituem, por si sós, o reconhecimento pelo próprio autor da insustentabilidade do divórcio entre política externa e opinião pública, pois ele fez um esforço continuado para tornar sua obra moralmente mais defensável, com acréscimos e considerações que tornaram o texto progressivamente menos claro. Em relação à economia, parece necessário recuperar a noção clausewitziana de que a política externa sempre implica custos, não apenas políticos ou vitais, mas também econômicos, financeiros e tecnológicos, pois o sucesso externo do Estado depende em larga escala da retaguarda produtiva, ou seja, da capacidade de sustentar os projetos estatais. As virtuais derrotas, ou a incapacidade de levar continuamente à frente um projeto externo, decorrente da incapacidade de compatibilizar o pagamento dos esforços de guerra com a coesão interna e o crescimento econômico, provocam a desestruturação do mercado interno, da produção e da ocupação da força de trabalho, o que reforça a ideia de que, em algum nível, a explicação política depende de clareza sobre as determinações econômicas. Antes de procurar entender as raízes epistemológicas do divórcio entre o externo e o interno, é necessário abrir um parêntese para tratar de outras abordagens que,

⁵⁶ A expressão “triângulo paradoxal” foi utilizada por R. Aron, em *Pensar a guerra, Clausewitz*, [1976], Brasília: UNB, 1986.

embora compartilhem o mesmo chão teórico da centralidade do Estado e do equilíbrio de forças, estruturam conceitos um pouco diferentes para entender as conjunturas internacionais.

... A esfera da boa vida e a via do meio...

Os pressupostos constituem tanto as virtudes quanto as vulnerabilidades dos paradigmas, sintetizam sua força explicativa e seus virtuais calcanhares-de-Aquiles. Demonstrada a fragilidade dos pressupostos, o edifício lógico pode ter sua coerência questionada, exigindo uma nova formatação conceitual, uma outra lógica para a organização das informações a respeito do mundo. A separação da realidade internacional da nacional constituiu o ponto forte do realismo, evitando o reducionismo do liberalismo e do leno-stalinismo, o que lhe permitiu uma compreensão dos fenômenos internacionais a partir das correlações de forças. Entretanto, quando essa separação se revela insuficiente para dar conta das transições internacionais, a tomada de consciência teórica dessa limitação pode ser o ponto de partida para uma ruptura ou uma renovação paradigmática.

A separação entre as duas políticas e as duas direções da ação do Estado não é apenas uma característica definidora do realismo americano morgenthaliano, mas também do realismo sistêmico europeu continental, de Raymond Aron e Norberto Bobbio, e do realismo insular, ou o racionalismo inglês (também chamado escola de segurança), de autores como Martin Wight e Hedley Bull. As críticas epistemológicas feitas a um atingem necessariamente também os demais.

Aron se diferencia de Morgenthau por substituir a centralidade do conceito de “interesse definido em termos de poder”, que ele considera vago e impreciso, pela noção weberiana de “monopólio da violência legítima”, que significa “legitimidade e legalidade do recurso à força por parte dos atores” (ARON, 1985, p. 380), principalmente nas relações interestatais, espaço em que deve ser buscada a noção de sistema, que implica também a noção de subsistemas. Os subsistemas são determinados e interagem no interior do sistema. Os atores estatais ocupam uma posição determinada no interior do subsistema e, assim, desempenham papéis específicos no interior do sistema, noção tomada de empréstimo à Astronomia, em que todos os atores exercem atração uns sobre os outros. Quaisquer alterações

referentes a um ator repercutem no conjunto do sistema; no caso da política internacional, não se trataria, portanto, apenas de conceber uma ação vertical das grandes potências sobre as menores, mas de interpretar também como estas são capazes de influir sobre o comportamento das grandes, porque “a modificação de um elemento [dentro do sistema] não se dá sem que haja modificação dos outros” (ARON, 1987, p. 20). As ações e projetos de poder dos atores precisam ser, portanto, interexplicativos no contexto sistêmico. Só podem ser objeto de uma análise compreensiva ações e comportamentos que fazem parte da lógica do sistema. Ao contrário de seus congêneres americanos que operam com a noção de potência, na qual os Estados seriam classificáveis conforme um mosaico vertical de capacidades de coação, para Aron a noção de sistema permite também compreender porque, no interior do sistema, os Estados nem sempre recorrem à força, e como as noções de paz e guerra se articulam de modo complexo, ou como a diplomacia é um instrumento tanto das relações de poder, como para conter o uso da força, compreendida como a política realizada “à sombra da guerra”.

Com efeito, a especificidade da conduta dos atores, uns com relação aos outros, se relaciona com a ausência de tribunais e de polícia, que os obriga a um cálculo de forças e, em especial, das forças armadas disponíveis em caso de guerra. Nenhum deles pode excluir a hipótese de que algum outro tenha intenções agressivas a seu respeito; todos precisam, portanto, saber com que forças podem contar – suas próprias e dos seus aliados – no dia do ‘pagamento à vista’, como diria Clausewitz: da prova de força. (ARON, 1985, p. 388)

No embate teórico com os realistas americanos, pouco compreendido porque os intérpretes enfatizam mais suas afinidades do que suas diferenças, chamando a atenção para o fato de que os americanos “não sacrificarão Nova York ou Boston para salvar Frankfurt, Londres ou Paris”, Aron procurava estabelecer uma diferença de estatuto conceitual entre teoria e doutrina, entendendo que aqueles confundiam os dois campos, incidindo em doutrinário, ou seja, misturando o papel de cientistas com o de formuladores estratégicos.

A ciência das relações internacionais (em particular a análise das relações entre potências nucleares) influiu sobre a percepção dos soberanos (isto é, em princípio sobre o Presidente dos Estados Unidos; logo depois sobre os governantes do Kremlin),

transformando os estrategistas no equivalente contemporâneo do que se conhecia na época de Maquiavel como ‘conselheiros do Príncipe’. A teoria da não-proliferação não é, contudo, uma teoria; é uma doutrina de ação que coincide muito provavelmente com os interesses dos Estados Unidos e da União Soviética – talvez também com os interesses de todos os Estados (que, provisoriamente, não se sentem tranquilizados. (ARON, 1985, p. 392)

Em sua obra mais conhecida, *Paz e guerra entre as nações*, de 1962, no limiar da alta Guerra Fria, Aron não utiliza a expressão “sistema econômico”, pois estrutura sua interpretação do “equilíbrio de terror” como definidor do sistema político em que mediriam forças e empreenderiam uma incessante corrida armamentista, tanto na frente estratégica quanto na convencional, dois subsistemas que ele definiu com a tensão Leste-Oeste. Os dois subsistemas abarcariam o conjunto dos Estados, rivalizariam um com o outro completamente e, no interior de cada um, embora subordinados a um polo dominante, todos os Estados interagiriam. Vinte anos mais tarde, ao fazer um balanço de sua obra-prima e do estado do mundo no último quartel do século XX, em *Os últimos anos do século*, ele procuraria dialogar com os críticos que o acusavam de, sob a noção de sistema, ter enfatizado as relações interestatais, sobrevalorizado a harmonia política da Europa e subestimado a economia mundial, refugando que esta constituísse um sistema, com interações inteligíveis e previsíveis, e ter descartado a noção de Sociedade Internacional, afirmando que o cenário mundial seria a-social.

Na obra da década de 60, se pareciam sutis as diferenças de abordagem face ao realismo americano, era evidente o subtexto de combate teórico ao marxismo, sobretudo à determinação do econômico e à teoria leno-stalinista do imperialismo. De fato, se há uma instância determinante sobre as demais, para Aron esta não seria a econômica, mas a política, uma vez que a soberania estatal se exerce inclusive sobre o domínio das tecnologias e das interações dos mercados. As duas economias, capitalista e socialista, mantinham escassos laços de cooperação e trocas em função do monopólio legítimo da violência exercido dos dois lados das fronteiras ideológicas. As diferenças políticas entre os blocos impediriam, portanto, as relações de cooperação entre as duas economias e determinariam formas de apropriação dos excedentes de maneira não-econômica, ou seja, baseadas não no critério da isonomia entre valores e preços, mas segundo formas de acumulação forçada de excedentes. Em *Paz e Guerra*, por isso, as causas das disputas seriam

relativas às pretensões de domínio, pela força, e a fase de paz prolongada da Guerra Fria não seria produto da divisão internacional de trabalho, mas do equilíbrio de forças entre os lados em pugna.

Em *Últimos anos do século*, Aron assume que houve um sensível incremento do comércio mundial e das interações econômicas, e admite dialogar com a teoria do imperialismo, que apresentava uma alternativa sistêmica para a economia mundial, dividindo-a nas noções de Centro e Periferia, centro do Centro e periferia do Centro, centro da Periferia e periferia da Periferia, distribuindo o sistema econômico mundial em dois subsistemas, um do Hemisfério Norte, outro do Sul, ricos ou desenvolvidos *versus* pobres ou atrasados. Para ele, o conceito de Sociedade Internacional, se possível, seria decorrência da articulação entre dois outros sistemas, o interestatal e o econômico mundial. Se ambos abarcassem o conjunto dos Estados e economias nacionais, explicando como as alterações no interior de um subsistema repercutiriam sobre o conjunto, então se poderia falar em Sociedade Internacional.

Sistema ou subsistema merecem este nome porque qualquer acontecimento importante, no interior deles, repercute no conjunto. (ARON, 1987, p. 28)

A menos de duas décadas do final do século, para ele, somente as relações determinadas pela correlação de forças continuavam a compor um sistema, pois qualquer ação que influísse sobre o comportamento de qualquer dos Estados influiria sobre o conjunto do sistema. Poder-se-ia, por conseguinte, afirmar a continuidade de um sistema interestatal que ainda opunha os dois sistemas, Ocidental e Oriental, pois, no começo da década de 80,

A fronteira militar de todas as democracias européias situa-se [continuava situando-se] entre a Alemanha Ocidental e a Alemanha Oriental. (ARON, 1987, p. 23)

A determinação do exercício, em regime de livre concorrência ou, no caso, de duopólio, do monopólio da violência legítima era o fato que impedia a economia mundial de se estruturar como sistema, pois a divisão entre Norte desenvolvido e Sul subdesenvolvido seria inerente apenas à economia capitalista, não abrangendo os países do Leste Europeu. Embora o Oriente Médio, economicamente, pudesse ser

colocado no Hemisfério Sul, a guerra entre o Irã e o Iraque (1980-1988) não poderia ser compreendida a partir da teoria do imperialismo.

A União Soviética não pertence nem ao centro nem à periferia. O Iraque e o Irã travam uma guerra que em vão tentaremos ligar ao sistema econômico. (ARON, 1987, p. 22)

Essa primazia do sistema interestatal excluía *a priori* a predominância causal do sistema econômico [...] Até agora, a hostilidade bloco a bloco, de regime a regime, leva a melhor sobre as rivalidades econômicas. (ARON, 1987, p. 29)

As previsões pessimistas do pensador político francês, porém, seriam atropeladas pelo inesperado final da Guerra Fria e a desagregação do bloco socialista e da União Soviética. Com esse desfecho, ruiriam também os entraves políticos para a expansão da economia capitalista e a inclusão do Leste Europeu na globalização econômica. Se tivesse sobrevivido, e constatado que a polarização econômica Norte-Sul foi substituída pela Desenvolvidos-Em desenvolvimento e os subsistemas políticos se diluíram, é possível que Aron, na entrada do século XXI, viesse a admitir a possibilidade de uma Sociedade Internacional, conceito resultante da articulação dos sistemas interestatal e econômico globalizado.

Diferentemente do realismo continental europeu de Aron, o insular de Wight e Bull sempre operou com o conceito de Sociedade Internacional, mas atribuindo a esta uma significação diferente, pois ela não seria resultado da articulação entre os sistemas político e econômico, mas da esfera do direito internacional e dos valores comuns compartilhados ou, na descrição de Bull, do “sentimento de pertencimento à humanidade” ou da “cultura comum de paz”. O folheto inaugural desta abordagem, de autoria de Martin Wight e núcleo de *A política de poder* (*Power politics*, obra organizada e lançada em 1977 por iniciativa do australiano Hedley Bull), foi publicado pela Chatham House, o Instituto Real de Negócios Estrangeiros, em 1946, dois anos antes de Morgenthau lançar *Politics among nations*. Nele⁵⁷, Martin Wight procurava distanciar-se do liberalismo da Primeira Guerra e do realismo do entreguerras de E. H. Carr, intitulando sua abordagem de racionalista, procurando dissociar-se da dicotomia ordem interna-anarquia internacional. Embora Wight definisse a dimensão interna como a da “boa vida” e, a externa, como a da

⁵⁷ Nossas referências, porém, baseiam-se na edição brasileira da obra organizada por Bull, lançada em 2002 pela Editora UNB/IOESP, e não no panfleto de 1946.

“sobrevivência”, ou seja, aquela em que cada um dos Estados seria movido pelo propósito da sua continuidade, esta não equivaleria ao caos. Isto porque, para ele, se poderia falar de uma Sociedade Internacional, que seria a mais inclusiva de todas as sociedades, formada por poucos membros, mas “imortais”, e definida por se reger pelo direito internacional (considerado uma banalidade por Morgenthau).

É uma sociedade única, composta das outras sociedades mais organizadas que chamamos de estados. Os estados são seus membros principais e imediatos, mesmo que possa haver um sentido no qual seus membros são homens [...]. Os membros da sociedade internacional são, em conjunto, imortais. Os Estados, de fato, vez por outra, morrem ou desaparecem, mas na maior parte dos casos eles ultrapassam de muito a duração da vida humana. São parcerias de vivos com os mortos e a posteridade [...]. A comprovação mais essencial da existência de uma sociedade internacional é a existência do direito internacional. (WIGHT, 2002, p. 98-99)

As instituições da Sociedade Internacional, segundo Wight, grosso modo, seriam a diplomacia, as alianças, as garantias, a guerra e a neutralidade, todas sob a soberania de cada um dos Estados. A diplomacia, definida como “arte da comunicação entre os estados” com o objetivo da produção de entendimentos amortecedores dos conflitos, assim como a guerra integram, de forma complementar, o campo das práticas dos Estados face a seus congêneres. As alianças e formação de coalizões dependem da avaliação dos balanços de forças e do exercício da soberania, enquanto a decisão de neutralidade depende tanto do equilíbrio das pressões dos vizinhos como da busca de uma identidade estatal considerando sua realidade espaço-temporal. A Sociedade Internacional é, portanto, instável, pois é produto do desejo de estabilidade dos mesmos agentes que promovem a sua instabilidade. Ela se baseia na confiança e confiabilidade de soberanias ameaçadas/ameaçadoras. Trata-se de uma associação horizontal, de atores desconfiados das intenções dos congêneres e obrigados a confiar na validade e aplicabilidade dos tratados. Dessa maneira, o direito internacional aproxima-se mais da aspiração por justiça do que do direito positivo interno, cujas disposições são autoaplicáveis e vinculantes, devido à admissão pelas partes da figura simbolizada pelo juiz. Naquele, cada Estado é o promotor, o juiz e a polícia de si próprio. E também dos concorrentes, embora haja uma hierarquia entre eles, ditada pelo equilíbrio de poder.

O direito internacional não possui agentes para o seu cumprimento, excetuando-se os próprios estados. Ele carece de um executivo, o que significa dizer que a ajuda mútua cooperativa é o máximo de que disporá, para se tornar eficaz [...]. O direito internacional não possui judiciário com jurisdição compulsória [...]. O aspecto moral e ambicioso do direito internacional transparece no direito de guerra. (WIGHT, 2002, p. 101)

Essas definições evidenciam que Wight emprega a palavra *sociedade*, na expressão sociedade internacional, com um sentido muito diferente ao de Aron, reduzindo as diferenças entre eles do nível dos conteúdos conceituais para o plano semântico e dos valores que os movem. Isso porque um descreve a sociedade internacional mais como uma disposição de espírito, mas, na prática, com os mesmos termos com que o outro define a anarquia internacional, ou seja, uma realidade oposta à de sociedade como algo simbolizado pela existência de um contrato ou a presença de leis mutuamente vinculantes. A dicotomia não envolveria apenas as noções de paz e guerra, mas uma outra, de sociedade ou guerra; de convivência segundo regras comuns ou conflitos administrados pela lei do mais forte. Ou seja, a sociedade internacional, no fundo, é uma noção tão abrangente e indeterminada em Wight que ela mais parece um conjunto vazio, da definição de fenômenos interestatais que Aron chamava de a-sociais! A menos que se utilizem as palavras conforme o senso comum, ou somente de acordo com a tradição jurídica casuística, a expressão “direito de guerra” é um contrassenso, pois, ou existe direito, e portanto a guerra é condenável como atividade criminosa, ou são aceitáveis as soluções de emprego da força e não cabe, neste caso, falar em direito positivo mas apenas em medidas violentas. É na tradição jurídica que se encontram, efetivamente, os embates para a justificação dos conflitos bélicos, sob teorias como a das guerras bárbaras e civilizadas, injustas e justas, imorais e morais, adaptadas por uma outra concepção de justiça com o advento do Estado-nação e do equilíbrio de poder, conforme o próprio Wight.

No século XVIII [...] passou a ser aceita a idéia de que cada guerra tinha que ser tratada como se fosse justa para ambos os lados; e o direito internacional passou a aceitar a guerra como um relacionamento legítimo entre estados, independentemente de sua origem. (WIGHT, 2002, p. 102)

Ora, se a evolução civilizatória levou a um postulado segundo o qual todos os pleitos dos lados em conflito seriam igualmente “justos”, não se poderia mais falar de um direito internacional como busca da justiça, mas somente como reconhecimento das distintas soberanias como igualmente soberanas, ou monopólios legítimos também da justiça. Não se trataria mais, portanto, de buscar os fundamentos lógicos da justiça ou a imparcialidade, mas de apurar a capacidade de defesa da soberania e de intimidação de cada lado, para buscar as soluções satisfatórias para todos, ou as menos insatisfatórias para a maioria, sobretudo levando-se em conta a posição de cada uma na escala das capacidades de coação.

Segundo o pensador francês, as ordens internacionais seriam “simulacros” das ordens internas, ordenamentos baseados na força imediata ou, na melhor das hipóteses, na potencial, não na força passada transformada em normas legais. Da mesma forma, no autor insular, como o direito internacional seria uma réplica, sem a presença de agentes autônomos, do direito interno, a sociedade internacional não representaria mais do que uma paródia de sociedade, ainda assim necessária, ao menos como referência cultural, para o discurso das justificações diplomáticas. Existem diferenças entre os autores, mas mais de nuances que distinções qualitativas e a ambos é comum a bidimensionalidade da política.

A bidimensionalidade antagônica da política constituiu desafio também para outro realista insular, o racionalista Hedley Bull, que também procurou solucioná-lo com a noção de Sociedade Internacional numa obra de título paradoxal: *Sociedade anárquica*, de 1977. Do ponto de vista teórico, ele buscou construir uma “via do meio” entre a “exuberância” propositiva do liberalismo, a “esterilidade” descritiva do realismo e o “revolucionarismo” equalizante do marxismo, cuja base seria a cultura de paz, comum a todas as religiões, com o objetivo de edificar também um caminho prático intermediário, novas políticas externas, na conjunção entre um “realismo mais benevolente” e um “liberalismo menos exuberante”. Conforme ele, efetivamente, todas as culturas atribuem centralidade, maior ou menor, à vida humana e à convivência pacífica, pois mesmo as religiões que justificaram e provocaram guerras sempre o fizeram em nome da paz ou da paz verdadeira. Todas as construções culturais e religiosas se estruturam a partir de uma definição do homem e da humanidade como pacíficos e existe um sentimento comum de “pertencimento” à espécie humana, pelo qual mesmo os inimigos reconhecem no

outro algo de fundamental: são semelhantes. O que ele chama de Sociedade Internacional é essa espécie de pacto voluntário e espontâneo de todos os povos em torno da paz e da possibilidade de convivência de uns com os outros, constituída por valores fundamentais e que seriam a base da diplomacia e das instituições internacionais existentes e já testadas. Segundo outro professor de política internacional australiano, Andrew Linklater, o esforço de Hedley Bull e dos demais racionalistas, ou realistas insulares, como os denominamos acima, foi apontar, com o conceito de Sociedade Internacional, ou a cultura de paz, os aspectos comuns a todos os povos, distinguindo-os dos interesses individuais ou particularistas dos Estados.

Para os racionalistas a função da atividade política é demarcar este terreno comum de forma candente, acentuando a diferenciação entre as normas universalizáveis e as culturas e interesses particulares. (LINKLATER, 1996, p. 104)

Ao dar ênfase aos valores comuns e, dentre eles, aos direitos humanos e à chamada cultura de paz, Bull pode não ter conseguido definir a Sociedade Internacional, mas apontou o dedo para a existência de uma dimensão ontológica que não se situa somente na esfera interna da política e se projeta para um plano além-soberanias, mas contrasta com a anarquia e a noção de correlação de forças. Embora sua noção de sociedade internacional seja vaga, ele fez grande esforço para identificar uma dimensão da realidade internacional não limitada à anarquia e à guerra, de resto intuída com peso ideologicamente superestimado pelos autores liberais. Sua apreensão conceitual, de fato, apresenta dificuldades, devido à própria complexidade e flexibilidade de seus fenômenos, que nem sempre se manifestam ou o fazem em intensidades variáveis, conforme múltiplas combinações.

A inclusão de um terceiro ator para a paz

A dicotomia interno-externo foi também o núcleo das pesquisas e reflexões de Norberto Bobbio, que confessadamente procurava estabelecer os nexos entre o que ele chamava de as duas “grandes dicotomias” dominantes “da teoria geral da política: democracia-autocracia e paz-guerra”, a primeira dizendo respeito às relações intraestatais pós-pacto positivo e, a segunda, às relações interestatais sem

pacto ou fundadas em pactos somente implícitos ou, ainda, negativos não-vinculantes. Em 1991, ao escrever “Democracia e Sistema internacional”, ele informou que há dois anos preocupava-se com o tema, desde a produção de diversos artigos que acabaram sendo reunidos em *O terceiro ausente – Ensaio e discursos sobre a guerra e a paz*, de 1989⁵⁸. A transição das relações inter-humanas baseadas na força física para a solução pacífica de conflitos, ou por instituições estatais regulares, com fundamento na lei, para ele, diz respeito à segunda dicotomia, paz-guerra, e depende da admissão de um terceiro neutro e superior às partes. Simboliza um caminho que foi percorrido pela maioria das sociedades internas e encontra-se, na melhor das hipóteses, a meio caminho no plano externo, entre o estado polêmico e o estado civil, ou pacífico, passando pelo estado agonístico, na classificação de Julien Freund, em *Sociologia do conflito*.

A sociedade interestatal está ainda hoje essencialmente no estado polêmico, a sociedade intra-estatal já está estavelmente, salvo crises revolucionárias, no estado agonístico. Na primeira, os conflitos são solucionados em última instância com a vitória de uma parte sobre a outra. Na segunda, a presença de um terceiro acima das partes, que detém o monopólio da força legítima, permite soluções pactuadas e pacíficas dos principais conflitos internos, que, não solucionados, fariam o estado agonístico cair novamente no estado polêmico. (BOBBIO, 2009, p. 288)

A transição consiste na mudança do caráter do uso da violência de um regime de livre concorrência para um regime de monopólio legítimo ou pela substituição do Estado de Força por um Estado de Direito, e este pode ser caracterizado por um pacto consensuado pelos governados (democracia) ou construído em torno da figura do governante (autocracia). Diz respeito à segunda dicotomia, democracia-autocracia, e às formas de governo ou tipos de Estado. Descrevendo de um outro modo a lenta passagem do Estado de Natureza (ou polêmico, segundo Freund) descrito por Thommas Hobbes, para o Estado civil (ou pacífico), Bobbio assinala a necessidade de dois tipos de pacto – um negativo e um positivo, em que o primeiro é pré-requisito para o segundo - e a admissão progressiva de ao menos cinco tipos de terceiro: o aliado, o neutro, o mediador, o árbitro e o juiz. O pacto inicial ocorre ainda no estado polêmico e expressa o inconformismo das partes com suas presentes condições de vida sob ameaça incessante. É um pacto somente implícito,

⁵⁸ Obra publicada no Brasil em 2009. Ver bibliografia, no final.

ou tácito, pois decorre do desejo de cada uma das partes, e negativo, por refletir a situação que as partes não mais aceitam, mas ainda sem criar os mecanismos de solução não-violenta das controvérsias, caracterizando, portanto, a insatisfação profunda com uma situação mas também a impotência para sair dela. Por essas duas razões, trata-se de um pacto ineficaz para constituir uma nova forma de relacionamento, caracterizado como agonístico, mas fundamental para o amadurecimento do segundo pacto, este sim, positivo, pois estabelece os meios necessários para a construção da vida em comum, funcionando como um contrato social, ou porta de passagem para o estado civil, que estabelece os limites da ação individual e cria os mecanismos de garantia de respeito às regras.

Como ilustração, nada melhor do que mostrar o processo ideal de nascimento de um governo democrático, segundo a reconstrução racional das doutrinas contratualistas dos séculos XVII e XVIII. Elas tomam como ponto de partida o 'estado de natureza', entendido como aquele estado anômico que ainda hoje caracteriza as relações internacionais – um estado de guerra permanente, pelo menos potencial. O ponto de chegada é o 'estado civil', ou civilizado, com a paz estável, se não perpétua. E a passagem de um a outro se dá mediante acordo, ou conjunto de acordos, o primeiro dos quais, embora tácito, ou implícito, é um pacto de não-agressão entre os indivíduos singulares que queiram abandonar o estado natural. (BOBBIO, 1991, p. 61)

O processo de mudança da lei-do-mais forte para o governo-da-lei depende da evolução da situação de uma díade, entre amigo e inimigo, para uma tríade, em que passa a participar do jogo também um terceiro ator. O aliado é o terceiro, se é que pode ser considerado terceiro um ator que simplesmente se compõe de um dos lados beligerantes, do estado polêmico. Ele desequilibra a correlação de forças em favor de um dos lados. Soma músculos com um dos lados para subjugar outro, mas o faz em proveito próprio, mediante um acerto circunstancial, de benefício aos aliados e perda total para o inimigo, caracterizando um jogo de soma zero, que não deixa ao derrotado outra alternativa que a retomada do confronto, se possível mobilizando alianças ainda mais fortes. O aliado, portanto, é um terceiro interessado, admitido somente por um dos lados. É um ator parcial. Mais do que um terceiro, ele representa a expansão do poder circunstancial de um dos beligerantes e, por isso, leva a uma solução somente transitória das disputas no interior e sem permitir a superação da situação de guerra de todos contra todos. Ele, aliás, insere-se e

realimenta a lógica da guerra permanente. “Um jurista, segundo Bobbio, diria que a presença da terceira parte é requerida não para a validade do pacto, mas para que este tenha eficácia” (1991, p. 63). Ele não contribui, portanto, para transformar uma situação “diática em triádica”.

O neutro é um terceiro também possível ainda no Estado Polêmico. Sua definição é apenas negativa: ele não se envolve com os lados em conflito. Prefere a isenção. Evidentemente se pode falar em várias modalidades de neutro, desde o que assume a neutralidade para evitar o conflito, devido a suas debilidades, ao que a escolhe para lucrar com o conflito, por exemplo, comercializando armas e condições de operacionalidade para um ou os dois lados, passando pelo neutro circunstancial, que se aproveita do conflito que enfraquece os rivais, esperando o momento mais oportuno para entrar em cena. No fundamental, contudo, todas as modalidades de neutro têm em comum que ele é um terceiro passivo, que não se coloca no meio, acima ou a favor dos contendores, mas procura se colocar fora do cenário. Ele, portanto, não contribui nem atrapalha a transição para o Estado Agonístico. Com as mesmas características, o neutro pode aparecer também no Estado Agonístico ou no Pacífico, mas sempre como um ator que não se envolve e não pesa para a direção da guerra ou o sucesso da paz. Num certo sentido, embora possa ser admitido circunstancialmente, o neutro é um terceiro excluído da solução do conflito que, assim, conserva-se num quadro diádico tipicamente polêmico.

Com base no pacto implícito de não-agressão, ou de indesejabilidade da situação de confrontos intermináveis, que instaura o estado agonístico, as partes podem admitir um segundo tipo de terceiro, a quem, de alguma forma, transfere-se a busca de uma solução para o conflito. Por isso, nesse estágio, aparece a figura do terceiro ativo, que participa da decisão, e os pactos evoluem, de negativos a positivos. O primeiro tipo básico de terceiro ativo é o mediador, o segundo, o árbitro. Há outras variantes de terceiro ativo, como do neutro, que, aqui, não interessa descrever. Esses dois são os primeiros terceiros admitidos para a produção de uma solução satisfatória para o conflito. Nenhum deles, porém, age por força própria e acima das partes ou tem capacidade de resolver sozinho o confronto. O mediador, para evitar a expansão do conflito, em autodefesa ou por um propósito pacífico, interesseiro ou não, coloca-se no meio das partes e procura levá-las à negociação e à busca do entendimento. O árbitro costuma ser convocado pelas partes (embora

seu ingresso em cena possa ser sugerido pelo mediador), a quem estas, em princípio, transferem a decisão. Nenhum dos dois intervém com força própria ou controla forças superiores às dos beligerantes. A decisão do árbitro, por esse motivo, pode passar pela auscultação da tradição, pelo pretérito das partes e das causas em disputa, bem como pela avaliação das forças dos contendores, mas sua eficácia depende sempre do assentimento dos beligerantes, sem o qual estes retomam às hostilidades, podendo estendê-las também ao próprio terceiro. Nenhum desses dois terceiros ativos, portanto, é um resolvidor de conflitos, pois suas decisões não são obrigatórias para as partes, nem as atrelam.

A passagem do estado polêmico ao agonístico não significa a transição para um estado não-conflitivo, mas a uma nova forma de solução dos conflitos. É justamente essa nova forma que constitui a diferença, em termos de progresso civil [...]. [O] verdadeiro salto qualitativo tem a ver com a proibição do uso da violência na defesa dos interesses de cada um. (BOBBIO, 1991, p. 62)

A passagem [ao] estado agonístico tem início com a primeira das várias formas de Terceiro ativo, o Mediador, aquele que se coloca *entre* as partes, não *acima* delas, para obrigá-las a comunicar-se uma com a outra, mas sem tomar o lugar delas na solução da controvérsia; continua com o Árbitro, ao qual todas as partes delegam a decisão, comprometendo-se a submeter-se a el[a], e que, como tal, está, a um só tempo, *entre* e *acima*; e conclui-se com o Juiz, que está autorizado a intervir para solucionar o conflito a partir de uma instância superior e é, portanto, [de] pleno direito um Terceiro acima ainda que seja preciso distinguir o Juízo cuja execução é confiada às próprias partes, como ocorre em uma situação que não é mais polêmica, mas ainda não é agonística, e o Juízo cuja execução é confiada à própria instância superior, o que ocorre quando os sujeitos em conflito saíram completamente do estado polêmico⁵⁹. (BOBBIO, 2009, p. 289, grifos do autor)

Somente quando as partes deixam de ser iguais e são desapropriadas dos meios e do direito à violência, e os *pacta societatis*, ou pactos de associação, são substituídos por um *pactum subjectionis*, pacto de sujeição, pelo qual todos os particulares são submetidos à lei comum e a uma entidade representativa do coletivo, de estatuto superior e que concentra em si o direito ao uso da força, é que finalmente ocorre a transição para o Estado Pacífico. Neste a figura do juiz passa a

⁵⁹ Como se vê, em *O Terceiro Ausente*, Bobbio localizava a figura do Juiz ainda no Estado Agonístico, quando, em *Democracia e Sistema internacional*, o colocaria como definidor do Estado Civil (ou Pacífico). De qualquer forma, essa diferença sutil, que com outros propósitos mereceria maior atenção, para nossas finalidades presentes, introduzir a definição do objeto da Política Internacional, é irrelevante.

centralizar a solução de conflitos, agindo independentemente da provocação ou do desejo das partes, mas por força das normas estatuídas, e de forma compulsória e vinculante, isto é, com força própria superior à das partes e poder para obrigá-las a cumprir suas decisões e impedi-las de procurar a justiça pelas próprias mãos.

No momento em que aparece a figura do juiz, o estado agonístico já se transformou num outro, que definiremos, em oposição ao estado polêmico, como 'estado pacífico'. É o estado resultante do que os jusnaturalistas chamavam de *pactum subjectionis*, com base no qual as partes em conflito se submetem a um poder comum, ao qual é atribuído, entre outros direitos, o de designar o juiz superior às partes, e supostamente imparcial, para decidir qual delas tem razão. (BOBBIO, 1991, p. 64)

A conclusão dessa transição e o surgimento do Estado-nação cria, então, uma outra dicotomia, esta entre as realidades interna e externa e entre as faces interior e exterior do Estado, ou entre paz e guerra. A partir desse momento um lado se define em oposição ao outro, constituindo outra *díade excludente*, determinada por uma tríade de sujeitos decorrente da soberania estatal e uma díade entre, de um lado, o Estado, de outro, o sistema de Estados estrangeiros, umaarquia singular *versus* a anarquia de arquias particulares em regime de livre concorrência. Se os *pacta subjectionis* definem tecidos hierárquicos e pacíficos internos, no plano externo ainda há uma variação entre anarquia e *pacta societatis*. Direito vinculante *versus*, no limite, um direito internacional não-vinculante. A política internacional só admite como terceiros as figuras do mediador e do árbitro, mas não a do juiz. A face externa do Estado permanece, portanto, mergulhada numa fase anterior, e varia, por conseguinte, entre um piso anárquico, em que são legítimas as soluções pela força, e um teto heteronômico, ou autocrático, de tratados e regulamentos impostos pelas grandes potências, de ordens internacionais ditadas pelas correlações de forças.

No plano interno, Bobbio descreve dois tipos de pactos, os heteronômicos, baseados nas diferenças entre os membros do Estado, com leis elaboradas segundo o ponto de vista e impostas pelos governantes, e os autônomos, ou deliberados pelos cidadãos em condições de igualdade, em que as leis que regulam a vida em comum são consentidas pelos governados. Num deles o eixo da vida em comum é o princípio da autoridade do governante, no outro, o exercício do poder tem limites, pois o eixo são os direitos individuais dos súditos. São dois "tipos ideais",

conforme alerta Bobbio, pois empiricamente podem ser encontradas inúmeras combinações entre ambos. Se as democracias colocam em primeiro lugar a figura dos governados, nelas o Estado é pensado como transparente, para que as ações dos governantes sejam permanentemente acompanhadas e fiscalizadas pelos governados. Em contrapartida, nas autocracias, a regra é a preservação da unidade do corpo social e a solidez das instituições governamentais, o que coloca em primeiro plano as razões de Estado, em quase todos os casos fundamentais, oposta ao princípio da publicidade dos atos públicos. Uma, enfim, baseia-se na liberdade de pensamento e informação, a outra, no controle rigoroso das informações, com restrições significativas à imprensa e à difusão de notícias e opiniões tidas como perniciosas ao Estado.

Bobbio constrói a oposição entre interno e externo com base na evolução do direito positivo e no governo das leis. Desenvolveram-se no plano interno, apesar da diferença entre os Estados de Direito Democrático e Autocrático. Mas não se desenvolveram no plano internacional, que não conseguiu ainda desenvolver um Estado de Direito, mergulhado no Estado de Fato, ou seja, da guerra, ou à sombra da guerra. As duas esferas, contudo, devido a sua autonomia ontológica, exercem influências uma sobre a outra. Como as relações internacionais continuam sob o signo da guerra, nelas, os serviços de informação e as atividades de informação e contrainformação continuam a ter peso decisivo. Embora as democracias, no plano interno, privilegiem o princípio da publicidade dos atos públicos, são obrigadas a adaptar sua política externa à realidade da disputa, curvando-se à necessidade de manter serviços de espionagem, contraespionagem e estabelecendo limites à transparência face às razões de Estado.

No caso de um governo democrático, estes condicionamentos se revelam na dificuldade ou impossibilidade de observar, no concernente à política externa, as mesmas obrigações que ele assume, e geralmente respeita, na política interna. (BOBBIO, 1991, p. 74)

Ou seja, o realista continental europeu italiano, apesar de seu esforço de distanciamento em relação ao realismo americano, admite o que muitos chamam de cinismo provocado pelas razões de Estado, que leva os governos a serem incoerentes, ou a não levar em conta na política externa valores que são

fundamentais para a coesão interna, consagrando uma separação ontológica e axiológica entre as duas faces do Estado.

As relações internacionais constituem o campo mais vulnerável a esse abuso [violação do princípio da publicidade pelos regimes democráticos], e aquele onde é mais fácil lançar mão de escusas e fazê-las aceitar, invocando o estado de necessidade, os interesses vitais do país, as exigências da defesa, o princípio da reciprocidade (uma típica noção do direito internacional), em suma, todos os argumentos da teoria da 'razão do "Estado"', usados para justificar a derrogação das leis jurídicas e morais. (BOBBIO, 1991, p. 75)

A diferença entre direito interno e internacional é a chave para a definição das duas faces do Estado e da bidimensionalidade da política também em Bobbio. Como os atores do direito são agentes de ações-tipo, para pensar a diferença entre as duas modalidades de direito, uma como direito positivo e a outra somente como moral, Bobbio teve que, partindo de uma dicotomia, chegar a uma díade includente, passando pelos terceiros incluídos e excluídos, novamente em oposição dicotômica, do tipo admite ou não admite a figura do juiz. Mas o que lhe permitiu compreender bem as diferenças entre os dois tipos de direito não foi suficiente para compreender a complexidade da política, a interna, porque sob o monopólio da violência legítima não existem necessária e tão somente relações pacíficas e, sob o regime de livre concorrência internacional, não existem somente relações de competição bélica, mas também de cooperação ativa e pacífica. A clareza das construções dicotômicas, com frequência, depara-se com situações empíricas anômalas ou paradoxais. O monopólio da violência legítima, mesmo sob Estados democráticos (que talvez seria mais apropriado chamar de republicanos), por exemplo, não consegue evitar sempre a realidade da guerra civil ou das surpresas eleitorais, uma vez que os processos eleitorais, no fundo, constituem uma forma de institucionalização da guerra civil, que adocica e torna aceitáveis as mudanças, mas que não consegue evitar o afloramento de sentimentos de decepção, tensões abruptas, mudanças drásticas e rupturas das regras do jogo. A ideia da violência em regime de livre concorrência, por sua vez, que explica bem as competições interestatais armadas, não consegue dar conta das relações prolongadas de cooperação econômica ou cultural, a solidariedade entre os povos, assim como os fenômenos contraditórios da globalização, que se aprofundam incluindo e, ao mesmo tempo, excluindo,

reduzindo a fome e a miséria, enquanto aprofundam as desigualdades de riqueza, oferecendo e fechando oportunidades, eliminando velhos e criando novos desafios, aprofundando a divisão internacional do trabalho, a cooperação e a dependência, acelerando as relações de interdependência recíproca simultaneamente ao agravamento das novas formas de competição.

A admissão de uma terceira dimensão para a análise

A separação entre os dois campos da política está menos na própria realidade dos fatos e muito mais na maneira de organizar as informações a respeito da realidade, que depende de uma lógica ou dialética interna ao pensamento. As dicotomias autoexcludentes e autorreferentes seguem a matriz dialética da relação amigo-inimigo, que remete a Carl Schmitt, que não admite posições intermediárias ou transitórias, de acordo com o rigor maniqueísta religioso do “quem não está comigo, aparta” ou “está contra mim”. Ou conforme a fórmula schmittiana segundo a qual “o inimigo do meu inimigo é meu amigo” e “o amigo do meu inimigo é meu inimigo” (BOBBIO, 2009, p. 287). Em decorrência dessa distinção, Carl Schmitt também inverteu a fórmula clausewitziana de que “a guerra é a continuação da política por outros meios”. Para ele, em verdade, a política é que é “a continuação da guerra por outros meios”, pois a verdadeira natureza da política em geral, e da internacional em particular, é o conflito e a disputa de vida e morte entre os Estados. Política é disputa inconciliável e, ao fim e ao cabo, guerra civil, dissimulada ou aberta.

Essa dialética, ou modo de organização das informações, ou ainda modo de produção de conhecimentos, estrutura-se a partir da identificação de polos opostos e na construção de um pelo outro, como pares excludentes mas referenciados, em que a “verdade” de um decorre do seu não-pertencimento ao conjunto compreendido pelo outro e vice-versa. A noção de preto é formada simultaneamente à de branco, pois um adquire sentido positivo como negação do outro. O mesmo vale para a dicotomia direita-esquerda, referente à política interna, uma vez que, no plano internacional, nem sempre os alinhamentos internos e externos coincidem, sendo comuns os governos de esquerda do Primeiro Mundo que fomentam governos de direita no Terceiro Mundo, assim como regimes de esquerda que se aliam a regimes

de direita. Os modos de produção de conhecimentos dicotômicos constroem conceitos aparentados, pois os polos opostos são interdependentes, e um não se sustenta sem o outro. Ambos incluem suas características excluindo as características do concorrente e, ao excluírem o outro, o incluem naquilo que eles não são. Para utilizar uma figura geométrica, tão ao gosto de Bobbio, se poderia dizer que ambos são círculos completamente simétricos e invertidos, que jamais se tocam e que só adquirem sentido um ao lado do outro, por comparação, pois são espelhados. Ambos se definem como o polo positivo e descrevem o rival como o negativo. Os dois se classificam e incluem num grupo excludente ao outro, como partes de duas totalidades externas e impermeáveis. No caso da relação amigo-inimigo, é a noção de inimigo que constitui a de amigo e a de amigo que atribui sentido à de inimigo, em que um depende do outro para adquirir clareza, mas em que um também depende da submissão ou da eliminação do outro para se afirmar, embora, no limite, isso represente uma impossibilidade, pois implicaria a mútua anulação, já que a eliminação do inimigo tornaria sem sentido a noção de amigo. São conceitos interdependentes, mas por exclusão, pois os de um lado só existem em comparação com os do outro lado. Ambos dependem tanto da erradicação quanto da amplificação do prestígio e da glória do rival, pois é nisso que reside a razão e a graça do enfrentamento. Amigo e inimigo, portanto, são siameses e compartilham um destino comum, em que a perda de brilho e o desaparecimento de um implica a desnecessidade e a perda de importância do outro. Nenhum deles admite o outro polo, mas estão umbilicalmente atados, da mesma forma que o senhor e o escravo na dialética hegeliana; nesta, o senhor também depende do escravo, porque se torna escravo da escravidão; são as faces opostas da mesma moeda, pois um extrai sua existência da do outro, tese e antítese, contrariando o princípio schmittiano do *Mors tua vita mea*⁶⁰, pois o desaparecimento do inimigo implicaria imediatamente também no *Mors tua mors mea*⁶¹.

“Na guerra, interna ou externa, não há lugar para o Terceiro”, diz Bobbio em “A díade sobrevive”, capítulo 2 de *Direita e Esquerda* (2001, p. 82). O pensamento dicotômico é, portanto, uma forma de organização do mundo própria da guerra civil, ou do confronto total, com o objetivo irrealizável de extermínio do inimigo. Na política interna, a dicotomia esquerda-direita, ou comunismo-fascismo, espelhada, gera uma

⁶⁰ “Tua morte é a minha vida”.

⁶¹ “Tua morte é a minha morte”.

série quase infindável de outras dicotomias, metade dos polos associada a um lado, metade ao outro: igualdade e não-igualdade, inclusão e reconhecimento ao mérito, público e privado, controle e liberdade, justiça e progresso, inovação e tradição, ênfase aos direitos coletivos ou aos individuais, legitimidade e legalidade, invenção e estabilidade, revolução e ordem, estatização e privatização etc.⁶² Esses conjuntos contrapostos são inconciliáveis entre si e compõem sistemas ideológicos concorrentes na base do um ou do outro, em bloco. Bobbio, a quem é preciso dar o crédito pela iniciativa da análise, como o faria o alfaiate seguro da sua arte ao entregar o terno em relação ao nome do responsável pelo corte do pano, tratando dos dois sujeitos concorrentes, diz no capítulo 2 do mesmo livro, “Extremistas e moderados”, que, numa situação estranha à guerra civil, ou em que a guerra civil é institucionalizada pelo jogo eleitoral, para o funcionamento das regras da maioria e da minoria, é imprescindível supor um terceiro, o centro político. Para alcançar a maioria, nessa situação, é preciso formar alianças que englobem a maior parte do eleitorado, o que exige concessões da esquerda e/ou da direita ao centro. Para configurar essa ideia, ele imagina uma figura unidimensional, uma reta, na qual o centro ocuparia uma posição equidistante entre os dois polos dicotômicos. Para pensar o pragmatismo eleitoral e a composição de alianças, ele coloca em cena uma outra dicotomia, não-ideológica e não-principista, mas de natureza política, que opõe as noções de extremismo e moderantismo. Extremistas seriam as facções puristas e impacientes, ou principistas, que se recusam a incorporar o diferente e não fazem alianças políticas; segundo ele, há extremistas de esquerda e de direita. Moderadas, que também as há de esquerda e direita, seriam as forças mais flexíveis, com molejo político, que levariam em conta, além das questões ideológicas, também a necessidade de ampliar o leque de apoios, fazendo concessões e colocando a realização dos objetivos estratégicos numa escala temporal, ou seja, que podem ser alcançados num prazo mais distante.

Bem consideradas as coisas, o que a revolução e a contra-revolução têm em comum não depende do pertencimento a dois alinhamentos opostos tradicionalmente chamados de esquerda e direita. Se assim

⁶² Neste livro Bobbio faz interessantes reflexões sobre a igualdade e a desigualdade, e fala das estrelas polares das ideologias, discussão que não nos interessa aqui. Sintetiza que a esquerda privilegia a igualdade social e, a direita, a igualdade natural (ao nascer). “Em nome da igualdade natural, o igualitário condena a desigualdade social; em nome da desigualdade natural, o inigualitário condena a igualdade social” (BOBBIO, 2001, p. 122).

fosse, teriam razão os que defendem que a díade deveria ser abandonada, por não servir mais para distinguir posições cultural e politicamente antitéticas. A verdade, em minha opinião, é outra: o que os autores revolucionários e contra-revolucionários, e seus respectivos movimentos, têm em comum é o fato de pertencerem, no âmbito de seus específicos campos, à ala extremista contraposta à ala moderada. (BOBBIO, 2001, p. 69)

Os extremistas operariam somente com a estratégia, os moderados também com a tática. Uns seriam voluntaristas, tentando forçar artificialmente o ritmo e o rumo da história a seu favor. Outros seriam tolerantes, considerando a correlação de forças, com o objetivo de direcionar a mudança conjuntural, mas sem forçar a situação. O diferencial entre eles é a acomodação, ou não, às práticas democráticas. Os primeiros não tolerariam a diferença, os segundos revelariam a disposição de conviver com ela, os extremistas seriam intransigentes, os moderados tentariam usar as regras democráticas em prol de seus projetos de longo prazo. Por isso, na linha reta em que classificava as tendências e partidos políticos, além dos três pontos de referência anteriores (esquerda, centro e direita), ele coloca mais quatro: extrema-esquerda, extrema-direita, centro-esquerda e centro-direita. Isso permitiria visualizar melhor as forças em disputa. Além disso, propõe uma outra figura geométrica, para compreender melhor as alianças, formada a partir da inclinação das duas extremidades da reta para baixo, para transformá-la num círculo. O resultado dessa nova figura é que as duas extremas, esquerda e direita, passam a tocar-se e revelam ter em comum, além do principismo extremista, o voluntarismo e a intolerância. E o centro político, que estava marginalizado no meio do embate entre as duas ideologias que de fato contariam, assume o primeiro plano, como força flexível, suscetível à influência das duas ideologias concorrentes, e de cuja participação nas alianças depende o fiel da balança e a marcha da conjuntura. Esquerda e direita, no novo desenho, ficam nas duas margens do espectro. Influenciam, mas, para adquirir a supremacia, dependem do convencimento e da adesão do centro.

Deve[-se] concluir que ideologias opostas podem encontrar pontos de convergência e de acordo em suas alas extremas, ainda que permaneçam distintas com respeito aos programas e aos fins últimos dos quais depende sua colocação em uma ou em outra parte da díade. (BOBBIO, 2001, p. 70)

A oposição interativa amigo-inimigo de Schmitt constitui uma díade excludente clássica. Trata-se de um modo de pensar, não do único modo de pensar, de uma dialética, não da única dialética possível. Há outros modos de pensar além das díades, como as tríades, formas de organização do conhecimento que operam com três polos, que podem ser mutuamente constitutivos ou excludentes. Se mutuamente constitutivos, eles podem dispor-se de forma linear ao longo do tempo, tese-antítese-síntese, ou sobreporem-se num mesmo presente, como facetas de afirmação-negação-negação da negação, supondo cruzamentos latitudinais e longitudinais. As díades includentes admitem um terceiro polo, um quarto ou até mais, com interações mais sofisticadas. Operam, a propósito, com a noção de todo complexo, que supõe o entrecruzamento e a sobreposição de dialéticas e dimensões – temporais, espaciais, históricas, econômicas, culturais -, com tramas de comunicabilidade menos evidentes e menos atraentes e compreensíveis ao comunicando, mas nem por isso com poder explicativo inferior.

De qualquer forma, embora se possa presumir que os polos interdeterminantes da realidade concreta sejam inúmeros e mudem de sentido, densidade e, até, de natureza, conforme as combinações, a reflexão sobre ela deve buscar os aspectos centrais, apenas as principais determinações e somente os aspectos gerais das dinâmicas, devido às limitações do pensamento e da capacidade de inteligência e transmissão do produto da pesquisa. Se a dialética do real sintetiza uma infinidade de polos, a dialética pensada precisa buscar a reconstituição do real da única maneira possível, como concreto pensado, ou seja, com dialéticas binárias, ternárias ou com variáveis no limite das quantidades pensáveis. Dependendo, por isso, da quantidade de determinações articuladas teoricamente e daquelas às quais se atribui maior poder de organização conceitual é que se estruturam os paradigmas, como modos de produção de conhecimentos. Estes são necessariamente mais reduzidos do que a profusão de facetas da realidade, por definição, e, para compreender bem alguns de seus aspectos, iluminam-nos com seus holofotes conceituais, o que os leva, também necessariamente, a mergulhar frações da realidade completamente nas sombras ou na penumbra. Os paradigmas, ao lado das facetas iluminadas, são constituídos também por seus pontos cegos, aspectos da realidade que a própria estrutura conceitual impede de pensar. Mais do que isso: qualquer modo de explicação

contém também seus “buracos negros”, aspectos da realidade que são tragados para o campo do incognoscível, pontos que não são notados e não constituem objeto da reflexão. Incômodos teóricos ou ruídos “irracionais”.

Para que a explicação dos fatos estudados constitua um corpo coerente, parte dos fenômenos empíricos precisa ser desconsiderada, como se não integrasse a realidade. Esses ruídos podem se tornar tão numerosos e repetitivos, contudo, que fica impossível não percebê-los, embora prossigam desterrados do objeto teórico. Transformam-se, então, em anomalias ou paradoxos do modo de produção de conhecimentos. Os movimentos da própria realidade, dessa maneira, podem tornar anacrônicos determinados paradigmas, transformando-os em interpretações distorcidas da realidade, vulneráveis à confrontação empírica. Alguns desses aspectos “incômodos”, porém, podem ser trazidos da sombra para a luz por renovações nos paradigmas. Outros, contudo, só podem passar para o campo coberto pela análise mediante a mudança de hierarquia conceitual ou a introdução de novas determinações conceituais para que os “concretos pensados”, no linguajar de Marx, abarquem melhor os “concretos vividos”, o que implica em revoluções teóricas, que absorvem, negando, os paradigmas precedentes, oferecendo uma perspectiva mais ampla de compreensão, relativizando as interpretações precedentes.

As revoluções paradigmáticas, por isso, são raras.

As obras de Bobbio analisadas nas páginas precedentes sugerem que os modos de produção de conhecimento triádicos são mais abrangentes e teoricamente compreensivos do que os diádicos. Ele usou uma abordagem com três atores, supondo a admissão de um Terceiro para compreender a transição do Estado Polêmico ao Agonístico e deste ao Pacífico, apenas do ângulo jurídico, como se isso bastasse para compreender a criação do Estado-nação, apesar da admissão da figura do juiz depender também da explicação de outros atores e práticas sociais. Entretanto, a mudança decorrente da admissão desse terceiro ator provocou uma recaída numa dicotomia clássica, a bidimensionalidade da política.

O próprio Bobbio, classificando os Estados em com juiz (Pacífico) e com outros terceiros (Agonístico), passou a pensar com uma díade excludente, em que só haveria duas realidades ontológicas, a da soberania interna e a externa das soberanias em enfrentamentos vitais perpétuos. O pensador italiano, com isso,

como um bom diretor de atores à espera de um dramaturgo, esboçou a silhueta das personagens com elevada pormenorização, mas não traçou o enredo em que elas interagem e se reconstroem em interação. Colocou atores num palco sem cenário, para desenvolver um peça ainda não imaginada. Até chegou a criar falas de grande impacto, mas fora de contexto, ou ambientadas num velho enredo, enfim com um espaço menor do que os atores postos sobre o tablado, camisas menores que o dorso. É que o modo de reprodução dicotômico da realidade impede a compreensão de que ela não é composta somente por agentes, mas depende de um chão histórico, e que a polarização arquia-anarquia é reducionista e, entre os dois polos, cabe admitir ao menos mais uma dimensão da realidade, que não deriva somente e nem está submetida à autoridade do Estado-nação, mas também não está sujeita à anarquia internacional ou à competição violenta pensada somente na relação amigo-inimigo.

Trata-se de uma dimensão da própria realidade, ontológica, de fluxos intensos e contraditórios entre as outras duas, mas que as sintetiza sob uma dinâmica própria, que não se deixa reduzir às daquelas. Essa dimensão não é ordenada nem desordenada, mas reage tanto às ordenações quanto à desordem, ora é mais ordenada, ora menos ordenada, pois, quando se ordena completamente, submete-se a um dos pactos internos, quando se desordena e desequilibra, cai na dimensão da guerra. Configura um espaço de práticas não subordinado à dimensão hierárquica interna, nem situado na dimensão anárquica do embate entre os Estados, mas interage com ambos, pois não se acha submetido ao caráter vinculante dos pactos e normas, embora seja permeável a eles e, sobretudo, àquilo que todos os pactos têm em comum. Não se situa também no plano do igual franqueamento do recurso à violência e da lei do mais forte, pois também é agitado pelas pressões particularistas e reage às correlações de força. É uma faixa da realidade não necessariamente de paz ou de guerra, de cor preta ou branca, mas de meio termo, meia-paz, ou de paz sem lei, meia-guerra, de tensão e competição sem recurso à violência explícita, enfim a dimensão efetiva em que ocorrem propriamente as relações internacionais, ou a política internacional numa definição clausewitziana-liddel hartiana, área que, provisoriamente, chamaremos de zona cinzenta. Situa-se entre as dimensões da estrutura vertical, de subordinação do Estado, e horizontal, ou anárquica, das disputas interestatais, refletindo-se, também, como uma terceira

dimensão, oculta como o inconsciente, entre as duas faces do Estado, mas determinante, como o submundo freudiano, dos comportamentos de suas duas formas de exteriorização.

Se iluminada pela clareza de uma construção teórica, com conceitos articulados e coerentes, essa faixa da realidade talvez perca o tom acidentado, ou este adquira nuances, em *degradé*, o que permitiria tirar uma parte significativa das ações humanas da penumbra para a luz das reflexões sistemáticas e previsões racionalmente sistematizadas, porque ela é o espaço da transição nas relações internacionais e é certamente nela que ocorrem as emergências e decadências de potências.

Zona cinzenta entre o interno e o externo

Liberalismo e leno-stalinismo, como foi dito antes⁶³, embora reclamem atenção para a questão da interdependência econômica, da esfera jurídica, das classes sociais e das desigualdades, não são paradigmas eficientes para interpretar com objetividade os fenômenos internacionais, uma vez que priorizam o julgamento axiológico à análise objetiva. Organizam a reflexão sobre o estrangeiro a partir do nacional – a rigor, a partir de reduzidos tipos de organização política “nacional” -, negando àquele um estatuto próprio, como se estivesse ainda submetido às agruras da história, ao contrário deste, que já teria completado seu ciclo de aperfeiçoamento institucional, ultrapassado a fase dos embates ideológicos e implantado a ciência, já se situando, portanto, na pós-história. Não operam com dois polos, mas somente com um. Constituem modos de pensamento solipsistas, incapazes de pensar o diferente, logo, não dialéticos. A descoberta e a crítica de seus pressupostos, a organização do mundo a partir do ângulo das preferências nacionais transformadas em normas gerais, desestruturou logicamente seus edifícios teórico-ideológicos.

Diferentemente deles, a bidimensionalidade dicotômica do paradigma realista, por sua vez, é seu pressuposto para a interpretação dos fenômenos internacionais. Significou um avanço, pois representou o reconhecimento de outras identidades nacionais e da confluência de soberanias como constitutiva de uma realidade mais ampla que a simples soma das suas partes, explicada pelas correlações de forças,

⁶³ Ver capítulo 1.

ou seja, descrita sobretudo como um ambiente de confronto e submetida ou passível à solução violenta das pendências. Apesar do avanço epistemológico, porém, a bidimensionalidade representa também a vulnerabilidade teórica do paradigma realista, uma vez que ela bloqueia a compreensão das relações não-competitivas entre os Estados, que são visíveis e notórias e, em alguns momentos, essenciais. A compreensão desse aspecto e uma interpretação mais profunda da própria guerra dependem da admissão de uma terceira dimensão, que comporta tanto a cooperação quanto a competição pacífica e as conflituosas. Como também adiantamos⁶⁴, algumas correntes do realismo, sobretudo o europeu, nas suas versões continental e insular, empreenderam grande esforço teórico, para compreender o sistema internacional, ou seja, para pensar não apenas a guerra, mas também a paz, e a Sociedade Internacional como cultura, direito internacional e diplomacia. Revelaram sensibilidade para a terceira dimensão, mas não conseguiram organizar uma pesquisa sistemática sobre ela, pois, no limite, seus esforços sucumbiram à sedução explicativa do conceito de anarquia, o que explica sua dificuldade para observar o mundo de um ângulo mais abrangente.

Essa terceira zona situa-se fora das fronteiras territoriais de qualquer Estado, como as águas internacionais, o espaço sideral e as profundezas do subsolo, e fora do alcance das legislações nacionais, o que talvez implique também na inclusão da racionalidade e da subjetividade individuais no campo compartilhado de toda a humanidade, como conhecimento científico consolidado, valores universais ou filosofia sistematizada. Embora sujeita às pressões de todos os monopólios de uso da força, essa zona não está submetida ao domínio de qualquer deles, não somente porque nenhum ainda adquiriu força para subjugar-lá, mas porque ela decorre das diferenças e funciona como uma espécie de amortecedor entre as pretensões políticas, ambições econômicas e diferenças éticas e culturais. Ela é o espaço geográfico, econômico, jurídico, cultural e comunicacional situado além-fronteiras, no intervalo físico entre os Estados e nos hiatos de legalidade e legitimidade. Mesmo quando lhe é destinada uma lei por um concerto de potências, ou ordem internacional, esta sempre é uma meia-lei, ou uma quase-lei, pois não vinculante e sujeita à anuência dos Estados e à sua incorporação pelas legislações nacionais. É a zona da não-nação no período do Estado-nação, definida como vácuo de soberania, ou de disputas não

⁶⁴ Na segunda parte deste capítulo.

conclusivas entre soberanias, composta pelas áreas físicas e abstratas, morais e éticas, de propriedade e responsabilidade comuns ou coletivas, possuída efetivamente ou reivindicada por todos os Estados, grupos infraestatais, econômicos ou sociais, e indivíduos. Nela vigora a propriedade compartilhada pela comunidade de Rousseau no *Discurso sobre a origem das desigualdades entre os homens*, anterior às cercas, ao roubo e à civilização. Como todos os atores – Estados, grupos supra e infraestatais - podem reclamar seu uso, ela não pertence juridicamente a ninguém e seu desfrute pode ser realizado à sombra ou à revelia das legalidades concorrentes, embora cada uma tenha a responsabilidade pela sua preservação. Cooperação e competição articulam-se nela. Essa dimensão, enfim, formata-se a partir das duas outras, a árquica e a anárquica, mas também as formata, numa relação de interdeterminação triádica. A terceira dimensão oferece uma perspectiva para uma análise tridimensional da realidade mundial como formação social ou como conjunturas transitórias.

Seus limites extremos são as soberanias estatais, de um lado, e a anarquia internacional, que precede o caos, de outro. Todos os atores – estatais e não-estatais, porque mesmo estes têm sede em algum território -, em cada uma das suas subdimensões, que passaremos a chamar de instâncias, atravessam essa faixa, escapando dos controles estatais, tornando, ao longo do tempo, cada vez mais intensas tanto as relações de interdependência quanto as rivalidades entre os Estados, pois elas comportam simultaneamente esforços associativos e de rejeição, de preservação da convivência e de busca de sobrevivência ou supremacia, que vão muito além dos conceitos de *soft* e *hard power*, de Joseph Nye, pois eles são apenas os dois componentes alternativos do *smart power*, opções para a política externa das potências dominantes, que não constituem a dimensão cinzenta, mas apenas se adaptam a suas características.

Essa dimensão, por conseguinte, não é caótica – no sentido de não possuir qualquer lógica interna e nela ser possível qualquer tipo de ação, o que tornaria impossível qualquer discurso sobre ela - nem anárquica, pois, sobre ela não contam somente as relações de força, mas também as de entendimento e da construção de consensos. Ela combina faixas de administrabilidade com espaços anárquicos. Anárquica que é, ela comporta disputa de poder, formando um tipo de estrutura vaga, passível de ser conhecida, mas de forma insuficiente, porque não está sujeita a pre-

visões de médio e longo prazo, em virtude das características da própria realidade. Nenhuma das suas instâncias formadoras se acha submetida às leis de qualquer Estado, nem mesmo às disposições do direito internacional, apesar das intenções compartilhadas em sentido contrário. A dimensão cinzenta é o ponto de encontro simultâneo de forças centrífugas e centrípetas, o que faz com que ela seja flexível, ora ampliando-se, ora encolhendo-se. Ao contrário da política externa dos Estados, que costuma ser impermeável a outras identidades e é rija, e da guerra, que depende da capacidade de obter aquiescência, as instâncias dessa dimensão são elásticas, exigindo igual flexibilidade da diplomacia internacional. Ela não só define seus contornos a partir das pressões dos Estados e da iminência da guerra, mas também pressiona em sentido contrário, influenciando sobre a dimensão interna, dos interesses econômicos e da opinião pública, e limitando o recurso ao uso da força, via diplomacia ou o meio-direito internacional. Se as pressões dos Estados por território ou a ampliação de suas soberanias fazem com que a anarquia internacional também se amplie, reduzindo a zona cinzenta ao mínimo em certas circunstâncias, em outras o incremento das relações econômicas e do intercâmbio cultural costumam ampliar a zona cinzenta, afastando o risco imediato de conflitos, o que não significa o desaparecimento da competição, mas seu deslocamento para outras esferas de afirmação das identidades nacionais face ao estrangeiro, o que reaviva as expectativas em torno da pertinência do direito internacional e coloca desafios mais complexos aos Estados do que o de simplesmente buscar uma situação vantajosa de pressão sobre os rivais.

Os principais efeitos empíricos das interações complexas nessa zona de ninguém e, ao mesmo tempo, sentida como vital por todos, da globalização e da superação da ordem da Guerra Fria serão tratados mais de perto à frente⁶⁵. A seguir vamos tentar somente apontar algumas de suas principais características, que ocorrem sobre as crescentemente mais significativas interdependências ambientais e se agravam face ao quadro de aumento das expectativas de todos os povos e das necessidades dos agrupamentos nacionais e da escassez das riquezas naturais, o que reforça e limita a efetividade das relações de poder ou equilíbrios de forças. Para isso, procuraremos chamar atenção para suas instâncias constitutivas e as maneiras

⁶⁵ Nos capítulos 3 e 4. Num deles se procurará correlacionar principalmente a economia e as comunicações globalizadas com os Estados territoriais. No seguinte se procurará retomar a teoria da guerra, para tentar entender o espaço dos confrontos bélicos no mundo globalizado.

pelas quais elas se articulam⁶⁶. Apesar da complexidade de suas interações, essas instâncias interdeterminam-se, formando estruturas, o que possibilita sua compreensão, não evidentemente por um tipo de análise dicotômica, mas por procedimentos analíticos tridimensionais.

Dentre as instâncias da terceira dimensão, duas são determinantes em última instância, a da política – ou da disputa de poder, a esfera que diz respeito à sobrevivência dos Estados, conforme Martin Wight - e a dos intercâmbios comerciais ou econômicos – em que os Estados procuram obter capacidades no mundo externo para manter a sua coesão interna, proporcionando “boa vida” a seus súditos. Nenhum Estado é suicida ou desistente, por isso nenhum admite ameaças físicas ou simbólicas à sua soberania. Da mesma forma, todos, para sobreviver, são também obrigados a manter por todos os meios a busca da satisfação econômica interna. As demais instâncias da dimensão cinzenta se interdeterminam e algumas podem exercer dominância sobre as demais, no sentido em que Althusser utilizava essas expressões, ao falar em determinação em última instância, que seria exercida sempre pela economia (o modo de produção), e dominação, que representaria o deslocamento da determinação no interior da estrutura, para outras esferas, como a jurídico-política ou a ideológica, sem que isso significasse a eliminação da lógica interna de cada uma⁶⁷.

Esse procedimento analítico permite tratar a terceira dimensão como uma estrutura complexa, logo com uma racionalidade própria, sobre a qual interagem duas influências determinantes, também articuladas à sua maneira, a das soberanias árquicas e a das soberanias em interações anárquicas. Assim definida como objeto de estudo, a dimensão cinzenta pode ser analisada a partir das interdeterminações entre suas instâncias, por dois modos: um sincrônico, para entender como elas se articulam e coesionam, e o outro diacrônico, em que se procura compreender os processos de transformação da mesma estrutura. No caso das relações internacionais, isso significa que elas constituem um sistema, que se dá, portanto, a conhecer, no interior do qual todos os seus atores, sobretudo os estatais, assumem diferentes posições, ora ampliando, ora tendo sua influência relativa reduzida, às vezes emergindo para a condição de grandes potências, às

⁶⁶ Não faz parte de nossa intenção criar aqui algo como uma teoria da zona cinzenta, embora isso possa ser tentado em outros estudos, posteriores a esta tese.

⁶⁷ Ver Louis Althusser, *Pour Marx e Lire le Capital*.

vezes perdendo-a. É essa mobilidade da própria realidade que faz com que o método de compreensão seja o analítico-dedutivo, fundado na história, pois seus processos diacrônicos a tornariam inapreensível aos métodos quantitativo-estatísticos, pois estes, para tratar de seu movimento, são obrigados metodologicamente a imobilizar a estrutura, o que lembra a referência de Sartre⁶⁸ aos pesquisadores que, para tentar compreender os mecanismos que permitem à borboleta voar e viver, as matam e fixam com um alfinete na parede, como se o segredo da mobilidade fosse a imobilidade e, o da vida, a morte. Este tipo de abordagem também costuma reduzir o internacional ao nacional, o que ao invés de facilitar a sua compreensão, desvia a atenção para um outro campo e gera mais paradoxos do que resolve.

Diversamente da simplificação marxista, segundo a qual somente uma, e sempre a mesma, instância seria determinante em última instância, a econômica, o esforço analítico tridimensional sugere a necessidade de operar com duas instâncias determinantes em última instância⁶⁹, uma delas a da sobrevivência, que obriga os Estados a privilegiar a própria integridade, sobretudo pela violência real ou potencial,

⁶⁸ Ver Jean-Paul Sartre, *Questão de método*.

⁶⁹

Figura 5: Comparação gráfica entre as três noções de estrutura

e a outra a dos intercâmbios comerciais; é preciso deixar claro, contudo, que a esfera das trocas constitui uma noção muito mais reduzida que a da economia interna, a qual envolve também a produção, que só pode ocorrer no interior das fronteiras e sob legislações soberanas. Embora mais limitados, os intercâmbios comerciais externos são fundamentais por oferecerem possibilidades de amplificação dos recursos intraterritoriais, o que obriga todos os grupos sociais – o Estado, e as empresas multinacionais, por exemplo – a se reproduzirem permanentemente em escala ampliada.

A instância da segurança desdobra-se a partir das ameaças permanentes a que está sujeita a soberania dos Estados, que podem ser extintos ou anexados por outras unidades, o que faz com que cada um seja obrigado a zelar pela sua própria sobrevivência e, sempre que possível, prevenir as ameaças antes que elas se materializem, ampliando suas alianças, sua faixa de defesa ou atacando antes de ser atacado, buscando a supremacia.

A esfera das trocas diz respeito às oportunidades oferecidas pelo exterior para que cada Estado, ou mesmo povo, supere seus limites internos na busca da coesão interna, mediante o progresso material e a oferta de condições de vida mais favoráveis a sua própria população. Uma das instâncias é a militar e consiste na constante preocupação com a defesa, o que exige preparação também para o ataque. A outra é a do comércio mundial, a que as economias nacionais são constrangidas a aderir para se aproveitar de matérias-primas de maior qualidade e menor preço, de mercados capazes de absorver seus produtos e de tecnologias capazes de reduzir o tempo de fabricação dos produtos e aumentar a produtividade do trabalho. Se a primeira garante a sobrevivência das comunidades organizadas, a segunda proporciona efetividade interna no embate contra os limites da natureza. A esfera da segurança é eminentemente competitiva, embora medidas de comum acordo possam ser adotadas pelos Estados, como forma secundária, de garantia da integridade e do controle territoriais.

A economia implica, em primeiro lugar, cooperação, mas o comércio externo se estrutura de maneira competitiva. Uma depende da outra, pois os esforços de segurança passam pelo custeio, assim como o transporte de riquezas só é possível graças à proteção oferecida pela frota naval; as reservas naturais, além disso, dependem da segurança prestada pelos serviços de espionagem, a força aérea e as tropas terrestres. Ambas são determinantes em última instância porque dizem res-

peito à própria continuidade do grupo social e do Estado, pois aqueles que não se previnem contra as ameaças externas ou não conseguem oferecer perspectivas de vida a seus súditos correm o risco de desaparecer. São determinantes em última instância também porque a realização prática de sua função na estrutura pode forçar um peso momentâneo mais decisivo de outra instância, como a financeira, a cultural e/ou a tecnológica.

Aprofundando a sensibilização para a tensão entre sobrevivência do Estado e interações comerciais mundiais, as duas determinantes em última instância da dimensão cinzenta, neste e nos próximos parágrafos, faremos uma reflexão sobre a dicotomia proposta pelo liberal Richard Rosecrance, que opõe comércio e guerra como alternativas estratégicas excludentes, para demonstrar que ela é simplificadora e não consegue dar conta da complexidade do real⁷⁰. Para ele, ao longo da história, duas estratégias, a territorial-militar e a comercial, constituíram opções para a tomada de decisões pelos estadistas, sempre em termos da relação custo-benefício. Se, na maior parte do tempo, era mais prudente apelar para o uso da força, para a ampliação de territórios, após as relações de interdependência criadas pelo comércio mundial, tornou-se mais racional tentar obter a submissão por operações de compra e venda, que ao mesmo tempo permitem relações, inclusive de domínio, pacíficas.

A escolha das nações entre pôr ênfase especial na concepção comercial ou na político-militar em suas relações internacionais é influenciada por dois fatores. Se a guerra for fácil de implantar, a vitória muito provável e a assimilação dos territórios ocupados relativamente simples, os Estados tenderão a preferir o uso da força militar em sua política externa. Pelo contrário, quando a guerra tiver custo alto, for difícil de implementar, e se seu desenlace for incerto ou se os territórios conquistados forem difíceis de governar, enquanto as estratégias comerciais puderem assegurar boas perspectivas de crescimento econômico, esta última será a escolha racional. (ROSECRANCE, 1986, p. 58)

As escolhas racionais de Rosecrance, portanto, residem na dicotomia entre política e comércio, que equivalem a guerra ou paz, como se, na maior parte da história, a guerra fosse a alternativa econômica mais vantajosa, mas, após a Segunda

⁷⁰ Apesar do simplismo ao tratar a opção entre a guerra e o comércio em termos de valores econômicos (e, por conseguinte, morais), no próximo capítulo atribuiremos a Rosecrance o crédito pela percepção de que a globalização provocou também a regionalização econômica e viabilizou a sobrevivência de Estados especializados na oferta de poucos tipos de produto e até mesmo de um único, como créditos financeiros, o que revela o caráter em parte moralista das críticas à desindustrialização de muitas economias avançadas.

Guerra Mundial, em virtude da globalização econômica, aprofundamento da divisão do trabalho e criação de interdependências, essa escolha tivesse se tornado irracional, justificando seu primado de que quem comercia não guerreia, pois a competição comercial é sempre cooperativa e seria irracional eliminar o concorrente ou o fornecedor, pois isso implicaria em perdas para ambos os lados e, assim, o vitorioso também sairia derrotado. Para ele, a lógica da história teria simplesmente eliminado uma das formas de relação interestatal, aposentando a prática da guerra. Para chegar a essa conclusão, atribuiu valores axiológicos invertidos às duas opções, tornando-as compartimentadas e impermeáveis. Reduziu a guerra à violência egoística por territórios e o comércio à busca de ganhos pela eficiência, mutuamente proveitosa, mesmo porque, segundo ele, dependendo das circunstâncias, todos os atores são ora compradores ora vendedores. A simples observação dos fatos, porém, põe sob suspeita esse dualismo simplista, uma vez que impõe a constatação de que as atividades militares ou comerciais não se reduzem à interpretação mais visível de emprego da violência ou vender e comprar, mesmo porque há vários tipos possíveis de guerra e de relações econômicas entre os povos.

A ideia de que a guerra é uma decorrência da estratégia de ampliação territorial, ou do imperialismo típico da Antiguidade e da expansão marítima europeia moderna, pode até englobar as guerras de defesa do território, ou anti-imperialistas, mas não explica as de defesa de soberanias dinásticas, as campanhas religiosas, os períodos de paz baseados na força das ordens westfalianas, as guerras ideológicas e as preventivas às ameaças ao *status quo*. Não são cobertas por essa interpretação do emprego da violência pelos Estados, por exemplo, as guerras da Coreia, do Vietnã, a guerra Irã-Iraque, os bombardeios israelenses ao Líbano e a seu próprio território, na Faixa de Gaza, bem como as invasões recentes do Iraque, do Afeganistão, a pressão antiproliferação nuclear sobre o Irã e a guerra preventiva contra o terrorismo⁷¹. O modelo rosecranceano de guerra não explica, ainda, as guerras feitas com objetivos econômicos, não para a implantação de relações de troca justas, mas para a obtenção privilegiada de determinadas matérias-primas, como a Guerra do Canal de Suez, em 1956, para garantir o fornecimento de petróleo e os monopólios

⁷¹ Como a guerra é ambiente da reciprocidade, em que um lado está autorizado a replicar as iniciativas do outro, como até os antigos chineses sabiam desde Sun Tzu, as campanhas militares contra organizações infraestatais provocam reações da mesma natureza e conflitos de impossível solução.

das petrolíferas ocidentais, e as guerras para a conquista de mercados⁷², como a expedição naval autorizada pelo presidente Millard Fillmore (1850-1853) à Baía de Uraga, no interior do Japão, a partir de onde o almirante Matthew Perry posicionou as canhoneiras em 14 de julho de 1853 e intimou o já decadente xogunato Tokugawa a abrir os portos, o que foi conseguido no ano seguinte, e a comerciar com os Estados Unidos.

Rosecrance, em todo caso, não propôs uma teoria da guerra, o que alivia as eventuais cobranças a respeito da não cobertura de um grande volume de conflitos pela sua noção de estratégia territorial-militar. Sua preocupação, em *A expansão no Estado comercial – Comércio e conquista no mundo moderno*, é mostrar como, apesar de também envolver competição, o comércio pode embasar uma estratégia que leva à paz, não como correlação de forças, mas como resultado da interdependência. O reducionismo dessa proposição reside na ideia de que a economia internacional pode ser conceituada da mesma forma que a interna, explicada desde os clássicos, como David Ricardo e Karl Marx, a partir do pressuposto teórico da troca de valores equivalentes. Isto porque, sem esse pressuposto, a economia política seria impossível, pois colocaria conceitualmente em cena fatores arbitrários e subjetivos, como a esperteza ou a cupidez, o que tornaria impossível uma reflexão lógico-sistemática sobre ela. Apresentando o pressuposto teórico indispensável para compreender o funcionamento do modo de produção capitalista, em *O Capital*, ele diz que “[...] o lucro obtém-se vendendo a mercadoria pelo seu valor” (MARX, tomo I, 1973, p. 233). Com efeito, recuperando as lições dos clássicos, Marx, antes de convidar o leitor a ingressar no recinto privativo das oficinas (em cuja entrada uma placa adverte: “*No admittance except on business*”), onde se opera o milagre da produção de um valor novo, a partir do consumo de uma mercadoria obtida mediante a troca de equivalentes, diz que, positivamente, na esfera da circulação de mercadorias são trocados equivalentes em termos de valores, pois, se não fosse assim, aquele que ganhasse na venda perderia o seu ganho na compra. O segredo do lucro e do enriquecimento, portanto, não poderia ser explicado pelas operações de compra e venda, mas pelo uso de uma mercadoria especial cujo valor de uso é a produção de valor, a força de trabalho. Para isso é necessário partir do pressuposto de que o pre-

⁷² O fato de a teoria do imperialismo, como visto no capítulo 1, não explicar o fenômeno da guerra não elimina o fato de que um dos tipos de guerra é a imperialista.

ço realiza o valor, ajustado num jogo livre de oferta e procura entre as partes, e que este é a condição de possibilidade de quaisquer intercâmbios.

É muito possível vender mercadorias a preços que se desviam de seu valor, porém esse desvio aparece como uma infração da lei da troca. Em sua forma normal, a troca de mercadorias é um intercâmbio de equivalentes, e, por conseguinte, não pode ser um meio de lucrar. (MARX, 1973, p. 166)

Logo depois, Marx comenta que o segredo da acumulação de capital, ou a lógica da reprodução ampliada do capital, expresso pela fórmula D-M-D', ao final da qual se tem um valor em dinheiro superior ao do início, é outra fórmula que expressa a transparência do mercado, D-M-D, em que as mercadorias são trocadas efetivamente pelo seu valor, levando a explicação do capitalismo para o mundo da produção e da criação de novos valores.

Nosso possuidor de dinheiro, que todavia ainda é um capitalista na situação da crisálida, tem que comprar primeiro as mercadorias por seu justo valor, depois vendê-las pelo que valem, e no entanto retirar ao final um valor maior do que o antecipado. A metamorfose do homem do dinheiro em capitalista tem que ocorrer na esfera da circulação, e ao mesmo tempo não produzir-se nela. Tais são as condições do problema. *Hic Rhodas, hic salta!* (MARX, 1973, p. 173)

Para Marx, portanto, somente uma das frações do capitalismo seria produtiva, pois ela adendaria novos valores à riqueza social. As outras frações – financeira, comercial e rentista – seriam improdutivas, na medida em que não levariam à incorporação de novos valores, embora tenham papel essencial para a circulação ou a realização dos novos valores.

A lógica da reprodução do modo de produção capitalista, antecipada pelos clássicos da economia, e os mecanismos da globalização, antecipados por Marx, contudo, não são suficientes para a interpretação das economias pré-capitalistas ou para analisar a economia mundializada, principalmente a financeira. A este propósito, o próprio Marx, ao identificar a natureza do modo de produção capitalista, deu-se conta que seria necessário entender como um sistema de troca de equivalentes pode originar-se da pilhagem ou da troca de não-equivalentes, e teve que dedicar toda uma seção do primeiro livro d' *O Capital*, a oitava, à acumulação primitiva, em que a formação desse modo de produção é explicada como resultado da expulsão dos

camponeses da terra, para a concentração da terra em poucas mãos e a formação de uma numerosa força de trabalho livre nas cidades, a incorporação das ferramentas num maquinismo independente e a acumulação de grandes capitais, simultaneamente à formação do mercado, como um processo não-racional e arbitrário, descrito, da mesma maneira que em Rousseau, por uma expropriação, ou roubo, original. Como as marcas do pecado original, a acumulação primitiva é um aspecto que nunca vai ser apagado pelo capitalismo real, pois se, no plano interno, a troca de equivalentes tornou-se a regra principal das trocas, no plano externo seguiram numerosos os casos de pilhagem e de troca de inequivalentes. A obtenção de mercadorias sem a oferta de outras por valores aproximados corresponde à entrega de riquezas em virtude de um ato de força ou de esperteza. Se uma parte do comércio internacional pode ser compreendida pela troca de equivalentes em termos de valor-trabalho e se isso representa um estímulo para a preferência política por ações de cooperação e ela justifica o discurso da interdependência globalizada de Rosecrance, diversamente dele, contudo, uma outra parte, que não é insignificante, é composta pela troca de valores desiguais, ou de inequivalentes, em decorrência de preços artificiais, políticas de *dumping* ou do protecionismo a determinados setores internos. Estes não se viabilizam por operações normais de compra e venda, mas pela coerção. Grande parte da riqueza das grandes nações sequer tem origem em trocas, uma vez que resultam de ações imperialistas de expropriação de recursos naturais.

Como se percebe, não é só Rosecrance que propõe um modo reducionista de interpretação da política internacional, uma vez que o próprio Marx, apesar do seu internacionalismo proletário e de ter lançado as bases para a reflexão sobre o fenómeno posterior da globalização, ao insistir na troca de equivalentes, também produziu um ferramental carente para compreender o comércio internacional, pois, nele, além da troca de equivalentes, ainda hoje tem carácter central a troca de inequivalentes, já que ela continua constituindo um espaço privilegiado de acumulação primitiva (ou forçada).

Para maior clareza acerca da terceira dimensão, é preciso acrescentar que a circulação internacional de riquezas é, ainda, o espaço em que se dão, e são legitimadas, práticas definidas como delituosas por todos os Estados, como o contrabando, a circulação de dinheiro ilegal e os tráficos de armas e de drogas, cujos capitais

se misturam com os demais, perdem a cor e os odores de origem e passam a ser igualmente cobiçados como investimentos na economia global.

A escolha de uma das estratégias, a territorial-militar ou a comercial de Rosecrance, é, portanto, uma falsa opção, pois os Estados são forçados a inserir-se num quadro em que ambas, simultânea ou alternativamente, são necessárias. Uma é mutuamente causa e efeito da outra; as diferenças em termos de poder costumam ser antecedidas ou sucedidas por diferenças em termos de riqueza entre as nações. Além disso, ainda que se admitisse a possibilidade de superação histórica de uma dessas esferas, digamos a político-estratégica, ainda assim, na outra, a tensão entre os polos de cooperação e competição tenderia a se acentuar.

As duas instâncias determinantes da terceira dimensão sofreram os impactos das duas mudanças agudas ocorridas na segunda metade do século XX, que alteraram profundamente a estrutura internacional: o final da Guerra Fria e a autonomização dos processos de globalização econômica, financeira e comunicacional. O final da Guerra Fria, com a desagregação da URSS, pôs término a um período de 46 anos de ordem internacional bipolar e de corrida armamentista nuclear e convencional entre as duas superpotências. Os EUA emergiram dela como a única hiperpotência – a única superpotência militar convencional do planeta, controlando mais de metade do orçamento militar global, alianças com dois terços das demais potências e na vanguarda da tecnologia bélica, com 24% do Produto Mundial Bruto e na liderança incontestada dos sistemas financeiros e da pesquisa científica. Embora a sucessora da URSS, a Federação Russa, tenha perdido o estatuto de superpotência mundial, tendo herdado os arsenais nucleares soviéticos, continua uma superpotência atômica, compartilhando somente o poder de intimidação global com a hiperpotência. No plano militar, o pós-Guerra constituiu uma ordem ao mesmo tempo unipolar – pois os EUA tornaram-se imprescindíveis para a solução de qualquer problema de segurança em qualquer ponto do planeta, por terra, mar, ar ou pelo espaço - e bipolar – uma vez que a Rússia, embora tenha perdido a operacionalidade convencional e sua área de influência, conservou os arsenais nucleares da URSS.

A aceleração dos processos de globalização, por seu lado, ocorreu em outra temporalidade. Desde o final da década de 1970, com o fim da ordem econômica baseada na conversibilidade dólar-ouro de Bretton Woods, portanto duas décadas antes do final da Guerra Fria, o comércio mundial já assumira a condição de polo

dinâmico das economias ocidentais nacionais, aprofundando a divisão de trabalho, a desindustrialização dos países desenvolvidos, transferindo indústrias para o Sul, em busca de mão de obra barata, fragmentando e reestruturando as cadeias produtivas, mas gerando interdependências entre as economias nacionais e os mercados globalizados, o que provocou mudanças profundas no perfil do capitalismo e mesmo do trabalho. A instância comercial, por isso, pelo menos no que se refere aos embargos econômicos de países, em virtude de questões políticas, como foi o caso do Iraque a partir de 1991, e do Irã, desde a década de 1990, cujas sanções foram agravadas em 2010 pelo Conselho de Segurança da ONU, foi dividida por Joseph Nye e Robert Keohane em duas, uma classificada como *soft power* e, a outra, como *hard power*, coercitiva ou impositiva, para forçar Estados a adotarem comportamentos diferentes dos de sua preferência. Embora as alterações produzidas pela globalização econômica tenham contribuído para a perda de competitividade do Leste Europeu e para o desenvolvimento do neoliberalismo econômico, endereçado para a redução do papel das instituições estatais, não é isso que nos interessa aprofundar nesse momento, mas somente apontar que a zona cinzenta entre a anarquia internacional e as soberanias particulares também pode levar ao enfraquecimento de alguns Estados, não pelo caminho da guerra, mas pela via das interações e da complexificação econômicas, inclusive porque ela introduz a dependência tecnológica e financeira, ao lado de uma grande velocidade no ritmo das trocas, produzindo uma quase contemporaneidade entre operações a partir dos mais diversos pontos do planeta, criando uma temporalidade que os ritmos das instituições estatais não conseguem acompanhar. Nada disso pode ser pensado a partir da conceituação reducionista liberal e neoliberal. A ótica do lucro, mediante a circulação cada vez mais intensa do capital, além disso, incentiva o aproveitamento das diferenças entre as legislações nacionais e os hiatos de soberania – os espaços de ninguém -, estimulando práticas tidas como criminosas, em graus variados, por todos os Estados, como o contrabando e a corrupção que, dessa maneira, também se tornaram facetas da globalização econômica. Devido aos descompassos entre as legislações nacionais e aos hiatos de soberania, o globalismo também produziu os paraísos fiscais, espécie de buracos negros da legalidade compartilhada ou capitais territoriais estratégicos da fração financeira do capital, a partir dos quais ele reincorpora capitais ilícitos e pressiona a circulação de dinheiro.

O comércio internacional e as soberanias nacionais estão em tensão constante, tornando lícitas nas zonas cinzentas, ou nas áreas sob a soberania de Estados marginais, práticas delituosas para outros Estados. A lógica da reprodução globalizada de capitais, fundada na aceleração da circulação, associa o ilícito nacional com o lícito internacional e o Dinheiro Sujo é absorvido pelo Mercado Financeiro e transformado em Dinheiro Limpo: DS-MF-DL. Em função disso, a soberania nacional é arranhada, as instituições estatais perdem o poder de controle, as legislações nacionais deixam de ser vinculantes, mas os Estados adaptam-se, participando dos ciclos de reprodução do capital, drenando capitais, independentemente de sua origem, estimulando a importação de conhecimentos tecnológicos e peticionando nos organismos internacionais contra o protecionismo, admitindo a circulação de mercadorias ilícitas em seu território, tolerando a evasão de divisas ou o contrabando contra suas mercadorias. Esses processos colocam em cena novos atores internacionais, como as grandes empresas transnacionais, os grupos financeiros e organizações infraestatais. Nesse novo quadro emergem temas para a Ciência Política, como os ambientais, o dos direitos humanos e acerca dos novos papéis do Estado.

... A dominação das instâncias determinadas...

As principais, considerando que há outras, instâncias não-determinantes da zona cinzenta funcionam como condutos das determinantes em última instância e podem assumir papel dominante nesse sistema volátil, criando ambientes a que mesmo as determinantes são condicionadas: a financeira, a comunicacional, a cultural, a científico-tecnológica e a do direito. Elas padronizam valores éticos, criam expectativas, emoções e reações gerais, gerando indignações ou esperanças e correntes de opinião internacionais, que em geral, em ritmos desiguais conforme as conjunturas, influem sobre a opinião pública interna, levam a novos consensos e tratados ou à criação de instituições inspiradas nas do direito positivo interno. Eventos como a destruição de Cartago, em II a.C., a noite de São Bartolomeu, no último quartel do século XVI, as condenações da Santa Inquisição, na tormentosa transição do medievalismo para a modernidade, o holocausto, durante a Segunda Guerra, a explosão das bombas atômicas de Hiroxima e Nagasáki e genocídios, como os de Ruanda ou do Kosovo, embora envolvendo povos distantes ou culturas diferentes,

causaram comoção internacional, apesar das diferenças acerca de como se poderia definir o “internacional” de cada momento. São fatos dos quais se tem somente notícia, que passam da instância comunicacional para a cultural, como indignação moral, e desta para a do direito, tipificados como atos criminosos e sujeitos a sanções. Desde o final do século XX e início do XXI, em função da globalização comunicacional, as denúncias contra violações aos direitos humanos ou ao meio ambiente passaram a crescer em progressão geométrica. No início do XXI, os ataques às torres gêmeas do World Trade Center (WTC) foram transformados em espetáculo mundial macabro pelos meios de comunicação, alertando a respeito da explosividade das diferenças civilizacionais. As denúncias acerca do emprego de mentiras dos serviços secretos para justificar a Segunda Guerra do Golfo e a respeito do emprego de tortura contra prisioneiros contribuíram para desqualificar moralmente as ações militares da hiperpotência.

A instância dominante na fase da globalização posterior à Guerra Fria é a financeira, secundada pela científico-tecnológica e a comunicacional, que vêm forçando o Estado a se redefinir, evidenciando a limitação de suas competências e a redução de sua agilidade para continuar a cumprir antigas funções soberanas no período da simultaneidade e da instantaneidade. Dominante na zona cinzenta, ela inibe o uso da força (a instância determinante da segurança), amplia a divisão de trabalho e o comércio mundial, subordinando as frações internas do capital produtivo. Deixando para outra ocasião seu desenvolvimento teórico, dedicaremos as quatro partes numeradas abaixo a uma apresentação das instâncias que interagem entre si e com o comércio mundial e a instância da segurança na zona cinzenta:

1ª) As finanças mundializadas, que escapam ao controle do Estado-territorial, invertendo as relações entre capital produtivo e circulação de dinheiro;

2ª) A nova revolução científico-tecnológica, que reduz as distâncias, aumentando as velocidades;

3ª) A globalização comunicacional, que aproxima culturas diferentes e generaliza valores;

4ª) As instâncias cultural, do direito e ambiental.

Trataremos, a seguir, cada uma delas de modo econômico, falando o mínimo indispensável para situar com alguma clareza o ambiente dos próximos capítulos da tese⁷³.

1ª) As finanças mundializadas. A especificidade dos intercâmbios financeiros é que eles constituem trocas diretas de dinheiro por dinheiro, sem a intermediação aparente de mercadorias com valores de uso diferentes. É o seu fetiche. Neles a fórmula D-M-D' – em que M, a rigor, deveria ser M-M', significando, o primeiro, algumas mercadorias específicas, como matérias-primas e força de trabalho, e M', uma nova mercadoria, fruto do trabalho produtivo - é substituída pela expressão D-D', em que um volume de capital é trocado por um volume maior, recebido algum tempo depois, independentemente do repouso temporário na condição de mercadoria, ou de um estágio na esfera produtiva.

Na fase atual da economia mundial, caracterizada pela dominação dos intercâmbios financeiros, que adquiriram a aparência de autonomia total face à produção de riquezas, como se o dinheiro tivesse adquirido vida e capacidade de procriação, essa instância da zona cinzenta produziu especialistas acadêmicos que, como alopatas, procuram entender a parte pela parte, e interferir sobre ela, independentemente do todo dentro do qual ela interage, como se os fluxos de capital explicassem a si próprios e o dinheiro e o câmbio tivessem uma lógica imanente, reduzida à relação entre oferta e procura. As abordagens alopáticas têm como ponto de partida a constituição de um mercado financeiro mundial, que acontece num plano que escapa às soberanias estatais, fascinando-as e subjugando-as, com uma velocidade fantástica, volumes astronômicos de dinheiro e investimentos financeiros em cascata, cada vez mais imprescindíveis à movimentação das economias locais e à sobrevivência de alguns Estados.

Reagindo a esse encantamento, em nome do marxismo, uma importante corrente acadêmica alerta que esse sentimento radica sobre a ignorância da centralidade da produção e que, rigorosamente, ele constitui o aviso da hecatombe final do capitalismo. Dentre os autores que propõe esse tipo de interpretação, cabe citar o mais conhecido, François Chesnais, organizador de coletâneas com títulos sintomá-

⁷³ Dedicados à relação entre espaço físico e suas formas de reapropriação pela circulação de capitais financeiros e de informações e à relação entre globalização e guerra.

ticos como *A mundialização do Capital*, *A mundialização financeira* e *A finança mundializada*. Para ele,

[...] não são mais os bancos as instituições dominantes, e sim os mercados financeiros e as organizações financeiras que neles atuam. (CHESNAIS, 1996, p. 258)

A título de exemplo do que o economista francês denomina “hipertrofia” dos capitais financeiros, Mendes Nina cita que o mercado de eurodólares que, em 1952, movimentara o equivalente a 2 bilhões de dólares, operou 4,5 bilhões em 1960 e triplicou esse montante anualmente, chegando a 160 bilhões em 1973, antes da crise do petróleo. Em 1987 já estava em 4,5 trilhões e chegaria a US\$ 45 trilhões em 2002⁷⁴, superando a soma dos PIB de todos os países. As considerações sobre as abordagens inspiradas na velha guarda teórica leno-stalinista, segundo a qual o trabalho fabril tem um valor axiológico superior a qualquer outro, seriam desnecessárias, pois elas não acompanharam os movimentos da realidade, perdendo força explicativa e credibilidade política. O diálogo com esse esforço redivivo do marxismo é necessário, contudo, porque ele conserva prestígio acadêmico e, da mesma maneira que os enfoques alopáticos, constitui uma simplificação brutal da complexidade dos intercâmbios financeiros, impedindo uma análise mais abrangente da sua dominação sobre a instância dos intercâmbios comerciais. Dessa forma, para analisar as interações complexas que se dão na zona cinzenta é preciso espantar os buracos negros também desses paradigmas. Ilustrando o “susto” provocado pela novidade financeira, Chesnais diz que “até os maiores bancos parecem anões” em comparação com os fundos de seguros e resseguros, dos quais participam organizações para-sindicais, formadas com recursos da aposentadoria e da poupança de trabalhadores. Segundo ele, em 1990, os mercados de obrigações já estariam mundialmente interconectados, com capitais da ordem de 3,78 trilhões de dólares, 36% dos quais já controlados por sindicatos.

A fração financeira coexiste com as demais ao longo do desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista e, a rigor, o antecedeu historicamente, pois os bancos medievais já tinham um importante setor financeiro, especialista em usar várias vezes o mesmo dinheiro depositado pelos correntistas. Mediante as operações de em-

⁷⁴ Ver Alexandre Mendes Nina, A teoria da estabilidade hegemônica e os desequilíbrios cambiais no mundo pós-Bretton Woods, in: *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 253-254.

préstimo, redepósito e reempréstimo, os banqueiros sempre souberam como transformar o meio em fim e atribuir valor de uso ao valor abstrato, usando diversas vezes simultaneamente um mesmo montante de papel-moeda em operações casadas e superpostas, dando vida a um equivalente universal inanimado, como que o fazendo multiplicar-se por si próprio. Desse modo, aparentemente “fabricam” dinheiro graças à velocidade da circulação, rivalizando com o Estado, que sempre reteve o monopólio da emissão de moeda⁷⁵. Essa impressão adquiriu proporções inéditas quando os intercâmbios financeiros assumiram papel dominante sobre as trocas de mercadorias e os produtos comercializados se diversificaram, incluindo até bens imateriais como tecnologia, conhecimento e artes, no período da finança mundializada, conforme Chesnais. Superados os entraves políticos da Guerra Fria, o capitalismo expandiu-se por todo o planeta, passando a formar fundos com todos os tipos de poupança, de grandes empresas a trabalhadores e simples aposentados, constituindo mercados virtuais e de futuros, com recursos disputados pelas grandes empresas, multinacionais ou locais, imprescindíveis para a redução dos custos de produção, a abertura de novos mercados e, inclusive pelos Estados, para resolver seus problemas de caixa, os balanços negativos e a dívida pública.

As organizações financeiras, como os bancos comerciais, os bancos de desenvolvimento, os bancos de investimento, as financeiras, as sociedades de crédito imobiliário, as sociedades de poupança e empréstimo (APEs) e as empresas seguradoras são intermediárias financeiras. Juntam pequenos depósitos ou pagamentos de muitos indivíduos ou empresas para emprestar somas relativamente grandes a empresas, governos ou indivíduos. (WONNACOTT; WONNACOTT, 1994, p. 129)

As teorias da história do capitalismo financeiro, aí incluídos os clássicos da economia inglesa e o marxismo, sempre atribuíram papel secundário aos bancos no funcionamento e desenvolvimento da indústria, definindo-os como não-produtivos ou, até, improdutivos, não só porque, às vezes, levam ao desaparecimento de setores produtivos, mas porque introduzem uma faixa de arbitrariedade que confunde a lógica da formação das riquezas. Algumas abordagens retomaram ideias pré-capitalistas que definem o dinheiro do banqueiro emprestador como capital usurário, embora necessário à arrecimação de recursos pelo comércio ou a indústria. Os

⁷⁵ Ver Paul e Ronald Wonnacott. *Economia*. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

clássicos da economia, sobretudo Adam Smith e David Ricardo, e Marx jamais pensaram os juros como nascidos da própria circulação de dinheiro, mas como uma remuneração pelo empréstimo de recursos, compartilhando, portanto, as novas riquezas produzidas por outros em outro lugar, o mundo da produção, onde se criam bens materiais. O trabalho do banqueiro ou do bancário, do comerciante ou do comerciante, portanto, seriam improdutivos e seu pagamento se originaria da mais-valia extraída do operário pelo industrial.

A renda territorial, o juro e o lucro industrial nada mais são do que *nomes* para exprimir as diversas partes da mais-valia de uma mercadoria ou do trabalho não-remunerado, que nela se materializa, e todos provêm por igual *desta fonte e só desta fonte* [...] É o empregador capitalista quem extrai diretamente do operário esta mais-valia, seja qual for a parte [dela] que, em última análise possa reservar para si. (MARX, tomo III, 1973, p. 306, grifos do autor)

Essa ideia a respeito do trabalho direto, ou transformador da natureza, independentemente de seu valor científico, adquiriu um valor axiológico na tradição marxista, como se todas as outras formas de trabalho fossem apenas aspectos das instituições do mando, elementos auxiliares do capitalista industrial “extrator”, ou “sugador”, de mais-valia. Haveria, portanto, uma determinação direta da fração produtiva do capital sobre as não-produtivas, da fábrica sobre a circulação, o comércio, as finanças e o Estado. As outras frações do Capital não incorporariam novo valor, mas se beneficiariam dele; o trabalho dos empregados dos setores improdutivos seria, ele também, improdutivo, embora o próprio Marx, em outras partes de *O Capital*, tenha se manifestado sobre duas modalidades de mais-valia, a absoluta e a relativa, relacionadas com a composição orgânica do Capital, em capital constante e variável, em textos de menor popularidade entre seus apóstolos mais apressados. A mais-valia absoluta seria obtida mediante o aumento da jornada de trabalho ou a intensificação do ritmo da produção e, a relativa, mediante o emprego de meios de produção (com maior massa de capital constante), que aumentariam a produtividade da hora de trabalho.

Quase um século e meio depois de *O Capital*, de mudanças profundas na composição orgânica do capital, e da incorporação ao mundo do trabalho de máquinas que praticamente fizeram desaparecer a figura do trabalhador rural, ou camponês, destruíram as linhas tayloristas de produção, reduziram as unidades fabris e

tornaram grande parte dos raros remanescentes dos antigos operários em técnicos altamente qualificados, ao tempo em que organizaram amplas redes de vendas e escritórios repletos de novos profissionais, como técnicos de *hardware* e programadores de *software*, os novos pensadores inspirados na velha doutrina marxista continuam a operar com o mesmo valor axiológico da força de trabalho. Para essa tradição teórica, os professores, bancários, técnicos de computação, tratoristas e comerciantes ainda compõem a força organizada e assalariada de pressão dos sanguessugas sobre os sobreviventes dos antigos operários. Não se trata de discutir aqui a teoria do valor, para ampliar ou não a relação dos diversos tipos de força de trabalho ou mesmo para resgatar a lógica da economia, mas de estabelecer como a axiologia embutida nesse paradigma impede a interpretação do real, causando espantos cognitivos. O próprio Chesnais, a propósito, diz que as cascatas de investimentos e reinvestimentos estão criando um mercado fictício, pois os valores astronômicos não teriam mais relação com as riquezas efetivas existentes na sociedade.

É então absolutamente normal que [os fundos] tenham transformado a especulação em fonte de lucro, buscada por si mesma. (CHESNAIS, 1996, p. 269)

Segundo ele, o “segredo da multiplicação dos pães” seria a especulação. E o mundo financeirizado, na verdade, seria apenas o mundo de uma incontrolável ganância e espiral inflacionária, de ganhos ilegítimos e imorais, com lucros “nascidos das canetas dos contadores”, constituindo uma bolha capaz de provocar falências e miséria, mas, ela própria, fadada a explodir, levando junto todo o sistema. Apesar das crises cíclicas e, sobretudo, da crise do *subprime*, a partir de 2008, o sistema não ruiu e a instância dos intercâmbios financeiros continua dominando a das trocas comerciais internacionais, mantendo influência decisiva sobre as economias nacionais. Uma virtual ampliação da teoria do valor para outros setores do amplo mundo do trabalho, portanto, talvez seja também necessária, para entender como a economia globalizada funciona, para o que é imprescindível deixar de lado os paradigmas mecanicistas unilineares, mas esse também não é nosso propósito aqui.

2ª) A nova revolução científico-tecnológica. A ascensão da instância financeira à condição de dominante dentro do sistema formado pela terceira dimensão – o que lhe permite apropriar-se da maior parte da mais-valia mundial real, e não moralista -

só pode ser compreendida a partir da terceira onda, ou da revolução tecnológica, o desenvolvimento da robótica e da cibernética, os computadores com grande capacidade de armazenagem de dados, as redes de computadores e a Internet.

As técnicas de automação simplificaram as linhas de produção, eliminando postos de trabalho, aperfeiçoando a qualidade de operações mecânicas e reduzindo drasticamente os custos dos produtos manufaturados. Em consequência da mudança na composição orgânica do capital, a maior agregação de valores passou da indústria pesada e de bens de produção (máquinas e equipamentos) para a de bens imateriais, os setores de desenvolvimento de tecnologias, sobretudo de comunicação. Os computadores permitiram às organizações fabris, comerciais, estatais e, sobretudo, as bancárias, passar a armazenar e operar com precisão grandes volumes de dados, realizando complexas operações de controle e projeções. As redes de computadores e a Internet, mediante a comunicação instantânea, permitiram a pessoas localizadas em pontos distantes comunicar-se imediatamente, o que facilitou a fragmentação das linhas fordistas e a implantação de linhas de produção em zigue-zague, conectando pontos diversos do planeta. Isso ampliou o controle central sobre as diversas etapas do trabalho, viabilizou a busca de mão de obra mais barata, reduziu o impacto das lutas sindicais e estimulou, por um lado, relações de interdependência técnica entre os mais diversos *locus* de produção e, por outro, a desindustrialização do Hemisfério Norte e o deslocamento de empresas poluidoras ou onerosas do ponto de vista trabalhista para o Sul.

No que se refere ao sistema bancário, a modernização traduziu-se em postos de autoatendimento, em que as operações básicas são realizadas pelos próprios clientes, com o consequente barateamento dos serviços graças à redução do quadro de funcionários. Conectando terminais e centrais de dados por todo o mundo, o sistema financeiro passou à era da instantaneidade, permitindo operações imediatamente vinculantes entre suas unidades nos mais diversos pontos do planeta, mobilizando grandes somas de recursos ou deslocando-os de uma praça a outra, em busca de maior rentabilidade para o capital ou em fuga de riscos. A Internet, curiosamente nascida como uma tecnologia militar, desenvolvida para preservar dados e a comunicação mesmo em caso de ataque nuclear, acabou se transformando na mais poderosa ferramenta de controle mundial pelas movimentações financeiras.

A terceira revolução tecnológica provocou a mudança mais profunda já ocorrida nas relações espaço-temporais, eliminando as distâncias e obstáculos geográficos e, pelo menos no que se refere aos intercâmbios financeiros, possibilitou a criação de um único espaço mundial, em que a soberania dos mercados se sobrepõe e ludibria as soberanias estatais. As diferenças longitudinais ofereceram ao sistema financeiro a possibilidade de esticar seu dia útil a 24 horas, migrando de um país a outro conforme os fusos horários, transferindo seus estoques financeiros de uma praça que está encerrando o expediente bancário para aplicá-los em outra, que o está abrindo. Não é por outra razão que as grandes praças financeiras e os paraísos fiscais, como forma de reconfiguração do espaço planetário, distribuem-se conforme os meridianos.

O capital financeiro passou a movimentar-se a uma velocidade no mínimo igual à da rotação da Terra, dando pelo menos uma volta diária ao planeta. O entrar-e-sair de capitais desnorteia os controles estatais e os investidores locais esperam ansiosamente seu retorno às bolsas na manhã seguinte, inclusive do dinheiro especulativo. O sistema está também apto a monitorar todas as bolsas de valores em tempo real, reagir às medidas governamentais ou alarmes de crises, deslocando seus ativos de uma praça para outra em segundos, mecanismo que também cria as profecias autorrealizáveis, em que as previsões provocam reações de fuga em cadeia, as bolhas especulativas, tornando em realidades as suas previsões.

Os chamados mercados financeiros começaram o século XXI em condições de aproveitar em favor da valorização dos seus investimentos as diferenças de legislação entre os países, os hiatos de soberania, migrando seus ativos conforme as maiores oportunidades de valorização e reagindo às soberanias estatais, colocando seus capitais imediatamente a salvo das mudanças de legislação ou do rigor da fiscalização. O Estado, dessa forma, perdeu grande parte da eficácia política de controle sobre o conjunto das ocorrências no seu território, pelo menos sobre as atinentes a uma questão nevrálgica como a da economia.

O controle do Estado sobre o conjunto de seu território e suas incursões políticas sobre territórios estrangeiros têm um caráter vertical, de imposição de cima para baixo, ou de fora para dentro, forçando reconfigurações espaciais, sociais e temporais. Quebram solidariedades cristalizadas e disciplinas legitimadas pelo tempo e o costume. Introduzem a variedade em lugar da unidade, o dissenso em lugar do

consenso, mas, em regime de monopólio, conseguem estabelecer uma nova autoridade e um novo consentimento dos governados e sua obediência, formando um novo consenso. Desconfiguram o território e o reconfiguram. Destroem verticalmente lealdades horizontais, interferindo sobre os valores e o cotidiano das pessoas, mas estabelecem outros códigos, normas e espaços de convivência submetidos às mesmas leis. A globalização econômica também opera de maneira vertical, mas não sobre o conjunto de uma unidade territorial, uma vez que age sobre pontos selecionados do território conforme suas potencialidades de reprodução dos capitais investidos. A estes são destinados investimentos e meios de produção modernos, juntamente com a exigência de retorno, para a remuneração do capital.

Com as novas rotinas de trabalho são implantados nesses pontos novas temporalidades, ou novos ritmos e cadências de produção. As normas e regras vigoram somente no espaço da firma e, portanto, só atingem os contratados e durante o expediente contratado. Embora se espalhem em ondas pelas circunvizinhanças, as novas temporalidades aceleradas não alteram simultaneamente a temporalidade do restante da unidade territorial, mas fazem com que ela passe a comportar simultaneamente várias cadências e ritmos temporais. Funcionam como corpos estranhos, implantados verticalmente, na dimensão horizontal das existências cotidianas dos trabalhadores e, por consequência, influem sobre suas famílias e os entornos. Propagam-se, mas são atenuadas pelos valores e a convivência contíguos. Em consequência da eleição de alguns pontos como destino das unidades produtivas, outros são escolhidos como pontos fornecedores de matérias-primas ou como destinos para os produtos, ou seja, mercados consumidores. O traçado entre eles forma tramas e tecidos, conectando, por cima dos espaços horizontais, redes de pontos interdependentes dos novos ritmos, vinculadas a pontos indutores situados no exterior. A introdução da dinâmica da globalização num ponto da localidade significa a subordinação deste a uma matriz distante, a uma temporalidade alienígena que todavia repercute mas não é vinculante para o conjunto da comunidade. Assim, um ou mais pontos da localidade passam a viver sob pelo menos três temporalidades distintas, a lenta do cotidiano, a subordinada/legitimada do Estado e a intensa imposta de fora.

A sobreposição de pontos e redes sobre um mesmo território, ao tempo em que fragmenta lealdades e submete as comunidades a cadências contraditórias e ritmos descompassados, aliena as pessoas entre si, em relação a seu passado co-

mun e à sua região, de acordo com Milton Santos, escapando ao controle do Estado⁷⁶.

O Estado, que perde funções de controle dentro de seu próprio território, expropriado dos meios de fazer valer suas próprias normas, adapta-se às dinâmicas do capital globalizado e, para se aproveitar também dos novos conhecimentos tecnológicos e das injeções de capitais, oferece partes de seu território e age sobre seus súditos, para torná-los dóceis às novas formas de produzir, consumir e viver.

3ª) A globalização comunicacional. Outra faceta da globalização, com repercussões não menos intensas sobre as funções tradicionais do Estado e a realidade intelectual, emocional e simbólica contemporâneas, é a comunicacional, ou da comunicação social, envolvendo sobretudo o jornalismo, a radiodifusão, a televisão, a Internet e as redes sociais, que retiraram das redes de igrejas e dos aparelhos ideológico-educacionais o duopólio sobre a formação do universo emocional das populações.

As relações do indivíduo com sua família, a vizinhança local, o território de seu país e o restante do mundo passaram por diversas mudanças ao longo do século XX, que atravessaram ao menos duas grandes etapas com naturezas distintas. A primeira foi a da despersonalização e da generalização, com a formação de massas culturais. A segunda, atualmente ainda nos estágios iniciais, é a da recuperação da individualidade, estabelecendo a interatividade e um egotismo exagerado, mas com potencial de recuperação de um coletivismo ativo. Na primeira etapa das revoluções comunicacionais, alteraram-se tanto a noção de individualidade quanto os sentidos de pertencimento à nação e à espécie humana, em virtude da redução do tempo e encurtamento das distâncias físicas, devido ao aumento das velocidades e o desenvolvimento dos meios de comunicação social. Na segunda, todas essas relações estão sendo recolocadas em questionamento, com a ascensão do indivíduo conectado que, além de bem informado, pode ser também um produtor de notícias. Ambas tiveram como consequência a perda do monopólio pelo Estado sobre a informação da opinião pública. Esse controle teve que ser compartilhado, inicialmente, com grandes empresas de comunicação, a maioria delas com sede no estrangeiro e, hoje, sofre o desafio de organizações não governamentais (ONGs) e até de indivíduos

⁷⁶ Como veremos mais à frente.

por meio das chamadas redes sociais. O uso dessas tecnologias de informação está na base das dificuldades enfrentadas pelos EUA para legitimar suas políticas para o Oriente Médio e Ásia Central (apoio permanente e incondicional a Israel, guerras do Iraque e do Afeganistão e pressões nucleares contra o Irã) e também na rápida expansão dos movimentos antiautocráticos da juventude árabe no início de 2011.

No início, a publicidade massiva adquiriu importância central na sociedade de consumo, induzindo as pessoas a ingressar no mercado e criando novas hierarquias de *status* social conforme o acesso às novidades colocadas no mercado. Propaganda e informação passaram a se confundir, assim como ficção e realidade. Mudaram também a valorização pública do afeto pessoal e das emoções públicas, enquanto a indústria cultural tornou-se um ramo a mais dos negócios, atraindo capitais conforme a audiência e as taxas de retorno dos anunciantes, e a notícia tornou-se uma mercadoria como qualquer outra. Os meios de comunicação de massas ganharam importância crescente, graças às novas conquistas tecnológicas e ao desenvolvimento de novas técnicas de comunicação, que privilegiaram o público em relação ao pessoal, o geral em relação ao local e o espetacular face às rotinas cotidianas. A existência de novos meios técnicos e o fortalecimento das empresas responsáveis pelos grandes jornais metropolitanos permitiram a criação de agências de notícias, que passaram a abastecer as redações com notícias “frescas” de todos os pontos do planeta, gerando monopólios da informação. Embora determinada internacionalmente pela instância dos intercâmbios comerciais e, internamente, pela da produção industrial, a esfera comunicacional assumiu papel dominante na sociedade globalizada.

A rapidez da comunicação e a formação de plateias globais criaram emoções coletivas e uma única temporalidade imediata independente das diferenças linguísticas e culturais, que levariam o canadense Marshall McLuhan a descrever a sociedade do final dos anos 1950 e começo dos 1960 como “aldeia global”⁷⁷ e o francês Ignácio Ramonet a denunciar a qualidade da informação e do jornalismo das décadas de 1980 e 1990 como “tirania da comunicação”⁷⁸. Seja como for, para o bem ou para o mal, se demorou meses para que a notícia da descoberta da América chegasse à Europa, e muitos anos para que atingisse o grosso da população, bastaram algumas horas para que o grande público ficasse sabendo pelo rádio do final da Segunda

⁷⁷ Ver *O meio é a mensagem* [1967], publicado no Brasil pela Editora Record em 1969.

⁷⁸ Ver *A tirania da comunicação*, Vozes, 1999.

Guerra Mundial, na Europa, em 1944, com a tomada de Berlim, e, na Ásia, em 1945, com a rendição do imperador Hiroito, após dois bombardeios atômicos. Entretanto, o choque do segundo avião de grande porte contra as torres gêmeas do WTC, no 11 de setembro de 2001, foi testemunhado no próprio momento de sua ocorrência por dezenas de milhões de telespectadores em todo o mundo.

Os meios de comunicação tornaram o mundo menor, aproximando continentes distintos, mas provocaram alienação em relação aos fatos locais. O mundo, para o consumidor de informações, passou a ser somente o espetáculo noticiado, com a importância e da maneira que os fatos passaram a ser embalados pelos meios de comunicação, principalmente a televisão, paralelamente à banalização da existência cotidiana transformada numa sucessão desprovida de sentido de fatos pessoais irrelevantes. Conforme Ignacio Ramonet, até os fatos concretos tornaram-se pretextos para os espetáculos televisivos, pois os meios de comunicação e a sociedade-espetáculo inverteram os polos: a criatura se voltou contra o criador, como se a verdade fosse a notícia e o mundo real tivesse se tornado uma ilustração da dimensão ficcional.

A lógica da televisão impõe-se, portanto, à vida. A retransmissão é justa, verdadeira, é o real que é falso. (RAMONET, 1999, p. 40)

A influência que os meios de comunicação de massa adquiriram sobre a formação da opinião pública foi, portanto, outro fator de redução do papel do Estado, sobretudo nos países democráticos, em que existe liberdade de imprensa e os governantes são selecionados pelo sufrágio universal. Mesmo nos países em que há censura e a difusão de informações é limitada, os governos enfrentam dificuldades crescentes de controlar sua opinião pública, pois a população tem um acesso a cada dia mais fácil e barato aos informativos estrangeiros. O noticiário econômico dos grandes veículos da mídia mundial, da mesma forma, passou a influir sobre os investidores, contribuindo para o entusiasmo com determinados investimentos ou para a disseminação do pânico, em outras circunstâncias, provocando a fuga em massa dos investidores de determinados papéis ou mercados, o efeito manada, que derrubou no final dos anos 1990, dentre outras, as economias argentina, russa, mexicana e brasileira.

Utilizando meios técnicos cuja base são os hiatos de soberania, como a transmissão de dados por satélite, e concebida para continuar em operação independentemente de qualquer acidente físico na Terra, inclusive um ataque nuclear, a Internet foi logo incorporada aos ramos financeiro e bancário, para dar maior velocidade e segurança à circulação de dinheiro, mas em seguida também migrou para a esfera da comunicação de massas. Graças a ela, organizações não governamentais e até indivíduos estão se tornando atores internacionais, com capacidade de influir sobre as conjunturas mundiais e constranger Estados, principalmente o da hiperpotência. Estações de TV alternativas, como as árabes situadas no Catar, Web-TVs, ONGs de todos os tipos, das ambientalistas às de defesa dos direitos humanos, passando pelas fundamentalistas islâmicas armadas, aproveitam-se dos desníveis das legislações nacionais, e das preferências de governos locais, para a instalação de transmissoras, reprodutoras, provedores e sedes mundiais ou regionais, o que reduz os riscos e torna ineficazes a censura, o controle de pauta e, mesmo, os pactos com os grandes meios de comunicação nacionais (mídia e grandes redes de TV).

A instância comunicacional passa, atualmente, por uma outra revolução, cujos efeitos podem comprometer um dos elementos até aqui definidores da soberania e constitutivo da determinação em última instância da segurança: o segredo de Estado. Um dos exemplos mais notáveis dos efeitos da nova capacidade de pequenos grupos de indivíduos de invadir sistemas altamente protegidos e desarmar a diplomacia e as forças armadas das grandes potências foi o vazamento, efetuado pelo site Wikileaks, no final de outubro de 2010, de cerca de 400 mil documentos a respeito do Iraque e 15 mil sobre o Afeganistão, com novas denúncias de extrema gravidade sobre o comportamento das forças armadas americanas e aliadas nas duas guerras movidas atualmente pelo país. Os documentos informam sobre novos casos de crueldades e infrações aos direitos humanos e aos direitos de prisioneiros consagrados pelos tratados de Genebra.

4ª) Cultura, direito e meio ambiente. A globalização comunicacional também intensificou o contato de povos com culturas, costumes e religiões diferentes, tornando mais presentes os conflitos de valores e imediatizando os confrontos civilizacionais,

numa realidade entrecortada pela divisão de trabalho e as interdependências do comércio internacional.

Diferenças conhecidas vagamente tornaram-se presentes e imediatas. O inimigo deixou de viver longe, mas passou a dividir o cotidiano do telespectador. Estados, que já enfrentavam dificuldades crescentes para fazer valer suas leis sobre as movimentações financeiras e a circulação de mercadorias ilícitas, perderam a capacidade de censurar ou controlar os meios de comunicação, pois as programações ou notícias proibidas tornaram-se acessíveis ao público pela mídia estrangeira ou pelas redes sociais. O controle das informações inclusive de conteúdo moral tornou-se limitado, pois crimes, como os duelos entre torcidas de times de futebol, passaram a ser agendados pela Internet; simultaneamente surgiram redes sociais para o tráfico de drogas, de fotos e até de pedofilia. Os Estados perderam a eficácia até para garantir o sigilo de seus arquivos e documentos guardados sob a rubrica de muito secretos.

As instâncias comunicacional e cultural da terceira dimensão, embora determinadas em última instância pelos intercâmbios comerciais, assumem a condição de instâncias dominantes, ou seja, passam a condicionar as demais e, assim, tornam-se centrais para a análise concreta das situações concretas. Com tudo isso, problemas como os referentes aos direitos do consumidor, dos direitos humanos e do equilíbrio ambiental tornaram-se dominantes na formação da opinião pública. Os Estados já não conseguem exercer em regime de monopólio a formação moral de seus súditos, ao tempo em que a opinião pública começa a impor temas e tipos de abordagem dos temas aos partidos políticos. Nesse quadro, amplia-se a zona cinzenta, a esfera de práticas que escapa aos controles soberanos, o que, conseqüentemente, reduz também a possibilidade de uso da força nas relações internacionais. Os paradigmas que não conseguirem projetar alguma luz sobre essa dimensão da realidade, portanto, só serão capazes de produzir análises a cada dia mais capengas da formação internacional e das suas conjunturas.

A elasticidade da tridimensionalidade

A eficácia de uma teoria, segundo Morgenthau⁷⁹, tem que ser aferida por um duplo teste, o da sua coerência interna e o empírico, ou seja, tem que resistir ao confronto com todas as situações conhecidas. A problematização da zona cinzenta só se tornou possível e necessária a partir do final da Guerra Fria e das globalizações dos negócios, das finanças, das tecnologias e das comunicações e, mesmo, das populações, em virtude da aceleração das correntes migratórias. É a possibilidade de reflexão que, de alguma forma, leva à formulação das questões, ou como queriam Hegel e Marx, a resposta seria a genitora do problema.

A recente sensibilidade para a zona cinzenta, contudo, não significa que ela seja uma novidade histórica e que só tenha se introduzido no período contemporâneo entre os Estados e entre as duas faces de cada Estado. Ao contrário, como se trata de uma dimensão ontológica, deve-se supor que essa instância tenha origem na própria existência de algum tipo particular de soberania em meio a um ambiente anárquico ou caótico. Sempre existiu, portanto, apesar de a significação da palavra *sempre* ser excessivamente abrangente e a despeito de as explicações anteriores de situações passadas não se darem conta da sua centralidade ou mesmo da sua presença. Esse conceito, por conseguinte, embora fundamental para o entendimento das ordens internacionais posteriores à Guerra Fria e às globalizações, pode contribuir para as pesquisas das relações internacionais passadas. Em cada uma delas, entretanto, é preciso conceituar a zona cinzenta, estabelecendo as relações entre suas instâncias, definindo as determinações e pertinências que regulam as interações árquico-anárquicas.

Resumindo as dezenas de páginas anteriores para finalizar este capítulo, a terceira dimensão é a área de ninguém entre as soberanias particulares e as esferas internas não submetidas ao mando estatal, e as que sofrem os efeitos de todas as soberanias, como um espaço de sobreposição de sombras; é uma área, como acabamos de mostrar, formada por várias esferas, ou instâncias, em relações de interdeterminação, com uma formação complexa e sujeita a mudanças conjunturais bastante rápidas. Por isso pesa sobre as duas primeiras dimensões, interagindo com

⁷⁹ Ver capítulo 1.

elas. Ela é a área em que as correlações de forças são apuradas, mas é bem mais que isto, pois abarca desde a instância das trocas comerciais até a do imaginário de cada povo a respeito do estrangeiro. Comporta desde o não-jogo com possibilidade de jogo até a disputa intensa das guerras de conquista. São seus limites extremos.

Ela, ainda, não é homogênea, pois o cinza é uma cor que comporta meios-tons, várias gradações. E não tem um tamanho físico constante nem sempre a mesma morfologia, pois é uma dimensão elástica, ora mais extensa, ora mais reduzida, variando das relações quentes e ásperas do choque direto pela guerra total às mornas da troca de produtos materiais e imateriais até as geladas, em que assume a forma de um abismo concreto intransponível, atravessado somente pela ponte da imaginação. Em qualquer caso, é uma faixa que se constitui como de segurança ou como caminho até o outro, ou aos outros, opções representáveis respectivamente por um círculo fechado ou um plano com possibilidades tanto para a expansão quanto para o assédio.

O outro e a terra-de-ninguém são constitutivos da identidade dos povos, pois cada um se define de uma maneira positiva, face a si mesmo, negativa, relativa ao outro, e indefinida, em relação à zona cinzenta, de uma maneira ao mesmo tempo concreta – no que diz respeito ao território, riquezas naturais, mobilidade, acessibilidade, tamanho, qualificação e mobilização da população, volume e diversidade da economia, organismos estatais, forças de defesa etc. - e abstrata – referida a simbolismos, valores éticos, sociais, religiosos e outros. É em função de tudo isso que as legislações e governos nacionais se justificam e estruturam noções de pertencimento e não-pertencimento, de amigo, inimigo, aliado, neutro e indiferente como terceiros atores admitidos.

Possivelmente o esforço concreto mais remoto de ultrapassagem da zona cinzenta seja o dos aventureiros, seguido pelos viajantes, curiosos, turistas, estudiosos e mercadores. Alguns registros dessas passagens são formais, outros, orais, em narrativas incorporadas às lendas. Cada uma dessas narrativas embute uma forma de busca da própria identidade a partir das diferenças com os estrangeiros e as formas de acesso a eles. Mesmo os grandes impérios da Antiguidade, cada um deles unipolar no seu mundo conhecido, como o sumério, o chinês, o hindu e o romano, separados uns dos outros por grandes distâncias territoriais e políticas, tinham relações circunstanciais entre si, pois conferiam um

sentido ao desconhecido a partir da curiosidade pessoal (dos viajantes e turistas) ou sistemática (dos estudiosos), mas não sistêmica (dos Estados, se é que se pode chamar de Estados a estrutura de suas instituições de controle coletivo). Esses impérios expandiram-se até seus confins por relações de domínio, mediante a sujeição dos vizinhos e novos vizinhos pela força, impondo um tipo de paz, ou *pax*, duradoura. Mas, entre eles, não houve sequer guerras ou aspiração de domínio, somente curiosidade. A zona cinzenta entre as cidades e povos no interior dos impérios foi praticamente eliminada pelo domínio físico, restando apenas o estranhamento simbólico face a presença do dominador e das leis estrangeiras. Entretanto, era infinita em relação aos outros impérios, pensada como um abismo, que só podia ser atravessado pelo imaginário, representando uma convergência entre o completamente estranho e o mundo simbólico de alguns súditos da elite do império.

A dimensão cinzenta tem dimensões elásticas: ela cresce e decresce. Quando ela se amplia, o risco de enfrentamento entre os Estados pela guerra torna-se menor; quando ela se reduz, a possibilidade da guerra torna-se mais presente.

As relações entre suas instâncias são cambiantes: ora uma é a dominante, ora é outra. Suas instâncias, enfim, são flexíveis⁸⁰: o peso da capacidade de constrangimento, da criação de dependência pelas trocas comerciais, do poder de sedução pela cultura. Se as instâncias pudessem ser representadas por uma

⁸⁰ Na figura a seguir são mostradas, e somente com retas, apenas as projeções da “Soberania A”, embora todas tenham projeções semelhantes, com entrecruzamentos que criam um emaranhado de influências e ampliam o fundo da fuga, ou seja, a zona cinzenta:

Figura 6: Representação das nuances da zona cinzenta.

metáfora com três tonalidades de cor, que se atravessam em espirais, talvez se pudesse dizer que: 1) O cinza escuro representa a faixa de segurança, que envolve de maneira mais consistente o entorno territorial de cada unidade soberana e projeta traçados cada vez menos espessos até as faixas escuras das outras unidades soberanas; 2) O cinza médio significa a faixa de interdependências dos produtos e riquezas, que começa com faixas grossas a partir de cada unidade soberana e se ramifica em fios mais tênues que chegam e penetram em outras unidades soberanas; 3) O cinza claro poderia representar a faixa das sedução, por meio da cultura, valores e da comunicabilidade, que também conectam unidades, penetrando o interior de todas. Em todas elas há competição e cooperação, mas a primeira é mais competitiva e menos cooperativa; a segunda equilibra os dois elementos e a terceira é mais cooperativa do que competitiva. Quando as duas últimas se tornam pouco significativas, a área cinzenta se torna menor. Quando elas se tornam mais relevantes, a terceira dimensão se dilata. Por isso, as proximidades comercial e cultural significam ampliação da zona cinzenta e reduzem o risco de enfrentamentos. Entretanto, como as instâncias dos intercâmbios culturais, éticos e estéticos também são competitivas, quando as rivalidades se agravam excessivamente, isso pode reduzir a cooperação, tornando mais relevantes as interações pela força.

Nas ordens westfalianas, os intercâmbios comerciais eram intensos e crescentes, mas fundamentalmente competitivos, em que as trocas de equivalentes eram menos significativas que as de inequivalentes, fazendo com que o equilíbrio entre os Estados fosse determinado sobretudo pelas capacidades de coação. Isso se traduzia em formas instáveis de relações de domínio, equilíbrio de poder e em instabilidade permanente para todas as unidades políticas. Na ordem bipolar da Guerra Fria, cada um dos blocos ampliou sua zona cinzenta interna, mediante intercâmbios comerciais, culturais e ideológicos crescentes, aumentando a cooperação e reduzindo a competição, adotando internamente intercâmbios comerciais sobretudo de equivalentes; entretanto, a relação entre os dois blocos foi ditada pela competição tanto de poder quanto comercial e ideológica, com reduzidas formas de cooperação; isso pode ser representado como uma redução inédita da zona cinzenta, tornando iminente o choque entre os dois sistemas, desfecho ao final evitado pelo risco do embate nuclear. Na situação pós-Guerra Fria, cuja definição ainda precisa de uma análise mais detida da zona cinzenta, pode-se dizer que

houve um afrouxamento das tensões militares, embora o duopólio nuclear tenha se tornado um polipólio em expansão, com uma ampliação das práticas cooperativas e da terceira dimensão, mas com interações culturais competitivas em expansão. Nela ganharam importância as relações hegemônicas, em detrimento das de domínio. Vamos examinar, nos próximos dois capítulos, as correlações da instituição Estado com o crescimento das interdependências econômicas e culturais sobre o território e a prática da guerra com as globalizações, para, depois de sensibilizar melhor a zona cinzenta, arriscar a sugestão de algumas fórmulas interpretativas para as conjunturas contemporâneas, capazes de compreender as emergências e transições.

Capítulo 3

Globalizações e soberania

“O mundo parecia clamar, com progressiva intensidade, por soluções supranacionais para os problemas supranacionais ou transnacionais, mas não havia nenhuma autoridade global com a capacidade de tomar decisões políticas, para não falar do poder de executá-las. A globalização sai de cena quando se trata de política, seja interna, seja internacional”.

Eric Hobsbawm

(Globalização, democracia e terrorismo)

Globalização, no sentido do conjunto de fenômenos posteriores à década de 1960, na descrição de Hobsbawm, ou, mais precisamente, na acepção da mundialização financeira posterior ao final da Ordem de Bretton Woods é uma novidade histórica. Sua compreensão não pode ser esvaziada pela comparação reducionista com outros eventos como as conquistas romanas, a expansão colonialista dos séculos XVI e XVII ou mesmo a ampliação das fronteiras econômicas ou do imperialismo no século XIX e na primeira metade do XX.

Esse capitalismo é profundamente diferente de seus predecessores históricos. Ele é global e está estruturado, em grande medida, por uma rede de fluxos financeiros. (DUPAS, 2001, p. 43).

O entendimento dessa novidade não pode ser rebaixado pela noção simplista de somente mais uma forma de salto para fora, pois trata-se de um fenômeno mais complexo que, sob a forma aparente de relação entre estrangeiros, envolve o relacionamento simultâneo com todos os estrangeiros e a inserção numa dimensão diferente, irreduzível à de qualquer das unidades em interação, que está reformatando até o sentido e a estrutura de cada uma das identidades nacionais. Globalização, enfim, pode ser um conceito voltado para discernir uma realidade diferente da abrangida pela ideia de estrangeirização. Enquanto esta é uma noção constituída pelo binômio excludente nós-outros, aquela supõe uma variedade de

nós, uma diversidade de outros e, fundamentalmente, uma terceira dimensão, uma ampla área não sujeita às legislações nacionais, um tecido multifacetado, o ambiente sobre o qual as soberanias, todas elas e não somente algumas, e cada uma delas à sua maneira, são obrigadas a interagir em competição e simultaneamente em cooperação.

O emprego das mesmas palavras com conotações e implicações teóricas distintas, e até antagônicas, é uma das características da globalização, pois ela criou um “patrimônio” simbólico comum do qual cada tipo de abordagem apropria-se de uma maneira diversa e arbitrária, gerando uma torre de Babel e debates que mais confundem e justificam preconceitos ideológicos do que esclarecem a realidade. Para restituir algum sentido ao debate é imprescindível esclarecer a acepção em que são usadas algumas expressões, distinguindo-a do seu emprego em outros corpos conceituais. O objetivo da precisão conceitual não é o esclarecimento definitivo da totalidade dos fenômenos, mas apenas o de explicar da forma mais satisfatória a maior quantidade possível de fatos, reduzindo o volume de anomalias. Nenhuma teoria, a propósito, é capaz de resgatar o conjunto de milhões de liames que tecem a realidade, e são mais aceitáveis e duráveis as que conseguem apreender as determinações mais significativas. Com a pretensão somente de explicitar o sentido atribuído aqui à palavra *globalização*, faremos mais duas considerações, para discernir o seu uso como sinônimo de imperialismo do referente a um fenômeno histórico inédito.

O uso da palavra *globalização* na acepção de *estrangeirização* embute dois significados espelhados, o de nacionalização do estrangeiro e o de desnacionalização, ou perda da própria identidade nacional pela ação de estrangeiros. Um está associado às ideias de civilizar, cristianizar, europeizar ou, mais recentemente, americanizar⁸¹. O outro significado espelhado relaciona-se ao sentimento de vítima da expropriação dos recursos naturais ou descapitalização nacional. Esses significados justificaram ações nacionais dos conquistadores, colonizadores, catequistas e imperialistas ou dos movimentos de libertação locais, embora em certos casos particulares a mesma forma de classificação do mundo supusesse outros valores morais e outros atores, como, por exemplo, “comunização”

⁸¹ Em outras situações, o mesmo modo de produção de conhecimentos procurava dar conta de realidades diferentes e até antagônicas, como islamizar, hinduizar, comunizar, germanizar ou russificar etc.

ou “anti-russificação”, na Europa Oriental, sobretudo no caso da Polônia durante a Guerra Fria, ou, ainda, “germanização” ou “anti-nazificação”, durante a Segunda Guerra Mundial. Nesta acepção mais estrita, portanto, globalizar corresponderia a desnacionalizar e envolveria hoje uma conotação crítica aos Estados Unidos, procedimento conceitual limitador, que dificulta o entendimento da real natureza do fenômeno. Isto porque, mesmo antes da globalização propriamente dita, durante as fases imperialista ou oligopolista do capitalismo, as grandes corporações, ao se estabelecerem em território estrangeiro, além de participarem da desnacionalização daquelas economias, também se submetiam às legislações locais, ou seja, paradoxalmente sujeitavam seus investimentos financeiros e tecnológicos a outra soberania e, assim, fortaleciam outro Estado. A este propósito é útil lembrar que as multinacionais americanas, ao instalarem filiais em outros países, se criavam dificuldades para a sobrevivência das concorrentes locais, ao mesmo tempo tornavam-se GM ou Ford brasileira, argentina, mexicana ou indiana, submetidas às leis e à autoridade do Estado-sede; fenômeno semelhante ocorria com as estatais soviéticas que, ao criarem subsidiárias em outros países, estas também se submetiam às legislações e aos interesses dos Estados locais, como a poderosa fabricante de tanques de guerra KMDB (Karkhiv Morozov) que, na Ucrânia, desenvolveu blindados próprios e, depois da independência política, apesar da diferença de regime e ideologia, continuou a produzir armamentos pesados para o novo governo e para exportação. Mesmo na fase pré-globalização, portanto, as empresas multinacionais ou transnacionais reestruturavam a economia local, mas consolidavam, ainda que desafiando, sua soberania política. A estrangeirização era, ela também, por conseguinte, um fenômeno mais complexo do que o suposto pelas abordagens anti-imperialistas simplistas, pois não se reduzia aos objetivos econômicos de obtenção de fontes de matérias-primas e energia ou conquista de mercado para manufaturados com alto valor agregado, pois tinha imediatas implicações políticas e culturais. Significava ao mesmo tempo nacionalização e desnacionalização, perda de identidade e progresso, com a obtenção de recursos e tecnologias, conquista de influência e mercados, mas com a cessão de capitais e a consequência de novos riscos.

Diferentemente da simples estrangeirização de empresas que, como visto, não era tão simples, o conjunto de fenômenos que chamamos de globalização

envolve uma expansão inaudita dos intercâmbios comerciais, a mundialização financeira, a disseminação das técnicas, a intensificação dos contatos culturais e a globalização comunicacional, cada um desses aspectos com uma dinâmica própria, aumentando as velocidades e, em consequência, reduzindo as distâncias, formando malhas diversificadas, que se combinam num tecido global contraditório. A rigor não ocorre uma única globalização, mas diversas globalizações simultâneas, justapostas, em certos aspectos interdependentes, mas, em outros, contraditórias entre si, num processo que, embora estimulado no início e denunciado como produto da arrogância imperial, escapa ao controle tanto das grandes corporações multinacionais, quanto diretamente das grandes potências e indiretamente das entidades superestatais criadas exatamente para controlar os eventos globais. As grandes corporações, movidas pela necessidade imperiosa da concorrência à ampliação dos próprios lucros, só agem sobre parte dos eventos econômicos e, sem mecanismos para constranger as concorrentes, acabam adotando práticas que podem comprometer o futuro de cada uma, ampliando a anarquia na esfera das trocas, agravando as questões sociais decorrentes das desigualdades e da exclusão, exaurindo as fontes energéticas e de matérias-primas e gerando problemas ambientais progressivamente mais ameaçadores.

Os novos desafios adquirem proporções que excedem as fronteiras dos Estados territoriais, velocidades que surpreendem os ritmos da burocracia e nuances que os colocam fora do alcance de qualquer legislação interna, evidenciando não apenas a incapacidade das pequenas potências, mas também das grandes e até da única hiperpotência remanescente da Guerra Fria. As organizações supranacionais e superestatais, por outro lado, embora desenvolvidas para solucionar os problemas e desafios comuns, não têm poder de coação para resolvê-los, uma vez que transferir esse poder a elas seria ameaçador e intolerável ao monopólio da força ainda detido pelos Estados particulares e comprometeria a própria noção de soberania.

Esta nova tessitura internacional produz mudanças, inclusive internas, num ritmo intenso, justificando as reações negativas locais, mas, do ponto de vista teórico, torna anacrônicos os discursos nacionalistas ou anti-imperialistas, assumidos ou disfarçados, pois as lógicas materiais das globalizações não se deixam compreender pelas dicotomias simplistas, que dividem o mundo entre

objetos e sujeitos, ou moralistas, que o descrevem em termos de algozes e vítimas ou globalizadores e globalizados (ou globalizáveis), reproduzindo oposições que perderam capacidade explicativa como a noção cartográfica de Norte-Sul. No mundo da globalização e dos fluxos em velocidades crescentes, as referências cardeais alteram seus significados, pois, antes de se localizarem num ou noutro extremo, elas compõem com as opostas um todo em constantes reconfigurações, inclusive espaciais, cujas instâncias são incessantemente subdivididas, reorganizadas e reordenadas.

O Estado, pequeno ou grande demais, e a sociedade internacional

A instância econômica, por exemplo, sobre a qual nos deteremos de forma mais circunstanciada na próxima parte deste capítulo, sob os efeitos dos novos fluxos, ramificou-se em dois segmentos, em que o primeiro prossegue subordinado à esfera interna e sujeito à soberania estatal e o segundo liberou-se de ambos, adquirindo uma lógica internacional própria. Seguem na esfera interna a produção e o consumo individual e produtivo, bem como a circulação interna de mercadorias e o sistema bancário. Liberaram-se de subordinações políticas, ou seja, do mando dos Estados particulares, os intercâmbios comerciais externos, a circulação internacional e, sobretudo, as finanças mundializadas.

A primazia do interno sobre o externo, característica das fases concorrencial e oligopolista do capitalismo, inverteu-se com a fase da globalização propriamente dita, em que a determinação da fração produtiva do Capital foi assumida pela fração financeira, como se já não fosse mais a maneira de produção que determinasse o consumo, mas a forma de consumo que tivesse passado a determinar a forma de produção. Desse modo, a circulação de produtos e serviços passou a determinar a sua produção e o consumo, principalmente o externo, adquirindo principalidade sobre o modo de produção. As antigas linhas produtivas seriadas foram fragmentadas e cada parte do processo produtivo foi relocada, conforme as vantagens comparativas relacionadas sobretudo com o preço da força de trabalho, o custo do Estado e as facilidades de captação de investimentos. Assim, mesmo a esfera produtiva, que continua localizada na esfera interna, subordinada às legislações trabalhista e fiscal dos Estados, tornou-se dependente do fornecimento

de sofisticados equipamentos e matérias-primas oriundos de diferentes pontos do planeta e passou a criar dependências em centenas de outros pontos, de modo que ela já não consegue sobreviver isolada e depende das novas competências decorrentes de uma divisão internacional do trabalho cada vez mais intensa.

A globalização econômica é uma novidade resultante de dois fenômenos complementares: a anonimização dos capitais e sua autonomização face as soberanias políticas. As grandes sociedades econômicas internacionalizadas deixaram de estar associadas a um capitalista ou a um pequeno grupo de capitalistas claramente identificáveis com uma nacionalidade, como acontecia anteriormente neste modo de produção, passando a ser dirigidas por corpos técnicos profissionais e a envolver milhares ou milhões de médios e pequenos acionistas anônimos, das mais diversas origens e procedências, incluindo fundos de pensão e aposentadoria de quase todos os países, e passaram a pairar sobre o conjunto dos Estados, com capacidade de pressão sobre todos eles, mas nos territórios de cada um sujeitas a suas injunções. Globalização, por isso, não significa somente despatriamento e realocação de capitais, mas seu desgarramento face a mandos e ordenamentos políticos. É como se, para migrar do espaço de uma soberania a outro, eles tivessem que passar por um terceiro espaço, este de ninguém, sem soberania, a partir do qual avaliam riscos e oportunidades e ao qual podem sempre retornar para novas avaliações e a assunção de novos riscos. Depois de aportarem, portanto, os capitais globalizados não têm como única alternativa o retorno à pátria original, mas também uma outra opção, que é a de voltar à terra de ninguém, preservando sempre a possibilidade de escolha de uma terceira ou quarta cidadanias. Essa possibilidade de retorno à segurança da ausência de qualquer outra soberania diferencia a globalização da estrangeirização e quer dizer que esse tipo de Capital escapa não apenas da segunda soberania, mas também da primeira ou de qualquer outra, pois ele integra uma outra pátria, que é a da sua reprodução em escala sempre ampliada. A partir desse ponto de ninguém, ele busca a obtenção de vantagens comparativas, a redução dos riscos e aproveita-se das diferenças entre os espaços soberanos, escolhendo os mandos políticos sob os quais pode obter maior lucratividade e segurança. Evidentemente a maioria dos votos nas assembleias dos grandes conglomerados financeiros são de cidadãos das grandes potências, principalmente da hiperpotência do pós-Guerra Fria, mas os grandes

grupos não exercem pressão apenas sobre pequenos Estados do terceiro mundo, mas inclusive também, e às vezes preferencialmente, sobre a hiperpotência, que se revela incapaz de controlar os fluxos financeiros e sofre com crises como a dos *subprime* que se espalhou a partir de 2008. A desnacionalização das economias locais, sua abertura a capitais estrangeiros e mesmo o domínio americano talvez não sejam os traços mais marcantes da globalização, nem mesmo de sua fase inicial, chamada de “globalização americana”, pois ela, a rigor, representa a existência de um conjunto de desafios e oportunidades, enfim, de constrangimentos a todos os atores internacionais, inclusive as poderosas corporações multinacionais e mesmo à hiperpotência remanescente da Guerra Fria.

Falando sobre o aspecto dominante da globalização, Chesnais⁸² diria que

Por acumulação financeira, entende-se a centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações – mantendo-os fora da produção de bens e serviços (CHESNAIS, 2005, p. 37)

Segundo o autor, o volume de capitais circulantes no mundo, em contínua expansão, já se tornou maior do que a soma dos Produtos Internos Brutos (PIBs) de todos os países. Ainda no final dos anos 90, “o volume de ativos em posse dos investidores ultrapassava 36 trilhões de dólares [...] em torno de 140% dos produtos dos países da zona da OCDE” (2005, p. 43). Isto quer dizer que o mercado financeiro mundializado transformou-se em algo maior e mais essencial ao funcionamento da economia que a produção do planeta, retirando dos Estados o controle monetário e adquirindo a capacidade de exigir adaptações políticas internas, como a desoneração fiscal e a adoção de critérios de controle mundialmente padronizados. Se, para alguns autores, como o próprio Chesnais, isso significa que o mercado financeiro tornou-se artificial ou uma grande bolha especulativa prestes a estourar, por outro lado, é importante ressaltar que os investimentos internacionais tornaram-se imprescindíveis a todas as esferas da produção. Sem os recursos e as tecnologias que ele põe em circulação, nenhuma

⁸² A propósito da mundialização financeira, ver “O capital portador de juros: Acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”, in François Chesnais, *A finança mundializada*, 2005, p. 37 e 43.

economia nacional consegue mais conservar a estabilidade. Nesse quadro, para Octavio Ianni, o Estado perdeu os meios para controlar os eventos no interior de seu território e a ideia de soberania perdeu força, pois “as nações transformaram-se em espaços, territórios ou elos da sociedade global”.

Sob todos os pontos de vista, a sociedade nacional, simbolizada no Estado-nação, com sua história e cultura, economia e política, moeda e mercado, língua e dialetos, religiões e seitas, hino e bandeira, santos e heróis, monumentos e ruínas, sob todos os pontos de vista essa sociedade se revela um intrincado e contraditório processo social. Processo em constante devir, discricionário e errático, integrativo e fragmentário (IANNI, 1996, p. 104)

A financeirização mundial esvaziou duas das principais funções soberanas do Estado, a emissão de moeda e a regulamentação fiscal, por meio das quais ele protegia a economia nacional do assédio externo, controlava a inserção da economia local na mundial e direcionava o desenvolvimento interno, privilegiando, mediante estímulos fiscais, setores ajustados ao modelo definido de crescimento. Segundo Paul Kennedy, o volume das finanças mundializadas e a velocidade dos fluxos financeiros representaram uma verdadeira revolução, que impõe limites crescentes à autodeterminação.

A revolução financeira internacional representa seus próprios desafios à suposta autonomia do estado nacional. O mundo sem fronteiras representa uma certa perda, pelo país, do controle sobre sua moeda e suas políticas fiscais. (KENNEDY, 1993, p. 127)

A revolução financeira só alcançou tais dimensões graças a uma revolução tecnológica das comunicações, que, conforme vimos⁸³, introduziu ritmos muito mais acelerados que os de funcionamento das instituições estatais. Enquanto estas dependem de legislações internas, que exigem a produção de consensos parlamentares, a formalização de políticas públicas e a estruturação de competências burocráticas específicas e definidas, os meios de comunicação praticamente anularam o fator tempo, implantando a quase simultaneidade nos negócios internacionais, reduzindo drasticamente a autoridade dos Estados não apenas sobre o que acontece fora de seus domínios, mas também no interior dos próprios territórios. As novas tecnologias dissolveram também, como veremos mais

⁸³ No capítulo 2.

à frente, o controle sobre as informações distribuídas a seus súditos, retirando do Estado o monopólio sobre a formação da opinião pública interna e da identidade política de seus habitantes, criando uma situação exasperante do ponto de vista jurídico.

As fronteiras tornaram-se impotentes para controlar os fluxos transnacionais de informações, de serviços, de mercadorias, de capitais e de pessoas, o que conduz, de forma quase inevitável, a ingentes adaptações jurídicas, mormente no Direito de contratar, no Direito do Trabalho e no Direito Financeiro. (DEL'OLMO, 2006, p. 248)

No mundo em processo de intensificação da globalização, a esfera da produção econômica continua localizada no interior das fronteiras nacionais, sob a soberania estatal, mas sofrendo o impacto crescente dos fluxos globalizantes, na forma da circulação de capitais, que se traduz no emprego de novas tecnologias, na mudança da composição orgânica do Capital, na fragmentação das linhas produtivas e no seu reordenamento, segundo uma lógica global, e na precarização do trabalho. Somente uma parcela dos intercâmbios comerciais, porém, e não a mais volumosa, envolve empresas voltadas à exportação e à importação, mas ela já adquiriu uma influência no mínimo tão grande quanto a capacidade de indução do progresso exercida pelo Estado. Apesar de o comércio mundial representar somente um quarto do PMB (Produto Mundial Bruto), ele se tornou o centro dinâmico da economia mundial, uma vez que tem crescido num ritmo superior ao das vendas internas, evoluindo impressionantes 14,8% entre 2005 e 2009⁸⁴ e pela alta liquidez das finanças mundializadas, que se tornaram componentes fundamentais da maioria das empresas multinacionais e nacionais. A saúde das economias internas e mesmo das empresas voltadas para a demanda doméstica depende cada vez mais, portanto, dos intercâmbios internacionais, das modernas tecnologias e, sobretudo, dos investimentos externos.

Em decorrência da globalização, os fluxos que perpassam o planeta adquiriram uma velocidade e abrangência que escapam aos controles estatais. As leis nacionais e os padrões burocráticos do Estado perderam drasticamente eficiência nas últimas décadas sobre as esferas das trocas, dos investimentos e da

⁸⁴ Projeções também da Organização Mundial do Comércio (OMC). Ver www.wto.org

circulação de conhecimentos e ideologias. As fronteiras tornaram-se porosas, vazadas a todo momento por fluxos incontrolláveis, e as funções de autoridade monetária e cambial foram açambarcadas pelos humores do mercado financeiro. Para o exercício de algumas funções, como a de indutor do desenvolvimento, operando como facilitador das grandes multinacionais, segundo Paul Kennedy, o Estado tornou-se grande ou pesado demais, um estorvo para os municípios ou autoridades regionais preocupadas em reduzir o desemprego local. Para o cumprimento de outras funções, como o controle da poluição e a recuperação ambiental do planeta, ele tornou-se excessivamente pequeno, pois elas dizem respeito a territórios e práticas que ocorrem sob múltiplas soberanias.

Essas mudanças globais podem questionar a utilidade do próprio Estado nacional. O principal agente autônomo nas questões políticas e internacionais nos últimos séculos parece não estar apenas perdendo o controle e a integridade, mas também parece ser *o tipo errado* de unidade para enfrentar as circunstâncias mais novas. Para alguns problemas, é uma unidade demasiado grande para operar com eficiência; para outros, é pequeno demais. Em consequência há pressões para uma 'redistribuição da autoridade' tanto para cima como para baixo, criando estruturas que poderão responder melhor às forças da mudança de hoje e de amanhã. (KENNEDY, 1993, p. 128, grifos do autor)

Os mecanismos habituais pelos quais os estados nacionais reagem às ameaças parecem inadequados para algumas situações [...]. Para conter o aquecimento global será necessária a cooperação internacional, ao passo que a introdução dos robôs é tarefa normal de fabricantes individuais; em ambos os casos, o estado nacional é demasiado pequeno ou demasiado grande. (KENNEDY, 1993, p. 341)

O desgaste do Estado sob a globalização gerou um vácuo de poder, que é aproveitado mesmo por atividades consideradas criminosas, em graus variados, pelas diversas legislações nacionais, como a corrupção e os tráficos de armas e de drogas. Estes não apenas atravessam as fronteiras porosas como utilizam as diferenças entre os diversos espaços locais para, na circulação, reconfigurarem o peso das autoridades e misturarem-se aos capitais lícitos, descriminalizando-se, ou seja, transformando práticas internamente ilícitas em internacionalmente aceitáveis⁸⁵. A impressão provocada pela novidade é que o Estado, submetido a

⁸⁵ Ver Lia Osório Machado. "O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose?", 1996.

relações caóticas do mercado mundializado e a pressões culturais generalizadas, deixou de ser soberano, sendo obrigado a recorrer à autoridade de organismos supranacionais, estes também não efetivos, uma vez que o poder efetivo é indelegável. Essa sensação comum a muitos enfoques é sintetizada por Gilmar Bedin que, em seu artigo “A sociedade internacional e o fenômeno da globalização”, parte de uma suposta evidência empírica para chegar a uma conclusão no mínimo discutível.

A primeira consequência estrutural da globalização é o declínio do conceito de Estado soberano.

[...]

A segunda consequência estrutural da globalização é o declínio da sociedade de Estados e seus pressupostos. (BEDIN, 2006, p. 29, 30).

Para Bedin, portanto, a globalização é produto e produz uma nova estrutura internacional, que introduz uma relação específica entre espaço e tempo. Do ponto de vista espacial, ela compreenderia todo o planeta, ou seja, insere todos os Estados no mercado mundial, e, do temporal, implicaria uma velocidade significativamente maior que a do funcionamento das burocracias estatais singulares, o que faz com que um número crescente de comportamentos escape à esfera das soberanias e mesmo fenômenos iniciados no interior de um território escapem do controle governamental, alcançando proteção sob outras jurisdições. A globalização representa, segundo ele, uma estrutura abrangente, que subordina as estruturas locais, por se constituir a partir do declínio da soberania estatal, deslocando a capacidade de normatizar e aplicar as normas da esfera interna para a esfera global, do domínio público para o privado, ou seja, para o mercado, ou ao jogo não-regulado das grandes corporações econômico-financeiras. Estas passam a, pelo menos, competir com os Estados na definição de comportamentos globais e até infraestatais, ditando valores e ritmos cotidianos.

[A interdependência] amplia a complexidade da sociedade internacional e define novos padrões de análise para seus participantes, não se restringindo apenas aos interesses de um Estado. Estes novos padrões indicam uma rápida integração das diversas regiões do planeta, a expansão dos fluxos transnacionais e reivindicam o estabelecimento de alguma forma de governança supranacional. Ao lado, identificam a planetarização da política e o

surgimento de vários outros centros de poder, que transpassam as fronteiras nacionais e desterritorializam os acontecimentos políticos. (BEDIN, 2006, p. 31)

Com a palavra *declínio* o autor certamente quis significar que, apesar de corroídas e desacreditadas pela nova estrutura global, as jurisdições soberanas ainda conservam alguma eficácia no plano interno, valendo para fenômenos que não têm mobilidade ou acesso ao espaço externo, e sobre aqueles que acontecem em ritmos menos velozes que o das velocidades de funcionamento das instituições estatais, pois os fatos mais velozes escapam a sua autoridade, migrando antes que a mão da hierarquia nacional se estenda até eles, decida medidas coibidoras ou lhes imponha suas decisões. Esse resquício de autoridade, entretanto, seria marginal, cada vez menos importante e estaria fadado a desaparecer, uma vez que a lógica interna está subsumida à global.

O veredito de Bedin sobre o estado agônico do Estado territorial, entretanto, não resiste ao teste empírico da realidade, pois, se é verdade que algumas de suas funções tradicionais desapareceram ou que ele não consegue mais desempenhá-las a contento, o Estado, apesar de tudo, sobrevive. E estranhamente parece fortalecido por duas experiências no mínimo diversas, se não antagônicas, como as da China, que manteve sem alterações o controle rígido sobre suas empresas nacionais e transnacionais e sobre sua moeda, o iene, que é mantido desvalorizado face ao dólar, para fortalecer o setor exportador, e o Brasil, cujo Estado voltou a se fortalecer depois de uma forte onda de doze anos de privatizações de empresas estatais, mesmo mantendo o câmbio livre e uma taxa básica de juros artificialmente alta, para atrair investimentos financeiros, mesmo o dos indesejáveis capitais voláteis. Embora a soberania estatal possa ter sido reduzida, sobretudo no que diz respeito aos fluxos financeiros e informacionais, o Estado continua titular do monopólio da violência legítima. Embora algumas práticas econômicas e mesmo penais escapem de seu controle, ao migrar com rapidez para fora de seus domínios territoriais, nenhum outro ator consegue desafiar seu monopólio interno da violência. Do ponto de vista político, portanto, embora com a eficácia de sua soberania bastante reduzida, no aspecto que mais importa, o da segurança, o Estado continua sendo o único ator autorizado a exercer a força, interna ou externamente, pois, como diz Hobsbawm, no conjunto de artigos para compreender a globalização e o terrorismo, “a globalização sai de cena quando se trata de política” (2007, p. 58). Curiosamente, mesmo as

corporações multinacionais, no limite de sua competição em escala global, continuam a recorrer ao Estado como árbitro de disputas ou solucionador de problemas mais gerais, de natureza ambiental ou de circulação de produtos, serviços e de, até, capitais.

Mesmo que a autonomia e as funções do estado tenham sido enfraquecidas pelas tendências transnacionais, não apareceu nenhum substituto adequado para ocupar o seu lugar como a unidade-chave na reação ao desafio global (KENNEDY, 1993, p. 132).

Em caso contrário, de crise irreversível de declínio e de progressiva extinção do Estado, como explicar o sucesso da Coreia do Norte que, apesar de seu atraso econômico, da pequena população e território contido pela Coreia do Sul e Japão, insiste em exercitar sua soberania, tendo denunciado sua adesão ao Protocolo de Kyoto de Não-proliferação Nuclear, prosseguido o enriquecimento de urânio e desenvolvido quinze artefatos atômicos também a partir do plutônio? O Irã, somente para dar outro exemplo, é mais um caso ilustrativo da permanência do Estado, pois, em que pesem as condenações internacionais e o agravamento das sanções econômicas pelo Conselho de Segurança da ONU e da probabilidade de bombardeios aéreos por Israel, continua a inaugurar usinas de enriquecimento de urânio e a testar mísseis de médio e longo alcance. Nesses casos, além de repudiar qualquer forma de “governança supranacional”, são estados que não se deixam, ao menos neste sentido, “desterritorializar”. Pode-se, evidentemente, argumentar que seriam estados marginais, ou párias, que atuariam à revelia do sistema jurídico internacional, mas não se pode classificá-los como “fracos”, “fragilizados” ou “falidos”, pois a eficácia de suas iniciativas de autodefesa precisa ser levada em conta por uma análise que privilegia o global, uma vez que aparentemente têm resistido com sucesso aos embargos econômicos e às pressões políticas das grandes potências, o *hard power* mundial.

A dicotomia Globalização *versus* Estado, de Bedin e outros autores, portanto, não resiste ao teste empírico, pois se é inegável que um dos polos dicotômicos, o das interdependências globais, se amplia e aprofunda, é inegável também que o outro, o Estado, sobrevive e, à sua maneira, se adapta às circunstâncias, em certos casos até fortalecendo-se. Essas evidências exigem uma reflexão mais aprofundada

tanto sobre o caráter da mundialização quanto da persistência das instituições estatais. A globalização revela-se, portanto, um fato fundamentalmente comercial e financeiro, tecnológico, informacional e cultural, que constrange os Estados de maneira poderosa, mas as multinacionais não têm, nem reivindicam, o poder de fazer a guerra ou de manter a disciplina social pela força, embora algumas possam pleitear e até financiar ações armadas. Para tanto, as grandes empresas ainda dependem do Estado, até para a segurança jurídica imprescindível aos investimentos, e este segue tendo os meios legais e físicos para isso, bem como o respaldo da sua população, embora os laços de interdependência tenham criado um quadro em que o uso da força entre Estados tenha se tornado mais raro e menos recomendável. Ao contrário da afirmação de Bedin, não se constata, por conseguinte, uma “planetarização da política” ou o “surgimento de vários centros de poder”, que transpassariam “as fronteiras nacionais” e desterritorializariam “os acontecimentos políticos”. A política, interna ou externa, ainda continua com os pés firmemente assentados sobre o Estado e este segue sendo a base de qualquer teoria política. A “planetarização” da política, por conseguinte, é somente uma alegoria ou um arremedo de política. Apesar disso, o Estado territorial, ou moderno, impropriamente chamado Estado-nação⁸⁶, está em crise, com eficácia limitada até sobre os fluxos que atravessam suas fronteiras. A questão que precisa ser encarada de frente é a referente à natureza da sua crise.

Trata-se de um evento terminal, que aponta para sua extinção, ou de uma crise de renovação, que pode ser resolvida mediante uma reforma de suas funções? Max Weber definia o Estado como monopólio legítimo da força, para a garantia da hierarquia interna e para a segurança face as ameaças externas, por meio da guerra, funções exercidas por uma burocracia civil – que garante os meios de sobrevivência das instituições, mediante a cobrança de impostos, a representação legitimadora da população, a produção de normas e a administração da justiça interna – e uma burocracia militar, também profissionalizada, encarregada da integridade territorial e, ainda que em última instância, da preservação do monopólio da força, como fundamento da soberania.

⁸⁶ A ideia de nação só se difundiu após as campanhas napoleônicas e se enraizaria durante o século XIX, com a formação de grandes exércitos populares. O Estado-nação é, portanto, uma das formas assumidas pelo Estado territorial praticamente já no século XX, e não se reduz, por conseguinte, a ele, conforme a leitura de Claude Lefort feita por Gilberto Dupas. Ver “Nação e soberania”, p. 137-150, in: *Atores e poder na nova ordem global*.

O Estado moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar, nos limites de um território, a violência física como instrumento de domínio e que, tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão. Equivale isso a dizer que o Estado moderno expropriou todos os funcionários que, segundo os princípios dos 'Estados' dispunham outrora, por direito próprio, de meios de gestão, substituindo-se a tais funcionários, inclusive no topo da hierarquia. (WEBER, s/d, p. 62)

O debate sobre o declínio ou a renovação do papel e da estrutura do Estado na fase da globalização precisa, portanto, ser travado à luz das funções das burocracias militar e civil que enfeixam em suas mãos o monopólio da força. A questão da guerra na fase da globalização será debatida no próximo capítulo. Neste procuraremos elencar elementos para uma compreensão menos caricatural dos efeitos, sobre o Estado, da globalização econômica, enfatizando as ameaças à integridade territorial e o debate sobre o propalado declínio do poder americano, e comunicacional, levantando indícios sobre a perda pelos Estados do controle sobre as opiniões públicas internas e a emergência de novos atores internos com capacidade de influir sobre a política externa e a internacional.

Fragmentação do Trabalho e flexibilização do Capital

A automação, a robótica, a cibernética e a internet, sob a dominação da financeirização, modificaram a estrutura fabril, a maneira de produzir e, conseqüentemente, estão provocando sucessivas reformulações na própria organização das sociedades e nas relações interestatais. A divisão de trabalho nas linhas de produção, sobretudo as de montagem das grandes fábricas dos séculos XIX e primeira metade do XX, foi subdividida em operações cada vez mais simples pelo taylorismo-fordismo, até o ponto de ser reduzida a uma atividade meramente mecânica e repetitiva, que levaria a uma nova organização da produção, em que a mão de obra humana poderia ser substituída com vantagem de custos e qualidade por equipamentos automáticos. Desse modo, o toyotismo superou a necessidade de atividades estafantes e sujeitas a acidentes de trabalho, trocando os antigos operários, classe que contracenava a política interna com os proprietários, por máquinas autônomas – cortadeiras, empilhadeiras, furadeiras e rosqueadoras – e

robôs, o que reduziu os custos de produção e aumentou a qualidade dos produtos, mas, ao mesmo tempo, privou grande parte dos trabalhadores também dos meios de subsistência, disseminando o desemprego sistêmico. A superação do taylorismo pelo toyotismo alterou a composição orgânica do Capital, reduzindo o volume necessário de capital variável, destinado ao pagamento de trabalhadores, e aumentando consideravelmente a quantidade de capital constante e a dependência das modernas tecnologias, o que reduziu o número de capitalistas e produziu a dominância dos financiamentos pelo setor bancário, invertendo o equilíbrio entre as antigas frações das classes dominantes.

A nova forma de organização do chão de fábrica tornou anacrônica a regulamentação do trabalho, as conquistas trabalhistas do proletariado da época das grandes linhas de montagem, alterando as próprias classes sociais e sua morfologia, minando sobretudo na Europa as bases do *Welfare state*, forçando os portadores de multidões de especializações a buscar novas formas, precárias, de sobrevivência, não previstas em leis e não protegidas pelo Estado. E isto se dá num plano cada vez mais amplo, globalizando-se, pois o valor das mercadorias é determinado pelo tempo (e as habilidades) socialmente necessário para produzi-las. Conforme André Tosel, citado por Ricardo Antunes em *O caracol e sua concha*, é a busca de maior volume de “trabalho abstrato” que tornou menos importante o “trabalho concreto”, ou seja, é a possibilidade de ampliação quase infinita da mais-valia, por intermédio do crescimento da mais-valia relativa, que possibilitou romper os limites físicos da exploração do trabalho e a ampliação incessante da massa de lucros.

[...] é a própria ‘centralidade do trabalho abstrato que produz a não-centralidade do trabalho, presente na massa dos excluídos do trabalho vivo’ que, uma vez (des)sociabilizados e (des)individualizados pela expulsão do trabalho, ‘procuram desesperadamente encontrar formas de individuação e de sociabilização nas esferas isoladas do não-trabalho (atividade de formação, de benevolência e de serviços) do chamado Terceiro Setor etc. (“Centralité et non-centralité du travail des hommes superflus”, in: ANTUNES, 2005, p. 27-28)

A cibernética desenvolveu e substituiu as técnicas onerosas e demoradas de controle e planejamento da produção e transportes. A internet transformou-se no meio de comunicação direta mais veloz já inventado, possibilitando a troca imediata de informações, sem acréscimo de custos pelo volume de dados enviados ou

recebidos. Combinados, ambos ofereceram os meios para a fragmentação das antigas linhas de produção e para o contorno das legislações trabalhistas exigentes ou os custos socialmente onerados de mão de obra, permitindo o emprego de mão de obra mais barata em qualquer ponto do globo. Os processos produtivos, desse modo, foram fragmentados e relocados, com especialidades sucessivas instaladas em diferentes lugares do mundo, reconectadas por meios de transporte rápidos, coordenados por operações logísticas precisas. Os espaços laborais foram totalmente reconfigurados, uma vez que os novos equipamentos é que são altamente sofisticados, muitos deles exigindo mão de obra menos preparada. No intervalo de poucas décadas, as antigas linhas de produção seriadas do fordismo e o do toyotismo foram fragmentadas e cada uma das suas etapas foi relocada em dezenas de diferentes países, criando ao mesmo tempo especializações e interdependências territoriais, além do reforço do controle centralizado por meio da tecnologia.

O computador modifica as características do processo de produção em vários sentidos. No terreno internacional, permite manter a integridade dos processos mediante os intercâmbios permanentes de informação e a fragmentação geográfica. O trabalho a distância rompe suas fronteiras e se difunde na sociedade como um todo. Mediante os terminais de computadores, inclusive os domiciliares, integrados por redes, pode-se construir um espaço de trabalho adequado e articulado com qualquer outro lugar. (DUPAS, 2001, p. 38)

Embora a esfera da produção continue localizada no interior dos territórios, ela se insere numa lógica global. Os capitais produtivos continuam internalizados, submetidos ao Estado, da mesma forma que a força de trabalho. Ambos prosseguem submetidos ao conjunto de legislações estatais, a civil, a tributária e também a criminal, mas a unidade do processo produtivo foi estilhaçada e a realidade do mundo do trabalho apresenta-se fragmentada, com dois aspectos em comum, a interdependência global, em que cada ponto fragmentado está conectado a dezenas ou centenas de outros pontos também fragmentados do planeta, e o comando central localizado fora do território, que atribui sentido lógico e reprodutivo às atividades isoladas. A globalização é, portanto, ubíqua, ao mesmo tempo local e global: coloca a produção em marcha como trabalho concreto, valor de uso produtivo concretamente determinado, conjunto de especialidades individualizadas, como

trabalho vivo, mas apropria-se dele na condição de trabalho abstrato, valor enquanto tal, como trabalho morto consolidado, para o que precisa fragmentar o primeiro e, se possível degradá-lo, esvaziando-o de sua localização. Trata-se de “um mundo em que tudo pode virtualmente ser posto em contato com tudo”, conforme Monique Canto-Sperber (2004, p. 52) ou, de acordo com Octavio Ianni (1996, 14), submetido a “um processo [que é] simultaneamente civilizatório, já que desafia, rompe, subordina, mutila, destrói ou recria outras formas sociais de vida ou trabalho, compreendendo todos os modos de ser, pensar, agir, sentir e imaginar”.

O mundo de hoje nos oferece claramente o exemplo de um mundo onde as mercadorias e os capitais [*mas não a força de trabalho*] podem circular, onde hábitos de consumo e modos de vida idênticos podem se espalhar. (CANTO-SPERBER, 2004, p. 54)

O Capital, ao contrário do Trabalho, conserva a sua unidade e impõe sua supremacia, por ter adquirido flexibilidade, ou seja, a capacidade de adaptação às mais diversas circunstâncias, por ter se tornado plasticamente versátil, um camaleão que muda de cor conforme as conveniências da sua própria reprodução em escala ampliada, convivendo com as mais diferentes formas de governo e soberania, com o progresso e o atraso, sendo capaz de adaptar-se a qualquer situação, plasmando-se sob as formas mais diversas, contanto que sirvam à sua multiplicação indefinida. A fragmentação das linhas produtivas não ocorre apenas entre países, mas também dentro dos territórios de cada um, o que exige uma logística em zigue-zague, em curvas ou círculos, cujo sentido é ditado pelas vantagens comparativas relativas ao valor da força de trabalho, driblando fatores adversos como sindicatos fortes ou políticas de governo protecionistas. O sentido da disposição geográfica de depósitos e armazéns é definido prioritariamente pela lógica da redução dos custos trabalhistas e, secundariamente, pela proximidade dos mercados e fontes de suprimentos, ou, ainda, da qualidade do sistema de transportes. Isto significou um crescente alheamento às questões sociais relativas ao emprego e à saúde da população, deixados por conta do Estado, como também orienta tanto a formação da mão de obra quanto o emprego de trabalhadores menos qualificados e a improvisação de espaços laborais.

Programas padronizados passaram a permitir a não-especialistas efetuar operações complicadas com as máquinas, sem exigir uma formação específica para cada caso e conforme operações predeterminadas. (DUPAS, 2001, p. 39)

Dessa forma, a oficina deixa de ser o espaço privilegiado de trabalho das antigas manufaturas e das fábricas modernas, e ela passa a combinar-se com as mais diversas locações: a própria rua, praças públicas, ateliês, confecções, pátios de prisões, uma sala em clubes ou associações comunitárias, as *lanhouses* e até um quarto na residência do trabalhador, uma vez que, para a realização de inúmeras atividades são necessários equipamentos simples de baixo custo e, às vezes, somente um computador e um ponto de acesso à internet. Os terceirizados e contratados, para ter trabalho, são obrigados a abrir uma empresa, pessoal, limitada ou cooperativa e, assim, tornam-se também “empresários”. Quebrado o vínculo espacial e a dependência dos equipamentos do empregador, as novas profissões perderam a tipificação tradicional para sua regulamentação jurídica como empregados. Habilitados a negociar de empresa para empresa, os contratos assumiram a forma jurídica entre “pessoas” da mesma natureza jurídica, de um lado, proprietários de um grande grupo econômico, com ramificações em dezenas de países, e, do outro, igualmente proprietários, mas somente do próprio corpo, de suas tesouras e um computador com acesso à rede. A globalização econômica, assim, implicou também a diluição das antigas classes sociais. Esta nova morfologia do trabalho constitui ainda uma forma de penetração do capital internacional no território e contorno das legislações internas para a exploração da força de trabalho.

Há um enorme incremento do novo proletariado, do subproletariado fabril e de serviços, o que tem sido denominado mundialmente de *trabalho precarizado*. São os ‘terceirizados’, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em inúmeras partes do mundo. Inicialmente esses postos de trabalho foram preenchidos pelos imigrantes, como os *gastarbeits* na Alemanha, o *laboro nero* na Itália, os *chicanos* nos EUA, os *dekasseguis* no Japão etc. (ANTUNES, 2005, p. 28, grifos do autor)

Hoje os trabalhadores ambulantes, avulsos, camelôs, terceirizados e contratados a título precário constituem grande parte da massa de trabalhadores, incluindo revisores, jornalistas, professores, costureiras, contabilistas, consultores, programadores, técnicos de computador, mecânicos e uma infinidade de profissões,

unificados pela precariedade de seus trabalhos, a incerteza quanto ao futuro e a ausência de proteção legal, apesar da sobrevivência das legislações trabalhistas, tornadas, em grande parte, obsoletas devido aos novos fluxos e novas relações de produção. Segundo Antunes, interpretando os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2005, praticamente um quarto da humanidade, ou metade da força de trabalho mundial, sofria diretamente os efeitos da desocupação ou da precarização do trabalho, “cerca de 1 bilhão e 200 milhões encontram-se precarizados ou desempregados” (2005, p. 28).

Quanto mais desemprega e reduz a participação do capital variável na composição orgânica do Capital, baixando o preço final das mercadorias e aumentando o desemprego e a precarização do trabalho, contraditória e umbilicalmente, mais a globalização depende do crescimento de um mercado também globalizado, sob a égide do consumismo. É sua contradição constitutiva: a globalização desemprega mas depende do consumo dos desempregados em escala global. O crescimento do produto mundial, em aceleração, já é dez vezes maior que o crescimento demográfico. Enquanto a população mundial está crescendo a uma taxa de 1,25% ao ano (6,75 bilhões de habitantes em 2008 para 6,834 em 2009 e 6,913 em 2010), o PMB vem se acelerando, atingindo 12,5% (de 48,6 trilhões de dólares em 2006 para 60,587 em 2008)⁸⁷. No quadro de alta concentração de capital constante, com máquinas cada vez mais sofisticadas e empregando tecnologias cada vez mais eficientes, a produção só faz sentido em larga escala, para o que é fundamental o alargamento do consumo. Para tanto, a saúde da economia mundial depende da inclusão de novas fatias da população mundial no mercado e da ampliação incessante do consumo dos já incluídos, como a sina do ciclista dentro do globo da morte que, para não cair, é obrigado a pedalar cada vez com maior força. Desse modo, a propaganda comercial assumiu importância central na sociedade-espetáculo, vendendo necessidades de consumo e virtuais possibilidades de pagamento a uma população cada vez mais desempregada e com garantias trabalhistas precárias. A publicidade atribui características miraculosas aos produtos, apresentando-os como bens decisivos à felicidade e ao reconhecimento dos indivíduos pelo grupo social, criando necessidades artificiais mais prementes que as vitais e incitando-os a um consumo cada vez mais voraz, numa lógica de *dangle*, o

⁸⁷ Compilação do World Fact Book de dados da Organização Mundial do Comércio (OMC) e ONU.

chapéu mexicano dos parques de diversão populares, que roda com velocidade crescente, cada vez mais estonteante, o que corrói não apenas o bom senso, mas também a sustentabilidade ambiental, o equilíbrio social e a eficácia das leis e instituições estatais de controle.

A busca de vantagens comparativas provoca simultaneamente a expansão do globalismo a todos os quadrantes, levando à migração de setores industriais inteiros do Norte em direção ao Sul, enquanto os emigrantes que tentam viajar em sentido contrário são barrados nas fronteiras ou sofrem preconceitos e são marginalizados. Fugindo de uma mão de obra socialmente onerada e de uma opinião pública que exige a preservação ambiental, indústrias pesadas transferem suas oficinas para países com força de trabalho mais barata, muitas vezes com a atividade sindical sob severas restrições de governos fortes, apesar do discurso que procura confundir a expansão econômica com irradiação da democracia e dos direitos humanos. É o caso das maquiladoras que, primeiro, transferiram os setores de emprego mais intensivo de mão de obra e com baixo valor agregado para a China, a Ásia e, atualmente, para a própria América Latina, sobretudo o México. Em todos os casos, a transferência de oficinas, em geral de montagem, obedeceu à finalidade de redução de custos, pois o destino final das mercadorias continuou sendo o mesmo, os países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos, intensificando os intercâmbios comerciais internacionais.

Graças às maquiladoras, entre 1965, quando o México instalou a sua Indústria Maquiladora de Exportação (IME), no âmbito da Política de Fomento à Indústria Maquiladora de Exportação, quando doze empresas americanas instalaram oficinas de montagem de aparelhos de televisão no Estado de Chihuahua, Estado de Juarez, na fronteira com El Paso, Texas, empregando 3 mil pessoas, e o ano de 2001, chegaram ao país 3.630 fábricas, que caíram para 2.819 em 2004, devido à crise americana do período⁸⁸. O número de trabalhadores empregados pelas indústrias de exportação voltadas ao mercado do vizinho do Norte chegou a 1.291.232 em 2000 e 1.115.230 em 2004, 25,5% do emprego em manufaturas do México e 3% do emprego. Às montadoras de televisores iniciais de Chihuahua rapidamente se juntaram outras dos setores elétrico, de materiais de construção, de transportes, manufatura de móveis, montagem de brinquedos, de materiais

⁸⁸ Informações do verbete “Maquiladoras mexicanas”, da *Latinoamericana*, 2006, p. 739-740.

esportivos, manufatura de calçados e produtos de couro etc., que preferiram os Estados fronteiriços de Sonora, Baixa Califórnia, Tamaulipas, Cohaula e Nuevo León, onde se concentram 82,5% das maquiladoras, que se expandiram também para todo o restante do território, principalmente do Centro e Centro-oeste, Jalisco, Zacatecas, San Luís Potosí, Puebla e Thaxcala, mas também do Sul, principalmente Yucatán. Somente as IME exportaram, em 2004, 86,95 bilhões de dólares, 46% do total de exportações, levando o México ao topo do ranking dos exportadores latino-americanos, com um total de 188 bilhões de dólares no mesmo ano, equivalente quase ao dobro do segundo colocado, o Brasil, que exportou somente 95 bilhões no mesmo ano. O caso das maquiladoras mexicanas ilustra como os fluxos de investimentos financeiros internacionais e os intercâmbios comerciais penetram a intimidade dos territórios nacionais e a globalização, desse modo, reconfiguram as economias internas, alterando o equilíbrio interno entre as classes sociais e até entre os gêneros, pois elas, no início, empregavam basicamente mulheres jovens e menos escolarizadas, com idades entre 17 e 30 anos, 80% das contratações, número que desceu a 50% com a chegada de setores fabris que exigiam maior experiência profissional ou força física e devido à crise de desemprego no México, que forçou muitos homens a aceitarem trabalhos tidos como mal remunerados.

Para os países receptores de empresas estrangeiras e maquiladoras, apesar de elas privilegiarem a busca de mão de obra barata, facilidades e segurança para os investimentos, trata-se, apesar de tudo, de uma vantagem, da oportunidade de reduzir o desemprego interno, de obter recursos internacionais e ter acesso a tecnologias, ainda que de terceira linha, já superadas e dependentes dos centros de seu desenvolvimento. A lógica da integração e da criação de interdependências tornou-se irresistível, pois a globalização tornou inviável a competição com as modernas tecnologias da informatização e da informação. A economia globalizada se amplia em redes, selecionando pontos para a inserção de empresas e novos ritmos produtivos, conforme seus interesses, aliando-se ou desconsiderando os Estados locais, levando em conta exclusivamente a segurança e a rentabilidade dos investimentos.

Como registra Manuel Castells [em *La ciudad informacional* e *La era de La información*], as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual

uma ou mais curvas ou fluxos se encontram. São redes os fluxos financeiros globais; a teia de relações políticas e institucionais que governa a União Européia; o tráfico de drogas que comanda pedaços de economias, sociedades e Estados no mundo inteiro; a rede global das novas mídias, que define a essência da expressão cultural e da opinião pública. (DUPAS, 2001, p. 42)

As redes que comandam os fluxos financeiros, os intercâmbios internacionais e a economia mundial penetram e atravessam os territórios nacionais, mas só existem porque suas ordens trafegam em alta velocidade pelos canais abertos pelas tecnologias contemporâneas de comunicação. As economias centrais, por meio da internet, adquiriram influência *full time* decisiva sobre a mundial, reservando-se o controle dos fluxos e concentrando-se na produção de bens tecnológicos com valor agregado bastante superior. Segundo Dupas, “o mundo global é calcado no mercado mundial e na tecnologia” (2005, 160). Por isso, a pirâmide da economia mundial tem hoje no seu topo o setor de novas tecnologias da informação, no qual se constroem as grandes fortunas, não por acaso a grande maioria delas de empresas norte-americanas como a Microsoft e a Google, e a hierarquia dos parques produtivos é ditado por elas. Os números do último ano da administração de Bill Clinton, o último período virtuoso da economia dos EUA, segundo ele, revelam com clareza essa novidade.

As próprias empresas transnacionais norte-americanas e sua superioridade econômica mundial foram os fatores principais para impulsionar a generalização da *internet*. Como consequência, em 1998, o peso do setor de novas tecnologias da informação no PIB dos Estados Unidos chegou a 8% (contra apenas 4% da França), tendo sido responsável por 33% do seu crescimento econômico no ano (contra 20% na França). Essa situação, por outro lado, acelera a concentração de riqueza. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 20% dos países mais ricos – que detêm 86% do PIB mundial – eram responsáveis por 93% da utilização da rede de *internet* em 1997. Enquanto isso, 60% dos países intermediários – responsáveis por 13% do PIB – encarregavam-se de apenas 6% do uso da rede mundial. (DUPAS, 2001, p. 44)

Graças às novas tecnologias e à capacidade de comando centralizado que elas lhes ofereceram, os grandes grupos econômicos puderam expandir-se em missão civilizatória pelo terceiro mundo, para onde transferiram unidades fabris inteiras, no processo que ficou conhecido como “desindustrialização” do Norte,

interpretado também como reindustrialização, ou seja, devido à mudança das fábricas para o Sul do planeta. Dessa forma, o capital mundializado pode escapar da pressão dos movimentos ambientalistas sobre atividades poluentes e driblar as legislações trabalhistas exigentes e o movimento sindical organizado das nações desenvolvidas. Ao mesmo tempo transferiram poluição para o terceiro mundo e encontraram mão de obra mais barata disciplinada, atenta e obediente aos comandos e ordens das matrizes.

A inserção, quase sempre buscada intensamente, às vezes restringida pelos Estados ou lamentada por parte da intelectualidade, na economia internacional provoca não apenas alterações na economia interna, mas o desaparecimento ou a perda de protagonismo por algumas classes sociais e o surgimento ou crescimento da importância de outras, a ponto de economistas proporem uma reformulação da antiga lei do valor, que só seria produzido no trabalho de transformação direta da natureza, mas hoje, abrigaria qualquer função exercida contra uma remuneração, inclusive no setor de serviços e no comércio. Praticamente desapareceu, acompanhando Hobsbawm, o campesinato e perdeu papel de interlocução a enfraquecida e fragmentada classe operária, em nome da qual o Partido Bolchevique alegava ter feito a Revolução de Outubro, responsável pelo surgimento das grandes cidades e do sistema de proteções trabalhistas da Europa civilizada do *Welfare State*. Em lugar dela e do antigo proletariado (aqueles que só tinham a própria prole), os mesmos economistas viram surgir uma enorme classe trabalhadora, desorganizada, muitos sequer sem um posto de trabalho definido, formando uma multidão ainda amorfa, o conjunto das pessoas que vende (ou se pretende que vendam, no caso dos desempregados sistêmicos) o seu tempo para fins produtivos, em qualquer setor.

Uma noção ampliada, abrangente e contemporânea de *classe trabalhadora*, hoje a *classe-que-vive-do-trabalho*, deve incorporar também aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, *part-time* que se caracterizam pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Deve incluir também o proletariado rural, os chamados *bóias-frias* das regiões agroindustriais, além, naturalmente da totalidade dos trabalhadores desempregados que se constituem nesse monumental exército industrial de reserva [...]. [E] Não fazem parte da classe trabalhadora os gestores de capital [...]. Eles são as personificações

assumidas pelo capital. Estão excluídos também aqueles que vivem de juros e da especulação. (ANTUNES, 2005, p. 52, grifos do autor)

Segundo Antunes e outros economistas que reivindicam a herança marxista, portanto, a globalização teria revogado a lei do valor, forçado não apenas uma redefinição, mas a reconstituição das classes sociais, determinando, portanto, a própria morfologia das sociedades contemporâneas. E isto sob as barbas, se não com a cumplicidade, do Estado, que teria se transformado em sócio-menor ou epígono das forças (econômicas) da globalização. Já mostramos antes que as evidências empíricas mostram que, se o Estado se adaptou às circunstâncias, ele o fez sem perder a sua função básica de detentor do monopólio legítimo da violência, o que permite antecipar a hipótese de que nem sempre uma análise reveladora da realidade consegue ser tão precisa nas suas conclusões, ou que um bom diagnóstico nem sempre produz um bom prognóstico, mas esse aspecto será discutido à frente.

Regionalização e reinserção

A globalização, mesmo considerando somente sua dimensão econômica, não é um fenômeno unilateral nem envolve somente uma relação de agentes e objetos da integração, globalizadores e globalizados, pois os eventos que lhe dizem respeito inter-relacionam simultaneamente todos os envolvidos numa relação complexa de empresas, Estados e organizações infra e superestatais, tornando explosivas questões sensíveis como a da fome e das desigualdades, das disputas por recursos energéticos, das diferenças étnicas e culturais e as decorrentes de transgressões aos direitos humanos e danos irreversíveis ao meio ambiente. Ao invés de extinguir o Estado, a globalização coexiste com ele e depende dele, ainda que progressivamente destituído de algumas de suas funções tradicionais e assumindo outras, de vanguarda da inserção ou da reinserção da sua sociedade num mundo mais complexo. A instituição se adapta, reformula e passa a funcionar como indutora da realocação nacional nas realidades internacionais continuamente em processo de fragmentação e rearticulação. Sintomaticamente, grandes potências classificadas como autocráticas não conseguem resistir aos apelos da globalização e adaptam continuamente sua economia para receber capitais globais, liberalizando-a, para

integrar o mercado mundial, como a República Popular da China. Os organismos internacionais do livre-mercado, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e, principalmente, a Organização Mundial do Comércio (OMC), por seu turno, aparentemente tornam-se tolerantes com relação a Estados altamente burocratizados, centralizados e até levemente protecionistas que mantêm taxas cambiais artificiais, pois elas também não conseguem resistir ao apelo de um mercado de 1,3 bilhões de habitantes, com uma enorme massa de mão de obra barata e disciplinada.

A globalização, a rigor, está atuando em conjunto com a soberania estatal, e se valendo dela, forçando o Estado a mudanças abruptas e profundas de papel, não apenas para a utilização das novas tecnologias de controle e comunicação, mas também para buscar uma inserção mais vantajosa no mercado interconectado e numa ordem política menos desafiadora à sua soberana. Menos do que fadado a desaparecer, o Estado está se transformando numa das ferramentas fundamentais do mercado mundializado, atuando como agência comum das classes dominantes e das sociedades internas, desempenhando um papel geral que os concorrentes particulares não conseguem cumprir. O Estado moderno incumbe-se também de descobrir mercados para os produtores internos, coordenar esforços de exportação e promover os produtos nacionais. Coincidentemente as diplomacias coercitivas mesclam-se com as diplomacias econômicas. Além disso, o Estado mantém a disciplina interna e induz esforços de preparação da mão de obra, mediante um sistema educacional voltado à formação de técnicos capazes de entender as novas normas e empregar as modernas tecnologias produtivas, e regula a competição interna, disciplinando e adaptando o mercado aos intercâmbios internacionais.

O próprio intenso associativismo regional posterior à década de 1960 resulta tanto da globalização quanto dos esforços dos maiores Estados, cada um em seu continente ou bacia oceânica, para a busca de uma inserção mais vantajosa na economia mundial. A formação de blocos regionais é um efeito do avanço do comércio mundial, mas também um produto das políticas estatais. O primeiro bloco econômico regional, o Mercado Comum Europeu (MCE), surgido como união alfandegária entre seis países continentais, em 1957, evoluiu para a condição de união econômica e monetária (a União Europeia – UE), em 1992, e opera hoje iniciativas de unificação política com 27 integrantes. Ainda no ano de 1960, com

cinco membros, surgiu o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), que seguiu trajetória inspirada na UE. Sete e nove anos mais tarde, com as propostas de construção de mercado comum, surgiram a Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático), em 1967, hoje com dez integrantes, e, em 1969, a CAN (Comunidade Andina de Nações, ex-Pacto Andino), atualmente reduzida de seis para quatro Estados associados. Em 1973, com quinze pequenos países, estruturou-se, também com a proposta de construção de mercado comum e posterior união econômica, o Caricom (Mercado Comum e Comunidade do Caribe). A Ecowas (Comunidade Econômica dos Estados da África Oriental) foi criada em 1975 com o propósito de integração econômica. Os doze Estados sul-americanos constituíram em 1980 sua proposta de mercado comum com a Aladi (Associação Latino-americana de Integração) e, em 1991, quatro de seus membros (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, aos quais está em processo de adesão a Venezuela) fundaram o Mercosul (Mercado Comum do Sul), cujos membros, associados aos demais integrantes da Aladi, desde 2004, estão em processo da criação da unidade política por meio da Unasul (União de Nações Sul-Americanas). Em 1989, com 23 membros de vários continentes (Ásia, Sudeste Asiático, Oceania, Extremo meridional da África e da costa mais ocidental das Américas) seria criada como área de livre comércio a Apec (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico). Com a desagregação da União Soviética, em 1991, formou-se a problemática CEI (Comunidade de Estados Independentes), cujos Estados-membros são assediados pela UE. Em 1992, também como área de livre comércio, surgiria a SADC (Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento), constituída por quinze Estados africanos. Finalmente, em 1994, somente como área de livre comércio, juntamente com seus dois únicos vizinhos territoriais, Canadá e México, os EUA promoveram o Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte).

Todas as entidades econômicas regionais surgiram em função dos esforços dos Estados que as compõem, sobretudo as potências regionais, envolvendo somente países da própria região. Os EUA participam apenas da Apec e do Nafta, a comunidade da bacia do Pacífico e a união alfandegária norte-americana, não integrando as demais associações econômicas regionais. A Associação de Livre Comércio das Américas (Alca), proposta americana de união comercial das três Américas, foi recusada pelas principais potências econômicas sul-americanas, que

preferiram concentrar esforços no sentido da organização somente entre vizinhos, no Mercosul e na Unasul.

Ao contrário das entidades superestatais surgidas no pós-Segunda Guerra Mundial, com caráter geopolítico no âmbito da política de contenção à URSS no contexto da Guerra Fria, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), os EUA ficaram fora da UE, da Unasul e das demais entidades econômicas regionais. Estas, ao contrário e em graus diferenciados, empenham-se na inserção da região na economia mundial, muitas vezes em oposição às políticas e práticas americanas, patrocinando contendas contra o protecionismo no âmbito da OMC, evidenciando tanto os esforços para recuperar parte da eficácia perdida de suas estruturas legais mediante a cooperação com os vizinhos quanto o início da mudança do papel do Estado, que passa a privilegiar o desenvolvimento econômico ao invés da afirmação militar, devido ao reconhecimento da impossibilidade de competição no plano do *hard power* ou por já não o considerar decisivo para a constituição da ordem internacional. Ao contrário do vaticínio de Bedin, para quem o Estado estaria em vias de extinção, no início do século XXI, ele está redefinindo suas funções e a hierarquia de suas políticas públicas, desempenhando ainda um papel central no controle do território e disputando o controle sobre os fluxos econômicos que atravessam suas fronteiras.

Sob a inspiração de que a economia é uma ferramenta de construção da paz, ao contrário das forças armadas, e sob o argumento da pujança da economia europeia, dois Estados, França e Alemanha, passaram a defender, contra a aspiração unilateral americana, uma nova ordem internacional multilateral, a partir da reforma do Conselho de Segurança da ONU, mediante a ampliação do número de cadeiras permanentes, com direito a veto. Também com base em sua nova expressão econômica, os Estados considerados emergentes, a partir de sua expressão econômica regional, passaram a privilegiar políticas de acumulação de reservas internacionais e esforços para a atração de investimentos, bem como a reservar recursos crescentes para o setor educacional, orientados para a formação de elites especializadas nas novas tecnologias, que é o caso, apesar da diferença de caráter de suas instituições políticas, da China, da Índia e, aparentemente, também da África do Sul e do Brasil. Aparentemente a globalização mudou de

direção: se no início era fomentada do Norte para o Sul, que era cobrado a adequar suas instituições às trocas internacionais, a partir da década de 2000, passou a ser estimulada por pressões do Sul contra o Norte, com sucessivos processos contra o protecionismo no âmbito da OMC. O fato é que o Estado continua detentor do monopólio da violência e isto lhe fornece as ferramentas para unificar as sociedades ou as frações concorrentes de suas classes dominantes. Evidentemente o monopólio da violência, no caso da prática da guerra, também sofre os efeitos da globalização, mas não trataremos desse assunto aqui⁸⁹, pois nosso interesse, neste capítulo, restringe-se ao papel do Estado face aos fluxos globalizados.

Economista americano preocupado com as dificuldades para a construção de uma situação de paz estável no Oriente Médio, o liberal Richard Rosecrance, ao desenvolver uma fundamentação moral para a política externa de seu país na fase final da Guerra Fria, forneceu também elementos para compreender melhor a força e vitalidade do império, rebater a ideologia declinista e para criticar as ações externas pós-Guerra Fria dos EUA. Seu edifício teórico baseia-se na dicotomia entre dois tipos de estratégia estatais para o aumento da influência mundial na construção da ordem mundial: a territorial-militar e a comercial ou mercantilista. A primeira, segundo ele, centra-se no aumento da influência mundial por meio da supremacia militar; a segunda privilegia o comércio e a expansão econômica no mundo, por meio do comércio ou a construção de relações de interdependência. Uma está associada à guerra, a outra à paz, no esquema “quem comercia não guerreia” e vice-versa.

As duas estratégias opcionais, conforme Rosecrance, podem ser observadas ao longo de toda a história e podem ser medidas pela relação custo-benefício, ou seja, comparando os investimentos necessários para a obtenção do domínio mundial. No período posterior à Segunda Guerra Mundial, de expansão da globalização, para ele tornou-se mais racional (ou seja, mais vantajoso) buscar o domínio pelo comércio, que aprofunda a divisão internacional do trabalho e a cooperação, pré-condição da paz.

Os países, por princípio, desejam melhorar sua posição no concerto internacional, e basicamente há duas formas de consegui-lo: uma, através da aquisição de novos territórios; a outra por meio do

⁸⁹ A guerra nas novas condições de reterritorialização será debatida no próximo capítulo, o 4.

desenvolvimento econômico e do comércio. (ROSECRANCE, 1996, p. 59)

A estratégia territorial-militar supõe necessariamente a guerra, pois os objetivos só podem ser alcançados mediante a coerção sobre o oponente, o que obriga os derrotados à perda total de territórios e a custear as guerras perdidas. Trata-se de uma situação, portanto, que não deixa outra alternativa aos perdedores que a retomada dos conflitos. Já na segunda metade do século XX, o fato de a guerra ter se tornado muito mais complexa e destrutiva, em função da posse de equipamentos de destruição em massa, paradoxalmente, tornou-se uma garantia de que não se voltaria mais a recorrer a ela e que o “recurso fácil de implantar” da guerra tornou-se também o menos racional.

No sistema comercial, as nações reconhecem sua mútua interdependência, e aceitam um estatuto de igualdade com base na diferenciação de funções. Seus objetivos – aumentar a riqueza nacional e melhorar a distribuição de recursos através do comércio – não interferem com as políticas de outros Estados; ao contrário, reforçam-se. (ROSECRANCE, 1996, p. 43)

Embora cada país persiga o objetivo de se destacar internacionalmente e obter vantagens que os privilegiem em relação a seus pares, acabam entendendo que o vendedor, para continuar vendendo, depende da vida e da capacidade de compra do comprador, e o comprador define sua estratégia a partir da constatação de que depende dos produtos de qualidade, e com os melhores preços possíveis, produzidos por seu fornecedor, na lógica que estimula a crescente globalização.

Ainda que os Estados comerciais procurem melhorar suas posições individuais, são conscientes de que devem levar este esforço a cabo num contexto de interdependência. Concluem que pretender obter toda classe de bens ou serviços por meios próprios é um método bastante ineficiente, e apostam em incrementar seu bem-estar na base da especialização e na divisão internacional do trabalho. (ROSECRANCE, 1996, p. 39)

A racionalidade que preside a globalização é, portanto, a mesma que produz também a regionalização, levando vizinhos que sempre concorreram a se associarem, como França e Alemanha, no miolo da Europa, cooperação fundamental para a constituição do MCE e da UE. Da mesma forma, na América do

Sul, a troca das disputas políticas entre si por Brasil e Argentina, buscando a simpatia dos EUA ou Europa, pela cooperação comercial regular foi um passo fundamental para a estruturação do Mercosul e da Unasul e o novo dinamismo econômico do continente.

O desenvolvimento dessas relações comerciais estimula o ressurgimento de vínculos muito poderosos, como os que já existiram entre as cidades-estado comerciais do Renascimento. Livres da supervisão e do controle administrativo central, estas cidades-Estado de novo cunho apóiam-se mutuamente, da mesma forma que ocorria na Liga Hanseática, para incrementar o tráfico internacional, para defender suas teses e para reforçar a atividade comercial entre elas. (ROSECRANCE, 1996, p. 42-43)

Como o precedente histórico da Liga Hanseática, a regionalização econômica, portanto, decorre de uma decisão racional dos Estados vizinhos face a crescente globalização, que optam pela cooperação e a interdependência contra a competição pelo conflito, entendendo que, em conjunto, podem inserir-se melhor nos mercados contemporâneos. Se a regionalização decorre da globalização, ela também a reforça, como um conjunto de decisões tomadas pelos Estados numa fase de generalização econômica, em que cada um utiliza a proximidade geográfica e as vantagens comparativas decorrentes da menor distância, entendendo que a abolição das barreiras alfandegárias e a permissão ao fluxo de mercadorias e serviços entre os vizinhos, juntamente com a proteção integrada contra a competição de outras regiões distantes, é também a opção racional comum para melhor se inserirem no mercado mundial.

Em definitivo, os Estados comerciais admitem que o desenvolvimento de suas economias internas promove melhor a expansão dos mercados internacionais, nos quais possam encontrar melhor saída para suas produções do que o intento de conquista e assimilação de espaços territoriais. (ROSECRANCE, 1996, p. 40)

A globalização, ainda segundo Rosecrance, ao invés de reduzir o número de Estados, fez com que ele se multiplicasse. Com efeito, a meia centena de fundadores, os signatários da Carta de San Francisco, de 26 de junho de 1945, transformaram-se nos 192 atuais Estados-membros da ONU (que, juntamente com o Vaticano e Taiwan, perfazem 194 soberanias). Também em decorrência da divisão

internacional do trabalho e das especialidades desenvolvidas em cada um dos territórios, cada um deles tornou-se fundamental para os demais e a globalização, contrariamente ao que se poderia pensar, tornou-se uma garantia para a sobrevivência mesmo dos Estados com territórios e populações pequenos, como dois dos tigres asiáticos, que são apenas cidades-Estados, como Hong Kong e Cingapura, ou assegurou vantagens comparativas a Estados como a Coreia do Sul, a Itália e a Suíça.

O sistema comercial não precisa de grandes unidades políticas ou auto-suficientes. Como o objetivo nacional é a troca com outros países, as nações comerciais não necessitam ter nem um grande território nem uma grande população. Como o demonstram os casos de Cingapura e de Hong-Kong, podem ser tão pequenos que se reduzam a uma única cidade, e ainda que não disponham de matérias-primas, podem chegar a alcançar altos níveis de renda prestando serviços ou fabricando produtos manufaturados com destino ao mercado mundial. (ROSECRANCE, 1996, p. 41)

Enquanto alguns países, como a Itália ou a Suíça, concentram-se na produção de artigos de alta qualidade, ou com um forte componente artesanal ou de desenho, outros, como a Coreia e Taiwan, dedicam-se a produzir artigos de grande consumo, sapatos, relógios, tecidos ou bens de tecnologia consolidada, aviões, barcos etc., na base de um baixo custo de produção. Os Estados que se baseiam na estratégia comercial também têm que cobrir seu flanco defensivo, porém, ao invés de atuar isoladamente, recorrem ao mesmo modelo de cooperação, estabelecendo alianças para prevenir uma possível agressão das nações político-militares. (ROSECRANCE, 1996, p. 39)

A ordem econômica globalizada, portanto, viabiliza a existência de Estados territoriais com domínios muito pequenos e populações muito escassas, desde que especializados num único tipo de produto, como petróleo ou gás natural, no caso de países como o Kwait, Emirados Árabes Unidos, Omã e Arábia Saudita, ou serviços para a classe média mundial, como o turismo em áreas paradisíacas, ou em que são liberados jogos proibidos ou controlados em Estados territoriais maiores, que é o caso de ao menos metade das treze pequenas ilhas-Estado do Caribe, como Jamaica, Ilhas Virgens Britânicas e São Cristóvão e Nevis. Há ainda os casos de Estados que definiram sua viabilidade no complexo tecido globalizado como paraísos fiscais, operando depósitos de grandes empresas e particulares, inclusive recursos de origem ilícita, como a corrupção política, o tráfico de armas e drogas. É a situação de Estados como Barein, Suíça, San Marino, Luxemburgo, as ilhas

Seichelles e as colônias caribenhas da Holanda, como Caymã e Aruba, e Reino Unido, como Bermudas, Turks e Caicos, e Anguilla. Para Rosecrance, globalização é um fenômeno que se combina e supõe um outro, o de especialização, que seria a explicação para a inserção com sucesso na economia mundial de Estados que, sob o ponto de vista territorial e militar, seriam inviáveis.

Embora não desça ao fundo da questão do poder e das ordens internacionais baseadas no equilíbrio de forças, a ideia quase utópica de Rosecrance – de que a globalização decorre da divisão internacional do trabalho, força a regionalização e viabiliza mesmo as pequenas economias – tem uma grande capacidade de explicação para a multiplicação do número de Estados e para a sobrevivência dos microestados, muitos deles com rendas per capita bastante elevadas e uma classificação elevada de qualidade de vida, segundo os Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH), da ONU. Este efeito da globalização foi desafiado pelos holandeses W. Max Corden e J. Porter Neary que, em 1982, criaram um modelo interpretativo para a economia nacional chamado *Doença holandesa* (*Dutch disease*), segundo o qual a especialização num único (ou em poucos) produto de exportação, principalmente se este produto decorrer da exploração de recursos naturais com valor internacional elevado, pode levar ao colapso do setor manufatureiro, provocando estagnação da economia, desemprego e crise. De acordo com o modelo, portanto, a descoberta de uma riqueza natural, menos do que uma dádiva, pode significar um problema e, ao invés de se constituir numa alavanca para o crescimento, pode representar um freio devido à apreciação da taxa de câmbio, que pode tornar inviáveis outros ramos produtivos⁹⁰. A doença holandesa só ocorre num estágio de generalização das trocas, em que as exportações tornaram-se estratégicas para reduzir o desemprego interno, obter financiamento externo e tecnologias e é definida por Bresser-Pereira como uma “grave falha do mercado” devida à introdução na pauta de exportação de uma mercadoria com alto valor de troca no mercado internacional, que provoca, além da taxa de câmbio corrente, o surgimento de um segundo tipo de câmbio, a taxa de câmbio de equilíbrio industrial.

⁹⁰ O debate adquiriu força entre economistas internacionais brasileiros a partir de 2009, quando foi anunciada a descoberta de petróleo de alta qualidade na camada do pré-sal. Para eles, a possibilidade de o país dobrar em poucos anos sua produção petrolífera, passando à condição de grande exportador, poderia comprometer a diversidade da sua base produtiva, levar à desindustrialização e à estagnação.

A doença holandesa ou maldição dos recursos naturais é a sobreapreciação da taxa de câmbio de um país causada por este explorar recursos abundantes e baratos cuja produção comercial é compatível com uma taxa de câmbio claramente menor que a taxa de câmbio média que viabiliza setores econômicos de comercializáveis que utilizam tecnologia no estado da arte [...] Trata-se de um fenômeno estrutural que provoca desindustrialização. (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 7)

O nome doença holandesa, cunhado em 1982 por Corden e Neary, decorrente da especialização mórbida num reduzido tipo de produtos, deve-se ao problema vivido pela Holanda desde a década de 1960, quando a descoberta de reservas, a exportação de gás natural e a apreciação da taxa de câmbio foram associadas com o correspondente declínio de todos os ramos industriais. Bresser, contudo, detectou duas modalidades de doença holandesa, a restrita, derivada da descoberta de algum recurso natural (além do petróleo ou o gás, podem ser outros, como ouro, reservas de pedras preciosas, a extração de algum produto vegetal inédito ou alguma commodity do agronegócio cuja produção é beneficiada de forma extrema pelo tipo de solo ou clima) e a ampliada, derivada de algum outro fator produtivo abundante e barato, como a mão de obra (caso da China). Para Bresser, há duas manifestações principais da doença, uma em que ela sempre existiu, o caso dos países petroleiros (como Venezuela e Arábia Saudita), em que as demais atividades, industriais ou agrícolas, são inibidas, e outra, em que ela passou a existir como decorrência de alguma política econômica imprudente, onde “em nome de um liberalismo radical”, foram eliminados “os mecanismos de neutralização”; em consequência também da eliminação de quaisquer políticas interpretadas como protecionistas, neste último caso, verificaram-se a sobreapreciação cambial e “baixo crescimento do setor manufatureiro, rápido crescimento do setor de serviços, salários médios elevados e desemprego” (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 19).

Ao descrever o problema do câmbio sobreapreciado como uma afecção, “quanto mais grave for a doença holandesa em um país, mais difícil será sua neutralização, e menor será a probabilidade de que esse país se industrialize e cresça” (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 31), retomando as lições dos dois economistas holandeses, e de outros que se dedicaram ao tema, Bresser-Pereira admite a possibilidade de cura ou de neutralização da doença, mas para isso é necessária a capacidade de diagnóstico e a existência de um Estado forte o

suficiente para interferir na vida econômica. Para ele, a neutralização passa pela regularização da taxa de câmbio, fazendo com que tendam a coincidir a taxa de equilíbrio corrente, “que equilibra intertemporalmente a conta-corrente do país, e é, portanto a taxa que o mercado tende a determinar”, e a taxa de equilíbrio industrial, “que viabiliza setores industriais”.

A neutralização da doença holandesa deve ser feita através de um imposto sobre as vendas internas e a exportação das *commodities*, que variará de *commodity* para *commodity* de forma a ser proporcional à diferença entre a taxa de câmbio de equilíbrio corrente e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial que é necessária para que as empresas industriais, utilizando tecnologia no estado da arte, sejam competitivas. (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 31).

Além disso, ele recomenda que esses impostos “não devem ser internalizados”, mas “investidos num fundo financeiro internacional, para que a entrada de recursos não provoque a repreciação da moeda local” (2007, p. 31). Ou seja, a doença, como doença que é, tem cura e o artífice da sua neutralização é o Estado.

Entre as duas abordagens contraditórias descritas acima para a viabilização dos Estados pela economia, a de Rosecrance e a do modelo da doença holandesa, em que uma vê a especialização como oportunidade de reabilitação num ambiente globalizado e a outra define que a descoberta de um recurso lucrativo pode levar à estagnação, qual a correta? Como o objeto desta tese não é a economia, mas a política, sem o compromisso de fundamentá-la, deixamos aqui uma hipótese: a de que as duas são corretas, dependendo dos tipos de produto, da natureza das economias e da conjuntura econômica mundial. Considerada a complexidade da globalização econômica e a velocidade dos fluxos que se movimentam em todas as direções, as duas possibilidades podem ocorrer e são verificáveis empiricamente. Tanto os paraísos turísticos e os paraísos fiscais são estáveis e proporcionam condições de vida bastante razoáveis a seus povos, quanto também é verdade que alguns países não conseguem se industrializar ou se desindustrializaram em virtude de disporem de um recurso altamente rentável. Mesmo neste último caso, porém, o Estado pode ser uma ferramenta de interpretação dos riscos e de mobilização de recursos para o enfrentamento dos problemas.

Desindustrialização e o mito do imperial *overstretch*

A desindustrialização parece um fenômeno contemporâneo, que afeta cada região de uma maneira, sendo desconstrução do parque industrial para algumas, mas industrialização ou reindustrialização para outras, caracterizado pela importância crescente do setor de serviços, cuja participação no PIB e na força de trabalho é crescente, em detrimento sobretudo do setor industrial. Este, com tecnologias mais avançadas e composição orgânica do Capital centrada no capital constante, passou a agregar menos valor que os setores de pesquisa e de criação tecnológica de ponta. Enquanto o campo se automatiza e tecnologiza, ultrapassando os limites da fecundidade da terra ou das características biológicas dos animais, as indústrias, sobretudo as poluentes e que dependem de mão de obra não qualificada ou semiquificada, migram das economias centrais, que se especializam na produção de tecnologias e de valores intangíveis, para as periféricas.

A reorganização da economia mundial é um fato que pode ser abstraído dos movimentos de capitais dos últimos anos: as indústrias pesadas estão abandonando os países desenvolvidos e se relocando nos subdesenvolvidos; o maquinário atrasado destes é removido para países ainda mais atrasados e com mão de obra ainda mais barata, enquanto as massas desempregadas tentam se locomover em sentido contrário. Mesmo no interior dos países, as indústrias, principalmente as localizadas em áreas valorizadas pela especulação imobiliária, mudam suas unidades das grandes cidades para menores, no caso do Brasil, do Sudeste e do Sul para o Nordeste e o Centro-Oeste e das capitais de estado para o interior.

Este é o quadro geral das mudanças de perfil econômico em que precisa ser situado o fenômeno da desindustrialização. Seu entendimento pode contribuir para a compreensão da globalização, mas, para isso, da mesma forma que o afirmado no início, é preciso superar as abordagens ideologistas para compreender as novas realidades. Os conceitos empregados para isso precisam ser atemporais e gerais, válidos para qualquer lugar, para que se evitem as abordagens regionalistas ressentidas ou ainda impregnadas pelo anti-imperialismo simplista. O conceito de desindustrialização, portanto, precisa dar conta da nova morfologia do capital e da produção, para não incidir no reducionismo grosseiro de certas explicações, como esta:

Chama-se desindustrialização o processo de desmonte das plantas industriais, levado a efeito na América Latina quando esta foi induzida a abandonar o processo de substituição de importações, para adequar-se às exigências da economia internacional financeirizada [...] Além disso, dentro da indústria, os setores de maior valor agregado diminuíram sua participação no PIB industrial. (LATINOAMERICANA, 2006, p. 408)

Em definitivo “desindustrialização” não é um fenômeno induzido de fora para dentro na América Latina, nem diz respeito somente a este continente e menos ainda se refere somente à espoliação ou a um jogo maldoso de intenções sub-reptícias. Alguns dos efeitos descritos até podem ter sido mais sensibilizados num determinado momento neste ou naquele continente, mas a compreensão dos processos sociais depende de conceitos resistentes à crítica por sua universalidade e atemporalidade, ou seja, pela sua capacidade de explicar um amplo conjunto de situações. Não há razões para considerar, a seguir, portanto, a caracterização da desindustrialização ainda refém da teoria economicista do imperialismo do começo do século passado.

Recorrendo a autores como Robert Rowthorn e R. Ramaswamy, cujo *Grow, trade and desindustrialisation* é considerado um clássico dos estudos sobre a mudança de perfil das economias contemporâneas, e informando preliminarmente que a desindustrialização não corresponde “necessariamente a uma reprimarização da pauta”, ou seja, que nem sempre pode ser definida como retorno a uma fase anterior de desenvolvimento ou mais atrasada, José Luiz Oreiro definiu o conceito de uma forma que ele pode ser empregado para compreender a realidade de qualquer região ou país.

O conceito ‘clássico’ de ‘desindustrialização’ foi definido por Rowthorn e Ramaswamy [1999] como sendo uma redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região. Mais recentemente, Tregenna [2009] redefiniu de forma mais ampla o conceito ‘clássico’ de desindustrialização como sendo uma situação na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente. (OREIRO, 2009)

Da mesma forma, e alertando que “ao contrário do que pode suspeitar o senso comum, a desindustrialização não é necessariamente um fenômeno negativo”

e invocando a definição de Rowthorn, agora em conjunto com John Wells, em *De-industrialisation and foreign trade* [1987], André Nassif caracterizou o fenômeno como “retração relativamente expressiva do emprego no setor manufatureiro *vis-à-vis* os demais setores, notadamente os serviços”. Segundo ele, Colin Clark, em *The conditions of economic progress* [1957], já havia previsto a desindustrialização como desdobramento natural das economias capitalistas avançadas, numa formulação pioneira, associando os países com renda baixa a um perfil predominantemente agrário, os com renda média a um perfil principalmente industrial e os com rendas altas a um perfil de serviços.

Países de renda muito baixa contam com maior participação relativa dos setores primários do PIB, mas, à medida que alcançam níveis médios de renda *per capita*, essa participação majoritária é transferida para o setor industrial. Quando alcançam finalmente níveis elevados (e sustentáveis) de renda *per capita*, a perda de participação do setor industrial no produto agregado e, principalmente, no emprego total é transferida para o setor de serviços. (NASSIF, 2006, p. 8)

Se a desindustrialização causada pela doença holandesa é um fenômeno negativo, que provoca a sobreapreciação do câmbio e leva a uma acomodação dos setores produtivos internos, mediante a importação, resultando em balanços negativos e estagnação, ao contrário disso, nos países industrializados ela pode ser caracterizada como um fenômeno tecnológico, resultando do progresso técnico da própria indústria, que permite a desintegração de suas linhas produtivas e a realocação de cada setor segundo a lógica da reprodução ampliada do Capital. Neste caso, a redução da participação do setor manufatureiro no emprego nacional ou no PIB tem uma conotação positiva, de progresso e aumento da renda *per capita*. Os reflexos da desindustrialização das economias desenvolvidas é a industrialização de economias atrasadas. Para estas, mesmo recebendo setores fragmentados da indústria, a realocação de empresas é a única forma de escapar de uma lógica que fazia com que, nelas, o setor primário fosse predominante.

O fenômeno da desindustrialização, porém, também é sensibilizado como um evento negativo de outros lados do espectro ideológico, mesmo que com interpretações teóricas mais consistentes, e lamentado como um fator de desemprego no Hemisfério Norte. Se fosse possível falar em “vítimas da

globalização”, desse ponto de vista o alvo seriam as economias desenvolvidas e, numa abordagem economicista da política, o próprio Estado americano, que estaria fadado a não mais conseguir sustentar o processo deflagrado por sua iniciativa, mais uma criatura que teria escapado ao controle do criador. Considerando que a missão imperial implica custos econômicos, vitais e políticos, essas abordagens construíram hipóteses sobre a paulatina queda do poderio americano, que discutiremos a seguir, a partir do pressuposto de que os EUA teriam passado a gastar mais do que poderiam para garantir a segurança mundial e esta seria a causa da decadência de sua economia, da queda do apoio interno a sua política externa, da perda de seu prestígio e do declínio de sua influência sobre o mundo. Pensam dessa forma, por exemplo, autores como Paul Kennedy, David Halberstam, Immanuel Wallerstein e Emmanuel Todd.

Para esses autores, o domínio dos EUA sobre o mundo encontrar-se-ia em sua fase terminal, devido, entre outros fatores, à sua perda de liderança no comércio mundial. A este propósito convém recordar preliminarmente dois dados básicos, sobre os quais essas abordagens poderiam hoje ser sustentadas: primeiro, a participação do PIB americano (14,26 trilhões de dólares em 2009), embora ainda a maior da história das potências dominantes, vem tendo sua participação no Produto Mundial Bruto (PMB, de 58,37 trilhões de dólares no mesmo ano) progressivamente reduzida, caindo dos 51% dos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial a somente 24,4% em 2008; segundo, a participação dos Estados Unidos no comércio mundial foi ultrapassada há quase duas décadas pela União Europeia (UE); em 2007, somente as onze principais economias europeias representaram 34% dos 15,7 trilhões de dólares do comércio internacional, contra 10,6% dos EUA, ou seja, três vezes mais⁹¹, o que indica que a economia mundial ainda sofreria muito com o colapso de suas exportações para os EUA, mas não resistiria a uma recessão prolongada da UE; em 2008, a participação da União Europeia nas exportações mundiais foi de 35,89% contra 8,2%, e, nas importações, de 37,3% contra 13,31%⁹².

Para avançar outros indicadores que justificam a ideia da suposta decadência americana, poderiam ser citados ainda os números relativos aos déficits comercial e fiscal, além do crescimento da dívida pública externa dos EUA. O balanço comercial

⁹¹ Conforme os dados de 2008 e 2009 da Organização Mundial do Comércio (OMC).

⁹² Respectivamente US\$ 5,631 trilhões contra 1,287 num total de 15,692 e US\$ 6,077 contra 2,169 em 16,294. Ver Apêndice.

mensal revela uma renitente sangria superior a 40 bilhões de dólares mensais, que, em outubro de 2010, mesmo caindo quase 8 pontos percentuais, chegou a 44,6 bilhões de dólares⁹³, apesar dos esforços do FED (Reserva Federal dos EUA), o que projeta um balanço negativo de 500 bilhões ao ano; em 2008, o déficit na balança comercial foi de US\$ 882,045 bilhões. O déficit fiscal, mesmo caindo sob o governo Barack Obama, reduzindo-se em 240 milhões de dólares do primeiro para o segundo ano do seu mandato, foi de 1,294 trilhões de dólares⁹⁴. A dívida pública externa americana, por sua vez, chegou em maio de 2010⁹⁵ a 13,06 trilhões de dólares, equivalentes a 88% do PIB; a previsão é que atinja 92,6% do PIB em fevereiro de 2011⁹⁶. Ou seja, a sociedade americana adquiriu um comportamento perdulário, consumindo além dos seus limites, uma coletividade que se acomodou com seu nível de vida e engordou, não produzindo mais o suficiente para sustentar seus gastos. Para preservar seu alto consumo interno e os custos do domínio mundial, teve que apelar para a importação de produtos estrangeiros, para a tomada de empréstimos e a venda de títulos da dívida pública a economias mais dinâmicas, que se tornaram suas credoras, como a japonesa, até a década de 1990, e, depois disso, a chinesa.

Ainda antes da desagregação da URSS, nos momentos finais da Guerra Fria, momento em que a supremacia política americana parecia incontestável, mas sua superioridade econômica parecia ameaçada pelo crescimento avassalador do Japão, o jornalista David Halberstam escreveu que os americanos se haviam acomodado com o fraco desempenho econômico do país e haviam se deixado seduzir por um consumismo que ameaçava o futuro da sua sociedade. Ele fazia um diagnóstico sombrio sobre o futuro dos EUA a partir dos comportamentos das últimas três gerações, dizendo que aquilo que, no final da década de 1930, poderia ser representado pelo sentimento de que o país poderia finalmente superar os efeitos do *crack* da bolsa de Nova York, com possibilidades de oferecer maior segurança a seus cidadãos, transformou-se em expectativa de um futuro brilhante

⁹³ Segundo o Índice Dow Jones, conforme noticiário dos grandes jornais mundiais.

⁹⁴ Notícias de 3 de outubro de 2010, pois o ano fiscal americano fecha nos meses de setembro.

⁹⁵ Conforme notícia de 1º. de junho de 2010 do jornal O Estado de S. Paulo e de 3 de junho do jornal Folha de S.Paulo.

⁹⁶ Desde fevereiro de 2009, o Brasil é o terceiro maior credor entre os Estados dos títulos da dívida pública dos EUA. Considerando-se também os conglomerados financeiros, é o quinto maior credor. Conforme os dados da Agência Estado de 16 de março de 2009, os seis maiores credores seriam: 1º) China: US\$ 739,6 bilhões; 2º) Japão: US\$ 634,8; 3º) Países exportadores de petróleo: US\$ 186,3; 4º) Bancos sediados no Caribe: US\$ 176,6; 5º) Brasil: US\$ 133,5; 6º) Reino Unido: US\$ 124,2 bilhões.

no começo e em meados dos anos 50 mas, nos anos 70, passou a ser sentido como um conjunto de direitos independente da possibilidade real de realizá-los, gerando uma sociedade de consumo que deixou de ser produtiva e passou a depender de empréstimos externos crescentes.

Nosso debate político [...] não aceita a equação, ou seja, que os anos de abundância acabaram. Ele se apegua à idéia de que tudo continua como antes. Podemos ser uma nação devedora, a maior da história da humanidade, mas a dívida nacional, assim como o desequilíbrio comercial com o Japão, não é uma questão que mobilize as pessoas e as leve às barricadas. Tornamo-nos uma nação dividida: nosso sistema político ainda é filosoficamente baseado nos dias da hegemonia, mas nosso sistema econômico (e social) está claudicando desajeitadamente nos primeiros dias da nova economia mundial. (HALBERSTAM, 1992, p. 83-84).

Para Halberstam tanto a economia como a sociedade americana teriam perdido seu dinamismo. As empresas estadunidenses haviam se conformado com velhos modos produtivos, perdendo o foco no futuro, ao contrário de empresários japoneses como Kazuo Inamori⁹⁷, o fundador da Kyocera, que desenvolveu os transistores que marcariam a prosperidade da indústria da miniaturização do Japão. Em 1958, herdeiro de uma das centenas de pequenas cerâmicas de Kyoto e de um capital inicial de apenas 10 mil dólares, reforçado por um crédito de 100 mil, iniciou um dos esforços empresariais mais bem sucedidos desde Henry Ford. Seu projeto de crescimento previa duas etapas: primeiro, copiar as técnicas estrangeiras; depois, criar novas formas de produção. Ele trocou o conforto do escritório pela oficina e, após dominar as técnicas americanas, passou a pesquisar novas maneiras de produzir. Contratou pesquisadores universitários em número cada vez maior, com o objetivo, agora, de ultrapassar os inspiradores e produziu as cerâmicas de qualidade inédita que, usadas sobretudo nos transistores, revolucionariam a indústria eletrônica nipônica. Assim, somente em trinta anos, a partir do capital inicial insignificante, ele instalou fábricas em todo o mundo, cinco somente nos EUA. Na indústria automobilística aconteceu algo semelhante com a Toyota e a Honda que, da imitação inicial de modelos americanos, logo criaram os monoblocos que viriam a conquistar o mercado americano, ameaçando as tradicionais GM, Ford e Chrysler.

⁹⁷ A propósito da experiência da Kyocera e de outras gigantes econômicas japonesas e do vínculo entre indústria e pesquisa universitária, ver *O próximo século*, de David Halberstam, Editora Campus.

Até o sistema educacional japonês foi adequado ao propósito de copiar e, depois, pesquisar e aperfeiçoar os modelos inspiradores, superando-os finalmente em qualidade e preço. Para ele, os EUA, além de viverem uma crise de dinamismo e vigor, que pode ser fatal a uma potência dominante, com o Japão haviam passado a ter também um competidor à altura e uma alternativa à sua liderança. A principal causa dessa ultrapassagem é que, embora declinantes, os EUA se transformaram numa “sociedade de entretenimento”, enquanto a sociedade japonesa se transformava na fábrica e no laboratório do mundo. E, como qualquer público voltado ao entretenimento, os americanos passaram a detestar notícias ruins ou preocupantes, preferindo mudar o canal de TV a enxergar a realidade do seu declínio.

Somos na América, mais do que nunca, uma sociedade de entretenimento. O advento da televisão teve um impacto esmagador sobre as instituições americanas, individualmente e sobre nossa sociedade como um todo. Entre outras coisas, a televisão tornou-se nosso principal meio de comunicação em massa. Portanto, deveremos compreender essa regra tácita mais importante: as notícias não devem ser aborrecidas. Se estivermos aborrecidos, mudaremos de canal, muito embora o resto do mundo possa estar fazendo coisas importantes, que nos afetam profundamente. (HALBERSTAM, 1992, p. 87)

O britânico Paul Kennedy desenvolveu uma elaboração teórica ainda mais sofisticada e alarmista, buscando entender os ciclos que regulam a ascensão e a queda das potências ao longo da história a partir do equilíbrio entre a economia interna e a capacidade de arcar com os custos da liderança externa. Segundo ele, as grandes potências seguiriam rigorosamente um ciclo vital, cuja duração temporal pode variar, constituído por seu nascimento, ascensão, vida adulta, maturidade, declínio e desaparecimento. Todas as potências, durante um longo período de tempo, maior ou menor segundo os vários impérios existentes ao longo da história, teriam desempenhado um papel central para o conjunto das nações, funcionando como motivo para o desenvolvimento de todas e oferecendo-lhes a segurança necessária a sua sobrevivência. Isso, evidentemente, representa custos vitais e econômicos. Enquanto a grande potência dispõe de fôlego produtivo para bancar sua influência externa, sua dominação segue sem qualquer problema. Entretanto, a partir de um determinado momento, os custos da manutenção da segurança mundial

passam a ser maiores do que a capacidade do império de pagá-los, situação considerada o início de seu declínio, ou o *imperial overstretch*, o ponto de exaustão do domínio. Incapazes de arcar com as despesas decorrentes de sua liderança, obrigados a conviver com balanços de pagamento negativos e déficits públicos, os EUA estariam perdendo seu papel proeminente no mundo, brindando-o com o espetáculo de mais um *imperial overstretch* e da próxima queda da *pax americana*⁹⁸.

A teoria do meu livro é a de que toda grande potência precisa manter o equilíbrio entre gastos militares e capacidade econômica. Os problemas começam quando as atividades militares se expandem muito ou a economia perde o vigor e não pode mais arcar com seus custos. (KENNEDY, 26 de outubro de 2008, p. A 11)

A tese de Kennedy teve grande impacto inclusive de mídia, o que provocou críticas de diversos pontos de vista, que o fizeram, nos vinte anos seguintes, moderar e modular suas análises. Mais tarde, atenuando no tom, mas mantendo o fundamental do raciocínio, ele relativizaria a contundência inicial, afirmando que o fato de os EUA estarem em queda não significava que seu domínio deveria desaparecer do dia para a noite, ou imediatamente após a retirada de suas tropas das duas guerras ainda em curso no começo da segunda década do século XXI, do Afeganistão e do Iraque, pois todos os impérios anteriores passaram um período mais ou menos longo em descenso até a perda de sua liderança mundial.

A história nos demonstra que grandes potências demoram para perder sua supremacia. [A Espanha decaiu durante duzentos anos]. O Império Turco-Otomano levou 250 anos para entrar em decadência. O britânico teve seu auge no reinado da rainha Vitória (1819-1901) e durou pelo menos mais 80 anos [...] Ainda há um caminho pela frente antes que os EUA tornem-se apenas um país a mais. (KENNEDY, 26 de outubro de 2008, p. A 11)

Entretanto, a superpotência remanescente da Guerra Fria, antes mesmo do desaparecimento da contendora soviética, já esgotara sua capacidade de liderança, não sendo mais capaz de oferecer mercado, tecnologias ou capitais para o crescimento do mundo ou de manter sozinha a segurança do planeta. Fora forçada a abandonar o padrão de supremacia benigno por um coercitivo, ou daquilo que Joseph Nye, posteriormente, viria a chamar de *soft power* e *hard power*, com um

⁹⁸ Ver *Ascensão e queda das grandes potências*.

custo que ampliou ainda mais as dificuldades para a conservação de seu papel mundial.

No segundo dia de 2011, em artigo para a revista *The new republic*, depois de um quarto de século sustentando as mesmas ideias e sofrendo críticas tanto de realistas quanto de liberais e conservadores inconformados com a ideia da queda do poderio americano, fazendo um balanço da primeira metade do mandato do presidente Barack Obama, Kennedy retomaria suas ideias centrais ao afirmar que a crise vivida pelos EUA é, sim, “terminal”, embora isso não signifique o desaparecimento do Estado ou a sua redução a uma situação de insignificância, pois o país, mesmo depois do final de seu domínio unipolar, ainda deve continuar participando, e em condição privilegiada, de uma virtual ordem multilateral.

Os EUA deixarão de ser uma potência mundial desproporcional e se tornarão um grande país, que terá que ser ouvido. Os EUA ainda serão importantíssimos, apenas menos do que antes. Isto não é mau. Teremos uma situação mais normal. (KENNEDY, 2011, p. A 14)

Para ele, os EUA chegaram à supremacia mundial devido sobretudo a dois fatores, a sorte e o isolamento geográfico. Distantes do continente europeu, os EUA conseguiram manter sua sociedade e sua economia intactas enquanto as nações europeias se consumiam e destruíam em guerras, adquirindo o papel de celeiro e de manufatura do mundo. A partir de 1890, iniciaram o processo de lenta substituição da supremacia britânica, que só se consolidaria durante a Segunda Guerra Mundial, sobre três dimensões interdeterminantes, os três pilares que sustentam a estrutura, cuja autoria ele atribui a Joseph Nye, que funcionariam como as pernas de um banquinho de três pés, os poderes brando, econômico e militar, e “em todas essas três dimensões os EUA estariam confortavelmente à frente de qualquer outro concorrente”. Como a estabilidade do assento depende dos pés de apoio, pois se um deles fraquejar os outros serão insuficientes para mantê-lo em pé, Kennedy diz que, atualmente, o único pilar que parece sólido é o do poderio militar, graças ao fato de os EUA responderem sozinhos por quase metade dos gastos militares do planeta, disporem de arsenais nucleares significativamente superiores ao de qualquer virtual concorrente e conservarem completo domínio sobre o oceano, o ar e o espaço sideral, apesar do fato de que “a alta tecnologia não funciona tão bem

contra um homem-bomba ou contra um explosivo cuidadosamente instalado no acostamento da estrada” [e de que as] “as mais sofisticadas aeronaves não-tripuladas são, na verdade, completamente estúpidas” (2011, p. A 14). Em que pese a inequívoca vantagem na dimensão militar, são progressivos os problemas de solidez dos outros pontos de apoio da supremacia.

Dos três pilares que sustentavam o banquinho de Nye, o poder brando – a capacidade de convencer outros países a atender os desejos americanos – parece o mais frágil [e] uma potência verdadeiramente competitiva não pode deixar que seu déficit comercial avance tão rápido. [Além disso] Por fim temos a mais grave das ameaças: a perigosa e crescente dependência dos americanos de outros governos financiarem seu próprio déficit nacional. (KENNEDY, 2011, p. A 14)

Reagindo à velocidade do crescimento mínimo de 10% ao ano da economia chinesa e do seu saldo comercial com os EUA, tidos como resultado da subvalorização, por decisão estatal, da sua moeda, parlamentares americanos passaram a pressionar para que a China seja forçada a valorizar o iene, emenda que pode ser pior do que o soneto, pois, com isso, o concorrente pode se tornar o primeiro destino das exportações mundiais, derrubando os EUA também dessa condição.

Nos últimos 500 anos de história das moedas e do poder, o florim holandês tomou o lugar do escudo espanhol; a libra esterlina tomou o espaço do florim (e do franco e do marco); e então o dólar tirou a libra do jogo. O fortalecimento da moeda chinesa pode abrir espaço para uma influência [chinesa] muito maior sobre o mundo. (KENNEDY, 2011, p. A 14)

O declínio americano ocorre, portanto, como consequência da crise em dois dos seus três pilares de sustentação, enquanto que sua renitente superioridade militar, além de insuficiente para garantir a supremacia, é a principal causa do endividamento e dos déficits públicos. Olhando para o futuro, mas não para um futuro tão remoto, e alertando que até poderemos lamentar o fim da “relativamente benigna hegemonia americana”, Paul Kennedy escreve que

A Rússia de Putin está retornando suas áreas históricas de controle e parece haver pouco que os EUA possam fazer se a Bielo-Rússia e a Letônia forem reabsorvidas pelo Kremlin. A Índia parece

determinada a fazer com que o termo Oceano Índico seja indicativo de algo além da proximidade geográfica [e a *China*] com seus novos e sofisticados sistemas de armas, pode em breve dispor da capacidade de afastar a Marinha americana de suas praias. Gostem ou não, os EUA estão perdendo muito de seu espaço na Ásia. (KENNEDY, 2011, p. A 14)

Dentre outros autores chamados de “declinistas”, Emmanuel Todd, historiador não formado na escola marxista, que ganhou fama com um livro publicado em 1976, *A queda final*, em que antecipou em quase quinze anos a então incogitável fragmentação da União Soviética, lançou em 2003 um conjunto de textos, sob o título *Após o Império: Ensaio sobre a decomposição do sistema americano*, em que fazia previsão semelhante para os EUA, então na plenitude da sua força, no início de uma nova e bem sucedida, militarmente, invasão ao Iraque. Cruzando dados econômicos sobre o crescente déficit comercial americano com dados demográficos – exemplos: o maior crescimento populacional das nações menos desenvolvidas em geral e a redução das populações do primeiro mundo, além das mudanças de perfil sociocultural e étnico das sociedades decorrentes das correntes migratórias -, Todd diz que os EUA, da condição de estimuladores da reconstrução europeia com o Plano Marshall, se transformaram em “predadores” dos seus aliados, gerando uma situação insustentável no longo prazo. Em decadência, ameaçados pela perda do seu poder, “do ponto de vista de vista geopolítico, os EUA podem ser terríveis para o mundo”, avaliou ele numa entrevista (Folha de S. Paulo, 13/7/2003, p. A 29). Na mesma linha de interpretação, em outra entrevista (Folha de S. Paulo, 23/3/2003), o economista Mark Weisbrot, codiretor do Centro para a pesquisa econômica e política de Washington, avaliou a Segunda Guerra do Golfo e a recusa dos EUA em aceitar decisões contrárias ao protecionismo interno no âmbito da OMC como “o princípio do fim do império americano”. Refletindo sobre a maioria formada no CS da ONU contrária a aprovar a nova investida contra o Iraque, ele disse que “os EUA não terão como impor retaliações comerciais a todos. Isso já revela o enfraquecimento do sistema de dominação americano”.

A questão do declínio americano remete, ainda que em última instância, a dois pressupostos: a teoria das crises cíclicas do desenvolvimento capitalista de Marx, para quem ela ocorreria em ondas aproximadamente decenais, em virtude da contradição objetiva entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção (ou de propriedade), e o fenômeno da desindustrialização. Em relação ao

segundo, é importante notar uma nuance significativa: embora operando com os mesmos conceitos centrais acerca da contradição interna e letal do modo de produção capitalista, enquanto alguns autores insistem no caráter perverso da industrialização induzida do terceiro mundo, ao qual é reiteradamente imposto o destino de produtor de bens primários, produtos agrícolas e matérias-primas para as manufaturas dos desenvolvidos, outros autores, como o americano Immanuel Wallerstein, tomam como objeto de estudo as sociedades e economias centrais, as quais viveriam o dilema de, constrangidas ao desenvolvimento incessante das suas forças produtivas, estarem cavando com a superprodução forçada a sua própria cova. Com efeito, em virtude da desindustrialização e do progressivo endividamento externo dos EUA, o mais polêmico dos declinistas atuais, Wallerstein inicia sua obra de 2004, *O declínio do poder americano*, quando, sob governo George W. Bush, seu país já começara há um ano a Segunda Guerra do Golfo, com uma provocação no estilo apocalíptico de Marx e Lênin.

Os Estados Unidos em declínio? Poucas pessoas acreditariam nessa afirmação. Os únicos que acreditam são os falcões dos Estados Unidos, aqueles que defendem clamorosamente políticas para inverter o declínio. (WALLERSTEIN, 2004, p. 21)

A rigor Wallerstein não opera com a ideia de crises cíclicas de Marx⁹⁹, mas com uma variante inspirada, entre outros, por Nicolai Kondratiev¹⁰⁰, e também por Joseph Schumpeter, que ameniza o determinismo da superprodução marxista, ao identificar em suas pesquisas sobre a história econômica desde o século XVIII, além das crises periódicas, ciclos longos, de 48 a 60 anos, em que as fases no essencial ascendentes, de crescimento, são sucedidas por recessões, com quebra-geral e desorganização do sistema. Em Kondratiev, podem ser identificados três ciclos, correspondentes à “obsolescência/ demanda ou desgaste/ tempo de produção de distintas mercadorias” (MARTINS, 2005, p. 83), que dizem respeito respectivamente aos bens de consumo e matérias-primas que dependem de tempo e recursos limitados, com duração de quatro a cinco anos; aos meios de produção com tempo e custos médios, com ciclos de sete a onze anos; e aos meios de produção básicos, que funcionam durante diversas décadas.

⁹⁹ A propósito, ver “Os ciclos e a conjuntura contemporânea”, artigo de Carlos Eduardo Martins, publicado na revista *Margem esquerda*, número 6, 2005.

¹⁰⁰ *Los ciclos largos de la conjuntura económica*, de 1926.

São três ciclos que se superpõem, mas relativamente independentes uns dos outros, em que as crises de curto e médio prazos vêm e passam enquanto os meios de produção básicos ainda não tiverem sido superados. As crises destes não são apenas crises de superprodução, mas também de valores das mercadorias, do câmbio, das políticas de juros e decorrem da obsolescência do estado das técnicas, ou seja, dos meios de produção e do tempo médio para a produção das mercadorias. Wallerstein, por sua vez, opera com o conceito de “ciclo sistêmico”, distinto dos ciclos de curta duração, durante os quais o Estado exerce uma liderança econômica direta e, no final, de alguma forma resolutive. Já os ciclos sistêmicos, apesar do empenho, não são prorrogáveis pela ação do Estado, pois abrangem as rivalidades de longa duração no interior do sistema-mundo, envolvendo fatores como a circulação das mercadorias e dos fatores de produção, os ambientes de negociação, as questões referentes à legitimidade e de domínio das tecnologias produtivas. É como se traçassem seu curso independentemente das vontades e ações políticas. Na fase do liberalismo global, é a transição nesses fatores que determina os deslocamentos de hegemonia. Para ele, ainda, acompanhando a ideia de Charles Kindleberger¹⁰¹, a primazia de uma potência dominante dura enquanto ela for capaz de fornecer “bens públicos”, ou seja, segurança para o funcionamento da economia, na forma de liderança e regras para as trocas, capacidade esta já perdida pelos EUA, que se transformaram em estorvo e estão sendo substituídos nesta função sobretudo pela Europa e o Japão, juntamente com o Extremo Oriente. Por isso, para ambos, o presente declínio americano tornou-se visível a partir da década de 1970, não apenas pela crise do petróleo, mas sobretudo devido à crise financeira e aos ataques especulativos ao dólar, que poriam fim à ordem econômica de Bretton Woods. Esta crise, para Wallerstein, portanto, decorre basicamente do esgotamento de um ciclo sistêmico e significa a perda de validade de um tipo de hegemonia, ao mesmo tempo em que um outro tipo de hegemonia está em ascensão e um novo ciclo sistêmico está começando, duas situações entrelaçadas e, por conseguinte, irreversíveis, apesar dos esforços dos “falcões” de reverter a “aterriagem forçada da águia”.

Minha visão baseia-se na crença de que o declínio dos Estados Unidos no sistema-mundo é estrutural e não o resultado de erros de

¹⁰¹ *World economic primacy 1500-1900*, obra de 1996.

política cometidos pelos governos anteriores. Não pode ser revertido. É verdade que pode ser gerenciado de forma inteligente [em relação ao governo Bush-filho], mas isso é o que não está acontecendo. O declínio estrutural tem duas componentes essenciais. Uma é econômica, a outra político-cultural. A componente econômica é na realidade muito simples. Em termos de capacidades básicas – capital disponível, competências humanas, pesquisa e capacidade de desenvolvimento – a Europa Ocidental e o Japão (junto com o Leste da Ásia) estão em um nível competitivo com os Estados Unidos. A vantagem monetária norte-americana – apoiada no uso do dólar como moeda de reserva – está diminuindo e provavelmente desaparecerá. A vantagem dos Estados Unidos na esfera militar traduz-se numa desvantagem a longo prazo na esfera econômica, pois desvia capital e inovação dos investimentos produtivos. Quando a economia-mundo começar a sair da sua longa estagnação, é muito provável que tanto as empresas da Europa Ocidental como as do Japão e do Leste da Ásia apresentem melhor desempenho do que as empresas com base nos Estados Unidos. (WALLERSTEIN, 2004, p. 312)

Tão forte quanto o declinismo nos EUA é também a corrente renovacionista, que também envolve pensadores das mais diversas filiações teóricas, realistas, liberais e marxistas, a qual em geral concorda com o diagnóstico mas diverge do prognóstico declinista. Aceita a descrição dos elementos disfuncionais, como o consumismo excessivo da sociedade americana e o abalo da influência e poder dos EUA em função dos balanços comerciais negativos e do endividamento externo. Mas discorda do vaticínio segundo o qual a era americana estaria chegando ao seu final, apelando para as outras crises enfrentadas pelo sistema no último século que, ao invés de culminarem com o seu fim, funcionaram como motivos para sua renovação e fortalecimento dos EUA no assim chamado “sistema-mundo”. Dentre as dezenas de renovacionistas, vamos citar somente dois, de escolas de pensamento diferentes, um realista, Samuel Huntington, que opõe às construções teóricas casos empíricos recentes, e um autor também de influência gramsciana e braudeliana.

Dois anos após o sucesso de *Ascensão e queda*, de Paul Kennedy, Huntington entrou na polêmica contra o declinismo, reagindo que as crises enfrentadas pelos EUA seriam momentâneas e poderiam também ser passageiras. A questão da evolução da dívida externa, por exemplo, não resultaria de uma mudança cultural da sociedade americana, ou de um comportamento ditado pelo dístico “comer, beber e divertir-se”, refletindo uma tendência inexorável à decadência, mas, pelo contrário, seria somente “o resultado irreversível de políticas econômicas: redução de impostos, expansão dos gastos em defesa e valorização do

dólar” (HUNTINGTON, 1990, p. 40). Tratava-se, portanto, de uma situação momentânea e perfeitamente reversível. Segundo ele, o déficit comercial “se transformará em superávit na próxima década”. A previsão feita por alguns analistas, e endossada por ele, efetivamente se confirmou durante as administrações democratas de Bill Clinton (1993-2000), que lentamente reverteram os déficits herdados do republicano George Bush para superávits. Entre 1993 e 1996, o déficit caiu de 256,9 bilhões de dólares para 192,2, 154,6 e 83,2, transformando-se em superávits crescentes a partir de 1997: 13,3 bilhões de dólares, 117, 177,9 e 291,4 em 2000, voltando a cair no ano seguinte, sob a administração George W. Bush: 154,4 bilhões de dólares em 2001. Nos anos seguintes, o déficit voltaria e tornaria a crescer: 161,7 bilhões de dólares em 2002, 386,9 e 521 em 2003 e 2004, chegando aos 1,534 trilhões de 2008 e 1,294 de 2009.

Com respeito à participação do PIB americano no PMB, Huntington afirma que Kennedy se equivocou ao comparar os dados do final da década de 1980 com os do final da década de 1940 e início da de 1950, pois estas decorriam de uma situação excepcional, o pós-guerra, quando a economia mundial, sobretudo a europeia e a japonesa, estava desestruturada. O mais razoável seria comparar os números atuais com os do final dos anos 30, isolando para efeito analítico exatamente o período posterior à guerra, o que permitiria perceber uma constância na participação americana, constatando-se que, apesar dos problemas contemporâneos da economia dos Estados Unidos, ela ainda desfruta de uma situação inigualável em relação às grandes potências de todas as épocas.

Em resumo, se ‘hegemonia’ significa possuir 40 por cento ou mais da atividade econômica mundial (uma porcentagem de que a Grã-Bretanha nem remotamente jamais se aproximou durante seus anos hegemônicos), a hegemonia americana já desapareceu há muito tempo. Se, entretanto, significa produzir 20 a 25 por cento do produto mundial, e duas vezes mais que qualquer outra nação isolada, então a hegemonia americana parece absolutamente segura. (HUNTINGTON, 1990, p. 41)

Halberstam e Kennedy, dentre outros, também se referiam ao que chamavam de “fracassos sistêmicos”, como: a incapacidade da sociedade americana de manter a liderança do país em campos como o sistema educacional, deixando de preparar de forma adequada as futuras gerações para o exercício da liderança tecnológica e

empreendedora (leia-se: a piora relativa do ensino primário e secundário nos EUA); o reduzido número de cientistas, engenheiros e pesquisadores, ao contrário do Japão, devido à ênfase em humanidades e à formação de maior número de advogados que de técnicos; e, a principal “debilidade sistêmica”, os baixos níveis de poupança e investimentos. Também reconhecendo que essa debilidade existe, pois, ao longo da década de 1970, “a poupança bruta americana como proporção do PIB variou entre 14,8% e 19,1%, enquanto no mesmo período a poupança japonesa variou entre 27,1% e 32,9%”, Huntington diria que isso não parecia ter “afetado visivelmente a economia até agora”. Entretanto, segundo ele, essa debilidade não deriva do excesso de gastos militares, mas do consumismo da sociedade americana, comportamento que precisaria ser alterado para que a economia nacional pudesse recuperar seu dinamismo.

O consumismo, não o militarismo, é a ameaça ao poder americano. Os declinistas não se deram conta disso, mas Montesquieu acertou em cheio: ‘O luxo acaba com as repúblicas; a pobreza, com as monarquias’. (HUNTINGTON, 1990, p. 42).

Segundo ele, citando o economista Mancur Olson, de fato, “a decadência das nações” ocorre por efeito “dos direitos adquiridos e das ‘coalizões distribucionais’, que reduzem a eficiência econômica”, mas esta debilidade representa também a força de um país como os EUA, que se distinguem “pela abertura de sua economia, de sua sociedade e de sua política. Seus motores de mobilidade são a competição, a mobilidade e a imigração” (1990, p. 43), sem contar que, para ele, os sindicatos no país nunca foram tão fortes a ponto de abalar as taxas de poupança e a competitividade econômica. Retomando sem citar a ideia de Rosecrance, para quem a economia globalizada é também a regionalizada e a que privilegia as especializações, ao invés de estarem debilitados pela desindustrialização, na verdade os EUA podem estar se fortalecendo pela especialização em negócios financeiros, pesquisas tecnológicas e desenvolvimento de tecnologias de ponta de organização e comunicação.

Atribui-se a Mao Tsé-tung a afirmação de que o poder nasce do cano de uma arma: para os declinistas, porém, o poder vem de uma chaminé expelindo fumaça. Na verdade, o poder surge de várias formas e a influência internacional pode vir de fontes muito diferentes. (HUNTINGTON, 1990, p. 43)

Huntington estruturou seu artigo “Declínio ou renovação?” sob a convicção de que o declinismo é uma manifestação atávica e recorrente na academia americana, com efeitos paradoxalmente até benéficos para a retomada do crescimento. Sempre que o país enfrenta alguma dificuldade, brota uma nova onda de declínio dando o sinal de alarme. Desde a década de 50, conforme ele, houve quatro grandes ondas declinistas, a partir de desafios momentaneamente reais: em 1957-1958, o alarme foi disparado pelos mísseis soviéticos e o lançamento do satélite Sputnik, que estimulou o desenvolvimento da ciência aeroespacial americana e a obtenção de uma supremacia incontestável; no final dos anos 60, a luz vermelha acendeu-se quando o presidente Nixon e seu assessor Henry Kissinger alardearam o fim do mundo bipolar, o que teria levado o mundo acadêmico a prever a ascensão da Europa, China e Japão, mas ocorreu exatamente o contrário: o fortalecimento dos EUA; o terceiro surto foi deslançado em 1973, a partir da crise do petróleo, quando se chegou a supor que a Arábia Saudita poderia se transformar na próxima superpotência mundial, o que obrigou a indústria automobilística a se renovar, produzindo veículos mais econômicos, com o também refortalecimento da situação americana no mundo; em 1970, durante os ataques financeiros ao dólar pelo terceiro mundo nos mercados europeus, novamente temeu-se o risco soviético, pois o país teria voltado a crescer, o que teria levado Ronald Reagan ao poder e à retomada da política de contenção. Nesse momento, o sistema financeiro mundial foi alterado pelo fim da conversibilidade dólar-ouro e a adoção do dólar flexível, que levaria os EUA a uma situação única de controle das riquezas mundiais; face à retomada do crescimento soviético, foi readotada a política carteriana de distensão, para prorrogar o risco atômico, e novas medidas contencionistas que levariam¹⁰², finalmente, à desagregação do Estado concorrente. Segundo o autor, a repercussão da obra de Paul Kennedy teria detonado o quinto surto declinista, a partir do risco competitivo representado pelo dinamismo industrial e a rápida financeirização do Japão, que se tornara o maior credor da dívida externa americana. Entretanto, segundo ele, aquela também não se tratava de uma crise terminal, ou de declínio, mas somente de uma oportunidade, representada por um conjunto de alertas, para

¹⁰² Evidentemente a obra de Huntington, que insinua que o declínio ocorria com a potência bipolar concorrente, foi escrita antes do final da URSS.

que os EUA se renovassem e saíssem da crise ainda maiores do que eram antes dela.

Huntington não chegou a se manifestar sobre o declinismo wallersteiniano ou o de Giovanni Arrighi¹⁰³, embora outros autores o tenham feito. Um deles é o sociólogo brasileiro José Luis Fiori que, dentre outras obras, organizou em 2008 o livro *O mito do colapso americano*, nele publicando o capítulo “O sistema interestatal capitalista no início do século XXI”, em que descarta o economicismo de Wallerstein, repudiando a noção de uma temporalidade histórica do tipo da de Kondratiev, determinada somente pelos ciclos econômicos. Neste particular ele reconhece o esforço de Giovanni Arrighi de recuperar as noções de consenso e hegemonia, que passariam pela esfera autônoma da política, embora tome distância face ao historiador gramsciano italiano no que diz respeito às temporalidades intercorrentes no devir histórico. Embora Wallerstein seja diretor desde 1976 do Centro Fernand Braudel para Estudos de economias, sistemas históricos e civilizações, é com base no pensamento do autor francês que Fiori submete a uma dura crítica a sua teoria do declínio americano. Para ele, o principal “ponto fraco” de Wallerstein e Arrighi é exatamente a “confusão que fazem entre planos e tempos históricos diferentes”, ao contrário de Braudel, que discerniria com clareza três temporalidades, a breve, a econômica e a de “longa duração das grandes estruturas históricas”. Segundo ele, é por isso que “estas teorias chamam de ‘crise’ qualquer ‘disfunção sistêmica’” (FIORI, 2008, p. 21). Por tempo breve, acompanhando Braudel, ele entende as periodicidades da vida política imediata, ou das conjunturas políticas, das relações com aliados e adversários e da formação de coalizões; sob a noção de temporalidade econômica, classifica os ciclos de reposição e reprodução dos capitais e meios de produção, que podem revelar disfunções, até mesmo sistêmicas ou a produção, por exemplo, de “bolhas especulativas”; e, por “tempo de longa duração”, entende a dimensão que rege as grandes estruturas, que se constituem, numa linguagem gramsciana, pela formação de consensos para a emergência e manutenção dos grandes blocos históricos. De acordo com ele, ainda, sob as globalizações vivemos um período de ampliação ainda indefinida dessa temporalidade longa e, da mesma forma que na física, com o conceito de “universo em expansão”, pode-se também falar de uma “explosão” temporal “expansiva”. Ou seja, na política internacional é

¹⁰³ *O longo século XX*, obra publicada no Brasil em 1994.

possível enfrentar crises de liderança, em virtude de dificuldades para se impor ou decorrentes de resistências dos próprios aliados, sem que isso represente uma redução do poder estrutural, porque enquanto aqueles problemas se situam no tempo breve, as grandes estruturas situam-se nos ciclos de longa duração.

No plano das 'longas durações' históricas, onde tudo se transforma de maneira mais lenta, as derrotas militares americanas e a expansão chinesa não significam, necessariamente, uma crise final do poder americano. Pelo contrário, do nosso ponto de vista, elas fazem parte de uma grande transformação expansiva do sistema mundial, que começou na década de 1970 e se prolonga até hoje, associada, em grande medida, à expansão contínua e vitoriosa do próprio poder americano neste período. (FIORI, 2008, p. 20)

Quando se fala de uma estrutura, ou de um momento histórico, em expansão, a referência são os dois polos, o da economia e o da política. Se a globalização econômica está em expansão, reduzindo o tempo banal da vida cotidiana, aproximando povos e indivíduos, pode-se dizer que o Estado também está em expansão, deixando evidentemente de exercer antigas funções de um cotidiano mais dilatado, mas assumindo novas, e sem perder a sua característica essencial de institucionalização dos blocos de poder no âmbito de um território, de síntese de alianças políticas e simbólicas acerca da vida em comum, de centralização da força num ritmo cotidiano mais frenético. Expandem-se, em ritmos descontínuos mas integrados, tanto a generalidade econômica quanto a particularidade do poder de mando no âmbito de um território, a produção globalizada e o domínio sobre uma parcela circunscrita do território.

Desterritorialização e reterritorialização

O controle da sua população e dos fluxos internos pela burocracia civil e a segurança do território pela burocracia militar são decisivos para o entendimento da soberania estatal que, por sua vez, é indissociável do poder indivisível do Estado sobre uma faixa claramente delimitada de território. A noção de território, porém, não se confunde com a de espaço, pois aquele é o espaço submetido ao trabalho humano, ou seja, humanizado, socialmente transformado e apropriado pelos seus transformadores, enquanto o último pode ser espaço de ninguém, o comum a todos

e até o não-humano. Com a palavra *território* designa-se uma realidade socialmente construída por sucessivas gerações, não um elemento da natureza. Esta é apenas o suporte em última análise daquele. O espaço é anterior e autônomo em relação ao homem, enquanto o território é o espaço historicizado, domado, dominado e adaptado, transformado em utilidade ou em bem público, com identidade referida a um grupo social, de alguma forma conhecido e objeto de comunicação. Ele é o quadro de vida, não a simples paisagem, o que faz com que seja sucessivamente reapropriado e continuamente reconfigurado. Na definição de Claude Raffestin, em *Por uma geografia do poder*:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível [...]. [Henri] Lefebvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: 'A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc.' [...] O espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Se espaço pode ser o galático ou o virgem de contato humano, a sua fração que interessa ao homem como conhecimento de si próprio e da sociedade é a representável por linhas, meridianos e paralelos, traçados verticais e horizontais que indicam a apropriação simbólica e física pela sociedade, que revela a coincidência entre a cartografia e o Estado modernos. Território, na expressão de Milton Santos, no artigo "O território e o saber local: algumas categorias de análise", é, portanto, o "território usado".

O território tem de ser visto como algo que está em processo. E ele é muito importante, ele é o quadro de vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local. Por conseguinte, é o termo de união entre o passado e o futuro imediatos. Ele tem de ser visto – e a expressão de novo é de François Perroux – como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos. (SANTOS, 1999, p. 19).

Na sua "dimensão nacional", ou territorial mais ampla que a local, mas mais restrita que a global, território é o espaço sujeito a uma soberania, a fração do

espaço convertida em “território” comum pelo uso de uma dada coletividade de homens, transformada em sociedade, limitado por fronteiras, para além das quais vigoram outras soberanias, sob controle central do Estado que, de formas variadas, representa a coletividade na forma de normas para a vida em comum e exerce verticalmente sobre ela um poder de mando. O território usado o é em dois sentidos, relativamente autônomos, mas em que o segundo se sobrepõe ao primeiro: o local mais o intermediário e o nacional. No primeiro, indivíduos ou grupos internos organizam-se para explorar as potencialidades de cada localidade na produção ou troca de bens considerados úteis, ou valores de uso; trata-se da esfera econômica, que inter-relaciona pontos distintos do território e comporta uma historicidade própria. No segundo sentido, ele é uno, submetido ao princípio da lei, ou do conjunto de normas que viabiliza a existência e mesmo os vários tipos possíveis de apropriação econômica; trata-se da esfera política, cuja história relaciona-se com a econômica, mas não se desdobra a partir dela nem se volta somente sobre ela.

A fase da globalização representa a interconexão de pontos de uso econômico situados em diferentes territórios, submetidos a diversas soberanias, a partir de uma mesma lógica produtiva, mas isto, embora possa produzir mudanças na estruturação das funções do Estado, não leva à sua extinção ou declínio, uma vez que as duas dimensões são autônomas e se regem por leis estruturantes próprias. É por essa razão que Milton Santos, acertadamente, insiste, em *Por uma outra globalização – Do pensamento único à consciência universal*, em que um dos processos não pode ser analisado separadamente do outro.

A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Para entendê-la, como, de resto, a qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política. (SANTOS, 2001, p. 23)

Generalizando o conceito de François Perroux e Milton Santos, ou seja, desvestindo-o da roupagem contemporânea de análise da globalização, ou do globalitarismo como ele chama (por se tratar de uma globalização imposta, que caracteriza como totalitária), e operando com o conceito com abrangência universal, o local é o ponto de interseção de duas linhas, uma a da soberania, a outra, o plano da cultura, das vivências ou das convivências, o espaço banal. No interior do

território as várias localidades podem ser espaços banais diferentes, cada um constituído por um ritmo cotidiano de existência particular, com dialetos ou sotaques próprios, noções de tolerância distintas e até com valores próprios ou variações próprias de uma mesma moralidade genérica. Esta é a dimensão das relações familiares, de vizinhança ou amizade ou mesmo das pequenas rixas, que se expandem lateralmente, no sentido horizontal. O Estado, entretanto, representa a voz da unidade do sistema de leis e normas, impessoal e atemporal, com regras e um sistema de validação e aplicação dos dispositivos gerais válidos para todos os locais e indivíduos. Ele tem uma função padronizante ou de harmonização da diversidade. A linha que se estabelece entre o poder central e as localidades (poder local e indivíduos) é vertical, embora o tráfego por essa linha possa ocorrer nos dois sentidos: descendente e ascendente. No sentido ascendente é construído o sistema padronizador e operada a legitimação do uso da força. O descendente é o da imposição das disposições gerais a partir do poder centralizado, o sistema comum de regulações e de realização da vontade dos governantes. Nesse sentido, cada localidade tem um ritmo pautado por um cronômetro próprio, embora o Estado os harmonize no âmbito do território, ou do território nacional, para que não restem dúvidas. O local é também, por isso, sempre o espaço de interseção das verticalidades e horizontalidades, de cruzamento entre a política e a cultura.

A diferença entre o conceito geral, mais abstrato e com menor número de terminações, e a novidade representada pela globalização é que, neste nível de concreção, as técnicas assumiram um papel central, cujo motor integrador dos pontos transformados em valores de uso produtivos pode situar-se num ponto distante, fora do território (no exterior ou no espaço de ninguém). Nesta fase o capitalismo adquire condições de também influir sobre o local num sentido vertical, com um conjunto de normas e ritmos próprios para operar a moderna maquinaria, mas diferentemente da impositividade política, as técnicas têm mão única de direção, e agem de fora para dentro e de cima para baixo, passando ao largo do Estado e atravessando sua soberania, instalando pontos ao longo do território e levando, por força de suas próprias normas, um ou mais pontos selecionados das localidades a funcionar segundo uma temporalidade distinta, acelerando os ritmos de vida em espaços laborais, que passam a funcionar segundo o “cronômetro único” da globalização e do motivo único da acumulação cada vez mais veloz e com

intensidade maior. É a tirania do dinheiro. O local, assim submetido à tirania do dinheiro, é forçado a conviver com um ritmo também imposto que, em determinados casos, se confunde com a verticalidade do Estado, mas, em outros, discerne-se dela, porque a verticalidade política é uma via de mão dupla, que depende também da legitimação. Daí a contradição entre a aparência e a realidade dos processos que agem sobre o Estado, pois embora ela pareça estar definhando, em decorrência da perda de eficácia de antigas funções soberanas, na verdade está se fortalecendo com novas funções e relações antes menos significativas.

As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta. (SANTOS, 2008, p. 286)

Na história da humanidade é a primeira vez que tal conjunto de técnicas envolve o planeta como um todo e faz sentir, instantaneamente, sua presença. Isso, aliás, contamina a forma de existência das outras técnicas, mais atrasadas. As técnicas características do nosso tempo, presentes que sejam em um só ponto do território, têm uma influência marcante sobre o resto do país, o que é bem diferente das situações anteriores (SANTOS, 2001, p. 19-20).

Os pontos arbitrariamente (ou segundo a lógica da reprodução ampliada do Capital) selecionados no território para a instalação de unidades globalizadas (ou modernas ou com ritmos intensamente mais competitivos de produção) podem ser relacionados com outros pontos também selecionados segundo os critérios da fragmentação das linhas produtivas, para o processamento anterior das suas matérias-primas ou para o consumo de seus produtos. As linhas traçadas entre estes pontos constituem redes, unindo pontos aleatórios de qualquer lugar do planeta, constituindo um novo tecido, que fragmenta os espaços contíguos e “aproxima” localidades distantes, criando dissonâncias internas e gerando unissonâncias distantes. As redes ao mesmo tempo desterritorializam unidades constituídas há longo prazo e as reterritorializam, numa outra dimensão de espaços descontínuos. N. Curien, em *Réseaux territoriaux* (1988, p. 212), assim descreve as redes:

Toda infra-estrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação. (In: SANTOS, 2008, p. 262)

As redes físicas – de estradas, linhas aéreas, rotas marítimas etc. – e virtuais – por caminhos eletrônicos e conexões via satélite – desfazem relações e lógicas baseadas na vizinhança, desterritorializando espaços contíguos, quebrando sua unidade anterior, mas constituem outras, as das próprias redes, ou seja criando uma outra territorialidade, ou reterritorializando. Segundo Milton Santos, em *A natureza do espaço*, um geógrafo, O. Dollfus (em *L'Analyse géographique*, 1971, p. 59), propôs uma distinção entre os conceitos de redes e de circuitos. Redes são “sistemas criados pelo homem” e circuitos são as vias naturais. Os mesmos lugares são, portanto, pontos de interseção de movimentos horizontais e verticais, dos ritmos do cotidiano banal e de fluxos regidos pelo “cronômetro único”, onde não há tempo a perder, de forças centrífugas e centrípetas, que produzem a ubiquidade temporal: estar ao mesmo tempo em dois ou mais lugares. Às vezes, o mesmo local é escolhido como ponto para a instalação de diferentes unidades das linhas de produção globalizadas, suportando simultaneamente diversos ritmos diferentes, condensando distintas temporalidades. Essa é a causa da alienação política ou, mais precisamente, da “esquizofrenia do espaço”.

Os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares. (p. 112)

O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados. (SANTOS, 2001, p. 114)

Apesar dos conceitos que conferem um sentido às lógicas das globalizações, Milton Santos coloca-se num ângulo de observação que, ao elevar-se do abstrato ao concreto na interpretação da realidade do terceiro mundo, ou da brasileira em particular, e afirmando que o desemprego e a exclusão atuais são também produtos

dos processos da mundialização, ele acaba resvalando para um linguajar de natureza moral e passa a tratar os fenômenos econômicos e comunicacionais do final do século XX sob a ótica da dicotomia globalizadores-globalizados. Embora baseado em dados empíricos do período a que se refere sobre o desemprego global, o retorno de doenças consideradas extintas e novas angústias dos excluídos de um ritmo frenético, ele empobrece a análise do ponto de vista científico, equivoca-se na identificação de novos atores e produz prognósticos políticos duvidosos acerca de um projeto de nação. Nesse sentido, ele trata da globalização sobretudo como perversidade e defende a possibilidade de uma outra globalização, pela ação, no sentido horizontal, gerando uma corrente contra-hegemônica ascendente, a partir dos pobres, excluídos e marginalizados. A propósito intitula o capítulo III de seu *Por uma outra globalização* como “Globalização perversa”. Perversa por quê? Porque unifica o mundo não somente sob a ótica da reprodução ampliada do Capital, mas sob uma ditadura do dinheiro. E perversa também porque padroniza e homogeneiza a circulação das informações, não sob o direito de ser informado, mas do direito de mentir e manipular, sob uma ditadura da comunicação, ou do controle discricionário de pouco mais de uma dezena de grandes empresas de comunicação, que transformam em verdade as fábulas do progresso e da necessidade de redução do aparelho de Estado, desobrigando-o das políticas sociais e atrelando-o ao financiamento do capital internacional, princípios erguidos à categoria de “pensamento único”.

Tirania do dinheiro e tirania da comunicação são os pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado. Sem o controle dos espíritos seria impossível a regulação pelas finanças. (SANTOS, 2001, p. 35)

Essa lógica, para ele, é perversa ainda porque exclui os direitos sociais, gerando desemprego, precarização do trabalho e trazendo de volta doenças já consideradas extintas. E porque estimula a corrupção e implanta valores que visam o sucesso individual a qualquer preço. Ou seja, produz infelicidade em escala global e age para que os Estados abandonem sua função de garantidores da vida e da saúde dos desprotegidos, condenando esses gastos como improdutivos.

As empresas multinacionais e transnacionais, para ele, passaram a concorrer com o Estado na definição de normas e até na imposição de uma outra

temporalidade, pois submeteram todos os demais aspectos da vida à ditadura do dinheiro, “matando a solidariedade”. Nos aspectos em que não conseguem substituir o Estado, pressionam-no de forma poderosa, para que se coloque a serviço dos chamados “investimentos produtivos”, cortando gastos tidos como supérfluos. Desse modo, além da maior produtividade dos fatores de produção, geram também insensibilidade pública para com os sofrimentos sociais, indiferença com os dramas individuais e, enfim, uma época que se sustenta sobre várias formas de medo: do desemprego, da exclusão social, de estar na contramão ou de estar em desconformidade com o pensamento único ou de estar pura e simplesmente errado.

Dentro desse quadro, as pessoas sentem-se desamparadas, o que também constitui uma incitação a que adotem, em seus comportamentos ordinários, práticas que alguns decênios atrás eram moralmente condenáveis. Há um verdadeiro retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, do qual é emblemático o conhecimento das funções sociais e políticas do Estado com a ampliação da pobreza e os crescentes agravos à soberania, enquanto se amplia o papel político das empresas na regulação da vida social. (SANTOS, 2001, p. 38).

Jamais houve na história um período em que o medo fosse tão generalizado e alcançasse todas as esferas da nossa vida: medo do desemprego, medo da fome, medo da violência, medo do outro. Tal medo se espalha e se aprofunda a partir de uma violência difusa, mas estrutural, típica do nosso tempo, cujo entendimento é indispensável para compreender, de maneira mais adequada, questões como a dívida social e a violência funcional, hoje tão presentes no cotidiano de todos. (SANTOS, 2001, p. 58)

Apesar de anunciar no início de *Por uma outra globalização* que, para entender o “estado da globalização”, teria que considerar também o “estado da política”, Milton Santos deu mais ênfase teórica ao processo de globalização e ao seu julgamento moral do que ao estudo do Estado e das conjunturas políticas. Quando se aproximava desse ponto, esvaía-se em recomendações abstratas ou confessadamente utópicas. E ele não foi o único: a maioria dos economistas, geógrafos, historiadores e até cientistas políticos que se dedicaram aos desafios de compreender a nova realidade subestimaram suas implicações políticas, embora, em Milton Santos, a tensão entre o avanço da globalização e o fortalecimento paradoxal do Estado tenha sempre estado presente, ainda que como um incômodo teórico nem sempre confessado. E é essa angústia teórica que o diferencia do anti-imperialismo vulgar ou do panfletarismo inconsequente. Ele, aliás, confessou

pretender que *Por uma outra globalização* fosse, mais do que uma análise geoeconômica, um manifesto, “uma mensagem portadora de razões objetivas para prosseguir vivendo e lutando”. Por isso dedicou as últimas partes do livro à possibilidade real e à necessidade de um projeto de nação face aos fluxos globalizadores, fundado precisamente na constatação da persistência do Estado.

O Estado altera suas regras e feições num jogo combinado de influências externas e realidades internas. Mas não há apenas um caminho e este não é obrigatoriamente o da passividade. Por conseguinte, não é verdade que a globalização impeça a constituição de um projeto nacional. Sem isto, os governos ficam à mercê de exigências externas, por mais descabidas que sejam. (SANTOS, 2001, p. 78)

Apesar da conclamação política, ele não elencou os pontos para a construção de um projeto político dessa envergadura, nem nomeou seus atores, uma vez que o chamamento aos “pobres” é muito genérico, pois é uma categoria relativa a “ricos”, mais uma situação que um estado ou classe social; no fundamental, centrou sua atenção nas novas formas de domínio do homem sobre o homem a partir das técnicas, num grau mais elevado de abstração, o que o impediu de entender, no plano concreto, as causas pelas quais a esmagadora maioria dos “prejudicados” pela expansão do Capital conformava-se com as novas situações de exclusão e precarização da vida. De fato jamais houve um período tão prolongado de imobilismo do movimento sindical em todos os países, inclusive no terceiro mundo, quanto o iniciado em meados da década de 1980. Num primeiro momento é evidente que um certo encantamento com as capacidades miraculosas das novas tecnologias, ao lado do temor do desemprego, levaria a uma certa passividade. Só que o risco do desemprego, se leva a uma atitude de conformismo em relação ao empregador, leva também a cobranças generalizadas contra o Estado em favor de medidas estabilizantes. Não por acaso, no Brasil, por exemplo, os partidos surgidos como desdobramento do movimento sindical trocaram de seara e, embora sem jamais conseguir sucesso na organização da greve geral, alcançaram postos da maior relevância no Parlamento e no Executivo. Embora os efeitos considerados perversos da globalização possam ser politicamente secundarizados nos momentos de crise econômica, eles vêm com vigor à tona nas fases em que as desigualdades

ficam muito evidentes, sobretudo nas democracias representativas nos momentos eleitorais.

Sem extrair as consequências teóricas da constatação empírica acerca da sobrevivência e fortalecimento do Estado, que, embora ele não o tenha dito, preservou o papel de agência unificadora das classes dominantes, mesmo as externas, mas também continuou sendo um canal de expressão das classes subalternas e lócus da construção de consensos, Santos também acabou passando ao largo das conjunturas políticas imediatas, deixando de levar em conta as correlações de forças e prioridades circunstanciais das classes e grupos em enfrentamento, por onde qualquer projeto de nação precisaria passar para se transformar em força política real ou objeto de um novo consenso. Numa quase confissão desse limite político da denúncia moral, ele identifica seu projeto de nação e a outra globalização como decorrentes da “pertinência da utopia” e prega a possibilidade de inversão do sentido das redes, num movimento contra-hegemônico horizontal, a partir do local, que poderia apropriar-se das tecnologias, reconfigurando as redes globais e substituindo as ditaduras da comunicação e do dinheiro pela recuperação das noções de igualdade, solidariedade e fraternidade. A passividade dos pobres que, segundo ele, seria a causa do avanço do globalitarismo, se quebrada, pode ser a chave inclusive da recaptura do Estado. Nesse sentido, as redes sociais e os movimentos antiglobalização de classe média nos grandes fóruns internacionais, como o de Davos, pode dar origem a uma atividade extremada, generalizada e eficaz.

Um “novo mundo” é, portanto, possível para o otimista Milton Santos, com base na produção local. A história, segundo ele, não acabou, desmitificando o mito de Fukuyama a propósito da anunciada queda do Muro de Berlim em 1989, mas está apenas começando, sugerindo a pertinência das utopias e viabilidade de um projeto de nação que dependem até de novas representações do mundo e de mudanças de natureza filosófica.

A partir dessas metamorfoses, pode-se pensar na produção local de um entendimento progressivo do mundo e do lugar, com a produção indígena de imagens, discursos, filosofias, junto à elaboração de um novo *ethos* e de novas ideologias e novas crenças políticas, amparadas na ressurreição da idéia e da prática da solidariedade. (SANTOS, 2001, p. 167-168)

Para tratar do assunto que nos propomos a debater nesta tese, as transições e emergências nas ordens políticas internacionais, não é preciso seguir os passos das proposições ideológicas de Milton Santos e outros intelectuais sinceramente condoídos com os dramas do cotidiano de milhões de pessoas, embora alguns deles, como é o caso, tenham dado uma contribuição efetiva para esboçar uma compreensão das novas funções do Estado territorial. Nesse aspecto, ele também contribuiu com suas reflexões sobre a globalização comunicacional.

Da aldeia ao segredo dos segredos de Estado

Se a generalização dos intercâmbios comerciais e a financeirização com base nas técnicas fragmentaram os territórios, a globalização comunicacional, graças à redução brutal das distâncias, teve o efeito de praticamente eliminar o território, criando uma simultaneidade universal que tornou inteiramente devassáveis as fronteiras porosas, tornando precário o exercício de algumas funções de Estado que, às vezes, eram exercidas em regime de duopólio com as religiões, como o controle sobre as informações e a formação recebidas por seus súditos¹⁰⁴. Enquanto a esfera da produção seguiu localizada no plano interno, sob a tutela do Estado, mas atravessada pelos fluxos anteriormente mencionados, o centro dinâmico da economia deslocou-se para a dimensão global, com o surgimento de um mercado mundial, sujeito a suas regras próprias para as trocas, na medida do possível entre equivalentes, e à “legitimação” conferida pelo acúmulo financeiro. Se, no plano interno, as classes produtoras foram desintegradas, no externo, todos os indivíduos, agora segmentados por faixas de renda, em ricos, remediados ou pobres, ou “classes” altas, médias e baixas, emergiram como consumidores também mundializados, contando por sua capacidade e decisão de compra. A propaganda assumiu, portanto, a centralidade das estratégias de comercialização, voltadas à “fabricação” de consumidores em série, em todos os rincões do planeta, transformando as mercadorias em atores principais de um verdadeiro espetáculo, em que o consumidor passou da condição de sujeito a objeto.

A globalização implicou também, portanto, a valorização da imagem em detrimento da realidade, das aparências face as essências, com a criação de shows

¹⁰⁴ Por essa razão, Althusser inclui o sistema educacional e as igrejas entre os aparelhos ideológicos do Estado.

sucessivos de consumo, numa verdadeira espetacularização do mundo, em que o que passou a contar deixou de ser as propriedades dos produtos, mas as características mágicas atribuídas a eles pela propaganda. A mercadoria passou a dominar o produto e as formas de consumo passaram a determinar as formas de produção, o contrário da fórmula clássica de Marx segundo a qual a produção determinaria a circulação e o consumo. O deslocamento da determinação da esfera da produção para a do consumo explica as causas de a publicidade ter assumido o centro estratégico do empreendimento internacional, com a mercadoria no centro do palco e sob os refletores, conforme, dentre outros, Milton Santos.

Atualmente, as empresas hegemônicas produzem o consumidor antes mesmo de produzir os produtos. Um dado essencial do entendimento do consumo é que a produção do consumidor, hoje, precede à produção dos bens e dos serviços. (SANTOS, 2001, p. 48)

No mercado mundial as mercadorias contam pelo seu valor de troca. Na sociedade-espetáculo, portanto, o que agrega valor real é a capacidade de distinção em meio à profusão de produtos e indivíduos anônimos. Aqueles que não conseguem a notoriedade têm seu trabalho reduzido a trabalho abstrato, sem preço de mercado, contando somente como médias estatísticas, a exemplo dos volumes fantásticos de horas de trabalho dos garimpeiros, cuja faina só conta para a estimativa do tempo médio de trabalho socialmente necessário para a produção de uma única pedra preciosa, cujo valor incorpora a soma dos esforços realizados em todo o planeta. Os bens imateriais ou de valor intangível são banalizados em mercadorias pela indústria cultural e reformatados para o consumo de massas, como a pesquisa científica, o ensino secular, a vida cultural e o proselitismo político ou religioso. Aos vitoriosos, os lucros; aos anônimos, a indiferença. Obras literárias são publicadas e artísticas reproduzidas e apreçadas, por exemplo, não pelo seu valor intrínseco ou o esforço demandado, mas pela capacidade de se distinguirem nas vitrines. A remuneração das pesquisas varia de acordo com sua capacidade de despertar a atenção dos investidores, que as selecionam conforme a avaliação de suas possibilidades em termos financeiros. O valor das palestras e conferências é ditado pelo volume de público e o preço a que pode chegar o ingresso, isto é, pela qualidade de ator e não pelo esforço científico exigido ou o mérito do conteúdo. Os partidos políticos substituíram os pensadores políticos, doutrinaristas e formuladores

estratégicos pelos marqueteiros e os publicitários que se transformaram em peças-chaves das campanhas eleitorais, rivalizando em importância até com os próprios candidatos. Mesmo no plano do divino e do místico, a relação com Deus passou a ser mediada pelos veículos de comunicação de massas, em que as igrejas sofrem a concorrência dos templos eletrônicos, em que prosperam os padres-cantores e os tele-evangelistas.

Os meios técnicos da globalização comunicacional e da espetacularização do mundo, como o rádio, a televisão e a internet, foram inventados bem antes da globalização propriamente dita, mas foram decisivos para a criação de públicos globais e para a expansão formidável dos intercâmbios internacionais e a financeirização dos últimos trinta anos. Graças a eles, os obstáculos geográficos foram contornados e as distâncias encurtadas, aproximando povos e culturas diferentes, reconfigurando as relações entre o profano e o sagrado, entre governados e governantes, e entre as periferias e seus centros.

Naquilo que nos importa aqui, a relação entre globalizações e Estado, valeria considerar que, embora a pesquisa e a utilização dos meios técnicos de transmissão de dados e a comunicação em rede tenham sido estimuladas e patrocinadas pelos Estados das potências dominantes, com objetivos militares ou econômicos, eles propiciaram a apropriação de algumas das funções estatais definidoras, como a formação e o controle dos corações e mentes de seus cidadãos, por outros atores, redefinindo a política não apenas internamente, mas também internacionalmente, como veremos a seguir.

Poupando uma fastidiosa e desnecessária listagem da evolução dos meios de comunicação, acompanhando genericamente a periodização proposta por Armand Mattelart¹⁰⁵ sobre as “auto-estradas da informação”, desde a metade do século XIX, com a instalação do primeiro cabo submarino pela Grã-Bretanha, em 1851, uma expressiva sucessão de descobertas vem revolucionando as comunicações, como o telégrafo, o telefone, o rádio, a televisão, a transmissão de dados via satélite, a impressão a frio, a retransmissão via satélite, a televisão em cores, a internet e a criação de programas interativos, que possibilitaram a formação de redes sociais e Web-TVs. Algumas delas, como o rádio e a internet permaneceram longo tempo sob estrito controle militar, o primeiro até o final da Primeira Guerra Mundial, a segunda,

¹⁰⁵ Em *A globalização da comunicação*, de 1996, edição brasileira de 2002.

criada para resistir a radiações decorrentes de explosões nucleares, até a fase final da Guerra Fria. Outras, como as transmissões por cabos submarinos, exigiam investimentos só possíveis a organizações estatais e foram efetivamente fundamentais para a estabilidade da *Pax Brittanica*. A maioria, até a virada do século XXI, quando transformada em produto comercial, abrangendo pontos submetidos a mais de uma soberania, foi regulamentada por algum tratado interestatal, como a Conferência de Berlim de 1906, que regulou as ligações interurbanas internacionais, ou a criação, no mesmo ano, da União Radiotelegráfica Internacional, que padronizou as frequências de ondas sonoras. Cada um dos novos eventos anulou os obstáculos representados por oceanos, montanhas, desertos ou vales, e baixou o intervalo de tempo entre a transmissão e a recepção de mensagens, reduzindo os efeitos isoladores das distâncias físicas, aproximando pessoas e culturas por meios de comunicação cada vez mais cobiçados e abrangentes. Se alguns meios técnicos de comunicação, como o telégrafo e o telefone, aproximaram empresas e indivíduos, gerando revoluções comerciais ou comportamentais, outros colocaram em cena amplos grupos sociais, sobretudo urbanos, como o rádio e a televisão, que remodelaram padrões culturais seculares, influenciando sobre as relações de vizinhança, o lazer das famílias e até as emoções pessoais, transmitindo programações de intenso impacto público, como sorteios, novelas e campanhas de mobilização. Estes meios de comunicação deram uma dimensão coletiva à sociedade do espetáculo e foram apropriados pela propaganda comercial, que, com eles, aparelhou-se para a reconfiguração entre produção e consumo.

Como nada é gratuito na sociedade do espetáculo, os veículos de comunicação passaram a ser controlados por investidores e empresas que funcionam segundo a lógica da reprodução ampliada do Capital, visando o lucro cada vez maior, a ditadura do dinheiro de que fala Milton Santos. Hoje, não mais que uma dezena de imensos conglomerados econômicos e centrais de criação produzem seriados e telenovelas que mobilizam as emoções de milhares de pessoas nos mais diversos países, e não mais que uma dúzia de agências de notícias sediadas no primeiro mundo selecionam os fatos internacionais que serão destacados nos telejornais noturnos e estampados nas manchetes dos jornais do dia seguinte. Os programas, medidos pelas taxas de audiência, e a mídia impressa, contada segundo a circulação de exemplares, transformaram-se em mercadorias de

alto valor e seus espaços específicos para publicidade ou, disfarçados como *merchandising*, são disputados para a inserção de mensagens publicitárias, com os preços de veiculação definidos segundo o público atingido. Quando a audiência sobe, o preço de veiculação se eleva; quando ela baixa, seu custo cai; quando cai demais, o programa é tirado do ar ou provoca prejuízos e a falência da empresa.

A busca das emoções e sentimentos fáceis do público depende da capacidade de identificar oportunidades de espetáculos eficientes para provocar comoções, sejam eles ficcionais ou noticiosos, porque na sucessão de imagens isso se torna irrelevante, sejam os fatos verdadeiros ou inventados, tenham origem pública ou privada, decorrentes de grandes tragédias ou de fatos interpessoais inusitados. Com o vídeo-tape, que permite reproduzir as mesmas imagens na quantidade de vezes em que isto for lucrativo, e a transmissão via satélite, que permite captar qualquer fato, por mais distante, e transmiti-lo quase imediatamente, Marshall McLuhan, ainda na década de 1960, para definir o resultado das mídias sobre a sociedade, usou a definição que se tornaria célebre, “Aldeia global”, com isso significando que as distâncias haviam deixado de contar e que, usando todo o mundo como matéria-prima, as mídias teriam menor dificuldade de encontrar fatos “espetacularizáveis” e mais facilidade para inseri-los nos seus enredos dramáticos, trágicos ou humorísticos de mercadorias com potencial de impacto. Quanto mais distantes, melhor, porque mais difícil a checagem, ou a confrontação empírica com os próprios fatos. Como não poderia deixar de ser, essa metáfora eloquente foi taxada como mais uma das “fabulações”, ou das artimanhas ou invencionices ideológicas acerca de si própria, da globalização, ou de seu papel civilizador do mundo, de acordo com Milton Santos, citando Octavio Ianni (*Teorias da globalização*, 1996).

O fato de que a comunicação se tornou possível à escala do planeta, deixando saber instantaneamente o que se passa em qualquer lugar, na verdade, ao contrário do que se dá nas verdadeiras aldeias, é freqüentemente mais fácil comunicar com quem está longe do que com o vizinho. (IANNI, in: SANTOS, 2001, p. 41)

Ao ser espetacularizado, o mundo deixa de ser o mundo e se transforma em espetáculo-do-mundo, ou mercadoria midiática, e pode ser consumido como qualquer outro produto, mas com um efeito colateral induzido: ao consumi-lo, o

morador das grandes cidades também consome valores e ideias. Esta mercadoria, também de acordo ainda com McLuhan, é consumida de acordo com um dos dois tipos de veículo, “quentes” ou “frios”, usando uma metáfora térmica. Meios de comunicação quentes são aqueles que mobilizam apenas um dos sentidos humanos, como a visão, no caso dos jornais e livros, ou a audição, no do rádio, deixando margem para uma participação ativa do receptor na construção do fato, por meio da memória ou da inteligência. Meios de comunicação frios são os que mobilizam vários sentidos, cercando o destinatário pelas várias portas sensoriais de acesso das mensagens, como simultaneamente a visão e a audição, com falas, músicas, tempos, contratempos e efeitos especiais, para provocar suspense, não dando oportunidade de contestação ou dúvida, em que a informação e a formação se confundem com o entretenimento. Uns transmitem a informação semiacabada, os outros, pronta para o consumo, induzindo até as reações do receptor. São frios o cinema e a televisão, no caso desta o apelo é reforçado pela atualidade e a inserção do aparelho dentro do lar, integrando o próprio *habitat* do consumidor; o próprio meio de comunicação não deixa margem ao senso crítico, “explicando” tudo e induzindo as respostas emotivas, enfim, tornando o destinatário da informação passivo. Por isso, ele diz que “o meio é a mensagem”, ou que os fatos tornaram-se simples pretextos para o exercício do poder de atração e sedução do meio, no sentido de que ele recria ou, se necessário, até cria o fato. Ou, ainda, que a mídia substitui a vivência direta e a própria vida. Para exercer esse papel, a seleção das mensagens a serem comunicadas busca a novidade e a singularidade do evento, algum ponto que ative a memória e as emoções do público, e precisam ser simples e diretas, de fácil decodificação, se possível com o recurso didático da imagem (fotografias ou pequenas tomadas fílmicas), daí precisarem envolver um indivíduo ou instituição claramente identificados, de preferência bastante conhecidos, dispensando maiores explicações. Desse modo, segundo Ignacio Ramonet, a própria mídia cria os personagens noticiáveis, tornando-os conhecidos e facilmente reconhecíveis, os chamados famosos, e retorna sempre a eles, buscando fatos de alguma maneira espetaculosos; são os métodos de fabricação da notícia: os fatos são submetidos a uma análise cartesiana, desmembrados nos seus elementos, dentre os quais são selecionados os de mais fácil compreensão e impacto e transformados naquilo que vai ao ar. Quando não os têm, como se noticiasse somente a si própria, a mídia

inventa os fatos ou adequa os disponíveis ao formato daquilo que é comunicável. Nesse sentido, para ele:

Se o fato pode ser inesperado, o discurso que no-lo expõe, este não pode. Aqui, mais do que em outros assuntos, verifica-se o picante postulado de Oscar Wilde: 'A verdade é pura e simplesmente uma questão de estilo'. (RAMONET, 1999, p. 44)

Os veículos de comunicação de massa, usufruindo das liberdades iluministas de pensamento e difusão do pensamento e dos direitos individuais, dentre eles o direito à informação, concorrem com o Estado e as igrejas na formação moral dos telespectadores, rádio-ouvintes e leitores sobretudo pelo aspecto emocional. Rivalizam com os outros atores, incluindo em suas pautas programas educativos. Fazem campanhas, procurando influir sobre a opinião pública em questões que lhe dizem respeito ou afetam os interesses de segmentos sociais com os quais se identificam. E concorrem com o Estado, em qualquer de suas dimensões, Executivo, Legislativo ou Judiciário, na função de informar, desestatizando o monopólio da verdade, passando a competir também, e com grande vantagem, com os próprios fatos, já que eles não têm voz própria e informar significa também unificar, sistematizar e dar sentido à realidade, formando a visão de mundo do seu público. Da mesma forma que o catolicismo no passado, e as práticas religiosas, a mídia confunde o vivido com o simbólico e “passa” essa visão como “comunhão”, nas palavras de Régis Debray.

A busca de comunhão é o que reside detrás da diversidade de 'religiões'. Há uma alegria em estar juntos, há uma felicidade imensa no encontro, ombro a ombro, em meio a uma multidão conscientemente organizada. O déficit de cerimônia da nossa sociedade pós-moderna cria um vazio que precisa ser preenchido. (DEBRAY, 2005, p. 60)

Ao juntar entretenimento e informação, retirando as famílias das conversas com os vizinhos para a intimidade do lar e privilegiando a emoção à análise, a mídia, sobretudo a TV, preenche esse vazio, produzindo os telespectadores à sua própria imagem. Em consequência dessa característica da mídia, que muitos chegam a chamar de quarto poder, mas de natureza particular e não derivada da escolha dos “informados”, o Estado, em grande parte, perde o controle até sobre a sua própria

opinião interna, pois a adoção de medidas como a censura e a denúncia contra os equívocos ou malfeitos da imprensa costumam reduzir a credibilidade do próprio censor ou denunciante. Trata-se da “ditadura da informação”, de acordo com Milton Santos, um poder tão absoluto quanto sem legitimidade, que representaria, por isso, um risco à democracia, à cidadania e ao direito à vida.

Hoje, o essencial do que no mundo se lê, tanto em jornais como em livros, é produzido a partir de meia dúzia de empresas que, na realidade, não transmitem novidades, mas as reescrevem de maneira específica. (SANTOS, 2001, p. 66)

A mídia, porém, personifica um fenômeno mais complexo. Ainda que só aparentemente, ela depende de novidades, ao contrário do que diz Santos, e corre atrás delas; se não as produz por meios próprios, reitera as novidades dos veículos concorrentes, para não perder sintonia com o mundo e com seu público. Embora de fato não existam mais que uma meia dúzia de grandes agências mundiais de notícias, como a Associated Press e a France Press, há centenas de outras locais e regionais. A maior parte dos jornais impressos inspiram suas pautas ou absorvem o noticiário internacional de 7 ou 8 grandes veículos mundiais, como New York Times, Le Monde, El País, Assai Shimbun e Guardian, enquanto as redes de TV compram programas prontos ou seguem os padrões da CNN, BBC, RTF, Globo ou Televisa. Além dessas grandes empresas, há grupos menores, cujo noticiário regional, dependendo dos fatos, pode alcançar repercussão mundial via grandes redes, inclusive islâmicas, como as TVs Al Jazira e Al Arabiya, que, de alguma forma, ingressando pela porta da frente ou pela do fundo, fazem parte das redes mundiais de comunicação. O motivo do interesse do público pelos meios de comunicação é o fato novo, mas a produção de informações segue uma dinâmica mista, de divulgação de descobertas, reprodução das de terceiros ou de rejuvenescimento de descobertas antigas, mediante novas embalagens. Apesar de o fenômeno da globalização comunicacional ser mais complexo, a mídia exerce (e já o exerceu com maior intensidade) um poder quase absoluto, que levou Ignacio Ramonet a falar em “tirania da comunicação”. Em que pese isso, ela é prisioneira da própria lógica da notícia como mercadoria e da sua defesa da liberdade de comunicação, que é também a defesa dos seus concorrentes e do fato de o ramo, mesmo que dominado por poucas empresas, ser marcado por uma intensa concorrência, pois nela o que

se disputa, a rigor, é a posse da verdade ou o direito à confiança do consumidor. Grandes empresas dominam as redes mundiais de circulação de informações, mas, em certas circunstâncias, sobretudo a partir do início do século XXI, passaram a perder o controle sobre uma parte das notícias.

Para os pensadores do século passado, como McLuhan, Santos, Ramonet, Gilberto Dupas e outros comunicólogos, face a expansão da sociedade-espetáculo e o avanço das democracias, o domínio crescente das mídias sobre a opinião pública parecia incontrolável, premonitório da previsão que se autorrealiza como o Big Brother do 1984 de George Orwell. Na época não havia ainda meios técnicos para imaginar que a possibilidade de contenção do veneno estivesse na própria peçonha, ou seja, na lógica da disputa pela credibilidade e pelo ineditismo. A exibição pública do fato inédito, ignorado pelo público e dado a conhecer pela primeira vez, é a pedra de toque dos meios de comunicação. Neste particular a espetaculosidade da mercadoria depende de um aspecto material do produto: o chamado “furo de reportagem”. É a capacidade de descobrir novidades e a “coragem” de divulgá-las, comprovando sua autenticidade de forma econômica, que permite a um veículo de comunicação distinguir-se na massa da concorrência, ganhando lugar de destaque nas vitrines e no respeito público. Isso agrega valor à mercadoria.

Os veículos noticiosos – jornais, revistas, programas de TV ou outros –, como mercadorias que são, dependem do chamado “furo de reportagem”. Ele é, metaforicamente, a pedra preciosa desse ramo de intensa competição, o elemento que dá sentido à profissão de repórter e que constrói a imagem de independência, empenho e seriedade do veículo que traz as novidades descobertas ao conhecimento do público. Independentemente de suas preferências políticas, definições ideológicas e compromissos com situação ou oposição, para não caírem na vala comum da irrelevância, os meios de comunicação são forçados a uma competição sem freios entre si pela descoberta do fato inédito, pela possibilidade de ser o primeiro a informar ao público ou ter operado um grande furo de reportagem. Em última análise, é o compromisso com a “verdade” ao longo do tempo que confere ao veículo, numa situação em que “o meio é a mensagem”, a capacidade de transferir credibilidade a seus anunciantes. A quebra desse elo com a “verdade” pode ser fatal no longo prazo à própria empresa de comunicação, uma vez que as

peças não se dispõem a investir dinheiro e tempo naquilo que sentem como desinformação ou manipulação.

Pela lógica desse tipo de competição, o “furo de reportagem” de um veículo, embora possa ser ignorado durante algum tempo pelos concorrentes, no caso de eventos de repercussão na opinião pública os obriga a adotar duas posturas: primeira, replicar, na primeira oportunidade, a novidade, para não deixar seus consumidores (leitores ou telespectadores) com a impressão de que teriam recebido uma versão incompleta ou parcial do mundo; segunda, procurar superar o concorrente, publicando um segundo “furo”, ou aprofundando o primeiro, buscando novas interpretações ou um ângulo não abordado pela reportagem original. A publicação de uma notícia bombástica por um veículo de imprensa obriga os outros a correrem atrás, numa reação em manada, ou do tipo “corrida ao ouro da notícia”; mesmo os veículos inicialmente renitentes são forçados a engrossar o coro das repercussões, para não perderem a confiança de seu público, o que aumenta a convicção da opinião pública em relação aos fatos noticiados, independentemente de a repercussão ter efeitos negativos a algum Estado. Por isso, de uma certa maneira, quem lê um veículo da grande imprensa lê todos, pois a concorrência, na medida em que especializa os concorrentes, uniformiza-os. Evidentemente, em virtude dos interesses que defendem, os meios de comunicação podem estabelecer pactos entre si, com seus anunciantes e até com os governantes dos seus Estados, para deixar certos fatos fora do noticiário.

Os pactos dos empresários de comunicação de um país com seus governantes, entretanto, não vinculam os empresários submetidos a outras soberanias, cujas redações podem se valer da oportunidade para mostrar a superioridade de seu produto, de seu compromisso com a verdade ou da maior liberdade de imprensa em seu país. Nos primeiros meses de 2003, por exemplo, quando o governo Bush-filho fazia os preparativos finais para a invasão do Iraque, sob diversas alegações, dentre elas a posse de Armas de Destruição em Massa (ADM) pelo governo de Saddam Hussein, enquanto o Departamento de Estado procurava obter a aprovação da Resolução 1.441 pelo CS da ONU, a mídia americana se comportava como se houvesse um pacto com o esforço de guerra em marcha, não publicando as manifestações públicas de protesto contra a guerra que ocorriam em todo o mundo, convocadas pela internet, mostrando a emergente força

do novo veículo, nem sequer as entrevistas do sueco Hans Blix, chefe da Comissão de Investigação de Armas da ONU, ou do egípcio Mohammed Al Baradei, coordenador da Agência Internacional de Energia Atômica, que afirmavam que o governo sunita autorizara mais de quatrocentas inspeções, destruíra velhos foguetes soviéticos remanescentes da Primeira Guerra do Golfo de 1991, e que no país não havia qualquer indício de ADM, um dos motivos centrais da invasão¹⁰⁶. Após a invasão, em 19 de março de 2003, e a tomada de Bagdá, 21 dias depois, a mídia americana novamente silenciou a respeito das torturas contra baathistas e membros das insurgências iraquianas, sobretudo na prisão de Abu Ghraib¹⁰⁷. Os dois tipos de fatos omitidos pela mídia americana, entretanto, foram noticiados com destaque pela imprensa europeia, no caso das torturas e humilhações a prisioneiros iraquianos, com fotos e gravações feitas pelo celular de uma das torturadoras, primeiro pela mídia alternativa árabe, em seguida pelas TVs Al Arabiya e Al Jazeera. Apesar do silêncio da grande imprensa americana, as notícias chegaram aos EUA pelos jornais europeus, por sites de todo o mundo e pela internet, forçando a imprensa americana a publicar as notícias com atraso de quase um mês, mas, correndo para recuperar o prejuízo, fazendo investigações próprias, publicando novos detalhes dos casos e publicando editoriais críticos ao governo com que, até pouco antes, estivera pactuada.

Do início da Segunda Guerra do Golfo para cá, foram desenvolvidos *softwares* que aperfeiçoaram as técnicas interativas, criando ferramentas para a implementação das vendas virtuais em tempo real, online. As novas tecnologias interativas serviram também para a emergência de novos sistemas de organização a partir da formação de redes, independentemente dos capitais ou da vontade estruturante de empresas ou da liderança estatal, muitas vezes, ao contrário, voltados contra eles, nucleados por indivíduos isolados ou conectados virtualmente. Os patamares organizativos dos novos *softwares* foram desenvolvidos para a formação de grupos de amigos ou pessoas de lugares distantes, mas aproximadas por uma afinidade eletiva, as redes sociais, que se tornaram mercadorias imateriais,

¹⁰⁶ A propósito, ver: “Iraque destrói mísseis sob supervisão da ONU”, Folha de S. Paulo, 2/3/2003, p. A 12; “Mundo faz novo dia de protestos pela paz”, Folha de S. Paulo, 16/3/2003, p. A 19; Eduardo Galeano, “Curiosidades da guerra”, Folha de S. Paulo, 20/3/2003, p. A 23.

¹⁰⁷ Ver: Glenn Rangawala e Raymond Whitaker, Independent/Folha de S. Paulo, 16/7/2003, p. A 11 e Antonio Roberto Espinosa, *A Segunda Guerra do Golfo e o parto da Nova Ordem Internacional*, 2004, p. 117-122 e *O ônus da prova neoconservadora – Reflexões sobre as teorias que levaram à Segunda Guerra do Golfo*, 2005, p. 134-139.

que estão na origem da rápida expansão, com lucros inimagináveis, de provedores como o Google, o Orkut e o Facebook, cujas listas de seguidores ou pessoas em rede já superam a casa de 1 bilhão; tais tecnologias também popularizaram o Youtube e sites semelhantes que, com a possibilidade de postagem de imagens digitais, incrementaram em ritmo alucinante interações pessoais por fora das mediações estatais ou das empresas tradicionais de comunicação. Nessa esteira, multiplicaram-se os sites e blogs de clubes, associações e indivíduos, capacitando cada internauta a ter seu meio de comunicação instantâneo, alguns angariando milhares e até milhões de seguidores por todo o mundo, superando as tiragens dos jornais e até a audiência de redes de televisão populares. Uma das mais recentes inovações tecnológicas levou à criação da web-TV, conjunto de tecnologias que permite que qualquer usuário da net com acesso à banda larga e uma câmara de vídeo tenha uma produtora e uma estação de televisão com alcance mundial. Apesar da realidade da “tirania da comunicação”, portanto, graças às tecnologias em redes virtuais, as multidões, formadas por milhões de grupos, constituídos com base em qualquer propósito, e centenas de milhares de indivíduos isolados, com ou sem alguma causa, passaram a desafiar essa tirania, em interações tão rápidas e envolventes, formando manadas imprevisíveis, que o Estado não consegue mais controlar. As modernas tecnologias produziram, em resposta à tirania da comunicação, a anarquia comunicativa; nesse caso, basta a verossimilhança da notícia para que ela se propague. Esta situação pode ser ilustrada pelo exemplo das invasões sucessivas de arquivos oficiais e das batalhas travadas entre governos e hackers, que passam até pela contratação de delinquentes virtuais condenados pelos serviços secretos e as reiteradas “derrubadas” de sites e suas “retomadas” sob outros domínios. O exemplo mais conhecido é o da República Popular da China que, desde 2002, usava hackers para controlar o americano Google que, em 2010, no auge da batalha, chegou a anunciar a desativação de sua filial instalada em Pequim, infligindo a primeira e provavelmente mais significativa derrota do Estado mais centralizado do planeta.

Os novos fluxos globais, ao tempo em que permitem a produção em regime de livre associativismo de obras editorialmente complexas, como enciclopédias virtuais estruturadas, escritas, editadas e revistas por voluntários, como a Wikipedia, que compete, em algumas áreas com vantagem em relação a publicações

tradicionais em papel, também invalidam os esforços de censura por parte de governos e de controle pela grande mídia, que se tornam reféns dos furos de reportagem de sites como o Wikileaks, liderado, também no sistema de redes, pelo australiano Julian Assange, que vazou e deu ampla publicidade a arquivos secretos recentes do governo dos EUA. Em duas séries de vazamentos no final de 2010, o Wikileaks publicou, em outubro, uma massa de 391 mil documentos do Pentágono sobre a invasão do Iraque e, em novembro, anunciou que publicaria 251.287 documentos do Departamento de Estado, expondo os intestinos da diplomacia americana, dos quais, até 11 de janeiro de 2011, haviam sido publicados menos de 4 mil, desnorteando a política externa americana e gerando expectativas e embaraços para diversos países. O chanceler italiano Franco Frattini não hesitou em comparar o vazamento com o ataque mais grave aos EUA. Foi o “11 de setembro da diplomacia internacional”¹⁰⁸, disse ele, embora as principais vítimas do “ataque” ou “roubo”, expressões usadas pela secretária de Estado Hilary Clinton¹⁰⁹, não tenham sido pessoas inocentes, mas uma forma de fazer política entre os Estados e a própria noção de segredo de Estado. A questão evidenciada pelo sucesso mundial e imediato do Wikileaks relaciona-se com a escandalização da forma tradicional de relacionamento entre os Estados, baseada nos segredos diplomáticos. Se já não há garantia de preservação dos segredos, como fazer diplomacia? Os “furos de reportagem” tornaram-se imediatamente manchetes da imprensa mundial, desmoralizando não somente os segredos revelados, mas a prática dos Estados de guardar em segredo informações e avaliações sobre outros Estados.

Comentando a então iminente Segunda Guerra do Golfo, que tendia a se transformar no evento militar mais emblemático da tensão entre as globalizações e o esforço de implantação de uma ordem unipolar, em janeiro de 2003, quando redes sociais como o Wikileaks ainda não passavam de projetos distantes, Umberto Eco constatou o paradoxo de que a sociedade-espetáculo, apesar das novas e resolutivas tecnologias bélicas, tornava quase burlesco um outro espetáculo, o da guerra.

Temos visto não apenas jornalistas ocidentais falando das cidades bombardeadas, como também os representantes dos adversários

¹⁰⁸ “‘É o 11 de setembro dos diplomatas’, diz chanceler italiano”. O Estado de S. Paulo, 29/11/2010, p. A 17.

¹⁰⁹ “Hilary vê ‘roubo’ e ‘ataque’ em vazamento”. O Estado de S. Paulo, 30/11/2010, p. A 15.

expressando-se livremente em nossas telas de televisão. [...] É como se Mata Hari tivesse se tornado diretora de televisão. (ECCO, 2003, p. A 17)

Ainda de acordo com Ecco, no mesmo artigo, no mundo globalizado, as distâncias teriam deixado de oferecer segurança: “se, no passado, a guerra em outras partes garantia a paz no centro do império, hoje é exatamente ali que o inimigo golpeia mais facilmente” (2003, p. A 17). Os protagonistas das guerras, por sua vez, deixaram de ser Estados racionais com vontades claramente definidas: pequenos grupos adquiriram condição de combate por causas imprecisas e os impérios lhes declaram guerras sem saber como vencê-los. E as superioridades econômica, civilizacional, tecnológica ou bélica não são mais relevantes: o fraco, hoje, ataca com as armas que saqueia dos arsenais inimigos e, quando não pode fazê-lo, transforma utensílios inofensivos, como aviões, em mísseis, e combustíveis quase inodoros, como o querosene de aviação, em nitroglicerina. Em função dessas mudanças, da transformação da guerra também em espetáculo e da emergência de populações socialmente mobilizadas, que não aceitam mais a morte de um dos seus em conflitos dessa natureza, ele faz uma indagação quase cônica:

Os chamados do inimigo dentro de nossa própria casa e a prova visual insuportável da destruição provocada pela guerra levaram a que se dissesse que não se deveriam assassinar os inimigos (ou mostrar que eram assassinados apenas por engano), e, por outro lado, parecia insustentável a idéia que um dos nossos pudesse morrer. Dá para se fazer uma guerra nessas condições? (ECCO, 2003, p. A 17)

A indagação de Ecco ganha atualidade ainda maior após o desafio do Wikileaks ao Estado americano porque a grande imprensa contemporânea, ou do mercado de informações, seduzida pela lógica do “furo de reportagem” e prisioneira do princípio da liberdade de imprensa, acabou estabelecendo parceria com o site ameaçador e dando legitimidade à invasão dos arquivos secretos. Enquanto o governo norte-americano induzia o provedor Amazon a tirar o site do ar, as empresas financeiras bloqueavam as contas e cartões de crédito do grupo e Assange era preso na Inglaterra pela acusação de assédio sexual na Suécia, os grandes jornais mundiais firmavam acordos para publicar as informações liberadas pelo Wikileaks e alguns passaram a ostentar orgulhosamente em seus sites a

parceria, como o norte-americano The New York Times, o inglês Guardian, o espanhol El País, o francês Le Monde, a alemã Der Spiegel e os brasileiros O Globo e Folha de São Paulo. No Brasil até Lula da Silva, o presidente da República em final de mandato, deu uma declaração de estranhamento da prisão e em solidariedade ao chefe do site.

Após o vazamento dos segredos militares guardados a sete chaves pelo Pentágono sobre suas ações no Iraque e sobre a maneira de agir do Exército iraquiano, que está herdando dos republicanos EUA a responsabilidade pela segurança da segunda maior reserva de petróleo do mundo, na região mais instável do planeta, e da manifesta incapacidade da única hiperpotência em controlar os segredos da sua própria diplomacia, a indagação que se poderia fazer é a seguinte: qual o papel efetivo, não o imaginado ou o pretendido, do Estado dominante na presente ordem mundial?

Mesmo o Kant de *A paz perpétua*, ainda que a contragosto, reconhecia que os segredos de Estado continuariam sendo imprescindíveis mesmo para as repúblicas enquanto existissem autocracias, pois as relações interestatais continuariam regidas pela realidade ou a possibilidade da guerra. A dissolução das forças armadas e dos serviços de espionagem só poderia ocorrer, para ele, após a instituição da federação de repúblicas, que traria consigo o princípio da transparência na relação entre governantes e governados e dos Estados entre si, que instituiriam o princípio da solução pacífica das controvérsias pelo Direito. O segredo de Estado, portanto, desapareceria naturalmente pelo avanço republicano e pela generalização do primado da lei no plano internacional. As repúblicas, embora tenham aumentado em número nos últimos dois séculos, continuam ameaçadas por autocracias e os segredos de Estado, apesar de ainda imprescindíveis até para a generalização do republicanismo, estão sob uma ameaça, paradoxalmente, democrática, no sentido de Rousseau, o antigo filósofo francês em relação ao qual Kant declarava horror, pois representava o risco da tirania da maioria. É que iniciativas como a de Assange e seu Wikileaks não são desdobramentos civilizatórios, ou republicanos, no sentido da normatização do poder, mas constituem atos de afronta às práticas mais decisivas e, portanto, secretas, dos Estados. Os modernos meios de comunicação, desse modo, se, num primeiro momento, aumentaram a possibilidade de controle sobre os governados, exercida pelos

governos ou pelas empresas de comunicação, mais recentemente, com o avanço das redes sociais e a formação de correntes públicas de opinião, criaram a possibilidade de fortalecimento, portanto, das pressões anárquicas sobre o Estado.

Ao contrário também do imaginado por Milton Santos, o descrédito do Pentágono e do Departamento de Estado não ocorreu pela mobilização dos pobres e fragilizados do mundo globalizado e o que estamos presenciando é uma outra-da-outra globalização, pois os vazamentos não tiveram como sujeitos os movimentos populares ou os marginalizados do crescimento econômico, nem se desenvolveram como contrapressões hegemônicas horizontais-verticais ascendentes, mas pela ação de indivíduos com conhecimentos técnicos, ou grupos isolados, das elites tecnológicas, ou de frações intelectualizadas da classe média produzida exatamente pela globalização comunicacional. Ao invés de expressão da recuperação da ação das massas pela democratização e fraternização da sociedade mundial, o que está ocorrendo é um assédio, se não contra o Estado em geral, pelo menos contra o que os analistas chamam de “arrogância” do aparato estatal americano. São fenômenos recentes e ainda é prematuro fazer projeções sobre seus efeitos, mas não é exagero afirmar que, com o tempo, eles reforçarão o Estado enquanto instituição, pois, de alguma forma, essas pressões ensejarão respostas funcionais.

O conjunto de pressões centrífugas das globalizações, econômica, financeira, territorial, cultural e comunicacional sobre o Estado exige, enfim, respostas de cada um dos Estados que desencadeiam, cada um à sua maneira, pressões centrípetas sobre as estruturas internacionais. Esse campo de forças constitui a dimensão cinzenta, não submetida a qualquer das soberanias, mas que também não chega ao extremo anárquico em que a guerra se impõe como única alternativa. Em função das interações complexas dessa dimensão, as globalizações aprofundam-se e avolumam-se, embora sem conseguir dispensar o Estado, pois este se adapta e fortalece, compensando a perda de algumas funções pela construção de novas. O que mudou com a globalização, em relação à fase do imperialismo, foi o eixo de estruturação do Estado, que passou da afirmação da soberania territorial para a da busca da identidade em meio a interações complexas.

Falidos e frustrados das globalizações

Ainda resta falar da função por excelência do Estado como monopólio legítimo da violência, a da guerra, que será o objeto do próximo capítulo. Antes disso, porém, faremos mais duas considerações que podem contribuir para a delimitação de um dos nossos objetos: o processo de redefinição do Estado sob a globalização. Uma dessas considerações, breve, diz respeito às ideias acerca da aposentadoria do Estado, por desnecessidade funcional numa fase de interações complexas. A outra, à qual dedicaremos um espaço maior, em virtude de inspirar a política externa americana, diz respeito à existência de Estados falidos como fator de instabilidade internacional.

As teorias sobre o desaparecimento do Estado, em função da emergência de níveis de governança supranacionais, que representamos no início deste capítulo com a fórmula de Gilmar Bedin, segundo a qual o sistema westfaliano também estaria em declínio, e principalmente as representações segundo as quais o Estado teria se tornado uma excrescência política, um obstáculo ao desenvolvimento econômico, foram apenas modismos do imediato pós-Guerra Fria. Festas ideológicas, nada mais, modelos já superados e que não deixaram qualquer contribuição significativa ao estudo das instituições políticas ou da natureza das relações de interdependência. Ao invés de aposentarem o Estado, essas abordagens é que se tornaram obsoletas devido às gritantes evidências empíricas em contrário. Mesmo os enfoques que insistem na retomada ou no suposto renascimento do Estado, tendo como eixo o combate ao modismo neoliberal, também não conseguem contribuir para elucidar a questão, pois trocaram o estudo do Estado pela defesa de um estatismo órfão do proletariado ou de outras classes, como a burguesia nacional, e mesmo porque só poderia voltar à ativa algo que tivesse sido desativado, ou aposentado, e só poderia renascer uma instituição que estivesse morta, o que jamais aconteceu com o Estado.

Até o polemista Francis Fukuyama, que em 1989 antecipara o fim da história nas trepidações do muro de Berlim, hoje está convencido de que o Estado está vivo, atuante e desempenha um papel essencial ao controle das populações. E que sua ausência ou debilidade pode ter consequências graves para a paz interna e drásticas para a ordem mundial. Em 2005 voltou sua atenção para o que passou a

considerar serem os principais problemas da pós-história: os Estados fracos ou falidos. Como resultado de suas novas pesquisas e convicções, publicou, em 2005, *Construção de Estados – Governo e organizações no século XXI*, em que garante que os Estados que não conseguem controlar suas populações, como a Somália, o Quênia, Ruanda, Serra Leoa, o Congo e o Sudão, na África, o Camboja e o Timor Leste, no Sudeste Asiático, ao menos o Haiti e, possivelmente também, a Colômbia, na América Latina, a Bósnia e o Kosovo, na Europa Oriental, o Iraque e talvez também o Líbano e a Síria, no Oriente Médio, e o Paquistão e o Afeganistão, na Ásia Central, constituem hoje a maior ameaça à paz, funcionando como celeiro de fundamentalismos e terrorismo. Para ele, a ausência de governança ou a desorganização institucional impedem o desenvolvimento econômico, gerando miséria, pobreza, desigualdades sociais e exclusão social, além de déficit de direitos humanos. O controle precário dos territórios e do fluxo de pessoas gera vácuos de poder e até o fenômeno do duplo poder, à cuja sombra vicejam o plantio e o tráfico de drogas e também de armas. Neles a violência é endêmica, estimulando as correntes migratórias, a desesperança e o terrorismo, que se retroalimentam. Tais Estados acabam, desse modo, por decisão ou fragilidade, a oferecer abrigo seguro a movimentos terroristas, que utilizam seu território como refúgio, para treinamento, aquartelamento e planejamento de ataques a alvos em outros países. Os Estados falidos constituem, portanto, um fator permanente de instabilidade regional e mundial, logo, uma ameaça à própria segurança nacional dos EUA.

Desde o fim da Guerra Fria, os Estados fracos ou falidos passaram a ser o problema mais importante para a ordem internacional. Esses Estados cometem abusos dos direitos humanos, provocam desastres humanitários, geram grandes ondas de emigração e atacam seus vizinhos. Desde 11 de setembro, também ficou claro que eles dão abrigo a terroristas internacionais, que podem causar danos significativos aos Estados Unidos e outros países desenvolvidos. (FUKUYAMA, 2005, p. 123-124)

O problema para os Estados Unidos é que um Estado sem governança pode criar ameaças intoleráveis à segurança na forma de terroristas brandindo ADM. (FUKUYAMA, 2005, p. 129)

A questão da falência ou da vitalidade dos Estados, portanto, para ele, diz respeito à governança, ou seja, à capacidade de controlar os fluxos de mercadorias, pessoas e ideias no interior do território. Em linguagem weberiana, que

evidentemente Fukuyama evita, o déficit de violência centralizada e racional provoca a generalização do uso da força infraestatal para a mediação de diferenças; se há um déficit interno de violência empregada racionalmente, essa insuficiência só pode, e portanto deve, ser suprida pelo exterior. Ao contrário das áreas com Estados falidos, o Primeiro Mundo teria Estados fortes, ou sólidos, com organização, previsibilidade e controle completo sobre suas fronteiras, seus cidadãos e os fluxos internos, com vitalidade para estimular o progresso e controlar as desigualdades sociais. Se os Estados Unidos, a única potência mundial e o país mais desenvolvido, para ele, são o exemplo de Estado forte, com instituições liberais (segundo Fukuyama, liberal-democráticas, uma contradição nos termos) e com seus fluxos internos sob o primado da lei, o Afeganistão, ao contrário, seria o exemplo de Estado falido, ou fracassado, porque dividido e sem capacidade de controle sobre o uso de seu território, submetido à ação de forças opositoras violentas, e cujo governo, na sua interpretação, após a vitória sobre o invasor soviético, teria chegado a ser “sequestrado” pela milícia fundamentalista islâmica Taleban em parceria com a terrorista Al Qaeda. Ele teria sido a base de treinamento e de planejamento do 11 de setembro, ponto de virtuais novas ameaças.

Em virtude da caçada humana a Osama Bin Laden, que teria abrigo nas montanhas do país, no pós-11 de setembro, o Afeganistão tornou-se o primeiro alvo da ação militar americana, mas era, porém, apenas a segunda prioridade bélica na reforma bélica do mundo do governo George Bush, que o usou para o pré-aquecimento muscular enquanto preparava a incursão contra o Iraque; transformar-se-ia, contudo, no alvo número 1 de Barack Obama, a partir de 2009, o que revela uma certa continuidade, no essencial, da política externa americana, ditada mais pela sua burocracia militar que pelos discursos de candidato do Presidente. Para Fukuyama, que integrou as administrações de Bush-pai e de Bush-filho, mas que rompeu com o último para apoiar a candidatura democrata de Obama:

Os ataques do 11 de setembro chamaram a atenção para um tipo diferente de problema. O falido Estado do Afeganistão estava tão fraco que foi seqüestrado por um participante não-estatal, a organização terrorista Al Qaeda, e serve de base para ações terroristas globais. (2005, p. 124)

A fragilidade do Estado afegão, para Fukuyama, não diz respeito apenas à população do próprio país, mas é um problema mundial, de todos os demais países, como se ele fosse portador de uma doença capaz de se propagar na forma de instabilidade permanente e o risco de atentados terroristas. Trata-se de uma vulnerabilidade que pode, enfim e principalmente, afetar a segurança dos EUA, mediante a exportação de novos atentados como o do WTC, ou mais graves, considerando a possibilidade de que a Al Qaeda venha a se apoderar de armas de destruição em massa. A avaliação dos riscos, portanto, conduz imediatamente à defesa moral do conceito de guerra preventiva e da iniciativa militar contra o território de um Estado que, afinal, era filiado às nações unidas e cuja inviolabilidade territorial deveria ser preservada. Em amparo à estratégia do recurso permanente ao uso da força, ou da estratégia de guerra preventiva permanente, Fukuyama recorre ao juízo do neoconservador canadense Michael Ignatieff que, sob a capa de autocrítica, na verdade, critica a abordagem realista.

Nas palavras de Michael Ignatieff [2003], 'também ocorreu, nos anos 90, um fracasso geral da imaginação histórica, uma incapacidade do Ocidente posterior à Guerra Fria de compreender que a crise emergente da ordem do Estado em tantas zonas superpostas do mundo – do Egito ao Afeganistão – iria acabar se tornando uma ameaça à segurança interna'. (2005, p. 125).

A análise de Fukuyama e Ignatieff sobre a situação internacional, e sobre os processos econômicos que atravessam o mundo, é construída de maneira unidimensional: ele só trata dos EUA e interpreta o mundo como seu prolongamento. Trabalha com uma única métrica para medir realidades diferentes, comparando outras situações com o modelo construído para justificar o Estado e a política externa americanos. Trata do Afeganistão ou da Somália e vê a própria globalização como riscos ou possibilidades para a realização americana, como mais ou menos ameaçadores, mais ou menos amigos e próximos ou distantes. Para ele, a soberania fraca ou mal exercida justifica a intervenção sob um princípio de "legitimidade democrática em nível internacional", pelo qual Estados bem resolvidos estariam moralmente justificados ao desrespeitar a noção de soberania, pois a globalização significa também uma situação que está "além do Estado-nação". Apesar da justificativa moral para as intervenções, ele usa um critério flexível, ou uma moral pragmática, para avaliar os resultados das intervenções. Embora haja uma profunda

indignação no Congresso americano a respeito do desvio do dinheiro enviado ao Afeganistão pelos EUA e iradas acusações de corrupção, Fukuyama diz que o governo de Hamid Karzai, levado ao poder pela intervenção, é “muito mais decente e progressista que o regime talebã por ele substituído” (2005, p. 126). Fukuyama até reconhece, mas justifica como prevenção em favor da segurança, o retorno de algum tipo de imperialismo.

As intervenções humanitárias dos anos 90 levaram a um poder imperial de fato sobre os ‘Estados falidos’ do mundo. [...] Este império internacional [porém] pode ser bem-intencionado e baseado nos direitos humanos e na democracia, mas mesmo assim era um império e estabeleceu um precedente para a capitulação da soberania à governança por organismos internacionais. (2005, p. 129)

A unidimensionalidade da organização das informações sobre a realidade, superioridade dos EUA-inferioridade do Afeganistão, em Fukuyama (e outros autores) segue um padrão *top-down*, ou seja, de cima para baixo, em que a potência-líder tem o dever moral de prevenir ameaças à sua integridade e o direito de reorganizar o mundo à sua maneira sempre que ele escapa da semelhança em relação ao modelo. A esse padrão de construção conceitual corresponde um inverso, *bottom-up*, de baixo para cima, que também justifica em nome da defesa da sua integridade os ataques e provocações ao inimigo superior, que confere sentido ao mundo segundo uma lógica de ascensão islâmica-declínio cristão americano, a inclusão mediante a exclusão dos obstáculos, ou dos beneficiários de uma situação inaceitável. Esses padrões rígidos e autoexcludentes de unidimensionalidade, descensional ou ascensional, são estáticos: não contêm ferramentas conceituais para a reflexão sobre a mudança. Rígidos, são atenuados por uma outra maneira de organização do pensamento, a bidimensional, que admite a possibilidade de que o outro também tenha suas razões e a sua maneira de pensar e sentir o mundo, mas opera mediante comparações e dicotomias, que estruturam uma concepção a partir das preferências de um lado, em detrimento da realidade ou das escolhas do outro, sendo portanto uma variante menos intolerante das arquiteturas conceituais unidimensionais.

Uma terceira possibilidade do esforço para dar sentido e comunicabilidade ao mundo é a da busca de um ponto intermediário entre as linhas ascendente e

descendente como patamar de observação, que consiste em identificar tanto as potências fortes quanto as fracas como atores que interagem sobre uma terceira dimensão, que pode sofrer a influência diferenciada de cada uma delas, mas que se constitui como um objeto autônomo, com uma lógica própria, não redutível à de seus atores. Desse ponto de vista a globalização não pode ser pensada como um fenômeno unipolar da paz perpétua ou da reconstrução do califado universal, mas como uma dimensão a que ambos os atores e visões de mundo se ajustam e acomodam (ou incomodam).

A partir desse referencial, a fragilidade do Afeganistão pode ser representada como produto das pressões globalizatórias e a falência do seu Estado como induzida pela globalização. Essa lógica, entretanto, exige a consideração do primeiro mundo, e dos EUA em particular, como parte da outra ponta da globalização, como beneficiários da generalização dos negócios e detentor de responsabilidades decorrentes disso. A riqueza de um resultaria do empobrecimento do outro, a força e a fraqueza como primas-irmãs de um mesmo processo dialético. E isso impõe dois outros tipos de considerações, a partir da empiria, paradoxos que podem ser explicados somente com base numa análise tridimensional: primeira, apesar da força decorrente do sistema globalizado, e dos seus evidentes esforços, a hiperpotência da globalização não consegue sanar as fragilidades, os pontos gangrenados do sistema mundial; segunda, as forças autônomas da globalização são de tal ordem e dimensão que constroem todos os Estados, inclusive os das grandes potências, não apenas as fragilizadas. São ilustrativas da força autônoma dos fluxos globalizatórios, as derrotas militares das duas grandes potências da Guerra Fria, EUA e URSS no Vietnã e no Afeganistão, e da hiperpotência remanescente na Segunda Guerra do Golfo e em curso também no Afeganistão, além da incapacidade dos EUA de resolverem sua crise econômica, deflagrada pela crise dos *subprime* em 2008, quando seus aportes trilionários (US\$ 900 bilhões, pelo governo Bush, e US\$ 700 bilhões por Obama) não foram suficientes para afastar de vez o risco de recessão, apesar dos investimentos feitos por todas as grandes potências financeiras da Europa e da Ásia, inclusive China e Brasil.

A interpretação de Fukuyama, segundo a qual as crises e ameaças ao sistema internacional teriam como epicentro os países com governança precária, é, portanto, parcial e inconclusiva. Pois, se há Estados falidos de um lado, há Estados

frustrados de outro, uma vez que estes não conseguem controlar as forças que acreditam que estariam corroendo o seu poder e conspirando contra sua segurança, ambos arrastados por fluxos não apercebidos por suas intelectualidades. Estas não conseguem dar conta de dois paradoxos: por que os EUA, inquestionavelmente a única hiperpotência atual, que atravessam uma crise, mas não estão em declínio, não conseguem vencer guerras contra inimigos muito mais fracos, como simples organizações não-estatais armadas? E por que os Estados fracos, embora com seu controle interno sobre o próprio território não se desintegram e continuam decisivos para a segurança mundial?

Para responder às questões referentes aos dois extremos, entretanto, talvez seja necessário olhar para o meio das hierarquias estatais que interagem com as globalizações, onde se inserem, não por opção, mas por fatores objetivos, e ganham importância um conjunto de potências de dimensões médias, ou grandes em seus entornos geográficos, algumas republicanas, outras autocráticas e outras, ainda, sob pressões democráticas ou em transição interna, cuja consideração para efeitos de análise deve supor um sistema internacional em que interagem fatores de *hard*, *soft* e *smart power*, territórios, potencial bélico, economias e culturas, em constante reconfiguração, ao contrário da visão estática das abordagens unidimensionais, o que certamente permitiria uma interpretação mais abrangente e satisfatória da política internacional, com atores estatais com relevância crescente e mais significativa do que o suposto, o que pode contribuir para a qualidade da interpretação e das previsões e para o esclarecimento das aparentemente súbitas e enigmáticas emergências de outros Estados.

Capítulo 4

Guerra e globalização

“Na estratégia nem sempre a linha reta é o caminho mais curto entre dois pontos”.

Liddell Hart

(As grandes guerras da história)

O debate em torno do declínio ou renovação do Estado, enquanto monopólio legítimo da violência na relação entre governantes e governados e do emprego da força como meio eficiente e reconhecido de solução de problemas externos, procura elucidar e depende da clarificação de duas outras questões: uma referente à atualidade e pertinência da própria guerra, em função da complexificação do mundo globalizado; a outra resultante das evidências empíricas do pós-Guerra Fria, em que o seu emprego pela hiperpotência contra Estados falidos e grupos infraestatais culminou em derrotas ou delongas paradoxais.

Aparentemente as raras, comparando-se com as quantidades do passado, guerras do presente escaparam do controle, aumentando o peso da *fortuna* no resultado dos empreendimentos políticos, como se a força tivesse perdido capacidade de dissuasão. Apesar da brutal assimetria de recursos bélicos, tornaram-se mais arriscadas e com desfechos menos previsíveis. Os impasses das intervenções militares americanas na Somália, no Oriente Médio e, principalmente, na Ásia Central, bem como para deter a corrida armamentista e a proliferação nuclear, são ilustrativos da perda de controle sobre os eventos mundiais. A maioria das iniciativas militares tem tido resultados diversos e até opostos aos planejados. Ao invés de aumentarem a segurança local e a global, têm gerado maior insegurança. Em vez de consolidarem as forças e as instituições democráticas internas, têm acirrado as contradições, alimentado extremismos e fortalecido regimes despóticos, quando não detonado também guerras civis. Isso resulta da superação da guerra como ferramenta de solução de conflitos ou do anacronismo da maneira pela qual os EUA continuam a praticá-la?

A redução da previsibilidade nas relações interestatais decorre da alteração estrutural do espaço definido pelas globalizações em que elas ocorrem ou de equívocos estratégicos? É uma consequência da ascensão de Estados menores e de organizações não-estatais à condição de atores internacionais, das interpretações exacerbadas da potência vitoriosa ou das ideologias que se julgam baseadas em princípios mais universais e, portanto, em condições de resolver os novos desafios? Como já constatamos¹¹⁰, a tessitura internacional sofreu reestruturação inédita em função do fato de que algumas instâncias, ou algumas de suas frações, como a comunicacional, a financeira e a dos intercâmbios comerciais, migraram da esfera da soberania interna para a da anarquia internacional, cooperativa ou competitiva, pouco importa, dispensando ou reduzindo a eficácia do recurso à força. Além disso, a alegada crise do Estado que importa para a análise não é a de algumas dezenas de unidades estatais em situação falimentar, como gostaria que fosse o nipo-americano Francis Fukuyama, mas a da potência-líder do sistema mundial. Não se trata, portanto, de negar que a fragilidade na periferia do sistema político globalizado constitua um problema, mas de ressaltar que a sua dimensão mais significativa é a que afeta o centro do sistema, sua crescente incapacidade de entender e equacionar as ameaças.

O epicentro da crise de segurança parece residir precisamente na assimetria militar entre os Estados centrais e os periféricos, pois a extrema fragilidade da periferia exige um esforço maior do que a capacidade da potência-líder. A incapacidade para resolver os desafios evidencia a superação histórica da burocracia militar da hiperpotência ou, em outros termos, decorre de uma concepção de guerra ao mesmo tempo dispendiosa e precária, que consumirá mais de 700 bilhões de dólares do orçamento americano em 2011¹¹¹. Em 2008, sem incluir na conta as despesas das guerras em curso e as verbas dos serviços de inteligência, o orçamento do Departamento de Defesa foi de 607 bilhões¹¹², equivalentes a 41,5% dos 1.464,7 bilhões dos gastos militares globais – 61,6% se considerados também os orçamentos de

¹¹⁰ No capítulo anterior.

¹¹¹ Exatamente US\$ 706,9 bilhões para o ano de 2011, 548,2 do Departamento de Defesa e 158,7 para as guerras do Iraque e do Afeganistão, conforme o orçamento aprovado em dezembro de 2010. *Jornal Zero Hora*, de 22/1/2011. Os pesquisadores Gordon Adams e Matthew Leatherman, do Stimson Center, estimaram os gastos militares ordinários de 2011 em 720 bilhões de dólares, ou perto de 5% do PIB, em matéria para o *The Washington Post*. Ver “Cinco mitos sobre os gastos da Defesa”. *O Estado de S. Paulo*, 20/1/2011, p. A 11. O gasto de 2007 chegou a US\$ 696,3 trilhões, 5% do PIB. Ver apêndice.

¹¹² Com gasto superior, de US\$ 696,3 bilhões no ano corrente de 2009, 47,53% do gasto mundial.

seus aliados constantes desde o final da Segunda Guerra Mundial: Reino Unido, Japão, Israel, Austrália, Coreia do Sul, Arábia Saudita, Turquia, Itália e Canadá¹¹³ —, cujo resultado, na melhor das hipóteses, tem sido a prorrogação indefinida dos conflitos e a abertura de novos espaços e temas de confronto. Os gastos com qualidade nas tecnologias, ou seja, graças à renovação constante de seus arsenais, além de resultarem numa assimetria ainda mais pronunciada no campo de batalha, propiciam, por um lado, alianças estáveis em todos os continentes e, por outro, o controle dos arsenais de outros Estados, pois os EUA sozinhos são responsáveis por 31% do comércio mundial de armas, no seu caso com reserva tecnológica, ou seja, sem abrir a caixa preta dos segredos de fabricação, o que torna os importadores dependentes das empresas americanas. O reverso dessa disparidade é que inúmeros Estados, desistindo de uma competição sem possibilidade de sucesso, deixaram de priorizar o equipamento e treinamento de suas forças armadas, transferindo a responsabilidade pela sua segurança aos Estados Unidos e deslocando recursos para investimentos produtivos, como a Austrália, o Canadá e os países nórdicos; em 2008, Austrália e Canadá tiveram gastos militares de 22,2 e 19,8 bilhões de dólares (respectivamente o 14º e o 15º do mundo, abaixo do Brasil, com despesas militares da ordem de 26,3 bilhões), 2,4% e 1% dos seus PIBs, contra 5% dos EUA, 20,15% dos gastos federais de 2010, 696,3 bilhões em 3,456 trilhões de dólares. Alguns Estados, por exigência dos acordos do pós-Segunda Guerra e por comodismo, como o Japão (que investe somente 0,91% do seu PIB em assuntos de segurança externa), ou posteriormente, devido a considerações de custo-benefício, como a Costa Rica (0,5% do PIB para a sua defesa), pura e simplesmente desistiram de manter forças armadas próprias, conformando-se com Guardas Nacionais. Os encargos transferidos por outros Estados tornaram a segurança global um tópico extremamente onerado do orçamento americano, mesmo para a hiperpotência e apesar de sua participação de 24,42% no PIB mundial. Se a guerra não foi aposentada como mecanismo de solução de conflitos e se os EUA não conseguem levar a bom termo guerras em Estados falidos da periferia, isso não se deve ao custo insuportavelmente alto, em termos econômicos e vitais, do unilateralismo?

O exame dessas questões exige, portanto, uma reflexão sobre as teorias da guerra à luz das novidades agregadas às relações interestatais e interpovos pelas

¹¹³ Dados do *World Fact Book*.

globalizações, e vice-versa, da globalização à luz da guerra e do monopólio da violência legítima, exercido em última instância pela burocracia militar. Antecipamos duas conclusões, a serem fundamentadas neste capítulo: uma, as guerras levadas a efeito pela potência-líder do mundo contemporâneo contrariam os enunciados das teorias clausewitzianas, devido ao fato de envolverem atores imperfeitos e tramas irracionais; a outra é que as novidades introduzidas pelos estrategistas americanos, como a noção de guerra preventiva, para sanar supostas carências da teoria clássica, na verdade, são, ao mesmo tempo, produto e causa de uma confusão pré-clausewitziana, uma mistura entre realidades e conceitos diferentes, os de guerra interestatal e guerra civil.

Antes de avançar nesse debate, é importante fazer uma distinção entre as duas principais formas de emprego da violência para constranger grupos ou coletividades ou conseguir um comportamento diferente do oponente: a interna e a externa. As duas principais formas de coação têm em comum a centralidade da prova física de forças, ou a fricção que, na linguagem de Carl von Clausewitz, envolve riscos extremos para os lados envolvidos, a determinação e o cálculo, o medo, a possibilidade da morte e de dores extremas, a incerteza dos resultados, o uso da maior força possível, a preparação de ciladas e a busca da surpresa para o prevalecimento entre os contendores, além da atenção permanente dos sentidos, a conservação do sangue frio, o cálculo e a rapidez na tomada de decisões, num ambiente em que o simulacro se confunde com o verdadeiro, a impressão com os fatos e os fatos com a imaginação. Se em todos os empreendimentos humanos há uma relação tranquila de previsibilidade ou de antecipação das possibilidades, como o arquiteto que acompanha a transformação dos projetos em obras, ou do biólogo, que em suas experimentações aguarda o desdobramento dos ciclos naturais, no fenômeno da guerra não há certezas a respeito do desfecho das iniciativas, uma vez que, em combate, as partes envolvidas são capazes de alterar abruptamente as relações entre espaço e tempo.

Na guerra, o chefe de um importante conjunto encontra-se constantemente apanhado nos redemoinhos de informações falsas e corretas, nos erros cometidos por receio, por negligência ou por precipitação, nos atos de insubordinação devidos a uma opinião justa ou falsa, à má vontade, ao sentimento do dever mal ou bem interpretado, à preguiça ou ao enfraquecimento, aos acasos que ninguém pensou. Em suma, está exposto a milhares de impressões em que a maioria

é inquietante e só algumas encorajantes. (CLAUSEWITZ, 2003, p. 203)

Segundo o verbete “Fricção”, do *Dicionário de Estratégia*, de Hervé Coutau-Bégarie, conforme Clausewitz existiriam a fricção em sentido amplo, que diz respeito à “atmosfera da guerra”, e a em sentido restrito, que decorre das negaças e artimanhas que envolvem a ameaça representada pelo combate. As técnicas militares consistem em procurar dominar, pela disciplina e a autodisciplina, os efeitos emocionais produzidos pela fricção. Entretanto, ainda quando a disciplina permite o desenvolvimento de uma forma de autocontrole, este costuma ser desarticulado pelo jogo político, como demonstrado pela Primeira Guerra do Golfo (1991), em que a disparidade de forças parecia capaz de eliminar a tensão do combate, mas as articulações no Conselho de Segurança da ONU seguraram o braço de ferro aliado quando ele estava na iminência de esmagar a resistência sunita em Bagdá.

A Guerra do Golfo tem visto fricções em todos os níveis, tático, operacional e estratégico. Isto não impediu a vitória final, tal era a desproporção das forças em contenda, mas elas bastam para demonstrar que as pretensões de transformação radical da guerra e da eliminação da incerteza devem ser fortemente relativizadas. A técnica reduz a fricção, mas sem fazê-la desaparecer, pois a guerra jamais será um jogo em que se disputa um lance seguro. Mesmo quando ocorre uma dominação total no aspecto militar, a fricção reaparece com o jogo político. (COUTAUT-BÉGARIE, in: MONTBRIAL; KLEIN, 2000, p. 255).

Apesar da centralidade comum da fricção e da importância comum a ambos os tipos de confronto físico de fatores como a disciplina, a organização e a surpresa, e o objetivo de ambos seja o controle do território, o que é obtido mediante a quebra da linha de comunicação entre o comando inimigo e seus comandados, as guerras interna (guerra civil ou intraestatal) e externa (guerra interestatal) são fenômenos sociais diversos, com lógicas próprias.

O emprego da violência entre atores internos em geral decorre da disputa de poder entre classes sociais ou grupos da própria sociedade, caracterizando o fenômeno da guerra civil ou revolução social. Trata-se de uma disputa em que ao menos um dos lados, o dos insurretos, não conta com um corpo de profissionais da violência, embora possa ser altamente disciplinado, o que leva o lado da ordem, constituído por uma burocracia assalariada e treinada a também agir de maneira amadora,

guiada por paixões ideológicas e rancores. Na guerra civil disputa-se o monopólio legítimo do emprego da força nos limites do território, ou o direito de baixar e fazer valer a lei comum, ou, ainda, o controle do Estado, objetivo que é inconciliável entre as partes, uma vez que o compartilhamento da soberania é inaceitável. Em geral o emprego da força nessas disputas é ilimitado, pois o direito natural à reciprocidade, em que um lado se sente autorizado a utilizar todos os meios operacionais postos em ação pelo outro, para obter ou recuperar uma situação vantajosa, justifica o uso de quaisquer meios de intimidação, sem limites legais e com limites morais frouxos e decrescentes, num jogo de soma zero, que só se encerra com a vitória total de um lado e a derrota do outro, que é submetido ao lado vitorioso e em geral punido por sua insistência.

Diferentemente da guerra civil, a interestatal envolve atores racionais, que operam, cada um deles, sob a sua própria legalidade, que busca, de alguma forma, respaldo nos tratados, na tradição ou na moralidade internacionais, segundo cálculos de custo-benefício, com objetivos claros que orientam o conjunto de suas ações, medindo as consequências de seus atos num ambiente do direito à reciprocidade, ordenado por sistemas autoaplicáveis de freios e contrafreios. A guerra externa, apesar disso, é o momento da “cobrança à vista” entre os Estados, na linguagem de Raymond Aron para compreender Clausewitz, que envolve atores da mesma natureza, que se igualam no reconhecimento da identidade do contendor como um ator da mesma natureza, mas se diferenciam em relação ao objeto em disputa. Ela é diretamente realizada por duas burocracias hierarquizadas que exercem funções da mesma natureza no interior de seus Estados, embora possam dispor de capacidades operacionais distintas. É protagonizada por Estados e corpos de profissionais treinados e assalariados, que se reconhecem como da mesma natureza e que se estranham por seus objetivos, recorrendo à força para obrigar o outro lado a ceder à sua vontade. Esses conflitos encerram-se quando um dos lados cede em algo essencial, criando um novo estatuto considerado satisfatório por todos os envolvidos, aí incluídos os derrotados. Se seu objetivo é dobrar a vontade do contendor, o uso da força é suspenso no momento em que este concorda em negociar, renunciando à resistência física. Nesse tipo de conflito a regra não é a do jogo de soma zero, mas a da busca de um quadro em que o vitorioso pode não ganhar tudo o que pretendia, mas obtém mais do que dispunha anteriormente, e o perdedor não perde tudo, con-

servando a sua integridade e territórios ou meios suficientes para sobreviver, tratando-se, enfim, de término de conflito considerado honroso por todas as partes, em que ambas conservam razões para preferir a nova ordem à continuação do conflito.

Em ambos os tipos de guerra, os meios empregados são os mesmos, armas e a força física, e o objetivo é o controle do campo de batalha. Nelas, porém, os atores são distintos, Estados *versus* Estados ou grupos sociais pelo poder no interior do Estado e é diferente a interpretação e a aplicação do princípio da reciprocidade no emprego da violência. Em termos grosseiros se poderia definir a guerra interestatal como um evento racional de solução de conflitos e a guerra civil como um enfrentamento irracional de imposição de um grupo social ao conjunto da sociedade. Em termos mais elaborados, porém, se poderia dizer que cada uma delas obedece a uma racionalidade própria e que a confusão entre as duas pode não apenas impedir a compreensão do papel da violência nas relações humanas como pode também induzir a erros de graves consequências.

Essa distinção entre os dois tipos de guerra, em virtude da retração das pretensões territoriais e da valorização dos ritmos e de bens intangíveis, se desvaneceu nas últimas duas décadas, em que grandes potências passaram a intervir em disputas locais da periferia sob pretextos humanitários ou preventivos e movimentos infranacionais de pequenos Estados, de origem étnica ou religiosa, passaram a visar alvos distantes e mesmo a estabilidade internacional. Temos guerras interestatais travadas como se fossem guerras civis ou revolucionárias e guerras civis transformadas em guerras interestatais.

A noção de “guerra preventiva”

À confusão entre os dois tipos de guerra associa-se a crise de identidade dos Estados Unidos: vitoriosos do enfrentamento bipolar da Guerra Fria, eles começaram o século XXI muito maiores e mais fortes absolutamente, mas, relativamente a seus parceiros, não tiveram ganhos da mesma proporção. Ou seja, prevaleceram no enfrentamento com a URSS, o único concorrente à sua altura, mas inauguraram ou não um novo tipo de sistema mundial? Eles se tornaram a única potência de um mundo unipolar ou apenas a hiperpotência de um mundo novamente multipolarizado? A indefinição diz respeito tanto à nova situação mundial, de superação ou não

do sistema de Estados, bem como dos demais Estados, quanto ao papel efetivo desempenhado na nova ordem pela potência, o que passa também pelo simbolismo da superação da Guerra Fria e a função imaginada e projetada pelas suas elites dirigentes. Embora as instituições superestatais anteriores, como a ONU e a OMC, tenham sobrevivido e conservado suas regras multilaterais de funcionamento, as guerras posteriores a 1991 denotam um ativismo unilateral americano, não assumido, entretanto, como uma clara proposta de alteração das correlações jurídicas de poder mundial, pela extinção das Nações Unidas, a reformulação do Conselho de Segurança ou a redefinição do poder de veto de seus membros com assento permanente. Durante a campanha do Afeganistão em 2001 e, sobretudo, ao justificar a segunda incursão no Iraque, em 2003, de forma inédita, esse ativismo foi apresentado como uma teoria de domínio unilateral, o neoconservadorismo, que assumiu e radicalizou a noção de Destino Manifesto, e uma doutrina de guerra preventiva, segundo a qual a potência estaria assumindo o encargo de equacionar as questões mundiais como se fossem problemas internos, afetos à sua soberania.

O neoconservadorismo foi ridicularizado, principalmente na Europa, como uma aberração extremista, que teria chegado a influenciar a política externa num momento muito particular, de eleição discutível de um presidente provinciano, mas fadada a desaparecer sem deixar rastros. Ao contrário dessa visão, defendemos que o pensamento neoconservador é uma manifestação intelectual legítima, desenvolvida como outras correntes de pensamento em sua academia, em diálogo e interação respeitosa com outras correntes ideológicas, com raízes profundas na cultura do país, embora exacerbado pelo sentimento generalizado de que os EUA teriam perdido duas oportunidades históricas de construção de uma *Pax Americana*, ao fim da Segunda Guerra Mundial e no pós-Guerra Fria, e que teriam uma terceira chance em virtude dos ataques do 11 de setembro de 2001. Para fundamentar essa interpretação, vamos caracterizar a doutrina de guerra preventiva e, em seguida, traçar rapidamente o itinerário de formação do neoconservadorismo, elencando algumas evidências de sua legitimidade e do fato de ter sintetizado, ao menos na primeira gestão de George Bush (2001-2004), um consenso em política externa.

Em contínua ascensão desde a década de 70 do século XIX, tendo superado sem conflitos o Reino Unido economicamente e no controle do Atlântico e do Pacífico Norte nas primeiras décadas do século XX, a *intelligentzia* americana criou o sim-

bolismo de que o seu país desenvolvera não apenas uma economia mais eficiente que a europeia, mas também uma cultura superior, baseada no individualismo e na paz, e que enfrentava os desafios de unificar a economia mundial, promovendo o progresso, e generalizando seus valores políticos e formas de organização institucional, superando o estado de guerras intermitentes. O ingresso nessa nova situação, de paz e prosperidade, após quase meio milênio de guerras e miséria na Europa, era sentida quase que como uma evolução natural, uma função reservada às ex-Treze Colônias pela sua localização geográfica privilegiada e a cultura que haviam construído. Para cumprir esse papel histórico de potência redentora da humanidade, contudo, o Estado americano precisaria identificar o momento exato da necessidade de “concentração de forças no ponto decisivo”, numa linguagem clausewitziana¹¹⁴, oportunidade desperdiçada em duas situações anteriores, com consequências funestas para a humanidade e os EUA.

A primeira oportunidade unipolar perdida foi na fase de encerramento da Segunda Guerra Mundial na Europa Central, quando as tropas aliadas foram suplantadas pela velocidade do Exército Vermelho, que chegou primeiro a Berlim; para compensar, forçaram a marcha rumo ao Norte, bloqueando o acesso soviético ao porto de Hamburgo e, portanto, ao Mar do Norte, obtendo uma vitória tática, mas uma derrota estratégica; a consequência foi a aceitação de uma ordem bipolar pelo período de 46 anos.

A segunda perda do “ponto decisivo” foi 1991, quando a invasão do Kuwait pelo regime baathista do Iraque de Saddam Hussein propiciou a formação de uma ampla frente de Estados, sob a inspiração política da ONU, incluindo a então definhante União Soviética da *Glasnost* (transparência política) e da *Perestroika* (reestruturação econômica), numa aliança que poderia ser caracterizada, portanto, como uma guerra mundial contra o baathismo iraquiano liderada pelos EUA. No momento decisivo para a sobrevivência do Estado baathista e a transformação do sistema mundial, porém, Saddam Hussein apresentou sua rendição incondicional à ONU que, ao aceitá-la, constrangeu o presidente George Bush a suspender a marcha rumo a

¹¹⁴ Clausewitz usava essa expressão no sentido estratégico, de concentrar todas as forças e esforços com o objetivo de vencer a “batalha principal” ou segundo o princípio de que a “lei do uso simultâneo quase sempre favorece a decisão principal”, conforme Strachan (2007, p. 112), e não no sentido tático, de Jomini, de promover o contato da massa das próprias forças com o ponto vulnerável do inimigo, para romper suas linhas de comunicação.

Bagdá, embaçando a iminente vitória militar americana e tornando os EUA reféns do multilateralismo por mais de uma década.

A terceira oportunidade para a implantação da ordem unilateral, com a planetarização dos valores republicanos e a generalização das instituições liberais, foi oferecida pelo mais grave ataque já realizado contra o território continental dos EUA, em 11 de setembro de 2001, assistido como um espetáculo de TV por uma audiência global, que testemunhou a morte de 2.976 civis e a humilhação do império. Embora estivesse no poder há menos de nove meses, a administração republicana dessa vez agiu rápido: somente 24 dias depois, em 5 de outubro, com base na Resolução 1.378 da ONU, que seria aprovada em novembro, começaria a campanha do Afeganistão, é verdade que em conjunto com a Otan e o apoio de dezenas de outros países, que não precisaria de mais do que dois meses para arrancar o Talebã do poder, provocar a fuga do chefe do Conselho Supremo, o mulá Mohammed Omar, e colocar na presidência Hamid Karzai, em 9 de dezembro, embora, nove anos depois, o principal objetivo da campanha, a prisão do líder da Al Qaeda, Osama Bin Laden, ainda não tenha acontecido. Um ano após a derrubada das torres gêmeas, em 20 de setembro de 2002, o presidente George W. Bush enviaria ao Congresso a sua Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos, definindo a noção de guerra preventiva; e, seis meses depois, em 19 de março de 2003, iniciaria a Segunda Guerra do Golfo, contra o Iraque, evento tido como decisivo para a reforma do sistema interestatal. Referindo-se aos ataques às torres gêmeas, a então Assessora de Segurança Nacional e futura Secretária de Estado, Condoleeza Rice, os comparou a acidentes sísmicos capazes de mudar a vida no planeta, síntese de desafios e oportunidades. “O 11 de setembro foi um daqueles terremotos relativamente raros que causam mudanças tectônicas na política internacional” (RICE, 27/3/2003, p. A 24). Com efeito, confundindo a política internacional com a política externa americana e os projetos de seu país com a segurança internacional, o presidente anunciou, na sua estratégia de segurança, que outras soberanias não imporiam mais limites às ações americanas e que as fronteiras estrangeiras só seriam respeitadas na medida em que não constituíssem qualquer tipo de ameaça à integridade dos EUA e que, a partir daquele momento, seu governo não esperaria mais que as ameaças se concretizassem, passando a agir preventivamente, declarando uma guerra antecipada aos focos de insatisfação.

Defenderemos os EUA, o povo norte-americano e os nossos interesses em casa ou no exterior, identificando e destruindo as ameaças antes que elas cheguem às nossas fronteiras. (BUSH, dezembro de 2002-janeiro/fevereiro de 2003)

Em um artigo, seu secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, esclareceria essa ideia e o próprio Presidente se definiria de forma orgulhosa como um estadista pronto a assumir o que ele considerava serem suas responsabilidades:

Hoje defender a liberdade significa confrontar o perigo antes que seja tarde. (RUMSFELD, Donald, 20/3/2004, p. A 24).

Eu sou um presidente de guerra. Tomo minhas decisões no Salão Oval com a guerra em mente. Queria que não fosse assim, mas é verdade. E o povo norte-americano precisa saber que tem um presidente que vê o mundo como ele é. (BUSH, 8/2/2003)

Menos de duas semanas antes de autorizar os primeiros bombardeios sobre Bagdá, em 6 de março de 2003, o Presidente deixou clara sua visão sobre o papel da diplomacia e desafiou a ONU, dando-lhe como ultimato o prazo de dez dias para autorizar a invasão, alertando que, decorrido esse tempo, agiria independentemente dela.

A fase diplomática está em seu último estágio. Saddam Hussein continua escondendo armas químicas, mudando de um lugar para outro, sem colaborar. [...] Se o mundo recusar-se a agir, estaremos assumindo riscos enormes. [...] Em prol da segurança dos EUA, não precisamos de uma autorização da ONU. (BUSH, 7/3/2003, p. A 8)

As 35 páginas do texto enviado ao Congresso, sintetizando seus discursos e palestras desde os eventos do 11 de setembro, são de uma clareza extraordinária, pois definem o sentido geral da política externa americana como uma projeção unidimensional e tomam os valores nacionais como universais, identificando os opositores dos EUA como ameaças à humanidade, ecoando ideias defendidas em artigos para a imprensa por Wolfowitz e Fukuyama. No opúsculo, Bush chega a analisar, de forma coerente, os desafios de cada um dos continentes – Oriente Médio, Sudeste Asiático, Oriente Médio, Extremo Oriente, Europa Oriental e Ocidental e América Latina – e países – Rússia, China, Índia, México, Brasil e Canadá, por exemplo – sobre quatro vigas-mestras: a superioridade moral e o triunfo histórico dos valores da liberdade, dos quais os EUA seriam os portadores, contra qualquer forma de totalitarismo e sobre o próprio sistema de Estados; os desafios decorrentes dessa supe-

rioridade moral e histórica, que impõem à hiperpotência a obrigação secundária de sanear os pontos fracos do sistema internacional, os Estados falidos das periferias; a obrigação principal de combater e erradicar o novo e pernicioso inimigo da humanidade, o terrorismo; e o dever moral de realizar essas tarefas, em conjunto com outros Estados, se possível, ou isoladamente, se necessário, trocando a doutrina da guerra de retaliação pela de prevenção.

Por toda parte, as pessoas querem escolhas, educar seus filhos – homens e mulheres – possuir bens e desfrutar os benefícios de seu trabalho. Estes valores de liberdade são certos e verdadeiros para todas as pessoas em todas as sociedades – e o dever de proteger esses valores contra seus inimigos é a vocação compartilhada por todas as pessoas que amam a liberdade, em todo o mundo e em todas as eras. (BUSH, 2002/2003, p. 78).

O embate entre totalitarismo e liberalismo, ou dos confrontos ideológicos, segundo a *Estratégia de Segurança*, característico do século XX, terminou, encerrando também o ciclo dos embates interestatais, com a vitória do internacionalismo liberal sobre o socialista, mas deixando ao Estado vitorioso, o americano, a função de continuar a combater pelos valores da liberdade, mas agora principalmente contra organizações não-estatais que empreendem o terrorismo, transformando as variedades culturais e territoriais do planeta em ondulações a serem aplainadas pela política externa de um só país. A unidimensionalidade dessa interpretação do mundo levou-o a utilizar um conceito autoanulante, o de “internacionalismo nacionalista”, ou seja, a pregar uma militância para a transformação do mundo à imagem dos EUA, voltado para a erradicação dos incômodos atuais à unilateralidade. Juntamente com essa apologia liberal, o texto recupera outra ideia dessa corrente de pensamento, que tratamos ao falar da *Construção de Estados*, de Fukuyama¹¹⁵, a de que o grande problema da ordem global são os Estados falidos que, sem controle sobre seus territórios, ofereceriam abrigo seguro e campos de treinamento aos fundamentalismos terroristas.

Durante a maior parte do século XX, o mundo esteve dividido por um grande conflito ideológico: visões totalitárias e destrutivas contra a liberdade e a igualdade. Este grande conflito chegou ao fim. As visões militantes de classe, nação e raça, que prometeram utopias e trouxeram a miséria, foram derrotadas e desacreditadas. A América é agora menos ameaçada por estados conquistadores que por estados

¹¹⁵ No capítulo 3.

fracos. Somos menos ameaçados por frotas e exércitos que por tecnologias catastróficas, em mãos de uma minoria rancorosa. [Por isso] A estratégia de segurança nacional dos EUA terá como base um internacionalismo distintamente americano, que reflita a união de nossos valores e de nossos interesses nacionais. O objetivo dessa estratégia é construir um mundo não apenas seguro, mas melhor. (BUSH, 2002/2003, p.82)

Pela primeira vez, portanto, uma superpotência mundial definiu, como seus inimigos, não outras potências ascendentes ou descendentes, mas exatamente Estados que não constituiriam um desafio direto à ordem internacional, mas indiretamente ao sossego interno dos americanos, os Estados definidos como fracos, ou falidos, do sistema internacional, por oferecerem retaguarda para seus piores inimigos, que nem seriam atores estatais, mas organizações infraestatais e, mais precisamente, declararam guerra a um meio de luta, ou à forma de luta desses microatores, o terrorismo, desterritorializando e desconjunturalizando o exercício do domínio, ao nominar explicitamente como palco do confronto qualquer ponto do planeta, com enfrentamentos que podem acontecer a qualquer hora, por decisão da superpotência.

Os EUA estão lutando uma guerra contra terroristas de alcance global. O inimigo não é um regime político, ou uma pessoa ou uma religião ou ideologia específicos. O inimigo é o terrorismo – a violência premeditada, com motivos políticos, perpetrada contra inocentes [...] A luta contra o terrorismo é diferente de qualquer outra guerra de nossa história. (BUSH, 2002/2003, p. 94)

Como a supremacia na ordem bipolar, finalmente, não representou apenas uma vitória sobre o adversário ideológico socialista, mas uma superação do sistema de Estados, deixando como herança somente um superestado, com deveres morais equivalentes à sua estatura, e apêndices, mais ou menos sólidos, mas estados de segunda ou terceira categoria, o Estado americano acha-se investido de autoridade para liderar uma ampla cruzada internacional contra o terrorismo, ou a enfrentar o inimigo isoladamente.

Os Estados Unidos irão se empenhar necessariamente para angariar apoio da comunidade internacional; entretanto, não hesitaremos em agir sozinhos, se necessário, para exercer nosso direito de autodefesa, agindo de forma preventiva contra esses terroristas, para evitar que eles causem danos a nosso povo e a nosso país. (BUSH, 2002/2003, p. 85)

O projeto unilateral, desse modo, por meio da doutrina da guerra preventiva, depois de incubar durante doze anos, desde o desfecho da Primeira Guerra do Golfo, sob o pretexto de impedir novos ataques terroristas em território americano, veio à tona como política externa dos EUA, guindando à condição de formuladores estratégicos o grupo de intelectuais conhecidos na Academia como neoconservadores – judeus modernos, egressos das lutas pelos direitos civis, e racionalistas, metropolitanos e militantes internacionalistas, ex-trotskistas na juventude e ex-líderes estu- dantis que fizeram oposição à intervenção no Vietnã¹¹⁶, a quem o presidente se refe- riu como a melhor parcela da *intelligentzia* americana. Típicos anfíbios das burocracias militar e acadêmica, eles fizeram carreira alternando postos na Casa Branca e em universidades como as de Nova York e Nova Jersey. Subiram um a um os de- graus da hierarquia do poder central. Ingressaram na Casa Branca pelo terceiro es- calão, na Administração Gerald Ford, protegidos pelo secretário de Defesa Rumsfeld (1975-1977), historiador de origem e oficial da Marinha. Chegaram ao segundo esca- lão durante o governo de George Bush, quando Dick Cheney, ex-presidente da Hal- liburton, oriundo do Texas e vinculado a grupos petrolíferos, ocupou a Secretaria de Defesa (1989-1992), e ao primeiro escalão na administração George W. Bush, quando Cheney foi vice-presidente (2001-2008) e Rumsfeld ocupou novamente a Defesa, de 2001 a 2006. Além de Rumsfeld e Cheney, seus quadros mais conheci- dos são o ex-assessor do Conselho de Segurança Nacional e ex-presidente do Ban- co Mundial Paul Wolfowitz, as famílias de ideólogos e publicistas Kristol (o pai Irving e os irmãos William e Frederick) e Kagan (Robert e Donald), além de Norman Po- dhoretz, Michael Ignatieff, Gertrude Hilmefarbe, Irve Lewis “Scooter” Libb, Richard Perle, Charles Krauthamer e Francis Fukuyama, juntamente com Condoleeza Rice e poucos outros, de ascendência não-judaica, embora admiradores do Estado de Is- rael.

Vocês, sem dúvida, são os melhores cérebros do país – tão bons que o meu governo emprega vinte de vocês. (BUSH in: FRANCHON; VERNET, 4/5/2003, p. A 22)

No último ano do governo de George Bush (1989-1993), após a aceitação cri- ticada por eles da rendição de Saddam Hussein à ONU, e nos oito anos da adminis-

¹¹⁶ Discuti a formação desse grupo em *O ônus da prova neoconservadora*, dissertação apresentada em 2005 na Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

tração do democrata Bill Clinton (1993-2001), o grupo dedicou-se a desenvolver e divulgar uma estratégia externa para os EUA, que tinha como base a *Defense Planning Guidance* (DPG, de Guia para a Política de Defesa), documento entregue ainda em 1992 pelo então secretário Cheney a Bush-pai. Nesse texto ele já defendia que os EUA deveriam se sentir portadores de uma carta em branco, ou seja, com liberdade para interferir em qualquer ponto do globo, expandindo seus interesses econômicos e de segurança, sem levar em conta as instituições jurídicas internacionais ou a ONU, como vencedores que eram da Guerra Fria, sem oponentes que pudessem rivalizar poder em qualquer aspecto. De acordo com a interpretação do liberal Stanley Hoffman, autor de *World Disorders: Troubled peace in the pos-Cold War*, “o esboço da DPG trazia a idéia de ação militar unilateral, uso preventivo da força e manutenção de um arsenal nuclear suficientemente vigoroso para dissuadir outros (inclusive aliados) de desenvolver programas nucleares”¹¹⁷. Nos oito anos fora do poder, eles vincularam-se a *think tanks* conservadoras, como a *American Enterprise for Public Policy Research*, e atuaram em diversas revistas acadêmicas, como a *Encounter*, publicação da CIA coordenada por Norman Podhoretz, *Commentary* e *The Public Interest*, editadas pelo ex-dirigente trotskista Irving Kristoll, ou colaborando com artigos e entrevistas para publicações de grupos como o Fox News, desenvolvendo ideias que ganharam corpo no Projeto do Novo Século Americano (PNAC), conjunto de ideias unilateralistas para reforçar a ideia contida na expressão dos anos 40, Século Americano, para definir o século XX. Este documento foi a base do programa externo da candidatura de George W. Bush no ano 2000, com o documento intitulado *Rebuilding America's Defense* (RAD, sigla simplificada de Reconstruindo as Defesas da América: Estratégia, Forças e Recursos para um Novo Século Americano). Eles utilizaram as ideias acumuladas e também trabalharam em conjunto na definição do texto presidencial *Estratégia de Segurança Nacional dos EUA*, cujo formato final foi definido após os ataques ao WTC e enviado ao Congresso em 2002.

Os alicerces teóricos do pensamento neoconservador foram formulados nas suas aulas na Universidade de Chicago pelo professor de Ciência Política Leo Strauss (1899-1973), filósofo medievalista de formação, leitor atento de Nietzsche na juventude e de Platão na maturidade, ex-aluno de Ernst Cassirer, Edmund Husserl e Martin Heidegger, na Universidade de Friburgo, e frequentador, ao lado de Ray-

¹¹⁷ As propostas minutadas acabaram vazando para a imprensa, conforme Argemiro Ferreira (2004, p. 310), e alguns trechos expurgados da versão final.

mond Aron, das conferências do filósofo russo Alexander Kojève, em Berlim, sobre a *Fenomenologia do Espírito* de Hegel; segundo este, a filosofia da história hegeliana constituiria um encadeamento evolutivo de debates sobre as instituições com o *telos* da constituição do liberalismo como encerramento do ciclo do pensamento e da história real, harmonizando as liberdades individuais com a vida coletiva. Embora tenha publicado quinze livros e mais de oitenta artigos, entre interpretações de Platão e análises dos filósofos judeus Spinoza e Maimônides, Strauss não chegou a formalizar em textos suas conferências políticas, cujas ideias centrais foram divulgadas por partidários, como Allan Bloom, em obras como *Closing of the american mind*, *O declínio da Cultura Ocidental* e *Gigantes e anões*¹¹⁸, ou críticos, como a historiadora das ideias Shadia Drury, autora de *The political ideas of Leo Strauss*, de 1998, e *Leo Strauss and the american right*, de 1997¹¹⁹. Judeu alemão, refugiado político e inimigo do nazismo e dos totalitarismos, Strauss também não chegou a desenvolver uma reflexão sobre a política internacional, mas sobre a superioridade moral da democracia liberal, como melhor defesa da sobrevivência do povo judeu e dos direitos individuais.

Sua ligação com o regime americano era profunda. Ele estudou a história do país e se dizia encantado com o gênio particular dos EUA. [...] A partir da experiência e do estudo, percebeu que a democracia liberal é a única alternativa decente e justa para o homem moderno. Sabia também que a democracia liberal é exposta, para não dizer encurralada, a ameaças tanto práticas como teóricas. (BLOOM, 2000, p. 208)

De acordo com Bloom, para ele, a “sociedade livre” seria a maior criação do homem e a democracia grega representaria o momento mais elevado da civilização. Esta, entretanto, na versão da *República* platônica, seria uma formação social perfeitamente ordenada, em que os graus de liberdade variariam em conformidade com a posição dos homens na escala social, em que cada categoria desfrutaria de liberdade para cumprir adequadamente seu papel na *polis*. Liberdade, portanto, não significaria permissividade ou tolerância para com os inimigos da democracia. Tanto para Bloom quanto para Sharida Drury, o maior adversário da democracia liberal, em S-

¹¹⁸ Em Português, ver “Leo Strauss (20 de setembro, 1989-18 de outubro, 1973)” em *Gigantes e anões – Ensaios (1960-1990)*, de 1990, p. 203-249.

¹¹⁹ Ver a entrevista concedida a Denny Postel, “Noble lies and perpetual war: Leo Strauss and Iraq”, disponível na Internet em <http://www.opendemocracy.net/debates/article-3-7-1542.jsp>.

trauss, seria a própria democracia, ou suas debilidades, como se ela se deixasse encurralar pelas suas próprias contradições, ao garantir inclusive a liberdade de ação de seus próprios inimigos, ou o direito de usar as instituições para conspirar contra elas. A democracia ateniense poderia ser classificada, portanto, como uma democracia forte, capaz de se proteger, com a exclusão da *polis*, dos seus inimigos. Para Drury, ele estabeleceria uma contraposição entre democracia liberal e democracia fraca, ou liberticida, cujo exemplo mais escandaloso seria o da República de Weimar, que teria aberto o caminho legal para a chegada do nazismo ao poder em seu país de nascimento. O democratismo ou o excesso de liberdades (ou falsas liberdades) decorrente de descon siderações a respeito das diferenças de talento, riqueza ou hierarquia, seria uma ameaça ou a abertura de portas para os inimigos da democracia. Para ela, a democracia straussiana seria, portanto, elitista, com mecanismos de defesa contra a tirania das maiorias, pois, nela “alguns estão aptos a liderar, enquanto os outros são liderados”¹²⁰.

Os aptos a governar são os que percebem não haver moralidade, mas um direito natural do superior de impor-se ao inferior. (FERREIRA, A., 2004, p. 243).

Conforme a leitura de Drury, ainda, a preservação das democracias fortes passa pela coesão interna entre governantes e governados, o que seria estimulado pelas ameaças externas, ponto a partir do qual se pode deduzir alguns princípios de política externa de Strauss, pois “os homens só se unem contra outro povo”. A guerra, como em outro alemão, seu contemporâneo, Carl Schmitt, embora este fosse ideólogo do nazismo, desempenharia um papel central para a preservação da ordem interna, mesmo das democracias liberais. Mesmo não havendo uma ameaça externa iminente, para Strauss, seria conveniente forjá-la, usando a imprensa livre para isso, o que pode ser interpretado como a origem da noção de guerra preventiva.

Na visão de Strauss, é preciso lutar o tempo todo para sobreviver. A paz leva à decadência. Ele acreditava na guerra perpétua, não na paz perpétua. (FERREIRA, A., 2004, p. 243)

A noção straussiana de “democracia forte”, capaz de subjugar os liberticidas, distancia-se, portanto, tanto da noção de democracia direta presente em Rousseau

¹²⁰ Ver *O império contra-ataca*, de Argemiro Ferreira, 2004, p. 242-243.

quanto da ideia de supressão das forças armadas e dos serviços secretos, de Kant, em que o princípio ordenador das relações internacionais passaria a ser a transparência e o controle dos governantes pelos governados. Para ele, democracia liberal é o regime que privilegia a lei como forma de proteção da propriedade e dos direitos individuais, com o consentimento dos governados, o que autoriza os líderes a mentir ou enganar seus liderados, em seu próprio benefício, sob a ética da preservação do regime. Segundo Drury, a função principal do líder não seria a de dizer a verdade, mas a de defender seu grupo contra inimigos externos e inimigos internos da liberdade, o que pode ser interpretado como uma justificativa moral para as razões alegadas pelo governo George W. Bush, como a posse de ADM e a compra de urânio enriquecido pelo governo de Saddam Hussein, para lançar a Segunda Guerra do Golfo. Drury, a propósito, recorda uma das análises feitas por Strauss das *Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift, nas suas aulas que mais seduziam os jovens alunos judeus e internacionalistas trotskistas, que viriam a constituir o núcleo dos pensadores neoconservadores. Trata-se da alegoria em que Liliput estava sendo consumida por um incêndio e Gulliver urinou nela para evitar uma catástrofe. Segundo sua interpretação, encampada por Ferreira (2004), embora os habitantes tenham se sentido ofendidos pelos jatos de urina, eles foram decisivos para sua salvação, o que explica a solidão e a incompreensão a que um líder está sempre sujeito, e que o filósofo representaria como significativo do “isolamento de um líder numa sociedade – e também, certamente, de um país-líder frente ao resto do mundo” (p. 243).

O neoconservadorismo opera uma interlocução, portanto, com a noção de Destino Manifesto e interage com as raízes da formação cultural americana, sendo apressada, portanto, sua interpretação como um modismo intelectual passageiro ou um desvio na maneira de inserção da política externa americana na política internacional. Evidentemente não se podem ignorar suas diferenças em relação ao liberalismo tradicional, de um Stanley Hoffmann, por exemplo, do neoliberalismo, de pensadores como Joseph Nye, ou do realismo de um Henry Kissinger, mas impõe-se considerar que o neoconservadorismo sempre foi – e é – considerado um interlocutor respeitável na Academia e, na conjuntura produzida pela vitória eleitoral de George W. Bush em 2001, sobretudo depois do 11 de setembro, tornou-se a corrente de pensamento hegemônica, constituindo o consenso possível em política externa, legitimada de forma incontestável pelo eleitorado americano com a reeleição de Bu-

sh, pela maioria dos colégios e do voto direto em 2004. A este propósito, convém recordar que o próprio ex-secretário de Estado Henry Kissinger, um realista multilateralista, que não se cansa de sugerir aos sucessivos presidentes americanos que façam parcerias nos diversos continentes e procurem influir sobre os destinos mundiais a partir do compartilhamento de responsabilidades, no início da guerra ao Iraque repudiou as propostas europeias de contenção formuladas na ONU, argumentando que o final da Guerra Fria em 1991, as guerras dos Bálcãs dos anos 90 e os ataques ao WTC justificariam uma reestruturação da política mundial com a consequente ampliação do poder relativo dos EUA em todos os foros, o que não poderia ser ignorado pelos aliados.

Aconteceram coisas demais para que seja possível simplesmente voltar aos 'negócios de sempre' [...] É do interesse dos Estados Unidos não exigir um papel exclusivo numa região situada no coração do mundo islâmico [mas também seria inaceitável] participar de um fórum (a ONU) no qual os aliados [viessem a] implementar teorias sobre como criar um contrapeso capaz de equilibrar o 'peso' da hiperpotência americana [, pois] a proeminência militar americana é verdade inegável [e, portanto, seria aconselhável que os líderes europeus evitassem que suas] discussões sobre unilateralismo e multilateralismo se transformem em profecias que se realizam. (KISSINGER, 12/4/2003, p. A 32).

Ainda que se possa entender o artigo de Kissinger como produto da conjuntura, obra produzida no início de uma guerra, em que seria recomendável a unidade, sobretudo dos integrantes do partido republicano, seu ataque à ONU e a defesa de um poder correspondente a sua força militar revela que o unilateralismo não é somente uma manifestação de arrogância dos neoconservadores, mas uma cultura que junta numa ponta setores expressivos da academia e, na outra, a burocracia militar americana, e que as linhas gerais da política externa são desdobramentos desse consenso.

Se do ponto de vista cultural e ideológico, o neoconservadorismo é uma corrente de pensamento legítima, que opera sobre um conjunto de valores compartilhados pela Academia, do ponto de vista histórico, ele reflete a dinâmica da corrida armamentista e os interesses consolidados tanto do chamado complexo industrial-armamentista quanto do corporativismo da burocracia militar. Desde o período de preparação dos EUA para o ingresso na Segunda Guerra Mundial, no final da década de 1930, os investimentos na indústria de armamentos e os seus contingentes

militares, que atingiram picos durante a guerra, nos períodos de paz jamais pararam de crescer. O fenômeno, denunciado pelo presidente Dwight Eisenhower (1953-1961) no seu discurso de despedida como “complexo industrial-militar”, jamais deixou de funcionar como centro estimulante da economia americana, que foi classificado pelos economistas como “keynesianismo militar”, ou seja, investimentos na indústria armamentista para estimular os índices de emprego e o crescimento de outras áreas. Mesmo após o final da Guerra Fria, quando a corrida armamentista poderia ser suspensa, os EUA, sob o efeito da inércia, ou da força de sua burocracia militar, continuaram a estimular as pesquisas em tecnologias bélicas e este setor da sua indústria, mesmo na ausência de um competidor. O risco da interrupção da corrida armamentista solitária, contra o próprio relógio, diz respeito à própria estabilidade da economia do país. Outra questão diz respeito aos problemas sociais que poderiam ser causados pela desativação de parte das 560 bases militares que os EUA mantêm em setenta países e o que fazer com a desmobilização de parte de seus efetivos de 1.332.300 jovens militares (em 2009), 662,2 mil do Exército, 335,8 mil da Marinha e 334,3 mil da Aeronáutica.

A dimensão do complexo industrial-militar explica o peso extraordinário da burocracia militar sobre o comportamento externo do Estado americano, independentemente das conjunturas políticas, dos presidentes que se sucedem na Casa Branca e de seus discursos de campanha, pois as mudanças são mais de estilo do que dos fundamentos na política externa, como se a busca da hegemonia pela supremacia militar fosse uma política de Estado, não de governo, imune aos humores da opinião pública e às pressões da mídia. Embora eleito com um discurso de retomada do desenvolvimento econômico, com aumento dos investimentos públicos em setores sociais, o que de fato promoveu, o governo de Bill Clinton (1993-2001) seguiu as pegadas de seu antecessor, mantendo as pressões sobre a ONU e os bombardeios aéreos contra Bagdá. Apesar dos discursos incendiários para as plateias europeias, Barack Obama, a despeito do compromisso explícito de desativar o centro de detenção de militantes muçulmanos da Base Naval de Guantânamo, em Cuba, no prazo de um ano, ainda não conseguiu fazê-lo na metade do seu terceiro ano de mandato. Embora tenha reduzido a 45 mil os efetivos americanos no Iraque, ele ainda não conseguiu retirar seu país do atoleiro político do Oriente Médio e aprofundou seu enredamento no atoleiro do Ásia Central, elevando as tropas a 100 mil no Afeganis-

tão e, com os bombardeios de populações civis por aeronaves não-tripuladas, complicou também a estabilidade do antigo aliado e nuclearizado Paquistão.

Curiosamente, a comparação das visitas de dirigentes da ascendente República Popular da China a três presidentes americanos com posições bastante distintas (Bill Clinton, em 1997, George W. Bush, em 2006, e Barack Obama, de 18 a 20 de janeiro de 2011) mostram mais diferenças protocolares decorrentes do crescimento da economia chinesa do que mudanças estratégicas, pois são notáveis as semelhanças de discurso entre presidentes tão díspares. Os democratas Clinton e Obama receberam Jiang Zemin e Hu Jintau em jantares de Estado. Na primeira oportunidade, os chineses fizeram duras reclamações contra o protecionismo americano; na última, comprometeram-se com a compra de 200 aviões da Boeing, a construção de três ferrovias de alta velocidade pela General Electric e com um investimento de 48 bilhões de dólares na economia americana, gerando cerca de 150 mil postos de trabalho. Em 2006, George W. Bush deu à visita um caráter somente de governo, para evidenciar seu desagrado com a insistência chinesa na soberania sobre a ilha de Taiwan, o estatuto do Tibete, o estado dos direitos humanos no país e a fraca cooperação no controle da nuclearização da Coreia do Norte. Em 19 de janeiro de 2011, apesar dos investimentos anunciados por Hu Jintau, Barack Obama declarou durante o jantar que

A história mostra que as sociedades são mais harmônicas, as nações mais prósperas e o mundo mais justo quando os direitos e as responsabilidades de todos os povos são cumpridos. Os EUA vêem os direitos humanos como um valor universal, até para a China.

Em 2002, ao analisar os diversos continentes e as principais potências do ponto de vista dos Estados Unidos, para a definição de sua política externa, Bush escreveu sobre a atual candidata a grande potência:

Ao lidar com as ameaças transnacionais, a China se verá confrontada com o desafio de se tornar mais aberta com relação às informações, de promover o desenvolvimento da sociedade civil e de dar mais atenção aos direitos humanos dos indivíduos. A China já tomou o caminho da abertura política, permitindo muitas liberdades individuais e realizando eleições no nível das aldeias, mas ainda permanece fortemente comprometida com o regime nacional do partido único, o Partido Comunista. No entanto, até que essa nação se torne verdadeiramente responsável perante as aspirações e necessidades de seus cidadãos, ainda há muito trabalho a ser feito. A China só virá

a atingir seu pleno potencial quando ela conceder ao povo chinês liberdade de pensamento, de reunião e de culto. (BUSH, 2002, p. 108)

Em 2006, as diferenças políticas fizeram com que Bush recusasse o reconhecimento protocolar de um jantar de Estado ao estadista visitante. Em 2011, dependente do apoio econômico dos chineses, Obama concordou com esse estatuto para a visita. Entretanto, nas duas ocasiões, o conteúdo dos discursos dos chefes de Estado americanos foi parecido, com um tom claramente intervencionista nos assuntos internos dos visitantes, refletindo que a influência das burocracias civil e militar é maior do que a das assessorias políticas e dos partidos na definição da política externa e até no discurso oficial dos presidentes. Nas duas oportunidades, às sugestões de maior liberdade interna, os líderes chineses responderam com a recomendação de respeito à sua soberania.

A guerra como empresa racional

A política externa americana, desconsiderando as diferenças pontuais e de estilo entre as várias administrações, é ideológica, definida em termos morais, e não conjunturais, e confunde como da mesma natureza as guerras interestatais e as civis, para a mudança de regimes políticos e das coalizões e consensos internos, como a do Afeganistão, contra o regime do Talebã, e a do Iraque, contra o domínio do Partido Baath, e também com a sua noção de guerra preventiva e indefinida contra o terrorismo mundial. Nosso objetivo, neste trabalho, é entender os propósitos políticos das últimas guerras deflagradas pelos EUA, sempre em condições assimétricas, de notável superioridade bélica, não o de descrever tecnicamente os empreendimentos ou mesmo reexaminar as teorias da guerra, embora para refletir sobre isso sejamos obrigados a recorrer a algumas considerações breves sobre as linhas centrais do pensamento de Antoine-Henry Jomini (1779-1869), Carl von Clausewitz (1780-1831) e Basil Liddell Hart (1875-1970), como apoios para o exame das possibilidades e limites efetivos ao propósito de construção de um mundo unipolar pacificado.

Ao dizer que, em seus delineamentos permanentes, a política externa americana é ideológica, quisemos significar que ela, em termos de compreensão e uso da guerra, é jominiana, pois despolitiza a estratégia e a identifica como ciência da vitória.

ria, à prova de surpresas, liberando-a das conjunturas políticas, para consolidar as posições conquistadas ou quebrar as linhas de comunicação do inimigo, preservando as próprias, como um jogo de força e astúcia dos seus comandantes, cujos quatro princípios definidores de Jomini se reduzem ao primeiro, ou à arte de mover os exércitos no teatro de operações, ou sobre o mapa, com o objetivo de promover o contato da massa das próprias forças com os pontos vulneráveis do inimigo.

Arremessar por movimentos estratégicos a massa de um exército, sucessivamente, sobre os pontos decisivos de um teatro de guerra e também sobre as comunicações do inimigo, tanto quanto possível, sem pôr em risco as próprias linhas de comunicação (JOMINI, cit. por PROENÇA *et al.*, 1999, p. 66).

Para Jomini¹²¹, que apreciava definir-se como intérprete das novidades representadas por Napoleão no campo de batalha, embora não explicasse o sucesso de seu mentor a partir da formação de um exército nacionalista de massas nem valorizasse sua estruturação em corpos por armas, a logística, o treinamento e a disposição dos soldados seriam fatores secundários, como se “as forças armadas de Jomini (surgissem) prontas e aprestadas para serem utilizadas nas guerras” (PROENÇA *et al.*, 1999, p. 57). A vitória seria uma decorrência do “gênio” do comandante, de sua habilidade em promover o contato do seu ponto forte com o fraco do inimigo, rompendo sucessivamente suas linhas, separando as tropas do comando oponentes, até assumir o controle sobre o teatro de operações, o que independeria da conjuntura política interna das forças beligerantes, da conjuntura internacional, do ânimo das tropas e da sua sustentação material. Em consequência disso, dois aspectos aparentemente contraditórios são centrais na teoria jominiana: a “vantagem por definição” das forças de defesa sobre as atacantes, mesmo que menos numerosas, e a invencibilidade, também por definição, da guerrilha, embora este seja o método de luta acessível aos extremamente fracos. Por isso, a defesa e o ataque das posições no terreno integram a estratégia, enquanto os ataques guerrilheiros, embora capazes de provocar desabastecimento ou tumulto nas frentes de combate, são meramente táticos ou operacionais. Ele figurava o teatro de operações como um retângulo, no qual o objetivo seria o controle de todas as laterais, o que asseguraria a vantagem territorial, o que implicaria também um ganho temporal, graças à movimenta-

¹²¹ General do Grande Exército nacional, de Napoleão, e, depois, do Exército Russo, autor de *Précis de l'Art de la Guerre* (1837-1838).

ção mais rápida e segura, permitindo a concentração e a reconcentração de forças em quaisquer dos pontos a serem defendidos; por isso, quem, durante um conflito, dominar três dos lados usa uma estratégia de defesa e usufrui de vantagem assimétrica sobre o atacante. A guerrilha, como forma de luta dos mais fracos, que atuam a partir de fora do teatro de operações, usa o método da surpresa, de se concentrar para explorar algum ponto débil das linhas de comunicação do inimigo, em geral na sua retaguarda, só atacando em condições de superioridade momentânea, empreendendo uma fuga rápida e se diluindo a seguir em meio à população camponesa ou beneficiando-se das condições geográficas, tornando praticamente impossível a retaliação; é útil em operações de sapa ou para interromper o fornecimento de víveres e meios de combate à vanguarda, mas insuficiente para inverter as correlações de forças no terreno. Se a assimetria favorece a defesa e a guerrilha é invencível, por explorar as vulnerabilidades adversárias e se conservar intacta, esta também poderia ser considerada como inabilitada para a vitória, pois não dispõe de forças para conservar as vantagens, ou seja, até é capaz de romper alguma das linhas inimigas, mas não consegue manter o controle sobre ela.

A estratégia das guerras americanas do século XXI, sobretudo a da guerra ao terrorismo, é jominiana porque formulada apenas em termos militares, de superioridade no campo de batalha, fundada no domínio territorial, na suposta superioridade moral, de valores que seriam universais, e numa brutal assimetria física, ou seja, uma capacidade de reposição humana e de meios de emprego da força que parecem ilimitadas às comunidades locais isoladas. A esmagadora vantagem bélica, porém, é paralisada pela imprevisibilidade quanto aos locais exatos das operações das insurgências, dependendo, para se antecipar a elas, de serviços de inteligência extremamente sofisticados, arriscados e caros. Como o enfrentamento se dá num quadro de reciprocidade, em que as vantagens de um lado podem ser revertidas pelo emprego dos mesmos meios pelo outro, a espionagem das insurgências, com recursos menores, infiltrando agentes nos serviços públicos ou se valendo da massa quase infinita de informações publicada diariamente pela imprensa e disponível na Internet, usa as informações colhidas para surpreender; além disso, utilizam os próprios meios de comunicação globalizados para selecionar seus alvos e os usam novamente para formatar seus ataques como espetáculos globais. Como as insurgências só conseguem vantagens momentâneas, baseadas no fator surpresa, apesar

de desgastarem a imagem de domínio das forças armadas regulares, não são interpretadas por estas como capazes de ameaçar o controle das posições, embora preservem a capacidade de golpear no plano do imaginário e da opinião pública, atuando de forma inesperada, o que gera um círculo vicioso de incremento dos ódios recíprocos, em que os direitos humanos são crescentemente desprezados, fazendo com que o grau de violência dessas guerras evolua em espiral, assumindo o caráter de guerras civis, embora protagonizadas por grupos minoritários da população e parte das forças de segurança. Graças aos meios de comunicação modernos, que transformaram a aldeia global em sociedade do espetáculo, e encurtaram as distâncias, tornando qualquer ponto do planeta um alvo virtual, ampliado pelo noticiário espetacularizado, os confrontos locais tendem a se tornar guerras civis internacionais.

Esse tipo de política externa formulado para garantir, em última instância, a segurança nacional dos Estados Unidos, cria, no limite, uma situação de indefinida insegurança global. A denominamos como uma estratégia jominiana para diferenciá-la de uma outra concepção estratégica, a clausewitziana, para refletir sobre o modelo de pensamento que norteia as guerras contra estados falidos e preventivas contra pequenos grupos terroristas. Para Clausewitz, a guerra é um evento que envolve Estados, atores racionais que têm, portanto, propósitos definidos e se empenham em realizá-los por uma questão de soberania, corporificando a vontade geral da nação ou do grupo social de que são instrumentos. Nesse sentido, o recurso à força é um aspecto legítimo da política, um desdobramento dos esforços para a solução de diferenças, ao qual esses atores recorrem quando outros meios se revelam insuficientes. Ela não representa um intervalo, em que a política seria suspensa, no qual os diplomatas convocariam os militares e sairiam de cena, mas, pelo contrário, é uma outra maneira de levar a política adiante, uma continuação dela. Desdobra-se da política, tem objetivos e é dirigida pela política.

A guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios. [...] A intenção política é o fim, enquanto a guerra é o meio, e não se pode conceber o meio independentemente do fim. (CLAUSEWITZ, 2003, p. 26)

Para Clausewitz, a causa da guerra é a incompatibilidade exacerbada das vontades de dois ou mais Estados. Ela se torna inevitável quando eles identificam a

posse de um bem com a sua própria soberania, vale dizer, com a sua sobrevivência enquanto instrumento da própria vida organizada de sua coletividade, gerando-se um quadro em que um deseja um bem a ponto de arriscar a própria sobrevivência num conflito de resultados duvidosos e o outro se recusa a ceder, preferindo o desaparecimento à perda da dignidade. Ela desperta, evidentemente, paixões, mas tem objetivos que são absolutamente claros, e vitais, para os contendores.

Se quisermos reunir num só conceito os inumeráveis duelos particulares de que a guerra se compõe, fariamos bem em pensar na imagem de dois lutadores. Cada um tenta, por meio da sua força física, submeter o outro à sua vontade; o seu objetivo *imediato* é *abater* o adversário a fim de torná-lo incapaz de toda e qualquer resistência. *A guerra é pois um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade.* (CLAUSEWITZ, 2003, p. 1, grifos do autor)

A identificação dos objetivos reais da guerra é, pois, central para a compreensão dos seus desdobramentos, até para evitar uma tentação do tipo jominiano de que seria um passatempo, um jogo inconsequente ou o produto de um “entusiasmo desenfreado”, uma vez que ela “é um meio sério para alcançar um fim sério” (2003, p. 26). A preocupação de Clausewitz não é pintar a guerra como ela deveria ser, como uma arte ou como uma ferramenta de construção de uma vida desejável, mas como ela efetivamente é, um evento complexo, em que o resultado final é uma incógnita e no qual se joga tudo. Distintamente do general francês também, o prussiano evita passar a impressão de que a estratégia poderia ser uma ciência da vitória, que tornaria a guerra um jogo de cartas marcadas, descrevendo-a como um ambiente em que aparência e realidade se misturam, como um “verdadeiro camaleão” que muda de cor e formato conforme as circunstâncias, pois seus resultados decorrem das interações surpreendentes entre no mínimo duas “trindades surpreendentes”, em que se interdeterminam elementos de naturezas tão diversas quanto a paixão, o acaso e a razão.

É também, como fenômeno de conjunto e relativamente às tendências que nela predominam, uma surpreendente trindade em que se encontra, antes de mais nada, a violência original do seu elemento, o ódio e a animosidade, que é preciso considerar como um impulso natural, depois o jogo das probabilidades e do acaso, que fazem dela uma atividade livre da alma, e, finalmente, a sua natureza subordinada de instrumento da política por via da qual ela pertence à razão

pura. O primeiro desses elementos interessa particularmente ao povo, o segundo, ao comandante e ao seu exército, o terceiro importa sobretudo ao governo. (CLAUSEWITZ, 2003, p. 30)

Sem essa “violência original”, ou esses elementos ativados pela paixão, que acabam mobilizando e contaminando todo o povo, que se prontifica a um esforço extraordinário para dar vazão a seu instinto, não haveria guerra. Conforme Raymond Aron, *Em Pensar a guerra, Clausewitz: A era européia*, “homens ou povos que combatem entre si sem se odiar, acabam por se odiarem de tanto combaterem entre si” (1986a, v. 1, p. 105). Da mesma forma, ela se caracteriza pelas armas, as artimanhas e negações, as invenções e a criatividade levadas ao campo de batalha pelas forças em conflito, o que transforma a guerra também num jogo de livres combinações, que exige não apenas a disciplina, mas também o rigor e a inventividade do comando e a determinação das suas tropas para responder às circunstâncias. Esses dois aspectos, contudo, só fazem sentido quando combinados entre si e subordinados a uma estratégia, que dá o sentido geral dos acontecimentos, que é o elemento racional e depende da capacidade de formulação, comunicação e implementação das suas decisões pelo Estado. O comandante e suas tropas respondem pelos elementos eventuais da guerra, ou seja, são encarregados da tática, ou do uso das batalhas a serviço da estratégia. Mas a estratégia, que diz respeito ao uso das forças armadas na guerra, ou seja, o elemento racional do conflito compete ao Estado. Ela é a política da guerra, que é somente uma parte da política. Domício Proença (1999, p. 80) chama essa “surpreendente trindade” de “triângulo paradoxal”, cujas combinações, de formas sempre inéditas, determinam o comportamento mutável de cada força beligerante, de cuja interação com os triângulos paradoxais dos demais atores resultam as conjunturas da guerra, sua direção e o desfecho final do conflito. A guerra é, portanto, e talvez principalmente, um confronto de estratégias. Identificando no pensador estratégico alemão a influência da fortuna de Maquiavel, Aron insinua que não é difícil descobrir como e porquê as guerras começam, mas muito mais problemático deduzir como e de que forma terminam, uma vez que, ao contrário da constância estratégica imaginada por Jomini, para Clausewitz, se a guerra em geral é um fenômeno complexo, um camaleão que muda sua imagem conforme os riscos e oportunidades, cada guerra particular é complexa à sua maneira. Evidentemente o estudo das guerras anteriores é imprescindível, mas seria gratuito tomar qualquer

delas como modelo e orientar a conduta por este, uma vez que cada uma é diferente. De outra forma, quem agisse de forma previsível dispensaria a decodificação de suas intenções pelo inimigo e se tornaria presa fácil para este.

Pensar as guerras de nosso tempo segundo Clausewitz não consiste na aplicação mecânica dos conceitos próprios ao oficial prussiano, mas na fidelidade a um método. Já que a guerra é um camaleão, nos dois sentidos desta palavra – a guerra é *outra* de conjuntura em conjuntura – a primeira tarefa do homem de Estado é determinar a natureza própria de tal guerra singular que lhe incumbe compreender e conduzir. (ARON, 1986b, v. 2, p. 74)

A guerra, e cada guerra em particular, portanto, é um fenômeno que não se encaixa no domínio dos desdobramentos certos e previsíveis, diferentemente da Física, da Biologia ou da Arquitetura, ramos do conhecimento baseados na regularidade e na previsibilidade. Ela também não é uma arte, no sentido da busca de surpresas necessárias que quebram as expectativas lógicas, pois este tipo de engenhosidade também pode ser imaginada e, portanto, prevenida, pelo inimigo. Ela não pode, portanto, ser definida como “ciência da vitória”, como em Jomini, e não se constitui na “província dos grandes comandantes, e só deles”. Para Clausewitz, ao contrário, a guerra compõe “um jogo de possibilidades e de probabilidades, de boa ou má sorte ao longo de cada fila” (2003, p. 24), o que faz com que seja, na verdade, principalmente a província das forças morais e do acaso, em que se verifica a combinação de um volume de determinantes impossível de processar, o que implica, também na dedução de variáveis possíveis, na aposta em algumas delas e na persistência, aliada à capacidade de adaptações das linhas estratégicas, como recomendava Maquiavel ao Príncipe virtuoso, sem jamais lhe oferecer a certeza de fácil sucesso. Ademais, como grifado por Clausewitz em *Da guerra*, a concentração de todas as forças próprias contra o ponto vulnerável do inimigo é uma situação comportada somente pela imaginação, não pela realidade bélica, pois “*a reunião perfeita de todas as forças num mesmo momento é contrária à natureza da guerra*” (2003, p. 15). Isso porque um comandante até pode ter um controle quase absoluto sobre a sua tropa, mas não comanda as decisões do outro comandante, embora seja possível tentar induzi-lo a erro, levando em conta que o inimigo pode fazer o mesmo, e ambos, embora até possam ter influência sobre a retaguarda, não têm sobre a sua própria sociedade civil um comando da mesma natureza que sobre seus homens.

Embora a guerra seja um fenômeno complexo que comporta infinitas combinações de desenvolvimento e desfecho, ela tem uma lógica interna, ditada por seus objetivos políticos ou sua finalidade, que rege seu início, forma de aplicação da violência e encerramento das hostilidades. Não fosse assim, ela seria um fenômeno irracional, que não se daria à compreensão. Exatamente por se originar de um conflito incontornável de vontades de atores racionais, que agem segundo uma dinâmica de custo-benefício, as partes fazem o necessário, em termos de emprego de forças, para a realização de seus objetivos iniciais, mas evitam os investimentos inúteis e tudo aquilo que pode ser contraproducente, como os excessos que podem levar à exaustão dos próprios recursos ou à destruição do objeto de suas vontades. A exaustão de seus recursos pode levar à ruína do Estado ou, em caso de exaustão mútua, apesar da vitória sobre o oponente direto, pode provocar sua incapacitação para o usufruto do bem conquistado, abrindo espaço para que um *tertius*, uma potência não envolvida nos conflitos principais, aproveite a oportunidade oferecida pelo desgaste dos oponentes iniciais para reivindicar para si, em condições de grande vantagem, o objeto da disputa, ou o objetivo da disputa.

Nenhuma guerra se inicia, ou pelo menos não deveria iniciar-se se se agir prudentemente, sem que se tenha encontrado uma resposta para a pergunta: o que se procura alcançar pela guerra e nela? (CLAUSEWITZ, 2003, p. 829)

Quando as duas partes vão para o conflito aberto, a própria lógica da fricção coloca a possibilidade do enfrentamento total, do emprego ilimitado de forças e a vontade de destruição completa do inimigo ou de qualquer dos contendores, pois

Cada um tenta, por meio da sua força física, submeter o outro à sua vontade; o seu objetivo *imediato* é submeter o adversário a fim de torná-lo incapaz de toda e qualquer resistência. (CLAUSEWITZ, 2003, p. 1)

O esmagamento do inimigo é o fim natural do ato de guerra, e que, se quisermos nos manter nos limites estritamente filosóficos do conceito, não poderá haver na realidade mais nenhum. Como essa idéia se aplica às duas partes beligerantes, deveria resultar daí que não pode existir nenhuma suspensão no ato de guerra, que uma suspensão só pode sobrevir enquanto uma ou outra das partes não estiver definitivamente destruída. (CLAUSEWITZ, 2003, p. 829)

A primeira impressão produzida pelo início do conflito, com a qual Clausewitz abre o *Da guerra*, ou a deixada pela abordagem jominiana, é que a guerra seria sempre total, impressão que o autor, no capítulo II do Livro 1, trata de desfazer, dizendo que os meios (de violência) devem ser subordinados aos fins (políticos), pois, em caso contrário, a guerra se tornaria em evento irracional, um empreendimento que levaria os Estados a perder mais do que o investimento realizado e a saírem dela menores e mais fracos do que entraram, pois o pensamento estratégico não pode perder de vista a paz posterior ao conflito. Em diversos outros lugares, como o capítulo 2 do Livro VIII, cujo título é revelador: “Guerra absoluta e guerra real”, ele volta a insistir na ideia de que a guerra ilimitada é uma possibilidade com que os atores, no limite, sempre devem contar, embora na prática das guerras reais, os Estados costumem encontrar alguma solução menos definitiva. Por isso, além do conceito de “objetivo”, ele opera também com o conceito de “fim intermédio”, uma possibilidade intermediária entre a renúncia ao objetivo e a sua completa realização.

No capítulo sobre a suspensão da ação no decurso do ato de guerra, mostramos como o princípio puro de hostilidade, aplicado ao seu agente, isto é, ao homem, e a todas as circunstâncias de onde a guerra teve origem está sujeito a atenuações e limitações que procedem de causas inerentes ao mecanismo. (CLAUSEWITZ, 2003, p. 829)

Embora a guerra comece com propósitos ilimitados, o fato de ela ser regida pelos objetivos que a determinam faz com que os Estados sejam obrigados a considerar tanto a possibilidade de sucesso quanto de insucesso e passem a levar em conta a possibilidade de obter um resultado favorável, mesmo sem a derrota completa e a humilhação do inimigo e, em algumas situações, até mesmo sem o confronto de fato de forças, pois os meios empregados é que devem estar subordinados aos fins, não o contrário. Caso os objetivos possam ser alcançados por outros meios, o recurso ao recontro pode ser descartado ou suspenso.

Chegamos agora a um outro meio de ponderar sobre a probabilidade de êxito sem que haja derrota das forças armadas inimigas, isto é, as operações que estão em relação direta com a política. Se somos capazes de levar a cabo operações particularmente aptas a romper as alianças do adversário, ou a torná-las inoperantes, cabe a nós fazer novos aliados, suscitar atividades políticas a nosso favor e assim sucessivamente; é fácil imaginar o quanto esses meios podem aumentar a possibilidade de êxito e nos conduzir ao objetivo do que a derrota as forças armadas do inimigo (CLAUSEWITZ, 2003, p. 31).

Clausewitz trabalha, portanto, com duas noções extremas a respeito da guerra: as absolutas ou totais e as guerras sem combate, em que o extremo da fricção leva à mudança da correlação de forças, também mediante políticas de alianças, ou a ação diplomática, o que permite, de alguma forma, a obtenção dos fins políticos sem os desgastes, para as duas partes, dos combates, ou do emprego efetivo da violência física. Embora cada guerra tenha sua própria natureza e sua história, com base nessas situações-limite, ele classificou as guerras em três tipos básicos: limitadas, ilimitadas e absolutas. As primeiras são as circunscritas aos objetivos propostos. As ilimitadas são as que visam ao desarmamento do inimigo, mediante a submissão incondicional de suas forças armadas. As absolutas seriam as guerras direcionadas à destruição do Estado adversário ou de seu povo, o que abre a possibilidade de uma reação da mesma natureza; estas guerras não envolvem somente as duas ou mais burocracias profissionais envolvidas, mas se generalizam, ampliando o componente paixão e restringindo a possibilidade de alguma forma de entendimento para evitar destruições ainda maiores.

A partir do princípio de que os meios empregados devem estar subordinados aos fins, as guerras absolutas são irracionais, porque convertem a violência num fim em si mesma. Mover a guerra a populações civis seria uma prática que excederia em muito os objetivos políticos da guerra, gerando ódios permanentes, ressentimentos profundos e semeando no próprio povo adversário sentimentos semelhantes, de revanche, que, a partir da regra não escrita da reciprocidade, autorizariam os agredidos a revidar contra o povo dos agressores. A guerra levada ao extremo de destruir fisicamente o Estado inimigo, privando a outra força do vértice do seu triângulo, o elemento racional, equivaleria a inviabilizar o caminho da negociação, do entendimento e da reorganização dos derrotados, impossibilitando, exatamente pelo seu excesso, um final pactuado para o conflito. Esses dois tipos podem ser classificados como guerras absolutas, como, por exemplo, a iminência da guerra atômica, durante o período da Guerra Fria ou o bombardeio aéreo indiscriminado a alvos civis, para forçar a desagregação do Estado inimigo, inclusive de sua burocracia civil, como as campanhas da década de 1990 nos Bálcãs, e as guerras do Afeganistão e do Iraque, no século XXI, cujo objetivo não era negociável, pois a única solução aceitável era a destruição daqueles aparatos estatais para fomentar a construção de outros Estados para os mesmos povos.

Clausewitz descarta a racionalidade da guerra absoluta, pois, nela, o meio se transforma em fim. É uma forma de guerra irracional, que desconsidera a relação custo-benefício e até mesmo a necessidade de preservar o objeto em disputa que motivou a guerra. Além disso, as guerras absolutas nunca terminam, porque voltam a germinar da terra arrasada. Logo, o confronto interestatal só comporta as duas outras alternativas: as guerras limitadas e as ilimitadas. As guerras ilimitadas não comportam projetos de destruição do povo inimigo ou do seu Estado, mas, no limite, o seu desarmamento, a dissolução das suas forças armadas.

Se mediante um ato de guerra queremos forçar o nosso adversário a executar a nossa vontade, é necessário ou desarmá-lo realmente ou colocá-lo em tais condições que ele se sinta ameaçado por essa possibilidade [...] [Por isso,] o desarmamento ou a derrota do inimigo – seja qual for a palavra que se escolha – deve constituir o objetivo da ação militar (2003, p. 10, 11).

A destruição completa do Exército inimigo, porém, implica um custo excessivamente alto, e riscos da mesma ordem. Por isso, embora sem prescrever normas para a guerra, Clausewitz constata que a maior parte das guerras e praticamente todas que levaram a uma situação de paz mais ou menos estável acabaram se transformando em guerras limitadas, em que o objetivo era somente a mudança de comportamento do inimigo, sua concordância com os pleitos do adversário. Todos os conflitos têm, portanto, essas duas facetas, começam com propósitos ilimitados, o desarmamento do inimigo, ou a destruição das suas forças armadas, mas evoluem para uma guerra limitada, em que o esforço se restringe à conquista do objetivo, ou daquilo que se pretende obter pelo emprego da força. Conseguida a reivindicação inicial, cessa a razão do uso da força e a guerra, de alguma forma, termina.

A decisão final de qualquer guerra nem sempre deve ser considerada como um caso absoluto; muitas vezes o Estado vencido vê na sua derrota um mal transitório, a que as circunstâncias políticas ulteriores poderão oferecer um remédio. É evidente que isso também atenua grandemente a violência da tensão e a intensidade do esforço. (2003, p. 15).

A regra da reciprocidade funciona também como exemplo para o outro lado. Ao se dar conta da prudência do inimigo no uso das medidas de força, o adversário também tende a se comportar da mesma forma, o que cria um ambiente propício

para as negociações e as considerações sobre a correlação de forças, situação que pode tornar a perda do objeto em disputa um mal menor do que a destruição de suas próprias forças armadas, perda que, neste caso, pode ser considerada temporária, pois ele conserva as ferramentas para a recuperação futura. Foi o caso do Japão na Segunda Guerra Mundial, em que, apesar do emprego tático de artefatos nucleares, a casa imperial foi aceita como um interlocutor válido, a dinastia Hiroito conseguiu conservar a chefia do Estado e o país concordou em se desarmar, renunciando a reconstituir forças armadas estratégicas.

A maioria das guerras, portanto, se tem a probabilidade de serem ilimitadas, na prática acabam sendo conflitos limitados, em que a conquista do objetivo constitui a racionalidade do evento. Quando a outra parte cede, ou seja, quando uma das vontades se submete, a paz retorna.

Mesmo no que se refere à avaliação da guerrilha, Clausewitz se distingue de Jomini, para quem ela é invencível, uma vez que, para ele, além de invencível ela também não consegue vencer. Não é suficiente para obter a vitória em campo. Para Clausewitz, trata-se de uma forma decisiva de apoio às tropas regulares, que travam a guerra por movimentos ou posições, como aconteceu com os ataques às linhas de comunicação do Grande Exército francês durante a campanha de 1812 na Rússia¹²². Nesta guerra, as tropas russas, em inferioridade numérica e de recursos bélicos, “180 mil homens, se formos a soma dos efetivos” contra “350 mil, avaliando por baixo, e era Napoleão quem o comandava!” (CLAUSEWITZ, 1994, p. 11), com um número menor de canhões de alcance inferior e menor capacidade de destruição, conseguiram, de acordo com Clausewitz, vencer, evitando o confronto direto, buscando a superioridade na cessão do terreno, obrigando os atacantes a esticarem suas linhas logísticas, e assumindo o controle do tempo, esperando a chegada do inverno. Quanto mais extensas as linhas de abastecimento, mais numerosas as suas debilidades e os pontos suscetíveis a ações do tipo guerrilheiro. Embora não decisivas, as ações de sapa causavam desgaste aos invasores. As próprias forças regulares russas optaram pela estratégia de defesa do território, mas com uma guerra de movimento, evitando o combate frontal. Mesmo quando os franceses exauriram a possibilidade de abertura de suas linhas e, acossados pelo inverno, pelo desabastecimento e a fome, tiveram que se pôr em retirada, os russos se limitaram a persegui-

¹²² Ver, de Clausewitz, *A campanha de 1812 na Rússia*.

los no caminho de volta, evitando o choque direto, só apressando a retirada, sem dar tempo para uma reorganização da retaguarda ainda em território russo. Limitaram-se a pressionar, como na travessia do Berezina, contentando-se com escaramuças breves, visando o desgaste, não a aniquilação da força de ocupação. Graças a isso os franceses conseguiram a façanha de ganhar todas as batalhas e perder a guerra.

Os franceses sempre venceram os combates e puderam assim realizar o inacreditável. Mas, se calcularmos o total definitivo, veremos que o exército francês deixou de existir e que, com exceção da captura de Bonaparte e de seu Estado-maior, os russos obtiveram o mais completo dos êxitos. (CLAUSEWITZ, 1994, p. 182)

Clausewitz, porém, não atribui à guerrilha apenas esse papel auxiliar, o que, de resto, não o tornaria diferente de Jomini. O general prussiano, além de atribuir esse papel à guerrilha, dependendo da conjuntura política, como a das guerras anti-coloniais, admite que ela pode ser o embrião de um exército regular que, mesmo em condições de inferioridade, pode empreender campanhas de movimento e, assim, chegar à vitória, com ou sem combates frontais, o que é assunto de outra natureza. Foi o caso, por exemplo, da Guerra pela Independência dos Estados Unidos (1776-1783). Raymond Aron atribui a Mao Tsetung (1893-1976) o desenvolvimento do conceito clausewitziano de guerra de movimento que, com grandes manobras de envolvimento estratégico do Exército de Libertação, mesmo sem uma batalha final decisiva contra o Exército Japonês, conseguiu sua retirada do continente e, depois, forçou o exército regular nacionalista do Kuomintang, de Chiang Kaichek, a empreender fuga para a ilha de Formosa, permitindo a tomada de Pequim. Para Aron, as guerras de libertação nacional do pós-Segunda Guerra Mundial, no Vietnã, primeiro contra os franceses, depois contra os americanos, e, na Argélia, contra os franceses, amparadas por um amplo consenso de que o colonialismo já esgotara seu ciclo, consenso compartilhado, por razões diferentes, nas colônias e nas metrópoles, conseguiram a vitória sem a batalha final, pois, para as potências, é necessária a vitória, enquanto, para a guerrilha e a guerra de movimento, basta não perder para ser vitoriosa. Reivindicando ter sido o primeiro a usar a fórmula abaixo, Aron informa que posteriormente também Henry Kissinger a utilizou, sem dar os devidos créditos.

A guerra de libertação nacional atinge, às vezes, seu fim de fracasso em fracasso tático (militar). É com respeito às guerras de libertação nacional que a proposta, doravante banal [referindo-se a seu uso por Kissinger], de que basta aos guerrilheiros não perderem para ganharem, apresenta pelo menos uma verdade parcial ou, antes, circunstancial. Com efeito, depois da Segunda Guerra Mundial, um conjunto de fatores favorecera a descolonização [...]. Os colonizadores haviam perdido o prestígio, necessário à autoridade, e os colonizadores, o respeito, fonte da obediência. (ARON, 1986b, v. 2, p. 176)

Franceses e americanos no Vietnã e na Argélia, da mesma forma que Napoleão na Rússia, conseguiram a proeza de, mediante sucessivas vitórias parciais, alcançar a derrota final. Os franceses ainda foram submetidos na batalha final de Dien Bien Phu, enquanto os americanos conseguiram vencer militarmente todas as batalhas e perder a guerra, pois a vitória nesta é política.

Do ponto de vista da lógica clausewitziana, portanto, as guerras contemporâneas assimétricas movidas pela hiperpotência americana são irracionais, e de todos os pontos de vista: mobilizam atores que não se identificam como da mesma natureza, não têm objetivos claros, formas de negociação ou instrumentos de avaliação dos avanços e recuos ou a possibilidade de conclusão dos combates. Os Estados envolvidos – no caso o dos EUA, do Iraque e Afeganistão – não se reconhecem como da mesma natureza, pois são desiguais não apenas no que se refere às suas capacidades, mas sobretudo no referente a suas funções: a maior potência do mundo, de um lado, um Estado que se identifica como forte e soberano, com completo domínio sobre seu território, e, do outro, Estados fracos ou falidos, incapazes de controlar suas populações e, portanto, não-soberanos, quando não classificados também como transgressores, párias do sistema internacional ou delinquentes. Qual a única forma de tratamento possível entre agentes da lei e da moralidade e delinquentes ou párias do sistema, além da guerra ilimitada ou da absoluta? O único pleito que a potência lhes faz é que deixem de ser como são, ou seja, que mudem de identidade, embora eles, ainda que se esforcem, sejam incapazes de responder positivamente a isso, pois sua fragilidade é fruto dos processos de globalização. O inimigo declarado pela guerra preventiva, o terrorismo, sequer é um ator internacional, porque tem como protagonistas entidades infraestatais; alguns são movimentos supranacionais, envolvendo mais de uma nacionalidade, mas infraestatais, que atuam na clandestinidade, organizações não-governamentais, partidos ou correntes religiosas radicalizadas por crenças fundamentalistas. Quais os pleitos que lhes são apre-

sentados? Nenhum. A hiperpotência só tem um propósito em relação a eles: a caçada implacável e sua destruição, com a prisão de suas lideranças e a vingança exemplar, pois não existem foros internacionais com jurisdição para puni-las. Tais guerras envolvem, portanto, atores que não se identificam entre si como interlocutores e têm objetivos difusos, sem pontos a partir dos quais qualquer dos lados possa sentir-se vitorioso ou, no mínimo, satisfeito. Logo são conflitos que não têm como terminar, são indefinidos, ou com “final indeterminado”, como admitia o próprio presidente Bush. Ou seja, a guerra preventiva significa a transformação das forças assimétricas da hiperpotência em *gendarme* no interior dos territórios dos Estados falidos, pois assumem neles a função policial que o Estado invadido estaria impossibilitado ou desinteressado de exercer. O resultado dessa confusão de papéis entre exército invasor e polícia estrangeira é o mergulho em guerras ilimitadas contra governos tidos como fracos ou corruptos e a declaração de guerras civis contra suas populações.

Provavelmente essa postura da maior potência da história, interpretada como arrogante e arbitrária, até tenha condicionantes involuntárias, pois ela decorre da dimensão exagerada da assimetria, ou seja, resulta do tamanho da força invasora, do desejo de segurança de suas tropas, da inadmissibilidade de perdas na periferia do mundo pela própria opinião pública e da qualidade tecnológica de suas armas, fatores que agravam o uso desproporcional da força. Não haveria, portanto, outra maneira de fazer esse tipo de confronto, e ele acaba sendo um fruto inevitável da autonomização e do superdimensionamento da burocracia militar americana. Por isso, apesar das mudanças de estilo, a política externa americana, no fundamental, prossegue sempre igual, independentemente da opinião pública interna e dos resultados eleitorais.

Os movimentos insurgentes locais, sobretudo os de origem islâmica, sunitas ou xiitas, pouco importa, por seu lado, são forçados também ao único tipo de resistência possível à assimetria de forças, em decorrência da regra da reciprocidade: ataques-surpresa com grande potencial destrutivo, com homens-bomba ou carros-bomba. Guerras assimétricas absolutas, ou movidas por uma potência com tal capacidade de coação e intimidação, precisam produzir vitórias rápidas, ou perdem seu objetivo, não porque tenham pressa, mas porque o tempo conspira contra elas. As que não vencem, são derrotadas ou superadas por decurso de prazo, como as po-

tências coloniais no pós-Segunda Guerra Mundial. Os povos que se sentem ultrajados pela invasão estrangeira e as insurgências, por seu lado, tendo perdido o respeito aos estrangeiros mais poderosos, não têm outra alternativa além de sobreviver e incomodar as forças de ocupação, com ataques esporádicos de grande impacto, além de confiar no efeito do tempo sobre o moral, ou seja, o estado de espírito, dos seus inimigos. A reação à violência absoluta, contra pessoas do povo ou a sociedade como um todo, é a violência também absoluta das insurgências, que sequer dispõem de instrumentos de avaliação e acompanhamento da satisfação de seus objetivos: ambos os lados travam a guerra preventiva e contrapreventiva no escuro. Nenhum deles é capaz de definir o que seria a sua vitória ou um resultado satisfatório para o conflito em que estão enredados.

Se do ponto de vista clausewitziano, as guerras da hiperpotência no século XXI devem ser classificadas como absolutas e, portanto, irracionais, que fomentam mais do que erradicam o terrorismo, do ângulo jominiano, elas podem fazer sentido, pois este classifica os conflitos apenas segundo a lógica da capacidade de colocar em contato a massa da própria força contra o ponto vulnerável do inimigo. Mas isto só faria sentido caso se imaginasse que o Estado, enquanto conceito e realidade prática, está superado para todas as demais sociedades, menos para a hiperpotência, que teria estruturado um único superestado, que deteria o monopólio da violência mundial, embora por enquanto legitimado somente internamente. Não é isso, contudo, que a empiria revela, pois ao combater Estados falidos, a própria hiperpotência, na contramão, admite a sobrevivência da instituição estatal. Além disso, em todos os pontos do planeta, o que se observa não são movimentos pela extinção do Estado, mas pelo seu fortalecimento, ainda que com uma concepção de soberania distinta da tradicional.

Grande estratégia e aproximação indireta

As guerras do século XXI da hiperpotência contra Estados falidos e delinquentes são de cerco e aniquilamento. E, de fato, não foram necessárias mais do que algumas poucas semanas para provocar a fuga do Talebã de Cabul, a dissolução do Exército Republicano Iraquiano e a desintegração da burocracia baathista em Bagdá. A guerra preventiva ao terrorismo tem o mesmo propósito, mas enfrenta difi-

culdades substancialmente diferentes para erradicar as insurgências, pois estas não têm poder de governo ou sedes, mas se proclamam inspiradas por valores religiosos mais elevados, decorrentes da identidade cultural profunda do próprio povo e se baseiam em experiências organizacionais como a das guerras de movimento anticoloniais, das guerrilhas rurais tradicionais, da resistência urbana europeia contra o nazismo e da guerrilha urbana contra as ditaduras militares da América Latina nas décadas de 1960 e 1970. Ou seja, elas não são cercáveis e aniquiláveis porque não dominam um território, nem precisam defender posições definidas. A rigor, não estão em lugar algum, mas podem estar em qualquer ponto, porque buscam uma identidade simbólica com suas sociedades e fisicamente se valem do fator surpresa. Não é fácil identificar seus adeptos em meio à população e impossível antecipar seus alvos, ao tempo em que seus líderes são facilmente glorificados como mártires religiosos e nacionais.

A noção de guerra preventiva confunde os dois inimigos definidos, Estados falidos e terrorismo fundamentalista, como se um fosse consequência do outro e a solução empregada para um deveria ser estendida ao outro. É uma noção que pretende uma solução de curto prazo, quase instantânea, para um problema de longo prazo. Confunde também os conceitos de estratégia, na acepção definida por Clausewitz, e de grande estratégia, conforme descrita por Liddell Hart. Para Clausewitz, como já vimos, estratégia é a “arte de empregar as batalhas como meio para conseguir os objetivos da guerra”, que, em outras palavras, de acordo com Liddell Hart, coincide com o “plano de guerra” (1973, p. 341). A ela subordina-se a tática, que procura adequar as formas de conduta em combate à estratégia. A estratégia e, por conseguinte, as táticas que procuram realizá-la compõem o conjunto de definições que procuram dar conta e realizar os objetivos militares da guerra. Só que, além dos objetivos militares, o Estado tem também objetivos políticos com a guerra, que subordina aqueles. Ele faz alianças, neutraliza potências neutralizáveis, convoca empresas e grupos infraestatais para o esforço de guerra e mobiliza pesquisadores e a universidade para a propaganda e a elaboração de projetos para o pós-guerra. Os objetivos políticos englobam tanto as ações de natureza militar quanto de outro tipo, constituindo uma espécie de “plano político da guerra”.

Assim como a tática é uma aplicação da estratégia num plano inferior, a estratégia é uma aplicação, num plano inferior, da ‘grande estratégia’. ainda que seja praticamente um sinônimo da política que guia

a guerra, é significativa da mais fundamental política que deveria governar seu propósito; o termo 'grande estratégia' serve para extrair o sentido da 'política na prática'. Porque a função da grande estratégia – ou da alta política – é coordenar todos os recursos de uma nação, ou grupo de nações, para a conquista do objetivo político da guerra, o fim definido pela política fundamental. (LIDDELL HART, 1973, p. 344)

Com base nisso se pode antecipar que a noção de guerra preventiva constitui, conceitualmente, apenas uma estratégia, no sentido militar do termo, que envolveria o Pentágono, e não uma grande estratégia, que envolveria o conjunto de esforços e uma direção clara das ações, envolvendo a própria sociedade americana e alianças internacionais, inclusive no mundo muçulmano, pois “enquanto o horizonte da estratégia está limitado pela guerra, a grande estratégia mira além, para a paz subsequente” (1973, p. 344). Ou seja, considerando a possibilidade de que as operações militares em curso sobretudo no Afeganistão e no Iraque tenham sucesso, qual é o plano de paz para esses países? Que tipos de instituições exatamente se quer edificar neles, com quais forças políticas internas se pretende estabelecer um novo regime e com que tipos de respaldo externo? Que papel as constituições locais reservarão à Xaria e como será a prática judicial, pois o Iraque é formado por uma maioria xiita, e o Afeganistão, por uma maioria sunita, com amplos segmentos fundamentalistas? Essas questões são importantes porque o discurso de construir democracias-liberais nesses países seria apenas ideológico sem levar em conta os povos, seus costumes, as organizações familiares e suas tradições. O comentário feito por Liddell Hart a respeito da “revolução militar” representada pelo advento da bomba atômica pode ser estendido às populações dos Estados falidos, pois a brutal vantagem militar das forças invasoras oferece reduzidas chances de resistência.

Fomos conduzidos assim à diferença fundamental que existe entre estratégia e grande estratégia. Considerando que à estratégia só interessa o problema de conseguir a vitória militar, a grande estratégia deve optar por uma visão mais ampla, já que seu problema é ganhar a paz. (LIDDELL HART, 1973, p. 373)

A questão relativa à guerra preventiva recoloca em pauta o debate de séculos a respeito da guerra e do seu sentido na sociedade globalizada, pois a possibilidade de ser arrastado a ela não afeta somente a periferia do sistema, mas qualquer outro povo, pois a globalização, paradoxalmente, fortaleceu também o Estado. Qual é a

condição normal, nas relações interestatais, a paz ou a guerra? Para Liddell Hart, a situação normal é a paz, embora a guerra seja possível e necessária, mas como instrumento para o retorno à paz, não como uma condição edênica da perpetuidade kantiana, mas como equilíbrio de forças.

O objetivo da guerra é conseguir uma paz melhor e conveniente, ainda que somente do próprio ponto de vista. Disto resulta que é essencial conduzir a guerra considerando constantemente a paz que se deseja. Esta é a verdade fundamental da definição de guerra de Clausewitz: 'é uma continuação da guerra por outros meios', o prolongamento dessa política através da guerra para a paz subsequente deve ser sempre mantida no pensamento. (LIDDELL HART, 1973, p. 377)

A grande estratégia, que envolve a estratégia, ou o plano de guerra, de um ângulo racional, não está voltada apenas para a vitória durante o embate físico, mas deve conter também um “plano de paz”, ou seja, precisa articular o pós-guerra que se pode construir com a guerra. Ele exclui a noção de guerra total, pois “um Estado que consome suas forças até o desgaste quebra sua política e seu futuro” (1973, p. 377). Liddell Hart converte suas constatações, imediatamente, em normas de conduta. Diz ainda que o “espelhismo” da vitória total ou do jogo de soma zero “inevitavelmente complica o problema de fazer um justo e hábil tratado de paz”. Isto quer dizer que a guerra deve estar a serviço da paz, não o contrário, e que o plano político para o pós-guerra deveria orientar os comportamentos em combate. Um dos limites para o impulso de desarmar o inimigo, portanto, deve ser a constatação de que a guerra, que pode começar pela iniciativa de um dos lados, só termina com o acordo de todos os envolvidos, com um tratado, para o que é imprescindível conservar as condições de diálogo e entendimento.

O conceito de grande estratégia faz ainda com que Liddell Hart opere uma distinção entre dois tipos de condução militar da guerra: a estratégia de aproximação direta e a estratégia de aproximação indireta. A primeira, mais próxima da noção de cerco e aniquilamento, seria mais enxuta, diretamente endereçada para a identificação dos pontos débeis das linhas de defesa inimigas e a aplicação de ataques fulminantes contra elas, com a massa da própria força, como as manobras táticas empregadas pelo general Ulysses S. Grant (1822-1885), comandante-em-chefe do Exército da União, e futuro presidente dos EUA, durante a Guerra de Secessão (1861-1865), para decidir rapidamente as batalhas; a estratégia de aproximação direta é,

portanto, mais suscetível às chamadas revoluções militares, o emprego de tecnologias e armas com potencial destrutivo superior e desconhecido pelo inimigo. A outra, a estratégia de aproximação indireta, representaria o estilo do general William J. Sherman (1820-1891), na mesma guerra, de conduzir as batalhas de forma a facilitar as negociações e formar amplas coalizões políticas; consistiria em evitar o confronto direto, adiando-o com longas manobras de costeamento, e súbitas mudanças de direção, com o envolvimento pelos flancos, forçando o inimigo a reposicionar constantemente suas linhas de defesa, intensificando a ansiedade dos defensores, ao prorrogar o ataque, e levando a guerra para dentro de suas cabeças. As batalhas seriam conduzidas com um duplo objetivo: dar tempo e induzir o inimigo a negociar; usar a estratégia militar para a formação do leque mais amplo possível de alianças, para isolar o inimigo, ou seja, para acumular forças. Liddell Hart era, portanto, um pensador realista, ou um crítico do normativismo religioso ou liberal.

Enquanto Grant considerava o exército adversário como seu objetivo primordial, o método utilizado por Sherman consistia em ameaçar pontos estratégicos como um meio de fazer o exército adversário desproteger-se, ao tentar protegê-los, ou abandoná-los, a fim de manter seu próprio equilíbrio. Assim tinha sempre um objetivo alterado, embora no final tenha sido sempre o segundo o que ele atingiu e quase sempre com efeito de muito maior alcance. (1967, p. 183)

Esse método poderia ser figurado como o grande balé das manobras militares, uma espécie de diálogo sobre as possibilidades do ataque, que confrontaria as duas estratégias, ou os dois planos de guerra. Essas manobras, segundo Liddell Hart, teriam o objetivo de cansar o adversário, transferindo o espaço da guerra para seu imaginário, levando o enfrentamento para o plano mental, das concepções em confronto, forçando-o à constatação da superioridade tática do atacante, induzindo o cálculo-benefício da eventual resistência e estimulando sua disposição à negociação, como se, conforme os princípios da arte da guerra de Sun Tsu, “mais importante do que atacar o inimigo é atacar a estratégia do inimigo” (2003, 2005, p. 40). As manobras teriam, assim, em última análise, a função de buscar o combate em condições mais vantajosas, mas, num primeiro plano, teriam a finalidade de, também na linguagem de Sun Tsu, vencer sem a necessidade de combater, pois “dominar o inimigo sem o combater, isso sim é o cúmulo da habilidade”.

O verdadeiro objetivo não é tanto buscar a batalha, como procurar uma situação estratégica tão vantajosa que, em caso de não produzir a decisão por si mesma, seguramente a produza na sua continuação por meio da batalha. (LIDDELL HART, 1973, p. 376)

Os conceitos de grande estratégia e, sobretudo, o de estratégia de aproximação indireta, embora inspirados em Clausewitz, não foram formulados pelo general prussiano. Liddell Hart, para construí-los, fez críticas duras às omissões do autor de *Da Guerra*, mas imaginava estar em seu campo teórico e enriquecendo sua teoria, mas é importante registrar aqui que eles provocaram reparos no mínimo severos de pensadores como Raymond Aron, para quem o capitão-historiador inglês secundarizou um aspecto central da teoria da guerra de Clausewitz, o relativo ao papel da fricção na guerra. Para Aron, a subestimação teórica desse aspecto definidor da guerra decorre do “horror” desenvolvido por Liddell Hart às “carnificinas” da Primeira Guerra Mundial. Além de criticar a redução do papel da fricção, o pensador estratégico brasileiro Domício Proença, atribuindo o crédito a Hans Delbrück¹²³, comenta que a contraposição entre as estratégias de aproximação direta e indireta embutiria uma condenação de natureza moral e se basearia num equívoco histórico.

Durante quase cem anos, o entendimento dos desempenhos dos generais Grant e Sherman na Guerra Civil americana esteve preso à percepção impressionista, nascida dos jornais da época, de que suas ações eram desconectadas entre si e que, onde Grant era um carniceiro que sacrificava suas tropas inutilmente no sítio da capital confederada, Sherman era um gênio, que obtinha vitórias apenas pela manobra. (PROENÇA, 1999, p. 33)

Conforme Proença, hoje seria consenso entre os historiadores que as condutas diversas dos dois generais, em verdade, decorriam de combinação entre eles, dentro de um desenho mais geral do conflito, que integraria o Plano de Guerra, sob a responsabilidade, em última instância, do comandante-em-chefe Grant que, pelas suas ações, era caricaturado como “carniceiro” pela imprensa da época. Esse equívoco colocaria em questão até a própria teoria de Liddell Hart.

Isso expõe a falácia de que um estivesse em desacordo com o outro e desautoriza que se leiam suas ações como independentes uma da outra. A percepção de tal erro acaba por fazer com que se questione a existência mesma de estratégias direta e indireta. (PROENÇA, 1999, p. 33)

¹²³ *History of the Art of War*. Princeton University Press, 1986.

O questionamento acerca da própria existência da contraposição entre as duas estratégias de aproximação visa o conjunto da generalização liddell-hartiana a partir de um suposto desmentido empírico, pois toda a obra de Liddell Hart se apoia nessa contraposição, não apenas a *Estratégia de aproximação indireta*, mas também *Do outro lado da colina*, *Lawrence da Arábia*, e *As grandes guerras da história*. Em todas essas obras ele identifica os grandes condutores da guerra com os que atingiram resultados não apenas militares, mas políticos, pela realização de grandes manobras, aplicando exatamente a estratégia de aproximação indireta, como Epaminondas, Felipe e Alexandre da Macedônia, que construíram impérios a partir de pequenas cidades-estado, desafiando grandes impérios, como o persa de Dario e Xerxes, o almirante espartano Lisandro, Alcebiades, os imperadores romanos do Oriente etc., até Napoleão, Frederico, Moltke, o general de 1870, não o neto, e o americano Sherman, dentre outros. Em meio às centenas de estrategistas e campanhas militares citadas por Liddell Hart, que servem de apoio a uma generalização, Proença procura desqualificar seu caráter explicativo a partir do exemplo da inexistência de uma contraposição entre Grant e Sherman. Mesmo neste caso, entretanto, e ainda que admitindo que de fato ambos utilizavam linhas de ação diversas mas combinadas, isto não desqualificaria a noção de estratégia de aproximação indireta, mas indicaria que, no caso concreto, tanto ela quanto a noção de aproximação direta estavam subordinadas ao Plano de Guerra, clausewitziano, e a uma grande estratégia, liddell-hartiana. O que esse corpo conceitual impõe à análise da guerra é que ela não mobiliza apenas esforços e espaços físicos, mas também construções mentais, concepções estratégicas opostas e concepções da paz subsequente ao conflito, e, portanto, podem ser recuperadas para a análise das estratégias militares pós-globalização, contribuindo para a compreensão da formação de hegemonias e sua eventual superação.

Essa ação indireta refere-se usualmente ao campo físico, porém, em todos os casos, ao psicológico. Na estratégia nem sempre a linha reta é o caminho mais curto entre dois pontos. Tornou-se cada vez mais claro que a ação direta contra um objeto mental, ou objetivo físico, realizada segundo 'a linha de ação' esperada pelo inimigo é fadada a produzir resultados negativos. A razão pode ser explicada pelo dito de Napoleão de que 'o moral está para o físico como três para um'. Pode ser expressa cientificamente dizendo-se que, embora o poderio de uma força ou país adversário resida aparentemente em

seus efetivos e recursos, estes dependem fundamentalmente da estabilidade do seu controle, do seu moral e do suprimento. (LIDDELL HART, 1967, p. 28)

Os espaços da guerra

Apesar das revoluções na maneira de fazer a guerra, com a introdução de novos meios de transporte para alterar a relação entre espaço e tempo, como os carroções, os batelões, o cavalo, o elefante, o camelo, o trem, as embarcações e o avião, ou do aperfeiçoamento das armas utilizadas, a espada, a flecha, os canhões, os rifles de repetição e a metralhadora, além das bombas, seu aspecto central continua o mesmo: dobrar a vontade do inimigo pela força física, característica que permanece presente. O que provavelmente se alterou foram os recursos para lograr esse objetivo: como fazê-lo numa sociedade globalizada pelas interdependências econômicas, a conectividade comunicacional, a instantaneidade e a espetacularidade, num momento em que ganham importância a opinião pública internacional e a interna?

A guerra envolve a disputa pelo espaço para estabelecer o controle sobre homens ou grupo de homens. Os exemplos e situações relatados por Jomini, Clausewitz e a grande maioria dos historiadores militares referem-se ao controle territorial. A guerra, entretanto, pode desenvolver-se em outros espaços, como a água (sobretudo o mar), o ar e, mais recentemente, o espaço cósmico e o comunicacional. Os primeiros pensadores da guerra no mar, de que trataremos a seguir, são: Alfred Thayer Mahan (1840-1914) e Julian Stafford Corbett (1854-1922); para introduzir a questão da guerra no ar, nos referiremos a Giulio Douhet (1869-1930). As principais referências para o pensamento estratégico nos demais espaços da guerra, porém, continuam sendo os clássicos da terra: Jomini e Clausewitz.

Apesar de a guerra no mar, por meio da construção de um império colonial ultramarino e do controle das principais rotas oceânicas, ter sido o caminho para a ascensão do Reino Unido no sistema interestatal europeu e mundial, o principal formulador de uma estratégia naval não foi um britânico, mas um americano nascido numa época em que os EUA ainda eram provincianos e tinham uma Marinha basicamente costeira, para a defesa do seu litoral, o almirante Mahan, um jominiano da água, para quem o controle sobre o mar exerceria função central para o exercício do

controle sobre os continentes. Em seus estudos históricos, ele chegou à conclusão de que a guerra seria um ambiente normal da relação entre os povos e exerceria uma influência determinante sobre a pesquisa e o desenvolvimento econômico, cumprindo, apesar dos problemas inerentes ao emprego da violência, um papel benéfico. Em sua obra profícua, traça um paralelo entre a superioridade naval e o mando político. De formação religiosa pronunciada e profundamente nacionalista, conforme Proença (1999, p. 96-97), Mahan acreditava que o grande “caminho comum”, unindo continentes, países e culturas, seria uma criação da Providência Divina para a propagação de novas ideias e a expansão americana, algo aparentado com a noção de Destino Manifesto, e que os EUA estavam recebendo, como espólio do colonialismo britânico, a missão confiada ao “homem branco” de civilizar o mundo e garantir a paz. Por isso, o historiador naval apontava a necessidade de que os EUA substituíssem sua velha frota costeira, ainda a vela, por uma Marinha moderna, movida a vapor, com embarcações de ferro, à prova dos recentes torpedos e granadas de alto teor explosivo, o que possibilitaria sua expansão por todos os oceanos e, a partir deles, sua projeção por todos os continentes. A esquadra, dizia ele, acompanhando a velha tradição britânica, deveria ser concebida como uma unidade inexpugnável de força, vanguardada pela nau capitânia, com o almirante, seguida pelo navio do vice-almirante, que controlaria o miolo do dispositivo, e fechada pelo contra-almirante. No meio iriam os navios torpedeiro, contratorpedeiro, as fragatas para ataque rápido, e os barcos logísticos ou de abastecimento, a maioria deles com canhoneiras; a essa formação, posteriormente, seriam agregados os porta-aviões. O controle dos continentes, escreveu ele em *A influência do poder marítimo sobre a história* (1660-1783), em última instância, seria resultado do que chamava de “comando do mar”.

O princípio normativo, inspirado na ideia de Jomini segundo a qual a própria linha de comunicação deveria ser mantida coesa, enquanto se procurava romper as comunicações do inimigo, foi traduzido pelas fórmulas: “jamais dividir a esquadra” e “dividir a esquadra inimiga”. O *modus operandi* seria a identificação dos pontos mais vulneráveis da esquadra inimiga e a concentração de fogo de toda a esquadra sobre cada um desses pontos, dispersando-a. Mahan juntou-se nessa pregação a outros propagandistas da Marinha, garantindo que esta seria a forma de os EUA obterem o comando do mar e, como Atenas, após a vitória nas Guerras Greco-Pérsicas, man-

ter a guerra longe do seu território. No ano da morte de Mahan, 1914, início da Segunda Guerra Mundial, sua campanha já fora ouvida pelos Executivos e os Parla-mentos de vários países, pois as novas forças navais haviam substituído as embar-cações de madeira e a vela por navios construídos de ferro e movidos a vapor. Nes-se período, a esquadra americana já superara a de todos os outros países vizinhos – inclusive o Brasil, que no império construíra uma força naval respeitável, mas não a atualizara depois da Guerra do Paraguai, deslocando a centralidade de sua defesa para a terra –, controlava as Américas e estava pronta para se projetar sobre a Eu-ropa, pelo Atlântico, e pela Ásia, pelo Pacífico, rendendo a Marinha de Sua Majesta-de.

A segunda teoria da guerra no mar foi desenvolvida pelo historiador naval bri-tânico Corbett, de formação clausewitziana, que combatia a ideia da centralidade do mar para a guerra, escrevendo em *Alguns princípios da guerra marítima* (1911) que a guerra no mar era apenas parte da guerra, inscrita num cenário mais complexo, e que deveria, portanto, estar subordinada à estratégia. O mar, para ele, seria “o ca-minho de uso comum” correspondente a mais de dois terços da superfície do plane-ta, impossível, por conseguinte, de estar sob o comando de um único país ou uma única esquadra. A pretensão de obter o comando do mar, conforme ele, correspon-deria a levar para o oceano o princípio da guerra absoluta, que implicaria levar para o oceano a missão de caçar implacavelmente a esquadra inimiga, de buscar inces-santemente a batalha decisiva. Ao invés disso, ele coloca o espaço marítimo como sujeito à guerra limitada, com propósitos bastante definidos. A questão que se colo-cava, portanto, não era o domínio, mas o uso do mar, para o transporte de mercadorias e o acesso a todos os pontos do planeta.

O comando do mar não significa que o inimigo não possa fazer abso-lutamente nada, mas que ele não pode interferir *seriamente* com as iniciativas com as quais nós tentamos obter o propósito da guerra e impor nossa vontade sobre ele¹²⁴. (In: PROENÇA, 1999, p. 109, gri-fos do autor)

Segundo ele, a força naval teria dois papéis básicos: manter aberto à marinha mercante os caminhos para todos os continentes e oferecer proteção às costas dos territórios sob soberania britânica, que envolveriam regiões tão distantes como o

¹²⁴ CORBETT, J. S. *Some principle of maritime strategy*. Annapolis: Naval Institute Press, 1988, p. 318.

Canadá, no Atlântico Norte, e a Índia, no Oceano Índico, além de diversas colônias espalhadas por todos os continentes. Uma de suas maneiras recorrentes de exemplificar os conceitos é a comparação entre as estratégias britânicas e as francesas. O Reino Unido se apropriou da colônia canadense não porque tenha destruído a esquadra francesa, mas porque conseguiu abrir suas defesas, ancorar e projetar-se portos adentro. Após a tomada, foi eficiente para estabelecer o bloqueio marítimo e, assim, consolidar seu domínio; se pretendesse desarmar os adversários no mar, não teria chegado a ponto algum. Ao invés de se concentrar, a esquadra britânica deveria, por conseguinte, se dispersar para cumprir seu papel. Desse modo, como um clausewitziano que pensava a guerra como continuidade da política, Corbett reagiu aos dísticos normativos de Mahan: para ele, não se trataria de dividir e fragmentar a esquadra inimiga, para eliminá-la, mas, sim, de proteger as vias de navegação e os litorais dos territórios britânicos, para impedir prejuízos ao comércio e impedir o desembarque de contingentes inimigos. Para cumprir esse papel, ao contrário de Mahan, ele recomendava exatamente dividir a esquadra, mantendo patrulhas com embarcações leves nos grandes oceanos.

A principal sistematização teórica da guerra aérea, o livro *O domínio do ar*, foi publicado em 1921 e reeditado em 1926, com recomendações de ações ainda mais censuráveis do ponto de vista ético da guerra tradicional, pelo general italiano Douhet, durante a guerra, major de artilharia e, no final da vida, comandante da esquadilha aérea italiana. Em função da versatilidade do novo meio de combate, e de sua capacidade de contornar os obstáculos e permitir o ataque de surpresa, em qualquer ponto das linhas inimigas, inclusive a população civil, Douhet foi classificado como um jominiano do ar. Entretanto talvez seja difícil uma estratégia clausewitziana da guerra no ar porque ela não representa um novo espaço, como a terra e o mar, mas seja somente uma revolução dos meios empregados para fazer a guerra. Se a ideia de comando do mar foi criticada por Corbett, talvez seja impossível falar de comando do ar, pois este é infinitamente mais amplo; nele só é possível o controle limitado de partes do espaço aéreo até determinada altura. Por outro lado, os aviões, de ataque ou defesa, só conseguem cobrir um determinado raio de ação, devido a sua autonomia de voo, o que os obriga a retornar à base. De qualquer forma, introduzida de modo ainda elementar na Primeira Guerra Mundial, com os zeplins alemães e aeronaves ainda rudimentares, a aviação encurtou distâncias e revelou uma capacida-

de inédita de contornar obstáculos geográficos, como montanhas, florestas e pântanos, e humanos, como linhas de defesa em terra e até as baterias antiaéreas, o que sugeriu a Douhet a possibilidade de evitar o impasse da guerra de trincheiras criado no conflito mundial.

Com efeito, o princípio da superioridade da defesa sobre o ataque, decorrente da maior mobilidade interior, maior conhecimento e possibilidade de preparar o terreno para o inimigo, comum a Jomini e Clausewitz, foi levado a uma situação de paroxismo na Primeira Guerra, tornando absoluta a vantagem dos defensores nas guerras de trincheiras. Com efeito, uma das batalhas de referência da guerra de trincheiras levada em consideração por Douhet é a do Caporetto, em que as posições ocupadas pouco se alteraram ao longo dos quatro anos de conflito, com pequenos avanços de um lado ou o outro, logo compensados pelo inimigo, que custou 300 mil vidas, “uma mortandade inútil”. A vantagem quase ilimitada da defesa, com a introdução da aviação de combate, poderia ser transformada numa vantagem absoluta do ataque, pois os aviões poderiam atacar qualquer ponto dos territórios inimigos e retornar com grande segurança. De acordo com ele, os bombardeios aéreos poderiam atacar a retaguarda inimiga, as linhas logísticas de abastecimento da vanguarda, sobretudo as ferrovias, a infraestrutura econômica e militar, danificando as indústrias, e até alvos civis. Para ele, o único risco para os bombardeiros seria a esquadrilha aérea, que deveria ser o primeiro alvo das operações, abatida ainda em terra. Desse modo, até a concepção de guerra seria alterada: o objetivo não seria mais as forças armadas inimigas, mas o próprio moral de sua população civil. Como o ponto forte do ataque aéreo, para ele, seria a surpresa, a única condição é que uma região fosse atacada uma única vez, mas de forma arrasadora, dispensando um segundo bombardeio.

Em cálculos contestáveis¹²⁵, Douhet avaliava que uma esquadrilha com dez bombardeiros, cada um transportando uma carga de dez toneladas de bombas, seria suficiente para destruir completamente uma área de 500 metros de diâmetro. O objetivo dos bombardeios seria provocar o pânico na população, quebrando a vontade de seguir lutando e que pressionaria seus governantes de forma irresistível a suspender o esforço militar. Para ele, dessa maneira, embora com procedimentos chocantes, o custo-benefício em vidas seria altamente compensador para todos os

¹²⁵ Ver as reservas à estimativa em Proença, 1999, p. 147-150.

envolvidos. “Paradoxalmente, menos mortes seriam necessárias, tornando a guerra menos mortífera, humanizando-a” (PROENÇA, 1999, p. 148). Ainda que a guerra aérea não represente um novo campo de guerra, mas somente uma revolução nos meios técnicos empregados, ela se constituiu num fator que não poderia mais ser desconsiderado por qualquer força beligerante. O problema é que, pela regra da reciprocidade, qualquer inovação introduzida na guerra tende a ser copiada pelo outro lado, para recuperar as desvantagens. Trata-se de uma regra imperiosa, que vale também para as armas nucleares, pois quem não se atualiza é subjugado. Antes de tratar essa questão, entretanto, importa fazer algumas rápidas considerações sobre uma outra questão que teria importância fundamental na primeira metade do século XX, a referente à natureza das potências, continentais ou insulares, baseadas na sua força em terra ou no mar, para entender a identidade, as possibilidades e limites das potências que atravessaram o umbral do século XXI. Sintetizaremos essa contraposição com dois autores, o geopolítico escocês-britânico Halford John Mackinder (1861-1947) e o geoestrategista holandês naturalizado americano Nicholas John Spykman (1893-1942).

Se Mahan fizera uma revolução copernicana ao colocar o mar no centro dos debates estratégicos, 21 anos mais tarde Mackinder faria outra ao tomar consciência e chamar a atenção para a importância das grandes massas territoriais, das riquezas nelas contidas e da força que delas emana, com o conceito de *heartland*. Retomando a centralidade do controle das projeções oceânicas, mas de um ponto de vista clausewitziano, ou seja, informado sobre as contribuições de Corbett e pelas nuances teóricas liddell-hartianas, Spykman, outros 37 anos depois, no início da Segunda Guerra Mundial, desenvolveria o conceito de *rimland*, que seria decisivo para a definição da identidade americana a partir do período da Guerra Fria, sobre o qual o geopolítico Zbigniew Brzezinski, conselheiro de Segurança Nacional do governo Jimmy Carter (1977-1981) e autor de *O grande desafio: EUA X URSS* [1986]; desenvolveria seus conceitos de frentes estratégicas e Estados-pino. Ambos os conceitos chamam a atenção para a centralidade da Eurásia para o controle do mundo, mas de modos distintos, enfatizando a importância da massa continental (*heartland*) ou dos oceanos, mais precisamente das ilhas adjacentes ao continente basilar (o *rimland*), como espaços decisivos para o controle do planeta, conforme duas representações cartográficas que expressam também as visões globais de Moscou e Wa-

shington, de acordo com Brzezinski. A forma de representação numa superfície plana de uma superfície esférica implica a escolha de um ponto de representação, ou ecúmeno central, que privilegia alguns pontos em detrimento de outros, valorizando partes da realidade, secundarizando ou mesmo ocultando outras. Embora cada povo, cada cultura e mesmo cada indivíduo possa acreditar estar no centro do planeta, ou no umbigo do mundo, definindo os outros em relação à sua posição subjetiva, como localizados mais próximos ou mais distantes, as representações cartográficas atribuem objetividade a uma dessas subjetividades, desproporcionando as massas territoriais, fragmentando-as ou deslocando-as para a periferia, como o fazia o mapa de Mercator, que representava o mundo centrado na Europa, ou o faziam os dois mapas que representavam o mundo durante a Guerra Fria, “a visão global de Moscou” e “a visão global de Washington”, que colocavam a própria massa territorial no primeiro plano, fragmentando e deslocando para as suas periferias extremas a Eurásia ou a América do Norte.

Nesse sentido, os mapas, além de informar sobre o objeto representado, informam também sobre o ponto em que se situa o cartógrafo, sobre sua visão do mundo e sobre seus projetos, denunciando a geopolítica como uma forma, consciente ou não, de tomada de partido e de orientação para a ação.

Um mapa pode tanto enganar quanto iluminar. Ele pode proporcionar um falso sentido da verdadeira distribuição do poder, distorcendo o tamanho relativo e criando uma visão enganosa da centralidade geográfica. Já que um mapa pode ter um centro arbitrário, ele pode ser elaborado de modo a colocar qualquer país no ponto central do globo. (BRZEZINSKI, 1989, p. 14)

Segundo Leonel Itaussu Almeida Mello que, em *Quem tem medo da geopolítica?* (1999), divulgou no Brasil o pensamento de Brzezinski e contribuiu para a popularização de Spykman, autor pouco citado mesmo nos EUA, embora seja o inspirador das políticas de contenção da Guerra Fria, e outros geopolíticos, sobretudo Mackinder, em geopolítica pode até haver objetividade, mas não neutralidade.

Como a escolha implica valores e preferências, as diferentes projeções utilizadas em cada um dos mapas produzem diferentes visões globais e induzem a variadas percepções da política mundial. Os supostos ‘fatos naturais’ da geografia parecem determinar a situação geopolítica das duas superpotências e condicionar suas respectivas

estratégias no que tange à política externa e à segurança nacional. (MELLO, 1999, p. 143)¹²⁶

O conceito de *heartland*, coração ou núcleo da terra, foi apresentado por Mackinder na conferência “O pivô geográfico da história”, ministrada perante a Sociedade Geográfica Real, em Londres, em 25 de janeiro de 1904, em que procurou lançar os fundamentos de uma estratégia britânica contemporânea da “era pós-colombiana”, que se iniciava e, de certa forma, traria de volta as pressões pré-

¹²⁶ As visões globais de Moscou e Washington, conforme Brzezinski. Mapas reproduzidos por Mello em *Quem tem medo da geopolítica?*

Figura 7: As visões globais de Moscou e Washington

Fonte: BRZEZINSKI, Zbigniew. *O grande desafio: EUA X URSS*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1989, p. 12-13.

colombianas sobre a Europa litorânea. Mackinder centrou seu discurso na tensão entre o oceano, pois, para ele, existiria um único oceano contínuo, e a ilha-mundo, o continente euro-asiático, composto pela faixa contínua de terras que se estende do extremo oriente, dos litorais gelados da Rússia aos da China e Índia, até a faixa litorânea do Atlântico Norte, a Oeste, no outro extremo, e das planícies geladas do Norte ao Saara, no Sul, duas áreas intransponíveis por suas condições físicas, englobando Europa, Ásia e África do Norte.

A concepção de Eurásia a que chegamos desta forma é a de uma terra contínua, rodeada pelo gelo no Norte e por água nas outras partes que mede 54,4 milhões de quilômetros quadrados, ou seja, mais de três vezes a extensão da América do Norte, e cujo Centro e Norte, que medem 23,3 milhões de quilômetros quadrados, ou seja, mais de duas vezes a extensão da Europa, não têm qualquer curso d'água que chegue ao oceano, porém, por outra parte, excetuando a zona dos bosques subárticos, são geralmente favoráveis à mobilidade dos homens em cavalos ou camelos. No Leste, Sul e Oeste, deste coração terrestre, acham-se as regiões marginais em forma de semicírculos, que são acessíveis aos navegantes. (MACKINDER, 1948, p. 238)

A característica central do oceano comum é a de funcionar como caminho, enquanto a da Eurásia é a de conter as riquezas minerais e energéticas imprescindíveis não apenas à sobrevivência da espécie humana, mas decisivas em caso de confronto para o controle do planeta. Mackinder começou a palestra afirmando que o começo do século XX assistia ao fim da “era colombiana”, período que durara somente quatro séculos, iniciado com a fuga da civilização cristã do cerco bárbaro e da continuada pressão asiática, que acabou levando também à ampliação territorial da Europa pela navegação, com novas descobertas e, por fim, ao cerco do cerco, ou ao cerco dos cercadores, pois a Europa, dando a volta ao planeta, acabou chegando aos litorais da Ásia. A fase da descoberta e exploração de novas terras, porém, terminara e, como agora, todos os territórios estavam submetidos a alguma soberania, qualquer potência que pretendesse ampliar seus territórios só teria um meio para consegui-lo: através da guerra.

Na Europa, América do Norte, América do Sul, África e Austrália, não há outra maneira para se fazer valer uma pretensão de posse sobre uma região a não ser por meio de uma guerra entre potências civilizadas ou semicivilizadas. (MACKINDER, 1948, p. 229-230)

De alguma maneira, se, pelos mares, a Europa ocidental havia conquistado o mundo e cercado seus inimigos da era pré-colombiana, as ameaças asiáticas de quatro séculos antes estavam de volta. Durante sua intervenção, ele confessou o propósito de contribuir para que a Grã-Bretanha redefinisse sua estratégia, adaptando-a aos novos tempos, pois, no fundo, “a história humana (é uma) parte do organismo mundial”, ou seja, decorre das relações dos homens entre si, determinadas pelas suas relações com o meio físico, isto é, a geografia, como se, apesar do parêntese aberto pela aventura marítima, o ocidente cristão tivesse sido obrigado a desembarcar na terra firme do século que começava, onde as antigas determinantes voltariam a ter peso decisivo, pois, afinal, se o homem põe, é a natureza que dispõe. “É o homem e não a natureza quem inicia, mas é a natureza quem dirige em grande parte” (MACKINDER, 1948, p. 231). As forças da história, que agora poderiam se lançar novamente sobre a Europa com a força decorrente do seu represamento centenário tinha origem no *heartland*, ou na “região pivô da política mundial”, inacessível pelo Norte e pelo Leste, em função das imensas distâncias geladas, e militarmente inexpugnável pelo Oeste e pelo Sul, protegida por mares interiores e pela cadeia montanhosa dos Urais. No interior dessa região, formada por imensas planícies e pântanos, as imensas distâncias eram percorridas, no passado, por cavalos e seus ginetes, que conferiam a ela unidade, com base na qual, acossada por graves crises cíclicas, levaram uma sucessão de povos das estepes a atravessar as portas formadas entre os Montes Urais e o Mar Cáspio, entre os séculos V e XV, e a se abater sobre a Europa: os tudaneos nômades hunos, os avaros, búlgaros, magiares, kazares, romenos, mongóis e calmucos, simbolizados por Átila e Gengis-Khan. Como forma de vencer as grandes distâncias, o cavalo havia sido superado pela caravela e os navios a vapor, mas, no começo do século, a Rússia estava construindo uma imensa rede ferroviária, que poderia dar unidade a seu extenso território num nível superior ao dos navios. Por isso, Mackinder pediu a seus ouvintes que levassem em conta que a terra é esférica, embora sua representação cartográfica seja unidimensional; pode-se, portanto, representá-la a partir de qualquer perspectiva.

Uma delas coloca em evidência a Europa Ocidental, como o mapa de Mercator. Uma outra representação é o mapa de Mackinder, que coloca em evidência a região pivô, que corresponde à maneira pela qual os estrategistas russos certamente viam o resto do mundo, como anexos do *heartland*. Trata-se da centralidade territo-

rial, contendo a mais formidável soma de recursos naturais e protegida pela própria geografia, que depende de sua projeção para o mar para consolidar seu poder sobre o mundo, segundo a fórmula de que quem dominar o *heartland* pode dominar a Eurásia e quem dominar a Eurásia fatalmente dominará o mundo. Se a Rússia é o *heartland* da Eurásia e a Alemanha, o *heartland* da Europa, uma virtual conexão entre ambas criaria, segundo ele, o Império do Mundo, coalizão de forças irresistível, que juntaria reservas minerais e uma economia industrial desenvolvida. Para Mackinder, tanto o inevitável caminho de projeção do *heartland*, quanto a possibilidade de adiar sua extensão reside também na própria geografia, a partir dos semicírculos crescentes a partir do seu entorno: o interno e o externo. O arco interno, que comporia a primeira linha de projeção do, ou de contenção ao, *heartland* é formado por Alemanha, Áustria, Turquia, Índia e China; o externo é composto por Inglaterra, Canadá, Estados Unidos, África do Sul, Austrália e Japão. Dominando o arco interno, o *heartland* usaria as cabeças-de-ponte, representadas por Itália, França, Egito, Coreia e Índia, para assumir o controle sobre o arco externo e, assim, dominar o mundo. As cabeças-de-ponte, entretanto, podem servir também para a contenção do poder terrestre e isto constituía o eixo da mensagem de Mackinder.

O Império do Mundo estaria à vista. Isto poderia ocorrer se a Alemanha se aliasse à Rússia. A ameaça que este fato encerraria induziria a França a uma aliança com as potências marítimas, e França, Itália, Egito, Índia e Coreia se converteriam em outras tantas cabeceiras de ponte em que as armadas exteriores poderiam apoiar seu Exército, para obrigar os aliados das zonas pivôs a desobstruir seus exércitos terrestres, evitando assim que concentrassem nas frotas todo seu poder. (1948, p. 244)

O conceito de *rimland*, desenvolvido por Spykman em uma obra cujo título explicita a intenção de formular a estratégia americana no pré-Segunda Guerra, *Estados Unidos frente al mundo* (1942), embora pareça uma confrontação ao conceito de *heartland*, a rigor representa somente um aprofundamento do princípio de defesa do ocidente, referido aos EUA. Para ele, controla o mundo não quem controla a Eurásia ou o *heartland*, mas quem controla o *rimland*, ou seja, as cercanias ou pontos de acesso ao *heartland* que corresponde ao arco interno de Mackinder: Alemanha, Áustria, Turquia, Índia e China. Para Spykman, a terceira dimensão da guerra, o ar, tornara-se uma realidade inelutável e a questão que se colocava era a forma de introduzir os aviões em combate, considerando a autonomia de voo das aeronaves da

época, menos de 5 mil milhas. Escrevendo num momento em que a guerra tomava de assalto a Europa, enquanto os EUA ainda debatiam se deveriam manter-se neutros, Spykman apoiava decididamente a intervenção, sob o argumento de que o país deveria ir à guerra antes que a guerra fosse até eles e enquanto os EUA pudessem decidir o lugar das batalhas, o mais longe possível do território americano, na Europa e na Ásia ou, em último caso, no oceano.

Em sua defesa da participação na guerra, Spykman criticava tanto os isolacionistas, por ingenuidade, quanto o utopismo wilsoniano, que orientara o final normativo da Primeira Guerra Mundial, que fora a principal causa da Segunda. Para ele, a participação americana na guerra, ao lado dos aliados, deveria conter as duas possibilidades: a derrota ou a vitória da Alemanha nazista, sempre do ponto de vista do que seria mais favorável aos EUA. No primeiro caso, a estratégia americana deveria visar não apenas vencer militarmente o inimigo, mas preparar o pós-guerra, para que a paz resultante fosse o mais duradoura possível e o mais interessante possível à segurança dos EUA. A estratégia deveria ter, portanto, um pé no presente e outro no futuro. O pé no presente: enfrentar a Alemanha com todas as alianças construídas na Europa, inclusive com a União Soviética. O pé no futuro: em caso de derrota, como impedir que a Alemanha, a partir da Europa, da África ou mesmo da América Latina, viesse a constituir uma ameaça à integridade territorial dos EUA; em caso de vitória, o que seria preciso fazer para que o aliado também vencedor, a potência terrestre soviética, fosse contida na ordem posterior à guerra, lançando as bases da política de contenção que orientaria a estratégia americana nos 46 anos da Guerra Fria.

Para construir essa análise, Spykman parte de uma avaliação do curso da guerra até aquele momento, em que o fator decisivo ao rápido avanço alemão vinha sendo a coordenação dos tanques com aviões via rádio, as três divisões panzer com a Luftwaffe, a inovação introduzida pelo general Heinz Guderian (1888-1954). Graças a isso, mesmo com tanques tecnicamente inferiores aos aliados, os alemães imprimiram grande velocidade no campo de batalha, cercaram a França pela retaguarda e chegaram a Paris em apenas 42 dias, obtendo o armistício. Avaliando os riscos que um eventual desembarque de uma divisão panzer com apoio da Luftwaffe na América Latina traria para a segurança americana, ele desenha o triângulo ABC, de Argentina, Brasil e Chile, onde essa ocorrência seria mais provável em função do

temperamento dos povos de origem latina, a fragilidade de suas instituições, os estilos populistas de suas lideranças e a presença de fortes comunidades de imigrantes teutônicos. Os tanques, se sediados na Bacia do Prata, por exemplo, não ofereceriam qualquer risco, uma vez que sua ação seria bloqueada por dois obstáculos naturais: os Andes e a Amazônia, a zona amortecedora. Seriam, portanto, incapazes de penetrar no círculo vital da segurança dos EUA, as costas Leste e Oeste do país, o que incluía no círculo de estrita segurança o canal do Panamá e toda a América Central e o Caribe. Os aviões alemães, por outro lado, não tinham autonomia de voo para decolar de Buenos Aires, por exemplo, bombardear Nova York e retornar a Buenos Aires, um itinerário de 13 mil milhas. Com base nisso, ele calculava que um virtual desembarque alemão na Argentina, facilitado por afinidades culturais e políticas, conquanto indesejável, não representaria uma ameaça direta à segurança do território americano. Do triângulo ABC, portanto, o único país que não poderia cair em mãos inimigas, pelo menos a sua porção mais ao Norte, seria o Brasil, pois, se mesmo o Chile caísse em mãos inimigas, poderia ser substituído pelo Peru, pois o fundamental seria a preservação da zona amortecedora, para a área do quadrante esférico, unindo os dois oceanos do Norte da América do Sul com as duas costas americanas. Para justificar seu plano de guerra, Spykman calculou as rotas aéreas de Norfolk a Buenos Aires em 6,5 mil milhas e até Brest, na França, em 3,8, a metade, e praticamente a mesma até Dakar, na África, com o benefício de, a partir de Dakar, ser possível bombardear partes do território europeu. O ingresso do Brasil na aliança antinazista otimizaria ainda mais a racionalidade dessa escolha, com a construção da base aérea de Natal, no Rio Grande do Norte, o que acrescentaria a possibilidade de voos noturnos. Já considerando a guerra na Europa, seria fundamental conduzi-la de modo a vencer a Alemanha de uma maneira que o aliado do presente, a URSS, não saísse fortalecida ou em condições de projetar-se para os oceanos, rivalizando seu poder naval com o dos EUA.

No primeiro conflito mundial do século XX, os EUA ganharam a guerra, porém perderam a paz. Se quisermos corrigir aquele erro, seria bom recordar de uma vez por todas que o fim da guerra não é o fim da pugna de poder. Esta pugna será retomada imediatamente por outros meios, e as potências vencidas continuarão desafiando as vencedoras. O interesse dos EUA reclama não só que se triunfe na guerra, mas que também, e de maneira ininterrupta, se participe da paz (SPYKMAN, 1944, p. 441)

Como a “federação do mundo”, de feição liberal, na melhor das hipóteses, “é ainda um ideal distante”, a maneira de conquistar a estabilidade no pós-guerra, com uma hegemonia anglo-americana, teria que estar fundada na avaliação realista das correlações de forças e numa política de equilíbrio de poder.

É fora de dúvida que o domínio dos mares permitirá aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha exercer um grande poder imediatamente depois do armistício, sobretudo se conseguirem destruir antes a esquadra japonesa. (SPYKMAN, 1944, p. 443)

Em sua avaliação de 1942, restariam seis potências no pós-guerra: EUA, Reino Unido, Alemanha, Rússia, Japão e China, sobretudo com as quais seria preciso fazer o jogo da política de poder. Para ele, seria importante vencer Alemanha e Japão, mas não de uma forma tão avassaladora que ambos não pudessem vir a fazer parte das frentes de contenção respectivamente dos então aliados URSS e China. Inimigos hoje, aliados amanhã. E aliados hoje, adversários amanhã. O mundo do pós-guerra teria um elevado número de Estados e um poder descentralizado, no qual seria interessante para os EUA a conservação do equilíbrio de poder entre Europa e Ásia, o que aumentaria seu peso relativo. Ao invés de recriar uma entidade de âmbito mundial, como a Liga das Nações, Spykman preferia que se constituíssem associações regionais, sendo conveniente a participação, em cada uma delas, dos EUA como membro extrarregional; entretanto, na Europa, seria o caso de agir em direção contrária às veleidades de união política, pois isso poderia se constituir num desafio à liderança americana no futuro; “a federação européia não é uma constelação de poder que os Estados Unidos devam acalentar. Nosso interesse aconselha um poder equilibrado, não um poder integrado na Europa”. (SPYKMAN, 1944, p. 449). Para fazer a contenção no Centro da Europa, ele acreditava ser necessária a preservação da Alemanha e torná-la inimiga da URSS. Caso esses planos para o pós-guerra se tornassem inviáveis, os EUA deveriam trabalhar com a alternativa de criar uma federação da Europa Oriental e/ou duas federações, uma do Norte, outra do Sul.

Mas, se isto for impossível, então se deveria constituir uma grande Federação da Europa Oriental, desde o Báltico ao Mediterrâneo, e não uma série de Estados amortizadores. [...] É possível conceber, além da Federação da Europa Oriental, diferentes combinações, como o Grupo Anglo-Escandinavo, em torno do Mar do Norte e do Bál-

tico, e o Grupo Latino, em torno do Mediterrâneo. (SPYKMAN, 1944, p. 450)

Para fechar o cerco do *rimland* e da contenção, Spykman tratou ainda do Oriente Médio-Oriente Próximo, “origem das matérias-primas estratégicas consumidas pelos EUA” e do Extremo Oriente, maior desafio histórico à Europa. Na primeira, para ele, seria o caso de conservar o equilíbrio de poder. Na segunda, admitia que não seria fácil manter o equilíbrio entre os Estados, porque não seria o Japão, “mas a China o principal obstáculo no pós-guerra”, com seus enormes território, população, insatisfação com o imperialismo japonês e o colonialismo dos séculos anteriores.

Uma China moderna, vitalizada e militarizada, com seus 400 milhões de habitantes, há de constituir uma séria ameaça não somente para o Japão, mas também para as potências ocidentais no Mediterrâneo Asiático [...] Pode ser que chegue um dia que não serão os poderes marítimos britânicos, americanos e japoneses, mas o poder aéreo da China o que dominará as massas de água do Mediterrâneo asiático. (SPYKMAN, 1944, p. 453)

Nem todos esses arranjos, contudo, foram possíveis no final da guerra, pois em 1942 não se poderia ainda contar com o sucesso dos guerrilheiros comandados pelo marechal Josip Broz Tito (1892-1980) nos Bálcãs, que formariam a Iugoslávia, nem com o avanço do Exército Vermelho até Berlim, mas são visíveis suas pegadas nas políticas de contenção implantadas sob a orientação de George Keenan, evidentemente com mudanças de endereço, para as duas Alemanhas, Ocidental e Oriental, Áustria e Turquia. Os EUA até contribuíram para o reerguimento do Japão, que faria a contenção da China que, por sua vez, faria a contenção da URSS. Mas em 1942 também seria impossível prever que, quatro anos depois da guerra, os comunistas, sob a liderança de Mao Tsetung, venceriam a guerra civil na China, aumentando a pressão sobre o Japão e, virtualmente, transformando seu imenso território em caminho para o Mar da China e o Pacífico para a encurralada URSS, o que exigiria adaptações sucessivas na política de contenção a partir do *rimland*.

A linha de defesa da Guerra Fria, com base no poderio naval¹²⁷, com apoio da força aérea, e na política de contenção foi prevista por Spykman. Não por acaso, o

¹²⁷ A propósito, vejam-se os dados da tabela seguinte, elaborada com base nas informações do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS, da sigla em inglês). Fonte: *The Military Balance*, 2009.

próprio desfecho da Guerra Fria resultaria da contenção soviética em três frentes estratégicas, descritas por Zbigniew Brzezinski (1989, p. 269-286), o confronto entre os sistemas da ordem bipolar como duas engrenagens que se tocariam em três pontos mais sensíveis, com Estados-pino de cada um dos lados, cujo traçado, como ressaltado por Mello, no fundamental equivale ao arco interno de Mackinder e ao *rimland* de Spykman. As três frentes estratégicas, conforme Brzezinski, seriam: a do Extremo Ocidente, em que se daria a disputa pelo Atlântico Norte, tendo como Estados-pino a Alemanha, do lado ocidental, e a Polônia, do oriental; a do Extremo Oriente, envolvendo a competição pelo controle dos oceanos Pacífico e Índico, em que

Tabela 1: Principais contingentes navais e aéreos

País	Força naval	% das principais	Força aérea	% das principais
EUA	335,8	20,83	334,3	17,58
China	255	15,82	315	16,6
Federação Russa	142	8,81	160	8,4
Tailândia	69,9	4,34	46	2,42
Coreia do Sul	68	4,22	64	3,37
Brasil	67	4,16	70,7	3,72
Índia	58,4	3,62	127,2	6,68
México	56	3,47	11,5	0,60
Turquia	48,6	3,01	60	3,16
Coreia do Norte	46	2,85	110	5,78
Indonésia	45	2,79	24	1,26
França	44	2,73	57,6	3,03
Japão	42,4	2,63	34,8	1,83
Reino Unido	35,7	2,21	39,8	2,09
Colômbia	34,6	2,15	13,1	0,69
Itália	34	2,11	42,9	2,26
Alemanha	24,4	1,51	62,2	3,27
Paquistão	22	1,36	45	2,37
Argentina	20	1,24	14,6	0,77
Egito	18,5	1,15	30	1,58
Irã	18	1,12	30	1,58
Chile	17,8	1,10	7,8	0,41
Venezuela	17,5	1,09	11,5	0,60
Ucrânia	13,9	0,86	45,2	2,38
Arábia Saudita	13,5	0,84	20	1,05
Austrália	13,2	0,82	14,1	0,74
Canadá	11	0,68	19,9	1,05
Israel	9,5	0,59	34	1,78
Nigéria	8	0,49	10	0,52
África do Sul	6,2	0,38	10,7	0,56
Argélia	6	0,37	14	0,74
Dinamarca	3,5	0,22	3,4	0,18
Cuba	3	0,19	8	0,42
Suécia	2,9	0,18	4,3	0,23
Angola	1	0,006	6	0,32
Total parcial	1.612,3	-	1.901,6	-

os Estados-pino seriam Coreia do Sul e Filipinas, de um lado, e Coreia do Norte e, talvez, a China, do outro; e a frente do Sudoeste Asiático, que passava pelo domínio do corredor entre o Oceano Índico e o Mar Mediterrâneo, tendo como Estados-pino Irã e Paquistão, de um lado, e Afeganistão, do outro. Como de fato ocorreria a partir de 1989, os Estados-pino que cederiam seriam os da primeira e da terceira frentes estratégicas, Polônia e Afeganistão, levando de roldão o chamado sistema socialista de Estados.

Com efeito, desde a Segunda Guerra, os EUA buscaram e mantêm a condição de principal força marítima e aérea do planeta, com 560 bases em setenta países e efetivos de 335,8 mil homens na US Navy e 334,3 na Usaf (US Air Force), cujos contingentes, somados, chegam a 670,1 mil tropas, superiores aos 662,2 mil do Exército, caso único entre todos os Estados. Tanto os sucessos quanto os insucessos da estratégia de segurança nacional americana desde a Segunda Guerra estão associados à sua incontestável supremacia aérea e naval; os primeiros quando a superioridade das frotas e esquadrilhas baseadas ou deslocadas para um determinado continente foram usadas para a contenção da projeção inimiga ou mesmo quando desembarcaram e foram usadas em terra, mas associadas com tropas vizinhas das próprias regiões-alvo; os insucessos quando as forças americanas desembarcaram e agiram solitariamente como forças terrestres, para enfrentar potências acostumadas com a defesa em seu próprio território.

A supremacia aeronaval dos Estados Unidos revelou extrema eficácia no principal embate da Guerra Fria, na contenção à outra superpotência bipolar, a soviética, a ponto de vencer o confronto sem a necessidade de combates armados ou de uma batalha final com a rival, resultado de um plano de enfrentamento construído com conceitos como os de Corbett e Spykman. A contenção, nas políticas da *detente*, do governo Jimmy Carter (1977-1981) e da neo-*detente*, do governo Ronald Reagan (1981-1989), foram combinadas com um intenso assédio propagandístico, sobretudo via rádio, objetivando a opinião pública dos países do bloco socialista e com as vantagens econômicas e institucionais dos EUA e seus aliados europeus ocidentais. Outro resultado positivo decorrente das supremacias naval e aérea foi o conquistado nas campanhas dos Bálcãs, após a Guerra Fria, para a desintegração da Iugoslávia, e, depois, da Sérvia, em que os EUA agiram por meio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), nas guerras da Bósnia-Herzegovina (1992 e

1995) e do Kosovo (1999). As ações dos EUA também foram eficazes quando seus fuzileiros entraram diretamente em ação em áreas próximas a seu território, como a América Central e o Caribe, a exemplo das intervenções na República Dominicana (1965), com apoio das Forças Interamericanas de Paz (FIP), incluindo tropas brasileiras, e na pequena Granada (1983), com reforço de ilhas-Estado vizinhas do Caribe, ou quando sua diplomacia e serviços secretos atuaram de forma indireta, apoiando frações golpistas dos exércitos latino-americanos, como nos casos do Brasil (1964) e Chile (1973).

Nas oportunidades, entretanto, em que os fuzileiros navais agiram como força terrestre, sobretudo com longa permanência em terra, agindo conforme os preceitos jominiano-mahanianos, segundo os quais a concentração da capacidade de fogo contra os pontos vulneráveis do inimigo seria suficiente para a conquista da vitória total, os EUA se envolveram em impasses ou foram derrotados, como ocorreu no final da Segunda Guerra e nas guerras da Coreia e do Vietnã. Ainda em abril de 1945, os 2,5 milhões de soldados do Exército Vermelho sob a liderança dos generais Ivan Konev (1897-1973) e Georgy Zhukov (1896-1974), mais rápidos na movimentação por terra, chegaram a Berlim e travaram sozinhos a batalha decisiva da Segunda Guerra Mundial. Tratou-se da primeira manifestação da dificuldade da superpotência naval com operações terrestres, que teria vários outros desdobramentos nas décadas seguintes. Para compensar, as tropas americanas, aproximando-se posteriormente da capital alemã, adernaram para o Nordeste e ocuparam Hamburgo, bloqueando o acesso soviético ao Mar do Norte.

Em 1950-1953, a possibilidade de levar diretamente a linha de contenção à fronteira chinesa, perpetrada por uma coalizão anglo-americana-sul-coreana, acabou frustrada com o impasse do paralelo 38 N. Sem uma solução satisfatória, os EUA se viram forçados à retirada e à contemplação da consolidação da Coreia do Norte como unidade política autônoma e no campo de influência da ex-URSS e da China Popular.

A derrota mais emblemática já sofrida pelas forças armadas americanas (e também da Nova Zelândia, Coreia do Sul e outros países, que enviaram pequenos contingentes), aconteceu na Guerra do Vietnã (1965-1975), em que mais de 50 mil americanos foram mortos e que revelou a importância crescente da opinião pública interna, pois, embora os EUA jamais tenham sido derrotados numa batalha, perde-

ram a guerra contra a oposição interna da sua juventude contrária a mais sacrifícios hegemônicos. Em 1993, os marines sofreram nova humilhação, desta vez na Somália. Após desembarcarem no país um ano antes, à frente de uma missão humanitária da ONU para proteger flagelados da Guerra Civil, tiveram dezoito de seus membros mortos simultaneamente e empreenderam atabalhoada retirada. Os últimos impasses prolongados de intervenções militares resolutivas são os do Afeganistão, que se estendem por quase uma década, e o da guerra do Iraque, que se arrasta há oito. A Otan está envolvida no atoleiro afegão e outras potências, como o Reino Unido, a Itália, a Polônia, a Espanha, o Japão e a Austrália enviaram contingentes ao Iraque. Essas duas guerras, por envolverem países islâmicos, agravaram as tensões do Oriente Médio, em que a disputa israelo-palestina assume a dramaticidade de um confronto civilizacional.

O encerramento da Segunda Guerra no Pacífico mostrou a ocorrência de uma revolução nos assuntos militares: a criação de uma arma com capacidade de destruição total, a bomba atômica. Como detentores do monopólio do segredo da fissão e da fusão nuclear e, graças a sua supremacia nos oceanos e pelo ar, os EUA tornaram-se a única potência com capacidade de intimidar a qualquer outro país com o risco da destruição total. Tentaram manter a assimetria alcançada por meio de tratados internacionais e resoluções da ONU, o que não foi suficiente para evitar a corrida armamentista, sobretudo entre os dois blocos rivais da Guerra Fria, dada a regra da reciprocidade. Apenas quatro anos mais tarde a União Soviética explodiria experimentalmente sua primeira bomba no deserto do Cazaquistão e, ao longo das décadas de 1950 e 1960, os outros membros do CS da ONU, Inglaterra, França e China, pela ordem, também ingressariam no clube atômico. Em consequência das pressões do Conselho de Segurança, em 1968, foi firmado pela maior parte dos países o instrumento mais abrangente para evitar a entrada pela porta dos fundos de novos membros no clube atômico, o Protocolo de Kyoto ou Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), e, em 1970, foi implementada a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), mas a possibilidade de deter a corrida armamentista por normas jurídicas é limitada, na medida em que elas não valem para os não-signatários, que os países podem denunciá-las, e se sentem ameaçados pelos vizinhos ou tentados a obter vantagens sobre eles. Mesmo antes do final da Guerra Fria, por isso, Israel montou um arsenal atômico, sendo seguido, na década de 1990, por Índia e Paquis-

tão, que já haviam se envolvido em três guerras diretas desde a independência, em 1947, em seguida pela Suíça e, na década de 2000, pela Coreia do Norte.

A dificuldade de conservar o monopólio da revolução em assuntos militares decorre também do desenvolvimento de técnicas para a exploração econômica do átomo, para produção de energia elétrica e como combustível para equipamentos de alta tecnologia, inclusive na área médica. Apesar das justificativas éticas para prevenir um confronto nuclear, nenhum argumento seria levado a sério por um Estado que entendesse que os tratados antibelicistas poderiam também mantê-los avassalados a qualquer concorrente econômico numa fase de preponderância das tecnologias e da interdependência. Embora signatários do TNP, países como Alemanha, Japão e Suécia desenvolveram pesquisas e usinas de enriquecimento de urânio, fornecendo know-how e sendo acompanhados nessa iniciativa por inúmeros outros, como Brasil, Argentina, México e Irã. A questão é que a base das tecnologias de enriquecimento de urânio para fins pacíficos ou militares é a mesma.

Se a preservação do monopólio atômico durante a Guerra Fria foi inviabilizada pela corrida armamentista, seu controle por artifícios jurídicos pelo clube atômico também está se revelando insuficiente para impedir a generalização dessa revolução nas maneiras de coagir, dentre outras razões porque¹²⁸, num quadro em que os Estados se fortalecem e tornam-se mais ciosos de sua soberania, é difícil convencê-los a renunciar à busca de armamentos cuja posse é usada por uma minoria de Estados exatamente para pressioná-los e para conservar sua preponderância econômica. Embora não nos interesse aqui a questão moral do desenvolvimento de armas nucleares, a mencionamos porque ela está relacionada com a introdução, em momentos diversos da fase da globalização-Guerra Fria de dois novos campos da guerra: o espaço sideral e o comunicacional. Se a Segunda Guerra Mundial começou em três espaços bélicos, o terrestre, o marítimo e o aéreo, a Guerra Fria terminou, portanto, com cinco cenários em que é preciso prevalecer.

As implicações do cenário pentadimensional ainda não foram incorporadas às reflexões políticas sobre a guerra, embora sejam procedentes as elucubrações decorrentes tanto da amplitude do espaço sideral, sobretudo quando comparada com a impossibilidade de controle do espaço aéreo e a extrema dificuldade de obter o comando sobre o mar, ou com a dimensão igualmente ampla, às vezes tida como in-

¹²⁸ E esta não é uma reflexão que aprofundaremos aqui, pois ela deveria se situar no campo de abrangência de um debate profundo sobre a efetividade das normas jurídicas no plano internacional.

sondável, da opinião pública internacional. A primeira é objeto de cálculos técnicos e combinatórios, com incontáveis variáveis futuristas, uma vez que projetados sem conceitos políticos apropriados, adequados ao objetivo de obter pela força a concordância com a vontade de um lado ou de uma coalizão. A segunda é tema de teorias concorrentes das comunicações, sobre a formação de correntes de opinião e de ação política a partir dos meios de difusão de informações e ideias, mas estas ainda se relacionam de forma precária com as teorias sobre as formas de governo e/ou os problemas da governabilidade, e totalmente insuficiente com as teorias da construção de consensos ou blocos hegemônicos no plano internacional.

O desdobramento da corrida armamentista em corrida espacial inseriu-se na lógica da Guerra Fria, ainda na década de 1950, em que embora mais modernos, com maior autonomia de voo e velocidade, os bombardeiros pesados americanos não apresentavam vantagens competitivas significativas em relação aos soviéticos como vetores de artefatos nucleares. Ambos os lados mantiveram a paridade relativa com os foguetes espaciais rudimentares, embrião dos mísseis, o que colocou a necessidade de antecipação a um virtual ataque inimigo, o que exigia desenvolver um sistema antimísseis eficaz ainda no espaço, mediante a interceptação, e dependia de informações cada vez mais rápidas e precisas, por meio de satélites estacionários. Os soviéticos saíram na frente na corrida espacial, com o primeiro satélite colocado em órbita da Terra, o Sputnik, lançado em 1957. Um ano mais tarde, os EUA colocaram em órbita o seu Explorer. Os soviéticos colocariam, ainda, o primeiro ser vivo no espaço, a cadela Laica, e o primeiro homem, Yuri Gagarin, em 1961. A disputa espacial começaria a ser revertida em favor dos americanos em 1969, quando a tripulação da Apollo 11, Neil Armstrong e Buzz Aldrin, da Nasa, foram os primeiros homens a pisar na Lua, um espetáculo, ainda com imagens tremidas, transmitido quase ao vivo para todo o mundo. O esforço para o controle do espaço sideral, além dos objetivos de liderança científica, visa também a espetacularização da hegemonia tecnológica, o controle do espaço para a guerra estelar, sobretudo como caminho para os mísseis e as ações de defesa antimíssil, o predomínio econômico, para a construção de amplos sistemas de captação de energia solar, considerando o esgotamento das reservas fósseis do planeta, e a circulação de informações sobre e para todo o planeta. Esta, baseada em redes de satélites, com transmissão de dados em tempo real, cumpre as funções de captar, triar, organizar e distribuir informações,

tanto de natureza militar, dando agilidade excepcional aos serviços secretos, quanto civil, principalmente econômica, agilizando os negócios; utilizada também pelos meios de comunicação social (jornais, revistas, tevê, rádio e internet), paradoxalmente, a transmissão imediata de informações provocou a simultaneidade global e o surgimento de uma opinião pública mundial, com crescente influência sobre a opinião pública interna, reduzindo a capacidade de controle sobre suas populações mesmo das grandes potências.

O espaço comunicacional transformou a comunicação numa das dimensões em que se travam as guerras contemporâneas, ou as disputas interestatais, mesmo em tempos de paz. De uma certa forma vivemos hoje sob uma guerra permanente, cujos atores centrais continuam sendo os Estados, mas com a participação variável de atores superestatais e infraestatais. Isso transformou as retaguardas civis, tanto as próprias quanto as do inimigo, em alvos do enfrentamento, na luta pela conquista dos corações e mentes, num quadro ditado pela espetacularização, para a conquista de audiências, e de novas técnicas de informação, com o objetivo da credibilidade, para a conservação de uma sensação, e portanto de uma influência, duradoura sobre o público¹²⁹.

Tendo sido derrotado no Vietnã no *front* interno da sua própria retaguarda civil, ou vencido as batalhas reais e perdido as simbólicas, o Pentágono, ainda em meados da década de 1970, orientou os Estados-maiores das forças armadas a criar assessorias de comunicação, levando a experiência já generalizada entre as empresas comerciais para a burocracia militar. Incumbidas de cuidar da imagem das operações e das instituições militares, acompanhando a aprendizagem dos setores de propaganda do mundo privado, as assessorias passaram a cuidar da embalagem e a adotar um conjunto de medidas destinadas a seduzir os veículos e profissionais da informação, buscando justificativas plausíveis para as operações (em geral apresentadas como de defesa dos direitos humanos), difundindo versões favoráveis dos fatos, preparando históricos e dossiês, sob a justificativa de facilitar o trabalho de interpretação de redatores e copidesques, agendando entrevistas coletivas e individuais com os comandantes, distribuindo *press-releases*, com notícias favoráveis, estruturando um serviço de credenciamento de repórteres junto às tropas, além de publicar anúncios pagos na mídia, fornecer mimos aos jornalistas, como presentes em

¹²⁹ A este propósito, ver o capítulo anterior, o 3.

seus dias de aniversário, durante as festas de final de ano, o pagamento de visitas e estadias, oferta gratuita de fotografias e materiais de trabalho, como câmaras fotográficas, computadores, notebooks, aparelhos de celular ou contratando profissionais para a produção de artigos ou matérias, ou de agências de publicidade para cuidar do plano de mídia, visando, enfim, a construção de uma imagem favorável à burocracia militar. Com esses procedimentos, a guerra passou a ser apresentada e formatada para o consumo tanto interno quanto da opinião pública internacional, pois vencer deixou de ser suficiente, sendo necessário também convencer.

Disputando espaço com a propaganda de outras mercadorias e com obras de entretenimento, as agências de publicidade a serviço do Pentágono transformaram as guerras também em espetáculos midiáticos, destinados a ganhar um tempo da atenção das multidões de consumidores americanos e do restante do mundo. Em função disso, durante a Primeira Guerra do Golfo (1991) ocorreu o primeiro conflito bélico com transmissão ao vivo pela TV e reportagens de Peter Arnett direto de Bagdá, para a CNN. Ou como escreveu Ecco, “temos visto [...] jornalistas de TV ocidentais falando das cidades bombardeadas” (2003, p. A 17) ou, participando do esforço de guerra à sua maneira, com câmaras e gravadores. Esse conjunto de técnicas de convencimento evoluiu, no início do século XXI, às vésperas da Segunda Guerra do Golfo (2003), para a formação de pelotões e companhias de jornalistas enrustidos, ou enlatados, nas forças armadas. Desde esse momento, o Pentágono deixou de se preocupar apenas com o fornecimento de credenciais dos correspondentes de guerra, mas passou à iniciativa para arregimentá-los e submetê-los à disciplina, dando-lhes fardamento, proteção e meios de trabalho, mas constrangendo-os a submeter seus despachos ao comandante da unidade, de modo a prevenir que algo pudesse sair errado com as notícias, comprometendo a imagem da guerra no estrangeiro ou criando indisposições na retaguarda civil.

A crescente necessidade de convencer é a resposta a dois fenômenos resultantes dos processos de globalização, tomados por Joseph Nye e Robert Keohane de empréstimo a Stanley Hoffman, denominados, o primeiro, “populações socialmente mobilizáveis”, principalmente na periferia, e, o segundo, uma opinião pública hedonista, nas sociedades centrais, que privilegia o consumismo e reage de maneira particularmente agressiva à perda de seus soldados nas campanhas militares empreendidas no exterior. Nye e Keohane relacionam o primeiro fenômeno com o novo

regionalismo global e a recuperação das tradições locais e ancestrais em resposta à cultura de massa padronizada importada. O avanço das interdependências complexas e assimétricas, para eles, ao invés de diluir as relações de vizinhança interestatais, reforçaram-nas e, além de difundir uma cultura globalizada, também estimulam os processos de volta às origens, sobretudo pelas elites, gerando tendências variadas de fundamentalismo religioso associadas a nacionalismos políticos, que se utilizam das novas tecnologias para a mobilização popular. Contra a mobilização fundada em motivos religiosos, rancores étnicos ou ressentimentos políticos, o emprego da força armada tem reduzida eficácia.

A utilidade limitada da força convencional para o controle de populações socialmente mobilizadas ficou demonstrada tanto pelo fracasso dos Estados Unidos no Vietnã como pelo rápido declínio do colonialismo na África. (NYE; KEOHANE, 1988, p. 46)

O hedonismo da opinião interna dos países centrais relaciona-se com a redução do tamanho das famílias, que passaram a ter poucos filhos por casal, o aumento das taxas de longevidade – o que gera cidadãos críticos individualistas e extremamente exigentes – e a transformação do caráter de suas economias internas, hoje baseadas no consumo de suas classes médias, que evoluíram para o pós-industrialismo, transformando-se em bases de prestação de serviços e de desenvolvimento de tecnologias de ponta, o que exige uma mão de obra altamente qualificada, com elevados custos de formação educacional. O excedente anterior de membros da família, disponível para o uso pelo Estado em guerras, praticamente desapareceu. Os filhos tornaram-se raros, caros e altamente protegidos, enquanto a família passou a ser bem informada e protecionista dos seus membros. Nesta situação, a perda de um filho numa guerra pode ser a perda do filho único e, simultaneamente da segurança dos pais na velhice, ou do investimento familiar total ao longo da vida. A opinião interna, nesse quadro, tornou-se avessa às guerras e reage prontamente à perda de um familiar num conflito tido como inútil.

Com frequência o emprego da força acarreta resultados onerosos para objetivos situados fora da área de segurança. E, finalmente, nas democracias ocidentais é muito forte a oposição popular aos conflitos militares prolongados. (NYE; KEOHANE, 1988, p. 46)

Para contornar a oposição crescente à convocação da juventude para o serviço militar, os EUA, em 1973, substituíram o sistema da conscrição, do serviço militar obrigatório, pelo sistema de forças armadas totalmente profissionalizadas, ou seja, formadas somente por profissionais voluntários e bem remunerados, o que tornou as empresas militares significativamente mais onerosas para o orçamento público. Apesar das cautelas adotadas, contudo, as perdas, nos últimos oito anos e meio, de 4.900 homens no Iraque e 1.230 no Afeganistão¹³⁰, embora comparativamente reduzidas, tiveram uma repercussão política no mínimo equivalente às 58.220 mortes de americanos no Vietnã e substancialmente maiores que as provocadas pelas 405.399 baixas da Segunda Guerra Mundial, 116.516 da Primeira e as 507.332 da Guerra Civil da Secessão (364.511 entre as tropas da União e 133.821 entre as confederadas), a ponto de provocarem a derrota do republicano John McCain para o até então quase desconhecido democrata Barack Obama em 2008.

O fato de os dois espaços recentes da guerra, o sideral e o comunicacional, ainda não terem sido objeto de uma teoria com a profundidade de *Da guerra* não impediu a proliferação de abundante literatura técnica sobre os dois assuntos. Apesar de seu surgimento, os EUA continuam sendo basicamente uma potência aérea e naval, agora também espacial, com dificuldades para travar guerras prolongadas em terra e para legitimá-las não apenas perante a opinião pública internacional, mas também junto a seu público interno.

Estratégias e táticas

Independentemente da elaboração formal, registrada em texto ou consolidada de forma teórica, todos os Estados comportam-se conforme uma estratégia de inserção internacional e adotam táticas, que podem ser mais ou menos harmônicas entre si, resultando numa política externa mais ou menos coerente. Não se trata, portanto, de buscar o grau de consciência dos tomadores de decisão, ou o grau de consistência de seus planos, mas de um ferramental de análise. Ao operar com os conceitos de estratégia e tática, portanto, Clausewitz não se orientava por uma postura normativa, a respeito de como os Estados deveriam agir, mas investigativa, para entender e analisar seus comportamentos, independentemente da consciência de seus esta-

¹³⁰ Até agosto de 2010. Desse total, 733 baixas americanas. Em julho de 2009, esses números estavam em 1.204 e 707.

distas e estados-maiores. Aliás, em política internacional os motivos alegados ou as convicções pessoais dos governantes e comandantes só importam na medida em que pesam sobre os resultados práticos.

As distinções precisas entre as duas [estratégia e tática] podiam não ter importância em termos de condução real da guerra, mas eram vitais para o desenvolvimento da teoria. (STRACHAN, 2008, p. 110)

Como abordado páginas atrás, a estratégia é o elemento geral, que define o objetivo da guerra, e dá significação à luta, enquanto a tática é o uso dos combates com o propósito da estratégia. Entre ambas existe, por conseguinte, uma relação dialética, pois uma se beneficia e cria condições para o exercício da outra. Nas palavras de Clausewitz:

A estratégia é a utilização do recontro para atingir a finalidade da guerra. Ela tem o poder de fixar uma finalidade para o conjunto do ato de guerra que corresponda ao objetivo da guerra. Quer dizer: estabelece o plano de guerra e determina em função do objetivo em questão uma série de ações que a ela conduzem. (CLAUSEWITZ, 2003, p. 171)

Ou conforme a interpretação de Strachan, para quem as diferenças entre estratégia e tática dizem respeito a diferenças de escala, uma envolvendo as grandes manobras, com o objetivo do controle de pontos decisivos, como estradas, rios ou o alto de montanhas, e a outra, em pequena escala, mas centrais para o sucesso, os procedimentos de concentração de forças no campo de batalha:

A estratégia era o que dava significação à luta, explorava o sucesso no campo de batalha e criava condições para a próxima batalha, ao passo que a própria vitória era ganha por meio do combate, sendo assim uma questão tática. (STRACHAN, 2008, p. 107)

Qualquer delas pode ser ofensiva ou defensiva e, dependendo das circunstâncias da guerra, pode-se ter a combinação de estratégias ofensivas com táticas defensivas ou vice-versa, pois, no geral, a ofensiva consiste em tentar obter uma posição nova, ao passo que a defensiva significa o esforço para conservar uma situação, pois exércitos poderiam “lutar ofensivamente em termos estratégicos e defensivamente em termos táticos” (STRACHAN, 2008, p. 108); uma expressa insatisfação e ansiedade, a busca de um novo equilíbrio, a outra representa conformismo ou satisfação com o *status quo* em campo, a preservação, de maneira duradoura ou

temporária, de uma situação. Tanto a estratégia quanto a tática, ofensiva ou defensiva, mobilizam os três elementos da guerra conforme Clausewitz, o terreno, o tempo e a surpresa. Uma campanha é definida como ofensiva se seu objetivo é desalojar o inimigo de seu teatro de guerra. E “defensiva se se encara a entrada do inimigo em nosso teatro de guerra” (CLAUSEWITZ, 2003, p. 466). Uma, porém, supõe a outra.

Como será preciso que retribuamos ao golpe do inimigo, se pela nossa parte queremos efetivamente fazer a guerra, essa ação ofensiva no decurso da guerra defensiva pertence, num certo sentido, à defesa, ou seja, a ofensiva que conduziremos entrará no conceito de posição ou teatro de guerra. Portanto, pode-se combater ofensivamente no decurso de uma campanha defensiva, pode-se utilizar certas divisões para fins ofensivos no decurso de uma guerra defensiva, e finalmente, mantendo uma simples posição de expectativa relativamente ao assalto inimigo, enviam-se balas ofensivas sobre as suas fileiras para o atingir. (CLAUSEWITZ, 2003, p. 465-466)

A defesa, entretanto, é a forma mais forte de guerra, pois ela permite economia de tempo para o deslocamento no terreno, significa maior conhecimento do teatro de guerra, utilizando em seu favor as condições físicas, elevações, vales, cursos d'água, pântanos, florestas e charques, bem como a preparação do terreno para a recepção ao inimigo, com trincheiras, fortificações e ataques de surpresa, vistos como muito mais importantes na tática, uma vez que “Clausewitz viu a surpresa como pouco importante na estratégia” (STRACHAN, 2008, p. 111). Apesar disso, quem pretenda fazer a guerra “efetivamente” precisa também partir para a ofensiva, pois é ela que constrange o inimigo.

É mais fácil conservar do que adquirir; de onde se segue imediatamente que, supondo que os meios são iguais dos dois lados, a defesa é mais fácil que o ataque. Mas de onde provém essa maior facilidade da conservação e da proteção? Do fato de que todo tempo que se escoa inutilizado se torna proveito do defensor. [...] Essa vantagem salvou mais de uma vez o Estado prussiano durante a Guerra dos Sete Anos. (CLAUSEWITZ, 2003, p. 466)

Mas como a defensiva tem um objeto negativo, o de *conservar*, e a ofensiva tem um objeto positivo, o de *conquistar*, e como este último aumenta os nossos próprios recursos de guerra, enquanto a conservação não o faz, devemos dizer, para nos exprimirmos com precisão, que *a forma defensiva de guerra é em si mesma mais forte que a ofensiva*. (2003, p. 467, grifos do autor)

Para que a ofensiva funcione, com menor conhecimento do terreno e maior dificuldade de surpreender, o atacante precisa de um maior volume de força. Mas ele precisa ser quanto mais forte, qual a proporção ideal?, seria o caso de se perguntar. E não se trata de uma questão banal, pois o terreno, o conhecimento do terreno, a presteza nos deslocamentos e os fatores motivacionais são multiplicadores da força e podem fazer com que um combatente tenha um peso relativo superior ou inferior ao de seu adversário¹³¹. Evidentemente Clausewitz dá a resposta por sabida, mas podemos nos precipitar, imaginando, como em Jomini, o teatro de guerra como um retângulo¹³², que o defensor pode chegar a qualquer parte da área a ser defendida num tempo três vezes menor, podendo concentrar rapidamente efetivos até três vezes superiores. Quem precisa estender as suas linhas, além disso, as enfraquece, dificultando a logística, para a chegada de provisões e multiplicando os próprios pontos vulneráveis, os quais podem ser rompidos por um ataque concentrado. Outro fator que potencializa a energia do defensor é sua identificação com o terreno, a cultura ou a nação, ou o moral que, segundo Napoleão, na prova dos nove da guerra, também contaria na proporção de três para um.

O desenvolvimento das técnicas, da economia e os processos de desterritorialização-reterritorialização, com mudanças nas funções soberanas exercidas pelo

¹³¹ A relevância da proporção adequada de atacantes para cada defensor, a propósito, dividiu os estrategistas americanos no início de 2003, a respeito da quantidade de divisões e homens a enviar ao Iraque. Enquanto o Secretário de Defesa Donald Rumsfeld chefiava uma ala que achava que cerca de 250 mil homens bastariam, dada a superioridade técnica, o titular da Defesa, Collin Powell, general na Primeira Guerra do Golfo, preferia uma tropa com contingente no mínimo dobrado.

¹³² Compare-se, a propósito, as distâncias a serem percorridas pelo atacante, do lado externo ao do retângulo, com as a serem percorridas pelo defensor, beneficiado pela hipótese de se locomover em linha reta.

Figura 8: Teatro de guerra: a superioridade da defesa

Estado, tornaram a guerra também mais complexa, com interações com a economia e a ampla zona cinzenta, da ausência de soberania, embora, no fundamental, ela siga tendo a mesma natureza. A estratégia não envolve mais, portanto, apenas um jogo geral entre ofensiva e defensiva, mas combinatórias de defesa e ataque que levam em conta também os cinco espaços (ou setores) principais em que a guerra se desenrola e os vários cenários regionais onde se situam os Estados protagonistas. É possível, desse modo, uma estratégia geral ofensiva mas articulada com planos ofensivos somente nos campos comunicacional e aéreo, por exemplo, e defensivos em terra, no mar e no espaço sideral, dependendo dos recursos próprios e os do inimigo. A globalização, como vimos anteriormente¹³³, provocou também o fenômeno recente da regionalização, com a aproximação e novas solidariedades entre os vizinhos de um mesmo continente ou subcontinente. Na era globalizada, portanto, a estratégia geral ofensiva ou defensiva, pode ser combinada com estratégias regionais das duas modalidades. Além disso, para completar o plano de guerra, as táticas também podem ser ofensivas, para a conquista de posições, ou defensivas, para a conservação de espaços, combinando-se com as estratégias geral, por setor da guerra e por região. Uma estratégia geral defensiva, desse modo, pode ser ofensiva no aspecto comunicacional, combinada com uma tática ofensiva por terra, mar e ar numa única região do planeta.

Globalização, assimetria, ofensiva e defensiva

As estimativas acerca da quantidade de atacantes e dos recursos necessários ao sucesso das empreitadas de ataque podem contribuir para o entendimento da missão proposta de imposição de uma ordem internacional unilateral a que os Estados Unidos se consideram destinados, ou seja, para a verificação da possibilidade real da hiperpotência para implantar uma ordem unilateral. A avaliação da possibilidade de um Estado formatar isoladamente a ordem mundial deve ter como ponto de partida sua superioridade militar sobre quaisquer concorrentes, pois, de fato, jamais houve uma potência com tal capacidade de dissuasão. Os EUA respondem sozinhos por um volume entre 41 e 50% do orçamento militar do planeta, 41,5% em 2008, conforme o World Fact Book, e 47,54%, em 2009, segundo o Military Balance, ou

¹³³ No capítulo 3.

46,35%, conforme as mesmas fontes atualizadas¹³⁴. A assimetria orçamentária¹³⁵, ainda, é amplificada pelos gastos de seus aliados diretos, o que eleva a participação da coalizão permanente do pós-Segunda Guerra Mundial a mais de 60% dos gastos militares globais. Entretanto, embora disponham da mais variada e sofisticada tecnologia bélica, em virtude de um orçamento direto de quase 700 bilhões de dólares,

¹³⁴ Ver o Apêndice desta.

¹³⁵ Vejam-se, a respeito, os dados sobre orçamento militar de 35 dos maiores países (selecionados para representar os vários continentes) do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS, da sigla em inglês). Fonte: *Military Balance*, 2009.

Tabela 2: Principais gastos militares de 2009 e contingentes totais

País	Orçamento militar (em US\$ bilhões)	Participação no mundo (%)	Efetivos (mil homens)	% dos principais
EUA	696,3	47,54	1.332,3	8,85
França	67,2	4,63	235,6	1,56
Reino Unido	60,8	4,15	175,8	1,17
China	60,2	4,11	2.170	14,38
Alemanha	46,9	3,20	250,6	1,66
Japão	46	3,14	215,6	1,43
Rússia	40,5	2,77	662	4,40
Arábia Saudita	38,2	2,61	108,5	0,72
Índia	31,5	2,15	1.285,7	8,54
Itália	30,9	2,11	185,2	1,23
Brasil	26,3	1,80	327,7	2,18
Coreia do Sul	24,2	1,65	692	4,60
Austrália	22,2	1,52	54,8	0,36
Canadá	19,8	1,35	65,7	0,44
Israel	14,8	1,01	176,5	1,17
Turquia	13,5	0,92	510,6	3,39
Irã	9,6	0,66	398	2,64
Colômbia	9,5	0,65	285,2	1,89
Suécia	6,7	0,46	13,1	0,09
Chile	5,6	0,38	60,6	0,40
Argélia	5,2	0,36	147	0,98
Indonésia	5,1	0,35	302	2,01
Egito	4,6	0,31	388,5	2,58
Dinamarca	4,5	0,31	17,5	0,12
Paquistão	4,4	0,30	617	4,10
Tailândia	4,3	0,29	305,9	2,03
México	4,3	0,29	267,5	1,78
África do Sul	3,4	0,23	54	0,36
Venezuela	3,3	0,23	92	0,61
Angola	2,4	0,16	107	0,71
Cuba	2,3	0,16	49	0,33
Argentina	2	0,14	73,1	0,49
Ucrânia	1,8	0,12	129,9	0,86
Nigéria	1,3	0,09	80	0,53
Coreia do Norte	?	-	1.106	7,35
Outros	0,2	0,10	-	-
Geral	1.464,7	-	-	-
Total	-	-	15.057,2	-

seus efetivos, ainda que consideráveis, 1.332,3 mil homens, compõem somente 8,85% dos efetivos das 35 maiores potências militares, ou 7,25% dos mundiais, o que parece largamente insuficiente para dar sustentação a suas pretensões. A análise desses dados induz a duas tendências contraditórias: a franca liderança em gastos militares dos EUA, que fazem deles a única potência capaz de conduzir uma estratégia geral ofensiva, e a limitação de seus contingentes, considerando que a defesa é a forma forte da guerra, para a implantação de uma ordem unilateral.

Se os EUA são a única potência em condições de desenvolver uma estratégia geral ofensiva, os demais Estados são capazes de implementar somente estratégias gerais defensivas. Mesmo os aliados da coalizão permanente, embora tenham uma estratégia ofensiva em relação aos blocos hostis, acompanhando as políticas externas americanas, em relação aos EUA têm posturas defensivas. Graças ao tamanho de sua maquinaria bélica e da vontade expressa no orçamento anual, que produz um renitente déficit anual, que deve chegar a US\$ 1,5 trilhões em 2011, segundo a projeção do Escritório de Planejamento do Congresso (CBO, da sigla em inglês) ou alarmantes 9,8% do PIB¹³⁶, a hiperpotência é naturalmente induzida a ter uma estratégia internacional ofensiva, embora em alguns pontos do planeta ela possa se valer de táticas defensivas. Até pela força da inércia impulsionada pelos 46 anos da Guerra Fria, os EUA conservaram o ritmo da corrida armamentista, agora numa espécie de disputa solitária contra o relógio, em virtude da desintegração da potência concorrente. Desse modo, sua burocracia militar, precisa encontrar, ou criar, constantemente novos desafios e novos adversários, para justificar perante a opinião pública o gasto de um quinto do orçamento federal anual e sua persistente influência na máquina estatal, pois ela, em grande parte, é responsável pelo crescente déficit público, que chega a uma situação insustentável de 9,8% ao ano e deve elevar a dívida pública de US\$ 13,5 trilhões em 2010 para US\$ 15 trilhões, ultrapassando, portanto, o PIB. A estratégia ofensiva e unilateralista, portanto, não deriva das preferências dos partidos ou facções, ou de fatores conjunturais, como eleições, ou a ausência delas, manifestações públicas ou atentados aos direitos humanos em países distantes, mas decorre da própria lógica burocrática interna, da necessidade de exercício e renovação constante dos equipamentos e de suas forças armadas. Trata-se quase

¹³⁶ Ver notícia da Agência France Press, divulgada por vários jornais em 26/1/2011, disponível na Internet em <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2011/deficit-americano-deve-atingir-apice-este-ano.htm>

de uma imposição da política interna sobre a externa: a dimensão de sua burocracia militar condiciona uma política externa agressiva.

Apesar da estratégia geral ofensiva, os EUA podem adotar estratégias setoriais (por espaço da guerra) e estratégias regionais (por continentes) defensivas, dependendo do caso, e táticas, pois as táticas são sempre regionais e conjunturais, ofensivas ou defensivas. No caso das estratégias setoriais, os EUA, sobretudo depois da Segunda Guerra, seguem uma orientação ofensiva nos confrontos comunicacionais, de propaganda ideológica dos valores políticos liberais e do modo de vida americano, utilizando meios e mídias cada vez mais abrangentes; no setor marítimo, a orientação estratégica é defensiva, com táticas ofensivas, pois seu objetivo é a conservação do controle das principais linhas intercomunicantes pelo caminho comum; como um caminho ainda muito mais amplo que o marítimo e o aéreo, o espaço é objeto de uma estratégia defensiva no sentido da conservação das redes de satélite e plataformas espaciais, mas científica e tecnologicamente ofensiva, para a sedimentação e consolidação de controles; no setor das guerras terrestre e aérea, finalmente, o sentido estratégico é, ele também, defensivo, mas ofensivo nos pontos decisivos do planeta, de ameaça ao poder hegemônico ou de oportunidade para sua expansão.

As estratégias e táticas regionais, por sua vez, sintetizam os planos de guerra e paz de modo mais complexo, com variações ditadas pelas conjunturas, assumindo um caráter claramente ofensivo no Oriente Médio e na Ásia Central¹³⁷, regiões vitais

¹³⁷ Aprofundaremos o desenho das estratégias e táticas regionais dos EUA, e de seus concorrentes, no próximo capítulo, o 5. De qualquer forma, vejam-se abaixo três quadros simplificadores, como uma forma de abordagem ainda superficial da articulação das estratégias americanas:

Quadro 1: A) Estratégia geral (global)

Dos EUA: Ofensiva	Das demais potências: Defensiva
--------------------------	--

Quadro 2: B) Estratégias setoriais dos EUA

Espaço	Direção estratégica	Observação
Terrestre	Defensiva no geral	Ofensiva nas regiões vitais do Oriente Médio e Ásia Central.
Naval	Defensiva	Apoio nas áreas de ofensiva terrestre e aérea.
Aérea	Defensiva	Ofensiva no Oriente Médio e Ásia Central.
Espacial	Defensiva	Impossível controlar o espaço sideral. Busca de liderança científica e tecnológica.
Comunicacional	Ofensiva	Difusão de valores e busca do controle dos corações e mentes.

por articularem o encontro dos subcontinentes eurásianos – Europa Ocidental, Oriental, Ásia, Sul da Ásia e África do Norte –, os grandes oceanos – Pacífico e Índico com o Mediterrâneo e os mares interiores – e pelo fato de concentrar as maiores reservas de energia do planeta. São duas regiões, portanto, em que a estabilidade mundial é vulnerável. A estratégia e tática ofensivas, no caso do Oriente Médio, decorrem das permanentes ameaças árabe e muçulmana à existência do Estado de Israel, cuja virtual desintegração seria considerada uma derrota decisiva ao mundo judaico-cristão, às instituições liberais e à indústria mundial, devido ao risco de alterações no ritmo de fornecimento de petróleo. Nelas o plano de paz seguramente está subordinado ao plano de guerra.

No caso da Ásia Central, além das ameaças decorrentes do crescimento do fundamentalismo islâmico, por se encontrar nos limites da Rússia e da China, ela também oferece a oportunidade de consolidação do poder unilateral, pois nela se

Quadro 3: C) Estratégias regionais dos EUA

Região	Estratégia	Tática	Observações
Américas do Norte e Central	Defensiva	Defensiva na fronteira canadense; Ofensiva na mexicana e no Caribe	As táticas face o Sul são ofensivas para controlar as correntes migratórias e o tráfico de drogas.
América do Sul	Defensiva	Defensiva	Exceção: tática ofensiva no Norte da América do Sul: Colômbia e Venezuela. Atualmente: ausência de recursos e quadros para pensar o Sul do continente.
Europa Ocidental	Defensiva	Defensiva	Vital a manutenção e expansão da Otan.
Europa Oriental	Defensiva	Ofensiva	Para conter o expansionismo russo pela região do Cáucaso e rumo à Ucrânia; forças centrífugas para a desintegração da Federação Russa.
África Meridional	Defensiva	Defensiva	Atenção a pontos circunscritos, para evitar as consequências de problemas locais.
África do Norte	Defensiva	Ofensiva	Táticas ofensivas em virtude das oposições muçulmanas.
Oriente Médio	Ofensiva	Ofensiva	Proteção dos recursos energéticos. Defesa do Estado de Israel.
Ásia Central	Ofensiva	Ofensiva	Pontos sensíveis: Afeganistão, Paquistão, Iraque e Irã. Riscos do fundamentalismo. Possibilidade de controle da Eurásia.
Sul da Ásia	Defensiva	Defensiva	Evitar o desdobramento da crise da Ásia Central.
Leste da Ásia	Defensiva	Defensiva	Ponto vulnerável: a continuidade do controle do Pacífico.
Oceania	Defensiva	Defensiva	Continente aliado permanente da coligação insular, com Reino Unido e Japão.

inspiram os movimentos separatistas islâmicos do Sul da Rússia e do Noroeste da China, Estados concorrentes mas que sofrem pressões centrífugas e desagregadoras. O esforço exigido nessas duas regiões do planeta, contudo, fez com que os EUA, no período pós-Guerra Fria, reduzissem os recursos empregados para o controle do continente americano e passassem a depender cada vez mais da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), para a segurança da Europa Central, e de toda a Europa Ocidental. Desse modo, o mosaico de estratégias setoriais e regionais, combinadas com as respectivas táticas, ofensivas e defensivas, configura a aplicação de uma virtual estratégia global coerente, que combina riscos e prioridades com os recursos humanos e econômicos do Estado.

Apesar da sua coerência interior, trata-se de uma estratégia ainda pautada pelas lógicas competitivas da Guerra Fria, mesmo depois do desaparecimento do contendor bipolar há quase duas décadas. Essas lógicas estruturam-se a partir somente da noção de soberania, admitindo dois tipos de mando sobre qualquer território ou dimensão, o próprio ou o de terceiros, este sempre pensado como, de alguma forma, ameaçador; em decorrência disso, não operam com o conceito de zona cinzenta, nem se dão conta de que seu adensamento multiplica as oportunidades de inserção mundial, inclusive pela via da projeção econômica, o que reduziria as arestas interestatais e a ocorrência de guerras para a solução de pendências. O resultado do descompasso entre a lógica da produção de políticas externas pela hiperpotência e o crescimento da zona cinzenta talvez seja a chave para a compreensão de situações paradoxais e inusitadas como a vontade do Estado mais poderoso da história em resolver os problemas internos de Estados falidos da periferia e sua notória dificuldade em alcançar sucesso com suas empreitadas.

A impossibilidade assimétrica de contraposição à estratégia geral ofensiva dos EUA deixa aos demais Estados somente a alternativa de adotar estratégias militares gerais defensivas, combinadas com táticas também defensivas, mas, às vezes, ofensivas para proteger sua integridade territorial e interesses econômicos, buscando uma inserção mais favorável no contexto internacional pelo próprio desenvolvimento interno. Nos demais continentes e para os demais países, portanto, o plano de paz subordina o plano de guerra. Como a defesa é a forma mais forte de guerra, essa estratégia abre a possibilidade do emprego, em condições de superioridade local, de táticas ofensivas, ou seja, com o recurso à força, mas no âmbito limitado do

seu território ou espaços marítimo e aéreo pelos Estados titulares. Isso deixa claro que o arsenal de quinze bombas atômicas da Coreia do Norte não se insere numa estratégia ofensiva, mas defensiva, com tática ofensiva, da mesma forma que a insistência do Conselho Supremo da Revolução, do Irã, no enriquecimento de urânio, ainda que seu programa nuclear não tenha somente objetivos pacíficos. Diferentemente dos casos norte-coreano e iraniano, os programas nucleares da Índia e do Paquistão não são táticos, mas estratégicos, não porque voltados contra a ordem mundial, mas porque obedecem aos objetivos de manter, no caso da Índia, ou alterar, em seu favor, no caso do Paquistão, o equilíbrio de poder no Sul da Ásia.

A revolução nos assuntos militares provocada pela criação, e uso, de armas de destruição em massa ainda não é assunto pacífico nos foros internacionais. Embora a maioria dos Estados tenha renunciado voluntariamente a seu uso ou ao desenvolvimento de arsenais nucleares, por se verem forçadas a adotar estratégias defensivas, eles também pressionam no sentido do desarmamento das potências nucleares, iniciativa limitada pela sua reconhecida incapacidade de constrangimento, exatamente por não disporem desses arsenais, ou seja, por não terem poder de barganha. Até em decorrência de adotarem planos de guerra defensivos, as potências europeias e as chamadas “ascendentes” privilegiam seus planos de paz, em que buscam relevância internacional pela sua participação no comércio mundial e pelo desenvolvimento econômico interno. O privilégio aos planos de paz, contudo, implica em planos de guerra que comportam táticas defensivas ou ofensivas diferentes conforme a realidade de cada um, em cada região do planeta, por exemplo, a Europa, o Leste e o Sul da Ásia e a América do Sul.

A União Europeia vive o paradoxo da busca da unidade política sob o incômodo da sombra militar da Otan, da qual precisaria livrar-se para construir uma nova soberania, mas sem a qual a maioria de seus membros não saberia como proteger-se das ameaças externas. Tornou-se um gigante econômico, que oferece a seus cidadãos condições bastante confortáveis de vida, mas segue como um anão político, embora dois de seus Estados, concorrentes entre si, Reino Unido e França, tenham arsenais nucleares limitados. O continente beneficia-se da segurança que lhe é proporcionada com baixo custo econômico, mas paga o alto preço da dependência. Aspira a uma ordem internacional multipolar, mas, não tendo os meios físicos de

implementá-la, deriva para a defesa moral de valores e a adoção de um abstrato sistema jurídico multipolar lastreado na ONU.

A ascensão da China, que é apontada como rival de um novo confronto bipolar, e da Índia, com populações somadas de 2,6 bilhões de habitantes, coloca em questão o domínio do Oceano Pacífico. Embora ambas adotem estratégias globais defensivas, começam a alterar suas táticas de contracontenção. Para proteger a circulação de suas mercadorias, podem se ver constrangidas a transitar para o emprego de táticas coercitivas, antecipando um confronto pelo domínio dos mares da região, como teme Robert D. Kaplan, embora a quantidade quase igual dos contingentes marítimos chinês e americano ainda não signifique igualdade operacional.

A Marinha chinesa está décadas atrás da americana, mas isso não serve de alento. Os EUA, tendo acabado de experimentar guerras assimétricas terrestres, agora devem esperar desafios assimétricos no mar. Com sua capacidade aprimorada em guerra de minas, redes de sonar e submarinos nucleares, a China tornará as operações da Marinha americana mais perigosas nos próximos anos. (KAPLAN, R. D., 8/12/2010)

A inserção econômica exige que os Estados garantam a exclusividade e aplicabilidade de suas leis sobre o conjunto de seu território, a decisão final sobre as fontes de suas riquezas naturais e a acessibilidade a suas mercadorias, proporcionando proteção nos seus entornos e segurança à circulação internacional de capitais e bens produzidos no interior de suas fronteiras. Como isso tende a tornar inaceitável o controle de seus litorais por frotas estrangeiras, ambos, embora conservando estratégias globais defensivas, podem adotar estratégias regionais ofensivas, com táticas agressivas, o que certamente exclui, por longo período de tempo, o emprego de seus artefatos nucleares, embora o fato de possuí-los constitua uma garantia de que os concorrentes também não o farão.

Na América do Sul, finalmente, a iniciativa econômica americana da Aliança de Livre Comércio das Américas (Alca) foi abalroada e superada pelo Mercado Comum do Sul (Mercosul), num momento em que as atenções do governo George W. Bush estavam concentradas no Oriente Médio e Ásia Central, proporcionando rápido crescimento a seus Estados-membros e abrindo as portas para novos aderentes. Seu sucesso desdobrou-se na iniciativa política da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), embora nos limites de uma estratégia global defensiva, que não deve se

alterar enquanto se mantiver a assimetria militar com a América do Norte, de praticamente 30 para 1, embora a hiperpotência não tenha condições de mobilizar mais que uma reduzida fração dos seus 30 somente para atuar em sua própria área de influência direta. Entretanto, também no continente, há uma convicção de que essa proporção seria revertida no terreno local em caso de um eventual ataque. Na América do Sul, excluindo as relações tensas entre os países que integravam a Grã-Colômbia, os demais Estados têm não apenas estratégias regionais, mas também táticas somente defensivas. Cada um deles, contudo, preocupa-se com sua integridade territorial e a propriedade efetiva sobre suas riquezas, o que deve fazer com que a estratégia de segurança nacional do Brasil, por exemplo, enfatize a defesa de três pontos do território: a Bacia de Santos, em que se localizam as reservas petrolíferas do pré-sal, que chegam aos limites da zona marítima especial de exploração econômica reconhecida pela ONU; a região amazônica, com suas reservas de biodiversidade e de mananciais de água, possivelmente objeto mais evidente da cobiça internacional; e as fronteiras porosas no entorno de todo o território, atualmente utilizadas pelos fluxos do contrabando e do tráfico. A primeira, a zona do pré-sal, dependerá de táticas ofensivas, com o emprego da força, eventualmente até contra rivais militarmente mais fortes, para preservar a provável futura maior fonte de riquezas do país. A segunda, a bacia amazônica, envolve o emprego de táticas defensivas isoladamente e, ofensivas, combinadas com os diversos vizinhos, principalmente a Colômbia e a Venezuela; caso o Estado colombiano, ou algum outro, não consiga participar da defesa da floresta, episodicamente, podem ser concertadas alianças com forças infraestatais de um daqueles países. O fortalecimento das fronteiras porosas, encerrando, pode ser feita somente com táticas defensivas, concertadas com os vizinhos, e o emprego de tecnologias sofisticadas, para evitar a impressão de uma postura agressiva na região, o que seria prejudicial aos interesses econômicos tanto do Brasil quanto dos seus parceiros do Mercosul¹³⁸.

¹³⁸ No capítulo 5 procuraremos sugerir a necessidade de conceitos e modelos para a análise articulada dos planos de paz e de guerra para uma análise mais aprofundada das conjunturas internacionais do século XXI e para a formulação de políticas externas realistas eficazes.

Capítulo 5

Satisfação e desesperança na nova ordem

“Da tísica dizem os médicos que, a princípio, é fácil de curar e difícil de conhecer, mas, com o correr dos tempos se não foi conhecida e medicada, torna-se fácil de conhecer e difícil de curar. Assim se dá com as coisas do Estado: conhecendo-se os males com antecedência, o que não é dado senão aos homens prudentes, rapidamente são curados”.

Maquiavel
(*O príncipe*)

As reflexões precedentes sobre as globalizações, a guerra e as mudanças pelas quais passa o Estado revelaram o crescimento dos paradoxos teóricos, o aumento do número de casos que escapa tanto aos modelos explicativos unidimensionais – como os internacionalismos liberal e proletário – quanto aos bidimensionais – como o realismo e o racionalismo –, em virtude da progressiva importância da *zona cinzenta* não compreendida por qualquer soberania, mas também não exclusivamente sujeita à violência. Apesar de seus limites para dar conta da terceira dimensão, essas abordagens têm o mérito de propor explicações ordenadas a respeito das aparentemente caóticas situações internacionais, buscando a lógica que orienta o comportamento dos Estados e suas interações contraditórias.

A abordagem unidimensional liberal de John Rawls, por exemplo, classifica os atores da cena internacional segundo suas afinidades com o republicanismo liberal em cinco tipos: povos liberais razoáveis, povos decentes, absolutismos benevolentes, Estados fora da lei e Estados sob o ônus de condições desfavoráveis. Já a teoria do imperialismo, organizando seu entendimento segundo critérios econômicos e da luta entre classes sociais, separa o planeta entre um mundo supostamente livre da exploração do homem pelo homem e um outro mundo em que a exploração sobrevive, dividido entre exploradores e explorados, ou Centro e Periferia. Com base nesses enfoques unidimensionais, tomando um tipo de organização política como

referência hierárquica superior, todos os Estados podem ser rapidamente identificados como pertencentes a uma das categorias citadas: povos liberais razoáveis ou Estados socialistas, Estados fora da lei ou Centros de exploração mundial dos poderosos sobre os oprimidos. Como visto anteriormente¹³⁹, esses dois enfoques são revolucionários, na medida em que pretendem reformar o estrangeiro (os “bárbaros”) à imagem da sociedade ideal tomada como referência (os “civilizados”). Ambas legitimam moralmente o uso da violência com essa finalidade, pois a generalização dos povos liberais razoáveis ou dos Estados socialistas seria a chave para a aposentadoria da violência. O liberalismo rawlsiano, por isso, retorna à noção de *guerra justa*, enquanto o internacionalismo proletário leniniano proclama a inevitabilidade da revolução para a erradicação das classes sociais, pré-condição para a construção de uma sociedade igualitária e pacífica.

Para Rawls, com efeito, embora intrinsecamente pacífico, o liberalismo, como “teoria ideal”, existe e age num mundo real, que comporta uma “teoria não-ideal”, para resolver os problemas práticos da convivência com sociedades hierarquicamente inferiores, submetidas a Estados onerados e até fora da lei, que se recusam a “aquieter a um Direito dos Povos razoável” e procuram impor-se por força da guerra, o que exige a vigilância constante e reações de defesa da mesma natureza.

Quando uma sociedade liberal guerreia em autodefesa, ela o faz para proteger e preservar as liberdades básicas dos seus cidadãos e das suas instituições políticas constitucionalmente democráticas. (RAWLS, 2004, p. 119-120)

O princípio de que as sociedades liberais razoáveis só recorrem à guerra de autodefesa de seus cidadãos e das suas liberdades básicas faz com que Rawls preocupe-se em definir os limites do emprego da violência na guerra, o *jus in bello*, conforme o qual esses Estados jamais deveriam proceder a guerras de conquistas, territoriais ou de riquezas, nem deveriam se utilizar de recursos técnicos que pudessem ir além do objetivo moral da autodefesa.

Já a revolução social e seu desdobramento no plano externo, a guerra anti-imperialista, ou o emprego ofensivo da violência para a erradicação das desigualdades econômicas e a transformação da ordem política interna e da internacional, é vista por Lênin não apenas como uma forma moralmente justificada de defesa contra

¹³⁹ No capítulo 1.

a espoliação, mas como a única maneira de liberar o desenvolvimento das forças produtivas das travas das relações de produção burguesas. Trata-se, para ele, portanto, de um imperativo para a continuidade do progresso e o aperfeiçoamento da vida em comum. A revolução, porém, por se dirigir contra o liame entre o Estado, como centro organizado de dominação pela violência física legítima, e a propriedade privada, razão última da defesa da ordem pelos beneficiários do sistema, não pode se deixar limitar no emprego da força contra a injustiça. Em oposição a ela, desenvolve-se uma contra-revolução, aferrada à defesa das formas de convivência consagradas e da propriedade, que também não opera com limites para alcançar sua finalidade, a preservação ou a restauração da velha ordem. A dialética da relação entre ambas fomenta uma espiral crescente e ilimitada de recursos recíprocos a formas cada vez mais duras de coação e intimidação. Apesar dos seus pressupostos diferentes, a defesa das liberdades ou a luta pela igualdade, e de admitirem ou não limites no emprego da força para atingir seus fins, essas duas abordagens revolucionárias unidimensionais oferecem visões coerentes, e contrapostas entre si, do conjunto dos eventos internacionais e mesmo das situações aparentemente caóticas de transição – guerras de defesa dos valores individuais, que promovem a civilização, ou revoluções com a finalidade última da erradicação das desigualdades.

As análises bidimensionais, diversamente, colocam entre parênteses as preferências ideológicas e as formas de organização política internas, como fatores secundários para a compreensão dos conflitos internacionais. Buscam a compreensão destes no âmbito de um sistema autônomo, formado pela competição entre monopólios legítimos da violência ameaçadores uns em relação aos outros. O sistema internacional e o interno, conforme o neorrealista Kenneth Waltz, por exemplo, formariam estruturas próprias. Os princípios que ordenariam cada estrutura interna seriam específicos, mas cada uma delas seria uma unidade da estrutura internacional e, nela, todas as unidades desempenham funções da mesma natureza, ou seja, atuam como atores autônomos em interação, mas com capacidades distintas, isto é, com maior ou menor influência sobre as hierarquizações temporárias do sistema. Os diferentes regimes políticos, desse modo, conviveriam no interior do sistema internacional, mas sob uma competição ameaçadora à própria sobrevivência, não devido às suas diferenças institucionais, porém conforme suas capacidades ou as correlações de poder entre eles. O risco é a assimilação por uma unidade universal supranacional ou a

desintegração em função das pressões das soberanias menores, nacionais antagônicas. As ameaças aos Estados teriam origem na força real ou potencial dos demais, não na ideologia que confere sentido a suas vidas internas.

As unidades de um sistema anárquico são funcionalmente indiferenciadas [...] Como eu assinalei anteriormente, estrutura é um conceito muito, mas não totalmente, abstrato. O máximo de abstração permite um mínimo de conteúdo, e esse mínimo é o que é preciso para permitir-nos dizer como as unidades se posicionam umas em relação às outras. Os Estados são colocados diferentemente segundo o seu poder. E, no entanto, podemos perguntar-nos por que motivo apenas a *capacidade* é incluída na terceira parte da definição, e não características como ideologia, forma de governo, paz, belicosidade ou qualquer outra. A resposta é esta: o poder é estimado pela comparação das capacidades de certo número de unidades. Embora as capacidades sejam atributos das unidades, a distribuição das várias capacidades não o é. A distribuição de capacidades não é um atributo de uma unidade circunscrita, mas um conceito de sistema alargado. (WALTZ, 2002, p.137-138)

O sistema internacional é de autoajuda, para Waltz, como visto anteriormente¹⁴⁰, situando-se num ambiente anárquico, sem regras ou normas reguladoras, em que nenhum Estado conta com outra proteção além da própria vontade e organização para sobreviver, no qual cada um conta somente consigo próprio para cuidar da sua segurança, numa situação de ameaça permanente à sua existência, compondo um quadro “de alto risco”, em que o custo da liberdade é a luta, ou a preparação contínua para ela, contra os concorrentes.

Na anarquia, a segurança é o fim mais importante. Apenas se a segurança for assegurada é que os Estados podem com segurança procurar outros objetivos como a tranquilidade, o lucro e o poder. (WALTZ, 2002, p. 176).

A diferenciação entre os Estados segundo suas capacidades de poder significa que, embora desempenhem funções soberanas semelhantes, eles exercem papéis diferentes na estrutura internacional em conformidade com sua força; enquanto para os mais fortes a luta pela segurança confunde-se com a busca da supremacia sobre os concorrentes dentro do sistema, para os mais fracos o empenho pela segurança e sobrevivência passa pela busca de proteção mediante alianças políticas ou o socorro conforme a habilidade em usar a força de terceiros em seu favor, pois não podem conformar-se com a ameaça perpétua à sua própria existência. As alianças

¹⁴⁰ No capítulo 2.

podem ser com as potências mais fortes ou com um grupo de potências mais fracas, cuja soma de forças pode funcionar como contrapeso às pressões das maiores.

Os comportamentos de aliar-se ao mais forte e de balançar contrastam claramente. Internamente os candidatos perdedores compartilham a sorte do vencedor [...] Externamente, os Estados trabalham muito para aumentar a sua própria força, ou aliam-se a outros, se estão a ficar para trás. Numa competição pela posição de líder, o esforço de balanço é um comportamento sensato onde a vitória de uma coligação sobre outra deixa os membros mais fracos da coligação vencedora à mercê dos mais fortes. Ninguém quer que os outros ganhem; nenhuma das grandes potências quer que uma delas se torne líder das outras. (WALTZ, 2002, p. 175)

Para ele existem, portanto, além de dois tipos de estrutura, duas modalidades de lógica, a interna e a externa. Esta se daria em cima das balanças de poder, em que os Estados-parte do sistema responderiam conforme suas potencialidades e projetos aos mesmos efeitos sistêmicos, oportunidades ou constrangimentos oriundos da estrutura. Embora sejam possíveis respostas diversas e haja um movimento de transição no interior do sistema internacional, este seria passível de compreensão em função de os Estados atuarem segundo a lógica da busca da sobrevivência no interior de um quadro anárquico e, por conseguinte, de “alto risco”.

A ideia dos balanços de poder como norteadores das relações internacionais, contudo, foi definida de maneira mais sistemática por Martin Wight, em *A política do poder*, obra esboçada em 1946 e republicada, na sua versão final, em 1979, mediante a incorporação de outros textos e a edição de Hedley Bull. Nela se encontra o modelo interpretativo mais acabado e articulado para a interpretação do sistema internacional como um campo de forças, da interação de potências em disputa, constituindo um sistema, à maneira do construído pela Astronomia para a compreensão do universo, a partir do princípio da configuração de poder, ou equilíbrio de poder, como um amplo sistema de pressões e contrapressões, de pressões contrapostas que constituem as conjunturas. Trata-se, portanto, de um campo da realidade e de um objeto de estudo referido a uma situação histórica precisa, decorrente da dissolução da cristandade medieval e da emergência do moderno Estado territorial, a partir do sistema interestatal da Ordem de Westphalia. Os fatores considerados para compreender as situações de encenação de poder a partir da confrontação de forças real ou potencial são, num primeiro plano, de natureza militar, diplomática e econômica.

A configuração de poder leva a considerações a respeito de estratégia; o equilíbrio de poder leva a considerações a respeito do potencial militar, da iniciativa diplomática e do poder econômico. A idéia de equilíbrio surge naturalmente ao considerarmos qualquer relacionamento entre unidades humanas, grupos ou instituições em competição: referimo-nos aos 'pesos' e 'contrapesos' de uma constituição, ou do equilíbrio dos partidos num parlamento. Mas a concepção do equilíbrio do poder pertence especialmente à política internacional. (WIGHT, 2002, p. 167)

Considerando ainda mais de perto os elementos que definem o poder das potências e que podem, portanto, ranqueá-las numa escala que vai da mais às menos poderosas, Wight escreveu que, embora os fatores militares e estratégicos sejam decisivos, é preciso considerar também as dimensões e localização do território, o tamanho, a educação e o grau de adesão da população a seus governantes, como também os fatores econômicos, não apenas porque a indústria é fundamental para a montagem das maquinarias de guerra, mas também porque a produtividade da força de trabalho influi sobre o grau de satisfação da vida dos governados e a coesão em torno do Estado e de seus projetos estratégicos.

O poder que faz uma 'potência' é composto de muitos elementos. Seus componentes básicos são o tamanho da população, posição estratégica e extensão geográfica, recursos econômicos e produção industrial. Temos de acrescentar a esses últimos, elementos menos tangíveis, tais como a eficiência administrativa e financeira, o aprimoramento educacional e tecnológico e, acima de tudo, a coesão moral. (WIGHT, 2002, p. 5)

Como a política internacional é a política de potência (ou política de poder), ele criou um modelo de classificação das potências, definindo-as segundo sua capacidade de sobrevivência autônoma e de influência sobre as demais, com interesses gerais sobre todo o planeta, ou limitados, regionais ou de mera sobrevivência, como potências dominantes, grandes potências, potências mundiais e potências menores, dedicando a cada uma delas um capítulo da *Política do poder*, não deixando dúvidas acerca de em que categoria lançar qualquer potência de qualquer momento da história, não a partir de considerações internas e, portanto, subjetivas, mas externas, que obedeceriam a um padrão racional, ou objetivo, de definição e ranqueamento, com um modelo teórico de fácil aplicação e alta eficiência explicativa.

Embora incluindo como fatores de análise um número limitado de determinações, o que pode resultar em distorções, os paradigmas uni e bidimensional da polí-

tica internacional criaram modelos práticos coerentes internamente e eficientes para as análises conjunturais. Utilizando-os, pode-se atribuir um lugar a cada uma das unidades do sistema e explicar, de acordo com o paradigma, seu comportamento externo. É recomendável, portanto, que uma abordagem tridimensional das questões internacionais, como a que estamos propondo aqui, embora com um número maior de determinações e variáveis, também seja capaz de formular um modelo interpretativo simplificado. Não estamos, porém, propondo um novo paradigma, mas somente indicando a sua necessidade e fazendo algumas sugestões de aspectos que deveriam ser levados em conta pelos interessados em desenvolvê-lo, conferindo-lhe o necessário formato teórico. Por isso, as proposições seguintes também não devem ser consideradas como um modelo acabado, mas como sugestões e subsídios para sua construção.

Os tabuleiros da análise

A relevância assumida pela terceira dimensão com as globalizações para a interpretação das questões internacionais significa que todos os Estados, cada um conforme suas características internas, adéquam-se a ela, mas nenhum, por maior que seja o seu poder, tem condições de formatá-la ou permanecer incólume às influências externas. A análise das conjunturas internacionais posteriores à Guerra Fria, da mesma forma que a proposta de modelo que sugeriremos a seguir, exige que se levem em conta ao menos quatro esferas com dinâmicas autônomas: a militar, a econômica, a social e a ecológica. Cada uma delas obedece a uma lógica própria, tem ritmos diferentes, motivos específicos e se exerce de uma maneira distinta, embora elas se inter-relacionem e se interdeterminem. Essas lógicas se superpõem e se articulam numa lógica maior, que é a do sistema, combinando-se de maneira aleatória na formatação das correlações de forças, que não são apenas militares, mas envolvem os domínios do poder, da riqueza e do saber, e fazem emergir outros atores além dos estatais, como alguns superestatais e mesmo infraestatais, como Organizações Não Governamentais - ONGs, e supranacionais, como grandes grupos empresariais. Dependem, em última instância, da capacidade de dissuasão pela força, mas também da capacidade de convencer e definir regras para as trocas comerciais. Dependem, em certas circunstâncias cada vez mais limitadas, da intimidação

física, mas também da possibilidade de intercâmbios que ofereçam segurança a todos os parceiros e a possibilidade de ganhos em termos do desenvolvimento econômico e/ou social de cada um. O mundo globalizado, de generalização das trocas – de mercadorias, serviços e conhecimentos –, de redução das distâncias e dos preços de transporte – em que não apenas produtos, mas também pessoas, dispõem de meios para circular e se realocar –, de compartilhamento tecnológico – em que a introdução das novas tecnologias e dos novos padrões de produtividade tornam-se um imperativo geral – e de comunicação instantânea em mãos de conglomerados de mídias – em que as informações e sensações dos espetáculos globalizados irrompem de forma continuada fronteiras adentro –, costuma provocar também danos ambientais gerais, que afetam a possibilidade de perpetuação da vida humana em todo o planeta e a rápida mobilização de populações ou de frações da opinião pública interna, independentemente dos mecanismos de controle das soberanias locais.

No quadro emergente da ordem pós-Guerra Fria, a força militar ainda conta, mas já não é suficiente para convencer os demais atores do sistema a adotarem comportamentos diferentes dos decididos no interior de suas unidades, aí incluídas as estatais. A capacidade de estimular o progresso econômico, oferecendo mercados ou tecnologias, passou a ser um motivo importante da cooperação supranacional e até da interestatal, mas ela também não é suficiente para produzir relações pacíficas interpovos. A comunicação instantânea pode gerar problemas internos de difícil controle pelas unidades estatais ou seus governos. O progresso e a informação sobre as condições de vida no exterior causam, ainda, movimentos migratórios. E a lógica da reprodução ampliada dos capitais, à qual estão subordinadas as economias locais e seus Estados, gera problemas ambientais crescentes, que ameaçam, na maioria das vezes, não apenas as formas de vida locais, mas a possibilidade da vida no planeta. Apontando para a dificuldade de compatibilizar, num único sistema de análise, essas variadas determinações, no artigo “Um novo estado do mundo”, Ignacio Ramonet, as sintetizou em três grupos – o militar, o econômico-comercial e o ecológico-social –, ou os “três tabuleiros de xadrez sobre os quais se joga o nosso futuro”.

Entre esses três tabuleiros de xadrez as articulações são aleatórias. Frequentemente evidentes, às vezes inexistentes, e, em certos casos, enigmáticas. (RAMONET, setembro de 2006)

Para ele, cada um desses três tabuleiros representa um tipo de ordenamento internacional. O militar aponta para a existência de uma ordem unipolar, em que os Estados Unidos despontariam como única potência dominante, ou superpotência. O econômico e social sugeriria um mundo multipolar, regido pelas regras de instituições interestatais, como Banco Mundial, FMI e OMC, em que contracenariam com os EUA, a União Europeia, o Japão e a China, com os novos atores supranacionais. No tabuleiro ecológico e ambiental, finalmente, despontaria uma situação internacional anárquica, não sujeita a leis, em que predominariam perigos variados e o caos. Ele localiza nesse tabuleiro os problemas ambientais crescentes decorrentes do efeito estufa ao derretimento das calotas polares, os acidentes com usinas nucleares ou nos poços de extração de petróleo, a disseminação da AIDs e outras pandemias, além do retorno de doenças que estavam controladas, como o sarampo, assim como fenômenos produzidos pela globalização da pobreza e da exclusão social, as novas e explosivas correntes migratórias, o ressurgimento da xenofobia e o agravamento do racismo nos países centrais. Ou, como o próprio autor descreve cada um desses três tabuleiros, numa citação longa, mas inevitável:

O militar, onde dominam os Estados-nações, condicionados pelo fator territorial e pelos ciclos eleitorais curtos (o que os torna pouco aptos a abordar os problemas planetários e de longo prazo). Aqui a supremacia dos EUA é total, assim como sua vontade de impor um mundo unipolar;

O econômico e comercial, onde funcionam em regime integral as lógicas da globalização definidas pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Onde reinam as empresas privadas e os interesses financeiros em uma multiplicidade de trocas que deixa entrever a perspectiva de um mundo multipolar;

O ecológico e social, onde se acumulam problemas em três níveis relativos ao meio ambiente (alteração climática, efeito-estufa, poluição, desmatamento, água potável, biodiversidade); à necessidade de novas regras internacionais (para lutar contra a injustiça da ordem mundial que alimenta as tensões internacionais, para gerenciar as migrações, a utilização de transgênicos, a propriedade intelectual, pesquisas genéticas, evasão fiscal e delinquências modernas). E também o destino das populações da Terra (África, pandemias, miséria, desigualdades quanto ao acesso à Internet, grandes aglomerações, fome, educação, trabalho, catástrofes naturais, onde predominam pobreza, desordens, perigos e caos). (RAMONET, setembro de 2006)

Em função da complexidade das combinatórias desses tabuleiros é que se deveriam explicar, segundo ele, as causas e consequências de três fenômenos-

chave para a compreensão da conjuntura internacional, que enuncia como três observações gerais: o incandescente e imutável conflito israelo-palestino; a ascensão da Ásia e de dois novos gigantes, China e Índia; e a persistência da questão nuclear, apesar do fim da Guerra Fria. Para Ramonet, o “fenômeno central” da nossa época, a globalização, que deveria levar à interdependência e à cooperação, ainda não conseguiu influir sobre os enfrentamentos herdados da Guerra Fria, e agravados no Oriente Médio. Aparentemente, apesar das tecnologias, das novas racionalidades, dos direitos humanos e dos imperativos do progresso econômico, nada consegue alterar o caráter aparentemente arcaico – de “disputas territoriais, tensões oriundas de nacionalismos e fervor religioso” –, de questões importantes até o século XIX mas que atravessam o XXI, como uma espécie de estopim que, aceso, se espraia pelo rastilho de pólvora nas linhas de cisão civilizacional, pela Ásia Central, Sul da Ásia e Sudeste Asiático, agravando os ressentimentos em torno do islamismo. Sua segunda observação geral diz respeito à nova importância estratégica da Ásia.

É lá que se está desenrolando em grande parte o destino do século XXI, devido ao crescimento dos dois gigantes, Índia e China. E tendo em vista que os perigos de conflitos entre China e Taipé, Coréia do Norte e Japão, Índia e Paquistão, não são de se menosprezar (RAMONET, setembro de 2006).

Segundo Ramonet, ainda, devem ser levados em conta também os problemas da África subsaariana, que convive com tragédias como a miséria extrema e as emigrações clandestinas, com efeitos explosivos não apenas locais, mas também externos. Sua terceira observação alerta para o fato de que a tensão nuclear do período bipolar também não se extinguiu com a Guerra Fria, mas, pelo contrário, generalizou-se, assim como os riscos ambientais, alertando que os membros, formais ou informais, do clube atômico ampliaram-se, cercando exatamente as linhas de cisão civilizacional.

A guerra nuclear torna-se novamente uma das duas maiores ameaças que pesam sobre o mundo (a outra é a catástrofe ecológica). Israel que, durante os recentes combates [no Líbano, tendo como alvo o Hezbollah, e na Faixa de Gaza, contra o Hamas], penou para impor-se claramente através de meios militares convencionais, possui armamento nuclear. No entanto, não aderiu ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), do mesmo modo que dois outros Estados rivais: o Paquistão e a Índia. Não longe deste teatro, três potências nucleares investiram militarmente e fracassaram: os EUA, o Reino Unido e a Rússia. As duas primeiras no Iraque e no Afeganis-

tão e a terceira na Chechênia. [...] Ainda que os perigos de conflito nuclear existam em outros lugares – Península Coreana e Estreito de Taipé –, na zona que se estende das fronteiras ocidentais da Índia até o Canal de Suez concentra-se o arsenal mais devastador de todos os tempos. (RAMONET, setembro de 2006)

Um sistema unimultipolar?

A globalização provocou também a regionalização, substituindo antigas relações de competição militar, entre vizinhos hostis, por contemporâneas relações de cooperação econômica, entre vizinhos novos amigos, inclusive com a formação de entidades continentais ou subcontinentais inspiradas na União Europeia e na amizade recente entre França e Alemanha. Essa alteração fortaleceu ainda mais as estratégias de defesa das potências médias regionais e pequenos Estados que, deixando de se sentir ameaçados pelos vizinhos, passaram a concentrar esforços e juntar forças com eles contra as ameaças extrarregionais, o que limitou o poder de influência das grandes potências, com interesses em todo o planeta. Ou seja, a nova realidade econômica mundial produziu, como corolário, o fortalecimento das defesas, que já eram, por definição, a forma predominante da guerra, contra os ataques, minando as estratégias unilaterais corporificadas, dentre outros, pelo projeto neoconservador. Por isso, um modelo interessante para o diálogo visando a construção de uma tipologia de interpretação tridimensional é o desenvolvido pelo realista Samuel Huntington, denominado sistema unimultipolar, um neologismo criado por ele em textos como “A superpotência solitária”, de 1999.

Embora ainda pautado por um enfoque bidimensional, baseado na contraposição entre os interesses externos dos EUA e a realidade do mundo exterior, neste artigo Huntington procurou alinhar elementos para uma estratégia americana consciente de sua supremacia militar e econômica mas, ao mesmo tempo, ciente também de que o mundo se tornara bem mais complexo, o que exigiria uma postura estratégica baseada no princípio das correlações de forças, que dependeria, além da disposição de usar a força, quando isso fosse imprescindível, a determinação de compor alianças em cada região do planeta, para viabilizar os projetos globais dos EUA.

A secretária de Estado Madeleine K. Albright chamou os Estados Unidos de ‘a nação indispensável’ e afirmou que ‘nos erguemos acima

de todo o mundo e por isso enxergamos mais longe que as outras nações'. Essa afirmação é verdadeira no sentido restrito de que os EUA são um participante indispensável em qualquer esforço para a solução dos grandes problemas globais. Mas é falsa ao implicar que as outras nações seriam dispensáveis – afinal, os EUA necessitam da cooperação de outras potências para lidar com qualquer questão de maior vulto. (HUNTINGTON, 12/3/1999, p. 24)

Conforme Huntington, e aparentemente não existe qualquer outro autor, de qualquer filiação teórica, que ouse colocar isso em dúvida, os EUA transformaram-se num ator dentro do sistema sem o qual seria impossível a solução de qualquer problema com repercussões internacionais, o único capaz de propor soluções para as crises regionais com efeitos globais. Nesse sentido tornaram-se “imprescindíveis” e o único ator com autoridade moral e retaguarda militar para propor soluções planetárias. Entretanto, diferentemente dos neoconservadores, Huntington defende a ideia de que os EUA, embora imprescindíveis, não seriam suficientes para resolver todos os numerosos e complexos problemas de um mundo em processo de globalização. Os encaminhamentos unilaterais seriam entendidos como coercitivos e arrogantes pelos virtuais aliados, e poderiam levar os EUA ao isolamento e a uma sucessão de derrotas em diversas partes do mundo. Levando em conta a combinação de sua imprescindibilidade com sua insuficiência, os EUA precisariam compor parcerias, ou alianças, em cada uma das regiões do planeta, compartilhando responsabilidades e esforços. Para realizar isso, a estratégia norte-americana precisaria considerar que a globalização também produziu regionalismos, como se o sistema global fosse composto por subsistemas regionais, com um equilíbrio de poder interno e lógicas interativas próprias entre os pleitos econômicos e políticos de seus integrantes, enfim lógicas específicas que deveriam ser levadas em conta para a formulação das políticas de alianças.

Hoje, os dois principais instrumentos de coerção a que os americanos vêm recorrendo são as sanções econômicas e a intervenção militar. As primeiras, contudo, só funcionam quando apoiadas por outros países, o que vem ocorrendo com frequência cada vez menor. E, em consequência, os Estados Unidos ou aplicam as sanções de maneira unilateral, em detrimento de seus interesses econômicos e do bom relacionamento com os aliados, ou desistem de colocá-las em prática, o que faz delas símbolos da fraqueza americana. (HUNTINGTON, 12/3/1999, p. 24)

O sistema unimultipolar descrito por ele é, ao mesmo tempo, unilateral – pois só há uma grande potência com alcance planetário e porque os EUA, ao final da Guerra Fria, emergiram como a única superpotência do planeta, imprescindíveis em quaisquer locais – e também multilateral, já que a superpotência precisa de aliados em todas as regiões do planeta, escolhidos em conformidade com as preferências internas dos virtuais parceiros e as conjunturas regionais.

Evidentemente os Estados Unidos são o único Estado com preeminência em todos os domínios – econômico, militar, diplomático, ideológico, tecnológico e cultural –, e dotado do poderio e da capacidade de defender seus interesses em praticamente todas as regiões do mundo. (HUNTINGTON, 12/3/1999, p. 23)

Para exercer seu domínio em cada região do planeta, os EUA precisam compor alianças locais, que podem ser realizadas com o que Huntington chama de “grandes potências regionais” ou, quando isso não for possível, com as potências regionais secundárias, que rivalizam em liderança com as grandes regionais, podendo também constrangê-las de baixo para cima. Para ele, portanto, os subsistemas regionais também têm uma estrutura de equilíbrios, pressões e contrapressões, que adicionam cartas às opções estratégicas da única superpotência mundial. Por isso, para ele, num plano imediatamente abaixo do da superpotência mundial, localizam-se as grandes potências regionais e, abaixo delas, as potências secundárias que, eventualmente, podem constituir opções de coalizões¹⁴¹.

Num plano secundário encontram-se as grandes potências regionais que são proeminentes em regiões limitadas do planeta e não possuem a capacidade para estender seus interesses em âmbito global

¹⁴¹ Este texto permitiria uma representação gráfica do sistema pós-Guerra Fria huntingtoniano como composto por oito subsistemas regionais, embora ele não trate da América do Norte como uma das regiões, que funcionariam assim:

Quadro 4: Sistema unimultipolar pós-Guerra Fria

Região	Grande potência regional	Potência secundária
América do Norte	Estados Unidos	Canadá ou México
Europa	Condomínio franco-germânico	Reino Unido
Eurásia	Federação Russa	Ucrânia
Leste da Ásia	China ou Japão	Japão ou Coreia do Sul
Sul da Ásia	Índia	Paquistão
Sudoeste da Ásia	Irã	Arábia Saudita
África subsaariana	África do Sul	Nigéria
América Latina	Brasil	Argentina

como os EUA. Esse grupo inclui o condomínio franco-alemão na Europa, a Rússia na Eurásia, a China e potencialmente o Japão no Leste Asiático, a Índia no Sul da Ásia, o Irã no Sudoeste Asiático, o Brasil na América Latina, e a África do Sul e a Nigéria na África. Num terceiro nível estão as potências regionais secundárias, cujos interesses muitas vezes não são coincidentes com os dos Estados regionais mais poderosos. Este é o caso da Grã-Bretanha em relação à Alemanha e França, da Ucrânia perante a Rússia, do Japão frente à China, da Coreia do Sul em relação ao Japão, do Paquistão diante da Índia, da Arábia Saudita em relação ao Irã, e da Argentina diante do Brasil. (HUNTINGTON, 12/3/1999, p. 23)

O modelo proposto por Huntington, evidentemente, é um esquema abstrato, preocupado somente com os lineamentos mais gerais, aqueles que poderiam fornecer alternativas suficientes à formulação da política externa americana. Levando em conta os critérios político-militares e econômicos, ele deixa subentendidos outros critérios relevantes da abordagem geopolítica, como população, área territorial e localização geográfica. Entretanto, para que seu modelo seja capaz de abranger um volume maior de casos empíricos, é preciso retificá-lo em ao menos quatro aspectos principais: o primeiro diz respeito ao próprio neologismo, sistema unimultipolar, os outros três referentes à complexidade maior de cada subsistema, à quantidade de subsistemas, pois os oito propostos não bastam para compreender a diversidade de determinações, e à rigidez do sistema huntingtoniano que, ao enfatizar o relacionamento da hiperpotência com os subsistemas regionais, não dá conta das articulações e inter-relações entre as regiões vizinhas.

Ao descrever seu sistema como unimultipolar, Huntington privilegiou as questões econômicas e militares, mas destas considerou apenas as relativas aos armamentos convencionais, olvidando os arsenais atômicos e a distribuição de poder resultante disso. Efetivamente os EUA são a única potência militar convencional, considerando seu orçamento militar anual inicial da ordem de US\$ 708 bilhões para o ano de 2011, reduzido em fevereiro, em US\$ 37 bilhões, para US\$ 671, ou, como já vimos, tendo respondido isoladamente, em 2009, pelo equivalente a 46,35% dos gastos militares globais¹⁴². Entretanto, com a vitória na Guerra Fria, os EUA não conseguiram desnuclearizar a Federação Russa ou conter a proliferação dos arsenais atômicos, como os de Israel, Coreia do Norte, Índia e Paquistão. Considerando somente os dois principais arsenais, pois os russos também dispõem de capacidade

¹⁴² No capítulo 4.

de erradicar a vida no planeta, o sistema militar deveria ser mais apropriadamente qualificado por outro neologismo como **unibimultipolar**, uni no que se refere às armas convencionais e o controle dos mares, e bi no respeitante aos arsenais atômicos. A primeira correção de monta ao sistema, portanto, deveria começar pelo seu novo título: unibimultipolar.

Os subsistemas regionais são mais complexos do que o modelo proposto por Huntington, para quem eles seriam constituídos somente por uma grande potência regional e uma potência regional secundária. Na verdade, se formam um sistema, eles funcionam como um jogo jogado por todos os atores regionais, que se organizam em divisões hierárquicas, com disputas e parcerias entre todos eles, para defender sua posição no ranking ou ganhar postos. Comportam, portanto, além das duas principais rivalidades, um sistema de competições e cooperação mais envolvente, com espaços ocupados por todas as contrapartes, que compõe o intrincado equilíbrio geopolítico e geoeconômico. Para dar conta da rede de pesos e contrapesos intrarregionais seria preciso operar também com conceitos que levassem em consideração as rivalidades entre potências secundárias e mesmo pequenos Estados e da efetivação de alianças diretas destes com a hiperpotência, o que amplia as variáveis dos leques de alianças. Mesmo a relação entre a grande potência regional e a secundária, pensada por Huntington como de rivalidade inevitável, uma vez que constituída sobre uma lógica dualista excludente, a rigor, em muitos casos, foi transformada pela globalização econômica numa relação principalmente de cooperação. É o caso, por exemplo, da América do Norte, embora a principal região do globo não tenha sido incluída entre as outras sete exemplificadas por Huntington, onde as relações entre EUA e Canadá são de natureza pacífica e cooperativa. Se, na Eurásia as relações entre Ucrânia e Federação Russa, e no Sul da Ásia, entre Paquistão e Índia, são de competição e ameaças, na América Latina, a corrida entre Argentina e Brasil, com o Mercosul e a Unasul, passou a ser um jogo feito em dupla ou mediante parceria. Entre os casos-limites da cooperação ou conflito, existem várias escalas de situações intermediárias, como as que caracterizam as relações entre Irã e Arábia Saudita, na área chamada Sudoeste Asiático, e entre Japão e China, ou Japão e Coreia do Sul, no Leste da Ásia.

As sete regiões citadas, ou as oito supostas, incluindo a América do Norte, por Huntington são muito amplas e indeterminadas, pensadas mais em termos das

placas tectônicas ou geográficas do que das interações culturais ou políticas, para dar conta da complexidade da realidade mundial. Ao incluir Irã e Arábia Saudita numa região a que denominou Sudoeste Asiático, por exemplo, ele deixou de perceber a especificidade do Oriente Médio e da Ásia Central, relegando ao esquecimento o mundo árabe ou um subcontinente inteiro, a África do Norte. Por isso, determinados Estados foram simplesmente ignorados em sua interpretação, como Israel, Egito, Afeganistão e Iraque. Ele também não incluiu em seu modelo interpretativo outros continentes, como a Oceania e o subcontinente do Sudeste Asiático, o que fez com que deixasse de fora de suas análises conjunturais atores internacionais relevantes como a Austrália, a grande potência da Oceania e participante de todas as guerras do século XXI, a Indonésia, o mais populoso país muçulmano do mundo, e o Vietnã, vencedor da guerra mais emblemática já travada pelos EUA e participante de uma guerra inter-países comunistas com a China.

A divisão entre os subsistemas regionais de Huntington, por sua vez, é também excessivamente rígida, porque ele os pensa somente do ponto de vista das relações bilaterais de cada um dos Estados com os EUA, desconsiderando suas interações com os Estados vizinhos, como se a identidade de cada país se definisse somente em virtude de sua relação com a superpotência e não também a partir de suas interações regionais. Enfatizando as relações verticais, descendentes ou ascendentes, seu sistema não consegue dar conta, portanto, das projeções horizontais e concêntricas de poder nos continentes e seus entornos. Uma observação mais atenta dos cenários regionais e inter-regionais revela que determinados Estados, embora do ponto de vista físico, possam localizar-se num determinado continente, sob o ângulo político, ou geopolítico, econômico, ou geoeconômico, e cultural, ou geocultural, integram também as realidades regionais e dos subcontinentes vizinhos. São os casos, por exemplo, da Federação Russa que, embora possa ser parcialmente inserida na Europa Oriental do ponto de vista geofísico, atua na Ásia Central e tem até a sua unidade territorial ameaçada pela radicalização islâmica dos vizinhos do Sul; ou da Turquia, cuja identidade geográfica e cultural se esfacela entre suas ações ao Noroeste, para integrar, como Estado enjeitado, a União Europeia, e como referência de instituições republicanas islâmicas para o Oriente Médio. A partir desse mesmo núcleo de pensamento, pode-se dizer que o Irã é tanto uma potência da Ásia Central como do Oriente Médio, o Paquistão, uma potência tanto sul como centro-

asiática, e o Egito, uma potência tanto médio-oriental quanto norte-africana. Esses Estados podem ser chamados de “anfíbios” ou “divididos” (como os denomina Arnold Toynbee), por se inserirem nas conjunturas políticas de duas regiões distintas, uma nova categoria, que tornaria o modelo de Huntington mais flexível e abrangente. O mesmo fenômeno dos Estados anfíbios pode ser percebido em todas as regiões, ou subsistemas, da política mundial, e são exatamente essas articulações que mostram como os problemas infra-regionais podem se tornar inter-regionais e até internacionais, revelando o caráter da novidade representada pelo sistema pós-Guerra Fria. O Vietnã, por exemplo, é uma potência tanto do Extremo Oriente como do Sudeste Asiático; a Austrália, da Oceania e do Sudeste Asiático; o México, da América do Norte e da América Central; a Colômbia, da América do Sul e da Central; a Venezuela, da América do Sul e do Caribe, e assim por diante. O autor de “A superpotência solitária” mostrou acertadamente que o jogo de encaixe é formado por peças articuladas, mas não conseguiu perceber que as peças também são unidades complexas, com subpeças também articuladas, e que elas se relacionam entre si, possibilitando combinatórias muito mais diversificadas.

Dessas considerações resulta que, se o título do sistema *unimultipolar* huntingtoniano poderia ser substituído por *unibimultipolar* e se cada subsistema comporta um grau maior de variáveis e é bem mais complexo que o suposto, o próprio número de regiões poderia ser ampliado. Ray S. Cline, que publicou em 1977, *World power assessment: a calculus of strategic drift* e, em 1983, no Brasil, o artigo “Avaliação do poder mundial”, em quem provavelmente Huntington se inspirou para desenvolver o seu sistema unimultipolar, fala em onze “zonas politectônicas”, que seriam determinadas não apenas pela conformação geológica do planeta, mas, conforme Leonel Itaussu Almeida Mello, em quem nos inspiramos para fazer esse comentário, por um conjunto de elementos, pois “os fatores constantes” da geografia são afetados “pelas condições constantemente mutáveis da situação política, econômica e militar” (MELLO, 1996, p. 77). O próprio Cline tece uma analogia entre a geologia e a política, para traçar as suas zonas politectônicas, mas diz que, enquanto as camadas geológicas profundas movem-se num ritmo lento, de milhares de anos, a movimentação sobre elas das nações e coalizões de nações, determinada pela força da economia, da política e dos balanços de poder, produzem estabilidade, progresso ou destruição numa velocidade significativamente maior.

Há uma notável analogia entre as tendências políticas e estratégicas, de um lado, e a terminologia das descobertas científicas no campo da geologia, de outro. A superfície da terra é feita de um certo número de 'plataformas tectônicas' que contêm continentes inteiros e imensas extensões de leitos marítimos e oceanos circundantes. Essas plataformas continentais flutuam sobre um núcleo interno mais fluido e vêm se deslocando muito lentamente, de um lado para outro, através dos milênios. Notável paralelo do que acontece quando essas plataformas se encontram e se separam pode ser visto na estrutura muito mais rápida de tempo dos deslocamentos das tendências internacionais de poder. A força das nações e dos conglomerados cresce e esmorece de acordo com o ritmo das mudanças econômicas, militares e políticas, produzindo ou o crescimento e a estabilidade, ou o conflito, o desgaste e a destruição. (CLINE, 1983, p. 8)

Cline associa a base última das placas politectônicas à formação geológica do planeta e, por isso, embora elogiando a noção mackinderiana de *Heartland*, vai se distanciar do geógrafo inglês ao definir três *heartlands*, ou “zonas primordiais”, na sua linguagem, a partir dos quais o planeta se estruturaria, o primeiro dos quais corresponderia à Rússia (na época de seu texto ainda União Soviética), enquanto os outros dois corresponderiam aos territórios da China continental e dos Estados Unidos. Cline, portanto, descentralizou a noção de *heartland*, identificando mais dois: um no crescente interno mackinderiano (a China) e, o outro, no crescente externo (os EUA) ¹⁴³. No entorno das “zonas primordiais”, ele agrupou as oito outras placas politectônicas em dois grupos: as “zonas periféricas ou insulares” (cinco placas) e as “zonas politectônicas marginais” (três placas). As cinco zonas insulares ou placas tectônicas periféricas (em relação às zonas primordiais) seriam decisivas, conceitu-

¹⁴³ As três representações abaixo estão baseadas no Mapa 7 de Ray S. Cline.

Figura 9: Mapa das Zonas Politectônicas Primordiais
Fonte: World Power Assessment (1977, p. 16-17)

almente equivalentes à noção de *rimland* de Spykman, cujo controle levaria ao domínio da Terra.

Tendo escrito seu livro no período da alta Guerra Fria, e tendo participado da direção da CIA e do Departamento do Estado, na época pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos, da Universidade de Georgetown, onde lecionava, apresentou sua concepção com o propósito de contribuir para a definição da estratégia de segurança nacional dos EUA, pois, apesar das vantagens econômicas e institucionais (instituições fundadas na liberdade), ele acreditava que seu país estaria em desvantagem nos arsenais nucleares em relação à URSS, ocuparia apenas uma das zonas primordiais (contra as duas, da URSS e da China). Além disso, o país estaria sendo alvo de “uma guerra de baixa intensidade”, pois os soviéticos, por meio da influência econômica, estariam tentando um cerco do *rimland* periférico pelas “zonas marginais” externas, oferecendo apoio tecnológico e financeiro a países da África (Congo e outras ex-colônias) e América Latina (sobretudo Cuba).

Na terminologia soviética, a década de 1980 será uma época de ‘coexistência pacífica’, quer dizer, toda espécie de guerra ideológica, política, econômica e revolucionária será travada com as sociedades capitalistas sob o guarda-chuva da paridade militar em armas estratégicas. À medida que a Rússia se estender pela Eurásia, África, Américas Central e do Sul, as principais distinções políticas já não serão mais as tradicionais, entre esquerda e direita, mas entre as sociedades pluralistas ou abertas e os Estados totalitários, como a República Popular da China e a União Soviética. [...] *Exige-se uma visão clara do mundo e uma estratégia clara e cooperativa, se quisermos frustrar o plano comunista de obter uma vantagem irreversível na correlação de forças, isto é, uma mudança decisiva no equilíbrio mundial de poder.* (CLINE, 1983, p. 8-9, grifos do autor)

As áreas-pivô, zonas primordiais (ou os três *heartlands*), segundo Cline, seriam estruturantes, nucleares ou decisivas, uma vez que geológica, política, econômica e culturalmente organizariam o planeta a partir delas. Teriam condições, portanto, de buscar o domínio da Terra a partir do controle das zonas insulares. A primeira abrangeria as Américas do Norte e Central – compreendendo das duas costas oceânicas do Canadá ao Canal do Panamá, envolvendo os arquipélagos e ilhas das Antilhas, inclusive Cuba, o quadrante esférico spykmaniano. A segunda, a partir da atual Federação Russa, englobaria a Ásia Central (Mongólia) e se projetaria sobre a Europa Central (Alemanha, Polônia, Áustria, Hungria e Tchecoslováquia). A China, a

terceira área-pivô, compreenderia os “comunistas” Coreia do Norte, Vietnã, Camboja e Laos, ou seja, abarcaria diretamente até a antiga Indochina Francesa.

As cinco zonas periféricas ou insulares, formando os *rimlands* clineanos, que fazem uma espécie de cordão em torno das três áreas-pivô, seriam¹⁴⁴: 1) A Europa

¹⁴⁴ Os cinco mapas a seguir correspondem ao Mapa 8 e ao Mapa 9 de Cline.

Zona IV

Europa Ocidental: dos países Nórdicos, Finlândia e Noruega ao Mediterrâneo, da República Federal da Alemanha ao Reino Unido, passando por Espanha, ou a zona do Atlântico.

Zona V

Oriente Médio: do Marrocos ao Irã, passando por Israel, Iraque, Arábia Saudita etc., do Mediterrâneo ao Golfo Pérsico e mares interiores.

Zona VI

Sul da Ásia: Índia e Paquistão mais os países da região, aos quais ele acrescenta o Afeganistão, região do Oceano Índico.

Zona VII

Sudeste Asiático: Indonésia, Filipinas, Malásia, Cingapura e Tailândia, controle do Pacífico pelo Sul e Centro.

Zona VIII

VIII. Nordeste Asiático: Coreia do Sul, Japão e Taiwan, controle do Pacífico e cunha entre URSS e China.

Figura 10: Mapa das Zonas Politectônicas Insulares ou Periféricas

Fonte: World Power Assessment (1977, p. 18-20)

Ocidental, entre o centro do Mediterrâneo e o Mar do Norte, compreendendo da Grécia e ilhas mediterrâneas até a Grã-Bretanha; 2) O Oriente Médio, do Leste do Mediterrâneo até o Golfo Pérsico, compreendendo a Arábia Saudita, o Irã e toda a África do Norte, do Egito ao Magreb; 3) O Sul da Ásia, formado por Índia, Paquistão, Bangladesh e Sri Lanka; 4) O Sudeste da Ásia, que compreende o Pacífico, englobando Indonésia, Filipinas, Cingapura, Malásia, Tailândia e Birmânia; e 5) O Nordeste da Ásia, constituído pelo triângulo Japão-Coreia do Sul e Taiwan, envolvendo o controle do Pacífico Norte, a interseção entre URSS e China, “segundo a expressão de Herbert L. Matthews, o ‘vulnerável baixo-ventre’ norte-americano”.

As três zonas marginais seriam as mais distantes das nucleares¹⁴⁵, correspondentes às terras distantes do Hemisfério Sul. Apesar das distâncias, porém, elas

¹⁴⁵ Os três mapas abaixo correspondem ao Mapa 10 de Cline.

Zona IX

América do Sul: do Brasil ao Chile e Peru, e da Venezuela e Colômbia à Argentina, com costas para o Atlântico e o Pacífico.

Zona X

África Meridional: do Saara ao Cabo da Boa Esperança (Níger e Mali à África do Sul), envolvendo a conexão entre Atlântico e Índico.

Zona XI

Oceania: Austrália, Nova Zelândia e mais doze países, em meio ao Pacífico Sul.

Figura 11: Mapa das Zonas Politectônicas Marginais
Fonte: World Power Assessment (1977, p. 20-21)

podem ter um papel importante como fornecedoras de matérias-primas para as modernas indústrias (Brasil, Chile e Nigéria, por exemplo, pelos seus minérios de ferro, cobre, prata, nióbio, urânio e carvão) ou alimentos para as grandes populações do Hemisfério Norte (Argentina e Brasil, por exemplo, devido à produção de carne e produtos como a soja). As três zonas politectônicas marginais que, na época, para Cline, estariam sendo objeto de “guerras de baixa intensidade”, são: 1) A América do Sul, um continente com quase 18 milhões de quilômetros quadrados, com costas para o Atlântico e o Pacífico, compreendendo do Brasil ao Chile, e da Colômbia à Argentina; 2) A África Meridional, com mais de 25 milhões de quilômetros quadrados, importante também por fazer ao Sul a ligação entre os Oceanos Atlântico e Índico, que compreende toda a extensão ao Sul do deserto do Saara, do Sudão, Chade e Mauritânia à África do Sul; e 3) A Oceania, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados, incluindo as ricas Austrália e Nova Zelândia.

O critério de dividir o sistema mundial em onze placas politectônicas tem duas virtudes maiores: flexibiliza a tirania geográfica do *heartland* único de Mackinder, evitando o vaticínio de uma inevitável supremacia mundial única e colocando em cena três núcleos estruturantes; e, além das determinações geológicas, leva em consideração também as determinações econômicas e políticas para a definição das zonas politectônicas. Apesar disso, o modelo de Cline padece dos efeitos do ponto de vista sob o qual constitui o sistema mundial, a intenção confessa de orientar a política externa americana, com o propósito de ampliar o domínio das liberdades republicanas, não conseguindo dar conta completamente dos subsistemas que compunham a ordem da Guerra Fria ou compõem o atual sistema internacional. Dentre os reparos que conviria fazer a suas onze zonas, propomos três: no Leste Europeu, na América Central e no Oriente Médio.

Cline separa, por exemplo, o Extremo Oriente (Leste da Ásia) em duas zonas politectônicas distintas, sem apoio na geologia, mas com base em distinções ideológicas. A massa territorial do continente, a China, à qual junta a antiga Indochina Francesa (Laos, Vietnã e Camboja), é distinguida e separada da sua ponta exterior (a Coreia do Sul) e dos arquipélagos da região nordeste (Taiwan e Japão) por um critério político (regimes comunistas e anticomunistas). Esta situação está agora historicamente superada e se diluiu, o que dificulta a percepção de que aqueles países compõem um mesmo subsistema, embora dividido, como veremos logo a seguir.

A junção dessas áreas numa única zona levaria necessariamente a separar da “zona chinesa” e a incluir no Sudeste Asiático a Indochina, o que permitiria entendê-la muito melhor em suas interações complexas com Indonésia e Filipinas. Além disso, por não levar a cultura na necessária conta, ou seja, não considerar as diferenças de língua, valores e de formatação dos respectivos sistemas legais, Cline juntou a América Central e o Caribe na placa estadunidense. Também acreditamos que seria melhor separá-las, em virtude das diferenças de língua, religião e valores que, sob os efeitos da globalização, passaram a pesar em função dos fluxos migratórios. Da mesma forma, subestimando simultaneamente a geologia, a cultura (as nuances do islamismo) e a economia (as questões do petróleo em abundância, da explosão demográfica e das desigualdades extremas), designou como Oriente Médio uma área excessivamente ampla, que seria mais apropriado dividir em três: Ásia Central, África do Norte e, entre ambas, o Oriente Médio propriamente dito.

Feitas essas restrições, ao invés dos oito continentes de Huntington e das onze zonas politectônicas de Cline, propomos a interpretação do sistema internacional, ou unibimultipolar, como composto por treze subsistemas regionais, a saber: 1) América do Norte; 2) América Central e Caribe; 3) América do Sul; 4) Europa Ocidental; 5) Europa Oriental; 6) África Subsaariana ou Meridional; 7) África do Norte ou Setentrional; 8) Oriente Médio; 9) Ásia Central; 10) Sul da Ásia; 11) Leste da Ásia; 12) Sudeste Asiático; e 13) Oceania –, subdivisão que força a visualização de outras grandes potências regionais, como Israel ou o Egito, no Oriente Médio e no Norte da África. Se essa noção de articulação entre sistema e subsistemas for descentrada da referência única à política externa americana e ampliada com a noção de Estados anfíbios ou divididos, que participam das conjunturas de mais de uma região, dando a necessária flexibilidade ao sistema como um todo, de modo que se consiga considerar que mesmo conflitos secundários de um continente têm repercussões sistêmicas, isto conferiria maior precisão às análises sobre as transições de ordem no interior do sistema¹⁴⁶, clareando a questão das decadências e emergências de atores subsistêmicos e sistêmicos¹⁴⁷.

¹⁴⁶ A título de ilustração, sugerimos, somente para correção do modelo de Huntington, um “sistema unibimultipolar”, com Estados anfíbios, para clarear a argumentação.

Figura 12: Mapa unibimultipolar

A utilização da noção de sistema unibimultipolar, com critérios que levem em conta tanto os aspectos militares quanto os econômicos, mas também os territoriais

¹⁴⁷ Veja-se, a seguir, como esta correção torna o sistema huntingtoniano mais compreensivo.

Quadro 5: Perfil dos subsistemas regionais do sistema unibimultipolar*

Região	Estados	Potência principal	Potência secundária	Outras potências	Potências anfíbias	Anfibiedade com
América do Norte	3	EUA	Canadá	México	México	América Central
América Central e Caribe	20	(México) ou Cuba	Guatemala ou República Dominicana	Nicarágua, Panamá, Honduras	(México, Colômbia e Venezuela)	-
América do Sul	12	Brasil	Argentina	Colômbia, Chile, Venezuela	Colômbia e Venezuela	A 1ª com a América Central, a 2ª com o Caribe
Europa Ocidental	25	Condomínio franco-germânico	Reino Unido	Itália, Holanda, Espanha, Suécia	Turquia, Alemanha (Polônia)	Com Oriente Médio e Europa Oriental
Europa Oriental	24	Federação Russa	Ucrânia	Polônia, Sérvia, República Checa	Rússia, Polônia, (Alemanha)	Com Ásia Central e Europa Ocidental
África Subsariana	48	África do Sul	Nigéria	Congo, Etiópia, Somália	Sudão, Mauritânia	África do Norte
África do Norte	5	Egito	Argélia	Líbia, Tunísia, Marrocos	Egito, (Mauritânia), (Sudão)	Oriente Médio
Oriente Médio	12	Israel	Arábia Saudita ou (Egito)	Síria, Líbano, Iraque	Iraque, (Egito, Irã, Turquia)	Ásia Central
Ásia Central	7	Irã	(Paquistão) ou Cazaquistão	Afeganistão, Quirguistão	Irã, (Paquistão), (Rússia)	Oriente Médio
Sul da Ásia	7	Índia	Paquistão	Bangladesh	Paquistão, (Rússia), (Iraque), (Turquia)	Ásia Central
Leste da Ásia	6	China	Japão	Coreia do Sul, Coreia do Norte, Taiwan	China, (Vietnã)	Sudeste Asiático
Sudeste Asiático	11	Indonésia	Vietnã ou (Austrália)	Tailândia, Laos, Camboja	Vietnã, (China), (Austrália)	Leste Asiático
Oceania	14	Austrália	Nova Zelândia	-	Austrália	Sudeste Asiático

* Entre parênteses: países de regiões geográficas vizinhas geopoliticamente significativas.

e demográficos, além dos étnicos, religiosos e culturais, permite a visualização do papel de certos atores estatais omitidos pela análise huntingtoniana, como Israel e Egito no Oriente Médio, Turquia, por seus dilemas europeus-muçulmanos, Irã, Paquistão e Afeganistão, no centro nervoso das articulações entre Europa Oriental, Oriente Médio, Subcontinente Indiano e Leste da Ásia, e fará com que outros atores até agora ignorados ganhem relevância, como Indonésia, Austrália e Vietnã, ou, na América do Sul, Colômbia e Venezuela.

A relevância do regionalismo globalizado

O limite mais significativo à objetividade do modelo huntingtoniano é o ponto de observação a partir do qual ele constrói sua interpretação do mundo: a ótica unilateral da política externa americana. Apesar da virtude realista de perceber os limites da hiperpotência e do esforço para enxergar para além das aparências imediatas, apontando para as interações entre sistema e subsistemas, a confusão entre política internacional e política externa, também no seu caso, é a responsável, não apenas por aquilo que o modelo permite identificar e catalogar, mas também, e principalmente, pelos fatos relevantes a respeito dos quais ele silencia, de que ele não se dá conta, seus pontos cegos. Este mesmo “olhar enviesado” constitui também o limite do modelo analítico mais abrangente produzido a partir de valores republicanos, o neoliberalismo de Joseph Nye. Para este autor, os conceitos de *hard* e *soft power* (*poder militar e econômico, além de poder diplomático e cultural*) constituem escolhas exclusiva e unilateral da hiperpotência, a única dentre os Estados capaz de exercitar o *smart power* (poder inteligente) ou o equilíbrio das ações de estímulo e sedução com as de coerção sobre outros membros do sistema. Ele afirma, com efeito, que o *smart power* é uma opção de uma “estratégia vitoriosa” e, como intelectual orgânico do sistema, membro do Partido Democrata e conselheiro do governo Carter, recomendou vivamente seu emprego à secretária de Estado Hilary Clinton e ao presente Barack Obama.

Smart power é a habilidade de combinar o hard e o soft power numa estratégia vitoriosa. (NYE, 14/1/2009)

O estilo também conta, mesmo quando os interesses públicos são a substância da política. Em 2001 o colunista Charles Krautammer de-

fendeu o que chamou de 'um novo unilateralismo' que reconhecia que os EUA eram a única superpotência, e eram tão fortes que poderiam decidir o que era certo e esperar que outras potências os seguissem porque não teriam escolha. Mas esse estilo se mostrou contraproducente para atingir os objetivos americanos. O governo Obama terá de criar um poder brando e relacioná-lo ao poder duro com estratégias inteligentes. (NYE, 17/1/2009)

Um de seus discípulos, Chester A. Crocker, descreve o *smart power* a partir dos elementos que o constituem, como a combinação de diplomacia, de efetivação de estímulos econômicos e persuasão, ou de projeção de influência, o *soft power*, com a projeção de poder, o *hard power*, a um custo menor que o da *high policy* realista.

[O smart power] envolve o uso estratégico da diplomacia, da persuasão e da capacidade de construção e de projeção de poder e influência com um custo-benefício vantajoso. (CROCKER, 2010, p. 13)

Dito de outra forma, constitui uma opção exclusiva da superpotência, pensada como uma forma mais vantajosa em termos da relação custo-benefício. Apesar de limitar os conceitos de escolhas estratégicas e táticas à política externa americana, em conjunto com Robert Keohane, Nye apontara numa obra anterior, *Poder e interdependência* (1977), a emergência de outros atores internacionais em decorrência da globalização, como as grandes corporações multinacionais, os meios de comunicação, as instituições supraestatais e algumas infraestatais, além de mostrar evidências acerca da mudança no caráter da instituição estatal, cuja tomada de decisões em política externa estaria se descentralizando, redistribuindo-se para outras esferas da burocracia, como consequência da multiplicação dos canais de comunicação entre os povos. Segundo os dois autores, esses canais teriam passado a conter ao menos três tipos distintos de relações internacionais: as interestatais, referidas à diplomacia e às forças armadas; as transgovernamentais, envolvendo níveis distintos da burocracia; e as transnacionais, que compreendem inclusive entendimentos diretos entre empresas e atores infraestatais de diversos países. Se as primeiras compreendem a *high policy* realista, as relações transgovernamentais (entre funcionários de segundo, terceiro, e demais escalões) e as transnacionais (entre executivos das grandes corporações e líderes de movimentos sociais infraestatais) alçaram novos atores à condição de protagonistas internacionais. Em outros momentos do mesmo

texto, Nye e Keohane falam também de um quarto canal de comunicação internacional, o superestatal, no qual ascendem à condição de atores burocratas de organizações como ONU, OMC, FMI e Banco Mundial que, no novo quadro, passam a influir de maneira decisiva sobre a formulação das agendas internacionais. Fazendo questão de marcar sua diferença com a abordagem realista, apesar de parte dela pelo menos estar presente nas obras de Raymond Aron, eles escreveram que:

As relações interestatais são os canais normais supostos pelos realistas. As relações transgovernamentais aparecem quando é flexibilizado o pressuposto realista de que os Estados atuam coerentemente como unidades; as relações transnacionais surgem quando se flexibiliza o pressuposto de que os Estados seriam as únicas unidades. (NYE; KEOHANE, 1988, p. 41)

As interdependências sob a crescente globalização são definidas por Nye e Keohane como assimétricas e complexas, pois combinam o uso da força e da persuasão, a interlocução entre atores estatais e não-estatais e atribuem papéis de formuladores políticos a diferentes instituições do poder, como o Legislativo e o Judiciário, e a distintos escalões hierárquicos do Executivo, dissolvendo a hierarquia realista entre alta e baixa política, tornando as políticas externas mais flexíveis e menos unitárias ou coerentes. Ao mesmo tempo em que, segundo eles, as guerras tornaram-se mais raras para a solução de conflitos, sobretudo entre vizinhos que cooperam em instituições econômicas regionais, ou devido à importância das populações socialmente mobilizáveis, ganharam importância as condicionalidades entre diplomacia e economia, como as estratégias de vinculação, a exemplo da liberação da exportação de grãos pelos EUA na década de 1970 para a União Soviética, por decisão do Congresso, mas condicionando-a ao afrouxamento da sua política anti-emigratória para Israel.

Burocratas de diferentes países tratam uns com os outros em reuniões, por telefone e por meio do correio. Do mesmo modo as elites governamentais frequentemente se encontram no curso normal dos negócios, em organizações como a Comissão Trilateral e em conferências patrocinadas por fundações privadas. Além disso, as empresas e bancos multinacionais incidem tanto nas relações internas como nas interestatais. [...] Assim, as políticas econômicas externas dizem respeito, mais do que no passado, à atividade econômica interna, apagando as fronteiras entre política interna e externa, e aumentando a quantidade de problemas relevantes para a política exterior. (NYE; KEOHANE, 1988, p. 42)

Para ilustrar essa nova complexidade, eles citam o artigo “Uma nova parceria nacional”, de 1975, do realista Henry Kissinger.

Surgiu uma gama de questões nova e sem precedentes. Os problemas energéticos, dos recursos, do meio ambiente, das populações, do emprego do espaço e dos mares, que se equiparam agora com as questões de segurança militar, ideológicas e de rivalidade territorial, as que tradicionalmente conformavam a agenda diplomática. (NYE; KEOHANE, 1988, p. 43)¹⁴⁸.

Embora Nye tenha apontado para as questões que a interdependência complexa coloca tanto para a política interna quanto para a internacional, como as referentes ao desenvolvimento econômico, desemprego e inclusão das populações marginalizadas, as ambientais e referentes aos fluxos migratórios, ele associou a combinação dos conceitos de poder, *hard*, *soft* e *smart*, ou duro, suave e inteligente, somente à política externa americana. Entretanto, como a globalização, por aprofundar a divisão internacional do trabalho e generalizar a especialização econômica, deu relevância ao regionalismo e ao localismo, isso ampliou, ao invés de reduzir, a soberania dos Estados, inclusive os periféricos, ainda que, no plano global, estes estejam constrangidos a desenvolver somente estratégias defensivas. No âmbito do seu subsistema continental¹⁴⁹, todos os Estados, sobretudo as grandes potências regionais, também passaram a dispor de um amplo leque de alternativas estratégicas e táticas, o que, paradoxalmente, reduziu a efetividade da estratégia global ofensiva da hiperpotência.

Caso se admita, ao contrário do suposto por Nye, que todos os Estados, cada um à sua maneira e conforme sua inserção na realidade econômica e fração de poder no bolo mundial, exercitam seu poder inteligente, combinando políticas duras com brandas, em relação à grande potência, mas também no seu entorno, certamente se terá uma interpretação bem mais abrangente do sistema internacional, capaz de resgatar o entendimento da soberania sob o momento da globalização econômica e comunicacional, bem como dos limites à eficácia das ações de cada um. A referência para a inserção internacional dos Estados, portanto, é o subsistema regional, que, para ser adequadamente pensado, depende da consideração articulada

¹⁴⁸ “A new national partnership”. Washington: Department of State Bulletin, 17 de fevereiro de 1975, p. 199.

¹⁴⁹ Como visto no capítulo 4.

dos dois tipos de fatores clássicos: a realidade geográfica-demográfica-econômica e a das correlações físicas de força.

Para pensar a inserção econômica de qualquer país, é necessário dimensionar a realidade e o potencial do subsistema regional em que ele se insere¹⁵⁰, consi-

¹⁵⁰ A tabela abaixo procura dar uma ideia da distribuição dos subsistemas regionais num sistema unibimultipolar. É uma síntese de metade das tabelas publicadas no Apêndice desta, com os dados disponíveis até 5 de março de 2011.

Tabela 3: Perfil geoeconômico do sistema unibimultipolar

Região	Território (km ²)	População (milhões hab.)	PIB (milhões de US\$)	Exportação (milhões de US\$)	Importação (milhões de US\$)	Renda per capita
América do Norte	21.315.485	462	16.467.272	2.035.635	2.910.949	35.636
- % ou lugar no mundo	14,26%	6,68%	28,21%	12,97%	17,87%	2º
Am. Central e Caribe	743.714	79	350.272	63.176	123.242	4.423
- % ou lugar no mundo	0,50%	1,15%	0,60%	0,40%	0,76%	8º
América do Sul	17.727.202	393	2.858.356	535.002	463.434	7.274
- % ou lugar no mundo	11,86%	5,68%	4,90%	3,41%	2,84%	7º
Europa Ocidental	3.712.074	409	16.123.737	5.631.477	6.077.475	39.406
- % ou lugar no mundo	2,48%	5,92%	27,63%	35,89%	37,30%	1º
Europa Oriental	20.232.750	416	3.402.252	1.419.716	1.469.881	8.176
- % ou lugar no mundo	13,54%	6,02%	5,83%	9,05%	9,02%	5º
África subsaariana	24.236.594	862	933.018	352.002	300.666	1.082
- % ou lugar no mundo	16,22%	12,47%	1,60%	2,24%	1,85%	12º
África do Norte	6.017.730	169	521.688	205.807	164.893	3.083
- % ou lugar no mundo	4,03%	2,45%	0,89%	1,31%	1,01%	10º
Oriente Médio	3.840.003	136	1.328.201	907.820	528.813	9.796
- % ou lugar no mundo	2,57%	1,96%	2,28%	5,79%	3,25%	4º
Ásia Central	6.303.720	166	513.114	210.520	118.738	3.097
- % ou lugar no mundo	4,22%	2,40%	0,88%	1,34%	0,73%	9º
Sul da Ásia	4.490.658	1.615	1.623.236	223.531	379.077	1.005
- % ou lugar no mundo	3,00%	23,36%	2,78%	1,42%	2,33%	13º
Leste da Ásia	11.768.451	1.579	11.664.374	2.892.504	2.578.366	7.386
- % ou lugar no mundo	7,87%	22,84%	19,99%	18,43%	15,82%	6º
Sudeste da Ásia	4.604.588	590	1.515.812	990.177	936.687	2.571
- % ou lugar no mundo	3,08%	8,53%	2,60%	6,31%	5,75%	11º
Oceania	8.501.443	35	1.063.851	224.793	241.903	30.431
- % ou lugar no mundo	5,71%	0,51%	1,82%	1,43%	1,48%	3º
Outros*	15.946.438	2,2	-	-	-	-
TOTAL	149.440.850	6.913,40	58.365.183,00	15.692.160	16.294.124	8.442

Fontes: *National Geographic Atlas of the World* (Território), *The Europa World Year Book*, de 2010, *State of World Population 2010* – FNUAP (Fundo de Populações da ONU) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (População), *Indicadores de Desenvolvimento Mundial 2010*, do Banco Mundial (PIB e Renda per capita), *International Trade Statistics 2009*, da OMC (Importações e Exportações).

* Estão agrupadas como “outros” as possessões estrangeiras, em todos os continentes e regiões sem soberania definida ou sob mandato da ONU.

derando território, população e a sua participação no comércio mundial. No âmbito interno a cada país, para estimar o grau de solidez das instituições, convém levar em conta a renda per capita e os indicadores de desigualdades e qualidade dos serviços prestados à população pelos Estados, como o IDH (Indicador de Desenvolvimento Humano), da ONU.

A relação entre as inserções econômica e política dos subsistemas regionais, entretanto, não é imediata. Apesar da necessidade de arcar com os custos da influência política, a capacidade comercial isoladamente não garante a projeção política. Uma região com grande território e população, por exemplo, pode oferecer aos Estados que a integram a perspectiva de aumento do seu produto e da sua taxa de participação no comércio mundial, bem como, possivelmente, também a capacidade de influir sobre as regras de funcionamento da economia mundial. É o caso, por exemplo, do Leste e do Sul da Ásia, que dispõem de massa territorial, com recursos minerais fartos, grandes populações e mercados, além de acesso a grandes oceanos, que podem projetar mundialmente o poder de seus grandes Estados. Em contrapartida, dificilmente se desenvolverá uma grande potência econômica mundial a partir de uma região com território pequeno ou população reduzida, como a América Central ou, mesmo, a Oceania; nesses dois últimos continentes, contudo, os Estados podem orientar-se pela perspectiva de conseguir uma alta produtividade, com renda per capita elevada, gerando condições mais confortáveis de vida para a sua população, o que contribui para a estabilidade política interna.

Para refletir sobre a inserção política, ou as relações de poder entre os subsistemas regionais, além dos territórios, populações e economias da região, é igualmente importante levar em conta os fatores relativos ao uso da força: gastos militares, efetivos e arsenais disponíveis. Os dados utilizados para avaliar a capacidade de coação dos Estados não são evidentemente absolutos, uma vez que o volume dos contingentes, embora contribua para a análise, não é suficiente para atestar a superioridade das forças armadas, pois isso depende também do seu preparo e de fatores morais. O orçamento militar, que sem dúvida permite hierarquizar os Estados conforme a sua vontade e capacidade de investir em dissuasão, não é suficiente para avaliar a eficiência da gestão dos recursos; podem haver investimentos onerosos, como os altos salários dos novos exércitos profissionalizados americanos e de alguns Estados europeus, por exemplo, como também a surpreendente capacidade

de manter grandes efetivos com baixo custo, devido ao sistema de recrutamento obrigatório, graças às dimensões de suas populações e os soldos reduzidos, do Leste e do Sul da Ásia¹⁵¹. No que tange ao Extremo Oriente, é relevante destacar o caso da Coreia do Norte que, apesar do baixo produto interno bruto, parcialmente compensado pelo avanço significativo de sua indústria pesada, conseguiu desenvol-

¹⁵¹ A tabela abaixo completa a anterior e também é uma síntese da segunda metade das tabelas publicadas no apêndice. Procura dar uma ideia das relações de poder militar entre os mesmos continentes. Os números relativos a gastos militares referem-se a 2009 e os referentes aos efetivos militares, de 2007, os mais recentes confiáveis, pois não se trata de uma área cujos dados são divulgados pelos Estados e em que as contas são feitas de maneiras distintas.

Tabela 4: Perfil geomilitar do sistema unibimultipolar

Região	Estados	Densidade demográfica (hab./km2)	Gasto militar (bilhões US\$)	Participação do gasto militar no PIB	Efetivos (mil homens)	Um soldado por grupo de habitantes
América do Norte	3	21,68	720,40	4,37%	1.665,50	277,45
- % ou lugar no mundo		11º	47,95%	2º	9,06%	4º
Am. Central e Caribe	20	106,49	3,74	1,07%	171,69	461,28
- % ou lugar no mundo		5º	0,25%	13º	0,93%	10º
América do Sul	12	22,17	49,94	1,75%	1.081,74	363,29
- % ou lugar no mundo		10º	3,32%	9º	5,89%	9º
Europa Ocidental	25	110,23	287,26	1,78%	1.466,65	278,99
- % ou lugar no mundo		4º	19,12%	8º	7,98%	6º
Europa Oriental	24	20,57	85,67	2,52%	1.744,02	238,60
- % ou lugar no mundo		12º	5,70%	4º	9,49%	3º
África subsaariana	48	35,58	12,27	1,31%	975,86	883,70
- % ou lugar no mundo		6º	0,82%	11º	5,31%	13º
África do Norte	5	28,12	14,09	2,70%	826,2	204,79
- % ou lugar no mundo		8º	0,94%	3º	4,50%	2º
Oriente Médio	12	35,51	86,78	6,53%	1.087,00	124,74
- % ou lugar no mundo		7º	5,78%	1º	5,91%	1º
Ásia Central	7	26,29	11,59	2,26%	645,50	256,70
- % ou lugar no mundo		9º	0,77%	7º	3,51%	5º
Sul da Ásia	7	359,64	39,12	2,41%	2.258,00	715,24
- % ou lugar no mundo		1º	2,60%	5º	12,29%	12º
Leste da Ásia	6	134,20	140,95	1,21%	4.498,30	351,09
- % ou lugar no mundo		2º	9,38%	12º	24,48%	8º
Sudeste da Ásia	11	128,02	26,40	1,74%	1.887,18	312,37
- % ou lugar no mundo		3º	1,76%	10º	10,27%	7º
Oceania	14	4,11	24,09	2,26%	71,10	491,69
- % ou lugar no mundo		13º	1,60%	6º	0,39%	11º
TOTAL	194	46,26	1.502,30	-	18.378,74	376,16

Fontes: *The World Fact Book* (CIA, 2011) e *The Military Balance 2009* – The International Institute for Strategic Studies (IISS).

ver arsenais nucleares, tanto pelo enriquecimento do urânio quanto pelo reprocessamento do plutônio, e sistemas de mísseis, vetores que lhe permitem alcançar até a costa Oeste dos EUA e exercer um papel político desproporcional em relação à sua economia. Da mesma forma, a presença de arsenais nucleares ou de armas de destruição em massa, embora constitua um diferencial, não quer dizer tudo se não se considerar também a existência de vetores para transportá-las, e a estratégia global de inserção do Estado. Apesar da globalização, ressalta o fato de que os Estados, ainda que tenham se generalizado os discursos em favor da paz e de superação do emprego da força para a solução de conflitos, continuem a investir nas forças armadas e se mantenham na corrida armamentista, quando não global, regional, ou ao menos sub-regional. Raríssimos países se desarmaram, como a Costa Rica, e diversos Micro-Estados do Caribe. A grande maioria, pelo contrário, mantém forças para a defesa convencional de sua integridade territorial, de suas riquezas minerais e para garantir sua inserção econômica.

O caminho para fora sempre passou pelas vizinhanças, assim como a construção do poder no mundo depende da própria região, o entorno de países que dependem do mesmo ambiente, dos mesmos espaços de comunicação, com afinidades culturais e, em alguns casos, políticas. Tanto do ponto de vista econômico quanto do militar e o das comunicações, a globalização tornou ainda mais relevante o papel da região, pois os vizinhos podem dificultar ou facilitar, tanto o relacionamento com os estrangeiros quanto a estabilidade das instituições e a sobrevivência do próprio Estado. Podem dividir as forças locais ou somar com elas, funcionar como inimigos próximos, aqueles que, por definição, são os mais ameaçadores, ou como amigos próximos, aliados ou sócios, para o progresso comum. Embora as regiões possam ser classificadas de diversas formas conforme os tipos de combinação entre essas duas situações polares, os subsistemas regionais são agrupáveis em dois tipos: aqueles sob o ônus da divisão, ou divididos, e os outros sob o benefício da solidariedade ou internamente solidários. Essa constatação empírica das situações é o oposto do enunciado de Huntington, segundo o qual as regiões constituem-se sempre a partir da contraposição entre a grande potência regional e a secundária.

As regiões divididas, apesar de se assentarem sobre uma mesma placa tectônica, podem constituir-se a partir de diferenças de natureza cultural, étnica, religiosa, econômica ou política. Em alguns casos, além da placa tectônica, e de ergue-

rem-se sobre uma placa cultural comum e, às vezes, até sobre a mesma base étnica, apresentam um quadro de intensas disputas políticas entre suas unidades estatais, pelo fato de não haver consenso acerca da distribuição territorial entre elas ou por nuances de natureza religiosa ou por serem concorrentes comerciais, pois, em geral, apresentam desenhos aparentados de estrutura econômica.

O principal subsistema regional contemporâneo sob o ônus da divisão é o Oriente Médio, sobre o qual atuam forças centrífugas, pois um mesmo território com alta carga histórica é reivindicado pelo Estado de Israel e os movimentos palestinos, ou seja, duas civilizações e etnias distintas, judeus de várias origens *versus* muçulmanos palestinos árabes, com apropriações simbólicas opostas sobre os mesmos marcos geográficos. Enquanto os segundos despertam paixões concêntricas nos vizinhos Estados árabes da Síria, Líbano, Jordânia, Iraque, Arábia Saudita e Egito, gerando solidariedade no amplo mundo muçulmano, Israel comove uma solidariedade distante, na Europa e, sobretudo, nos Estados Unidos, pois foi criado mais como um subproduto do equilíbrio de poder europeu e para resolver uma questão histórica e moral, em virtude da comoção das perseguições antissemitas da primeira metade do século XX e do genocídio do holocausto. O Oriente Médio foi o principal foco de tensões durante a Guerra Fria e, após o final do conflito bipolar, as tensões regionais agravaram-se. Nas seis décadas de existência do Estado de Israel (fundado em 1948), além das ações de fustigamento intermitentes, com a realização de atentados em Israel e bombardeios aéreos sobre campos de refugiados palestinos e incursões rápidas de comandos a territórios árabes, a região assistiu a pelo menos doze grandes picos de violência: 1) Final de 1947-1948: Guerra civil entre judeus e palestinos; 2) 1948-1949: guerra de consolidação da independência de Israel, contra Egito, Síria, Líbia e Jordânia; 3) 1956: Guerra iminente pelo controle do Canal de Suez, envolvendo também França e Reino Unido ao lado de Israel; 4) 1967: Guerra dos Seis Dias, contra Egito, Jordânia e Síria, que contavam com o apoio do Iraque, Kuwait, Argélia e Sudão; 5) 1968-1970: bombardeios e ações de guerra de desgaste; 6) 1973: guerra do Ramadã (ou Yom Kippur), com a reconquista do Canal de Suez pelos egípcios; 7) 1982-1984: Primeira Guerra do Líbano; 8) 1987: Primeira Intifada; 9) 2000-1995: Segunda Intifada (Al-Aqsa); 10) 1996: Ataques aéreos a campos de refugiados no Líbano; 11) 2006: Segunda Guerra do Líbano (tendo como protagonista o Hezbollah); 12) 2008: Ataques à Faixa de Gaza (já sob controle do Hamas).

Além da questão palestina, o mundo muçulmano vive outro problema, que envolve também partes do “crescente fértil” (Síria e Iraque), o noroeste do Irã, e o leste da Anatólia turca, todas elas áreas que enfrentam a questão da etnia do Curdistão, maior povo deserdado da região (25 milhões de curdos sem-Estado), vítimas dos arranjos políticos internacionais desde a desagregação do Império Otomano (entre 1914 e 1918). A divisão essencial entre israelenses e palestinos, que polariza os subcontinentes vizinhos, desde a África do Norte até a Ásia Central, decorre, de um lado, da presença de Estados artificiais, com fortes traços autocráticos e, de outro, das tensões provocadas pelo petróleo, além da expulsão de 750 mil palestinos de sua terra natal pelos judeus (atualmente são 5 milhões de refugiados). Por conta dessas diferenças, o Oriente Médio, apesar da riqueza trazida pelo petróleo (com saldo de quase 50% das exportações face as importações, de US\$ 907,82 bilhões para US\$ 508,81 em 2010), tem uma renda per capita de apenas US\$ 9.796, extremamente mal dividida, e é, embora sem contar os milhares de combatentes irregulares e militantes dos movimentos guerrilheiros e terroristas, a região mais militarizada do mundo, com um soldado a cada grupo de 124,74 habitantes¹⁵². O ônus da divisão impediu a região de formar entidades econômicas ou de unidade política regional que incluíssem Israel, apesar de essa tendência da globalização ser uma das marcas da última metade de século. Seus vizinhos árabes, sem controle sobre a simbólica cidade-santa de Jerusalém e sem o controle total sobre o Canal de Suez e as rotas do petróleo, a partir da influência egípcia sob o terceiro-mundismo nasserista, até desenvolveram o projeto de constituição de um Estado pan-arábico, ou a união política entre os territórios do Egito e da Síria, mas sem sucesso; o Egito, posteriormente, passou a integrar a Organização de Unidade Africana (OUA), que congrega os demais árabes da África do Norte, mas não os do Oriente Médio, e é uma organização multiétnica que abrange também a imensa África Subsaariana. Com base na principal riqueza mineral da região, as reservas de energia fóssil, alguns Estados como Arábia Saudita, Iraque, Omã, Catar e Kwait, juntamente com Egito e Líbia, integram uma entidade de grande sucesso para o controle do preço de sua matéria-prima, face aos grandes consumidores ocidentais, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), mas sem a participação dos Estados médio-orientais

¹⁵² A segunda região com maior número de soldados por habitante é a vizinha e árabe África do Norte, com um militar para cada 204,79 habitantes e a décima maior renda per capita, US\$ 3.083, conforme a nota anterior.

não-produtores e com a participação de diversos Estados produtores extrarregionais distantes, como a Venezuela e o México, na América Latina.

Outros subsistemas regionais sob o ônus da divisão são o Sul e o Centro da Ásia, o Leste e o Sudeste Asiáticos e a Europa Oriental. O primeiro, desde a independência face ao Reino Unido, em 1948, vive a disputa pela região da Caxemira entre Índia e Paquistão, com três guerras, em 1947-1948, 1965 e 1971 (a última das quais culminou com a independência de Bangladesh face ao então Paquistão Ocidental) e em duas situações de iminente novo conflito, em 1999 e 2002, quando as duas partes chegaram a posicionar 1 milhão de soldados nas fronteiras. As relações entre os dois grandes vizinhos sul-asiáticos é pontuada por intensa atividade de espionagem, pelas acusações recíprocas de apoio a movimentos terroristas islâmicos e indianos, com atentados nos territórios vizinhos, e pela corrida armamentista, pois os dois Estados desenvolveram tecnologias de enriquecimento de urânio e dispõem de arsenais nucleares. Embora com um número menor de soldados em relação à população, pois é a região com maior densidade demográfica do planeta, o Sul da Ásia tem um contingente militar de 2,25 milhões de soldados, o segundo maior do mundo, e a pior renda per capita do planeta, a décima-terceira, de US\$ 1.005 anuais.

A situação da Ásia Central, por sua vez, foi agravada em 1979, pela vitória da Revolução Xiita no Irã e, depois, pela atabalhada retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, em 1989. Finalmente, em 1991, pela desagregação da União Soviética, que resultou no surgimento de cinco novos Estados islâmicos na Ásia Central (Turcomenistão, Uzbequistão, Cazaquistão, Tadjiquistão e Quirguistão), com a consequente aceleração da rotação das pressões centrífugas sobre o sul da Federação Russa. A Ásia Central é palco da mais longa guerra movida pelos EUA, no Afeganistão, desde 2001, da disseminação do fundamentalismo islâmico e das mais sérias ameaças ao duo-oligopólio nuclear, face a intransigência do Irã de desistir das pesquisas e das usinas de enriquecimento de urânio. Cercada pelos maiores arsenais nucleares, os da Otan (EUA, França e Reino Unido), da Rússia, da Índia, do Paquistão e de Israel, um de seus membros, o Irã, é refratário ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) e continua a instalar usinas de enriquecimento de urânio; tem um soldado para cada grupo de 256,4 habitantes e uma renda per capita de US\$ 3.097.

O Leste da Ásia, também chamado Extremo Oriente, por seu turno, herdou as divisões do mundo da época da Guerra Fria, entre países sob controle de partidos comunistas (China e Coreia do Norte) e regimes liberais apoiados pelo Ocidente (Japão, Coreia do Sul e Taiwan). Nessa região os nipônicos não crescem economicamente desde 1991, mas, graças ao continuado crescimento econômico superior a 10% anuais da China, este gigante asiático ultrapassou o Japão em 2010, ambos consolidados como a segunda e a terceira maiores economias mundiais, com PIBs superiores a 5,5 e 5 trilhões de dólares. A Coreia do Norte, juntamente com o esforço para superar seu histórico isolamento, desenvolveu armas nucleares, em autodefesa aberta contra a ONU e o duo-oligopólio atômico, não apenas para garantir a sobrevivência de seu Estado, mas também para manter sob alerta os vizinhos aliados dos EUA, sobretudo a Coreia do Sul. Graças a seu PIB, de US\$ 11,66 trilhões, praticamente 20% do Produto Mundial Bruto, e do fato de contar com os maiores contingentes militares (4,49 milhões de soldados contra 1,66 da América do Norte), essa região é vista como a virtual concorrente à formulação de uma próxima ordem mundial.

O Sudeste Asiático, por seu turno, continua também um continente dividido, apesar da reunificação do Vietnã, em 1975, pois este mantém relações tensas com Tailândia e as Filipinas, ex-colônia americana, enquanto a grande potência regional, a Indonésia, sofre a concorrência da Austrália, que enviou tropas para garantir a decisão da ONU em relação à independência do Timor-Leste, em 1999. A Europa Oriental, finalmente, teve a sua condição de região dividida agravada a partir do final da Guerra Fria, em virtude do desaparecimento do Bloco Socialista (países que integravam o Pacto de Varsóvia e o Comecon - Conselho para Assistência Econômica Mútua) e a desagregação da União Soviética, com a transformação de antigos aliados, como principalmente a Polônia, e antigas repúblicas soviéticas, sobretudo a Ucrânia, mas também a Geórgia, em novos adversários regionais. Na região do Cáucaso, a Rússia, retomando o fôlego na nova ordem, voltou a exercer pressões de segurança. A Guerra dos Seis Dias, ou Guerra da Olimpíada de Pequim, em defesa das minorias russas da Geórgia, em 2008, embora de dimensões limitadas, é sintomática do grau elevado das tensões regionais no “estrangeiro próximo” da Rússia. Entretanto, ela sofre pressões centrífugas sobre sua unidade territorial das províncias muçulma-

nas do sul, que sofrem a influência dos movimentos fundamentalistas da Ásia Central.

Os subsistemas regionais sob o ônus da divisão costumam constranger seus membros a adotar políticas externas centradas na defesa do território, quando não também voltadas à desestabilização das vizinhas, cujas potências são forçadas a voltar sua atenção mais para a própria região do que para o sistema mundial, com maior atenção para os gastos de defesa do que para os voltados ao desenvolvimento, com a formação de forças armadas numerosas e em geral envolvidas pela corrida armamentista. O Leste, o Sul e o Sudeste da Ásia, beneficiados também pela população e pelo sistema de conscrição, são as regiões com maior contingente militar do planeta, respectivamente com efetivos de 4.498.300, 2.258.000 e 1.887.182 soldados, ou 47% dos efetivos do planeta. O Oriente Médio e a África do Norte, com forças regulares que somam 1.913.200 homens, concentram 10,41% das forças armadas mundiais. Apesar da parcela de apenas 9,06% dos contingentes mundiais, a América do Norte é a campeã das despesas militares, tendo gasto 720,4 bilhões de dólares em 2009, 4,4% do seu PIB; os EUA, sozinhos, responderam por 46,35% do gasto militar global, 5% do seu PIB e 1/5, ou 18% de sua receita total de 3,6 trilhões de dólares. Esses números, excetuando o caso dos gastos da potência-líder, que paga o preço da liderança mundial, evidenciam que a ênfase na defesa contra os vizinhos constitui um obstáculo, portanto, ao desenvolvimento interno, à solidez das suas instituições e para a projeção extrarregional.

Ao contrário dos anteriores, as potências dos subsistemas regionais sob o benefício da solidariedade, por conviverem com fronteiras menos ameaçadoras, podem investir mais atenção e recursos na projeção externa e no crescimento interno. Costumam ter instituições mais estáveis e, historicamente, dispõem de reservas de forças para definir as regras do sistema internacional e contribuir de forma decisiva para que sejam aplicadas. As principais beneficiadas há mais tempo pela solidariedade regional são a América do Norte e a Oceania. No segundo pós-guerra passou a usufruir dessa condição também a Europa Ocidental e, no pós-Guerra Fria, as Américas Central e do Sul. O último grande evento militar interno ao norte do continente americano foi a Guerra de Secessão (1861-1865), uma guerra civil entre o governo da União e os estados escravistas do sul. A última guerra entre os países que hoje compõem o subsistema norte-americano aconteceu entre 1846-1848,

quando os EUA garantiram a anexação do Texas e conquistaram a Alta Califórnia, Nevada, Utah, Novo México, Arizona e o oeste do Colorado, completando a sua expansão territorial. Na fronteira norte, entre EUA e Canadá, jamais houve guerras. No interior da Oceania também não houve guerras, exceto contra os movimentos internos de minorias indígenas da Austrália e as campanhas que levaram à dizimação dos maoris e à ocupação de suas terras pelos colonizadores britânicos da Nova Zelândia na década de 1850. A América do Norte e a Oceania têm em comum, portanto, o benefício da solidariedade regional há mais de um século e meio. Esse fato, aliado a serem potências navais e partes do antigo Império Britânico, voltadas ao comércio, guarda uma relação direta com a estabilidade interna de suas instituições e os altos níveis de desenvolvimento econômico ao longo do século XX, que fizeram com que entrassem em situação vantajosa na globalização. A Oceania, por exemplo, por meio de suas duas maiores potências, embora tenha participado de todas as guerras do Século XX, sempre ao lado do Reino Unido e dos EUA, reservou em 2009, somente 2,26% do seu PIB para gastos militares, é pouco militarizada, com um soldado somente para cada grupo de 376,16 habitantes e conseguiu chegar à terceira maior renda per capita do planeta, US\$ 30.431, atrás somente da Europa Ocidental (US\$ 39.406) e da América do Norte (US\$ 35.636).

A transição da condição de regiões sob o ônus da divisão para regiões sob o benefício da solidariedade aconteceu na Europa no final da Segunda Guerra Mundial, a partir de quando França e Alemanha trocaram os conflitos bélicos seculares para o controle do Centro da Europa pela interação econômica, que resultou no Mercado Comum Europeu e na União Europeia. Com isso, e graças ao Plano Marshall, embora a Europa tenha perdido protagonismo na política mundial, cedendo a centralidade aos EUA, conseguiu superar a destruição da Segunda Guerra e desenvolver um sistema bastante satisfatório de bem-estar social. Na América do Sul, a mudança começou no período final da Guerra Fria, quando Brasil e Argentina trocaram as políticas de pendularidade contraposta, regadas por desconfianças recíprocas, e passaram à cooperação comercial, ajustando suas economias, ou seja, iniciando a mudança de seus parques industriais, de semelhantes e competitivos a complementares e interdependentes, fortalecendo o Mercosul, e hoje com a expectativa da unificação política com a União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Embora sua renda per capita ainda seja a oitava do mundo, 7.274 dólares em 2009, a região

vem crescendo economicamente, com um produto bruto que atingiu 2,86 trilhões de dólares em 2010, 4,9% do Produto Mundial Bruto.

Conjeturas sobre subsistemas críticos para o sistema

O fato de as regiões transitarem da competição entre seus membros para a cooperação revela que a questão da divisão não decorre de fatores de natureza geográfica, mas histórica, evidenciando que se trata de uma possibilidade sempre aberta. Embora haja uma tendência geral de as repúblicas vizinhas colaborarem entre si mais que as autocracias, as diferenças decorrentes da divisão ou dos relacionamentos solidários também não são desdobramentos exclusivos da natureza de suas instituições políticas, pois a competição é a característica central de alguns subsistemas regionais, como o Oriente Médio, em que os principais protagonistas, o Estado de Israel e o Egito, por exemplo, são republicanos e laicos, embora no primeiro, sob regime parlamentarista, prevaleça a regra da alternância no poder, enquanto, no segundo, até os movimentos populares de 2011, prevalecia o princípio da conservação dos mesmos governantes no poder. Da mesma forma, na América do Sul, a transição da competição para a colaboração entre Brasil e Argentina começou numa fase em que ambos os países estavam sob regimes de exceção, ditaduras militares, embora tenha evoluído mais rapidamente depois que ambos retornaram ao Estado de Direito. Caso se levem em conta as potências classificadas abaixo das duas principais, poder-se-á perceber esforços cooperativos entre autocracias vizinhas, como a Arábia Saudita, o Kwait e o Catar, no Oriente Médio, e empreendimentos competitivos e ameaçadores entre repúblicas vizinhas, como Colômbia, Venezuela e Equador, na América do Sul. No Sul da Ásia, igualmente, continua a prevalecer o princípio da divisão regional, sobretudo entre as duas principais potências, embora a Índia seja uma república nos moldes ocidentais e o Paquistão, uma república islâmica instável, mas as diferenças entre ambos não se dão por questões de instabilidade institucional, e sim por ambições ou ressentimentos territoriais e culturais. A islâmica Bangladesh, por sua vez, colabora alternativamente com uma ou com a outra potência, não em virtude da religião majoritária ou do sistema político de cada uma, mas conforme os interesses de sua própria sobrevivência. Da mesma forma, a observação dos dados indica que regimes de natureza distinta se articulam de forma coope-

rativa tanto à distância, como Estados Unidos e o regime teocrático saudita, como também nas vizinhanças, como a republicana e laica Turquia com a república teocrática do Irã¹⁵³.

Se a geografia e a natureza das instituições não explicam o ônus da divisão ou o benefício da solidariedade nas relações regionais, é certo, porém, que a divisão regional dificulta a projeção internacional dos seus Estados, enquanto a solidariedade vicinal a favorece. Parece claro também que os Estados, que podem despender menos esforços para a preservação da própria integridade territorial, têm maiores condições de investir no desenvolvimento econômico e na qualidade de vida de seus cidadãos. As potências que usufruem de paz regional e também de território amplo e diversificado, população numerosa e bem formada, economia variada, próspera e interessante para o restante do mundo, além de forças armadas fortes, projetam-se sobre o globo. As que vivem sob o signo do medo do vizinho apequenam-se nos confrontos regionais, ainda que disponham de território, população e riquezas.

Com base nessas considerações acerca do efeito dos subsistemas regionais sobre os Estados que os integram e sobre o sistema internacional, duas inferências são inevitáveis, em consequência da globalização, e que projetam riscos de generalização de um confronto armado, de curto e médio ou de longo prazos, a partir dos subsistemas sob o ônus da divisão; os riscos mais próximos decorreriam de um virtual agravamento das tensões na região mais dividida do planeta, o Oriente Médio; os de longo prazo podem ser determinados pela ascensão ao papel de potência global de um contendor à altura do unilateralismo, provavelmente no Leste da Ásia. Exemplar da primeira inferência é a onda de reformas iniciada pela Tunísia, continuada no Egito e que se estende pelo Norte da África (como é o caso da Líbia), podendo chegar ao resto do mundo árabe. A segunda inferência aponta para a virtual evolução do Extremo Oriente de uma situação de divisão regional para uma de solidariedade regional, mediante dois eventos hoje não cogitados, uma virtual reunificação das Coreias ou uma coalizão sino-nipônica.

¹⁵³ Como se percebe, evitamos usar a palavra democracia para caracterizar qualquer dos regimes, preferindo sempre a expressão república, que comporta várias modalidades, como teocrática, laica, estável ou instável. A citada palavra evitada, embora muito usada pela imprensa e por certas correntes acadêmicas ideológicas, só confunde a compreensão. A rigor, não há democracia, no sentido de democracia direta, inspirada em Atenas e na leitura de Rousseau, em qualquer país contemporâneo, embora esta tese não seja o lugar de fazer este debate.

Embora quaisquer conjecturas sobre a onda reformista que varre o mundo árabe ainda sejam prematuras, e apesar da raridade de esforços de interpretação mais profunda do que ocorre¹⁵⁴, é inevitável a comparação entre ela e a onda iluminista que se espalhou sobre a Europa nos séculos XVII e XVIII. Aquela foi impulsionada pela difusão de ideias por livros e pela força da lógica na crítica ao obscurantismo e o absolutismo do Antigo Regime. Esta é impulsionada pela mobilização da juventude pela Internet e as redes sociais, pela comparação da qualidade de vida sob suas ditaduras com a de outros povos e pela certeza acerca da possibilidade de mudanças. Se o iluminismo não conseguiu erradicar a religiosidade popular, mas logrou construir um Estado laico e, portanto, tolerante, a onda reformista árabe pode conseguir o estabelecimento de instituições representativas, com liberdade de imprensa, de pensamento e difusão das ideias, com partidos políticos e alternância no poder, mas sem interferir sobre os valores fundamentais, a cultura e a religiosidade islâmica das massas populares, como é, por exemplo, o caso da Turquia atual. Apesar das raras análises e prognósticos até o momento, numa entrevista publicada por um jornal brasileiro, um dos autointitulados porta-vozes dos movimentos anti-Muammar Kadafi da cidade de Nalud, Líbia, Salah Khalifa, disse que, apesar do petróleo e dos excessos de gastos do dirigente do país e sua família:

Estamos cansados desse regime. Não há saúde, não há educação, não há nada. Para todos os lados que olhamos, na Tunísia, no Egito, vemos revolucionários. Fomos encorajados. Nós quebramos a barreira do medo. (O ESTADO DE S. PAULO, 28/2/2011, p. A 11)¹⁵⁵

Os regimes, ou governos, resultantes da “onda iluminista” árabe, por suas origens, contarão com uma legitimidade muito mais profunda que as autocracias que estão sendo desbancadas, e, nesses países, poderá emergir uma opinião pública razoavelmente organizada, coerente com a cultura e os ressentimentos nacionais, e com grande influência sobre os futuros governantes. Adiantamos isso porque, naquilo que nos interessa aqui, a estabilidade da África do Norte, do Oriente Médio e da Ásia Central, passado o momento de troca de governantes e da reconstrução das instituições, a tendência é um recrudescimento das tensões e das pressões sobre

¹⁵⁴ Também não é nosso objetivo interpretar aqueles eventos aqui, embora seja inevitável a necessidade de mencioná-los, porque apesar de terem a ver, nosso objeto é outro: a busca de paradigmas interpretativos para entender o sistema internacional como um todo, não a questão árabe ou médio-oriental.

¹⁵⁵ “Nós quebramos a barreira do medo”, entrevista de Andrey Netto.

Israel, isolando os EUA, o que tende a tornar dramática a questão do seu abastecimento de energia. As alianças dos EUA com regimes autoritários da região, que funcionavam como um cordão protetor à integridade de Israel, estão desmoronando. Não só é provável que Israel passe a enfrentar uma oposição regional unida, mas devem crescer também os riscos de uma deflagração generalizada, comprometendo o sucesso da intervenção da Otan e EUA no Afeganistão e a segurança das remanescentes tropas americanas no Iraque. O fato é que o mundo árabe e o islâmico não serão mais os mesmos da época Hosni Mubarak e que isso mexerá com as correlações de força numa expansão discêntrica, com consequências ainda difíceis de antecipar.

Dado que o ônus da divisão não é provocado por fatores imutáveis como a geografia ou caracteres nacionais, mas é um evento histórico que pode ser alterado por interesses e correlações de forças internas e internacionais, e considerando que mesmo as duas Alemanhas, Ocidental e Oriental, reunificaram-se no ocaso da Guerra Fria, caso as duas Coreias se juntem sob uma mesma soberania, isso alterará o equilíbrio de poder no Extremo Oriente. O “novo” país teria um território de aproximadamente 222 mil quilômetros quadrados e uma população de 72,5 milhões de habitantes, aproximando-se dos 372 mil quilômetros e 127 milhões de habitantes do Japão. O principal dado: além dos arsenais nucleares do Norte e do dinamismo da economia do Sul, as Coreias somadas têm um efetivo militar de quase 1,8 milhões de soldados, contra 215.600 do Japão¹⁵⁶.

A virtual coalizão entre China e Japão, suscitada acima, representaria a perda do principal ponto de contenção ao controle sobre o Pacífico e a complementaridade de um produto bruto próximo dos 11 trilhões de dólares (10,05 trilhões em 2009), muito próximo do norte-americano e do europeu ocidental, respectivamente de 16,47 e 16,12 trilhões de dólares.

O risco de retorno de um virtual sistema bipolar, ou de uma nova guerra fria, portanto, é a superação pelo Leste da Ásia da situação sob ônus em que se encontra, o que produziria um novo equilíbrio militar, que pode ser viabilizado tanto pela unificação das Coreias quanto por uma coalizão sino-nipônica, ou por ambos os fatos, o que pode causar a emergência do continente, e uma completa reviravolta no

¹⁵⁶ Ver Apêndice. Conforme os dados da OMC, o PIB de uma Coreia unida seria de apenas 872,5 bilhões de dólares, mas, como as informações econômicas sobre a Coreia do Norte são reconhecidamente precárias, pode-se cogitar que sua pujança econômica seria maior.

controle do Pacífico, não por força dos seus gastos militares, de somente 140,95 bilhões de dólares (9,38% dos gastos globais) contra 720,4 da América do Norte (47,95% do total mundial), mas do peso da economia, com um crescimento anual de 10 pontos percentuais, e do fator demográfico, uma população de 1,58 bilhões de habitantes, numa ampla região, considerando também o Sul da Ásia e o Sudeste Asiático, com um total de 3,78 bilhões de habitantes, ou seja, quase 55% da humanidade.

Uma régua única para medir potências?

Voltando a Ray Cline, que teve a ousadia de discriminar os elementos que constituem o poder, num engenhoso esforço para submetê-los à rédea da razão. Em seu *World power assessment*, ele propõe uma fórmula para calcular a capacidade das potências de influir sobre suas zonas politectônicas e sobre a balança de poder mundial, criando um instrumento que permitiria minimizar as dificuldades de entendimento da complexidade internacional e fornecer ferramentas seguras para as definições estratégicas. Muito embora o poder, segundo ele, seja integrado por componentes *tangíveis*, como o tamanho das forças armadas, do território ou da população, que podem ser medidos, e elementos *intangíveis*, como a consciência nacional e a clareza de objetivos, de cálculo mais complexo, mas que podem ser estimados ou avaliados.

O poderio nacional, descrito em termos realistas, é uma mistura de debilidades estratégicas, econômicas e políticas. É determinado em parte pelas forças militares e pela organização militar de um país, mas mais ainda pelo tamanho e a localização do território, a natureza de suas fronteiras, as populações, os recursos de matérias-primas, a estrutura econômica, o desenvolvimento tecnológico, a força financeira, a composição étnica, a coesão social, a estabilidade dos processos político e decisório e, por último, a qualidade intangível geralmente chamada espírito nacional. (CLINE, 1983, p. 10).

Ele desenvolveu, com base nesse princípio, uma fórmula que permitiria quantificar o que chama de *perceived-power-weights*, que Leonel Itaussu Almeida Mello traduziu para “Poder perceptível”, e Jarbas Medeiros para “Poderio nacional” ou “Poder percebido”, representado pela expressão Pp. Este combinaria o peso relativo dos fatores tangíveis e intangíveis. Os três elementos tangíveis do poder (cada um

deles com peso relativo de 0 a 10 na sua fórmula) são: o espaço e a posição do território, assim como sua população, que ele chama de Massa Crítica (C), o Produto Nacional Bruto (PNB) e a importância, dentro dele, da produção de certas mercadorias básicas, como energia, minerais estratégicos, alimentos e participação no comércio exterior, que ele denomina Capacidade Econômica (E) e os gastos efetivos militares e as armas disponíveis, que chama de Capacidade Militar (M). Os elementos intangíveis que, na sua fórmula, moderariam os tangíveis, por um multiplicador variável em décimos entre 0 e 1, correspondem ao Objetivo Estratégico (S, de *Strategy*, correspondente ao treinamento das tropas e capacidade das lideranças) e Vontade Nacional (simbolizado por W, referente à clareza de objetivos, unidade dos comandos e adesão da população à política externa). Esses elementos seriam calculados, portanto, segundo a seguinte fórmula:

$$Pp = (C + E + M) \times (S + W)^{157}$$

O poder perceptível, por conseguinte, seria obtido pela soma das avaliações dos elementos tangíveis (massa crítica, capacidade econômica e capacidade militar), cujo resultado seria multiplicado pela soma dos elementos intangíveis (estratégia e vontade nacionais), o que aumentaria muito o peso relativo destes últimos.

A dificuldade maior desta fórmula é a estimativa dos elementos intangíveis, pois eles dependem de avaliações qualitativas sobre a destreza, o treinamento e adestramento das tropas, a capacidade de decisão dos comandantes, aderência da sociedade aos projetos nacionais, coragem, frieza etc.

As estimativas padronizadas de poderio militar convencional, baseadas em número de tropas, de unidades de combate e inventários de equipamento são reconhecidamente pouco dignas de confiança. Os 'intangíveis' do poderio militar – a habilidade e o moral das tropas, a qualidade da liderança militar, a coerência das estratégias operacionais, a flexibilidade, mobilidade e alcance das forças e até mesmo o moral político são muitas vezes ignorados porque não podem ser expressos em números e listas. (CLINE, 1983, p. 13)

Essas dificuldades, porém, podem ser atenuadas, se não resolvidas, pelo uso de equipamentos sofisticados de cálculo, como grandes computadores, como os empregados pelos serviços de inteligência desde a Segunda Guerra Mundial, e por

¹⁵⁷ Em português, a fórmula poderia ser apresentada assim: $Pp = (MC + CE + CM) \times (E + VN)$.

equipes multidisciplinares de analistas, com quadros das mais diversas especialidades: além de militares e engenheiros, historiadores, geógrafos, geólogos, sociólogos, antropólogos, psicólogos sociais, linguistas, semiologistas etc. Ainda que a análise de poder perceptível e a avaliação de poder comparado possam ser imprecisas, ele acreditava ser possível chegar a avaliações muito próximas da realidade, imprescindíveis para assessorar a tomada de decisões. De outro lado¹⁵⁸, como os próprios elementos da realidade são cambiáveis, ele propunha a reavaliação de todos os itens medidos regularmente, a intervalos de um ano.

Cline teve a ousadia de listar os elementos que contribuem para a definição do poder perceptível e atribuir a cada um deles um peso numérico específico, para obter, no final, uma espécie de indicador do poder da potência. Para ele, embora sem uma grande novidade nisso, os chamados *monster countries*, em qualquer circunstância devem exercer um papel relevante na política mundial, pois o tamanho de seu território, e suas conseqüentes riquezas naturais, são um elemento que deve ser pesado, assim como sua população e capacidade econômica, o que colocaria alguns países, dependendo de suas zonas politectônicas, entre os candidatos a grandes potências mundiais como, além de Estados Unidos e Rússia, China, Índia, Paquistão, Irã, Egito, Arábia Saudita, África do Sul, Nigéria, Brasil, Argentina e México. A área territorial, entretanto, não é suficiente para isso, a exemplo do Canadá, que tem um dos maiores territórios, mas uma população relativamente pequena,

¹⁵⁸ No caso, por exemplo, citando uma aplicação do método quantificador das potências de Cline, o coronel Edmar Eudócio Telesca (In: "A defesa nacional" (1979, p. 29-27), reduzindo o peso da Massa Crítica para 0 a 5 e ampliando a escala do multiplicador para 0 a 1,5, conforme Mello (1996, p. 163) concluiu que a Venezuela, com um somatório de 27 nos elementos tangíveis, contra 36 da Argentina, seria uma potência maior que esta graças a seus elementos intangíveis.

Tabela 5: Poder perceptível na América do Sul

País	MC	CE	CM	(MC + CE + CM)	X (E + VN)	= Pp	Class.
Brasil	20	29	10	49	1,3	63,7	1º
Venezuela	5	18	4	27	1,5	46,5	2º
Argentina	8	20	8	36	1,1	39,6	3º
Chile	5	11	5	21	1,0	21,0	4º
Peru	6	11	5	22	0,7	15,4	5º
Colômbia	7	8	4	19	0,7	13,3	6º
Equador	3	7	2	12	0,6	7,2	7º
Bolívia	5	5	5	11	0,6	6,6	8º
Paraguai	3	4	1	8	0,7	5,6	9º
Uruguai	2	5	2	9	0,5	4,5	10º
Guiana	2	6	1	9	0,3	2,7	11º
Suriname	2	4	-	6	0,2	1,2	12º

uma alta renda per capita mas, em consequência da baixa demografia, um PIB menos significativo. Para ele, ainda, a capacidade militar precisaria ser dividida em duas partes para a análise, a militar convencional e a nuclear, na qual, em 1977, como hoje não é difícil perceber, sua avaliação, característica do clima da Guerra Fria, continha exageros.

Não se pode negar que os oito maiores em tamanho geográfico são considerados nações de consequência. [...] O poderio econômico e a potencialidade econômica são particularmente difíceis de avaliar, mas as nações relativamente auto-suficientes – sobretudo em matérias-primas para a indústria e alimentos – são geralmente tidas como mais poderosas do que outras com o mesmo nível coerente da capacidade econômica. (CLINE, 1983, p. 11)

O predomínio esmagador da força estratégica dos soviéticos e dos norte-americanos é o fator dominante da vida internacional. Contudo, certa aura de poder vem do fato de ser membro do 'clube nuclear' e até nações como o Japão, a Suécia, a Argentina, a África do Sul, o Paquistão e Formosa, vistos como possuidores da capacidade de fabricar armas nucleares, desfrutam entre seus vizinhos de certa vantagem marginal de respeito ou temor. (CLINE, 1983, p. 13)

O ferramental de Cline para mensurar o poder das potências pode, contudo, ser discutido a granel, no que diz respeito a suas escolhas arbitrárias, como no atacado de sua pretensão de domar um aspecto tido como indômito da realidade. Nos pormenores da aplicação de seu método que, de resto, foi empregado por décadas pela CIA, ele pode ser questionado a respeito da própria arbitrariedade de suas medidas: Por que atribuir igualmente o peso 0 a 10 a cada um dos três elementos tangíveis? O que justifica usar a mesmíssima régua para medir a massa crítica (território e populações) e as capacidades econômica e militar? Que aspectos têm em comum os ritmos da produção e o emprego da força que permite submetê-los a uma escala com as mesmas gradações? Trata-se evidentemente de uma escolha arbitrária e não justificada por Cline, da mesma forma que o peso, na verdade idêntico, de 0 a 1, em variações decimais, mas amplificado pelo fato de ser usado como multiplicador, para os fatores imponderáveis. Ele não opera com a possibilidade de o peso específico de cada elemento ser relativo, ou seja, sofrer alterações de importância quando eles se articulam entre si de maneiras diversas. Desse modo, o excessivo valor concedido por ele ao peso do imponderável não constitui, em última regra, uma rendição à fragilidade de um método só supostamente rigoroso de mensuração?

A atribuição de um peso constante a cada um dos muitos fatores que interagem na formação do poder perceptível das nações decorre quase de um inconformismo com a flexibilidade da própria realidade, com seu caráter movediço e veloz, denunciando o objetivo efetivo de sua empreitada, o conhecimento da realidade internacional e a formulação de apostas para a definição das políticas externas. Apesar da notável disciplina e esforço de organização exigidos, a fórmula inventada para dobrar a multidão de vontades e realidades externas a uma vontade centralizada não é capaz de perceber que a combinação dos elementos citados, diferentemente dos experimentos da área da Química, produzem substâncias novas, despertadas pela mistura, mas não decorrentes dela. Trata-se, por isso, de um empreendimento teórico positivista, que descaracteriza os próprios fenômenos estudados para submetê-los à disciplina da régua única criada para medi-los, com o risco de, ao final, dimensionar somente o próprio instrumento de medida.

Em certa medida, a substituição da paciente análise histórica pela tomada de medidas específicas se parece com a arte do domador insatisfeito ou com o empenho do artesão que, a números martelados, procura reduzir a uma reta transparente o triângulo paradoxal de Aron ou reconfigurar a essencial trindade surpreendente de Clausewitz num único elemento. O autor de *Da guerra*, porém, continua desafiador à inteligência porque conferiu rigor ao estudo da surpresa, combinando a precisão na análise com a imprecisão dos resultados práticos, por estudar um objeto que não é, ele próprio, previsível, pois Clausewitz criou uma teoria que concebe quaisquer resultados de cada conflito como singulares e carregados de novidade, produzidos a partir das inumeráveis e insuspeitáveis combinatórias dos elementos paixão, ou povo, aleatório, ou as tropas militares, e a razão, ou o governo ou a estratégia, não por um capricho seu ou da teoria, mas devido à natureza efetiva da própria realidade. É ela que combina necessidade e surpresa ou contém tanto a causalidade estrita quanto o resultado inesperado. Tentar retirar, pelo esforço de disciplina teórica, o componente de insondabilidade da realidade é como desalmá-la ou a esvaziar exatamente de um dos elementos centrais para a sua compreensão. Não há vitórias por antecipação, ou isso tornaria gratuitos quaisquer enfrentamentos ou pretensões. Impedir o conflito pelo cálculo de seus desdobramentos, ou substituir a própria realidade pelos números que a deveriam representar, ou pela sua antecipação teórica, com o propósito de prevalecer sem os riscos inerentes, representaria desumanizar a his-

tória, a sociedade e as interações intergrupos sociais. A descoberta da política como ciência, a propósito, em Maquiavel, correspondeu à sua descoberta como arte.

Penso poder ser verdade que a fortuna seja árbitra de metade de nossas ações, mas que, ainda assim, ela nos deixe governar quase a outra metade. (In: O Príncipe, 1987, p. 103)

A ansiedade pragmática de substituir a paciente reconstrução dos eventos e correlações por meio da análise, baseada na interpretação histórica, por fórmulas matemáticas corresponde, também nos EUA, sob o afã de resolver logo as questões internacionais, se possível pela demonstração da incontestável supremacia, à teoria científica ou à teoria das relações internacionais baseada na teoria dos jogos, de Morton Kaplan. Este propunha a introdução de um ferramental técnico, computadores, fórmulas matemáticas e jogos para resolver embates científicos e políticos. Imaginava que os conflitos e guerras do futuro poderiam ser evitados por simulações à frente de telas de computador, demonstrando aos inimigos a inevitabilidade de sua futura derrota. Mais que isso, a utilização de métodos quantitativos, para ele, reproduzindo o conjunto dos fatores envolvidos na estruturação das ordens mundiais e o relacionamento dos Estados em seu interior, embora desenvolvidos à sombra das teorias realistas, com as teorias dos jogos representariam também uma revolução epistemológica, aposentando o arcaico e “fastidioso” modo clássico de produção de conhecimentos. A crítica mais contundente ao que chamou de “cientificismo americano” foi formulada pelo racionalista australiano Hedley Bull, num célebre artigo, “Defesa da abordagem clássica”, publicado por Phillipe Braillard em *Teoria das Relações Internacionais*, que o classificou como “fetichismo da medição” (p. 57). Para ele,

A dificuldade aparece quando a busca do quantificável nos leva a ignorar as diferenças importantes entre os fenômenos recenseados e a atribuir ao que foi quantificado um significado que ele não possui, ou a ser absorvidos pelas possibilidades de recenseamento que proliferam no nosso campo, a ponto de sermos desviados dos estudos qualitativos que são, na maior parte dos casos, mais fecundos. (BULL, in: BRAILLARD, 1990, p. 55).

Apesar de registrarem, classificarem e catalogarem um grande número de informações úteis sobre a política internacional, essas abordagens refletiam mais o momento psicossocial dos EUA do que um conjunto conceitual com capacidade efe-

tiva de interpretar a complexidade do sistema internacional e por isso Bull refere-se a elas e a seus proponentes com irritada ironia:

Como os adeptos do positivismo lógico, quando eles tentaram apropriar-se da filosofia inglesa nos anos 1930, ou como os brilhantes jovens tecnocratas do [Sr.] Robert Mc Namara[:] quando entram no Pentágono, eles consideram-se como homens novos, experimentados e de espírito frio, que assumem a sucessão de uma disciplina usada e imprecisa ou de uma pseudodisciplina que tinha conseguido, até ali, escapar ao método científico, por uma estranha manigância, mas que teve sempre, como destino inevitável, o dever de sucumbir perante eles. (BULL, in: BRAILLARD, 1990, p. 37)

Aposentadoria e desespero na ordem internacional

Para implementar suas fórmulas matemáticas, Kaplan e Cline foram obrigados a elaborar listagens dos fatores que influem sobre o poderio dos Estados de forma muito mais pormenorizada que os autores realistas. Cline, sobretudo, dispondo de uma ampla equipe de pesquisadores e necessitando alimentar sistemas de computadores, precisou chegar a estimativas numéricas para cada um desses fatores. Embora ambos tenham se tornado servos dos números que produziram, e da rigidez que as relações puramente matemáticas implicam, o último deles chegou a produzir uma lista dos metais nobres e gêneros alimentícios que seriam fundamentais à supremacia americana e cujo suprimento contínuo deveria ser garantido pela política externa. Com base nele, portanto, não é difícil perceber as dependências da potência-líder do mundo contemporâneo em relação aos treze subsistemas regionais propostos por nós para a compreensão do sistema internacional. Para que a listagem de produtos e serviços essenciais se torne mais abrangente, seria útil também completá-la, enumerando as dependências de cada um dos subsistemas em relação aos demais e de cada um dos membros de cada subsistema em relação a seus vizinhos¹⁵⁹, embora a globalização tenha padronizado as interdependências em relação a alguns itens essenciais como financiamento e investimento, energia e commodities básicas, conhecimentos científicos e tecnologia, informações e segurança.

Como já dissemos antes, se a globalização tornou impossível a compreensão dos subsistemas regionais isoladamente do sistema global, os Estados singulares,

¹⁵⁹ Pesquisa que, por mais importante que seja, demandaria enorme trabalho braçal e que excederia em muito nossos propósitos com esta tese.

que exercem uma soberania reforçada em função das novas condições de interdependência complexa, só podem ser definidos a partir das funções e dos papéis que exercem no interior do *subsistema* regional, embora alguns poucos tanto sofrem influências subsistêmicas quanto sistêmicas e outros influenciam tanto sua própria região quanto as contíguas; em alguns casos, a dependência e a influência acontecem e se exercem sobre áreas bem mais amplas, e até distantes, do planeta. Os critérios para a classificação dos Estados no interior de cada região, por isso, são universais, embora os subsistemas não sejam todos iguais nem funcionem da mesma maneira, e formulados a partir das determinações objetivas sugeridas pelos realistas clássicos e pormenorizadas pelos autores pragmáticos da Guerra Fria: tamanho do território, variedade da sua produção material e acessibilidade, população e seu grau de preparo educacional para o manejo das novas tecnologias, dimensões, abrangência da sua economia e dependência do mercado internacional, sua participação na comunicação global e capacidade de formação de correntes de opinião pública interna e internacional, participação nas revoluções militares, ou seja, na posse e capacidade de desenvolvimento de armamentos estratégicos e tamanho das forças armadas clássicas, para a defesa do próprio território e capacidade de coação sobre os demais, além de uma elite dirigente preparada e identificada com os projetos estratégicos nacionais.

Considerando esses pré-requisitos, **indicamos a possibilidade** de desenvolvimento de um modelo analítico que possa ser aplicado à análise concreta da inserção de qualquer país na política internacional, que leve em conta, além de suas potencialidades e limites, as sensações internas, que regem em última instância a estratégia do Estado e aquilo que Cline chamava de a Vontade Nacional. Para isso, fazemos a seguir uma distinção no emprego de duas palavras: “Potência” e “Estado”. Definimos com a palavra “Potência” as unidades dos subsistemas que exercem o papel de atores sistêmicos, ou seja, cuja ação isolada ou decorrente de suas repercussões sobre a política regional têm alcance sobre o sistema internacional. Designamos como “Estados” as unidades que, exceto em circunstâncias excepcionais, atuam somente no plano subsistêmico, ou seja, cujas ações influem sobre as vizinhas e contribuem para o equilíbrio regional, mas alcançam projeção internacional por intermédio da potência regional.

Sugerimos a seguir uma tipologia que é, ao mesmo tempo, uma classificação de Potências e Estados em oito tipos, conforme sua eficácia no plano subsistêmico: Potências satisfeitas, Potências preocupadas, Potências solitárias, Potências insatisfeitas, Estados arranjados, Estados incomodados, Estados aposentados e Estados desesperados. Trata-se de oito tipos que comportam variações, pois há diversas formas de aspirantes ou candidatos a integrar o grupo de cima: candidatos a aposentados, em preparação da insatisfação, postulantes a Estados arranjados ou insatisfeitos etc.

Os grandes Estados das grandes regiões do planeta, pelo menos América do Norte, do Sul, África Subsaariana e do Norte, Europa Ocidental e Oriental, Oriente Médio-Ásia Central, Ásia do Sul e Leste-Sudeste da Ásia, por seu tamanho, localização, população e importância econômica, estão fadados a desempenhar o papel de protagonistas no sistema internacional, ainda que no presente, em virtude do seu atraso, fragilidade de suas instituições ou crises conjunturais, estejam constrangidos a priorizar sua própria sobrevivência. Eles são as grandes potências regionais, satisfeitas ou insatisfeitas com seu papel no sistema internacional e com o tipo de hegemonia existente, a ser conservada ou alterada, conforme se sintam beneficiados ou prejudicados por ela. Ao contrário dos rankings de poder desenhados pelos realistas, porém, não apenas as grandes potências sistêmicas ou as regionais são importantes, mas, no plano subsistêmico, mesmo aquelas que ocupam as posições inferiores do ranking, ao se esforçarem para manter o seu estatuto ou para não perder ainda mais posições, acabam influenciando sobre o equilíbrio de poder e, de alguma forma, pesam na formatação do bloco histórico internacional ou consenso internacional, parafraseando uma linguagem gramsciana.

Outros Estados, ao contrário dos anteriores, por terem um território e/ou população limitados, embora até possam ter um alto grau de desenvolvimento de suas forças produtivas e níveis educacionais elevados, não convivem com a expectativa de ascender ao papel de grandes potências. Não se empenham em alcançar a condição de grandes potências ou a hegemonia internacional, mas somente em fazer com que a ordem existente favoreça o seu progresso econômico, para que mantenham ou alcancem uma alta renda per capita¹⁶⁰ e possam continuar ou passar a ofe-

¹⁶⁰ O esforço para a compreensão dos subsistemas, indo além dos modelos realistas, liberais, neorealistas e neoliberais, deveria levar em conta a conjugação de todos os fatores que produzem poder, num esquema que serve de sugestão para outros aprofundamentos.

recer condições de vida que mantenham seus súditos agregados em torno do Estado. São as pequenas ou médias potências, que se mobilizam para conservar ou ob-

Quadro 6: Classificação dos países nos subsistemas regionais da Ordem pós-Guerra Fria

Tipos de Estado	Características demográficas	Características econômicas e sociais	Aspirações
Potências satisfeitas	Grandes potências territoriais e populacionais.	PIB e Renda per capita elevados, participação significativa no comércio mundial e na produção de tecnologias.	Tipo ideal. Jamais existiu um Estado dominante sem opositores ou insatisfeitos.
Potências preocupadas	Grandes potências territoriais e populacionais. É o caso da potência regional da região dominante no sistema.	PIB e Renda per capita elevados. Mas que sentem sua liderança ameaçada. Dão atenção cada vez maior às forças armadas.	Potência ou potências mundiais que se sentem ameaçadas pela ascensão de concorrentes, com ênfase na defesa.
Potências insatisfeitas	Grandes potências territoriais e populacionais que se sentem injustiçadas. Reivindicam maior liderança mundial.	PIB e/ou Renda per capita em ascensão. Reivindicam posição superior no ranking do poder, para continuar a crescer.	A partir da sua economia, aspiram por maior poder. Não aceitam controles sobre os caminhos até elas.
Potências solitárias	Potências grandes ou médias deserdadas ou sob o risco de serem deserdadas pela grande potência do sistema.	PIB ou Renda satisfatórios. Incômodo decorrente do isolamento ou risco do isolamento.	Não aspiram o domínio mundial, mas reclamam da ausência de proteção. Potências agressivas, que recorrem às armas.
Estados arranjados	Potências médias ou as potências secundárias regionais, conciliadas ou reconciliadas com a grande regional.	PIB ou Renda em ascensão. Opção mais por desenvolvimento e qualidade de vida do que por poder.	Potências que superaram rivalidade e obtiveram o benefício da solidariedade em suas áreas. Regionalistas.
Estados incomodados	Potências médias regionais que rivalizam com o <i>status quo</i> , a líder regional ou outra vizinha.	Potências regionais concorrentes. Podem, usar a força para seus propósitos.	Reivindicam maior espaço no subsistema regional. Fator de instabilidade e divisão.
Estados aposentados	Potências médias ou pequenas com alta renda per capita e elevado grau de satisfação interna.	População relativamente acomodada, satisfeita com os serviços sociais. Estados estáveis.	Potências conservadoras e conformadas. Estáveis. Aspiram por condições externas favoráveis.
Estados desesperados	Estados com território e população limitados. Com economia atrasada e sem perspectivas de sair dessa situação.	Os chamados Estados fracos, com fraco controle sobre a população e situação interna de grande risco.	Situação sem perspectivas de grandes mudanças. Risco de desintegração.

ter uma condição equivalente à da aposentadoria no sistema previdenciário interno. Não procuram impor uma ordem ao mundo, mas empenham-se em alianças capazes de construir uma ordem que propicie os objetivos internos de seus cidadãos. Isso não quer dizer que sua influência seja menor. Embora suas pressões possam não ter força para influir sobre o sistema internacional, elas podem ser decisivas para o equilíbrio sub-regional, sobretudo se pequenas e médias nações com características assemelhadas formam coalizões para pressionar as maiores. Além dessas, existem também potências preocupadas, que estão perdendo posições no ranking internacional, ou temem perder, e não se conformam com isso, e nações desesperadas, pequenas o bastante para não alimentar qualquer projeto de mudança mundial, incapazes de propor coalizões, e insuficientemente desenvolvidas economicamente para conseguirem equacionar seus conflitos internos decorrentes da desigualdade, da fome e da miséria; convivem com a debilidade das instituições e costumam recorrer a medidas extremas para conservar a “ordem” interna.

Mais do que vontades nacionais abstratas, as coletividades também são movidas por projetos, esperanças ou ressentimentos. A análise política internacional precisa dar conta também dessa dimensão da realidade e por isso fazemos essa indicação, sugerindo um modelo, aplicável, a qualquer subsistema regional, composto pelos tipos básicos de Estados mencionados acima. Eles foram definidos levando em consideração também, além dos fatores clássicos, as questões da exclusão ou inclusão social, índices de miséria e de qualidade dos serviços de saúde e educação, medidos, por exemplo, pelo Indicador de Desenvolvimento Humano da ONU (IDH), critérios que nortearam a coleta e organização de dados feita por nós sobre todos os Estados por suas regiões¹⁶¹.

Como já foi dito, a região de sua localização é o primeiro *habitat* dos Estados. A sua projeção internacional começa pelas cercanias, e ela pode ser limitada, em virtude do pertencimento a um subsistema sob o ônus da divisão, ou ampliada, devido à interação num subsistema sob o benefício da solidariedade. Dificilmente uma potência consegue obter a supremacia mundial enfrentando oposição intensa em suas próprias cercanias.

A situação ideal, que chamamos *Potências satisfeitas*, é o equilíbrio no ponto máximo entre as aspirações das potências e o conformismo ativo das potências do-

¹⁶¹ Ver o Apêndice, ao final deste trabalho.

minadas, o que proporciona legitimidade ao sistema. Trata-se de uma situação internacional de completa estabilidade, quadro ainda jamais construído em qualquer época ou lugar de maneira duradoura. Se essa categoria é somente um tipo ideal weberiano, jamais experimentada, variações dos outros seis tipos, exceto também o de *potências solitárias*, podem ser encontradas em praticamente todos os treze subsistemas regionais. Em todos há uma grande potência regional, acompanhando a definição de Huntington, mas que, em alguma medida, é também uma *potência preocupada*, porque se sente ameaçada pela grande potência mundial, ou é acossada pelo segundo maior Estado do subsistema, que pode ser classificado como *arranjado*, nos casos de regiões sob o benefício da solidariedade, ou *incomodado*, no caso das regiões sob o ônus da divisão, em que a potência regional sofre oposição de outros Estados. No caso da Europa Ocidental, por exemplo, se o condomínio franco-germânico é a potência preocupada, o Reino Unido desempenha também o papel de *potência insatisfeita*, ainda que de forma moderada. Na América do Sul, a potência regional, ou preocupada, é o Brasil, secundado, na Bacia do Prata, por um *Estado arranjado*, a Argentina, sob o benefício de uma relação de solidariedade no âmbito do Mercosul, e por *dois Estados incomodados* ao Norte, no âmbito da Bacia Amazônica, Colômbia e Venezuela. Nos subcontinentes sob o ônus da divisão, como Europa Oriental, África do Norte, Oriente Médio, Ásia Central, do Sul, Extremo Oriente e Sudeste Asiático, não há potências arranjadas, uma vez que todas, de alguma maneira, são movidas por suas insatisfações ou a sensação de insegurança. Os incomodados, por isso, poderiam também ser designados como antagonistas: Ucrânia e, talvez, Geórgia; Marrocos; Síria e Arábia Saudita; Afeganistão, Paquistão; Japão e Coreia do Sul; Tailândia. Nos subsistemas mais complexos ou com número de Estados superior a sete, como as duas Europas, a África subsaariana e o Oriente Médio, a rede de incômodos e arranjos estende-se a todas as unidades do subsistema.

Potência solitária é um tipo de definição empregada para classificar os Estados que, por sua localização, significação cultural ou especialização econômica, desempenham o papel de atores do sistema internacional, mas são isolados em suas regiões, ou subsistemas, cercados por povos com etnias, culturas ou interesses diferentes dos seus, e que, para sobreviver, contam com a proteção das grandes potências do sistema. É o caso, por exemplo, do Japão, nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, que concordou em se desarmar mas passou a contar com proteção

externa e investimentos econômicos; da Costa Rica, que preferiu eliminar suas forças armadas, optando pela segurança oferecida pelos EUA; da Arábia Saudita, com suas imensas reservas petrolíferas em meio a países miseráveis, com mercado e proteção distantes, e de Israel, implantado no território da Palestina, em meio à hostilidade de milhões de árabes. A solidão no subsistema equivale, em alguns casos, a artificialidade, e implica em ameaça constante, com um alto custo para garantir a segurança.

Estados aposentados ou *desesperados*, finalmente, são instituições coletivas de povos pouco numerosos ou que ocupam faixa territorial menos expressiva, sem conseguir, por isso, projetar-se sobre o sistema internacional, embora possam influir, às vezes até decisivamente sobre o equilíbrio regional. São aposentados aqueles que, por desenvolverem uma ou mais especialidades econômicas, conseguiram uma renda per capita apreciável e conseguem oferecer serviços sociais de qualidade e condições de vida aprovadas por seus cidadãos. Por isso, são Estados estáveis. Podem ser classificados como aposentados, por exemplo, o Canadá e as duas principais potências da Oceania, Austrália e Nova Zelândia; as duas últimas, embora tendo enviado tropas ao Iraque para a Segunda Guerra do Golfo, em apoio à coalizão EUA-Reino Unido, tiveram um gasto militar em 2009 de 2,4% e 1,4% do seu PIB, enquanto o Canadá gastou somente 1%; Austrália e Nova Zelândia, ainda, ostentam rendas per capita de primeiro mundo, US\$ 43.770 e 26.830, e IDHs classificados como muito elevados, o 2º e o 3º maiores do mundo. A Europa Ocidental é o subsistema com maior número de Estados aposentados, que têm um comportamento conservador da ordem internacional, o que limita os projetos políticos do condomínio franco-germânico. Podem ser classificados nessa categoria, dentre outros, as rendas per capita muito ricas como a de Mônaco (US\$ 203.900 anuais), Liechtenstein (113.210), Noruega (86.440), Luxemburgo (74.430), Dinamarca (58.930), Holanda (49.350) e Suécia (48.930), além das economias ricas, como as da Espanha (31.870), Itália (35.080), Grécia (28.630) e Portugal (20.940). Para esses países são arriscadas as aventuras de recuperação da centralidade política europeia da Alemanha (renda per capita de US\$ 42.650, PIB de US\$ 3,35 trilhões, população de 82,1 milhões de habitantes e gasto militar de US\$ 46,9 bilhões) ou França (respectivamente US\$ 42.680, 2,65 trilhões, 62,6 milhões e US\$ 67,2 bilhões). Nos demais continentes, os Estados aposentados são menos numerosos, um a dois no Sudeste A-

siático, a cidade-estado de Cingapura (com renda per capita de US\$ 37.220 e uma população de apenas 4,8 milhões de habitantes) e a petrolífera Brunei (com população de 400 mil pessoas e renda anual de US\$ 27.050). Fora isso, a América do Sul tem três a quatro Estados candidatos à aposentadoria: Uruguai (com renda de US\$ 9.360 e IDH 0,765, o 52º do ranking) e Chile (45º do IDH), entre eles. Na região do Caribe desfrutam de aposentadoria várias ilhas-Estado dedicadas ao turismo e/ou que funcionam como paraísos fiscais, com rendas per capita tidas como de primeiro mundo.

Estados desesperados, finalmente e ao contrário dos anteriores, são aqueles com dimensões territoriais comparáveis às dos aposentados, mas com densidade habitacional variável, renda per capita baixa e serviços públicos – de saúde, educação, justiça e segurança interna - precários. Estão, por esse motivo, sujeitos à insubordinação de seus cidadãos, constituindo-se também em focos de problema para os vizinhos e até, em virtude da globalização das comunicações, para Estados distantes. São aquilo que Francis Fukuyama chamou de Estados falidos, ou os primos pobres da globalização. A lista é muito grande e concentra quase dois em três dos países da África subsaariana (excetuando os emergentes África do Sul e Nigéria, e mais alguns como Botsuana, Gabão, Guiné Equatorial, Maurício, Namíbia, Seicheles e Zâmbia), e quase todos os Estados das linhas de cisão civilizacional da Ásia Central e Oriente Médio, a exemplo do Iêmen (renda per capita de US\$ 1.060 anuais), Sudão (1.220), Somália (603), Síria (2.410), Iraque (2.210, apesar da terceira maior reserva de petróleo), Líbano (7.970, em virtude da quase impossibilidade política de formação de um regime estável), Paquistão (1.020) e Afeganistão (370). No Sul da Ásia incluem-se, entre os Estados desesperados, Bangladesh (renda de US\$ 590) e Nepal (440), e, no Sudeste Asiático, Laos (880) e Camboja (650).

No interior dos seus subsistemas, há Estados que desempenham mais que um papel, como o de potência arranjada e aposentada, como nos casos de Canadá e Nova Zelândia. Ou incomodada e, ao mesmo tempo, desesperada, situação para a qual parece estar se encaminhando o Paquistão, a primeira face à Índia, como unidade da Ásia do Sul, a segunda face aos Estados Unidos, o Irã e o Afeganistão, como Estado-anfíbio da Ásia Central. Há também situações intermediárias, de unidades políticas que desempenham um papel, mas têm projetos para desempenhar outro.

O fato de haver uma ordem não significa a existência somente de conformismos, mas um equilíbrio entre conformismos e inconformismos, e os equilíbrios são sempre transitórios e precários. As potências insatisfeitas, os estados incomodados e setores marginalizados da sociedade internacional globalizada procuram desestabilizá-la. A potência preocupada tenta reformá-la. Cada um dos tipos descritos acima de Potência ou Estado em geral tem posturas semelhantes em relação a alguns dos temas relevantes nos foros internacionais, como as questões referentes à legalidade, ao desenvolvimento, ao meio-ambiente e aos direitos humanos. Enquanto as potências preocupadas buscam formas jurídicas, no âmbito da ONU, por exemplo, para preservar as atuais correlações de forças internacionais, tentando transformar a força em direito, na acepção de Rousseau, as potências insatisfeitas e os Estados incomodados buscam alterar as regras do jogo e as correlações de forças. As potências aposentadas, por seu lado, são as maiores defensoras da redução da exploração econômica dos recursos naturais que podem causar danos irreversíveis ao meio ambiente comum, como a emissão de gases que provocam o efeito-estufa, sofrendo oposição da potência preocupada e das suas rivais insatisfeitas de outras regiões, que acreditam ser necessário manter seu crescimento econômico para garantir ou ampliar sua fração do poder mundial. A promoção dos direitos humanos, por outro lado, é apresentada como o motivo das intervenções militares em pontos isolados, mas os mesmos atores justificam as transgressões aos mesmos direitos quando elas são perpetradas por seus oficiais ou soldados, como excessos individuais, quando eles são flagrados em delito por notícias dos meios de comunicação globalizados. As guerras injustificadas e os atentados contra os direitos humanos têm motivado pedidos de condenação de determinados Estados no CS da ONU, como Israel, reiteradamente condenado, mas as deliberações nesse sentido costumam ser vetadas pela hiperpotência, uma situação em que os votos e ações são mais reveladores dos interesses e valores do que os discursos.

Transição, pré-transição, emergências

A supremacia completa dos EUA sobre a América do Norte é a base e o suporte do seu papel dominante no mundo. Com 43,9% do território da sua região,

68,7% da população, 86,6% do PIB e 96,6% dos gastos militares¹⁶², eles exercem um domínio avassalador sobre Canadá e México. O primeiro, ao Norte, pode ser definido como Estado aposentado, sem pretensões de projeção internacional e sem projetos de reverter o domínio americano. O México, ao Sul, é um exemplo de transição de Estado incomodado para Estado arranjado que, embora ainda tenha dificuldades para conter o tráfico de drogas e pessoas do seu território para o dos EUA, ingressou no Nafta e participa da divisão internacional do trabalho com seus vizinhos. Canadá e México, sentindo-se seguros sob o guarda-chuva militar dos EUA, consomem apenas 1% e 0,5% de seu orçamento anual em gastos militares, enquanto os EUA investem 5%. O temor do futurologista Georges Friedman em seu grandiloquente *Os próximos 100 anos*, de que o México se tornará o grande rival dos Estados Unidos por volta de 2080, revela-se assim despropositado.

O controle total sobre o segundo maior continente atual (atual porque os continentes são dinâmicos: crescem e se reduzem conforme as expansões e regressões políticas e culturais) é um dos principais elementos do domínio que os EUA, com menos de 1/20, ou seja, com somente 4,6% da população mundial, exercem hoje sobre o planeta. Outro elemento decisivo para esse domínio é a assimetria militar, pois continuam sendo os principais titulares da maior revolução em assuntos militares do século XX, a utilização da fricção nuclear na guerra, e respondem isoladamente por quase metade, ou 46,35%, dos gastos militares mundiais. A hiperpotência tornou-se a única capaz de desenvolver uma estratégia global ofensiva, restringindo os demais Estados à adoção de estratégias defensivas.

Considerando somente a assimetria militar, ou interpretando bidimensionalmente o mundo, a partir do ângulo da hiperpotência, o sistema internacional parece petrificado, e qualquer transição, bem como a emergência de novos atores, impossível; como se este fosse o fim da história, produzido não pela conclusão dos embates ideológicos, mas por uma assimetria militar inamovível. A impressão decorrente dessa interpretação é que as potências que às vezes despontam no horizonte, como o Japão nas décadas de 60 e 70, a União Europeia, nos anos 80 e 90 ou a China, no século XXI, só se destacam por sua economia e, ainda assim, como fenômenos momentâneos, pois em seguida entram em recesso e perdem a capacidade de impacto político. Não há condições efetivas, hoje, de qualquer potência desbancar os

¹⁶² Ver, a propósito desta e das referências aos Estados no interior de seus subsistemas regionais, os dados constantes do Apêndice.

EUA da liderança mundial pela força, nem é possível prever se e quando isso ocorrerá, embora essa possibilidade seja operada como iminente pela burocracia militar americana. Porém, a grande potência da América do Norte enfrenta concorrências em outro plano, estas sim capazes de abalar sua hegemonia. Isto porque a condição de maior potência nuclear e quase a metade do orçamento militar mundial, que conferem aos EUA o controle total sobre a América do Norte, a Central, a coalizão militar responsável pela segurança europeia, a Otan, e o domínio sobre os oceanos, talvez não seja suficiente para garantir a supremacia simultânea em terra também nos demais dez continentes do planeta, pois a defesa, como vimos¹⁶³, é a forma mais forte da guerra. O conhecimento e o apego ao terreno costumam multiplicar as forças dos combatentes.

Dada a força da defesa, a hiperpotência não conseguiria dobrar o somatório das estratégias defensivas e, apesar de sua capacidade demonstrada de desmontar Estados desesperados nas linhas de cisão civilizacional, como Afeganistão e Iraque, a maior potência de todos os tempos tem se revelado incapaz de desarticular organizações não governamentais armadas, como a Al Qaeda e o Talebã que, de resto, não abalam a segurança de Estados, mas o conforto de populações altamente sensíveis. Jamais houve tal desproporção de forças como a da atual potência dominante em relação às dos demais integrantes do sistema, mas também, paradoxalmente, isso se revela insuficiente para ordenar e normatizar o sistema. O projeto de estabelecer um poder universal fracassa, pois os EUA não conseguiram criar uma ordem exclusivamente unipolar e exercem seu poder sobre um tecido multifacetado, que é, ao mesmo tempo, também bipolar e multipolar. Apesar da primazia atômica, são obrigados a compartilhar a capacidade de destruição da terra completamente com o ex-concorrente da Guerra Fria e parcialmente com vários outros Estados, compondo uma espécie de bi-oligopólio atômico. Embora conservem a primazia econômica mundial, com quase 1/4 do total dos valores produzidos, ou 24,48% do Produto Mundial Bruto em 2009, e a liderança da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico, face a multiplicidade de especializações da globalização, tornaram-se também dependentes da produção realizada em outros Estados e são obrigados a competir, nem sempre em condições de vantagem, com várias grandes potências econômicas, uma vez que a economia mundial persiste multipolar. É nesta situação

¹⁶³ No capítulo 4.

de multipolaridade econômica, inescapável no atual estágio da globalização, que se desenha a transição da ordem internacional. Ao invés de solitária, a hiperpotência tem um comportamento entre preocupado e assustado, uma vez que o principal componente do seu poder, a força militar, tem se revelado insuficiente para formatar as vontades dos oponentes.

Uma reflexão sobre a transição e as emergências na ordem pós-Guerra Fria exige, por isso, que se pense sobre ciclos de longa ou média duração. E é preciso levar em conta que os momentos históricos não contêm apenas as fases de estabilidade e mudança, pois estas são preparadas por fases de transição em geral imperceptíveis, ou pré-transição durante a estabilidade. E, se a transição, de alguma forma, depende da imposição/aceitação de uma nova correlação de forças, e depende de uma confrontação real ou potencial, a pré-transição ocorre na esfera do econômico, é determinada em última instância pela produção, a criação de formas mais eficientes para arcar com os custos militares e para a produção de armamentos mais eficientes, ou revoluções nos assuntos militares. O econômico, assim, é o espaço da pré-transição e faz parte da transição em sentido lato. As globalizações econômica e comunicacional, além disso¹⁶⁴, tornaram irrenunciáveis as interdependências, pois elas conectam e unem mesmo os inimigos que participam da divisão internacional do trabalho. Nela todas as partes são forçadas a dormir com o inimigo, ou a comerciar com ele e preservar seus meios de produção. Elas constituem, portanto, o ambiente em que novas potências podem estar sendo germinadas e, outras, perdendo força apesar da incapacidade de ambas de se dar conta das novidades.

Observando os dados dos demais subsistemas, um desafio efetivo ao domínio americano aparentemente só poderia ser protagonizado pela União Europeia ou por uma grande potência do Extremo Oriente, como a China, usando como trunfos o conjunto formado pela significação para a economia globalizada, território e população, pois a Oceania não dispõe de condições demográficas para isso, a economia sul-americana ainda é incipiente e os demais continentes (as duas Áfricas, o Oriente Médio, o Sul, o Sudeste da Ásia e a Europa Oriental) continuam excessivamente divididos. A criação de laços econômicos entre Estados geograficamente distantes, por outro lado, como a proposta pela política sul-sul da diplomacia brasileira (que passa também pela África subsaariana), os Brics (Brasil, Rússia, Índia e China) ou a

¹⁶⁴ Como visto no capítulo 3.

ponte Irã ou Rússia-Venezuela, pode contribuir para o desenvolvimento econômico dos parceiros, mas não basta para criar novas polaridades políticas mundiais.

Em termos econômicos imediatos, a União Europeia é a segunda potência mundial, pois somente os 24 países da Europa comunitária tiveram, em 2009, um PIB somado de US\$ 16,12 trilhões, maior do que o dos EUA, de US\$ 14,26, ou 35,87% contra 24,43%. O gigante econômico, entretanto, já foi classificado também como um anão político, pois o continente continua fragmentado em quase três dezenas de soberanias, ou seja, não tem unidade política para liderar o sistema mundial, tem suas burocracias militares submetidas a uma organização dirigida pelos EUA, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Trata-se, enfim, de uma confederação frouxa sob intervenção militar da potência concorrente e dispõe de uma área territorial de 3,7 milhões de quilômetros quadrados (sem contar os países da Europa Oriental integrados à União Europeia). Considerando a centralidade de seu Estado e o território de 9,57 milhões de quilômetros quadrados, a população de 1,35 bilhões de habitantes, o PIB de US\$ 4,98 trilhões, os efetivos militares de 2,18 milhões de soldados e a posse de um arsenal nuclear, a segunda maior potência mundial de fato é a China, inclusive porque se situa num subcontinente com um PIB que já é o segundo do mundo e cresce a uma taxa de 10% ao ano. Para dimensionar o papel e o potencial do Extremo Oriente convém levar em conta também sua possibilidade de expansão para o Sudeste da Ásia, com território de 4,6 milhões de quilômetros, população de 590 milhões de habitantes e PIB superior a US\$ 1,5, e uma virtual coalizão com o também vizinho Sul da Ásia, com território de 3,28 milhões de quilômetros, população de 1,21 bilhões de pessoas e PIB de US\$ 1,31 trilhões.

Mesmo a China, porém, com gastos militares dez vezes inferiores aos dos EUA (4% contra 46,35%), conserva um plano estratégico defensivo, conformada com o cinturão de contenção formado por Japão, Taiwan, Coreia do Sul e Filipinas. Do ponto de vista econômico, contudo, ela se aproxima da importância desfrutada pelos EUA para o comércio mundial, já tendo 8,54% do PMB (contra 24,46%); o Leste da Ásia, puxado pelo dinamismo chinês, já representa 19,99% (contra 28,21% da América do Norte e 35,87% da Europa comunitária). As empresas do país, aos poucos, estão se expandindo para outras regiões, como o Sudeste Asiático, o Sul da Ásia e a África subsaariana e plantando tentáculos mais distantes, na Europa Oriental e América Latina, o que força a China a se defender, inclusive, com táticas ofen-

sivas e passar a questionar o estrito controle estrangeiro do Mar da China e do Pacífico.

À guisa de conclusão

Octavio Ianni, o orientador do meu orientador, recomendava que seus orientandos evitassem as introduções e conclusões em suas teses, por uma questão de economia e respeito ao bom gosto. Argumentava que as introduções, da mesma forma que as cartas de intenções, costumam ser resumos antecipados e mal-ajambrados daquilo que ainda não foi devidamente pensado e as conclusões, como os atestados de óbito, em geral constituem sùmulas de redundâncias e repetições desnecessárias do que já fora dito com maior propriedade anteriormente. Ambas, portanto, seriam desnecessárias, ruídos na comunicação do autor com os examinadores, vícios acadêmicos em prejuízo da clareza e da elegância. Ele costumava ainda indagar sobre as razões da pressa em inferir leis gerais, aconselhando seus doutorandos a encerrar seus textos problematizando suas pesquisas e os conceitos que as embasavam. Esta seria sua maior contribuição ao processo de desenvolvimento do conhecimento e do espírito científico numa área tão controversa quanto a das ciências humanas e tão complexa como a política internacional.

Decidimos abdicar de uma conclusão, ainda que formal, para este trabalho também pelo fato de ele constituir uma reflexão teórica, ou uma provocação. Como terminar algo que não pretende ser mais que o começo de um debate? Um estudo de caso ou uma pesquisa empírica determinada até poderiam comportar algo como uma conclusão, pois alguns deles têm objetos que podem ser circunscritos pelas noções de começo, meio e fim, ou seja, proposta da pesquisa, seu enunciado, desenvolvimento e generalizações finais. Mas como dar por encerrado o esforço de organização dos conceitos para dar sentido às informações sobre o mundo ou sobre o objeto e o método do trabalho ou, ainda, a indagações sobre o que, como e de que forma pesquisar e estruturar o pensamento? Seria uma pretensão descabida.

Além disso, não fizemos outra coisa ao longo dessas mais de trezentas e cinquenta páginas do que levantar anomalias e paradoxos teóricos, submetendo abordagens estabelecidas aos testes empíricos e da coerência interna, em busca dos pressupostos que servem de fundamento às formas consagradas de construção

conceitual consideradas científicas em política internacional. Questionamos as abordagens que denominamos unidimensionais e bidimensionais, buscando um ângulo mais abrangente para ver e pensar o mundo, uma abordagem tridimensional, capaz de permitir a conceituação da zona cinzenta, ou terceira dimensão, o amplo espaço entre as situações-limites da cooperação e da guerra, o espaço prático da política internacional e objeto de uma teoria das relações internacionais. O tempo todo, desde os capítulos dedicados a considerações epistemológicas e de filosofia da história, aos específicos, em que tratamos das globalizações econômica, comunicacional e da guerra, procuramos entender as relações inter-povos a partir da maneira como são pensadas e vice-versa, à luz de duas reflexões combinadas, sobre a guerra e sobre a globalização. Qual o estatuto de cada uma delas quando ambas são contemporâneas, combinam-se e se interdeterminam? Esse, no fundo, o grande desafio intelectual para o qual nos propomos pesquisar uma resposta, se essas reflexões pudessem ser resumidas à busca de um único sentido.

A crítica cerrada, centrada na busca dos pressupostos teóricos, mas também políticos, morais e ideológicos, dos principais paradigmas foi realizada com o fito de acumular reflexões e desenvolver conceitos úteis para, a partir do corpo conceitual construído pela tradição de estudos em política internacional, contribuir para a edificação de um paradigma abrangente, contemporâneo dos avanços científicos e das novidades das formações internacionais posteriores à Guerra Fria. Neste último capítulo procuramos listar os principais produtos dessas reflexões e ordenar possíveis ferramentas interpretativas necessárias a um *paradigma tridimensional*.

Não nos animamos, contudo, pelo propósito de construir um novo tipo de abordagem, ou um novo paradigma, mas somente pelo de apontar a sua necessidade para dar conta dos desafios práticos e teóricos do século XXI. Procuramos, portanto, fazer um inquérito crítico e esse é o limite das nossas forças para o momento. Estamos conscientes de que o árduo e amplo trabalho de reconstrução paradigmática ainda está por ser feito e demandará a pesquisa e o trabalho de paciente sistematização de muitos estudiosos. Apreciariamos continuar a participar desse esforço. Caso a saúde e a lucidez não nos criem obstáculos, alimentamos a esperança de retomar alguns aspectos desenvolvidos nesta tese, como a crítica de algumas abordagens, a exemplo da neoconservadora, ou o aprofundamento das articulações entre os subsistemas do sistema internacional, a análise dos principais subsistemas e da

relação entre política interna e externa de seus principais Estados ou sobre a significação efetiva de fenômenos como o fundamentalismo e o terrorismo islâmico nas relações internacionais. Se, entretanto, isso não for possível e se essas reflexões animarem algum pesquisador a emprestar sua inteligência e tempo para o desenvolvimento, ou a crítica, do todo ou de partes desta tese, nosso labor de muitos anos, mais particularmente dos últimos seis, já estará justificado.

Referências

A) Obras referidas

ALEXANDER, John B. *Ganhando a guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007.

ALTHUSSER, Louis. *Pour Marx* [1965]. Paris: La Découverte, 1996.

_____. *Aparelhos ideológicos do Estado* [1977]. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____; BALIBAR, Etienne. Guia para leer El Capital [1965]. *Dialéctica. Revista de Filosofía y Teoría Social*, Buenos Aires, año 1, n. 2, out. 1992.

ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha*. Ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARON, Raymond. *Mémoires – 50 ans de réflexion politique* [1983]. Paris: Juliard, 1983.

_____. *O marxismo de Marx* [2002]. 2. ed. São Paulo: ARX, 2005.

_____. *Os últimos anos do século* [1982]. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. *Paz e guerra entre as nações* [1962]. Brasília: UNB, 1986c.

_____. *Pensar a guerra, Clausewitz: a era europeia* [1976]. Volume 1. Pensamento Político, 71. Brasília: UNB, 1986a.

_____. *Pensar a guerra, Clausewitz: a era planetária* [1976]. Volume 2. Pensamento Político, 72. Brasília: UNB, 1986b.

_____. Que é uma teoria das relações internacionais? [1967]. In: *18 estudos políticos*. 2. ed. Brasília: UNB, 1985.

BAHRO, Rudolf. *A alternativa – para uma crítica do socialismo real* [1977]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BARUFFI, Helder; BEZERRA GUIMARÃES, Verônica; SALATINI, Rafael (Orgs.). *Relações internacionais e direito*. Estudos multitemáticos. Dourados: Universidade Federal de Dourados, 2010.

BEDIN, Gilmar Antonio. A sociedade internacional e o fenômeno da globalização: Algumas considerações sobre o surgimento, a conformação e o declínio do sistema de Vestfália. In: GUERRA, Sidney (Org.). *Globalização*. Desafios e implicações para o direito internacional contemporâneo. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

_____. O realismo político e as relações internacionais: algumas reflexões sobre o paradigma tradicional das relações internacionais (p. 70-105). In: BEDIN, G. A; OLIVEIRA, O. M.; MIYAMOTO, S. *Paradigmas das relações internacionais* [2000]. Ijuí: Unijuí, 2004.

BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo evolucionário* [1899]. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

BERTRAND, Claude-Jean. *A deontologia das mídias* [1997]. 2. ed. Bauru: Edusc, 1999.

BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética*. Primeiro período, 1917-1923 [1974]. Coleção Pensamento Crítico, Volume 6. Petrópolis: Paz e Terra, 1976.

_____. *Planificação e crescimento acelerado* [1995]. Biblioteca de Ciências Sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

BLOOM, Allan. *Gigantes e anões*. Ensaios (1960-1990). São Paulo: Best Seller, 2000.

_____. *The closing of the American mind*. New York: Simon & Schuster, 1987.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda*. Reflexões e significados de uma distinção política [1994]. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2001.

_____. *Ensaios escolhidos*. História do pensamento político. S/c: C.H.Cardim, s/d.

_____. *Estado governo sociedade*. Para uma teoria geral da política [1985]. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. *O futuro da democracia*. Uma defesa das regras do jogo. Coleção Pensamento Crítico. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra política, 1989.

_____. *Liberalismo e democracia* [1988]. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. *Nem com Marx, nem contra Marx* [1997]. São Paulo: Unesp, 2006.

BOBBIO, Norberto. *O terceiro ausente*. Ensaios e discursos sobre a paz e a guerra [1989]. São Paulo: Manole, 2009.

_____. *Três ensaios sobre a democracia*. São Paulo: Cardim & Alario, 1991.

_____.; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 12. ed. Brasília: UNB, 2004.

BRAILLARD, Philippe. (Org.). *Teorias das relações internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. Séculos XV-XVIII, Volume 2. “O jogo das trocas”. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Doença holandesa e sua neutralização: uma abordagem ricardiana. Versão de 15/2/2007. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. I, n. 28, p. 47-71, 2007.

_____. Desindustrialização e doença holandesa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9/4/2007.

BROOKS, Stephen G. Dwelling realisms (realism in international relations), *International Organization*, v. 51, n. 3, Summer 1997. Disponível em: <<http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/brooks.htm>>. Acesso em: 15/06/2010.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *O grande desafio: EUA X URSS* [1986]. Rio de Janeiro: Nórdica, 1989.

_____. *O grande fracasso* [1989]. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

_____. O poder dos EUA está diminuindo. (Entrevista a Patrícia Campos Mello). *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A 24, 2009.

BULL, Hedley. Defesa da abordagem clássica. In: BRAILLARD, P. *Teorias das relações internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

_____. *A sociedade anárquica*. Um estudo da política mundial [1997]. Coleção do IPRI. Brasília: UNB, 2002.

BURCHILL, Scott; LINKLATER, Andrew; et al. *Theories of international relations*. New York: Macmillan Press, 1996.

BUSH, George W. Estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos da América. *Política Externa*, São Paulo, Paz e Terra, v. 11, n. 3, p. 78-113, dez. 2002-jan./fev. 2003.

CANTO-SPERBER, Monique. A globalização com ou sem valores. In: BARRET-DUCROCQ, Françoise (Org.). *Globalização para quem?* São Paulo: Futura, 2004.

CARDIM, Carlos Henrique. O conceito de paz democrática, entre o idealismo e o realismo. *Jornal da Tarde*, São Paulo, Caderno de Sábado. 06/02/1999.

CARR, Edgard H. *Vinte anos de crise, 1919-1939* [1939]. Brasília: UNB/IPRI, 2001.

CECEÑA, Ana Esther. Geopolítica. In: SADER, Emir; JENKINS, Ivana (Coords). *Latinoamericana*. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 582-593.

_____. (Org.). *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: Consejo Latino-Americano de Ciencias Sociales, 2005.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital* [1994]. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. (Org.). *A finança mundializada* [2004]. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. (Org.). *A mundialização financeira*. Gênese, custos e riscos [1996]. São Paulo: Xamã, 1999.

CHIAPPIN, José R. Novaes. *O paradigma das civilizações, o realismo político e a nova estratégia da contenção*. São Paulo: Série Política, n. 24, jun. 2001.

CLAUSEWITZ, Carl von. *A campanha de 1812 na Rússia* [1814 ou 1815]. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. *Da guerra* [1832]. 2. ed. 2. tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CLINE, Ray Steiner. Avaliação do poder mundial. *Política e Estratégia*, São Paulo, Convívio, v. I, n. 1, out./dez. 1983.

_____. *World power assessment 1977: a calculus of strategic drift*. Boulder, Colorado, Westview Pres/The Center of Strategic and International Studies: 1977.

CORDEN, W. Max; NEARY, J. Peter. Booming sector and the de-industrialisation in a small open economy. S/c: *Economic-Journal*, Indianapolis: Wiley-Blackwell Library, n. 92, p. 825-848, 1982.

COX, Robert. *Approachs to world order*. Cambridge: Cambridge Studies in International Relations (Paperback), 1996.

CROCKER, Chester A. *Leashing the dogs of war*: conflict management in a divided world. US Institute of Peace, 13, 2010.

DEBRAY, Régis. O milagre da mídia. *Margem esquerda – Ensaio Marxistas*, [S.l.], n. 6, p. 50, 2005.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza. A globalização e seus paradoxos: algumas reflexões. In: GUERRA, Sidney (Org.). *Globalização*. desafios e implicações para o direito internacional contemporâneo. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

DERTOUZOS, Michael. *O que será – como o novo mundo da informação transformará nossas vidas* [1997]. 2. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; COSTA GOMES, Paulo César da; LOBATO CORREA, Roberto (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 141-162.

DJILAS, Milovan. *A nova classe* [1956]. 2. ed. São Paulo: Agir, 1958.

DRURY, Shadia. Noble lies and perpetual war: Leo Strauss, the neo-cons, and Iraq (Entrevista a Deny Postel). Disponível em: <<http://www.opendemocracy.net/debates/article-3-77-1542.jsp>>. Acesso em: outubro de 2010.

DUPAS, Gilberto. *Atores e poderes na nova ordem global*. Assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: Unesp, 2005.

_____. *Ética e poder na sociedade da informação*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2001.

ECCO, Umberto. Na era da globalização, a paz global é impossível. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 17, 19/01/2003.

ESTUDOS AVANÇADOS. Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 8, n. 21, 1994.

FERREIRA, Argemiro. *O império contra-ataca*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FERREIRA, Oliveira S. *Os 45 cavaleiros húngaros*. Uma leitura dos Cadernos do Cárcere de Gramsci. São Paulo/Brasília: Hucitec/UNB, 1986.

FIORI, José Luis et al. (Orgs.). *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso* [1970]. São Paulo: Loyola, 2009.

FRANCHON, Alain; VERNET, Daniel. "Ativismo" de Bush é obra neoconservadora. *Le Monde. Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 22, 04/05/2003.

FRIEDMAN, George. *Os próximos 100 anos*. Uma previsão para o século XXI [2009]. Rio de Janeiro: Best Business, 2009.

FUKUYAMA, Francis. *Construção de Estados*. Governo de organização no século XXI. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

_____. Fukuyama vê Bush em seu momento mais vulnerável. (Entrevista a Fernando Canzian). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 17, 15/02/2004.

_____. Humanidade chega ao fim da história. [National Interest, verão de 1989]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29/10/1989.

_____. O debate sobre será o fim da história. [National Interest n. 18]. Diálogo. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 1989.

_____. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GAMBINA, Julio (Org.). *La globalización económico-financiera*. Su impacto en América Latina. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002.

GILPIN, Robert. *La economía política de las relaciones internacionales*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GUERRA, Sidney (Org.). *Globalização*. Desafios e implicações para o direito internacional contemporâneo. Coleção Relações Internacionais e Globalização. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

HAGAN, Joe. Domestic political explanations in the analysis of foreign policy. In: NEACK, Laura. *Foreign policy analysis*. Continuity and change in its second generation. Miami: Prentice Hall/Miami University, 1999.

HALBERSTAM, David. *O próximo século* [1991]. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. País é mais perigoso que o Vietnã. (Entrevista a Paulo Sotero). *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A 25, 18/04/2004.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

HERMANN, Charles. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. *International Studies Review*, Indianapolis, Wiley-Blackwell Library, v. 34, p. 3-21, 1982.

HERMANN, Margareth. How decision units shape foreign policy: a theoretical framework. *International Studies Review*, Indianapolis, Special Issue, 2001.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos. O breve século XX – 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOFFMAN, Stanley. Realidade diz mais que modelos de análise. São Paulo, *O Estado de S. Paulo*, fev. 2002.

HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações – e a recomposição da Ordem Mundial* [1996]. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

_____. Choque de civilizações? *Política Externa*, São Paulo, Paz e Terra, v. 2, n. 4, mar./abr./maio. 1994.

_____. Civilizações ou o quê? Paradigmas do mundo pós-guerra fria. *Foreign Affairs*, v. 72, n. 5, nov./dez. 1993. *Política Externa*, São Paulo, Paz e Terra, v. 2, n. 4. Brasília: mar. 1994.

_____. Declínio ou renovação (resposta a Paul Kennedy). *Diálogo*, Rio de Janeiro, Lídador, n. 1, v. 23. 1990.

_____. A superpotência solitária. *Foreign Affairs*, edição brasileira, n. 30. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. 23-27, 12/03/1999.

_____.; GIDDENS, Anthony. O choque dos ocidentais. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Caderno Mais, p. 5, 07/03/2004.

I.CASUALITIES. Disponível em: <<http://icasualties.org/iraq/index.rsp>> e <<http://icasualties.org/oef>>. Acesso em: 11/09/2010.

IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. *A era do globalismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. *A sociedade global* [1992]. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IISS - THE INTERNATIONAL INSTITUTE STRATEGIC STUDIES. *The military balance 2009*. Londres: The International Institute Strategic Studies, 2009.

_____. *The military balance 2011*. Londres: The International Institute Strategic Studies, 2011.

IRAQ BODY COUNT. Disponível em: <<http://iraqbodycount.org/>>. Acesso em: dezembro de 2010.

JOHNSON, Steven. *Emergência*. A dinâmica de rede em formigas, cérebros, cidades e softwares [2001]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

JUDIS, John B. Confessions of a true believer. *Foreign Policy*, Washington, Washingtonpost, mai./jun. 2009.

KAGAN, Robert. Para os EUA, não há paraíso na terra. (Entrevista a Patrick Sabatier e François Sergent. Libération). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 24, 23/03/2003.

KAPLAN, Morton. Defesa da abordagem científica. In: BRAILLARD, P. *Teorias das relações internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

KAPLAN, Robert D. The revange of geography. *Foreign Policy*, Washington, Washingtonpost, may./jun. 2009.

_____. A falta que faz um império. Visão global. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 08/12/2010.

_____. *Políticos guerreiros*. São Paulo: Futura, 2002.

KAPUSCINSKI, Ryszard. *Imperium*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KEEGAN, John. *A batalha e a história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2006.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000 [1988]. 21. Tir. São Paulo/Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 1989.

_____. EUA enfrentam declínio gradual (Entrevista a Ruth Costas). *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A 11, 26/10/2008.

_____. Os EUA só estão no rumo da normalidade. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A 14, 2/1/2011.

_____. *Preparando para o século XXI* [1993]. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

KEOHANE, Robert O. *Poder e interdependência*. La política mundial en transición [1977]. Buenos Aires: Gel, 1988.

KHANNA, Parag. A nova ordem mundial ganha outra cara. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A 22, 12/12/2010.

KISSINGER, Henry. *A new national partnership*. Washington: Department of State Bulletin, 17/02/1975, 199 p.

_____. EUA não resolverão crise sozinhos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A 18-19, 18/01/2009.

_____. Evitando uma nova guerra fria. The Washington Post. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A 13, 18/01/2011.

_____. Para que o mundo não volte ao século XIX. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 32, 12/04/2003.

KRUGMAN, Paul R. A cada dia fica mais difícil saber o que ocorre de fato no Iraque. The New York Times. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 20, 07/08/2004.

_____. América de Bush é o país das dinastias. The New York Times. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 18-19, 15/02/2004.

_____. Bush revela falta de visão. The New York Times. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 18, 22/02/2003.

KRUGMAN, Paul R. Guerra real, motivos fictícios. The New York Times. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 18, 31/05/2003.

_____. Iraque não é Europa, e Bush não é Truman. The New York Times. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 10, 01/10/2003.

_____. Patriotas e lucros. The New York Times. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 13, 17/12/2003.

_____. Secretário tem de ser demitido já. The New York Times. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A 12, 07/05/2004.

_____. Sessão 2. In: KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. *Economia internacional*. Teoria e prática. S/c: Makron Books, s/d.

LATINOAMERICANA – *Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (Coords). São Paulo: Boitempo, 2006.

LÊNIN, Vladimir Ilitch Ulianóv. *O estado e a revolução*. O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução [agosto de 1917]. Coleção pensamento socialista. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. *El imperialismo, fase superior del capitalismo*. Moscou: Editorial Progreso, 1979.

_____. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *Que fazer?* [1902]. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/index.htm>>. Acesso em: 24/03/2011.

LEWIN, Moshe. *O século soviético*. Da revolução de 1917 ao colapso da URSS [2005]. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 33-88.

LEWIS, Bernard. *O que deu de errado no Oriente Médio?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LIDDELL HART, Cap. Basil. *Estrategia de aproximación indirecta* [1973]. Buenos Aires: Editorial Rioplatense, 1974.

_____. *As grandes guerras da história* [Strategy, 1954]. 2. ed. São Paulo: Ibrasa, 1967.

LIDDELL HART, Cap. Basil. *Lawrence of Arábia* [1934]. Nova York: Da Capo Press, 1989.

LINKLATER, Andrew. Marxism (Cap. 5) e Rationalism (Cap. 4). In: BURCHILL, Scott; LINKLATER. *Theories of international relations*. Londres: MacMillan press, 1996.

LUXEMBURGO, Rosa. *The Russian revolution* [1918]. Disponível em <<http://www.marxists.org/archive/russianrevolution/index.htm>>. Acesso em: fevereiro de 2010.

MACHADO, Lia Osório. O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose? In: CASTRO, Iná Elias et al. *Brasil: questões atuais da organização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MARGEM ESQUERDA. São Paulo, Boitempo, n. 6, 2005.

MARTINS, Carlos Eduardo. Os ciclos longos e a conjuntura contemporânea. *Margem Esquerda*, Ensaios Marxistas, São Paulo, n. 6, p. 76-104, setembro de 2005.

MATTELART, Armand. *A globalização da comunicação* [1996]. 2. ed. Bauru: Edusc, 2002.

MCLUHAN, Marshall. *Guerra e paz na aldeia global* [1969]. Rio de Janeiro: Record, 1971.

_____. *O meio é a mensagem* [1967]. Rio de Janeiro: Record, 1969.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Argentina e Brasil*. A balança de poder no Cone Sul. São Paulo: Annablume, 1996.

_____. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

_____. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Edusp/Hucitec, 1999.

MILNER, Helen. Democratic politics and international trade negotiations: elections and divided government as constraints on trade liberalization. *Journal of Conflict Resolution*, Maryland, v. 41, p. 146, fev. 1997.

MILNER, Helen; YOFFIE, David. Between trade and protectionism: strategic trade policy and a theory of corporate trade demands. *International Organization*, Cambridge, n. 43, Spring 1989.

MONTBRIAL, Thierry; KLEIN, Jean (Orgs.). *Dictionnaire de stratégie*. Paris: PUF, 2000.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar. *Revista Ciência Geográfica*, Bauru, n. 6, p. 1-11, 1997.

MORGENTHAU, Hans J. *A política entre as nações*. A luta pelo poder e pela paz [1948]. Brasília/São Paulo: IOESP/UNB/IPRI, 2003.

NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil? *Textos para Discussão 108*, Rio de Janeiro, jul. 2006.

NINA, Alexandre Mendes. A teoria da estabilidade econômica e os desequilíbrios cambiais no mundo Pós-Bretton Woods. *Concerto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p.7-45, jan./jun. 1999.

NYE, Joseph. *In the midlest, the goal is "smart power"*. Boston: Boston Globe, 14/01/2009.

_____. *Compreender os conflitos internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.

_____. A arte de usar o "poder inteligente". *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17/1/2009. Disponível em: http://www.estadaocom.br/estadodehoje/20090118/not_imp908967/,0.php Acesso em 2009.

_____. Métodos de Bush não são sensatos. (Entrevista a Márcio Senne de Moraes). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 9, 05/08/2003.

_____. Rice fortalece Departamento de Estado. (Entrevista a Márcio Senne de Moraes). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 17, 02/01/2005.

_____.; KEOHANE, Robert. *Poder e interdependencia*. La política en transición [1977]. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.

OREIRO, José Luiz. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Economia, Opinião e Atualidades*. Disponível em: <http://jlcoreiro.wordpress.com/2009/12/22/desindustrialização-conceituação-causas-ef>>. Acesso em: fevereiro de 2011.

ORTIZ, Renato. A viagem e o outro. In: *Um outro território*. Ensaio sobre a mundialização. São Paulo: Olho d'água, 1996. p. 1-20.

PANITCH, Leo. Thoroughly Marx. *Foreign Policy*, Washington, Washingtonpost, may./jun. 2009.

PEDONE, Claudia. Cadenas, redes migratorias y redefinición de lugares. Las migraciones de familias ecuatorianas hacia España. In: ZUSMAN, Perla; LOIS, Carla; CASTRO, Hortensia (Orgs.). *Viajes y geografías*. Exploraciones, turismo y migraciones en la construcción de lugares. Buenos Aires: Prometeo, 2007, p. 243-258.

POLÍTICA EXTERNA. Rio de Janeiro, Paz e Terra, v. II, n. 1, jun./jul./ago. 2002.

_____. v. II, n. 3. Rio de Janeiro, Paz e Terra, dez. 2002, jan./fev. 2003.

PROENÇA JR, Domicio; DINIZ, Eugênio; RAZA, Salvador G. Os fundamentos do pensamento estratégico. In: *Guia de estudos de estratégia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Um novo estado do mundo*. Paris: Le Monde Diplomatique, set. 2006. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/imprima1393>> Acesso em: 2007.

RAWLS, John. *O direito dos povos* [1999]. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *História da filosofia moral* [2000]. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Justiça como equidade* [2002]. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Uma teoria da justiça* [1971]. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RICE, Condoleezza. Consciência de invulnerabilidade inspirou doutrina. Palestra ministrada em 1/10/2002, Manhattan Institute for Policy Research, a propósito do aniversário do 11 de setembro. *Política Externa*, São Paulo, Paz e Terra, v. 11, n. 3, jan./fev. p. 62-71, 2002-2003.

_____. Nossa coalizão. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 24, 27/3/2003.

ROSATI, Jerel A. A cognitive approach to the study of foreign relations. In: NEACK, Laura; HEY, Jeanne A. K. *Foreign policy analysis*. Continuity and change in its second Generation. Miami: Prentice Hall/Miami University, 1999.

_____. Developing a systematic decision-making framework: Bureaucratic politic in perspective. *World Politics*, v. 33, n. 2, p. 234-252, jan. 1981. Disponível em: <<http://www.jstor.org/>>. Acesso em: 2007.

_____. *The Carter administration's quest for global community*. Beliefs and their impact on behavior. Columbia/SC: University of South Carolina, 1987.

_____.; HAGAN, Joe; SAMPSON, Martin S. (Eds.). *Foreign policy restructuring: how governments respond to global change*. Columbia/SC: University of South Carolina, 1994.

ROSECRANCE, Richard. *La expansión en el Estado comercial*. Comercio y conquista en el mundo moderno. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

ROSEMANN, Marcos Roitman. Neoliberalismo. In: SADER, Emir; JENKINS, Ivana (Coords.). *Latinoamericana*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 848-855.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço* [1996]. 4. ed. 5. reimpressão. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. *Economia espacial* [1979]. 2. ed. 3. reimpressão. São Paulo: Edusp, 2007a.

_____. O retorno do território [1994]. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 15-20.

_____. O território e o saber local. *Cadernos Ippur*, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p. 15-26, 1999.

_____. *Pensando o espaço do homem* [1982]. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2007b.

_____. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal [2000]. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

_____. *Território e sociedade* [2001]. Coleção Ponto de Partida. 2. ed. 3. reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007c.

SARTRE, Jean-Paul. *Questão de método*. Pensadores, Volume VL. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

SCHIRMER, Pedro. *Das virtudes militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007.

SNYDER, Jack. One world, rival theories. *Foreign Policy*, Washington, Washingtonpost, nov./dec. 2004.

SPYKMAN, Nicholas J. *EUA frente al mundo* [1942]. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

STEIN, Arthur A. *Os limites da escolha estratégica: racionalidades constrangidas e explanação incompleta*. Princeton: Princeton University Press, 1999.

_____. The limits of strategic choice: constrained rationality and incomplete explanation (cap. 7). In: LAKE, David; POWELL. *Strategic choice and international relations*. Princeton: Princeton University Press, 1999.

STRACHAN, Hew. *Sobre a Guerra de Clausewitz (uma biografia)* [2007]. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

SUN TZU. *A arte da guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.

_____. *A arte da guerra*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

TELESCA, Cel. Edmar Eudócio. A balança de poder na América do Sul. In: *A defesa nacional*, n. 684, p. 29-47. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.

TODD, Emmanuel. *After the empire: the breakdown of the American Order* [2001]. Columbia: Columbia University Press, 2003.

_____. EUA estão em declínio. (Entrevista). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 29, 13/07/2003.

_____. *The final fall: an essay on the decomposition of the soviete sphere* [1976]. Nova York: Karz Publishers, 1979.

TROTSKY, Leon. Nossas tarefas políticas [1904]. Disponível em: <<http://www.marxists.org/trotsky/1904/tasks/index.htm>>. Acesso em: 11/08/2010.

WALTZ, Kenneth. *Teoria das relações internacionais* [1979]. Coleção Trajectos. Lisboa: Gradiva, 2002.

WEISBROT, Mark. EUA já não são hegemonia, diz especialista. (Entrevista a Cíntia Cardoso). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B 7, 23/03/2003.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States make of it: the social construction of power politics. *International Organization*, Cambridge, International Organization Foundation, n. 46, 1992.

WHITTAKER, David J. *Terrorismo*. Um retrato [2001]. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

WIGHT, Martin. *A política do poder* [1946]. São Paulo/Brasília: IOESP, UNB, IPRI, 2002.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave*. Um vocabulário de cultura e sociedade [1976]. São Paulo: Boitempo, 2007.

WOLFOWITZ, Paul. Esta guerra é contra o terror em massa. *The Independent*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 22, 02/02/2003.

WONNACOTT, Paul; WONNACOTT, Ronald. *Economia*. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

WOODWARD, Bob. *Plano de ataque*. São Paulo: Globo, 2004.

B) Obras consultadas:

ADAMS, David. Na guerra, não há lugar para ódio. (Entrevista a Constança Tatsch). *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A 26, 23/01/2005.

ADAMS, Gordon; LEATHERMAN, Matthew. Cinco mitos sobre os gastos da defesa. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A 11, 22/01/2011.

AGLIETTA, Michel; ORLEAN, André. *A violência da moeda*. São Paulo: Brasiliense, s/d.

ALI, Tariq. *Bush na Babilônia*. A recolonização do Iraque [2003]. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *Confronto de fundamentalismos*. Cruzadas, jihads e modernidade [2002]. Rio de Janeiro: Record, 2002.

AMIS, Martim. Nova era de proliferação de armas começou. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 22, 09/03/2003.

ANDERSON, Lisa. EUA não conseguirão regime confiável. (Entrevista a Maria Brant). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 17, 18/03/2003.

ANDERSON, Perry. *O fim da história*. De Hegel a Fukuyama [1992]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

ANDRIOLI, Stephen J.; WILKENFELD, Jonathan; HOPPLE, Gerald W. A framework for the comparative analysis of foreign policy behavior. *International Studies Quarterly*, v. 19, n. 2, p. 160-198, jun. 1975. Disponível em: <<http://www.jstor.org>>. Acesso em: 2005.

ANTUNES, Celso. *Uma aldeia em perigo*. Os grandes problemas geográficos do século XX [1977]. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.

ASH, Timothy Garton. Além da tempestade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 23, 21/03/2003.

_____. Conflito parece inevitável. (Entrevista a Rodrigo Uchoa). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 13, 02/03/2003.

_____. Esse é o 11 de setembro da Europa? *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 23, 14/03/2004.

_____. Passado mórbido anda à espreita. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 31, 10/04/2003.

BANDEIRA, Moniz. *Estado nacional e política internacional na América Latina*. O continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992). Brasília: Edunb/Ensaio, 1993.

BAUDRILLARD, Jean. Pensador diz que guerra é um não-acontecimento. (Entrevista a Fernando Echemberg). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 14, 28/04/2003.

BAUER, Gary. Guru da direita elogia presidente, mas vê erros. (Entrevista a Márcio Senne de Moraes). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 16, 15/02/2004.

BEARDEN, Milt. Operações sujas e desinformação. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A 18, 27/07/2003.

BERMAN, Paul. Guerra de Bush confunde esquerda e direita. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 26, 08/02/2004.

BERSTEIN, Richard. Papel da ONU divide Europa e EUA. The New York Times. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 12, 21/02/2003.

BERTONHA, João Fábio. Estados Unidos: na direção do império? *Correio Internacional*. Disponível em: <<http://www.relnet.com.br/pgn/colunaaj84.lasso>>. Acesso em: 2005.

_____. A doutrina Rumsfeld: novo paradigma da guerra moderna? *Correio Internacional*. Disponível em: <<http://www.relnet.com.br/pgn/colunaaj58.lasso>>. Acesso em: 2005.

BORON, Atílio A. *Império imperialismo*. Uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri. Buenos Aires: Glacso, 2002.

BORRADORI, Giovanna. *Filosofia em tempo de terror*. Diálogos com Habermas e Derrida [2003]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BRIGAGÃO, Clóvis. *A ONU nos seus sessenta anos de história internacional*. No século XXI: perspectivas. São Paulo: Desatino/FASM, 2006, p. 17-28.

_____.; PROENÇA, Domicio (Orgs.). *Paz & terrorismo*. São Paulo: Hucitec, 2004.

BRODY, Reed. EUA são recordistas em violações de liberdades públicas. (Entrevista a Liane Faccio). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 14, 02/06/2003.

_____. Bush na mira do caçador. (Entrevista a Sérgio Kalili). *Caros Amigos*, São Paulo, n. 17, jun. 2003.

BROOKS, David. Tudo o que a Al Qaeda queria. The New York Times. *Folha de S. Paulo*, p. A 10, 17/03/2004.

BURNS, John F.; SCHMITT, Eric. Os últimos dias de Saddam. The New York Times. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 16, 28/12/2003.

CAIXETA ARRAES, Virgílio. EUA: (nova) Guerra do Golfo?. *Correio Internacional*. Disponível em: <<http://www.relnet.com.br/pgn/colunaaj130.lasso>>. Acesso em: 2005.

CAIXETA ARRAES, Virgílio. Guerra do Golfo: nova ordem ou antigo projeto. *Correio Internacional*. Disponível em: <<http://www.relnet.com.br/pgn/colunaaj139.lasso>>. Acesso em: 2003.

_____. Inexorabilidade da nova guerra. *Correio Internacional*. Disponível em: <Meus documentos\Rel Net.Inexorabilidade>. Acesso em: 2003.

_____. Otimismo real ou vitória de Pirro: a situação da ocupação iraquiana. *Correio Internacional*. Disponível em: <<http://www.relnet.com.br/pgn/colunaaj176.lasso>>. Acesso em: 2003.

CANUTO, Otaviano. *Comércio exterior*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2003. Disponível em: <<http://www.mtr.gov.comercio/index.asp>>. Acesso em: 2003.

CARDIM, Carlos Henrique. O conceito de paz democrática, entre o idealismo e o realismo. *Jornal da Tarde*, São Paulo, Caderno de Sábado, p. 2, 06/02/1999.

CAROTHERS, Thomas. Será muito difícil democratizar o Iraque. (Entrevista a Márcio Senne de Moraes). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 13, 02/03/2003.

CARRARA, Mauro. *As derrotas de 26 de outubro: as lições do fracasso*. WX. [S.l.], 2008.

CASELLA, Paulo Borba; MERCADANTE, Araminta de Azevedo (Coords). *Guerra comercial ou integração mundial pelo comércio? A OMC e o Brasil*. São Paulo: Editora São Paulo, 1998.

CASTANHEDA, Jorge G. *Utopia desarmada. Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana* [1993]. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASTLE, Stephen. Washington boicota inauguração do Tribunal Penal Internacional. *The Independent*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 11, 12/03/2003.

CERVO, Amado Luiz. A guerra de Bush contra o Iraque. *Correio Internacional*. Disponível em: <<http://www.relnet.com.br/pgn/colunaaj146.lasso>>. Acesso em: 2003.

_____. *Inserção internacional*. Formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHOMSKI, Noam. Nasce uma pátria internacional. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 22, 26/03/2003.

COIMBRA, Márcio C. O Iraque e a geopolítica do petróleo. *Correio Internacional*. Disponível em: <<http://www.relnet.com.br/pgn/colunaaj111.lasso>>. Acesso em: 2003.

CONCENTINO RAMOS. Gustavo Henrique. Estado e fundamentalismo: guerra ao terror ou assalto à liberdade? *Correio Internacional*. Disponível em: <<http://www.relnet.com.br/pgn/colunaaj84.lasso>>. Acesso em: 2003.

CORNWELL, Ruppert. Crise iraquiana ameaça ONU, Otan e EU. *The Independent*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 11, 11/02/2003.

_____. Irã é o verdadeiro pesadelo americano. *The Independent*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 26, 23/01/2005.

CORREA, Roberto Lobato. Estudos sobre a rede urbana. Uma proposição metodológica [1988]. In: *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CRESH, Alain. *A l'origine du "choc des civilisations"*. Paris: Le Monde Diplomatique, set. 2004. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/2004/09/CRESH/11390>>. Acesso em: 2005.

CSABA, László. Transição e/ou modernização do Leste Europeu. *Estudos Avançados*, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 12, n. 32, 1998.

DAALDER, Ivo. Bush revoluciona ação externa. (Entrevista a Márcio Senne de Moraes). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 24, 23/11/2003.

DAHRENDORF, Ralf; GARTON ASH, Timothy. A Europa e seus descontentes. Crítica ao Manifesto europeu. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, Caderno Mais, p. 12, 13/07/2003.

DÁVILA, Sérgio; VARELLA, Juca. *Diário de Bagdá*. A guerra segundo os bombardeados. São Paulo: Editora DBA, 2003.

DEL VALE, Alexandre. *Guerras contra a Europa*. Rio de Janeiro: Bom texto, 2003.

DELBRÜCK, Hans. *History of the Art of War*. [S.l.]: Princeton University Press, 1986.

DERTOUZOS, Michael. *O que será*. Como o novo mundo da informação transformará nossas vidas [1997]. 2. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DEUTSCH, Karl. *Política e governo* [1979]. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

DEVETAK, Richard. Critical theory (Cap. 5). In: BURCHILL, Scott; LINKLATER, Andrew (Orgs.). *Theories of international relations*. Londres: MacMillan Press, 1996.

DIAMOND, Larry. Pai da “não-constituição” diz que eleição agora é um erro. (Entrevista a Sérgio D’Ávila). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Especial, p. A 5, 30/01/2005.

DONGHI, Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DÖPCKE, Wolfgang. *Lula na África – A política africana e a cooperação sul-sul*. Brasília: Rel Net/Correio Internacional. Disponível em: <<http://www.relnet.com.br/pgh/colunaaj168.lasso>>. Acesso em: 2010.

DOWD, Maureen. Bush e Saddam, divorciados da realidade. The New York Times. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 11, 30/01/2004.

DURSCHMIED, Erik. *Fora de controle*. Como o acaso e a estupidez mudaram a história do mundo. São Paulo: Edições Ouro, 2003.

ESPINOSA, Antonio Roberto. *Abraços que sufocam – e outros ensaios sobre a liberdade*. São Paulo: Viramundo, 2000.

_____. *A Segunda Guerra do Golfo e o parto da Nova Ordem Internacional*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2004.

_____. O ônus da prova neoconservadora – Reflexões sobre as teorias que levaram à Segunda Guerra do Golfo. Monografia de pós-graduação. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2005.

_____. 250 quilos de bombas contra uma pessoa. *Projeto Veracidade*, São Paulo, n. 7, jun. 2006.

EVIATAR, Daphne. Atoleiro jurídico e moral. New York Times. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 19, 24/03/2003.

FARAH, Paulo Daniel. Tariq Ali critica ‘libertação’ do Iraque e apatia árabe. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. E 9, 01/11/2003.

FAUSTO, Ruy. *A esquerda difícil*. Em torno do paradigma e do destino das revoluções do século XX e alguns outros temas. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. Estado e sociedade civil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 3, 04/06/2004.

FELDBERG, Samuel. O contexto militar da crise na Ásia Central. *Política Externa*, São Paulo, Paz e Terra, v. 10, n. 3, p. 73-77, dez./jan./fev. 2001/2002.

_____. Guerra no Iraque: continuidade da política norte-americana? *Revista Inter Relações*, São Paulo, FASM (Faculdade Santa Marcelina), n. 9, abr. 2003.

FIGES, Orlando. *A tragédia de um povo. A Revolução Russa, 1891-1924* [1996]. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FILHO, Aristides. *Sistema monetário internacional*. São Paulo: Brasiliense, s/d.

FINEMAN, Howard. Bush e Deus. Newsweek. *Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A 17, 9-3-2003.

FISK, Robert. Powell requeitou sopa amanhecida. New York Times. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 12, 07/02/2003.

_____. Insurgentes ditam a agenda da “soberania”. The Independent. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 12, 29/06/2004.

_____. Mensagem do banho de sangue. The Independent. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 11, 28/10/2003.

_____. Moral ocidental desaba com apenas uma foto. The Independent. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 18, 09/05/2004.

_____. O arrogante caminho que levou à guerra. The Independent. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 11, 05/09/2003.

_____. País entra em período sinistro de sua história. The Independent. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 11, 03/03/2004.

_____. País é o velho Iraque de sempre, mas pior. The Independent. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 9, 09/03/2004.

_____. Risco cria “jornalismo de hotel no Iraque”. The Independent. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 23, 23/01/2005.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, p. A12, 10/7/2008.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, territórios, população* [2004]. Coleção Tópicos. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCHON, Alain; VERNET, Daniel. "Ativismo" de Bush é obra neoconservadora. *Le Monde. Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 22, 04/05/2003.

FRIEDEN, Jeffry. Actors and preference in International Relations. In: LAKE, David; POWELL, Robert. *Strategic choice and international relations*. Princeton: Princeton University Press, 1999.

FRIEDMAN, Thomas L. Americanos votaram como se nada tivesse acontecido. *Folha de S. Paulo*, p. A 20, 05/11/2004.

_____. Atacamos porque podíamos. *The New York Times. O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A 19, 05/06/2003.

_____. Guerra de idéias. *The New York Times. Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 9, 09/01/2004.

_____. Iraque não é Vietnã. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 12, 31/10/2003.

_____. Nossa guerra com a França. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 12, 19/09/2003.

FUENTES, Carlos. O racista mascarado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 23, 28/03/2004.

FULLER, Graham E. Pela retirada total e pela soberania total. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A 19, 30/05/2004.

GALEANO, Eduardo. Curiosidades da guerra. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 23, 20/03/2003.

GARZON, Luis Fernando Novoa. Eles se espalham. *Caros Amigos*, São Paulo, n. 17, jun. 2003.

GÉLÉDAN, Alain; BREMOND, Janine. *Dicionário econômico e social*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

_____. *Dicionário das teorias e mecanismos econômicos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

GENTILE, Alberto. *O direito de guerra* [1612]. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

GIDDENS, Anthony. Pai da 3ª via diz que poder dos EUA é limitado. (Entrevista a Érica Fraga). *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A 12, 05/05/2003.

GLUCKSMANN, André. A rota do apocalipse passa por Beslan. *Le Monde*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 20, 19/09/2004.

_____.; TODOROV, Tzvetan. Glucksman e Todorov divergem sobre guerra. (Entrevistas a Roger-Pol Droit). *Le Monde*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 19, 11/09/2003.

GODELIER, Maurice. *Racionalidad e irracionalidad en la economía*. México: Siglo XXI, 1982.

_____.; SAPIR, Jacques. L'Irak occupé par des rapaces. *Liberación*, 12-5-2003. Disponível em: <http://www.bintjbeil.com/articles/2003/fr/0512_godelier.html>. Acesso em: 2005.

GORBACHEV, Mikhail. Capitalismo precisa de sua Perestroika. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A 19, 08/11/2009.

GORE VIDAL. “Nós, o povo” somos o verdadeiro inimigo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25/03/2003, p. A 24.

GOTTMANN, Jean. *La politique des États et leur géographie*. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.

GRIFFITHS, Martin. *50 grandes estrategistas das relações internacionais* [2004]. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Poder dos “neocons” vai acabar. (Entrevista) *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 15, 13/06/2004.

GROTIUS, Hugo. *O direito da guerra e da paz* [1625]. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

GUILLON ALBUQUERQUE, José Augusto. *Relações internacionais contemporâneas*. A ordem mundial depois da Guerra Fria. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia* [1999]. 4. ed. Rio de Janeiro/Porto Alegre: Contraponto/UFRGS, 2002.

GÜNTER GRASS. A injusta lei do mais forte. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 24, 27/03/2003.

GUTERMAN, Marcos. Bush e o Messias americano. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 10, 01/02/2003.

HAAS, Richard N. Na era não-polar, EUA não podem mais ser sozinhos (Entrevista a Sérgio Dávila). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12/5/2008.

HABERMAS, Jürgen. A guerra e seus juízos contraditórios. *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 17/04/2003. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 30, 27/04/2003.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Edward T. *A dimensão oculta* [2005]. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais* [1994]. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2007.

HARDT, Michael. O 18 Brumário de Bush. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 16, 19/03/2002.

HARI, Johann. Coalizão submete Iraque a fundamentalismo de mercado. *The Independent*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 12, 23/12/2004.

_____. *Não à guerra? Diga isso a iraquianos torturados*. *The Independent*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 15, 15/03/2003.

_____. *O equívoco da guerra ao terror global*. *The Independent*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 18, 26/09/2004.

HARRIS, Lee. EUA não sabem ter ódio. (Entrevista a João Batista Natali). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 17, 22/02/2004.

HEGEL, Georg W. Hegel. *Pensadores*. Volume XXX. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

HERSH, Seymour. Só desastre “livra” EUA do Iraque. (Entrevista a Luciana Coelho). *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A 16, 19/09/2004.

HIRO, Dilip. Iraque piorou sob EUA. (Entrevista a Sérgio Dávila). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 14, 20/03/2004.

HOBBS, Thomas de Malmesbury. Hobbes. *Pensadores*. Volume XIV. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

HOBBSBAWN, Eric. J. *A era do capital. 1848-1875* [1996]. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. *Era dos extremos. O breve século XX, 1914-1991* [1994]. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Globalização, democracia e terrorismo* [2007]. 2. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOLSTI, Ole. Crise é vital para o futuro da ONU, diz analista. (Entrevista a Márcio Senne de Moraes). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 12, 08/03/2003.

IGNATIEFF, Michael. Engano pacifista. The New York Times. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 22, 26/03/2003.

INDYK, Martin. EUA foram arrogantes com a ONU, diz analista. (Entrevista a Fernando Canzian). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 11, 11/03/2003.

IZQUIERDO, Ivan. Como os americanos eram bonzinhos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 3, 25/06/2003.

JARREAU, Patrick. Políticos e mídia dos EUA atacam a França. Le Monde. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 11, 12/02/2003.

_____. Os EUA querem marginalizar a França. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 10, 25/12/2003.

KANT, Immanuel. *A paz perpétua – e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 2003.

KAPLAN, Robert D. A falta que faz um império. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, dez. 2010.

KEAGAN, John. *A batalha e a história* [1995]. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2006.

_____. *A guerra do Iraque* [2004]. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

KEPPEL, Gilles. A caixa de Pandora. Le Monde. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 25, 30/03/2003.

_____. O déspota capturado: nova lenda árabe. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 13, 16/12/2003.

KHANNA, Parag. A nova ordem mundial ganha outra cara. *Foreign Policy*. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A 22, 12/12/2010.

KINDLEBERGER, Charles. *World economic primacy 1500-1900*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

KIRN, Walter. O 11 de Setembro já fora de moda. *New York Times*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 18, 12/09/2004.

KLEIN, Naomi. Império cria “franquias”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 25, 07/09/2003.

KIRKPATRICK, David D. Conservadores agora querem sua “revolução”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 20, 05/11/2004.

KONDRATIEV, Nicolai. *Los ciclos largos de la conyuntura económica* [1926]. Cidade do México: Unam, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos [1979]. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

KRISTOF, Nicholas D. O erro não foi só da CIA. *The New York Times*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 18, 07/06/2003.

KRITSCH, Raquel; MELLO, Leonel Itaussu A.; VOUGA, Cláudio (Orgs.). *Oliveiros S. Ferreira*. Um pensador da política. São Paulo: Humanitas, 1999.

_____; RICUPERO, Bernardo. (Orgs.). *Força e legitimidade – novas perspectivas?* São Paulo: Humanitas, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. *O que são multinacionais*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, Primeiros Passos, 1994.

KUPCHAN, Charles. Bush não pode desprezar ONU. (Entrevista) *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 24, 21/09/2003.

LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LAPOUGE, Giles. Situação no Paquistão dá calafrios na coalizão que combate o terror. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A 11, 27/12/2003.

LAVILLE, Cristian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia em Ciências Humanas*. Belo Horizonte/Porto Alegre: UFMG/Artmed, 1999.

LEITH, Alex. *The night I caught Saddam*. Londres: The Sunday Times, 02/10/2005. Disponível em: <<http://www.timesonline.co.uk/article/0...2092-1896865.html>>. Acesso em: 2005.

LÊNIN, Vladimir Ilitch Ulianóv. *O estado e a revolução*. O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução [agosto de 1917]. Coleção Pensamento Socialista. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. O que fazer? [1903], de Vladimir Ulianóv Lênin. Disponível na Internet em <www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/index.htm>. Acesso em: 24/3/2011.

LEVY, Bernard-Henry. *Ocidente virou bode expiatório*. (Entrevista a Octavi Martí). El País. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 16, 01/02/2004.

LEWIN, Moshe. *O século soviético*. Da revolução de 1917 ao colapso da URSS [2005]. Rio de Janeiro: Record, 2007.

LIEVEN, Dominic. Império, uma história. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Caderno Mais, p. 5, 06/07/2003.

LLOSA, Mario Vargas. Conversa cancelada, amigo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A 22, 24/08/2003.

_____. A agonia do Ocidente. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A 22, 18/04/2004.

_____. Diário do Iraque – 25 de junho/16 de julho. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25/07/2003 a 02/08/2003.

LOBO, Ramon. Recorde de vetos na ONU é de URSS e EUA. Madri: El País. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 9, 10/03/2003.

LOCKE, John. *Locke. Pensadores*. Volume XVIII. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

LOSURDO, Domenico. *Fuga da história? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje* [2004]. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.

LYON, Alister. Enquanto posicionam tropas, EUA dão tempo à diplomacia. Agência Reuters. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 11, 29/01/2003.

MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. *A favor de Gramsci* [1974]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MACFARQUHAR, Neil. Reconstrução do país gera rixa entre xiitas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 22, 31/08/2003.

MACKINDER, Halford. El pivote geográfico de la historia. *Antologia geopolítica*. Buenos Aires: Pleamar, 1948.

MAGNOLI, Demetrio. *A ONU e o sistema internacional*. No século XXI: perspectivas. São Paulo: Desatino/FASM, 2006, p. 89-100.

_____. *Da Guerra Fria à détente*. Coleção Educar Aprendendo. Campinas: Papirus, 1988.

_____. Desconfie das notícias. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 19, 24/03/2003.

_____. Política externa de Lula segue a cartilha de Rio Branco. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 14, 19/01/2003.

_____. Vieira de Mello no mundo de Hobbes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 12, 28/08/2003.

MALBERGIER, Sérgio. Saddam inaugura “nova ordem mundial”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 12, 06/02/2003.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Maquiavel. Pensadores*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Napoleão Bonaparte. *Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, jul. 1974. (Volume XXV, p. 329-410).

_____. *O capital*. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1973. (3 livros / tomos).

_____. *Marx. Pensadores*. Volume XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. Para a crítica da economia política [1857]. *Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MEARSHEIMER, John. Back to the future. Instability in Europe. After the Cold War. *S/c: International Security*, Harvard, v. 15, p. 5-56, 1990.

MEARSHEIMER, John Disorder restored. In: ALLISON, Grahah; TREVERTON, Gregory. *Rethinking America's security: beyond cold war to new world order*. Nova York: WW Norton, 1992.

MEIRA MATTOS, Carlos de. Nova guerra, novas armas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 3, 12/02/2003.

MILITARY POWER REVIEW. Disponível em: <<http://www.militarypower.com.br/frame4-warVietna.htm>>. Acesso em: 2010.

MOLINA, Antonio Muñoz. Com chumbo nas entranhas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 26, 14/03/2004.

MONSERRAT FILHO, José. *O que é direito internacional*. São Paulo: Brasiliense, Primeiros Passos, 1986.

MONTBRIAL, Thierry; KLEIN, Jean (Orgs.). *Dictionaire de strategy*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

MOORE, Michael. Capturamos o nosso amado Frankenstein. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 13, 17/12/2003.

MURPHY, Richard F. Terror procura dividir país. (Entrevista a João Batista Natali). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 11, 03/03/2004.

NEGRI, Tony. Bush atacou Iraque para controlar UE. (Entrevista a Claudia Antunes e Fernanda da Escóssia). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 9, 13/10/2003.

_____. EUA fogem da lógica do império. (Entrevista a Roberto Dias). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 26, 30/03/2003.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais*. Correntes e debates. 3. tiragem. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2005.

O'HANLON, Michael. Saddam será derrotado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 23, 20/03/2003.

OLIVEIRA, Flávio Rocha de. *Realismo e liberalismo no estudo das relações internacionais*. Guerra do Golfo, 1990-1991. São Paulo: Plêiade, 2009.

_____. *Os Estados Unidos no pós-guerra fria*. Transformações na política de segurança. São Paulo: Plêiade, 2009.

PARET, Peter. *Construtores da estratégia moderna* [1986]. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001 (tomo 1), 2003 (tomo 2).

PATERSON, Mathew. Green politics. In: BURCHILL, Scott; LINKLATER. *Theories of International Relations*. Londres: MacMillan press, 1996.

PECEQUILLO, Cristina Soreanu. *A ameaça que vem do norte: os EUA e a Coréia*. Conexão América. Disponível em: <<http://www.relnet.com.br/pgn/colunaueua30.lasso>>. Acesso em: 2005.

_____. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

_____. *A Otan do século XXI: a Cúpula de Praga*. Conexão América. Disponível em: <[file:///C:/Meus documentos/Otan RelNet - Conexão Améroca/htm](file:///C:/Meus%20documentos/Otan%20RelNet%20-%20Conex%C3%A3o%20Am%C3%A9rica/htm)>. Acesso em: 2005.

_____. *As diferentes guerras do Iraque*. Conexão América. Disponível em <<http://www.relnet.com.br/pgn/colunaueua31.lasso>>. Acesso em: 2005.

_____. *Introdução às relações internacionais*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. *O fim de uma era? O Iraque pós-Saddam Hussein*. Conexão América. Disponível em: <<http://www.relnet.com.br/pgn/colunaueua39.lasso>>. Acesso em: 2005.

_____. *O outro lado da América*. Conexão América. Disponível em: <<http://www.relnet.com.br/pgn/colunaueua34.lasso>>. Acesso em: 2005.

PELLEGRINO, Carlos Roberto. *História da ordem internacional*. Tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PERLE, Richard. *Adiar a guerra sairia mais caro*. (Entrevista a Fernando Canzian). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 21, 26/03/2003.

PLATIAU, Ana Flávia Barros. *A morte da ONU com a nova Guerra Fria?* Correio internacional. Disponível em: <<http://www.relnet.com.br/pgn/colunaaj143.lasso>>. Acesso em: 2005.

_____. *A ONU, humilhada, perdurará*. Correio internacional. Disponível em: <<http://www.relnet.com.br/pgn/colunaaj156.lasso>>. Acesso em: 2005.

POLLACK, Kenneth M. Próxima parada: Bagdá? *Política Externa*, São Paulo, v. 11, n. 1, jun./ago. 2002.

POMPEU DE TOLEDO, Roberto. George W. Bush, o procurador de Deus. *Veja*, São Paulo, Abril, n. 1793, p. 114, 12/03/2003.

_____. Deu no New York Times. *Veja*, São Paulo, Abril, n. 1817, 27/08/2003.

PORTUGAL, Gil. *Exemplos de tragédias dos comuns & problemas de trânsito na Internet*. Disponível em: <<http://artigos.htmcurtas/htmcurtas/htm>>. Acesso em: 2003.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje* [1974]. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. O Estado, o poder, o socialismo [1978]. *Política*, v. 19, 4. ed., Rio de Janeiro: Graal, 2000.

_____. *Poder político y clases sociales en el estado capitalista* [1969]. México: Siglo Veintiuno Editores, 1971.

POWELL, Colin. Confiamos no julgamento da história. *Le Monde*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 14, 19/11/2003.

POWER, Timothy J. Bush ou Kerry: faz diferença para o Brasil? *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 13, 01/11/2004.

PROGREBINSCHI, Thamy. *O problema da obediência em Thomas Hobbes* [2003]. Coleção Ciências Sociais. São Paulo: Edusc/Anpocs, 2003.

RANGWALA, Glen; WHITAKER, Raymond. 17 mentiras sobre a Guerra do Iraque. *The Independent*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 11, 16/07/2003.

REGO BASTOS, Sebastião. A revolução de outubro: 80 anos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 12, n. 32, 1998.

REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e tempo histórico*. A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, s/d.

RICE, Condoleeza. Nossa coalizão. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 24, 27/03/2003.

RICUPERO, Rubens. Há futuro para o comércio brasileiro após 2000? *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, edição 62. Rio de Janeiro: Funcex, jan./mar. 2000. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 2007.

RICUPERO, Rubens. Rebeldes por uma boa causa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B 2, 14/09/2003.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. *O que são relações internacionais?* São Paulo: Brasiliense, Primeiros Passos, 2001.

RODRIGUES, Thiago; MELO ROMÃO, Wagner de (Orgs.). *No século XXI: perspectivas*. Coleção Desatino. São Paulo: FASM, 2006.

ROMANO, Roberto. Propaganda e a força bruta. *Caros Amigos*, São Paulo, n. 17, jun. 2003.

RORTY, Richard. A difícil decisão de um iraquiano comum. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Caderno Mais, p. 3. 21/12/2003.

ROSSI, Clóvis. A fúria dos ricos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 2, 18/09/2003.

_____. G-23 é filho indireto da nova política Sul-Sul. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 13, 21/09/2003.

ROUCAUTE, Yves. *Uma guerra justa*. Le Monde. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 17, 18/03/2003.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. *Rousseau. Pensadores*. Volume XXIV. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

RUMSFELD, Donald. Por que valeu a pena. The New York Times. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A 26, 20/03/2004.

SACHS, Jeffrey D. Esta guerra é sobre o petróleo iraquiano. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 22, 02/02/2003.

_____. Milhões de Bush prolongarão a dor no Iraque. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 24, 14/09/2003.

_____. Mundo deveria negar ajuda a Bush no Iraque. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 28, 05/10/2003.

SACHS, Susan. Líderes árabes temem consequências do conflito. The New York Times. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 16, 18/03/2003.

SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (Coords.). *Latinoamericana*. Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006.

SAID, Edward. *Palestinos sob sítio*. Outubro, n. 6. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 2002.

SAFIRE, William. Irrefutável e inegável. New York Times. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 12, 07/02/2003.

SALUDJIAN, Alex. Geografia econômica: vantagens e limites fundados no processo de Integração. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro, Funcex, n. 75, abr./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 2005.

SANGER, David. A doutrina de guerra de Bush. The New York Times. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 16, 19/03/2003.

_____. EUA assumem risco com saída rápida. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 9, 17/11/2003.

_____. Opções arriscadas de Bush. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 12, 31/01/2004.

_____. WINES, Michael. Um líder chinês fraco e à mercê de um partido difuso. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A 10, 19/01/2001.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. O futuro das Nações Unidas e o Brasil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A 19, 24/08/2003.

SCOWCROFT, Brent. Eleição agrava perigo de guerra civil, diz assessor de Bush pai. (Entrevista a Márcio Senne de Moraes). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Especial, p. A 8, 30/01/2005.

SERFATI, Claude. *O braço armado da mundialização*. Outubro, n. 6. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 2002.

SERVAN-SCHREIBER, Jean-Jaques. *O desafio americano* [1967]. 5. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1968.

SEVCENKO, Nicolau. De volta à Idade Média. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 23, 21/03/2003.

SILVER, Beverly J. *Forças do trabalho – movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SIVOLELLA, Cristina Retta. La política euromediterránea: su dimensión parlamentaria en el processo de Barcelona. *Cena Internacional – Revista de Análise em Política Internacional*, ano 4, n. 2, 2002. Disponível em: <<http://www.relnet.com.br>>. Acesso em: 2005.

SIZEK, Slavoj. As falsas promessas do Iraque. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 23, 21/03/2004.

_____. A fortaleza América. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Caderno Mais, p. 5, 07/11/2004.

SONTAG, Susan. Susan Sontag vê a dor. (Entrevista a Flávio Moura). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. E 14, 24/08/2003.

SONTHEIMER, Michael. EUA criam “inferno” em campo de presos. Der Spiegel. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 26, 28/09/2003.

SOROS, George. Senso de supremacia de Bush está inflado. Financial Times. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 21, 16/03/2003.

STEEL, Jonathan. O “exército islâmico” de Najaf. The Guardian. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A 18, 03/08/2003.

STEINER, Henry. Guerra contra terror produz retrocesso a liberdades civis. (Entrevista a Maria Brant). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 14, 02/06/2003.

STERN, Jessica. Quando os “homens-bomba” são mulheres. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 19, 26/09/2004.

STEVENSON, Richard W. Um desafio político para Bush. The New York Times. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 9, 04/11/2003.

STUDART CORRÊA, Rodrigo. O espaço ecológico das populações no desenvolvimento global. *Revista Internacional de Desenvolvimento*, Campo Grande, v. 3, n. 4, p. 51-55, mar. 2002.

TSURU, Shigeto (Org.). *Aonde vai o capitalismo* [1963]. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

TYLER, Patrick E. Pós-guerra pode custar US\$ 20 bi anuais. The New York Times. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 11, 14/03/2003.

USBORN, David. Imagem dos EUA afeta marcas americanas. *The Independent*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 22, 20/07/2003.

VALENZUELA, Carlos. Eleição será legítima, diz enviado da ONU. (Entrevista a Karen Marón). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 7, 24/02/2005.

VALLAUX, Camilo. *El suelo y el Estado*. Madri: Daniel Jorro Editor, 1914.

VATTEL, Emmerich de. *O direito das gente* [1758]. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

VÉDRINE, Hubert. Reconstrução carece de lógica política. (Entrevista a Márcio Senne de Moraes). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 24, 14/09/2003.

VILLEPIN, Dominique de. Paris vê descompasso americano. (Entrevista a Joaquim Prieto). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 9, 01/03/2003.

VIRILIO, Paul. *Guerra e cinema* [1993]. Coleção Estado de Sítio. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Inimigo inventado pela propaganda. (Entrevista a João Batista Natali). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 24, 06/04/2003.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro* [1998]. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. *Relações internacionais do Brasil*. De Vargas a Lula [2003]. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O declínio do poder americano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo* [1904]. 2. ed. São Paulo: Editora Pioneira, 1981.

_____. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, s/d.

_____. *Economia e sociedade*. 4. ed. Brasília: UNB, 1994.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 1989.

WEISMAN, Steven R. Diplomacia dos EUA foi seqüência de erros. The New York Times. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A 12, 18/03/2003.

_____. Novos obstáculos ao plano de retirada. New York Times. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 9, 01/12/2003.

_____. Revés força Bush a mudar. New York Times. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 12, 06/09/2003.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States make of it: the social construction of power politics. *International Organization*, [S.l.], n. 46, 1992.

WHITTAKER, David J. *Terrorismo*. Um retrato [2001]. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave*. Um vocabulário de cultura e sociedade [1976]. São Paulo: Boitempo, 2007.

WINES, Michael. EUA se enganaram sobre a Rússia. The New York Times. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A 10, 11/03/2003.

WINKLER, Heinrich August. Europa, ano zero. (Entrevista a José Galisi Filho). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Caderno Mais, p. 8, 06/07/2003.

WOLF, Martin. A queda do dólar e seus riscos. Financial Times. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B 2, 18/12/2003.

WORLD FACT BOOK. Dados completos da referência. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook>>. Acesso em: 11/09/2010.

ZIEGLER, Jean. *Resenha econômica 096*. A nova ordem americana. (Entrevista a Relnet), 23/05/2003.

Apêndices

Apêndice 1 - Perfis geoeconômicos, sociais e geomilitares dos subsistemas regionais e dos Estados que os integram	433
A) América do Norte.....	435
B) América Central e Caribe	436
C) América do Sul	439
D) Europa Ocidental.....	441
E) Europa Oriental	444
F) África Subsaariana	447
G) África do Norte.....	452
H) Oriente Médio	454
I) Ásia Central	456
J) Sul da Ásia	458
K) Leste da Ásia.....	460
L) Sudeste da Ásia	462
M) Oceania	464

Apêndice 1 - Perfis geoeconômicos, sociais e geomilitares dos subsistemas regionais e dos Estados que os integram

As tabelas seguintes, dos treze continentes em que dividimos a Terra, são publicadas em duplas, uma geoeconômica e social, a outra, política, ou geomilitar; são apresentadas no sentido horizontal, para trazer maior quantidade de informações. Elas procuram traçar um rápido perfil dos subsistemas que compõem o sistema internacional, organizando algumas informações essenciais como área territorial, população, Produto Interno Bruto (PIB), renda per capita, volumes de exportação e importação, densidade demográfica, gastos e efetivos militares e relação entre número de soldados e população. Esses dados são apresentados país a país e totalizados por região.

As bases de dados utilizadas, esclarecidas a seguir, contudo, não fornecem informações de natureza militar sobre as possessões estrangeiras e algumas sequer as somam com a área ou a população das metrópoles. Por isso, com asteriscos, no pé de cada uma das tabelas com o perfil geoeconômico e social, informamos as regiões não incluídas no cálculo.

No agrupamento dos treze subsistemas realizado por nós, se perceberá que, no final das tabelas, aparecem os nomes de alguns países entre parênteses. São os que consideramos anfíbios, atores também numa segunda ou terceira região. Os valores atribuídos a estes países são totalizados apenas nas regiões a que pertencem geofisicamente. Por isso, quando exercem anfibiidade em áreas contíguas, seus nomes aparecem entre parênteses e os dados informados não são totalizados, mas mencionados apenas com o objetivo da comparabilidade.

As duas tabelas de cada região têm como referência o ano de 2010, embora nem todos os dados sejam deste ano. São de 2010 os números demográficos, embora, em alguns casos, sejam estimativos. Os dados a respeito do PIB e da renda per capita, assim como os referentes a exportação e importação, bem como os de efetivos militares, por exemplo, referem-se a 2009, os relativos a gastos militares são de 2007. A última informação a respeito de alguns países é anterior, remontando a 2005. O esforço de proporcionar uma visão abrangente, portanto, está sujeita a essas contingências. Ainda assim achamos que seria mais eficiente oferecer também

esses dados do que omiti-los, pois nosso objetivo, além da comparação, é produzir uma espécie de hierarquia entre as regiões e dentro delas. As fontes utilizadas foram as seguintes:

- Fontes gerais: *Enciclopédia Britânica*; *The Europa World Year Book 2010*; *National Geographic Atlas of the World*, *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe – Latinoamericana 2006*;
- Dados populacionais e demográficos: *State of World Population 2010*, do Fundo de Populações da ONU (FNUAP);
- Dados econômicos: *International Trade Statistics 2009*, da Organização Mundial do Comércio (OMC), *Indicadores do Desenvolvimento Mundial 2010*, do Banco Mundial;
- Dados sociais: *Relatório do Desenvolvimento Humano 2009-2010*, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD);
- Dados militares: *The World Fact Book*, a Enciclopédia da Agência Central de Inteligência (CIA) e *The Military Balance 2009*, de The International Institute for Strategic Studies (IISS).

As quotas utilizadas são as seguintes:

- Área: quilômetros quadrados (km²);
- População: milhões de habitantes;
- Densidade: população por km²;
- PIB: milhões de dólares = US\$ milhões;
- Renda per capita: dólares = US\$;
- IDH: Indicador de Desenvolvimento Humano, índice fornecido pelo PNUD;
- Exportações e importações: milhões de dólares = US\$ milhões;
- Gastos militares: bilhões de dólares = US\$ bilhões;
- Tropas: milhares = mil homens;
- Relação população/trocas: 1 soldado para cada X habitantes.

A) AMÉRICA DO NORTE

A-1) Perfil geoeconômico e social da América do Norte

País	Área (km ²)	Área ocupada na região	População (milhões de hab.)	Pop. na região	Densidade (Hab./km ²)	PIB (milhões de US\$)	Parte do PIB da região	Renda per capita	IDH Medida	IDH no mundo	Exportações (milhões de US\$)	Importações (milhões de US\$)
Estados Unidos	9.372.614	43,97%	317,6	68,73%	33,89	14.256.300	86,57%	47.240	0,902	4º	1.287.442	2.169.487
Canadá	9.984.670	46,84%	33,9	7,34%	3,40	1.336.070	8,11%	42.170	0,888	8º	456.464	418.311
México	1.958.201	9,19%	110,6	23,93%	56,48	874.902	5,31%	8.920	0,75	56º	291.729	323.151
TOTAL*	21.315.485	-	462	-	21,68	16.467.272	-	35.636	-	-	2.035.635	2.910.949

* Não inclui a Groenlândia, sob soberania dinamarquesa e as ilhas de Saint Pierre e Miquelon.

A-2) Perfil geomilitar da América do Norte

País	Área (km ²)	População (milhões de hab.)	Gasto militar (bilhões US\$)	Gasto Militar no PIB	Parte do gasto mundial	Terra (mil homens)	Mar (mil homens)	Ar (mil homens)	Efetivos (mil homens)	Relação 1 soldado/habitantes	Observações
Estados Unidos	9.372.614	317,6	696,3	5%	46,35%	662,20	335,80	334,30	1.332,30	238,38	
Canadá	9.984.670	33,9	19,8	1%	1,32%	34,80	11,00	19,90	65,70	515,98	
México	1.958.201	110,6	4,3	0,5%	0,29%	200,00	56,00	11,50	267,50	413,46	
TOTAL	21.315.485	462	720,4	4,4%	47,96	897,00	402,80	365,70	1.665,50	277,45	

B) AMÉRICA CENTRAL E CARIBE

B-1) Perfil geoeconômico e social da América Central e Caribe

País	Área (km2)	Área ocupada na região	População (milhões de hab.)	Pop. na região	Densidade (Hab./km2)	PIB (milhões de US\$)	Parte do PIB da região	Renda per capita	IDH Medida	IDH no mundo	Exportações (milhões de US\$)	Importações (milhões de US\$)
Cuba	110.860	14,91%	11,2	14,14%	101,06	110.900	31,66%	9.902	-	-	3.500	14.500
República Dominicana	48.511	6,52%	10,2	12,88%	210,26	46.598	13,30%	4.510	0,663	88º	6.949	16.095
Guatemala	108.889	14,64%	14,4	18,18%	132,24	36.788	10,50%	2.620	0,560	116º	7.738	14.549
Nicarágua	131.812	17,72%	5,8	7,32%	44,00	6.297	1,80%	1.000	0,565	115º	1.489	4.338
Costa Rica	51.102	6,87%	4,6	5,81%	89,61	29.225	8,34%	6.230	0,725	62º	9.504	15.372
Panamá	75.040	10,09%	3,5	4,42%	45,74	24.711	7,05%	6.710	0,755	54º	1.180	9.050
Belize	22.965	3,09%	0,307	0,39%	13,37	1.359	0,39%	3.740	0,694	78º	310	837
Antígua e Barbuda	442	0,06%	0,087	0,11%	196,83	1.132	0,32%	12.070	-	-	80	770
Bahamas	13.939	1,87%	0,342	0,43%	24,54	7.234	2,07%	21.390	0,784	43º	989	3.123
Barbados	431	0,06%	0,256	0,32%	593,97	3.682	1,05%	9.330	0,788	42º	395	1.892
Dominica	751	0,10%	0,073	0,09%	97,20	378	0,11%	4.870	-	-	40	225
El Salvador	21.041	2,83%	6,2	7,83%	292,90	22.174	6,33%	3.370	0,659	90º	4.549	9.755
Granada	344,5	0,05%	0,104	0,13%	301,89	627	0,18%	5.550	-	-	31	363
Haiti	27.700	3,72%	10,2	12,88%	368,00	6.693	1,91%	656	0,404	145º	490	2.148
Honduras	112.492	15,13%	7,6	9,60%	67,56	14.632	4,18%	1.820	0,604	106º	6.046	10.389
Jamaica	10.991	1,48%	2,7	3,41%	247,38	14.681	4,19%	4.990	0,688	80º	2.703	8.549
Santa Lúcia	617	0,08%	0,17	0,21%	275,53	946	0,27%	5.170	-	-	164	656
S. Cristóvão e Nevis	269,4	0,04%	0,049	0,06%	181,89	545	0,16%	10.100	-	-	38	285

País	Área (km2)	Área ocupada na região	População (milhões de hab.)	Pop. na região	Densidade (Hab./km2)	PIB (milhões de US\$)	Parte do PIB da região	Renda per capita	IDH Medida	IDH no mundo	Exportações (milhões de US\$)	Importações (milhões de US\$)
S. Vicente e Granadinas	389	0,05%	0,109	0,14%	280,21	583	0,17%	5.110	-	-	52	373
Trinidad e Tobago	5.128	0,69%	1,3	1,64%	261,12	21.087	6,02%	16.490	0,736	59º	16.929	9.973
(México)*	1.958.201		110,6		56,48	874.902		8.920	0,75	56º	291.729	323.151
(Colômbia)*	1.141.748		46,3		40,55	230.844		4.930	0,689	79º	37.626	36.669
(Venezuela)*	916.445		29		31,64	326.498		10.150	0,696	75º	93.542	49.640
TOTAL**	743.714	-	79	-	106,49	350.272		4.423	-	-	63.176	123.242

* Países anfíbios, cujos dados já foram contabilizados em outras regiões.

** Não inclui as colônias estrangeiras: Anguilla, Aruba, Bermudas, Curaçao, Guadalupe, Cayman, Turks e Caicós, Ilhas Virgens Americanas, Ilhas Virgens Britânicas, Martinica, Montserrat, Porto Rico, Saint Barthelemy, Saint Marteen, Saint Martin.

B-2) Perfil geomilitar da América Central e Caribe

País	Área (km2)	População (milhões de hab.)	Gasto militar (bilhões US\$)	Gasto Militar no PIB	Parte do gasto mundial	Terra (mil homens)	Mar (mil homens)	Ar (mil homens)	Efetivos (mil homens)	Relação 1 soldado/habitantes	Observações
Cuba	110.860	11,2	2,3	2,07%	0,15%	38	3	8	49	228,57	
República Dominicana	48.511	10,2	0,278	0,60%	0,02%	40,4	4	5,5	49,9	204,41	
Guatemala	108.889	14,4	0,18	0,49%	0,01%	13,4	0,897	0,871	15,168	949,37	
Nicarágua	131.812	5,8	0,042	0,67%	0,003%	10	0,8	1,2	12	483,33	
Costa Rica	51.102	4,6	0,156	0,53%	0,01%	-	-	-	-	-	
Panamá	75.040	3,5	0,226	0,91%	0,02%	-	-	-	-	-	

País	Área (km2)	População (milhões de hab.)	Gasto militar (bilhões US\$)	Gasto Militar no PIB	Parte do gasto mundial	Terra (mil ho- mens)	Mar (mil ho- mens)	Ar (mil ho- mens)	Efetivos (mil ho- mens)	Relação 1 solda- do/ha- bitantes	Observações
Belize	22.965	0,307	0,0011	0,08%	0,0001%	-	-	-	-	-	
Antígua e Barbuda	442	0,087	0,007	0,62%	0,0005%	0,125	0,045		0,17	511,76	
Bahamas	13.939	0,342	0,049	0,68%	0,003%		0,86		0,86	397,67	
Barbados	431	0,256	0,03	0,81%	0,002%	0,5	0,11		0,61	419,67	
Dominica	751	0,073	-	-	-	-	-	-	0	-	
El Salvador	21.041	6,2	0,115	0,52%	0,01%	13,9	0,7	0,95	15,55	398,71	
Granada	344,5	0,104	0,0178	2,84%	0,001%	17,8	-	-	17,8	5,84	
Haiti	27.700	10,2	-	-	-	-	-	-	0	-	
Honduras	112.492	7,6	0,096	0,66%	0,01%	-	1,4	2,3	3,7	2054,05	
Jamaica	10.991	2,7	0,096	0,65%	0,01%	2,5	0,19	0,14	2,83	954,06	
Santa Lúcia	617	0,17		0,00%	-	-	-	-	-	-	
S. Cristóvão e Nevis	269,4	0,049	-	-	-	-	-	-	-	-	
S. Vicente e Granadinas	389	0,109	-	-	-	-	-	-	-	-	
Trinidad e Tobago	5.128	1,3	0,143	0,68%	0,01%	3	1,1		4,1	317,07	
(México)	1.958.201	110,6	4,3		0,29%	200	56	11,5	267,5	413,46	
(Colômbia)	1.141.748	46,3	9,5		0,63%	237,5	34,6	13,1	285,2	162,34	
(Venezuela)	916.445	29	3,3		0,22%	63	17,5	11,5	92	315,22	
TOTAL*	743.714	79	3,7369	1,07%	0,25%	139,625	13,102	18,96	171,69	461,28	

C) AMÉRICA DO SUL

C-1) Perfil geoeconômico e social da América do Sul

País	Área (km ²)	Área ocupada na região	População (milhões de hab.)	Pop. na região	Densidade (Hab./km ²)	PIB (milhões de US\$)	Parte do PIB da região	Renda per capita	IDH Medida	IDH no mundo	Exportações (milhões de US\$)	Importações (milhões de US\$)
Brasil	8.514.876	48,03%	195,40	49,72%	22,95	1.571.980	55,00%	8.040	0,699	73º	197.942	182.408
Argentina	2.780.403	15,68%	40,7	10,36%	14,64	308.741	10,80%	7.570	0,775	46º	70.023	57.423
Colômbia	1.141.748	6,44%	46,3	11,78%	40,55	230.844	8,08%	4.930	0,689	79º	37.626	36.669
Chile	756.102	4,27%	17,1	4,35%	22,62	163.670	5,73%	9.420	0,783	45º	66.456	61.903
Peru	1.285.216	7,25%	29,5	7,51%	22,95	126.734	4,43%	4.150	0,723	63º	31.529	29.981
Venezuela	916.445	5,17%	29	7,38%	31,64	326.498	11,42%	10.150	0,696	75º	93.542	49.640
Bolívia	1.098.581	6,20%	10	2,54%	9,10	17.340	0,61%	1.620	0,643	95º	6.448	4.987
Equador	272.045	1,53%	13,8	3,51%	50,73	57.249	2,00%	3.920	0,695	77º	18.511	18.686
Guiana	214.999	1,21%	0,762	0,19%	3,54	1.159	0,04%	1.450	0,611	104º	799	1.300
Paraguai	406.752	2,29%	6,5	1,65%	15,98	15.015	0,53%	2.270	0,64	96º	4.434	10.200
Suriname	163.820	0,92%	0,52	0,13%	3,17	3.033	0,11%	4.760	0,646	94º	1.743	1.304
Uruguai	176.215	0,99%	3,4	0,87%	19,07	36.093	1,26%	9.360	0,765	52º	5.949	8.933
TOTAL *	17.727.202	-	393	-	22,17	2.858.356	-	7.274	-	-	535.002	463.434

* Não inclui as colônias e possessões estrangeiras: Guiana Francesa, Falklands (Ilhas Malvinas) e as ilhas de Geórgia do Sul e Sandwich do Sul.

C-2) Perfil geomilitar da América do Sul

País	Área (km ²)	População (milhões de hab.)	Gasto militar (bilhões US\$)	Gasto Militar no PIB	Parte do gasto mundial	Terra (mil ho- mens)	Mar (mil ho- mens)	Ar (mil ho- mens)	Efetivos (mil ho- mens)	Relação 1 solda- do/ha- bitantes	Observações
Brasil	8.514.876	195,40	26,3	1,67%	1,75%	190	67	70,7	327,70	596,28	
Argentina	2.780.403	40,7	2	0,65%	0,13%	38,5	20	14,6	73,10	556,77	
Colômbia	1.141.748	46,3	9,5	4,12%	0,63%	237,5	34,6	13,1	285,20	162,34	
Chile	756.102	17,1	5,6	3,42%	0,37%	35	17,8	7,8	60,60	282,18	
Peru	1.285.216	29,5	1,4	1,10%	0,09%	74	23	17	114,00	258,77	
Venezuela	916.445	29	3,3	1,01%	0,22%	63	17,5	11,5	92,00	315,22	
Bolívia	1.098.581	10	0,25	1,44%	0,02%	34,8	4,8	6,5	46,70	216,92	
Equador	272.045	13,8	1,1	1,92%	0,07%	46,5	7,3	4,2	58,00	237,93	
Guiana	214.999	0,762	0,067	5,78%	0,004%	0,9	0,1	0,1	1,10	692,73	
Paraguai	406.752	6,5	0,132	0,88%	0,01%	7,6	2	1,1	10,70	607,48	
Suriname	163.820	0,52	0,031	1,02%	0,002%	1,4	0,24	0,2	1,84	282,61	
Uruguai	176.215	3,4	0,26	0,72%	0,02%	3	5,4	3	11,40	298,25	
TOTAL	17.727.202	393	49,94	1,75%	3,32%	732,2	199,74	149,8	1.081,74	363,29	

D) EUROPA OCIDENTAL

D-1) Perfil socioeconômico e social da Europa Ocidental

País	Área (km2)	Área ocupada na região	População (milhões de hab.)	Pop. na região	Densidade (Hab./km2)	PIB (milhões de US\$)	Parte do PIB da região	Renda per capita	IDH Medida	IDH no mundo	Exportações (milhões de US\$)	Importações (milhões de US\$)
Alemanha	357.046	9,62%	82,1	20,06%	229,95	3.346.700	20,76%	42.560	0,885	10º	1.461.853	1.203.787
França	543.965	14,65%	62,6	15,30%	115,08	2.649.390	16,43%	42.680	0,872	14º	605.403	705.577
Reino Unido	242.514	6,53%	61,9	15,13%	255,24	2.174.530	13,49%	41.520	0,849	26º	458.572	632.017
Itália	301.338	8,12%	60,1	14,69%	199,44	2.112.780	13,10%	35.080	0,854	23º	538.028	554.909
Espanha	504.614	13,59%	45,3	11,07%	89,53	1.460.250	9,06%	31.870	0,863	20º	268.339	401.384
Holanda	41.528	1,12%	16,7	4,08%	402,14	792.128	4,91%	49.350	0,89	7º	633.006	573.188
Suécia	450.295	12,13%	9,3	2,27%	20,65	406.072	2,52%	48.930	0,885	9º	183.356	167.152
Dinamarca	43.098	1,16%	5,5	1,34%	126,92	309.596	1,92%	58.930	0,866	19º	116.759	110.827
Finlândia	338.145	9,11%	5,3	1,30%	15,75	237.512	1,47%	45.680	0,871	16º	96.455	91.781
Áustria	83.871	2,26%	8,4	2,05%	99,72	384.908	2,39%	46.850	0,851	25º	180.966	183.441
Grécia	131.957	3,55%	11,2	2,74%	84,58	329.924	2,05%	28.630	0,855	22º	25.242	79.049
Bélgica	30.528	0,82%	10,7	2,62%	350,5	468.552	2,91%	45.310	0,867	18º	475.550	469.486
Andorra	468	0,01%	0,084	0,02%	179,49	3.712	0,02%	41.130	0,824	30º	-	-
Chipre	9.251	0,25%	0,871	0,21%	94,15	24.910	0,15%	26.940	0,81	35º	1.599	10.616
Irlanda	70.273	1,89%	4,6	1,12%	65,46	227.193	1,41%	44.310	0,895	5º	124.101	83.177
Islândia	102.819	2,77%	0,323	0,08%	3,14	12.133	0,08%	43.220	0,869	17º	5.382	6.205
Liechtenstein	160	0,004%	0,036	0,01%	225	5.028	0,03%	113.210	0,891	6º	-	-
Luxemburgo	2.586	0,07%	0,486	0,12%	187,94	52.449	0,33%	74.430	0,852	24º	25.385	31.592
Malta	315,6	0,01%	0,409	0,10%	1.295,94	7.449	0,05%	16.690	0,815	33º	2.797	4.587
Mônaco	2,01	0,0001%	0,033	0,01%	16.417,91	6.919	0,04%	203.900	-	-	-	-
Noruega	323.802	8,72%	4,9	1,20%	15,13	381.766	2,37%	86.440	0,938	1º	172.517	89.293

País	Área (km2)	Área ocupada na região	População (milhões de hab.)	Pop. na região	Densidade (Hab./km2)	PIB (milhões de US\$)	Parte do PIB da região	Renda per capita	IDH Medida	IDH no mundo	Exportações (milhões de US\$)	Importações (milhões de US\$)
Portugal	92.152	2,48%	10,7	2,62%	116,19	227.676	1,41%	20.940	0,795	41º	55.833	89.975
San Marino	61,16	0,002%	0,031	0,01%	506,62	1.900	0,01%	50.670	-	-	-	-
Suíça	41.285	1,11%	7,6	1,86%	183,31	500.260	3,10%	56.370	0,874	13º	200.334	183.192
Vaticano	0,44	0,00001%	0,001	0,0002%	1.877,27	-	-	-	-	-	-	-
(Turquia)*	783.562		75,7		97,12	617.099		8.730	0,679	83º	132.002	201.961
(Polónia)*	312.685		38		121,53	430.076		12.260	0,795	41º	168.042	204.279
TOTAL **	3.712.074	-	409	-	110,23	16.123.737	-	39.406	-	-	5.631.477	6.077.475

* Países anfíbios, cujos dados já foram contabilizados em outras regiões.

** Não inclui os dados referentes ao Kosovo, ao território britânico de Gibraltar e às ilhas de Man, Asland, Faroe, Jersey e Guernsey, Mayen e Svalbard.

D-2) Perfil geomilitar da Europa Ocidental

País	Área (km2)	População (milhões de hab.)	Gasto militar (bilhões US\$)	Gasto Militar no PIB	Parte do gasto mundial	Terra (mil homens)	Mar (mil homens)	Ar (mil homens)	Efetivos (mil homens)	Relação 1 soldado/habitantes	Observações
Alemanha	357.046	82,1	46,9	1,40%	3,12%	164	24,4	62,2	250,6	327,61	
França	543.965	62,6	67,2	2,54%	4,47%	134	44	57,6	235,6	265,70	
Reino Unido	242.514	61,9	60,8	2,80%	4,05%	100,3	35,7	39,8	175,8	352,10	
Itália	301.338	60,1	30,9	1,46%	2,06%	108,3	34	42,9	185,2	324,51	
Espanha	504.614	45,3	19,3	1,32%	1,28%	79,7	17,9	21,6	119,2	380,03	
Holanda	41.528	16,7	12,3	1,55%	0,82%	21,8	9,4	9,6	40,8	409,31	
Suécia	450.295	9,3	6,7	1,65%	0,45%	5,9	2,9	4,3	13,1	709,92	

País	Área (km2)	População (milhões de hab.)	Gasto militar (bilhões US\$)	Gasto Militar no PIB	Parte do gasto mundial	Terra (mil ho- mens)	Mar (mil ho- mens)	Ar (mil ho- mens)	Efetivos (mil ho- mens)	Relação 1 solda- do/ha- bitantes	Observações
Dinamarca	43.098	5,5	4,5	1,45%	0,30%	10,6	3,5	3,4	17,5	314,29	
Finlândia	338.145	5,3	3,6	1,52%	0,24%	16	3,8	2,8	22,6	234,51	
Áustria	83.871	8,4	3,2	0,83%	0,21%	13,6	-	2,3	15,9	528,30	
Grécia	131.957	11,2	10,1	3,06%	0,67%	93,5	20	31,5	145	77,24	
Bélgica	30.528	10,7	5,6	1,20%	0,37%	14	1,6	7,2	22,8	469,30	
Andorra	468	0,084	-	-	-	-	-	-	0	-	
Chipre	9.251	0,871	0,537	2,16%	0,04%	-	-	-	0	-	
Irlanda	70.273	4,6	1,6	0,70%	0,11%	8,5	1,1	0,85	10,45	440,19	
Islândia	102.819	0,323	0,046	0,38%	0,003%	-	-	-	0	-	
Liechtenstein	160	0,036	-	-	-	-	-	-	0	-	
Luxemburgo	2.586	0,486	0,232	0,44%	0,02%	0,9	-	-	0,9	540,00	
Malta	315,6	0,409	0,049	0,66%	0,003%	2	-	-	2	204,50	
Mônaco	2,01	0,033	-	-	-	-	-	-	-	-	
Noruega	323.802	4,9	5,9	1,55%	0,39%	7,9	3,6	2,5	14	350,00	
Portugal	92.152	10,7	3,7	1,63%	0,25%	26,7	10,5	7,1	44,3	241,53	
San Marino	61,16	0,031	-	-	-	-	-	-	0	-	
Suíça	41.285	7,6	4,1	0,82%	0,27%	123,7	-	27,2	150,9	50,36	
Vaticano	0,44	0,001	-	-	-	-	-	-	0	-	
(Turquia)	783.562	75,7	13,5		0,90%	402	48,6	60	510,6	148,26	
(Polônia)	312.685	38	10,2		0,68%	46,4	8	17,5	71,9	528,51	
TOTAL	3.712.074	409	287,264	1,78%	19,12%	931,4	212,4	322,85	1466,65	278,99	

E) EUROPA ORIENTAL

E-1) Perfil geoeconômico e social da Europa Oriental

País	Área (km ²)	Área ocupada na região	População (milhões de hab.)	Pop. na região	Densidade (Hab./km ²)	PIB (milhões de US\$)	Parte do PIB da região	Renda per capita	IDH Média	IDH no mundo	Exportações (milhões de US\$)	Importações (milhões de US\$)
Rússia	17.075.400	84,39%	140,4	33,74%	8,22	1.230.730	36,17%	9.370	0,719	65º	471.603	291.861
Ucrânia	603.700	2,98%	45,4	10,91%	75,2	113.545	3,34%	2.800	0,71	69º	67.003	85.534
Polônia	312.685	1,55%	38	9,13%	121,53	430.076	12,64%	12.260	0,795	41º	168.042	204.279
República Checa	78.866	0,39%	10,4	2,50%	131,45	190.274	5,59%	17.310	0,841	28º	146.321	141.493
Eslováquia	49.034	0,24%	5,4	1,30%	110,25	87.642	2,58%	16.130	0,818	31º	70.962	73.389
Hungria	93.030	0,46%	10	2,40%	107,42	128.964	3,79%	12.980	0,805	37º	107.709	107.910
Sérvia	88.361	0,44%	9,9	2,38%	111,47	42.594	1,25%	5.990	0,735	60º	10.972	22.999
Albânia	28.748	0,14%	3,2	0,77%	109,75	11.834	0,35%	3.950	0,719	64º	1.355	5.251
Armênia	29.743	0,15%	3,1	0,74%	103,65	8.714	0,26%	3.100	0,695	76º	1.069	4.412
Azerbaijão	86.600	0,43%	8,9	2,14%	102,77	43.019	1,26%	4.840	0,713	67º	30.586	7.575
Belaruss	207.600	1,03%	9,6	2,31%	46,41	48.984	1,44%	5.540	0,732	61º	32.902	39.483
Bósnia-Herzegovina	51.209	0,25%	3,8	0,91%	73,56	17.122	0,50%	4.700	0,71	68º	5.064	12.282
Bulgária	110.970	0,55%	7,5	1,80%	67,99	47.100	1,38%	5.770	0,743	58º	22.470	37.261
Croácia	56.594	0,28%	4,4	1,06%	78,03	63.034	1,85%	13.810	0,767	51º	14.112	30.728
Eslovênia	20.273	0,10%	2	0,48%	99,64	48.477	1,42%	23.520	0,828	29º	34.105	36.970
Estônia	45.227	0,22%	1,3	0,31%	29,63	19.084	0,56%	14.060	0,812	34º	12.451	16.028
Geórgia	69.500	0,34%	4,2	1,01%	60,43	10.737	0,32%	2.530	0,698	74º	1.498	6.058
Letônia	64.589	0,32%	2,2	0,53%	34,82	26.195	0,77%	12.390	0,769	48º	10.112	16.090

País	Área (km2)	Área ocupada na região	População (milhões de hab.)	Pop. na região	Densidade (Hab./km2)	PIB (milhões de US\$)	Parte do PIB da região	Renda per capita	IDH Média	IDH no mundo	Exportações (milhões de US\$)	Importações (milhões de US\$)
Lituânia	65.300	0,32%	3,3	0,79%	50,54	37.206	1,09%	11.410	0,783	44º	23.632	30.923
Macedônia	25.713	0,13%	2	0,48%	79,42	9.221	0,27%	4.400	0,701	71º	3.978	6.852
Moldávia	33.843	0,17%	3,6	0,87%	106,49	5.405	0,16%	1.590	0,623	99º	1.591	4.899
Montenegro	13.812	0,07%	0,624	0,15%	45,18	4.086	0,12%	6.550	0,769	49º	784	2.918
Romênia	238.391	1,18%	21,2	5,09%	88,93	161.110	4,74%	8.330	0,767	50º	49.393	82.725
Turquia	783.562	3,87%	75,7	18,19%	97,12	617.099	18,14%	8.730	0,679	83º	132.002	201.961
(Alemanha)*	357.046		82,1		229,95	3.346.700		42.560	0,885	10º	1.461.853	1.203.787
TOTAL**	20.232.750	-	416	-	20,57	3.402.252	-	8.176	-	-	1.419.716	1.469.881

* País anfíbio, cujos dados já foram contabilizados em outras regiões.

** Não inclui o Kosovo, mas inclui a totalidade dos dados referentes à Federação Russa e à Turquia.

E-2) Perfil geomilitar da Europa Oriental

País	Área (km2)	População (milhões de hab.)	Gasto militar (bilhões US\$)	Gasto Militar no PIB	Parte do gasto mundial	Terra (mil homens)	Mar (mil homens)	Ar (mil homens)	Efetivos (mil homens)	Relação 1 soldado/habitantes	Observações
Rússia	17.075.400	140,4	40,5	3,29%	2,70%	360	142	160	662	212,085	
Ucrânia	603.700	38	1,8	1,59%	0,12%	70,8	13,9	45,2	129,9	292,533	
Polônia	312.685	38	10,2	2,37%	0,68%	46,4	8	17,5	71,9	528,512	
República Checa	78.866	10,4	3,2	1,68%	0,21%	-	-	-	0	-	
Eslováquia	49.034	5,4	1,5	1,71%	0,10%	7,3	-	4,2	11,5	469,565	
Hungria	93.030	10	1,9	1,47%	0,13%	10,9	-	5,7	16,6	602,410	

País	Área (km2)	População (milhões de hab.)	Gasto militar (bilhões US\$)	Gasto Militar no PIB	Parte do gasto mundial	Terra (mil ho- mens)	Mar (mil ho- mens)	Ar (mil ho- mens)	Efetivos (mil ho- mens)	Relação 1 solda- do/ha- bitantes	Observações
Sérvia	88.361	9,9	1	2,35%	0,07%	12,3	-	4,7	17	582,353	
Albânia	28.748	3,2	0,254	2,15%	0,02%	-	-		0	-	
Armênia	29.743	3,1	0,396	4,54%	0,03%	43,8	-	2,9	46,7	66,381	
Azerbaijão	86.600	8,9	1,6	3,72%	0,11%	56,8	2,2	7,9	66,9	133,034	
Belaruss	207.600	9,6	0,674	1,38%	0,04%	29,6	-	18,2	47,8	200,837	
Bósnia- Herzegovina	51.209	3,8	0,244	1,43%	0,02%	-	-	-	0	-	
Bulgária	110.970	4,5	1,3	2,76%	0,09%	16,3	3,5	6,7	26,5	169,811	
Croácia	56.594	4,4	1,1	1,75%	0,07%	11,4	1,9	3,5	16,8	261,905	
Eslovênia	20.273	2	0,834	1,72%	0,06%	7,2	-	-	7,2	277,778	
Estônia	45.227	1,3	0,45	2,36%	0,03%	4,2	0,3	-	4,5	288,889	
Geórgia	69.500	4,2	1	9,31%	0,07%	17,8	0,495	1,3	19,595	214,340	
Letônia	64.589	2,2	0,453	1,73%	0,03%	1,5	0,7	0,48	2,68	820,896	
Lituânia	65.300	3,3	0,477	-	0,03%	7,4	0,47	1	8,87	372,041	
Macedônia	25.713	2	0,192	2,08%	0,01%	8	-	-	8	250,000	
Moldávia	33.843	3,6	0,022	0,41%	0,001%	5,1	-	0,85	5,95	605,042	
Montenegro	13.812	0,624	0,071	1,74%	0,005%	2,5	0,401	0,226	3,127	199,552	
Romênia	238.391	21,2	3	1,86%	0,20%	43	7,2	9,7	59,9	353,923	
Turquia	783.562	75,7	13,5	2,19%	0,90%	402	48,6	60	510,6	148,257	
(Alemanha)	357.046	82,1	46,9		3,12%	164	24,4	62,2	250,6	327,614	
TOTAL	20.232.750	406	85,667	2,52%	5,70%	1164,3	229,666	350,056	1.744,022	232,637	

F) ÁFRICA SUBSAARIANA

F-1) Perfil geoeconômico e social da África Subsaariana

País	Área (km2)	Área ocupada na região	População (milhões de hab.)	Pop. na região	Densidade (Hab./km2)	PIB (milhões de US\$)	Parte do PIB da região	Renda per capita	IDH Medida	IDH no mundo	Exportações (milhões de US\$)	Importações (milhões de US\$)
África do Sul	1.219.090	5,03%	50,5	5,86%	41,42	285.983	30,65%	5.770	0,597	110º	80.782	99.480
Nigéria	923.768	3,81%	158,3	18,36%	171,36	168.994	18,11%	1.140	0,423	142º	80.750	41.700
Congo	342.000	1,41%	3,8	0,44%	11,11	8.695	0,93%	1.830	0,489	126º	9.050	2.990
República Centro-africana	622.436	2,57%	4,5	0,52%	7,23	2.006	0,22%	450	0,315	159º	195	310
Angola	1.246.700	5,14%	19	2,20%	15,24	69.067	7,40%	3.490	0,403	146º	67.100	21.100
Benin	112.622	0,46%	9,2	1,07%	81,69	6.656	0,71%	750	0,435	135º	1.050	1.990
Botsuana	581.730	2,40%	2	0,23%	3,35	11.630	1,25%	6.240	0,633	98º	4.875	5.165
Burkina Faso	267.950	1,11%	16,3	1,89%	60,83	8.141	0,87%	510	0,305	161º	550	1.800
Burundi	27.834	0,11%	8,5	0,99%	305,38	1.325	0,14%	150	0,282	166º	57	403
Cabo Verde	4.033	0,02%	0,506	0,06%	125,46	1.549	0,17%	3.010	0,534	118º	32	825
Camarões	475.442	1,96%	20	2,32%	42,07	21.837	2,34%	1.170	0,46	131º	4.350	4.360
Chade	1.284.000	5,30%	11,5	1,33%	8,96	6.680	0,72%	610	0,295	163º	4.650	1.830
Comores	1.862	0,01%	0,676	0,08%	363,05	549	0,06%	870	0,428	140º	13	180
Costa do Marfim	320.763	1,32%	21,6	2,50%	67,34	23.042	2,47%	1.060	0,397	149º	10.100	7.150
Djibuti	23.200	0,10%	0,864	0,10%	37,64	1.049	0,11%	1.280	0,402	147º	69	580
Eritreia	121.100	0,50%	5,2	0,60%	42,94	1.654	0,18%	300	-	-	17	530
Etiópia	1.127.127	4,65%	85	9,86%	75,41	28.537	3,06%	330	0,328	157º	1.602	7.700
Gabão	267.667	1,10%	1,5	0,17%	5,51	11.062	1,19%	7.370	0,648	93º	8.700	2.450
Gâmbia	11.295	0,05%	1,8	0,21%	159,36	733	0,08%	440	0,39	151º	10	329

País	Área (km2)	Área ocupada na região	População (milhões de hab.)	Pop. na região	Densidade (Hab./km2)	PIB (milhões de US\$)	Parte do PIB da região	Renda per capita	IDH Medida	IDH no mundo	Exportações (milhões de US\$)	Importações (milhões de US\$)
Gana	238.533	0,98%	24,3	2,82%	101,87	15.619	1,67%	700	0,467	130º	5.275	10.261
Guiné	245.836	1,01%	10,3	1,19%	41,9	3.799	0,41%	350	0,34	156º	1.360	1.600
Guiné-Bissau	36.125	0,15%	1,6	0,19%	44,6	459	0,05%	250	0,289	164º	98	160
Guiné Equatorial	28.051	0,12%	0,676	0,08%	24,1	10.413	1,12%	12.420	0,538	117º	16.300	3.270
Lesoto	30.355	0,13%	2,1	0,24%	68,09	1.758	0,19%	1.030	0,427	141º	900	2.040
Libéria	111.369	0,46%	4,1	0,48%	36,81	876	0,09%	160	0,3	162º	242	813
Madagáscar	587.051	2,42%	20,1	2,33%	34,24	9.052	0,97%	420	0,435	135º	1.340	4.040
Malawi	118.484	0,49%	15,7	1,82%	132,51	4.975	0,53%	280	0,385	153º	770	1.650
Mali	1.248.574	5,15%	13,3	1,54%	10,65	8.996	0,96%	680	0,309	160º	1.650	2.550
Maurício	2.040	0,01%	1,3	0,15%	690,62	8.599	0,92%	7.240	0,701	71º	2.399	4.666
Mauritânia	1.030.700	4,25%	3,4	0,39%	3,3	3.031	0,32%	960	0,433	136º	1.750	1.750
Moçambique	799.380	3,30%	23,4	2,71%	29,27	9.790	1,05%	440	0,284	165º	2.653	3.804
Namíbia	824.115	3,40%	2,2	0,26%	2,63	9.419	1,01%	4.290	0,606	105º	2.804	4.020
Niger	1.186.408	4,90%	15,9	1,84%	13,4	5.384	0,58%	340	0,261	167º	880	1.400
Quênia	582.646	2,40%	40,9	4,74%	70,2	30.200	3,24%	770	0,47	128º	4.972	11.074
Rep. Dem. do Congo	2.344.858	9,67%	67,8	7,86%	28,91	10.779	1,16%	160	0,239	168º	3.950	4.100
Ruanda	26.338	0,11%	10,3	1,19%	391,07	5.064	0,54%	460	0,385	152º	250	1.139
São Tomé e Príncipe	1.001	0,004%	0,16	0,02%	159,84	193	0,02%	1.140	0,488	127º	11	114
Seicheles	455	0,00%	0,087	0,01%	191,21	764	0,08%	8.480	-	-	390	912
Senegal	196.722	0,81%	12,9	1,50%	65,57	13.059	1,40%	1.030	0,411	144º	2.350	6.528
Serra Leoa	71.740	0,30%	5,8	0,67%	80,85	1.942	0,21%	340	0,317	158º	220	560
Somália	637.657	2,63%	9,4	1,09%	14,47	5.665	0,61%	603	-	-	290	790

País	Área (km2)	Área ocupada na região	População (milhões de hab.)	Pop. na região	Densidade (Hab./km2)	PIB (milhões de US\$)	Parte do PIB da região	Renda per capita	IDH Medida	IDH no mundo	Exportações (milhões de US\$)	Importações (milhões de US\$)
Suazilândia	17.363	0,07%	1,2	0,14%	68,25	2.936	0,31%	2.350	0,498	121º	1.790	2.200
Sudão	2.503.890	10,33%	43,2	5,01%	17,25	54.677	5,86%	1.220	0,379	154º	12.050	9.150
Tanzânia	945.090	3,90%	45	5,22%	47,61	21.623	2,32%	500	0,398	148º	3.037	7.081
Togo	56.785	0,23%	6,8	0,79%	119,75	2.855	0,31%	440	0,428	139º	900	1.540
Uganda	241.038	0,99%	33,8	3,92%	140,23	15.736	1,69%	460	0,422	143º	2.180	4.526
Zâmbia	752.614	3,11%	13,3	1,54%	17,67	12.748	1,37%	970	0,395	150º	5.089	5.106
Zimbábue	390.757	1,61%	12,6	1,46%	32,25	3.418	0,37%	360	0,14	169º	2.150	2.950
(Egito)*	1.001.449		84,5		84,38	188.334		2.070	0,62	101º	23.995	47.540
TOTAL**	24.236.594	-	862	-	35,58	933.018	-	1.082	-		352.002	300.666

* País anfíbio, cujos dados já foram contabilizados em outras regiões.

** Não inclui ilhas como as de Reunião, Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha.

F-2) Perfil geomilitar da África Subsaariana

País	Área (km2)	População (milhões de hab.)	Gasto militar (bilhões US\$)	Gasto Militar no PIB	Parte do gasto mundial	Terra (mil homens)	Mar (mil homens)	Ar (mil homens)	Efetivos (mil homens)	Relação 1 soldado/habitantes	Observações
África do Sul	1.219.090	50,5	3,4	1,19%	0,23%	37,1	6,2	10,7	54	935,19	
Nigéria	923.768	158,3	1,3	0,77%	0,09%	62	8	10	80	1.978,75	
Congo	342.000	3,8	0,112	1,29%	0,01%	8	0,8	1,2	10	380,00	
República Centro-africana	622.436	4,5	0,02	1,00%	0,001%	2	-	0,15	2,15	2.093,02	

País	Área (km2)	População (milhões de hab.)	Gasto militar (bilhões US\$)	Gasto Militar no PIB	Parte do gasto mundial	Terra (mil ho- mens)	Mar (mil homens)	Ar (mil ho- mens)	Efetivos (mil ho- mens)	Relação 1 solda- do/ha- bitantes	Observações
Angola	1.246.700	19	2,4	3,47%	0,16%	100	1	6	107	177,57	
Benin	112.622	9,2	0,067	1,01%	0,004%	4,3	0,2	0,25	4,75	1.936,84	
Botsuana	581.730	2	0,293	2,52%	0,02%	8,5	-	0,5	9	222,22	
Burkina Fasso	267.950	16,3	0,112	1,38%	0,01%	6,4	-	0,6	7	2.328,57	
Burundi	27.834	8,5	0,083	6,26%	0,01%	20	-	-	20	425,00	
Cabo Verde	4.033	0,506	0,009	0,58%	0,001%	1	0,1	0,1	1,2	421,67	
Camarões	475.442	20	0,306	1,40%	0,02%	12,5	1,3	0,3	14,1	1.418,44	
Chade	1.284.000	11,5	0,145	2,17%	0,01%	19,5	-	0,35	19,85	579,35	
Comores	1.862	0,676	-	-	-	-	-	-	-	-	
Costa do Mar- fim	320.763	21,6	0,336	1,46%	0,02%	6,5	0,9	0,7	8,1	2.666,67	
Djibuti	23.200	0,864	0,015	1,43%	0,001%	8	0,2	0,25	8,45	102,25	
Eritreia	121.100	5,2		0,00%	-	0,2	1,4	0,35	1,95	2.666,67	
Etiópia	1.127.127	85	0,366	1,28%	0,02%	135	-	3	138	615,94	
Gabão	267.667	1,5	0,134	1,21%	0,01%	3,2	0,5	1	4,7	319,15	
Gâmbia	11.295	1,8	0,016	2,18%	0,001%	0,8	-	-	0,8	2.250,00	
Gana	238.533	24,3	0,105	0,67%	0,01%	11,5	2	2	15,5	1.567,74	
Guiné	245.836	10,3	0,051	1,34%	0,003%	8,5	0,4	0,8	9,7	1.061,86	
Guiné-Bissau	36.125	1,6	0,018	3,92%	0,001%	4	0,35	0,1	4,45	359,55	
Guiné Equato- rial	28.051	0,676	0,011	0,11%	0,001%	1,1	0,12	0,1	1,32	512,12	
Lesoto	30.355	2,1	0,036	2,05%	0,002%	2	-	-	2	1.050,00	
Libéria	111.369	4,1	-	-	-	-	-	-	0	-	
Madagáscar	587.051	20,1	0,103	1,14%	0,01%	12,5	0,5	0,5	13,5	1.488,89	
Malauí	118.484	15,7	0,043	0,86%	0,003%	5,3	-	-	5,3	2.962,26	

País	Área (km2)	População (milhões de hab.)	Gasto militar (bilhões US\$)	Gasto Militar no PIB	Parte do gasto mundial	Terra (mil ho- mens)	Mar (mil homens)	Ar (mil ho- mens)	Efetivos (mil ho- mens)	Relação 1 solda- do/ha- bitantes	Observações
Mali	1.248.574	13,3	0,157	1,75%	0,01%	7,4	-	-	7,4	1.797,30	
Maurício	2.040	1,3	0,036	0,42%	0,002%	-	-	-	0	-	
Mauritânia	1.030.700	3,4	0,02	0,66%	0,001%	15	0,62	0,25	15,87	214,24	
Moçambique	799.380	23,4	0,076	0,78%	0,01%	10	0,2	1	11,2	2.089,29	
Namíbia	824.115	2,2	0,287	3,05%	0,02%	9	0,2	-	9,2	239,13	
Niger	1.186.408	15,9	0,058	1,08%	0,004%	5,2	-	0,1	5,3	3.000,00	
Quênia	582.646	40,9	0,735	2,43%	0,05%	20	1,6	2,5	24,1	1.697,10	
Rep. Dem. do Congo	2.344.858	67,8	0,168	1,56%	0,01%	115	6,7	2,5	124,2	545,89	
Ruanda	26.338	10,3	0,071	1,40%	0,005%	32	-	1	33	312,12	
São Tomé e Príncipe	1.001	0,16	-	-	-	-	-	-	0	-	
Seicheles	455	0,087	0,008	1,05%	0,001%	0,2	-	-	0,2	435,00	
Senegal	196.722	12,9	0,218	1,67%	0,01%	11,9	0,95	0,77	13,62	947,14	
Serra Leoa	71.740	5,8	0,014	0,72%	0,001%	-	-	-	0	-	
Somália	637.657	9,4	-	-	-	-	-	-	0	-	
Suazilândia	17.363	1,2	-	-	-	-	-	-	0	-	
Sudão	2.503.890	43,2	0,003	0,01%	0,0002%	105	1,3	3	109,3	395,24	
Tanzânia	945.090	45	0,184	0,85%	0,01%	23	1	3	27	1.666,67	
Togo	56.785	6,8	0,056	1,96%	0,004%	8,1	0,2	0,25	8,55	795,32	
Uganda	241.038	33,8	0,277	1,76%	0,02%	-	-	-	0	-	
Zâmbia	752.614	13,3	0,262	2,06%	0,02%	13,5	-	1,6	15,1	880,79	
Zimbábue	390.757	12,6	0,156	4,56%	0,01%	25	-	4	29	434,48	
(Egito)	1.001.449	84,5	4,6		0,31%	340	18,5	30	388,5	217,50	
TOTAL	24.236.594	862	12,267	1,31%	0,82%	880,2	36,74	58,92	975,86	883,70	

G) ÁFRICA DO NORTE

G-1) Perfil geoeconômico e social da África do Norte

País	Área (km ²)	Área ocupada na região	População (milhões de hab.)	Pop. na região	Densidade (Hab./km ²)	PIB (milhões de US\$)	Parte do PIB da região	Renda per capita	IDH Medida	IDH no mundo	Exportações (milhões de US\$)	Importações (milhões de US\$)
Egito	1.001.449	16,64%	84,5	49,94%	84,38	188.334	36,10%	2.070	0,62	101º	23.995	47.540
Argélia	2.381.741	39,58%	35,4	20,92%	14,86	140.577	26,95%	4.420	0,677	84º	79.298	39.479
Líbia	1.759.540	29,24%	6,5	3,84%	3,69	62.360	11,95%	12.020	0,755	53º	63.050	11.500
Marrocos	710.850	11,81%	32,4	19,15%	45,58	90.856	17,42%	2.790	0,567	114º	20.145	41.752
Tunísia	164.150	2,73%	10,4	6,15%	63,36	39.561	7,58%	3.720	0,683	81º	19.319	24.622
(Mauritânia)*	1.030.700		3,4		3,3	3.031		960	0,433	136º	1.750	1.750
(Eritreia)*	121.100		5,2		42,94	1.654		300	-	-	17	530
TOTAL**	6.017.730	-	169	-	28,12	521.688	-	3.083	-		205.807	164.893

* Países anfibios, cujos dados já foram contabilizados em outras regiões.

** Não inclui ilhas como as de Ceuta e Melilla.

G-2) Perfil geomilitar da África do Norte

País	Área (km ²)	População (milhões de hab.)	Gasto militar (bilhões US\$)	Gasto Militar no PIB	Parte do gasto mundial	Terra (mil homens)	Mar (mil homens)	Ar (mil homens)	Efetivos (mil homens)	Relação 1 soldado/habitantes	Observações
Egito	1.001.449	84,5	4,6	2,44%	0,31%	340	18,5	30	388,5	217,50	
Argélia	2.381.741	35,4	5,2	3,70%	0,35%	127	6	14	147	240,82	
Líbia	1.759.540	6,5	0,751	1,20%	0,05%	57	1,1	1	59,1	109,98	

País	Área (km2)	População (milhões de hab.)	Gasto militar (bilhões US\$)	Gasto Mili- tar no PIB	Parte do gasto mundial	Terra (mil ho- mens)	Mar (mil homens)	Ar (mil ho- mens)	Efetivos (mil homens)	Relação 1 solda- do/ha- bitantes	Observações
Marrocos	710.850	32,4	3	3,30%	0,20%	175	7,8	13	195,8	165,47	
Tunísia	164.150	10,4	0,534	1,35%	0,04%	27	4,8	4	35,8	290,50	
(Mauritânia)	1.030.700	3,4	0,02	0,66%	0,001%	15	0,62	0,25	15,87	214,24	
(Eritreia)	121.100	5,2	-	-	-	0,2	1,4	0,35	1,95	2.666,67	
TOTAL	6.017.730	169	14,085	2,70%	0,94%	726	38,2	62	826,2	204,79	

H) ORIENTE MÉDIO

H-1) Perfil geoeconômico e social do Oriente Médio

País	Área (km2)	Área ocupada na região	População (milhões de hab.)	Pop. na região	Densidade (Hab./km2)	PIB (milhões de US\$)	Parte do PIB da região	Renda per capita	IDH Média	IDH no mundo	Exportações (milhões de US\$)	Importações (milhões de US\$)
Israel	20.700	0,54%	7,3	5,38%	352,66	194.790	14,67%	25.740	0,872	15º	60.825	67.656
Arábia Saudita	2.149.690	55,98%	26,2	19,32%	12,19	369.179	27,80%	17.700	0,752	55º	313.440	115.147
Síria	185.180	4,82%	22,5	16,59%	121,5	52.177	3,93%	2.410	0,589	111º	14.300	18.320
Jordânia	88.778	2,31%	6,5	4,79%	73,22	22.788	1,72%	3.740	0,681	82º	7.785	16.942
Líbano	10.400	0,27%	4,3	3,17%	413,46	34.450	2,59%	7.970	-	-	4.454	16.754
Iraque	434.128	11,31%	31,5	23,23%	72,56	65.837	4,96%	2.210	-	-	59.700	31.200
Barein	720	0,02%	0,791	0,58%	1.098,61	21.903	1,65%	25.420	0,801	39º	18.150	12.500
Catar	11.521	0,30%	1,5	1,11%	130,2	71.041	5,35%	47.361	0,803	38º	63.830	26.850
Emirados Árabes Unidos	83.600	2,18%	4,7	3,47%	56,22	261.348	19,68%	26.370	0,815	32º	231.550	165.620
Kuwait	17.818	0,46%	3,1	2,29%	173,98	148.024	11,14%	43.930	0,771	47º	87.090	24.874
Iêmen	527.968	13,75%	24,3	17,92%	46,03	26.365	1,99%	1.060	0,439	133º	8.977	9.960
Omã	309.500	8,06%	2,9	2,14%	9,37	60.299	4,54%	17.890	-	-	37.719	22.990
(Turquia)*	783.562		75,7		97,12	617.099		8.730	0,679	83º	132.002	201.961
(Egito)*	1.001.449		84,5		84,38	188.334		2.070	0,62	101º	23.995	47.540
(Irã)*	1.648.195		75,1		45,65	331.015		4.530	0,702	70º	113.401	57.411
TOTAL	3.840.003	-	136	-	35,31	1.328.201	-	9.796	-	-	907.820	528.813

* Países anfíbios, cujos dados já foram contabilizados em outras regiões.

H-2) Perfil geomilitar do Oriente Médio

País	Área (km2)	População (milhões de hab.)	Gasto militar (bilhões US\$)	Gasto Militar no PIB	Parte do gasto mundial	Terra (mil ho- mens)	Mar (mil homens)	Ar (mil ho- mens)	Efetivos (mil ho- mens)	Relação 1 solda- do/ha- bitantes	Observações
Israel	20.700	7,3	14,8	7,60%	0,99%	133	9,5	34	176,5	41,36	
Arábia Saudi- ta	2.149.690	26,2	38,2	10,35%	2,54%	75	13,5	20	108,5	241,47	
Síria	185.180	22,5	1,9	3,64%	0,13%	220	5	40	265	84,91	
Jordânia	88.778	6,5	2,1	9,22%	0,14%	88	0,5	12	100,5	64,68	
Líbano	10.400	4,3	0,751	2,18%	0,05%	57	1,1	1	59,1	72,76	
Iraque	434.128	31,5	-	-	-	187	2	3	192	164,06	
Barein	720	0,791	0,533	2,43%	0,04%	6	0,7	1,5	8,2	96,46	
Catar	11.521	1,5	1,8	2,53%	0,12%	8,5	1,8	1,5	11,8	127,12	
Emirados Árabes Uni- dos	83.600	4,7	13,7	5,24%	0,91%	44	2,5	4,5	51	92,16	
Kuwait	17.818	3,1	6,8	4,59%	0,45%	11	2	2,5	15,5	200,00	
Iêmen	527.968	24,3	1,5	5,69%	0,10%	60	1,7	3	64,7	375,58	
Omã	309.500	2,9	4,7	7,79%	0,31%	25	4,2	5	34,2	84,80	
(Turquia)	783.562	75,7	13,5		0,90%	402	48,6	60	510,6	148,26	
(Egito)	1.001.449	84,5	4,6		0,31%	340	18,5	30	388,5	217,50	
(Irã)	1.648.195	75,1	9,6		0,64%	350	18	30	398	188,69	
TOTAL	3.840.003	136	86,784	6,53%	5,78%	914,5	44,5	128	1087	124,74	

I) ÁSIA CENTRAL

I-1) Perfil geoeconômico e social da Ásia Central

País	Área (km ²)	Área ocupada na região	População (milhões de hab.)	Pop. na região	Densidade (Hab./km ²)	PIB (milhões de US\$)	Parte do PIB da região	Renda per capita	IDH Média	IDH no mundo	Exportações (milhões de US\$)	Importações (milhões de US\$)
Irã	1.648.195	26,15%	75,1	45,32%	45,65	331.015	64,51%	4.530	0,702	70º	113.401	57.411
Cazaquistão	2.724.900	43,23%	15,8	9,54%	5,80	109.155	21,27%	6.740	0,714	66º	71.172	37.889
Afganistão	652.225	10,35%	29,1	17,56%	44,62	10.624	2,07%	370	0,349	155º	610	3.350
Quirguistão	199.900	3,17%	5,6	3,38%	28,01	4.578	0,89%	870	0,598	109º	1.642	4.072
Tadjiquistão	143.100	2,27%	7,1	4,28%	49,62	4.978	0,97%	700	0,58	112º	1.406	3.270
Turcomenistão	488.000	7,74%	5,2	3,14%	10,66	19.947	3,89%	3.420	0,669	87º	11.920	5.670
Uzbequistão	447.400	7,10%	27,8	16,78%	62,14	32.817	6,40%	1.100	0,617	102º	10.369	7.076
(Paquistão)*	796.096		184,8		232,13	166.545		1.020	0,49		20.323	42.326
(Rússia)*	17.075.400		140,4		8,22	1.230.730		9.370	0,719		471.603	291.861
(Azerbaijão)*	86.600		8,9		102,77	43.019		4.840	0,713		30.586	7.575
(Turquia)*	783.562		75,7		97,12	617.099		8.730	0,679		132.002	201.961
TOTAL	6.303.720	-	166	-	26,29	513.114	-	3.097	-	-	210.520	118.738

* Países anfíbios, cujos dados estão contabilizados em outras regiões.

I-2) Perfil geomilitar da Ásia Central

País	Área (km ²)	População (milhões de hab.)	Gasto militar (bilhões US\$)	Gasto Militar no PIB	Parte do gasto mundial	Terra (mil ho- mens)	Mar (mil homens)	Ar (mil ho- mens)	Efetivos (mil ho- mens)	Relação 1 solda- do/ha- bitantes	Observações
Irã	1.648.195	75,1	9,6	2,90%	0,64%	350	18	30	398	188,69	
Cazaquistão	2.724.900	15,8	1,6	1,47%	0,11%	30	3	12	45	351,11	
Afeganistão	652.225	29,1	0,18	1,69%	0,01%	90,8	-	3	93,8	310,23	
Quirguistão	199.900	5,6	0,047	1,03%	0,003%	8,5	-	2,4	10,9	513,76	
Tadjiquistão	143.100	7,1	0,08	1,61%	0,01%	7,3	-	1,5	8,8	806,82	
Turcomenistão	488.000	5,2	0,084	0,42%	0,01%	18,5	0,5	3	22	236,36	
Uzbequistão	447.400	27,8	-	-	-	50	-	17	67	414,93	
(Paquistão)	796.096	184,8	4,4		0,29%	550	22	45	617	299,51	
(Rússia)	17.075.400	140,4	40,5		2,70%	360	142	160	662	212,08	
(Azerbaijão)	86.600	8,9	1,6		0,11%	56,8	2,2	7,9	66,9	133,03	
(Turquia)	783.562	75,7	13,5		0,90%	402	48,6	60	510,6	148,26	
TOTAL	6.303.720	166	11,591	2,26%	0,77%	555,1	21,5	68,9	645,5	256,70	

J) SUL DA ÁSIA

J-1) Perfil geoeconômico e social do Sul da Ásia

País	Área (km2)	Área ocupada na região	População (milhões de hab.)	Pop. na região	Densidade (Hab./km2)	PIB (milhões de US\$)	Parte do PIB da região	Renda per capita	IDH Medida	IDH no mundo	Exportações (milhões de US\$)	Importações (milhões de US\$)
Índia	3.287.263	73,20%	1.214,50	75,20%	369,46	1.310.170	80,71%	1.180	0,519	119º	177.499	293.374
Paquistão	796.096	17,73%	184,8	11,44%	232,13	166.545	10,26%	1.020	0,49	125º	20.323	42.326
Bangladesh	147.570	3,29%	164,4	10,18%	1.114,05	89.378	5,51%	590	0,469	129º	15.357	23.838
Nepal	147.181	3,28%	29,9	1,85%	203,15	12.531	0,77%	440	0,428	139º	1.050	3.600
Sri Lanka	65.610	1,46%	20,4	1,26%	310,93	41.979	2,59%	1.990	0,658	91º	8.450	14.008
Butão	46.640	1,04%	0,697	0,04%	14,99	1.277	0,08%	2.020	-	-	521	543
Maldivas	298	0,01%	0,309	0,02%	1.036,91	1.356	0,08%	3.870	0,602	107º	331	1.388
(China)*	9.572.900		1.354,10		141,45	4.984.730		3.590	0,663		1.428.332	1.132.488
(Mianmar)*	676.577		50,5		74,64	57.490		1.138	0,451		6.937	4.288
TOTAL**	4.490.658	-	1.615	-	35,96	1.623.236	-	1.005	-	-	223.531	379.077

* Países anfíbios, cujos dados já foram contabilizados em outras regiões.

** Não inclui os dados de Chagos (Atol de Diego Garcia) e as ilhas Christmas e Mayotte.

J-2) Perfil geomilitar do Sul da Ásia

País	Área (km2)	População (milhões de hab.)	Gasto militar (bilhões US\$)	Gasto Militar no PIB	Parte do gasto mundial	Terra (mil homens)	Mar (mil homens)	Ar (mil homens)	Efetivos (mil homens)	Relação 1 soldado/habitantes	Observações
Índia	3.287.263	1.214,50	31,5	2,40%	2,10%	1100	58.4	127,2	1.227,20	989,65	
Paquistão	796.096	184,8	4,4	2,64%	0,29%	550	22	45	617,00	299,51	

País	Área (km2)	População (milhões de hab.)	Gasto militar (bilhões US\$)	Gasto Militar no PIB	Parte do gasto mundial	Terra (mil ho- mens)	Mar (mil homens)	Ar (mil ho- mens)	Efetivos (mil ho- mens)	Relação 1 solda- do/ha- bitantes	Observações
Bangladesh	147.570	164,4	1,2	1,34%	0,08%	126,2	16,9	14	157,10	1.046,47	
Nepal	147.181	29,9	0,176	1,40%	0,01%	95,8			95,80	312,11	
Sri Lanka	65.610	20,4	1,8	4,29%	0,12%	117,9	15	28	160,90	126,79	
Butão	46.640	0,697	-	-	-	-	-	-	0,00	-	
Maldivas	298	0,309	0,043	3,17%	0,003%	-	-	-	0,00	-	
(China)	9.572.900	1.354,10	60,2	-	4,01%	1600	255	330	2.185,00	619,73	
(Mianmar)	676.577	50,5	-	-	-	375	16	15	406,00	124,38	
TOTAL	4.490.658	1.615	39,119	2,41%	2,60%	1989,9	53,9	214,2	2.258,00	715,24	

K) LESTE DA ÁSIA

K-1) Perfil geoeconômico e social do Leste da Ásia

País	Área (km2)	Área ocupada na região	População (milhões de hab.)	Pop. na região	Densidade (Hab./km2)	PIB (milhões de US\$)	Parte do PIB da região	Renda per capita	IDH Medida	IDH no mundo	Exportações (milhões de US\$)	Importações (milhões de US\$)
China	9.572.900	81,34%	1.354,10	85,74%	141,45	4.984.730	42,73%	3.590	0,663	88º	1.428.332	1.132.488
Japão	372.824	3,17%	127	8,04%	340,64	5.067.530	43,44%	37.870	0,884	11º	782.047	762.589
Coreia do Sul	99.617	0,85%	48,5	3,07%	486,94	832.512	7,14%	19.830	0,877	12º	422.007	435.275
Coreia do Norte	122.762	1,04%	24	1,52%	195,5	40.000	0,34%	1.667	-	-	1.950	3.950
Mongólia	1.564.160	13,29%	2,7	0,17%	1,71	4.202	0,04%	1.630	0,622	100º	2.539	3.616
Taiwan	36.188	0,31%	23	1,46%	635,34	735.400	6,30%	-	-	-	255.629	240.448
(Vietnã)*	329.315		89		268,32	91.854	0,79%	1.010	0,572		62.906	80.416
(Rússia)*	17.075.400		140,4		8,22	1.230.730	10,55%	9.370	0,719		471.603	291.861
TOTAL**	11.768.451	-	1.579	-	134,20	11.664.374	-	7.386	-	-	2.892.504	2.578.366

* Países anfíbios, cujos dados já foram contabilizados em outras regiões.

** Não inclui o Atol Johnston.

K-2) Perfil geomilitar do Leste da Ásia

País	Área (km2)	População (milhões de hab.)	Gasto militar (bilhões US\$)	Gasto Militar no PIB	Parte do gasto mundial	Terra (mil ho- mens)	Mar (mil homens)	Ar (mil ho- mens)	Efetivos (mil ho- mens)	Relação 1 solda- do/ha- bitantes	Observações
China	9.572.900	1.354,10	60,20	1,21%	4,01%	1.600,00	255	330	2.185,00	619,73	
Japão	372.824	127	46,00	0,91%	3,06%	138,40	42,4	34,8	215,60	589,05	
Coreia do Sul	99.617	48,5	24,20	2,91%	1,61%	560,00	68	64	692,00	70,09	
Coreia do Norte	122.762	24	-	-	-	950,00	46	110	1.106,00	21,70	
Mongólia	1.564.160	2,7	0,05	1,24%	0,003%	8,90	-	0,8	9,70	278,35	
Taiwan	36.188	23	10,50	1,43%	0,70%	200,00	45	45	290,00	79,31	
(Vietnã)	329.315	89	2,90		0,19%	412,00	13	30	455,00	195,60	
(Rússia)	17.075.400	140,4	40,50		2,70%	360,00	142	160	662,00	212,08	
TOTAL	11.768.451	1.579,30	140,95	1,21%	9,38%	3.457,30	456,4	584,6	4.498,30	351,09	

L) SUDESTE DA ÁSIA

L-1) Perfil geoeconômico e social do Sudeste da Ásia

País	Área (km ²)	Área ocupada na região	População (milhões de hab.)	Pop. na região	Densidade (Hab./km ²)	PIB (milhões de US\$)	Parte do PIB da região	Renda per capita	IDH Média	IDH no mundo	Exportações (milhões de US\$)	Importações (milhões de US\$)
Indonésia	1.890.754	41,06%	232,5	39,44%	122,97	540.277	35,64%	2.230	0,6	108º	139.278	126.160
Vietnã	329.315	7,15%	89	15,10%	268,32	91.854	6,06%	1.010	0,572	113	62.906	80.416
Tailândia	513.116	11,14%	68,1	11,55%	132,72	263.856	17,41%	3.760	0,654	92º	177.844	178.655
Cingapura	699	0,02%	4,8	0,81%	6.886,66	182.232	12,02%	37.220	0,846	227º	338.176	319.780
Filipinas	300.076	6,52%	93,6	15,88%	311,92	160.476	10,59%	1.790	0,638	97º	49.025	60.290
Camboja	181.035	3,93%	15,1	2,56%	83,41	10.028	0,66%	650	0,494	124º	4.300	6.600
Laos	236.800	5,14%	6,4	1,09%	27,03	5.939	0,39%	880	0,497	122º	1.095	1.302
Malásia	329.847	7,16%	27,9	4,73%	84,58	191.601	12,64%	7.230	0,744	57º	199.516	156.896
Mianmar	676.577	14,69%	50,5	8,57%	74,64	57.490	3,79%	1.138	0,451	132º	6.937	4.288
Brunei	5.765	0,13%	0,4	0,07%	69,38	11.471	0,76%	27.050	0,805	37º	11.100	2.300
Timor-Leste	140.604	3,05%	1,2	0,20%	82,17	588	0,04%	2.460	0,502	120º	-	-
(China)*	9.572.900		1.354,10		141,45	4.984.730		3.590	0,663		1.428.332	1.132.488
(Austrália)*	7.703.429		21,5		2,79	924.843		43.770	0,937		187.259	200.338
TOTAL **	4.604.588	-	590	-	128,02	1.515.812	-	2.571	7	-	990.177	936.687

* Países anfibios, cujos dados já foram contabilizados em outras regiões.

** Não inclui as ilhas Mariana do Norte, Midway, Pitcairn, Wake, Nive, a Polinésia Francesa e Toquelau.

L-2) Perfil geomilitar do Sudeste da Ásia

País	Área (km2)	População (milhões de hab.)	Gasto militar (bilhões US\$)	Gasto Militar no PIB	Parte do gasto mundial	Terra (mil homens)	Mar (mil homens)	Ar (mil homens)	Efetivos (mil homens)	Relação 1 soldado/habitantes	Observações
Indonésia	1.890.754	232,5	5,1	0,94%	0,34%	233	45	24	302	769,87	
Vietnã	329.315	89	2,9	3,16%	0,19%	412	13	30	455	195,60	
Tailândia	513.116	68,1	4,3	1,63%	0,29%	190	69,9	46	305,9	222,62	
Cingapura	699	4,8	7,7	4,23%	0,51%	50	9	13,5	72,5	66,21	
Filipinas	300.076	93,6	1,4	0,87%	0,09%	80	24	16	120	780,00	
Camboja	181.035	15,1	0,225	2,24%	0,01%	75	2,8	1,5	79,3	190,42	
Laos	236.800	6,4	0,017	0,29%	0,00%	25,6	-	3,5	29,1	219,93	
Malásia	329.847	27,9	4,4	2,30%	0,29%	80	14	15	109	255,96	
Mianmar	676.577	50,5	-	-	-	375	16	15	406	124,38	
Brunei	5.765	0,4	0,36	3,14%	0,02%	4,9	1	1,1	7	57,14	
Timor-Leste	140.604	1,2	-	-	-	1,3	0,082	-	1,382	868,31	
(China)	9.572.900	1.354,10	60,2		4,01%	1600	255	330	2185	619,73	
(Austrália)	7.703.429	21,5	22,2		1,48%	27,5	13,2	14,1	54,8	392,34	
TOTAL	4.604.588	590	26,402	1,74%	1,76%	1526,8	194,782	165,6	1887,182	312,37	

M) OCEANIA

M-1) Perfil geoeconômico e social da Oceania

País	Área (km2)	Área ocupada na região	População (milhões de hab.)	Pop. na região	Densidade (Hab./km2)	PIB (milhões de US\$)	Parte do PIB da região	Renda per capita	IDH Medida	IDH no mundo	Exportações (milhões de US\$)	Importações (milhões de US\$)
Austrália	7.703.429	90,61%	21,5	61,50%	2,79	924.843	86,93%	43.770	0,937	2º	187.259	200.338
Nova Zelândia	270.534	3,18%	4,3	12,30%	15,77	125.160	11,76%	26.830	0,907	3º	30.578	34.367
Papua Nova Guiné	462.840	5,44%	6,9	19,74%	14,91	7.893	0,74%	1.180	0,431	137º	5.721	3.480
Fiji	18.272	0,21%	0,9	2,57%	49,26	3.034	0,29%	3.950	0,669	86º	923	2.266
Ilhas Marshall	181,4	0,00%	0,06	0,17%	330,76	153	0,01%	3.060	-	-	20	100
Ilhas Salomão	28.370	0,33%	0,523	1,50%	18,43	658	0,06%	910	0,494	-	190	295
Kiribati	811	0,01%	0,097	0,28%	119,61	130	0,01%	1.890	-	-	15	55
Micronésia	702	0,01%	0,11	0,31%	156,70	257	0,02%	2.220	0,614	103º	17	140
Nauru	21,2	0,00%	0,014	0,04%	660,38	60	0,01%	4.286	-	-	-	-
Palau	488	0,01%	0,02	0,06%	40,98	191	0,02%	8.940	-	-	7	130
Samoa	2.831	0,03%	0,179	0,51%	63,23	496	0,05%	2.840	-	-	11	249
Tonga	748	0,01%	0,104	0,30%	139,04	311	0,03%	3.260	0,677	85º	10	170
Tuvalu	25,63	0,0003%	0,012	0,03%	468,20	15	0,001%	1.250	-	-		26
Vanuatu	12.190	0,14%	0,24	0,69%	19,69	650	0,06%	2.620	-	-	42	287
TOTAL*	8.501.443	-	35	-	4,11	1.063.851	-	30.431	-	-	224.793	241.903

* Não inclui as ilhas Guam, Norfolk, Cocos, Cook, Wallis e Fortuna, Nova Caledônia e a Samoa Americana.

M-2) Perfil geomilitar da Oceania

País	Área (km2)	População (milhões de hab.)	Gasto militar (bilhões US\$)	Gasto Militar no PIB	Parte do gasto mundial	Terra (mil ho- mens)	Mar (mil ho- mens)	Ar (mil ho- mens)	Efetivos (mil ho- mens)	Relação 1 solda- do/ha- bitantes	Observações
Austrália	7.703.429	21,5	22,2	2,40%	1,48%	27,5	13,2	14,1	54,8	392,34	
Nova Zelân- dia	270.534	4,3	1,8	1,44%	0,12%	5	2,1	2,6	9,7	443,30	
Papua Nova Guiné	462.840	6,9	0,035	0,44%	0,002%	2,5	0,4	0,2	3,1	2225,81	
Fiji	18.272	0,9	0,057	1,88%	0,004%	3,2	0,3	-	3,5	257,14	
Ilhas Mar- shall	181,4	0,06	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ilhas Salo- mão	28.370	0,523	-	-	-	-	-	-	-	-	
Kiribati	811	0,097	-	-	-	-	-	-	-	-	
Micronésia	702	0,11	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nauru	21,2	0,014	-	-	-	-	-	-	-	-	
Palau	488	0,02	-	-	-	-	-	-	-	-	
Samoa	2.831	0,179	-	-	-	-	-	-	-	-	
Tonga	748	0,104	-	-	-	-	-	-	-	-	
Tuvalu	25,63	0,012	-	-	-	-	-	-	-	-	
Vanuatu	12.190	0,24	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	8.501.443	35	24,092	2,3%	1,60%	38,2	16	16,9	71,1	491,69	